



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1849

Sexta-feira - 16 de Outubro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

| | | | | | |
|--------------------------|-----|-----------------------------|-----|-----------------------------------|-----|
| Alto Bela Vista..... | 2 | Galvão..... | 165 | Ouro Verde..... | 308 |
| Antônio Carlos..... | 3 | Garopaba..... | 166 | Palhoça..... | 312 |
| Arabutã..... | 5 | Garuva..... | 169 | Papanduva..... | 315 |
| Arroio Trinta..... | 8 | Gaspar..... | 178 | Penha..... | 320 |
| Balneário Piçarras..... | 11 | Governador Celso Ramos..... | 189 | Peritiba..... | 323 |
| Balneário Rincão..... | 12 | Grão Pará..... | 190 | Petrolândia..... | 324 |
| Barra Velha..... | 15 | Guaraciaba..... | 192 | Pinheiro Preto..... | 327 |
| Bela Vista do Toldo..... | 17 | Guaramirim..... | 193 | Pomerode..... | 328 |
| Benedito Novo..... | 23 | Guarujá do Sul..... | 201 | Porto União..... | 329 |
| Biguaçu..... | 24 | Herval d'Oeste..... | 202 | Presidente Castello Branco..... | 333 |
| Blumenau..... | 29 | Ilhota..... | 205 | Presidente Nereu..... | 334 |
| Bom Retiro..... | 56 | Imbituba..... | 206 | Rio dos Cedros..... | 356 |
| Botuvera..... | 57 | Indaial..... | 210 | Rio do Sul..... | 353 |
| Braço do Trombudo..... | 58 | Iomerê..... | 212 | Salto Veloso..... | 370 |
| Brunópolis..... | 59 | Ipumirim..... | 213 | Santa Rosa do Sul..... | 371 |
| Brusque..... | 60 | Irineópolis..... | 214 | Santa Terezinha do Progresso..... | 372 |
| Caçador..... | 61 | Itaiópolis..... | 216 | São Bento do Sul..... | 373 |
| Camboriú..... | 84 | Itapiranga..... | 217 | São Carlos..... | 381 |
| Campo Alegre..... | 85 | Itapoá..... | 219 | São Domingos..... | 383 |
| Campo Erê..... | 91 | Ituporanga..... | 222 | São João do Oeste..... | 384 |
| Campos Novos..... | 92 | Jacinto Machado..... | 223 | São José..... | 385 |
| Canelinha..... | 101 | Joaçaba..... | 225 | São Lourenço do Oeste..... | 388 |
| Canoinhas..... | 102 | Lages..... | 233 | São Miguel do Oeste..... | 391 |
| Capinzal..... | 107 | Laguna..... | 235 | São Pedro de Alcântara..... | 424 |
| Catanduvas..... | 115 | Lebon Regis..... | 258 | Schroeder..... | 425 |
| Caxambu do Sul..... | 116 | Leoberto Leal..... | 259 | Serra Alta..... | 438 |
| Chapadão do Lageado..... | 118 | Lindóia do Sul..... | 260 | Sul Brasil..... | 440 |
| Cocal do Sul..... | 122 | Luzerna..... | 261 | Timbé do Sul..... | 443 |
| Concórdia..... | 136 | Macieira..... | 262 | Timbó..... | 445 |
| Coronel Martins..... | 144 | Mafrá..... | 274 | Três Barras..... | 448 |
| Corupá..... | 145 | Maravilha..... | 275 | Trombudo Central..... | 450 |
| Curitibanos..... | 148 | Massaranduba..... | 277 | Tunápolis..... | 451 |
| Dionísio Cerqueira..... | 149 | Meleiro..... | 278 | Turvo..... | 472 |
| Doutor Pedrinho..... | 150 | Modelo..... | 280 | União do Oeste..... | 473 |
| Ermo..... | 155 | Monte Carlo..... | 281 | Vidal Ramos..... | 476 |
| Flor do Sertão..... | 156 | Morro da Fumaça..... | 283 | Videira..... | 477 |
| Forquilha..... | 157 | Navegantes..... | 284 | Xanxerê..... | 480 |
| Fraiburgo..... | 160 | Nova Trento..... | 304 | Xaxim..... | 481 |
| Frei Rogério..... | 164 | Orleans..... | 307 | | |

Associações

| | |
|-----------------|-----|
| GRANFPOLIS..... | 488 |
|-----------------|-----|

Consórcios

| | | | |
|------------------|-----|-----------------|-----|
| ARIS..... | 489 | CIGAMERIOS..... | 496 |
| CIMCATARINA..... | 490 | | |
| CIS/AMOSC..... | 492 | | |
| CIS/AMURC..... | 493 | | |
| CISAM..... | 494 | | |

Alto Bela Vista

PREFEITURA

COMUNICADO: TOMADA DE PREÇOS 005/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA - SC
TOMADA DE PREÇOS 005/2015
COMUNICADO

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Alto Bela Vista COMUNICA aos representantes legais das empresas CHAVE CERTA E CONSTRUÇÕES EIRELE – ME; DIMO CONSTRUÇÕES LTDA; ANTONIO LUIS TOBIAS ME; RJUNIOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; SOBERANA CONSTRUTORA LTDA; CONSTRULACER COMERCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS EIRELI ME; CEPENGE ENGENHARIA LTDA; CONSTRUTORA FOSCARINI LTDA; DECC CONSTRUÇÕES LTDA; SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA; ALF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA; ESTRUTURAL COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA, que as licitantes, ESTRUTURAL COMERCIO E CONSTRUÇÕES LTDA e CHAVE CERTA E CONSTRUÇÕES EIRELE – ME interpuseram recurso administrativo, pugnando pela revisão do julgamento da fase de habilitação deste certame. Desejando, V. Sª poderão impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação desta notificação, estando os autos abertos à consulta desde já.

Alto Bela Vista, SC, 15 de outubro de 2015.
CASSIANO MARTINAZZO
Presidente da CPL

TOMADA DE PREÇOS N 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 056/2015
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS nº 006/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que encontra-se aberto o Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços para obras e serviços de engenharia, com julgamento do Tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário, objetivando a contratação de empresa do ramo de engenharia elétrica para execução de obra de instalação da Iluminação e Decoração Natalina do Município de Alto Bela Vista, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços, até às 08h50, do dia 06 de novembro de 2015, com abertura prevista na mesma data as 9h. A íntegra do Edital e informações complementares, poderão ser obtidas pelo fone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 15 de outubro de 2015.
Catia Tessmann Reichert
Prefeita Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO N 092/2015

DECRETO Nº 000092/15 de 15 de Outubro de 2015

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 1469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 70.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00-Aplicações Diretas 70.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 70.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Outubro de 2015

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO N 093/2015

DECRETO Nº 000093/15 de 15 de Outubro de 2015

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 01469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 204.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 150.000,00

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 54.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 150.000,00

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 54.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 15 de Outubro de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO N 91/2015

DECRETO Nº 000091/15 de 14 de Outubro de 2015

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 01469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.900,30 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.508,00

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.783,30

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.609,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.2.003-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 1.508,00

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 5.783,30

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.609,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Outubro de 2015
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 477/2015

PORTARIA Nº 477/2015.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, MAURINA LEITE SCHMITT, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 16 de outubro de 2015, pelo término de sua Contratação Temporária.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de outubro de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 16 de outubro de 2015.

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 354/2015

PORTARIA Nº 354/2015

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art.1º. Designar a servidora SILVANA GUARESE, inscrita no CPF sob nº. 032.897.639-35, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretora de Agricultura, Indústria, Comércio, Serviço e Meio Ambiente, para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços nº. 094/2015, no qual o Município de Arabutã é órgão gerenciador.

Art. 2º. Determinar que a fiscal designada deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do ata, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pelo detentor, em periodicidade adequada ao objeto e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 15 de outubro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação.

HOMOLOGAÇÃO - PL 69/2015 (RETIFICADA)

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC | OUTRAS MODALIDADES Nr.: 6/2015 - OU Processo Administrativo: 69/2015 Processo de Licitação: 69/2015 Data do Processo: 22/09/2015 |
| Folha: 1/2 | |

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 69/2015
 b) Licitação Nr.: 6/2015-OU
 c) Modalidade: Outras Modalidades
 d) Data Homologação: 13/10/2015
 e) Data da Adjudicação: 13/10/2015 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação O objeto da presente chamada pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes do anexo I

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

| | Unid. | Qtidade | Descto (%) | Preço Unitário | Total do Item |
|--|-------|---------|------------|----------------|---------------|
|--|-------|---------|------------|----------------|---------------|

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SABOR DO SUL (8217)

| | | | | | | |
|-----------------------------|-------------------------------------|-----|--------|--------|------|---------------|
| 12 | Polpa de Frutas | SAC | 300,00 | 0,0000 | 1,45 | 435,00 |
| 13 | Polpa de Frutas - abacaxi | KG | 200,00 | 0,0000 | 1,40 | 280,00 |
| 14 | Polpa de Frutas - mamão com laranja | SAC | 200,00 | 0,0000 | 1,25 | 250,00 |
| Total do Fornecedor: | | | | | | 965,00 |

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO AGROINDUSTRIAL F (8165)

| | | | | | | |
|-----------------------------|--|-----|--------|--------|-------|-----------------|
| 1 | Alface Verde, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem ruptura | UN | 300,00 | 0,0000 | 2,00 | 600,00 |
| 2 | Arroz, classe longo fino, para risoto | PCT | 20,00 | 0,0000 | 4,60 | 92,00 |
| 3 | Acelga nova, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, | UN. | 40,00 | 0,0000 | 4,25 | 170,00 |
| 4 | Beterraba, sem folhas, tamanho médio | KG. | 100,00 | 0,0000 | 4,00 | 400,00 |
| 5 | Brócolis, nova, de 1ª qualidade, sã, sem fungos | UN | 200,00 | 0,0000 | 3,25 | 650,00 |
| 6 | Bolacha caseira sortida. O biscoito deverá ser fabricado a p | KG. | 40,00 | 0,0000 | 14,00 | 560,00 |
| 7 | Bolacha Caseira de Açúcar Queimado, a bolacha deverá ser fab | KG. | 32,00 | 0,0000 | 12,50 | 400,00 |
| 8 | Bolacha Caseira de Milho, a bolacha deverá ser fabricada apa | KG. | 32,00 | 0,0000 | 14,00 | 448,00 |
| 9 | Cenoura, sem folhas, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, s | KG. | 80,00 | 0,0000 | 4,00 | 320,00 |
| 10 | Couve-Flor, nova, de 1ª qualidade, sã, sem fungos, tamanho m | KG. | 100,00 | 0,0000 | 3,25 | 325,00 |
| 15 | Repolho, novo, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, ta | UN | 100,00 | 0,0000 | 4,50 | 450,00 |
| 16 | Temperos Naturais (salsa e cebolinha) | M. | 100,00 | 0,0000 | 2,50 | 250,00 |
| Total do Fornecedor: | | | | | | 4.665,00 |
| Total Geral: | | | | | | 5.630,00 |

Arabutã, 13 de Outubro de 2015.

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC | OUTRAS MODALIDADES Nr.: 6/2015 - OU Processo Administrativo: 69/2015 Processo de Licitação: 69/2015 Data do Processo: 22/09/2015 |
| | Folha: 2/2 |

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (46), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (47), 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (48),
2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (49)

Arabutã, 13 de Outubro de 2015.

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0059 2015 - AQUISIÇÃO DE TRATOR - BUDNEY - INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CONTRATO Nº 0059/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0029/2015, AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA PARA O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Contrato de compra e venda que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado senhor ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta- SC, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e CI sob nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro de Arroio Trinta – SC e de outro lado à empresa BUDNEY – INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 95.863.684/0001-61, com sede na Rua Geral s/n Bairro Linha Zilli, Caixa Postal 213, no município de Içara – Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor JOÃO ALCEU CERBATO, inscrito no CPF sob nº 183.255.729-49 e Carteira de Identidade nº 391386, residente e domiciliado na Rua Coronel Fagundes, 781, Bairro Santa Tereza, na cidade de Videira – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0040/2015, Pregão Presencial Nº0029/2015, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é aquisição de AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA PARA O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 816808/2015/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, PROCESSO Nº 2623.1022975-99/2015, PROPOSTA SICONV Nº 006329/2015, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

| ITEM | QUANT. | UN | DESCRIÇÃO | MARCA | V. UNIT. | V. TOTAL |
|------|--------|----|--|-------|-----------|-----------|
| 01 | 01 | Un | Trator agrícola de pneus, novo, 4x4, potência mínima de 85cv, com no mínimo transmissão de 10 marchas à frente e 02 à ré. Garantia de no mínimo 12 meses da emissão da nota fiscal. | BUDNY | 84.900,00 | 84.900,00 |

§ 1º - O prazo de entrega fica condicionado à liberação dos recursos pelo Governo Federal, assim que os recursos forem liberados a Prefeitura enviará à empresa vencedora a Autorização de Fornecimento (pré-empenho) para a entrega do equipamento;

§ 2º – A entrega do Equipamento deverá ser feita em frente ao Prédio da Prefeitura com o Prefeito Municipal Sr. Alcdir Felchilcher, sendo que o mesmo fará o recebimento e a conferência.

§ 3º - Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará a empresa vencedora um valor total de R\$84.900,00(OTENTA E QUATRO MIL E NOVECENTOS REAIS), sendo que o valor não será reajustado.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento será feito por transferência bancária, em até 10 (dez) dias após a entrega do equipamento, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura e conforme liberação dos recursos pelo Governo Federal.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá seu início em 09 de outubro de 2015 e terminará em 31 de dezembro de 2015, ficando condicionada a sua vigência à liberação dos recursos do governo federal. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2015, conforme segue:

336 - 1. 2003. 20 . 601 . 20 . 1.5 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

335 - 1 . 2003 . 20 . 601 . 20 . 1.5 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei nº 10.520/02

Lei n.º. 8.666/93, e alterações posteriores, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do equipamento, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de equipamento entregue fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 09 de outubro de 2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
CONTRATANTE

BUDNY – INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI LTDA
CNPJ nº. 95.863.684/0001-61
CONTRATADA

JOÃO ALCEU CERBATO
CPF nº 183.255.729-49
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF SOB Nº 000.077.349-21

RONIVAN BRANDALISE
CPF SOB Nº 027.783.989-02

CONTRATO Nº: 0059/2015
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA PARA O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CONTRATADA: BUDNY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

VALOR GLOBAL: R\$84.900,00

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0031/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR PARA O SETOR DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, HD PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS E MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS PARA A POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 29/10/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30min do dia 29/10/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 15 de outubro de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015 - FMT PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 – FMT

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015 - FMT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 – FMT

Fundamento Legal: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço Global para aquisição de fogos de artifício com show pirotécnico (instalação e remoção dos fogos bem como a queima efetuada por técnico especializado comprovado através de licença blaster). Recebimento dos Envelopes até: 04/11/2015 às 09h. Data da Sessão Pública: 04/11/2015 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço acima citado, no horário das 8 às 12 e das 13:30 as 17:30h, ou no site www.picarras.sc.gov.br.

Balneário Piçarras(SC), 15 de outubro de 2015.

Susan Correa

Secretária de Turismo.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/PMBR/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DA PESCA, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 28/10/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de Plantas para paisagismo do "Canteiro Central" da Avenida Leoberto Leal localizada no Centro do Município de Balneário Rincão/SC.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 15 de Outubro de 2015.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

LEI Nº 232/2015

LEI Nº 232/2015

cria O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA E A CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CAISAN, DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício de Balneário Rincão, OLÍRIO JOSÉ LINO, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, com caráter consultivo e de assessoramento direto ao Chefe do Poder Executivo Municipal, constituindo-se em espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área da segurança alimentar e nutricional.

Art. 2º - Cabe ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de assessorar o Município na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

Art. 3º - Compete ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Balneário Rincão:

I - organizar, mobilizar e coordenar, em articulação com a Câmara Municipal Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município, a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a ser convocada pelo Prefeito Municipal, mediante

Decreto;

II - propor ao Poder Executivo, considerando as deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;

III - articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do Sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - zelar pela realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e pela sua efetividade;

V - manter articulação permanente com outros Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Conselho

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional relativos às ações associadas à Política e ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

VI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno.

Parágrafo Único: O COMSEA Municipal manterá diálogo permanente com a Câmara Intersectorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, para proposição das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive quanto aos requisitos orçamentários para sua consecução.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Balneário Rincão será composto por 6 (seis) membros titulares e 6 (seis) suplentes, representantes governamental e representantes não governamentais.

§ 1º - Caberá ao Prefeito Municipal nomear 2 (dois) representantes titulares e 2 (dois) representantes suplentes, compondo assim a representação governamental no COMSEA.

§ 2º - A representação não governamental no COMSEA consistirá na escolha de 4 (quatro) representantes titulares e 4 (quatro) suplentes, na primeira reunião de instalação do Conselho Municipal de Segurança alimentar, dentre as entidades com envolvimento direto ou indireto com o direito humano à alimentação, nutrição, educação e organização popular no Município.

§ 3º - Caberá ao Chefe do Poder Executivo Municipal encaminhar Ofício, anteriormente à convocação da reunião de instalação do COMSEA, às entidades mencionadas no parágrafo anterior, para que indiquem seus representantes a participar do referido Conselho.

§ 4º - A nomeação dos membros do COMSEA ocorrerá por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos das disposições constantes na ata de instalação do Conselho.

§ 5º - Os (as) Conselheiros (as) suplentes substituirão os (as) titulares, em seus impedimentos, nas reuniões do COMSEA e de suas Câmaras Temáticas, com direito a voz e voto.

§ 6º - Os representantes governamentais e não governamentais no COMSEA terão mandato de dois anos, permitida recondução.

§ 7º - A ausência às reuniões plenárias deve ser justificada em comunicação por escrito à presidência com antecedência de no mínimo três dias, ou três dias posteriores à reunião, se imprevisível a falta.

§ 8º - O Conselheiro que, no exercício da titularidade, faltar a três reuniões ordinárias consecutivas ou a quatro alternadas, salvo justificativa por escrito, aprovada por maioria simples dos membros do Conselho, perderá o mandato, vedada a sua recondução para o mesmo período.

§ 9º - Na perda de mandato de Conselheiro representante de órgão ou entidade governamental, assumirá o suplente ou, na existência deste, aquele que for indicado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 10 - Na perda de mandato de Conselheiro representante de órgão ou entidade não governamental, assumirá o suplente ou, na existência deste, aquele que for indicado pela respectiva entidade.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar – COMSEA, do Município de Balneário Rincão terá a seguinte organização:

- I – Presidente;
- II – Vice-Presidente;
- III – Secretário.

Art. 6º - Ao Presidente incumbe:

- I - zelar pelo cumprimento das deliberações do COMSEA Municipal;
- II - representar externamente o COMSEA Municipal;
- III - convocar, presidir e coordenar as reuniões do COMSEA Municipal;
- IV - manter interlocução permanente com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN;
- V - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias.

Parágrafo único: O COMSEA será presidido por um Conselheiro representante não governamental, escolhido por seus pares, na reunião de instalação do Conselho, com a posterior nomeação pelo Prefeito Municipal, através de Decreto.

Art. 7º - Ao vice-presidente, representante governamental, caberá substituir o Presidente em suas ausências, bem como outras funções permitidas em regulamento próprio, obedecidas às disposições desta Lei.

Art. 8º - Compete ao Secretário assessorar o COMSEA Municipal nas rotinas burocrático-administrativas, dando suporte e/ou prestando apoio logístico ao Conselho, bem como outras funções permitidas em regulamento próprio, obedecidas às disposições desta Lei.

Art. 9º - Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMSEA, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constar assuntos de sua área de atuação.

Art. 10 - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Balneário Rincão poderá compor comissões temáticas, cabendo ao Presidente estabelecer prazos para apresentação de resultados, observado o disposto no Regimento Interno.

Parágrafo único: As comissões temáticas serão compostas por conselheiros (as) designados (as) pelo plenário do COMSEA, observadas as condições estabelecidas no seu regimento interno.

Art. 11 - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

- COMSEA do Município de Balneário Rincão poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

Art. 12 - Cabe ao Governo Municipal assegurar ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Balneário Rincão, assim como a suas câmaras temáticas e grupos de trabalho, os meios necessários ao exercício de suas competências, incluindo suporte administrativo e técnico.

Art. 13 - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Balneário Rincão reunir-se-á, ordinariamente, em sessões mensais e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou, pelo menos, pela metade de seus membros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Art. 14 - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA do Município de Balneário Rincão elaborará o seu regimento interno em até sessenta dias, a contar da data de sua instalação.

Art. 15 - As funções dos membros do COMSEA não serão remuneradas, sendo, porém, quando em representação do Conselho, assegurado o custeio e/ou ressarcimento de despesa com transporte, hospedagem e alimentação, bem como o pagamento de inscrição em cursos de capacitação, congressos, conferências e outros eventos ligados aos objetivos deste.

Art. 16 - A função de membro do COMSEA é considerada prestação de relevante serviço público.

CAPÍTULO II

Da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN

Art. 17 - Fica criada ainda a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN do Município de Balneário Rincão, órgão composto por Gestores Municipais, com a finalidade de promover a articulação e a integração do COMSEA, órgãos, entidades e ações da Administração Pública Municipal afetos à área de Segurança Alimentar e Nutricional.

§ 1º - A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, deverá ser integrada pelos titulares das pastas de Assistência Social, Educação, Pesca, Agricultura e Meio Ambiente, Saúde e pelo Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

§ 2º - O Secretário-Executivo da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN será indicado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º - A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN será regulamentada por meio de Decreto Municipal.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 07 de outubro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

Prefeito em exercício

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 07 de outubro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 233/2015

LEI Nº 233/2015

ALTERA REDAÇÃO DO ART. 1º DA LEI Nº 009/2014 QUE CRIOU A GRATIFICAÇÃO PARA SERVIDORES INTEGRANTES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO.

O Prefeito em exercício de Balneário Rincão, OLÍRIO JOSÉ LINO, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 1º da Lei Complementar nº 009/2014 passa a ter a seguinte redação: Fica criada a gratificação especial para os servidores designados para integrar a Comissão Permanente de Licitação, Função de Pregoeiro e Comissão de Apoio ao Pregão, destinada, em todos os órgãos e poderes do Município ao servidor ocupante de cargo em comissão e efetivos que, além, de suas atribuições ordinárias do cargo, seja designado para integrar a Comissão Permanente de Licitação, Pregoeiro Oficial e Comissão de Apoio ao Pregão.

Art. 2º - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 07 de outubro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

Prefeito em exercício

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 07 de outubro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 234/2015

LEI Nº 234/2015

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE SAÚDE VOCAL E AUDITIVA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício de Balneário Rincão, OLÍRIO JOSÉ LINO, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Saúde Vocal e Auditiva dos professores da rede municipal de ensino do Município de Balneário Rincão.

Art. 2º - O programa tem por objetivo atendimento médico preventivo e corretivo dos problemas vocais e auditivos a que estão sujeitos os professores da rede municipal de ensino.

Art. 3º - O programa deverá abranger assistência preventiva, na rede pública de saúde, com a realização de, no mínimo 01 (um) curso teórico-prático anual, objetivando conscientizar e orientar os professores das alterações vocais e auditivas.

Art. 4º - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Educação a formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução do programa Municipal de Saúde Vocal e Auditiva.

Art. 5º - O Programa Municipal de Saúde Vocal e Auditiva terá caráter fundamentalmente preventivo, mas, uma vez detectada alguma disfunção, será garantido ao professor o pleno acesso a tratamento médico.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas, se necessário.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 07 de outubro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

Prefeito em exercício

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 07 de outubro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 235/2015

LEI Nº 235/2015

DISPÕE SOBRE O AGENDAMENTO E A REALIZAÇÃO DE MAMOGRAFIA NAS UNIDADES DE SAÚDE DA PREFEITURA DE BALNEÁRIO RINCÃO.

Eu, OLÍRIO JOSÉ LINO, Prefeito em exercício de Balneário Rincão, faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei disciplina o agendamento e a realização de exame preventivo de câncer de mama através da mamografia nas unidades de saúde da Prefeitura de Balneário Rincão.

Parágrafo único. A mamografia, de caráter preventivo, destina-se a mulheres na faixa de idade entre 40 (quarenta) e 69 (sessenta e nove anos), devendo ser realizado a cada dois anos.

Art. 2º - O exame preventivo de câncer de mama através de mamografia será agendado e realizado pelas unidades municipais de saúde sem necessidade de prévio encaminhamento médico.

Art. 3º - O agendamento poderá ser realizado no mês de aniversário da mulher ou nos meses subsequentes, em anos pares ou ímpares, respectivamente de acordo com o ano de nascimento.

§1º As mulheres que há mais de 2 (dois) anos não realizam a mamografia preventiva poderão agendar o exame no mês de nascimento, sem obedecer à correlação de ano par ou ímpar com o respectivo ano de nascimento.

§2º Nos primeiros doze meses de implantação desde sistema, poderão agendar o exame as mulheres com aniversário nos meses anteriores ao seu início.

Art. 4º - Em qualquer época, depois de iniciado o sistema, as mulheres que ainda não aderiram ao sistema poderão iniciar sua participação, quando então serão feitos os registros e a programação para acompanhamento do programa de prevenção.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 07 de outubro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO

Prefeito em exercício

Publicada e registrada na Secretaria de Administração em 07 de outubro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK

Secretário de Administração e Finanças

Barra Velha

PREFEITURA

16º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

16º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, que o candidato inscrito para o cargo de Advogado LEANDRO PIGOZZI, no Concurso Público, Edital nº. 001/2012, homologado através da Portaria nº 192, de 31 de janeiro de 2013, não compareceu e não apresentou qualquer justificativa, para comprovação dos Requisitos, solicitados através do 4º Edital de Convocação no prazo legal, publicado em 24/06/13, perdendo o direito à vaga, conforme item 9.1 do Edital 001/2012.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 09 de outubro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR
Secretário Mun. Adm. E Finanças

17º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 01/2012

17º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 01/2012
1ª fase e 2ª fase - Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, a 17ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos da 1ª e 2ª fase, do Concurso Público, conforme item 9.2, do Edital nº. 01/2012, para os seguintes cargos:

PREFEITURA
Nível Superior
Advogado
Engenheiro Civil

1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no item 6.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;

- Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
- Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;
- Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net);
- Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;
- Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);
- declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.
- Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em www.consulplan.net);

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados na data e local determinados no presente Edital, sob pena de eliminação.

2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames (com prazo máximo de 60 dias):

- hemograma completo,
- contagem de plaquetas,
- parcial de urina,
- creatinina,
- uréia,
- sorologia para lues,
- glicemia de jejum,
- exame radiológico do tórax 2 posições – P + PA,
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião;
- vacina anti-rubéola.

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescidos eletrocardiograma com laudo médico (com prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescentado Colesterol Total e Triglicerídeos (com prazo máximo de 30 dias).

2.4 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRRF, relativa ao último exercício (2014);

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

5. DO LOCAL E DATA DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 6.1, deverão se apresentar no dia 27 de novembro de 2015, no horário das 14h às 17h, na Secretaria de Administração e Finanças, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha – SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1 e 2, conforme a programação abaixo estabelecida:

6. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

6.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2015, DAS 14H ÀS 17H
PREFEITURA

Nível Superior
Advogado
4º Ronivan Picharki
5º Altair Mariot Júnior

Engenheiro Civil
4º Mario Cesar Leal
5º Denise Marques

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1 e 2. Não serão recebidos os documentos de forma parcial dentro do prazo de convocação deste Edital.

7.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site www.barravelha.sc.gov.br e DOM – Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br.

7.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

7.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 01/2012, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

7.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim, assessorados pela Consulplan.

7.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: – apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pelo Município de Barra Velha, na 1º e 2ª fase, do Concurso Público previsto no Edital 01/2012, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

7.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 13 de outubro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR
Secretário Mun. Adm. e Finanças

ERRATA 001/2015 PP 059/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 077/2015 - Pregão Presencial nº 059/2015

ERRATA 001/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção (preventiva e corretiva) mecânica geral, elétrica, tornearia, lanternagem, latoaria, pintura, suspensão, válvula, caixa de câmbio, diferencial, vidros, estofaria, amortecedores, molas e freios em geral, com fornecimento de peças para os veículos pertencentes à frota das Secretarias de Obras, de Agricultura, Educação, Delegacia de Polícia, Polícia Militar e Fundo de Saúde E Fundo de Reequipamento dos Bombeiros Militares do Município de Barra Velha/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 29/10/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 29/10/2015 às 14:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra E SUAS ALTERAÇÕES encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 15 de outubro de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito.

ERRATA 001/2015 PP 064/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 084/2015 - Pregão Presencial nº 064/2015

ERRATA 001/2015

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE para contratação de empresa para serviços de instalação e manutenção elétrica para as Escolas Ceis e Secretaria de Educação do município, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 16/10/2015 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 16/10/2015 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra E SUAS ALTERAÇÕES encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:00 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 15 de outubro de 2015. CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 276

DECRETO N.º 276/2015, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

“NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO PERMANENTE DE INCENTIVO DO PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DE ATENÇÃO BÁSICA – PMAQ-AB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Municipal nº 1.127, de 01 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Monitoramento Permanente de Incentivo do PMAQ – AB – Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade de Atenção Básica, responsável pela avaliação e tratativas pertinentes a Lei Municipal nº 1.127, de 01 de outubro de 2015, sem ônus aos cofres públicos para o exercício da função, composta pelos seguintes membros:

I – 01 (um) membro representante do Fundo Municipal de Saúde:

a) Ivani Koch Adur

II – 02 (dois) profissionais de nível superior

a) Gilcione Mazarovicz

b) Edison Lotti

III – 02 (dois) profissionais de nível técnico

a) Clauzete Tarian Schweicrzski de Souza

b) Mariza Schiessl

IV – 02 (dois) agentes comunitários de saúde

a) Ederson João Kubiak

b) Janine Eliziane Sempkoski

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 08 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 08/10/2015

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 277

DECRETO N.º 277/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

“PONTO FACULTATIVO EM ALUSÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que 28 de outubro é o “Dia do Servidor Público” e que, este ano, aludida data recai em uma quarta-feira, o que importaria interrupção prejudicial a continuidade dos serviços públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado “PONTO FACULTATIVO”, em todas as repartições públicas municipais, no dia 30 de outubro de 2015 (sexta-feira), postergando, excepcionalmente, a comemoração alusiva ao “Dia do Servidor Público” no âmbito do Município de Bela Vista do Toldo.

Art. 2º. Ficam ressalvados das disposições do art. 1º os serviços emergenciais e essenciais, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias.

Art. 3º. As atividades desta Prefeitura e demais repartições públicas voltarão ao normal no dia 03 de novembro de 2015, às 07h30min.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 09 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 09/10/2015

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 278

DECRETO N.º 278/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

"INSTITUI HORÁRIO EXCEPCIONAL E ALTERA O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a necessidade de atendimento aos ditames insculpidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, mais precisamente ao equilíbrio entre receitas e despesas;

CONSIDERANDO a necessidade de redução de custos de manutenção da estrutura do ente público municipal;

CONSIDERANDO que a desaceleração econômica que o país vem vivenciando nos últimos meses impacta negativamente na arrecadação do Município;

CONSIDERANDO que a manutenção dos serviços prestados à população não sofrerão qualquer modificação em sua normalidade, pois serão mantidos os serviços essenciais:

DECRETA:

Art. 1º. O expediente dos serviços públicos municipais fica reduzido para turno único de trabalho de forma excepcional, compreendido entre as 07h30min às 13h30min, a partir de 19 de outubro de 2015.

§ 1º. O horário de trabalho dos servidores públicos municipais obedecerá o estabelecido no "caput" deste artigo, sem a alteração de suas respectivas remunerações.

§ 2º. Os serviços de natureza essencial relativos a saúde e os serviços de educação manterão o horário integral exercido até a presente data, com a observância das condições necessárias de revezamento de servidores correspondentes, se for o caso, obedecendo a redução da carga horaria sem alteração de suas remunerações, em igualdade aos demais servidores, sem prejuízo dos serviços públicos prestados à população.

§ 3º. Da mesma forma, como previsto no parágrafo anterior, os serviços excepcionais e emergenciais, que se apresentarem por necessidade momentânea, estado de emergência ou calamidade pública, deverão atender as regras estabelecidas no presente Decreto.

§ 4º. O uso de bens públicos e veículos de propriedade do Município ficam restringidos ao horário estabelecido no "caput" deste artigo, com exceção dos veículos utilizados na forma dos §§ 2º e 3º.

§ 5º. Sem autorização do Chefe do Poder Executivo, fica expressamente proibido a utilização de materiais de expediente, equipamentos de informática e das dependências do Paço Municipal, bem como, das sedes das Secretarias e Fundos Municipais, além do horário estabelecido no "caput" deste artigo.

Art. 2º. Para os fins de total atendimento à população, este Decreto deverá ser amplamente divulgado.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 09 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 09/10/2015

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 279

DECRETO N.º 279/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal n.º 1067/2014, de 30 de outubro de 2014 – LOA:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo, para o exercício de 2015, no valor de R\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|----------------------|----------------------------|--|-----------|
| ÓRGÃO | 06.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | R\$ |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| 37-12.361.0005-2.007 | 2.007 | Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0701 | Aplicações Diretas | 35.500,00 |
| TOTAL GERAL | | | 35.500,00 |

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica anulado no Plano Plurianual 2014 – 2017 (Lei nº 992/2013) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº 1.066/2014) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2015 (Lei nº 1.067/2014) e seus anexos, do Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, até o valor de R\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais), conforme a seguinte classificação institucional:

| | | | |
|----------------------|----------------------------|--|-----------|
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | R\$ |
| 36-12.361.0005-2.007 | 2.007 | Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental | |
| Dotação | 3.1.90.00.00.00.00.00.0701 | Aplicações Diretas | 30.000,00 |
| Unidade Orçamentária | 06.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | |
| 38-12.361.0005-2.007 | 2.007 | Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.0701 | Aplicações Diretas | 5.500,00 |
| TOTAL GERAL | | | 35.500,00 |

Art. 3º. As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 09 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 09/10/2015

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 280

DECRETO N.º 280/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.129/2015, de 14 de outubro de 2015:

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 886.019,68 (oitocentos e oitenta e seis mil dezenove reais e sessenta e oito centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|----------------------|----------------------------|--|------------|
| ÓRGÃO | 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | R\$ |
| Unidade Orçamentária | 07.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 85-15.452.0006-1.007 | 1.007 | Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.0743 | Aplicações Diretas | 886.019,68 |
| TOTAL GERAL | 886.019,68 | | |

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 886.019,68 (oitocentos e oitenta e seis mil dezenove reais e sessenta e oito centavos), referente a Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente ao Convênio SC/Rural SIE Transferência nº10082015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 14/10/2015

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 281

DECRETO N.º 281/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.130/2015, de 14 de outubro de 2015:

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 436.577,74 (Quatrocentos e trinta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|----------------------|----------------------------|--|------------|
| ÓRGÃO | 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | R\$ |
| Unidade Orçamentária | 07.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 85-15.452.0006-1.007 | 1.007 | Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.0743 | Aplicações Diretas | 436.577,74 |
| TOTAL GERAL | 436.577,74 | | |

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 436.577,74 (Quatrocentos e trinta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos), referente a Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente ao Convênio nº2015TR001432 FUNDAM.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 14/10/2015

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 282

DECRETO N.º 282/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.131/2015, de 14 de outubro de 2015:

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 192.043,91 (cento e noventa e dois mil quarenta e três reais e noventa e um centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|----------------------|----------------------------|--|------------|
| ÓRGÃO | 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | R\$ |
| Unidade Orçamentária | 07.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 85-15.452.0006-1.007 | 1.007 | Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.0743 | Aplicações Diretas | 192.043,91 |
| TOTAL GERAL | 192.043,91 | | |

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 192.043,91 (Cento e noventa e dois mil quarenta e três reais e noventa e um centavos), conforme especificado abaixo:

| | | | |
|-----------------------|----------------------------|--|------------|
| ÓRGÃO | 13.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | R\$ |
| Unidade Orçamentária | 13.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | |
| 120-04.121.0007-2.026 | 2.026 | Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0700 | Aplicações Diretas | 192.043,91 |
| TOTAL GERAL | 192.043,91 | | |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 14/10/2015

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.129

LEI Nº 1.129/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 886.019,68 (Oitocentos e oitenta e seis mil dezenove reais e sessenta e oito centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|----------------------|----------------------------|--|------------|
| ÓRGÃO | 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | R\$ |
| Unidade Orçamentária | 07.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 85-15.452.0006-1.007 | 1.007 | Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.0743 | Aplicações Diretas | 886.019,68 |
| TOTAL GERAL | 886.019,68 | | |

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 886.019,68 (Oitocentos e oitenta e seis mil dezenove reais e sessenta e oito centavos), referente a Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente ao Convênio SC/Rural SIE Transferência nº10082015.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 14 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.130

LEI Nº 1.130/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 436.577,74 (Quatrocentos e trinta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|----------------------|----------------------------|--|------------|
| ÓRGÃO | 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | R\$ |
| Unidade Orçamentária | 07.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 85-15.452.0006-1.007 | 1.007 | Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.0743 | Aplicações Diretas | 436.577,74 |
| TOTAL GERAL | 436.577,74 | | |

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 436.577,74 (Quatrocentos e trinta e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e setenta e quatro centavos), referente a Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente ao Convênio nº2015TR001432 FUNDAM.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 14 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.131

LEI Nº 1.131/2015, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 192.043,91 (Cento e noventa e dois mil quarenta e três reais e noventa e um centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|----------------------|----------------------------|--|------------|
| ÓRGÃO | 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | R\$ |
| Unidade Orçamentária | 07.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| 85-15.452.0006-1.007 | 1.007 | Pavimentação e Recuperação de Ruas e Estradas | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.0743 | Aplicações Diretas | 192.043,91 |
| TOTAL GERAL | 192.043,91 | | |

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 192.043,91 (Cento e noventa e dois mil quarenta e três reais e noventa e um centavos), conforme especificado abaixo:

| | | | |
|-----------------------|----------------------------|--|------------|
| ÓRGÃO | 13.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | R\$ |
| Unidade Orçamentária | 13.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | |
| 120-04.121.0007-2.026 | 2.026 | Manutenção da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.0700 | Aplicações Diretas | 192.043,91 |
| TOTAL GERAL | 192.043,91 | | |

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de outubro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 14 de outubro de 2015.

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Benedito Novo

PREFEITURA

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 68/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 68 /2015

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

O município de BENEDITO NOVO, SC, com sede na Rua Celso Ramos, nº 5.070, Centro, cidade de Benedito Novo, CEP 89.124/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09:00 horas, do dia 03 de NOVEMBRO de 2015, tendo como local o CENTRO DE EVENTOS, localizado na Rua Cruz e Souza nº 105, Centro, Benedito Novo, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. LOTE 01: 01 CAMIONETA I/RENAULT TF ENGESIG AMBULÂNCIA, ano/modelo 2002, Placas MFQ 0310, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 4.000,00. LOTE 02: 01 GM/KADETT IPANEMA SL AMBULÂNCIA, ano1993, modelo 1994, Placas MAQ 1374, cor branca, Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 500,00. LOTE 03: LOTE DE JANELAS DE CANELA E JANELAS DE FERRO. LANCE INICIAL R\$ 100,00. LOTE 04: SUCATA DE FERRO VELHO. LANCE INICIAL R\$ 150,00. LOTE 05: SUCATA DE INFORMÁTICA. LANCE INICIAL R\$ 100,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou ainda pelos telefones Fone (47) 3385 0487 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Benedito Novo (SC), 16 de outubro de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

PREFEITO MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

Biguaçu

PREFEITURA

CONTRATOS MÊS 09

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 395/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
Valor: 0,01 (um centavo)
Vigência: Início: 11/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 209/2015
Recursos: Dotação: 201833900000000000 (81)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DO QUADRO DO MAGISTÉRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Contrato Nº: 393/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: SEBRAE-SERVDE APOIO AS MICRO E PEQEMP
Valor: 40.568,00 (quarenta mil quinhentos e sessenta e oito reais)
Vigência: Início: 03/09/2015 Término: 20/07/2018
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 212/2015
Recursos: Dotação: 207333900000000000 (203)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL - GRANDE FLORIANÓPOLIS - MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Aditivo Nº: 350-4/2014 - Contrato Nº: 350/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA ME
Vigência: Início: 11/09/2015 Término: 30/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 205/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS DO MUNICÍPIOS CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL

Contrato Nº: 396/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: CONTEXTO ASSESSORIA LTDA - ME
Valor: 155.160,49 (cento e cinquenta e cinco mil cento e sessenta reais e quarenta e nove centavos)
Vigência: Início: 11/09/2015 Término: 11/12/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº: 193/2015
Recursos: Dotação: 102544900000000000 (312)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA QUE REALIZARÁ O PROJETO TÉCNICO SOCIAL DO RESIDENCIAL VILA REAL, REFERENTE AO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-MCMV CONFORME O MEMORANDO EM ANEXO

Aditivo Nº: 337-1/2014 - Contrato Nº: 337/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: LÉA CIBELE PEREIRA DE SOUZA
Valor: 32.448,00 (trinta e dois mil quatrocentos e quarenta e oito reais)
Vigência: Início: 08/09/2015 Término: 08/09/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 193/2014
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA ALOCARMOS

AS ATIVIDADES DA CASA LAR MUNICIPAL

Aditivo Nº: 207-4/2014 - Contrato Nº: 207/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: LUGATI IT SERVICES LTDA - ME
Vigência: Início: 01/09/2015 Término: 19/12/2015
Licitação: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº: 70/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MODERNIZAÇÃO DO PORTAL DO CIDADÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contrato Nº: 397/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: JAIR JORGE DE SOUZA - ME
Valor: 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Vigência: Início: 15/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 215/2015
Recursos: Dotação: 205233900000000000 (235)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA REFORMA DE TODA A ESTRUTURA DE ARMÁRIOS EM MDF COM TROCA DE PEÇAS, DOS GUARDA-ROUPAS UTILIZADOS PELAS GARNIÇÕES DE SERVIÇO OPERACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU

Contrato Nº: 398/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: MARCUS VINICIUS HOFFMANN ME
Valor: 6.000,00 (seis mil reais)
Vigência: Início: 15/09/2015 Término: 15/03/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 205/2015
Recursos: Dotação: 207333900000000000 (203)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA E EVOLUTIVA PARA O SISTEMA PRÓ-EMPREGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Aditivo Nº: 180-3/2014 - Contrato Nº: 180/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ALBERTO ZIMMERMANN
Valor: 10.767,90 (dez mil setecentos e sessenta e sete reais e noventa centavos)
Vigência: Início: 15/09/2015 Término: 19/11/2015
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 62/2014
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE TEM POR FINALIDADE ALOCAR OS FUNCIONÁRIOS E OS ALUNOS DO CEIM DONA DORVALINA

Aditivo de Supressão Nº: 8-4/2013 - Contrato Nº: 008/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: ESCRIMATE COM REPRES MAT ESCRIT INF LTDA ME
Valor: 28.200,00 (vinte e oito mil e duzentos reais)
Vigência: Início: 15/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 220/2012
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços OUT SOURCING de impressão e fotocópias, prestação de serviços de impressão com fornecimento de impressoras P&B e coloridas, laser e multifuncionais P&B a laser e software, novos de primeiro uso, com descrição técnica detalhada no anexo I deste edital, inclusive com fornecimento total de suprimentos originais do fabricante do equipamento, exceto papel, na modalidade de atendimento "ON SITE" e instalação nas dependências da PMB e suas unidades op

Aditivo de Supressão Nº: 488-3/2012 - Contrato Nº: 488/2012
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: GESTÃO PÚBLICA - CONSULTORES ASSOC SOC SIM-
PLES
Valor: 18.975,72 (dezoito mil novecentos e setenta e cinco reais e
setenta e dois centavos)
Vigência: Início: 15/09/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 221/2012
Objeto: Contratação de empresa especializada, comprovadamente
qualificada e com experiência para realizar serviços de consultoria
nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade pública,
atendimento à Lei (federal) nº 4320/64, atendimento à Lei Com-
plementar (federal) nº 101/2000, sistema de controle interno e
capacitação de pessoal nessas áreas

Contrato Nº: 399/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: DARTORA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA
Valor: 842.754,58 (oitocentos e quarenta e dois mil setecentos e
cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos)
Vigência: Início: 21/09/2015 Término: 21/04/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 190/2015
Recursos: Dotação: 104544900000000000 (345)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS
DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DAS RUAS CAMBORIÚ, CRICIÚ-
MA, NOVA TRENTO, TREZE TÍLIAS, ANTÔNIO CARLOS, ARARAN-
GUÁ, CAÇADOR, ITAJAÍ, JOINVILLE, LOCALIZADAS NO BAIRRO
JARDIM CAROLINA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Contrato Nº: 401/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
Valor: 1.085.402,68 (um milhão oitenta e cinco mil quatrocentos e
dois reais e sessenta e oito centavos)
Vigência: Início: 06/10/2015 Término: 06/04/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 188/2015
Recursos: Dotação: 104544900000000000 (345)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS
PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, DRENAGEM E SINALIZA-
ÇÃO DA RUA OLÍVIO RAFAEL SHULA E PAVIMENTAÇÃO COM LAJO-
TAS SEXTAVADAS, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DAS RUAS MARIA
MOISÉS, JOSÉ DO NASCIMENTO DOS REIS E FELICIANO FRAN-
CISCO GONÇALVES, TODAS LOCALIZADAS NO BAIRRO AREIAS DE
CIMA, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC

Contrato Nº: 402/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: KELPS INSTALACOES ELETRICAS E INDUSTRIAIS EI-
RELI
Valor: 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)
Vigência: Início: 06/10/2015 Término: 06/10/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv Engenharia Nº:
216/2015
Recursos: Dotação: 208533900000000000 (44)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ELABORAÇÃO DE
ESTUDO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS A
ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO

Contrato Nº: 403/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA
Valor: 1.229.342,59 (um milhão duzentos e vinte e nove mil trezen-
tos e quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos)
Vigência: Início: 06/10/2015 Término: 06/05/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº:
211/2015
Recursos: Dotação: 104544900000000000 (343)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVI-
ÇOS DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA

A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM DA ESTRADA GE-
RAL DE SÃO MATEUS, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, DE ACORDO
COM PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO
FINANCEIRO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTE INTEGRANTE
DESTE EDITAL

Contrato Nº: 404/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
Valor: 447.373,73 (quatrocentos e quarenta e sete mil trezentos e
setenta e três reais e setenta e três centavos)
Vigência: Início: 06/10/2015 Término: 06/09/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 189/2015
Recursos: Dotação: 104544900000000000 (345)
Objeto: CONTRAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO
PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, DRENAGEM E SINALIZA-
ÇÃO E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, DRENAGEM E
SINALIZAÇÃO DAS RUAS CIPRIANE SIMÃO, CARAMURU GARCIA,
JOSÉ MANOEL, LOCALIZADAS NO BAIRRO CACHOEIRAS, NO MU-
NICÍPIO DE BIGUAÇU/SC

Contrato Nº: 405/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME
Valor: 501.293,34 (quinhentos e um mil duzentos e noventa e três
reais e trinta e quatro centavos)
Vigência: Início: 06/10/2015 Término: 06/09/2016
Licitação: Concorrência p/ Obras e Serv Engenharia Nº: 189/2015
Recursos: Dotação: 104544900000000000 (345)
Objeto: CONTRAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO
PARA PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO, DRENAGEM E SINALIZA-
ÇÃO E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, DRENAGEM E
SINALIZAÇÃO DAS RUAS GEORGINO FERMINO MACHADO E GUS-
TAVO JUSTINO REIS LOCALIZADAS NO BAIRRO CACHOEIRAS, NO
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC

Aditivo Nº: 319-1/2015 - Contrato Nº: 319/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME
Valor: 2.746,43 (dois mil setecentos e quarenta e seis reais e qua-
renta e três centavos)
Vigência: Início: 08/10/2015 Término: 10/11/2015
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº:
159/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO,
MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMEN-
TAÇÃO E DRENAGEM DA RUA HÉLIO LAUDELINO DA SILVA, BAIR-
RO BOM VIVER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Aditivo Nº: 370-1/2014 - Contrato Nº: 370/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: 1DOC TECNOLOGIA LTDA - ME
Vigência: Início: 08/10/2015 Término: 17/11/2015
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 229/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOF-
TWARE, SISTEMA E-DOC MEMORANDO ELETRÔNICO, PARA PRO-
CURADORIA GERAL DE BIGUAÇU

Aditivo Nº: 319-2/2015 - Contrato Nº: 319/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada: WA COMERCIO LTDA - ME
Valor: 7.346,76 (sete mil trezentos e quarenta e seis reais e setenta
e seis centavos)
Vigência: Início: 09/10/2015 Término: 10/11/2015
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv Engenharia Nº:
159/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVI-
ÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVI-
MENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA HÉLIO LAUDELINO DA SILVA,

BAIRRO BOM VIVER, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Contrato Nº: 406/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: CELIA REGINA W SANI - ME

Valor: 7.869,00 (sete mil oitocentos e sessenta e nove reais)

Vigência: Início: 09/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 217/2015

Recursos: Dotação: 205244900000000000 (237)

Objeto: AQUISIÇÃO DE (MATERIAL PERMANENTE) , E ITENS IMOBILIÁRIOS, PARA A COZINHA , REFEITÓRIO E, SESSÃO DE LOGÍSTICA DA 3º /10º BBM - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU A ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO NO MEMORANDO E- 6662/2015

Contrato Nº: 407/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: MILENIUM COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor: 980,00 (novecentos e oitenta reais)

Vigência: Início: 09/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 217/2015

Recursos: Dotação: 205244900000000000 (237)

Objeto: AQUISIÇÃO DE (MATERIAL PERMANENTE) , E ITENS IMOBILIÁRIOS, PARA A COZINHA , REFEITÓRIO E, SESSÃO DE LOGÍSTICA DA 3º /10º BBM - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU A ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO NO MEMORANDO E- 6662/2015

Aditivo Nº: 25-1/2015 - Contrato Nº: 25/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada: SETUF-SINDICATO DAS EMPDE TRANSPURB

Valor: 30.000,00 (trinta mil reais)

Vigência: Início: 14/10/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº: 316/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSE ESCOLAR PARA APROXIMADAMENTE 980 (NOVECIENTOS E OITENTA) ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, DAS COMUNIDADES DE TRÊS RIACHOS, SOROCABA, SAUDADE, ALTO BIGUAÇU, RÚSSIA, SANTA CATARINA, BOM VIVER, CANUDOS, SÃO MARCOS E SÃO MATEUS

Biguaçu, 15 de outubro de 2015

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

CONTRATOS MÊS 09-FAMABI

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Biguaçu

Extrato Contratual – FAMABI

Contrato Nº: 391/2015

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME

Valor: 1.368,00 (um mil trezentos e sessenta e oito reais)

Vigência: Início: 02/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 8/2015

Recursos: Dotação: 207844900000000000 (14)

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA USO DA FAMABI - BIGUAÇU

Contrato Nº: 392/2015

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: SUPRIMOVEIS LTDA ME

Valor: 549,90 (quinhentos e quarenta e nove reais e noventa centavos)

Vigência: Início: 02/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº: 8/2015

Recursos: Dotação: 207844900000000000 (14)

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA USO DA FAMABI - BIGUAÇU

Contrato Nº: 400/2015

Contratante: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada: CLAUDIO SANTOS DE OLIVEIRA

Valor: 1.126,10 (um mil cento e vinte e seis reais e dez centavos)

Vigência: Início: 22/09/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 98/2015

Recursos: Dotação: 207833900000000000 (13)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA USO NA SALA DA FAMABI

Biguaçu, 15 de outubro de 2015

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

DECRETO Nº 179/2015

DECRETO Nº 179/2015 DE: 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispensa a realização da audiência pública para a elaboração e discussão da Lei Orçamentária para 2016.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, que as audiências públicas exigidas pelo artigo 48, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal se destinam a promover a participação da sociedade na definição dos objetivos, metas e prioridades da administração na aplicação dos recursos públicos e a transparência dos atos do governo;

CONSIDERANDO, que foram realizadas as audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão do Plano Plurianual para 2014/2017 e Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016;

CONSIDERANDO, que na audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias foram discutidas e aprovadas as prioridades e metas da administração para o exercício de 2016 com base num orçamento de receita;

CONSIDERANDO, que a proposta de Lei Orçamentária para 2016 contempla no orçamento da receita e no orçamento da despesa as prioridades e metas da administração constante da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016, discutida e aprovada em audiência pública;

CONSIDERANDO, que as ações de governo e seus valores contemplados na proposta orçamentária para 2016, são as mesmas priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016;

CONSIDERANDO, que a realização de audiência pública para a proposta orçamentária para 2016, seria uma repetição de tudo o que foi apresentado, discutido e aprovado na audiência pública realizada durante o processo de elaboração da LDO para 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a realização de audiência pública durante o processo de elaboração da Lei Orçamentária para 2016, haja vista que esta reproduz as mesmas metas fiscais e físicas aprovadas pela sociedade para a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2016.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 180/2015

DECRETO Nº 180/2015 DE: 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 5.871,00 (Cinco mil, oitocentos e setenta e um reais) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.1.09.000000. A dotação abaixo relacionada:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

| CÓDIGO | AÇÃO/GRUPO DE DESPESA | VALOR |
|-------------------------|--|----------|
| 0701.12.361.0003.2022 | Manutenção Transporte Escolar – E. Fundamental | 5.871,00 |
| 3.3.90.00/0.1.09.000000 | Outras Despesas Correntes | 5.871,00 |

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de outubro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

EXTRATO CONTRATO Nº 10.087/2015 - PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - IL Nº 60/2015 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.087/2015

Processo: Inexigibilidade de Licitação - IL Nº 60/2015 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE TRATAMENTO MÉDICOS EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFECTOLOGIA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: ALV SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. ME

Valor: R\$ 120.960,00 (cento e vinte mil novecentos e sessenta reais).

Vigência: 16/09/2015 a 16/09/2016.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 2568/2015

PORTARIA nº 2568 de 15 de outubro de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Vera Maria da Costa, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II (Ensino Fundamental), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/10/2015.

Biguaçu, 15 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2569/2015

PORTARIA Nº 2569/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), VANIA REGINA COMICHOLI MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9483/2015 em anexo no período de 08/10/2015 a 07/11/2015.

Biguaçu, 15 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2570/2015

PORTARIA Nº 2570/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SALETE NOGUEIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9480/2015 em anexo no período de 08/10/2015 a 29/11/2015.

Biguaçu, 15 de outubro de 2015.

WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2571/2015

PORTARIA Nº 2571/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LILIANE DOMINGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9553/2015 em anexo no período de

05/10/2015 a 09/10/2015.

Biguaçu, 15 de outubro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2572/2015

PORTARIA Nº 2572/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSELI MIRANDA CORREA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9498/2015 em anexo no período de 08/10/2015 a 07/11/2015.

Biguaçu, 15 de outubro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2573/2015

PORTARIA Nº 2573/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIANA ESTER BORGES COSTA, ocupante do Cargo efetivo de ENFERMEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9522/2015 em anexo no período de 07/10/2015 a 09/10/2015.

Biguaçu, 15 de outubro de 2015.
WILLIAN LOFY
Secretário Municipal de Administração

RETIFICAÇÃO DO PP 220/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO PP 220/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas PP 220/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL CECÍLIA ALAIDE DE CARVALHO ROSA, LOCALIZADA NO BAIRRO BOM VIVER.", que devido conveniência administrativa a data de abertura fica a seguinte: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 29/10/2015, até 15:15 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 29/10/2015, às 15:30 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8022.

Biguaçu, 15 de outubro de 2015.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 29.642/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.642 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA JANUÁRIO JORGE DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE MESTRADO EM SAÚDE COLETIVA, PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal SILVANA JANUÁRIO JORGE, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Mestrado em Saúde Coletiva, pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 18 de setembro de 2015 e término previsto para 05 de dezembro de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 07 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/09/005753.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de outubro de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.643/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.643 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSELI SERAFIM DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO SUPERIOR EM PEDAGOGIA, PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - UNIASSELVI.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal ROSELI SERAFIM, ocupante do cargo efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, com remuneração, para realizar Estágio Obrigatório do Curso Superior em Pedagogia, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, com início em 28 de setembro de 2015 e término previsto para 02 de outubro de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 05 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/09/005896.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de outubro de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

RESOLUÇÃO CMI Nº 17/2015

RESOLUÇÃO CMI Nº 17/2015
APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI, PARA PARTICIPAÇÃO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 27 de abril de 2015.

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 906 de 12 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Fundo Municipal do Idoso - FMI e tem sua estrutura de execução e controle contábeis vinculados ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social;

- a Finalidade do Fundo Municipal do Idoso como instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinada a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltados aos idosos do Município de Blumenau, atendendo as diretrizes e deliberações do Conselho Municipal do Idoso;

- que compete ao CMI deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal do Idoso – FMI;

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal do Idoso- FMI;

- a aprovação em Plenária Ordinária do CMI, datada de 21 de setembro de 2015, conforme consta na Ata nº 09/2015, que aprovou a referida despesa.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de diária com recursos do FMI para um (01) Conselheiro Governamental do Conselho Municipal do Idoso- CMI e um (01) Motorista da Semudes, para participação na Audiência Pública sobre “A Situação da Pessoa Idosa com Deficiência em Santa Catarina na perspectiva da Saúde, acessibilidade, autonomia e qualidade de vida” na data de 24/09/2015, em Brusque - SC.

Parágrafo Único: A referida despesa consta no Plano de Aplicação do Ano 2015 do Fundo Municipal do Idoso- FMI do Município de Blumenau, no Eixo - Manutenção/Implantação/Implementação de Ações ao Idoso – Ação 03 – Capacitação Continuada dos conselheiros.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 21 de setembro de 2015.

Irene Joana Nerlich Sotto

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso – CMI

Biênio 2013 - 2015

RESOLUÇÃO CMI Nº 18/2015

RESOLUÇÃO CMI Nº 18/2015

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO - FMI, PARA PARTICIPAÇÃO NO VII ENCONTRO CATARINENSE DE GERONTOLOGIA E II SEMINÁRIO SOBRE ENVELHECIMENTO E INSTITUCIONALIZAÇÃO.

O Conselho Municipal do Idoso – CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária, em 21 de setembro de 2015.

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 906 de 12 de setembro de 2013, que dispõe sobre o Fundo Municipal do Idoso - FMI e tem sua estrutura de execução e controle contábeis vinculados ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social;

- a Finalidade do Fundo Municipal do Idoso como instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinada a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltados aos idosos do Município de Blumenau, atendendo as diretrizes e deliberações do Conselho Municipal do Idoso;

- que compete ao CMI deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal do Idoso – FMI;

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal do Idoso - FMI;

- a aprovação em Plenária Ordinária do CMI, datada de 21 de setembro de 2015, conforme consta na Ata nº 09/2015, que aprovou a referida despesa.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o custeio de diária com recursos do FMI para três (03) conselheiros governamentais do Conselho Municipal do Idoso - CMI e um (01) motorista da Semudes, para participação no VII Encontro Catarinense de Gerontologia E II Seminário Sobre Envelhecimento e Institucionalização, nas datas: 22 e 23 de outubro de 2015, em Florianópolis - SC.

Parágrafo Único: A referida despesa consta no Plano de Aplicação do Ano 2015 do Fundo Municipal do Idoso - FMI do Município de Blumenau, no Eixo - Manutenção/Implantação/Implementação de Ações ao Idoso – Ação 03 – Capacitação Continuada dos conselheiros.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 05 de outubro de 2015.

Irene Joana Nerlich Sotto

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso – CMI

Biênio 2013 - 2015

RESOLUÇÃO CMI Nº 19/2015

RESOLUÇÃO CMI Nº 19/2015

NOMEIA COMPONENTES PARA A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE BLUMENAU, PARA O BIÊNIO 2015/2017.

O Conselho Municipal do Idoso, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013,

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar 906, de 12 de setembro de 2013, que em seu art. 13, inciso II dispõe sobre a representação das Organizações Não Governamentais de defesa dos direitos dos idosos;

- o término do mandato dos Conselheiros do CMI, Biênio 2013/2015;

- que a Plenária Ordinária, realizada em 21 de setembro de 2015, aprovou a composição da Comissão Especial para Processo de Eleição dos Conselheiros Não Governamentais do Conselho Municipal do Idoso - CMI de Blumenau, para o Biênio 2015/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Indicar os Conselheiros para comporem a Comissão Especial do Processo de Eleição dos Conselheiros Não Governamentais do CMI, para o Biênio 2015/2017, a seguir elencados:

I – Waldemar Meyer, representando a Pastoral da Pessoa Idosa – Diocese de Blumenau;

II – Irene Joana Nerlich Sotto, representando a Associação Brasileira de Alzheimer;

III - Vanessa Maria Sens Reckelberg, representando a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Subseção de Blumenau;

IV – Nilvana Loraine Campos Gonçalves, representando o Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 14 de outubro de 2015.

Irene Joana Nerlich Sotto

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso

EXTRATO CONTRATO Nº 09/2015 - URB

EXTRATO DO CONTRATO 09/2015.

Partes: Companhia de Urbanização de Blumenau – URB e RD Pisos Serviços de Impermeabilização Ltda.

Objeto: Execução de serviços de lançamento do concreto usinado, adensamento com vibrador de imersão, nivelamento a laser, desmoldamento e polimento com máquinas alisadoras, corte das juntas serradas, informadas pela contratante e tratamento de junta de dilatação com PU na cor cinza, pelo período de 12 (doze) meses.

Fundamentação Legal: Carta-Convite 01-002/2015 de 28 de setembro de 2015 - De acordo com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações.

Preço: O valor total do presente contrato será de R\$ 17.238,00 (Dezessete mil e duzentos e trinta e oito reais).

Pagamento: O pagamento realizar-se-á mensalmente, em até 28 (vinte e oito) dias após a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Prazo de vigência: Prazo de vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, podendo o presente contrato ser prorrogado por acordo entre as partes, até o limite de 60 meses, nos termos do art. 57 da lei n. 8.666/93.

Data: 29 de setembro de 2015.

EXTRATO Nº 233/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 233/2015

Dispensa de Licitação nº. 172/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE PRÉ DIAGNÓSTICO ENERGÉTICO DE ACORDO COM A CHAMADA PÚBLICA PEE CELESC Nº 001/2015. Contratada: P3 ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA. - EPP. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado até o dia 10 de novembro de 2015, desde que o mesmo seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), discriminando os serviços prestados, através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e). Valor/Elemento de Despesa: 14.500,00 (catorze mil e quinhentos reais)/3.3.90.30.00.00.00.

Blumenau, 14 de outubro de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 238/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 238/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Alpha Print Editora e Gráfica LTDA. ME.

OBJETO: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de impressão, com fornecimento de materiais, para diversos setores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 131/2015 e ata de registro de preços nº. 102/2015 firmado em 23 de setembro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| LOTE 13 | | | | | | |
|---|-------------|-------|----------|---|-------------------------|------------------------------|
| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
| 1 | 34611 | 4.000 | Exemplar | Revista "Escolha Certa" Capa + 56 páginas (1 + 14 lâminas) Formato aberto: 40,4x 26,6 cm / Formato fechado: 20,2 x 26,6 cm Papel: Capa em couché fosco 230g/m2 e miolo em couché fosco 115g/m2 Cor: 4x4 em todas as lâminas Acabamento: corte reto, vinco, dobra e grampo Os materiais serão solicitados em lotes mínimos de 1.000 exemplares | 4,30 | 17.200,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 17.200,00 | | |
| Preço Total do Lote (em reais, por extenso) | | | | Dezessete mil e duzentos reais | | |

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após recebimento do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data 28/08/2015 ou a partir de sua assinatura, se esta ocorrer posterior a data citada.

DATA: 15/10/2015.

EXTRATO Nº 239/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 239/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Papellaria Copiatic LTDA. EPP.

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de estantes de aço, com montagem, para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 129/2015 e ata de registro de preços nº. 106/2015 firmado em 05 de outubro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição dos Materiais | Preço Unitário do Item (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|--------------------------------------|-------------|-------|------|---|---------------------------------|------------------------------|
| 01 | 12274 | 12 | Peça | <p>Estante de aço dupla face para biblioteca, com 5 (cinco) prateleiras móveis e 1 (uma) fixa em cada lado, totalizando 10 (dez) prateleiras ajustáveis e removíveis e 2 (duas) fixas, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Base fechada (5 prateleiras fechadas + 1 fixa); - Totalmente fechada e soldada e/ou parafusada; - Suporte de apoio para livros em todas as bandejas, inclusive na base; - Medidas mínimas: 92cm x 55cm x 200cm (L x P x A); - Colunas em chapa de aço 14; - Caso possua barra de travamento/reforço, a mesma não deve ocupar espaço útil das prateleiras; - Pintura eletrostática a quente na cor cinza claro; - Capacidade de carga da bandeja: no mínimo 50kg; - Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. | 518,90 | 6.227,00 |
| 02 | 12275 | 25 | Peça | <p>Estante de aço dupla face para biblioteca, com cinco (06) prateleiras móveis e uma (01) fixa em cada lado, totalizando dez (12) prateleiras ajustáveis e removíveis e duas (02) fixas, com as seguintes especificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Base fechada (6 prateleiras fechadas + 1 fixa); - Totalmente fechada e soldada e/ou parafusada; - Suporte de apoio para livros em todas as bandejas, inclusive na base; - Medidas mínimas: 92cm x 55cm x 230cm (L x P x A); - Colunas em chapa de aço 14; - Caso possua barra de travamento/reforço, a mesma não deve ocupar espaço útil das prateleiras; - Pintura eletrostática a quente na cor cinza claro; - Capacidade de carga da bandeja: no mínimo 50kg; - Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. | 624,50 | 15.613,00 |
| Marca/Modelo | | | | W3 | | |
| Garantia (em meses) | | | | 12 (doze) | | |
| Preço Global (em R\$) | | | | R\$ 21.840,00 | | |
| Preço Global (em reais, por extenso) | | | | Vinte e um mil oitocentos e quarenta reais | | |

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga e montagem) das estantes, desde que as mesmas estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovadas pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhadas da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 15/10/2015.

EXTRATO Nº 240/2015 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 240/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
AGREMIX COMÉRCIO DE AGREGADOS LTDA.

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de areia, brita, pó de brita, barro e macadame para uso em manutenções e obras da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 151/2015 e ata de registro de preços nº. 108/2015 firmado em 13 de outubro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|-------------------------------------|-------------|-------|------|---|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 7296 | 80 | m³ | Brita corrida (brita contaminada). Conjunto de pedra britada, pedrisco e pó-de-pedra, sem graduação definida, obtido diretamente do britador, sem separação por peneiração. A brita corrida deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225. | 59,00 | 4.720,00 |
| 2 | 7262 | 80 | m³ | Pedra britada n.º 1 (Brita 1). Material proveniente do britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 12,5 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 4,8mm. A pedra britada deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225. | 61,00 | 4.880,00 |
| 3 | 7263 | 80 | m³ | Pedra britada n.º 2 (Brita 2). Material proveniente do britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 25 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 12,5mm. A pedra britada deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225. | 61,00 | 4.880,00 |
| 4 | 7250 | 100 | m³ | Areia fina. Material natural, de propriedades adequadas, de dimensão máxima inferior a 0,42 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 0,075mm. A areia deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225. | 72,50 | 7.250,00 |
| 5 | 7248 | 100 | m³ | Areia média. Material natural, de propriedades adequadas, de dimensão máxima inferior a 1,20 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 0,42mm. A areia deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225. | 54,00 | 5.400,00 |
| 6 | 30343 | 50 | m³ | Pó de pedra (brita) 60% com pedrisco 40%. Material proveniente de britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 0,075mm. O material deve estar isento de impurezas e outros materiais como argila, substância orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225. | 60,00 | 3.000,00 |
| 7 | 7272 | 30 | m³ | Barro vermelho para jardim (argila vermelha) | 51,25 | 1.537,50 |
| 8 | 27839 | 30 | m³ | Barro adubado e peneirado para jardim, composto de barro vermelho com adubo orgânico e casca de arroz queimada (cinza) | 126,00 | 3.780,00 |
| 9 | 21734 | 200 | m³ | Macadame. Material constituído por pedra britada e pedrisco graduados (macadame hidráulico) ou por solo (tipo macadame), destinado à colmatagem de pedra britada. A granulometria do material deverá ser uniforme, não ultrapassando a 2/3 da dimensão da camada do aterro. Material deverá estar em conformidade com o Manual de especificações do antigo DNER e Normas Brasileiras da ABNT. | 48,00 | 9.600,00 |
| Preço Total (em R\$) | | | | 45.047,50 | | |
| Preço Total (em reais, por extenso) | | | | Quarenta e cinco mil e quarenta e sete reais e cinquenta centavos | | |

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 15/10/2015.

EXTRATO Nº 241/2015 - FURB
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 241/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
Régis Comércio de Brinquedos Ltda.

OBJETO: Aquisição de cadeiras e acessórios para cadeiras para o auditório localizado na sala H-105 e para a sala de cinema da Biblioteca Universitária

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 128/2015 e contrato nº. 105/2015 firmado em 25 de setembro de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 49.001,38 (quarenta e nove mil, um real e trinta e oito centavos), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço do item (em R\$) | Preço Total do item (em R\$) |
|---|-------------|-------|------|---|------------------------|------------------------------|
| 1 | 35875 | 192 | Peça | Cadeira estofada fixa para auditório, sem braços; estrutura com 4 pés; empilháveis; estrutura metálica em tubo de aço carbono de seção quadrada de 20x20mm com parede de 1,2mm; pintura à pó por sistema eletrostático, com tratamento anticorrosivo, na cor Atrium Bicolor; estrutura craqueada em Ouro Velho, aplicado por sistema eletrostático e secagem em estufa; assento e encosto com chassi de madeira moldada anatomicamente, com espessura mínima de 15mm; assento em espuma de poliuretano injetado, isento de CFC, com densidade mínima de 44 kg/m³ e espessura mínima de 50mm; encosto em espuma laminada com densidade mínima de 28 kg/m³ e espessura mínima de 15mm; revestimento do assento e do encosto em tecido 100% poliéster, de gramatura mínima 285 g/m², com resistência a pilling (Class.5), em cor a ser definida; pés deslizadores em nylon e policarbonato e pítos do mesmo material para evitar atrito quando empilhadas. Dimensões mínimas do assento: 420x400mm (LxP). Dimensões mínimas do encosto: 350x340mm (LxA). Dimensões totais aproximadas: 430x930x540mm (LxAxP). Garantia mínima da cadeira: 12 meses | 238,85 | 45.859,91 |
| Prazo de Garantia da cadeira (em meses) | | | | 12 meses | | |
| Marca e Modelo | | | | Marca: Tomberlin – Modelo: Diamond | | |
| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço do item (em R\$) | Preço Total do item (em R\$) |
| 2 | 36750 | 7 | Peça | Cadeira estofada fixa de auditório para obesos; sem braços, empilhável; com estrutura metálica em aço carbono em tubo 20X20 mm, com espessura 1,5 mm no assento e pernas e espessura 1,2 mm no encosto; pintura eletrostática a pó em cor a definir; espuma injetada no assento, com densidade mínima de 44 kg/m³ e espessura mínima de 50mm; encosto em espuma laminada com densidade mínima de 28 kg/m³ e espessura mínima de 15mm; revestimento do encosto e assento em tecido 100% poliéster, de gramatura mínima 285 g/m², com resistência a pilling (Class.5), em cor a ser definida; pés deslizadores em nylon e policarbonato. Dimensões totais aproximadas: 560x890x545mm (LxAxP). Garantia mínima da cadeira: 12 meses | 237,36 | 1.661,52 |
| Prazo de Garantia da cadeira (em meses) | | | | 12 meses | | |
| Marca e Modelo | | | | Marca: Tomberlin – Modelo: CAPOB | | |
| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço do item (em R\$) | Preço Total do item (em R\$) |
| 3 | 36751 | 125 | Peça | Junção plástica removível para cadeira de auditório empilhável, com porta copo e canetas. A junção deve conseguir encaixar perfeitamente duas cadeiras do item 1. | 11,84 | 1.479,95 |
| Prazo de Garantia da junção (em meses) | | | | 12 meses | | |
| Marca/Modelo | | | | Marca: Tomberlin – Modelo: único | | |
| Preço Total Global (em R\$) | | | | 49.001,38 | | |
| Preço Total Goblal (em reais, por extenso). | | | | Quarenta e nove mil, um real e trinta e oito centavos | | |

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos, após a efetiva entrega (com descarga) das cadeiras e acessórios,

desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e que a respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) seja encaminhada à Administração, através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e);.

PRAZO DE VIGÊNCIA: este contrato terá vigência até o término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 15/10/2015.

EXTRATO Nº 242/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 242/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Blu Distribuidora de Papelaria EIRELI ME

OBJETO: Aquisição parcelada de material de consumo (papel toalha interfolhado) para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 157/2015 e contrato nº. 107/2015 firmado em 08 de outubro de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|-------------------------------------|-------------|-------|-------|--|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 36983 | 6.000 | Fardo | Papel toalha, com folhas na cor creme, interfolhado com 2 (duas) dobras, composto por fibras celulósicas 100% (cem por cento) naturais, com gramatura entre 28 e 31g/m², com medidas de 20cm x 21cm, em fardos contendo 1000 (mil) folhas. | 3,9833 | 23.900,00 |
| Marca/Modelo | | | | ILHAPEL | | |
| Preço Total (em reais, por extenso) | | | | Vinte e três mil e novecentos reais | | |

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, conforme programação e parcelas pré definidas pela Administração, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: este contrato terá vigência até o término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 15/10/2015.

EXTRATO Nº 243/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 243/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Vanessa Dambrowski

OBJETO: prestação de serviços profissionais, como Bióloga, Convênio nº 016/2014 firmado entre a Fundação Universidade Regional de Blumenau e a Prefeitura Municipal de Timbó (SC), que tem como objeto o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Freymund Germer – Morro Azul.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº. 122/2015 e Contrato nº. 104/2015, firmado em 24 de setembro de 2015.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme constante dos autos do processo de Dispensa de Licitação nº. 122/2015, especialmente quanto a Proposta de folhas 29, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço total dos itens descritos:

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) |
|-------------------------------------|-------------|-------|---------|---|-------------------------|
| 1 | 36672 | 1 | Serviço | Realização de estudo socioambiental para compor o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Freimund Germer, que inclui levantamento de dados socioeconômicos de fontes primárias e secundárias, sendo este documental e em campo através da aplicação de questionário nas comunidades do entorno e com funcionários do Parque, assim como a geração dos produtos textuais no âmbito socioambiental referente ao Plano de Manejo. | 5.000,00 |
| Preço Total dos Itens (em R\$) | | | | 5.000,00 | |
| Preço Total (em reais, por extenso) | | | | Cinco mil reais | |

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em 04 (quatro) parcelas, em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais/relatórios relativos a cada parcela, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhadas da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is), através de depósito bancário (hipótese na qual a(s) NF-e deverá(ão) conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a(s) Nota(s) Fiscal(is)).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato será de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual.

DATA: 15/10/2015.

EXTRATO Nº 234/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 234/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Norte Indústria Gráfica LTDA ME

OBJETO: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de impressão, com fornecimento de materiais, para diversos setores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 131/2015 e ata de registro de preços nº. 097/2015 firmado em 23 de setembro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| LOTE 9 | | | | | | |
|--------|-------------|-------|--------------------|--|-------------------------|------------------------------|
| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
| 1 | 30945 | 2.000 | Bloco | Blocos personalizados eventos FURB A5 Bloco 1 x 50 folhas Formato: A5 (148 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: Sulfite 75g Acabamento: Gomado Os materiais serão pedidos em lotes mínimos de 100 blocos | 0,75 | 1.500,00 |
| 2 | 36799 | 2 | Lote de 10 Blocos | Bloco de Autorização de Abastecimento Bloco 2x50 Formato: 11,5x17,5 cm Cor: 1x0 Papel: autocopiativo 75 g Acabamento: numerado, gomado, grampeado, com picote na primeira via Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 80,00 | 160,00 |
| 3 | 30413 | 2 | Lote de 100 Blocos | Bloco de Receituário de Controle Especial Bloco: 2 x50 folhas Formato: A5 (14,80 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g autocopiativo Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 100 blocos | 300,00 | 600,00 |

| | | | | | | |
|----|-------|----|-------------------|--|-------|--------|
| 4 | 29313 | 2 | Lote de 10 Blocos | Cuidados Pós-Operatórios Centro Cirúrgico Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 50,00 | 100,00 |
| 5 | 29314 | 2 | Lote de 10 Blocos | Cuidados Pós-Operatórios Cirurgias em Clínicas Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 50,00 | 100,00 |
| 6 | 30412 | 2 | Lote de 10 Blocos | Bloco de Notificação de Receita/ tipo B (formulário Azul) Bloco: 1x50 folhas Formato: 25 x 8,5 cm Cor: 1x0 Papel: sulfite Azul 75 g Acabamento: gomado e picote (canhoto) Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 60,00 | 120,00 |
| 7 | 30600 | 2 | Lote de 10 Blocos | Bloco de Notificação de Receita/ tipo B-2 (formulário Azul) Bloco: 1x50 folhas Formato: 25 x 8,5 cm Cor: 1x0 Papel: sulfite Azul 75 g Acabamento: gomado e picote (canhoto) Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 60,00 | 120,00 |
| 8 | 29322 | 30 | Bloco | Bloco de formulário Ficha de Tratamento - Odontologia Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (210 x 297 mm) Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 4,00 | 120,00 |
| 9 | 29332 | 12 | Bloco | Formulário Atestado Odontologia Adulto - HORAS Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 06 blocos | 5,00 | 60,00 |
| 10 | 29331 | 3 | Lote de 6 Blocos | Formulário Atestado Odontologia Adulto - DIAS Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 06 blocos | 30,00 | 90,00 |
| 11 | 29320 | 2 | Lote de 10 Blocos | Ficha de Planejamento Cirúrgico Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 60,00 | 120,00 |
| 12 | 29333 | 2 | Lote de 10 Blocos | Formulário Atestado Odontologia Escolares Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 50,00 | 100,00 |

| | | | | | | |
|----|-------|---|-------------------|---|--------|--------|
| 13 | 29335 | 2 | Lote de 30 Blocos | Formulário Encaminhamento - Odontologia Bloco 1x50 folhas Formato: A6 (10,5 x 14,8 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 30 blocos | 90,00 | 180,00 |
| 14 | 29339 | 3 | Lote de 50 Blocos | Formulário Lembrete de Consulta - Odontologia Bloco 1x50 folhas Formato: 9x10 cm Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 50 blocos | 100,00 | 300,00 |
| 15 | 29340 | 2 | Lote de 30 Blocos | Formulário Lembrete de Radiologia- Odontologia Bloco 1x50 folhas Formato: 21x10 cm Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 30 blocos | 90,00 | 180,00 |
| 16 | 29342 | 2 | Lote de 20 Blocos | Bloco de formulário "Odontograma Geral" Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 20 blocos | 100,00 | 200,00 |
| 17 | 29345 | 2 | Lote de 20 Blocos | Formulário Prótese Dentária - Orçamento Bloco 3x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: auto copiativo 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 20 blocos | 100,00 | 200,00 |
| 18 | 29346 | 3 | Lote de 10 Blocos | Formulário Prótese Dentária - Pedido Bloco 2x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: auto copiativo 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 50,00 | 150,00 |
| 19 | 36819 | 2 | Lote de 50 Blocos | Bloco de formulário "Receituário - Odontologia" Bloco 2x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: autocopiativo 75 g, com picote na primeira folha Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 50 blocos | 100,00 | 200,00 |
| 20 | 29348 | 3 | Lote de 10 Blocos | Formulário Requisição de Radiologia - Odontologia Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 50,00 | 150,00 |
| 21 | 29352 | 2 | Lote de 10 Blocos | Questionário de Anamneses - Odontologia Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 50,00 | 100,00 |

| | | | | | | |
|----|-------|---|--------------------|---|--------|--------|
| 22 | 29353 | 2 | Lote de 10 Blocos | Termo de Responsabilidade Laboratório Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 50,00 | 100,00 |
| 23 | 29354 | 2 | Lote de 10 Blocos | Termo de Responsabilidade Sobre Conjunto Odontológico Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 50,00 | 100,00 |
| 24 | 30213 | 2 | Lote de 4 Blocos | Bloco de formulário "Ficha de Autorização Para Diagnóstico" Bloco 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 04 blocos | 40,00 | 80,00 |
| 25 | 31524 | 1 | Lote de 30 Blocos | Bloco de Receituário de Controle Especial (receita antibiótico) Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21 cm) Cor: 1x0 Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 30 blocos | 90,00 | 90,00 |
| 26 | 29307 | 2 | Lote de 100 Blocos | Bloco Atestado de Comparecimento - Ambulatório Bloco 1x50 folhas Formato: A5 (14,8 x 21) Papel: sulfite 75 g Cor: 1x0 Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 100 blocos | 130,00 | 260,00 |
| 27 | 29308 | 2 | Lote de 100 Blocos | Bloco Atestado Médico – Ambulatório Bloco 1x50 folhas Formato: 21x15 cm Papel: sulfite 75 g Cor: 1x0 Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 100 blocos | 130,00 | 260,00 |
| 28 | 29309 | 2 | Lote de 500 Blocos | Bloco de marcação de consultas - Ambulatório Bloco 1x50 folhas Formato: 9x10 cm Papel: sulfite 75 g Cor: 1x0 Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 500 blocos | 300,00 | 600,00 |
| 29 | 29311 | 2 | Lote de 600 Blocos | Bloco Receituário – Ambulatório Campus I Bloco 1x50 folhas Formato: 21x15 cm Papel: sulfite 75 g Cor: 1x0 Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 600 blocos | 420,00 | 840,00 |
| 30 | 29315 | 2 | Lote de 500 Fichas | Ficha Clínica Endodôntica Formato: A4 (21 x 29,7 cm) aberto, A5 (21 x 14,9 cm) fechado Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: vinco e dobra vertical Os materiais serão pedidos em lotes de 500 fichas | 90,00 | 180,00 |

| | | | | | | |
|---|-------|----|-------|--|------|--------|
| 31 | 29334 | 20 | Bloco | Ficha "Diário de dieta - Odontologia" Bloco: 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 (preto) Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 5,00 | 100,00 |
| 32 | 29321 | 20 | Bloco | Bloco de formulário "Ficha de Saúde Bucal Coletiva - VII Fase" Bloco: 1x50 folhas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: 1x0 (preto) Papel: sulfite 75 g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 5,00 | 100,00 |
| 33 | 32276 | 20 | Bloco | Bloco de formulário "Protocolo de Entrega de Malote" Bloco: 3x25 folhas Formato: 18 x 14 cm Cor: 1x0 (preto) Papel: autocopiativo, primeira via branca 75g, segunda e terceira via amarela 50g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes mínimos de 10 blocos | 7,00 | 140,00 |
| 34 | 36795 | 10 | Bloco | Bloco de formulário "Ficha de periodontia" Bloco: 1x50 folhas Formato: A4 (210 x 297 mm) Cor: 1x1 (preto) Papel: sulfite 75g Acabamento: gomado Os materiais serão pedidos em lotes de 10 blocos | 5,00 | 50,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 7.750,00 | | |
| Preço Total do Lote (em reais, por extenso) | | | | Sete mil setecentos e cinquenta reais | | |

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após recebimento do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data 28/08/2015 ou a partir de sua assinatura, se esta ocorrer posterior a data citada.

DATA: 15/10/2015.

EXTRATO Nº 235/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 235/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
Gráfica Guaramirim LTDA-EPP

OBJETO: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de impressão, com fornecimento de materiais, para diversos setores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 131/2015 e ata de registro de preços nº. 099/2015 firmado em 23 de setembro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| LOTE 1 | | | | | | |
|--------|-------------|-------|------|-------------------|-------------------------|------------------------------|
| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |

| | | | | | | |
|----|-------|---|-----------------------|--|--------|----------|
| 1 | 30900 | 3 | Lote de 500 Folders | Folder A4-4x4 Formato: A4(21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel: couchê 170 g Acabamento: 1 dobra Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folders | 291,00 | 873,00 |
| 2 | 30901 | 2 | Lote de 1.000 Folders | Folder A4-4x4 Formato: A4(21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel: couchê 170 g Acabamento: 1 dobra Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 folders | 338,00 | 676,00 |
| 3 | 30902 | 3 | Lote de 2.000 Folders | Folder A4-4x4 Formato: A4(21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel: couchê 170 g Acabamento: 1 dobra Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 folders | 435,00 | 1.305,00 |
| 4 | 30890 | 2 | Lote de 500 Folders | Folder A4-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cores: 4x4 Acabamento: 2 dobras Papel Couchê 170 g Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folders | 291,00 | 582,00 |
| 5 | 30891 | 5 | Lote de 1.000 Folders | Folder A4-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cores: 4x4 Acabamento: 2 dobras Papel Couchê 170 g Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 folders | 338,00 | 1.690,00 |
| 6 | 30892 | 1 | Lote de 2.000 Folders | Folder A4-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cores: 4x4 Acabamento: 2 dobras Papel Couchê 170 g Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 folders | 435,00 | 435,00 |
| 7 | 30910 | 1 | Lote de 500 Folders | Folder 3121-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel couchê 170 g Acabamento: - 2 dobras - Faca especial Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folders | 410,00 | 410,00 |
| 8 | 30911 | 2 | Lote de 1.000 Folders | Folder 3121-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel couchê 170 g Acabamento: · 2 dobras · Faca especial Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 folders | 474,00 | 948,00 |
| 9 | 30912 | 1 | Lote de 2.000 Folders | Folder 3121-4x4 Formato: A4 (21x29,7 cm) Cor: 4x4 Papel couchê 170 g Acabamento: · 2 dobras · Faca especial Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 folders | 599,00 | 599,00 |
| 10 | 30880 | 3 | Lote de 500 Folders | Folder A3-4x4 Formato: A3 (29,7x42 cm) Papel couchê 170 g Cor: 4x4 Acabamento: - Dobras (2) - Faca especial Os materiais serão pedidos em lotes de 500 folders | 616,00 | 1.848,00 |

| | | | | | | |
|--|-------|------|-----------------------|--|----------|----------|
| 11 | 30882 | 4 | Lote de 2.000 Folders | Folder A3-4x4 Formato: A3 (29,7x42 cm) Papel couchê 170 g Cor: 4x4 Acabamento: - Dobras (2) - Faca especial Os materiais serão pedidos em lotes de 2.000 folders | 1,29 | 1.296,00 |
| 12 | 34509 | 2 | Lote de 500 Folders | Folder A3-4x4 Formato: A3 (29,7x42 cm) Papel couchê 210 g Cor: 4x4 Acabamento: - Dobras (3) - Faca especial Os materiais serão pedidos em lotes mínimos de 500 folders | 965,00 | 965,00 |
| 13 | 30921 | 1 | Lote de 1.000 Folders | Folder Modelo 3060-4x4 Formato: 30x60 cm Papel: couchê 210 g Cores: 4x4 Acabamento: 4 dobras verticais (sanfonada) Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 folders | 1.690,00 | 3.380,00 |
| 14 | 30922 | 2 | Lote de 2.000 Folders | Folder Modelo 3060-4x4 Formato: 30x60 cm Papel: couchê 210 g Cores: 4x4 Acabamento: 4 dobras verticais (sanfonada) Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 folders | 0,43 | 2.150,00 |
| 15 | 36780 | 5000 | Peças | Folder Modelo 4830-4x4 Formato: 48x30 cm (aberto) e 12x30 cm (fechado) Papel: couchê 180 g/m2 fosco Cores: 4x4 Acabamento: 3 dobras verticais Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 folders | 255,00 | 1.275,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 21.141,00 | | |
| Preço Total do Lote (em reis, por extenso) | | | | Vinte e um mil cento e quarenta e um reais | | |

LOTE 3

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|------|-------------|--------|------|---|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 1241 | 4.000 | Peça | Envelope 1224 FURB com Abertura na Horizontal Formato: 12x24 cm Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul 2738-C / Amarelo 1235-C) Papel: reciclado (composição com no mínimo 50% de papel reaproveitado) - gramatura 90 g Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 envelopes reciclados | 255,00 | 1.275,00 |
| 2 | 1243 | 8.000 | Peça | Envelope 2028 FURB com Abertura na Vertical Formato: 20x28 cm Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul 2738-C / Amarelo 1235-C) Papel: reciclado (composição com no mínimo 50% de papel reaproveitado) - gramatura 90 g Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 envelopes reciclados | 275,00 | 1.375,00 |
| 3 | 1244 | 10.000 | Peça | Envelope 2636 FURB com Abertura na Vertical Formato: 26x36 cm Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul 2738-C / Amarelo 1235-C) Papel: reciclado (composição com no mínimo 50% de papel reaproveitado) - gramatura 90 g Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 envelopes reciclados | 250,00 | 1.000,00 |

| | | | | | | |
|--|-------|---|-------------------------|---|----------|----------|
| 4 | 32866 | 2 | Lote de 2.000 envelopes | Envelope 1224 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO com Abertura na Vertical Formato: 12x24 cm Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul escuro 2738-C / Azul claro 3115-C) Papel: reciclado (composição com no mínimo 50% de papel reaproveitado) - gramatura 90 g Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 envelopes reciclados | 262,00 | 262,00 |
| 5 | 32867 | 3 | Lote de 2.000 envelopes | Envelope 2332 HOSPITAL UNIVERSITÁRIO com Abertura na Vertical Formato: 23x32 cm Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul escuro 2738-C / Azul claro 3115-C) Papel: reciclado (composição com no mínimo 50% de papel reaproveitado) - gramatura 90 g Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 envelopes reciclados | 255,00 | 1.530,00 |
| 6 | 30108 | 1 | Lote de 3.000 envelopes | Envelopes para triagem – Odontologia Tipo: saco Tamanho fechado: 34x23 cm Impressão: 1x0 cor Papel: kraft 120 g Acabamento: corte com faca especial / colados Os materiais serão pedidos em lotes de 3.000 envelopes | 1.230,00 | 1.230,00 |
| 7 | 30107 | 2 | Lote de 3.000 envelopes | Envelopes para radiografia – Odontologia Tipo: saco Tamanho fechado: 33x19 cm Impressão: 1x0 cor Papel: kraft 120 g Acabamento: corte com faca especial / colados Os materiais serão pedidos em lotes de 3.000 envelopes | 1.200,00 | 2.400,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 15.138,00 | | |
| Preço Total do Lote (em reis, por extenso) | | | | Quinze mil cento e trinta e oito reais | | |

LOTE 4

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|------|-------------|-------|-----------------------------|---|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 30954 | 4 | Lote de 250 certificados | Certificado A4-4x0-90 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 90 g Os materiais serão pedidos em lotes de 250 certificados | 239,00 | 956,00 |
| 2 | 30953 | 2 | Lote de 1.000 certificados | Certificado A4-4x0-90 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 90 g Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 certificados | 269,00 | 538,00 |
| 3 | 30956 | 1 | Lote de 10.000 certificados | Certificado A4-4x0-90 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 90 g Os materiais serão pedidos em lotes de 10000 certificados | 749,00 | 749,00 |
| 4 | 30957 | 1 | Lote de 500 certificados | Certificado A4-4x0-120 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 120 g Os materiais serão pedidos em lotes de 500 certificados | 259,00 | 259,00 |
| 5 | 30958 | 2 | Lote de 1.000 certificados | Certificado A4-4x0-120 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 120 g Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 certificados | 286,00 | 572,00 |

| | | | | | | |
|--|-------|---------|-----------------------------|---|--------|---------|
| 6 | 30961 | 1 | Lote de 10.000 certificados | Certificado A4-4x0-120 Formato: A4 Cor: 4x0 Papel: sulfite 120 g Os materiais serão pedidos em lotes de 10.000 certificados | 896,00 | 896,00 |
| 7 | 1522 | 120.000 | Folha | Papel Timbrado A4 FURB Formato: A4 (21x29,7 cm) Cor: 2x0 (Cor Pantone: Azul 2738-C / Amarelo 1235-C) Papel: sulfite 90 g Embalados em resmas de 500 folhas Os materiais serão pedidos em lotes de 15000 folhas (30 resmas) | 0,054 | 6480,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 10.450,00 | | |
| Preço Total do Lote (em reis, por extenso) | | | | Dez mil quatrocentos e cinquenta reais | | |

LOTE 7

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|------|-------------|-------|--------------------|---|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 31084 | 2 | Lote de 250 pastas | Pasta Canguru Personalizada FURB / EVENTOS Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g Acabamento: · plastificada · vinco · com bolso Bolso: · 22x8 cm · 4x0 cor · com faca especial · colado Os materiais serão pedidos em lotes de 250 pastas | 724,00 | 1.448,00 |
| 2 | 31085 | 2 | Lote de 500 pastas | Pasta Canguru Personalizada FURB / EVENTOS Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g Acabamento: - plastificada - vinco - com bolso Bolso: - 22x8 cm - 4x0 cor - com faca especial - colado Os materiais serão pedidos em lotes de 500 pastas | 879,00 | 1.758,00 |
| 3 | 8953 | 6.000 | Peca | Pasta Canguru Personalizada FURB / EVENTOS Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g Acabamento: - plastificada - vinco - com bolso Bolso: - 22x8 cm - 4x0 cor - com faca especial - colado Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 pastas | 1,24 | 7.440,00 |
| 4 | 26708 | 2 | Lote de 250 pastas | Pasta Institucional com Orelhas FURB / EVENTOS Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g Acabamento: plastificada, corte e vinco Os materiais serão pedidos em lotes de 250 pastas | 439,00 | 878,00 |

| | | | | | | |
|--|-------|---|----------------------|---|--------|----------|
| 5 | 34086 | 2 | Lote de 500 pastas | Pasta Institucional com Orelhas FURB / EVENTOS Formato: 32x44cm (aberta) – 32x22cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g Acabamento: plastificada, corte e vinco (orelhas) Os materiais serão pedidos em lotes de 500 pastas | 579,00 | 1.158,00 |
| 6 | 33600 | 2 | Lote de 1.000 pastas | Pasta institucional personalizada HOSPITAL UNIVERSITÁRIO Formato: 31,5 x 43,5 cm (aberta) – 31,5 x 21,75 cm (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 300 g Acabamento: plastificada, corte e vinco (orelhas) Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 pastas | 850,50 | 1.701,00 |
| 7 | 35903 | 3 | Lote de 1.000 pastas | Pasta personalizada NPJ Formato: 44,7 x 32,1 cm (aberta) e 22,3 x 32,1 (fechada) Cor: 4x0 Papel: triplex supremo 250 g Acabamento: plastificada e vinco Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 pastas | 729,00 | 2.187,00 |
| 8 | 36781 | 2 | Lote de 300 capas | Capa de Processos Formato: 58x33 cm (aberta) Cor: 1x0 Papel: cartolina color plus 180 g (cor a definir, conforme amostras) Acabamento: 4 vincos e 4 furos Os materiais serão pedidos em lotes de 300 pastas | 590,00 | 1.180,00 |
| 9 | 30993 | 2 | Lote de 500 capas | Capa de Processos Formato: 58x33 cm Cor: 1x0 Papel: cartolina color plus 180 g (cor a definir) Acabamento: 4 vincos e 4 furos Os materiais serão pedidos em lotes de 500 pastas | 850,00 | 1.700,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 19.450,00 | | |
| Preço Total do Lote (em reis, por extenso) | | | | Dezenove mil quatrocentos e cinquenta reais | | |

LOTE 8

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|------------------------------|-------------|-------|-----------------------------|---|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 30932 | 1 | Lote de 1.000 marca páginas | Marca páginas 23cm-4x4 Formato: 5,5x23 cm Cor: 4x4 Papel: Triplex 240 g Acabamento: plastificação nas duas faces Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 marca-páginas | 329,00 | 329,00 |
| 2 | 30933 | 2 | Lote de 2.000 marca páginas | Marca páginas 23cm-4x4 Formato: 5,5x23 cm Cor: 4x4 Papel: Triplex 240 g Acabamento: plastificação nas duas faces Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 marca-páginas | 379,00 | 758,00 |
| 3 | 31468 | 1 | Lote de 5.000 calendários | Calendário Acadêmico Formato: A5 (15x21 cm) Cor: 4 x 4 Papel: Triplex 250 g Acabamento: verniz fosco frente e verso Os materiais serão pedidos em lotes de 5.000 calendários | 887,00 | 887,00 |
| 4 | 30950 | 1 | Lote de 10.000 calendários | Calendário Acadêmico Formato: A5 (15x21 cm) Cor: 4 x 4 Papel: Triplex 250 g Acabamento: verniz fosco frente e verso Os materiais serão pedidos em lotes de 10000 calendários | 1.498,00 | 1.498,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 3.472,00 | | |

| | |
|--|--|
| Preço Total do Lote (em reis, por extenso) | Três mil quatrocentos e setenta e dois reais |
|--|--|

LOTE 10

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|--|-------------|-------|--------------------|---|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 36782 | 5 | Lote de 10 Folhas | Folha Adesiva Personalizada Formato: 30x40 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm) Os materiais serão pedidos em lotes de 10 folhas | 85,00 | 425,00 |
| 2 | 36783 | 5 | Lotes de 50 Folhas | Folha Adesiva Personalizada Formato: 30x40 cm Cor: 4x0 Papel: adesivo brilho Acabamento: corte reto ou ½ corte com faca especial (tamanho mínimo da faca 2x2,5cm) Os materiais serão pedidos em lotes de 50 folhas | 185,00 | 925,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 1.350,00 | | |
| Preço Total do Lote (em reis, por extenso) | | | | Um mil trezentos e cinquenta reais | | |

LOTE 11

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|------|-------------|-------|-----------------------|---|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 29323 | 2 | Lote de 10.000 fichas | Ficha Evolução Clínica Formato: A4 Cor: 1x1 Papel: sulfite 75 g Os materiais serão pedidos em lotes de 10000 fichas | 539,00 | 1.078,00 |
| 2 | 29318 | 2 | Lote de 600 jogos | Jogo Ficha de Estomatologia Jogo com 3 lâminas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: · 1 lâmina 1x0 · 2 lâminas 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: lâminas grampeadas com 1 grampo no canto superior esquerdo Os materiais serão pedidos em lotes de 600 jogos | 299,00 | 598,00 |
| 3 | 29319 | 2 | Lote de 200 jogos | Jogo Ficha de Odontopediatria Jogo com 4 lâminas Formato: A4 (21 x 29,7 cm) Cor: · 1 lâmina 1x0 · 3 lâminas 1x1 Papel: sulfite 75 g Acabamento: lâminas grampeadas com 1 grampo no canto superior esquerdo Os materiais serão pedidos em lotes de 200 jogos | 249,00 | 498,00 |
| 4 | 27788 | 1 | Lote de 1.000 cartões | Cartão de Controle de Pressão Arterial Formato: 21x6,5 cm Cor: 1x1 Papel: sulfite 180 g Acabamento: um vinco centralizado Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 cartões | 83,00 | 83,00 |

| | | | | | | |
|--|-------|---|-----------------------|---|-------|-------|
| 5 | 29316 | 1 | Lote de 200 fichas | Ficha Comprovante de Presença - Fisioterapia Formato: 19x11 cm Papel: sulfite 240 g Cor: 1x1 Acabamento: uma dobra Os materiais serão pedidos em lotes de 200 fichas | 68,00 | 68,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 2.325,00 | | |
| Preço Total do Lote (em reis, por extenso) | | | | Dois mil trezentos e vinte e cinco reais | | |

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após recebimento do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data 28/08/2015 ou a partir de sua assinatura, se esta ocorrer posterior a data citada.

DATA: 15/10/2015.

EXTRATO Nº 236/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 236/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
Business Editora e Publicações de Informativos LTDA. EPP

OBJETO: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de impressão, com fornecimento de materiais, para diversos setores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 131/2015 e ata de registro de preços nº. 100/2015 firmado em 23 de setembro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| LOTE 2 | | | | | | |
|--------|-------------|-------|----------------------|--|-------------------------|------------------------------|
| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
| 1 | 30866 | 5 | Lote de 1.000 Flyers | Flyer 1021-4x4 Formato: 10x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4 Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 flyers | 185,00 | 925,00 |
| 2 | 30867 | 5 | Lote de 2.000 Flyers | Flyer 1021-4x4 Formato: 10x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4 Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 flyers | 215,00 | 1.075,00 |
| 3 | 30840 | 4 | Lote de 500 Flyers | Flyer 1521-4x0 Formato: 15x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x0 Os materiais serão pedidos em lotes de 500 flyers | 170,00 | 680,00 |
| 4 | 30841 | 1 | Lote de 1.000 Flyers | Flyer 1521-4x0 Formato: 15x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x0 Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 flyers | 225,00 | 225,00 |

| | | | | | | |
|--|-------|----|----------------------|--|--------|----------|
| 5 | 30845 | 6 | Lote de 500 Flyers | Flyer 1521-4x4 Formato: 15x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4 Os materiais serão pedidos em lotes de 500 flyers | 205,00 | 1.230,00 |
| 6 | 30846 | 10 | Lote de 1.000 Flyers | Flyer 1521-4x4 Formato: 15x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4 Os materiais serão pedidos em lotes de 1000 flyers | 225,00 | 2.250,00 |
| 7 | 30847 | 10 | Lote de 2.000 Flyers | Flyer 1521-4x4 Formato: 15x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4 Os materiais serão pedidos em lotes de 2000 flyers | 280,00 | 2.800,00 |
| 8 | 30848 | 1 | Lote de 5.000 Flyers | Flyer 1521-4x4 Formato: 15x21 cm Papel: couchê 120 g Cor: 4x4 Os materiais serão pedidos em lotes de 5000 flyers | 410,00 | 410,00 |
| 9 | 30810 | 5 | Lote de 250 cartazes | Cartaz A3 Formato: A3 (29,7x42 cm) Cor: 4x0 cor Papel: Couchê 150 g Obs: Os materiais serão pedidos em lotes de 250 cartazes | 280,00 | 1.400,00 |
| 10 | 30811 | 2 | Lote de 500 cartazes | Cartaz A3 Formato: A3 (29,7x42 cm) Cor: 4x0 cor Papel: Couchê 120 g Obs: Os materiais serão pedidos em lotes de 500 cartazes | 310,00 | 620,00 |
| 11 | 30816 | 3 | Lote de 250 cartazes | Cartaz A2 Formato: A2 (42x59,4 cm) Papel: Couchê 170 g Cor: 4x0 Obs: Os materiais serão pedidos em lotes de 250 cartazes | 400,00 | 1.200,00 |
| 12 | 30817 | 2 | Lote de 500 cartazes | Cartaz A2 Formato: A2 (42x59,4 cm) Papel: Couchê 170 g Cor: 4x0 Obs: Os materiais serão pedidos em lotes de 500 cartazes | 490,00 | 980,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 13.795,00 | | |
| Preço Total do Lote (em reis, por extenso) | | | | Treze mil setecentos e noventa e cinco reais | | |

LOTE 5

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|------------------------------|-------------|-------|---------------------|---|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 30962 | 15 | Lote de 200 crachás | Crachá Para Eventos 1015-4x0 Tamanho: 10x15 cm Cores: 4x0 Papel: duplex 250 g Acabamento: dois furos e cordão (barbante) de nylon Os materiais serão pedidos em lotes de 200 crachás | 100,00 | 1.500,00 |
| 2 | 30963 | 3 | Lote de 500 crachás | Crachá Para Eventos 1015-4x0 Tamanho: 10x15 cm Cores: 4x0 Papel: duplex 250 g Acabamento: dois furos e cordão (barbante) de nylon Os materiais serão pedidos em lotes de 500 crachás | 200,00 | 600,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 2.100,00 | | |

| | | | | | | |
|--|-------------|-------|-------------------------|--|-------------------------|------------------------------|
| Preço Total do Lote (em reis, por extenso) | | | | Dois mil e cem reais | | |
| LOTE 6 | | | | | | |
| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
| 1 | 27801 | 3 | Lote de 5.000 etiquetas | Etiqueta de Amostra de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis Formato: 20x11 cm Papel: sulfite 180 g Cor: 1x0 Acabamentos: - um furo redondo no lado superior direito; - etiqueta com numeração sequencial seguida do ano Os materiais serão pedidos em lotes de 5000 etiquetas | 280,00 | 840,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 840,00 | | |
| Preço Total do Lote (em reis, por extenso) | | | | Oitocentos e quarenta reais | | |

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após recebimento do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data 28/08/2015 ou a partir de sua assinatura, se esta ocorrer posterior a data citada.

DATA: 15/10/2015.

EXTRATO Nº 237/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 237/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Grafica Expressão LTDA.

OBJETO: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de impressão, com fornecimento de materiais, para diversos setores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 131/2015 e ata de registro de preços nº. 101/2015 firmado em 23 de setembro de 2015.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| LOTE 12 | | | | | | |
|--|-------------|-------|------|---|-------------------------|------------------------------|
| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
| 1 | 27787 | 2.000 | Peça | Capa para CD-DVD personalizada Formato aberto: 16 x 31 cm / Formato fechado: 13 x 13 cm Papel: Triplex 300g Cor: 4x0 Faca especial, com recorte e vinco Os materiais serão solicitados em lotes mínimos de 1.000 peças | 0,395 | 790,00 |
| Preço Total do Lote (em R\$) | | | | 790,00 | | |
| Preço Total do Lote (em reis, por extenso) | | | | Setecentos e noventa reais | | |

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após recebimento do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data 28/08/2015 ou a partir de sua assinatura, se esta ocorrer posterior a data citada.

DATA: 15/10/2015.

CONTRATO 2235/15; 1º TA CONTRATO 2208/14; 1º TA CONTRATO 2207/14 3º TA CONTRATO Nº 218/12 - SAMAE

1) CONTRATO Nº 2235/2015

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e METAVISION INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA. - ME

OBJETO: Prestação de serviços de controle de frota e logística com instalação e manutenção de equipamentos eletrônicos

FUNDAMENTO LEGAL Pregão Presencial nº 06-2212/15

PREÇO: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses a contar do dia 10 de setembro de 2015

DATA DA ASSINATURA: 1º de setembro de 2015.

2) 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2208/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU E CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE.

OBJETO: Contratação de agente de integração para recrutar, selecionar, administrar o Programa de Estágio da Administração Municipal de Blumenau

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-2209-14

PREÇO: R\$ 6.751,11 (seis mil setecentos e cinquenta e um reais e onze centavos)

PRAZO: prorroga por mais 11 (onze) meses, ou seja, de 28 de Agosto de 2015 até 27 de Agosto de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 27 de Agosto de 2015.

3) 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2207/2014

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: serviços de implantação de sistema de esgotamento sanitário nas Ruas Santa Maria, Roberto Bugmann e Amélia Patrícia no Bairro Progresso.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-2201/14

PREÇO: Não se aplica

PRAZO: prorroga por mais 90 dias, de 10/04/2015 a 08/07/2015.

DATA DA ASSINATURA: 09 de abril de 2015.

4) 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 218/12

PARTES: SAMAE DE BLUMENAU e TMS TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e atualização de software em 02(duas) centrais telefônicas.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 118

PREÇO: R\$ 5.587,38 (cinco mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos).

PRAZO: prorroga por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 08/10/2015 a 07/04/2016.

DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2015.

PORTARIA Nº 5784/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5784/15

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

Para atendimento ao Decreto 10.638, de 20/05/2015, a nomeação correspondente à classificação no Concurso Público nº 001/2014, dos candidatos relacionados, de acordo com o Artigo 16, §4º, da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, a contar desta data:

LUAN GRITTEN, nomeado pela Portaria nº 5775/15, de 31/08/2015, para ocupar cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações

do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 6, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 304/1508;

Samae, 18 de setembro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5786/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5786/15

CONCEDE AUXÍLIO FUNERAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

De acordo com o Artigo 284, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, alterado pela Lei Complementar nº 890/2013, o benefício do Auxílio Funeral, à:

Valdemiro Gonçalves, servidor público autárquico municipal aposentado, pelo falecimento de sua esposa Teodora Gonçalves, ocorrido em 25/08/2015, conforme Processo nº 313/1509.

Samae, 21 de setembro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5787/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5787/15

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA À SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA

Com base na Lei Complementar nº 308 de 22 de dezembro de 2000 em seu Artigo 72 e Artigo 30-B, com nova redação pela Lei Complementar nº 568 de 20 de fevereiro de 2006, ao servidor:

Pedro Paulo Manerichi, cadastro nº 950-4, servidor público autárquico municipal desde 11/05/1989, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo ISSBLU nº 02527/09/2015 e PA 319/1509.

Samae, 21 de setembro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5788/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5788/15

DISPENSA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

DISPENSAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal, a contar de 15 de setembro de 2015, da seguinte função gratificada de confiança:

Pablo Roberto Vaz, cadastro 1942-9, Agente de Logística, lotado na Diretoria de Operações, da função de Coordenador de Tele-115, símbolo FGC 50%, designado pela Portaria nº 5553/14, de 01/08/2014.

Samae, 21 de Setembro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5789/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5789/15

CONCEDE EXONERAÇÃO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL PABLO ROBERTO VAZ.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO

Com base no artigo 45, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007, à:

Pablo Roberto Vaz, cadastro 1942-9, do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria de Operações, a partir de 15/09/2015.

Samae, 21 de setembro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5790/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5790/15

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

De acordo com o Artigo 6, §3º, do Decreto nº 8601, de 01 de fevereiro de 2008, incluído pelo Decreto nº 9291, de 08 de dezembro de 2010, por desistência definitiva da classificação no Concurso Público nº 001/2014, a candidata:

MAISA RADUENZ, nomeada pela Portaria nº 5781/15, de 04 de setembro de 2015, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 309/1509, a contar desta data.

Samae, 23 de setembro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5791/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5791/15

CONCEDE AUXÍLIO ESCOLAR A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

De acordo com o Artigo 82, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, regulamentado pelo Decreto 8.701 e Ata da Comissão de Avaliação de Auxílio Escolar de 21/09/2015, o benefício do Auxílio Escolar para o segundo semestre de 2015, à servidora:

Camila Santiago Shiguemoto, cadastro nº 1948-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Gerência de Suprimentos, para o curso de graduação em Direito, pela UNIASSELVI, no percentual de 17%, conforme Processo nº 311/1509.

Samae, 23 de agosto de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5792/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5792/15

CONCEDE PRÊMIO ESPECIAL – 25 ANOS, À SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL QUE RELACIONA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Prêmio Especial de 25 anos, conforme Artigo 130, "Caput", da Lei Complementar de nº 660, de 28 de novembro de 2007, à:

Silvio Josino de Souza, cadastro 994-6, servidor público autárquico municipal desde 24/09/1990, ocupante do cargo de provimento efetivo de Químico, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo nº 311/1509.

Samae, 23 de setembro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5793/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5793/15

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Promoção Horizontal com base nos Artigos 24º e 25º, inciso I, da Lei Complementar nº. 661 de 28 de novembro de 2007, a partir de 01 de setembro de 2015, de acordo com o Processo Administrativo Nº. 324/1509, aos servidores:

| Cadastro | Servidor | Cargo | Novo Padrão de Vencimento | GO | A partir de |
|----------|--------------------------|----------------------|---------------------------|----|-------------|
| 750-1 | Aldomir Marcio Pamplona | Agente de Saneamento | H | GF | 01/09/2015 |
| 1824-4 | Jonathan Ricardo Girardi | Técnico Mecânico | C | GT | 01/09/2015 |

Samae, 23 de setembro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5794/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5794/15

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS RELACIONADOS DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

DISPENSAR

Os servidores públicos autárquicos municipais relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo dos Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal, a contar de 01 de setembro de 2015, das seguintes funções gratificadas de confiança:

Sérgio Pereira Rodrigues, cadastro 2023-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria Financeira, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Chefe de Controle Orçamentário, símbolo FGC-100%, designado pela Portaria nº 5711/15, de 24/04/2015;

Ivânia Geraldo, cadastro 1732-9, Agente Administrativa, lotada na Presidência, da função de Chefe de Capacitação Funcional, símbolo FGC-90%, designada pela Portaria nº 5562/14, de 22/08/2014;

Luiz Carlos dos Santos, cadastro 1342-0, Guarda, lotado na Presidência, da função de Coordenador de Orçamento, símbolo FGC- 80%, designada pela Portaria nº 5562/14, de 22/08/2014;

Gilmar Schneiders, cadastro 1722-1, Motorista, lotado na Presidência, da Função de Chefe de Relações Comerciais, símbolo FGC- 90%, designado pela Portaria nº 5753/15, de 20/07/2015;

Moacir Paes de Farias, cadastro 1258-0, Agente de Logística, lotado na Diretoria de Operações, da função de Coordenador de Serviços Gerais Externos, símbolo FGC 80%, designado pela Portaria nº 5348/13, de 12/04/2013.

Samae, 23 de Setembro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 5795/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº. 5795/15

DESIGNA SERVIDORES PUBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCICIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar nº 509 de 17 de março de 2005, resolve;

DESIGNAR

Os servidores públicos autárquicos municipais relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo, para o exercício de Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo III da Lei Complementar nº 509, de 17 de maio de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 880 de 01 de abril de 2013, a contar de 01/09/2015:

Maike Kaestner Kieser, cadastro 605-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria Financeira, para exercício da Função Gratificada de Confiança de Chefe de Controle Orçamentário, símbolo FGC-100%.

Karla Kaestner, cadastro 717-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Gerência de Suprimentos, para a Função de Chefe de Relações Comerciais, símbolo FGC- 90%;

Sérgio Pereira Rodrigues, cadastro 2023-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Economista, lotado na Diretoria Financeira, para exercício da Função Gratificada de Confiança de Chefe de Capacitação Funcional, símbolo FGC- 90%;

Gilmar Schneiders, cadastro 1722-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Presidência, para a Função de Coordenador de Orçamento, símbolo FGC- 80%;

Ivânia Geraldo, cadastro 1732-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativa, lotada na Presidência, para a função de Coordenador de Serviços Gerais Externos, símbolo FGC 80%;

Luiz Carlos dos Santos, cadastro 1342-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda, lotado na Presidência, para a função de Assessor Comercial de Água, símbolo FGC- 50%;

Moacir Paes de Farias, cadastro 1258-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria de Operações, para a função de Coordenador de Obras, símbolo FGC 50%.

Samae, 23 de Setembro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2014

EXTRATO – RETIFICAÇÃO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 056/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA NCR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA SALA TÉRREA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. GILSON PIVA II.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-014/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 13 de outubro de 2015 até 12 de outubro de 2016.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 3.131,64 (três mil, cento e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 37.579,68 (trinta e sete mil quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

DATA: 30 de setembro de 2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 068/2015

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 068/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA H.R. ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

OBJETO: Locação de imóvel localizado na Rua das Missões, nº 150, destinado à instalação da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-019/2015.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 966,60 por mês, totalizando uma supressão de R\$ 2.899,80, ou seja, 12% a menos que o valor inicial.

DATA: 06 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 081/2015

EXTRATO – CONTRATO nº. 081/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA BLU LANCHES EIRELI – EPP.

OBJETO: Permissão de uso de bem público, por ato unilateral, a título precário e remunerado, de espaços e áreas pertencentes ao patrimônio do Município e que são administrados pela PROEB, para exploração comercial dos pontos de alimentação e souvenir, durante as edições da Oktoberfest 2015 e 2016 e da Sommerfest 2016 e 2017, para o LOTE 02 - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-002/2015.

PRAZO: A partir de sua assinatura até o dia 28 de fevereiro de 2017.

PREÇO: R\$ 48.100,00 (quarenta e oito mil e cem reais).

DATA: 07 de abril de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2013

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 138/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A SRA. MARIA SALETE DE SOUZA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM PRÉDIO DE ALVENARIA DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-108, de 20 de agosto de 2013.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 5.606,52 do valor mensal da locação, totalizando uma supressão de R\$ 11.213,04 do período remanescente do contrato.

DATA: 09 de outubro de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 143/2013

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 143/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA MAITE PRISCILLA GOMES.

OBJETO: PERMISSÃO DE USO DE ÁREA DE 63,27M², DENOMINADA DE SALA 05, SITUADA NO PISO TÉRREO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS PREFEITO HERCÍLIO DEEKE - TRPPHD, PARA INSTALAÇÃO DE AGÊNCIA EMISSORA DE PASSAGENS E TRANSBORDO DE CARGAS RODOVIÁRIAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 09-108/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 30 de setembro de 2015 até 29 de setembro de 2016.

PREÇO: Reajusta o valor pago ao SETERB para R\$ 1.099,73 (um mil, noventa e nove reais e setenta e três centavos) mensais, bem como o valor da taxa de manutenção para R\$ 164,96 (cento e sessenta e quatro reais e noventa e seis centavos) – totalizando o valor anual pago ao SETERB em R\$ 15.176,30 (quinze mil, cento e setenta e seis reais e trinta centavos).

DATA: 06 de outubro de 2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2012

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 190/2012 (9912305549)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SETERB)

E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT.

OBJETO: Serviços de correspondência.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 84/2012.

PRAZO: Prorroga por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 19 de

setembro de 2015 até 19 de setembro de 2016.

PREÇO: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para o período prorrogado.

DATA: 17 de setembro de 2015.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 206/2011

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 206/2011.

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA PODAR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

OBJETO: Serviços de arborização urbana, com operações de plantio, adubação, podas e cortes de árvores.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão presencial nº 107/2011.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 4.600,00, ou seja, 10% a menos que o valor inicialmente previsto para o valor mensal pago à contratada.

DATA: 06 de outubro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 261/2015

EXTRATO – CONTRATO nº. 261/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA LUIZ ALBERTO CE.

OBJETO: O contratado faz cessão por prazo determinado da imagem e do personagem “VOVÔ e VOVÓ CHOPÃO”, registrada sob nº 800.339.886, I.N.P.I. e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em Direitos Autorais sob nº 14.279, para divulgação da XXXII OKTOBERFEST.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-122/2015

PRAZO: A partir da sua assinatura até o dia 30 de novembro de 2015.

PREÇO: R\$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais).

DATA: 23 de setembro de 2015.

EXTRATO CONTRATO Nº 271/2015

EXTRATO – CONTRATO Nº. 271/2015 (9912382469)

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (FMD) E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - CORREIOS

OBJETO: Serviços de venda de produtos. Serviços de correspondência.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 87/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 600,00 (Seiscentos reais).

DATA: 24 de agosto de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 856**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 856

CONCEDE TÍTULO DE "CIDADÃO BLUMENAUENSE" AO SENHOR OSÓRIO OTÁVIO TOMAZI.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É concedido o título de Cidadão Blumenauense ao Senhor Osório Otávio Tomazi, pelos relevantes serviços prestados ao município de Blumenau.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Mário Hildebrandt
PresidenteMarcos da Rosa
Vice-PresidenteCélio Dias Marco
1º SecretárioAntonio Wanrowsky
2º Secretário**DECRETO 857**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 857

CONCEDE TÍTULO DE "CIDADÃO BLUMENAUENSE" AO SENHOR JOÃO ERNESTO BATISTA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É concedido o título de Cidadão Blumenauense ao Senhor João Ernesto Batista, pelos relevantes serviços prestados ao município de Blumenau.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Mário Hildebrandt
PresidenteMarcos da Rosa
Vice-PresidenteCélio Dias Marco
1º SecretárioAntonio Wanrowsky
2º Secretário**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 22/2015**

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço global

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços de segurança e medicina do trabalho, conforme as especificações constantes do Anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 28/10/2015

HORÁRIO: 10h

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, centro, Blumenau - SC

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima, no horário das 13 às 19h, de segunda a sexta-feira ou no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 16 de outubro de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Retiro

PREFEITURA

78.15 - DEC. PMBR - INSTITUIÇÃO DO CONSELHO DA APA

DECRETO Nº 78/15 de 15.10.15

REGULAMENTA O PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 3º, DA LEI MUNICIPAL Nº. 2.277, DE 27 DE MAIO DE 2015, DISPONDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO E GESTÃO DA APA CAMPO DOS PADRES BOM RETIRO.

Art. 1º. A sede da APA Campo dos Padres Bom Retiro, criada pela Lei Municipal n. 2.277, de 27 de maio de 2015, será na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, até que a unidade de conservação tenha sua sede próprio no interior de seu território.

Art. 2º. O conselho gestor será paritário, deliberativo, composto por 10 (dez) membros e respectivos suplentes, representando, paritariamente, o setor público e o setor privado, da seguinte forma: I – Pelo setor público:

- a) O Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
 - b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
 - c) 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município de Bom Retiro;
 - d) 01 (um) representante do escritório local da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI); e
 - e) 01 (um) representante da coordenadoria regional, de Lages, da Fundação de Meio Ambiente (FATMA) do Estado de Santa Catarina.
- II – Pelo setor privado:

- a) Representando os usuários, compreendendo as pessoas físicas e jurídicas que utilizem os recursos naturais no interior da unidade de conservação para fins econômicos: dois representantes, sendo 01 (um) da empresa Serra Azul Geradora de Energia S.A. e 01 (um) representante de proprietário de terrenos da região da APA Campo dos Padres Bom Retiro.
- b) Representando as entidades da sociedade civil: 01 (um) representante da Associação Catarinense das Empresas do Desenvolvimento da Energia Renovável (ACEDER) e 01 (um) representante da Associação Kaingangs da Serra.
- c) 01 (um) representante do "Sindicato do produtor Rural de Bom Retiro".

§1º. Compete a cada responsável legal pelo órgão público referido nas alíneas "b" a "e", do inciso I, e ao representante legal das pessoas jurídicas, referidas no inciso II, indicar o seu representante no Conselho e o seu respectivo suplente.

§2º. O representante de proprietário de terras, referido na alínea "a" do inciso II, inclusive o seu suplente, será nomeado pelo Prefeito Municipal.

§3º. Cada Conselheiro terá um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido.

Art. 3º. O quórum para deliberação será de metade dos conselheiros (50%) e para fins de aprovação de qualquer matéria será de maioria simples dos presentes.

Art. 4º. O Conselho se reunirá, ordinariamente, trimestralmente, sendo facultado ao seu Presidente ou a metade de seus membros convocarem reunião extraordinária, com 07 (sete) dias de antecedência, por qualquer meio hábil para tal, inclusive correio eletrônico.

Art. 5º. O Conselho será presidido pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 6º. A representação que restar faltosa por 03 (três) reuniões consecutivas poderá ser excluída da composição do Conselho por outra representação que mantenha a paridade.

Art. 7º. O funcionamento do Conselho será definido por seu Regimento Interno, a ser aprovado até a sua 3ª. Reunião.

Bom Retiro, 15 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

833.10.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. ALESSANDRA S. NECKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 833/15 de 15.10.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar na realização de exames, no dia 13 de outubro de 2015, a funcionária Alessandra dos Santos Moretti, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
15 de outubro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

EXTRATO CONTRATO 137 E 138/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 137/2015 (FMAS)

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro

Contratado: Ires Kapitula Bosquetti 02662125900

Objeto: Prestação de serviços de cadastramento, assessoria, acompanhamento e prestação de contas dos Convênios Estaduais Projetos cadastrados no SIGEF e acompanhar a regularidade da Prefeitura Municipal junto ao Demonstrativo de atendimento dos requisitos para Transferências Voluntárias/DART.

Valor Mensal: R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Extrato Contrato 138/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Ires Kapitula Bosquetti 02662125900

Objeto: Prestação de serviços para manutenção do website oficial do município e prestação de serviço de designer gráfico para criação das mídias impressas e de publicidade.

Valor Mensal: R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Bom Retiro, 16 de outubro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

CTR51/2015-SERRALHERIA DOM JOAQUIM LTDA

Extrato de Contrato nº 51/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: SERRALHERIA DOM JOAQUIM LTDA EPP

Valor: R\$ 17.000,00 (Dezessete Mil Reais).

Objeto: Fornecimento e execução de Estrutura Pré Moldada Metálica, com Coberturas.

Vigência: 31/12/2015

Fund.Legal: Lei nº10.520/2002, PL46/2015 – Pregão Presencial nº23/2015

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 0127/2015

DECRETO Nº.0127/2015.

Cria Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

02 – DPTO DE SERVIÇOS FORA DO PERÍMETRO URBANO

2.068 – Manutenção e Abertura das Estradas Vicinais

(235) – 3.3.90.00.00.00.00.3.0039 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL R\$ 70.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2014 do recurso 3.0039 – Fundo Especial do Petróleo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 14 de Outubro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 48/2015 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 58/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 48/2015 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 28.10.2015, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo., informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br. Braço do Trombudo, em 16 de outubro de 2015. Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

Brunópolis

PREFEITURA

EDITAL INEXIGIBILIDADE 02_2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2015

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

Contratação de Empresa Especializada para Animação de Evento em Comemoração ao Aniversário do Município.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 25, III, da Lei Federal n. 8.666/93, de 21/06/93, FAZ SABER a quem interessar possa, que está inexigindo a realização de Licitação Pública para contratação de empresa especializada para animação de evento público em comemoração ao aniversário do Município, como segue:

Fornecedor: Gilnei José Bertussi (MEI), CNPJ 20.385.103/0001-24

Justificativa da Inexigibilidade e da escolha do fornecedor: o artista contratado é consagrado pela opinião pública local, o que justifica o enquadramento no artigo 25, III, da Lei 8666/93.

Justificativa do Preço: o valor previsto de R\$ 8.000,00 é compatível com os preços praticados com outros Contratantes, conforme documentos em anexo.

Brunópolis (SC), 15 de outubro de 2015.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

De acordo com o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, dou o presente como aprovado.

João Rogério de Andrade
Assessor Jurídico
OAB/SC 14.028

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.346, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.346, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Municipal nº 3248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 13/10/2015, 14h30min, o Sr. Evandro Carneiro Flora, ocupante do cargo de Agente Político, Símbolo AP, Chefe de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/10/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 010/2015 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO 010/2015

ESPÉCIE: reajuste óleo diesel. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 053/2014. VALOR GLOBAL: R\$ 266.950,00. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 09/10/2015; CONTRATADA: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 09 de outubro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO 03 AO CONTRATO 013/2015 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 013/2015

ESPÉCIE: reajuste gasolina e óleo diesel S10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 053/2014. VALOR GLOBAL: R\$ 50.217,15. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 09/10/2015; CONTRATADA: Irmãos Willrich Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 09 de outubro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

PORTARIA Nº 2531/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2531/2015

Concede benefício de Aposentadoria por Invalidez a Roseli da Silva

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, a, 34, §2º, §11º, e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 307/2014, benefício de Aposentadoria por Invalidez a ROSELI DA SILVA, CPF 678.245.449-15.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/06/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de outubro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 10.347, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

PORTARIA nº 10.347, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar Municipal nº 143/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a servidora Juliana da Silva Figueiredo, do cargo em comissão, Padrão CC-V, Coordenadora, lotada na Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/10/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de outubro de 2015.

1. ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Caçador

PREFEITURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO – PREFEITURA

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO – PREFEITURA CREDENCIAMENTO Nº 01/2015 – OBJETO – CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL PARA REALIZAÇÃO DE LEILÕES DE BENS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, CONTRATO – ULISSES DONIZETE RAMOS PORTADOR DO CPF Nº 102.471.938-36, MATRÍCULA NA JUCESC AARC309 - RESIDENTE E DOMICILIADO NO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA – SC, Prazo de validade 12(doze) meses.

DECRETO Nº 6.579

DECRETO Nº 6.579, de 08 de outubro de 2015.

Convoca Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 3.246, de 21 de setembro de 2015,

DECRETA :

Art. 1º Fica convocado o Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a ser realizado no dia 25 de novembro de 2015, das 13h30min às 17h00, no Plenário Joaquim Scolaro da Câmara Municipal de Caçador, localizado na Rua Fernando Machado, nº 139, nesta cidade, de conformidade com a Lei nº 3.246, de 21 de setembro de 2015.

Art. 2º Ficam nomeadas as seguintes pessoas para organizarem o referido Fórum:

- I – Carlos Antonio Arruda Wagner;
- II – Sandra Milani;
- III – Roziane Cardozo;
- IV – Laudo Bellaver;
- V – Vanessa Susin;
- VI – Neide Trento Yoshida;
- VII – Ivone Colombo;
- VIII – Maximino da Silva;
- IX – Marilene Ruppel Mantovani;
- X – Paulo Assis Crasnhak Filho.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de outubro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2015 - PREFEITURA

O Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2015, Objeto – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR - SC, Empresa – IBAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CNPJ – 33.645.482/0001-96, com sede no Rio de Janeiro – RJ. Os custos para a realização do Concurso serão cobertos com o resultado da arrecadação obtida com o pagamento das inscrições dos candidatos, pelo período de 12(doze) meses, nos termos do artigo 24 inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador, 09 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Biênio 2015/ 2017

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal/1988 e pela Lei Municipal nº 3.246, de 21 de setembro de 2015, CONVOCA as entidades da sociedade civil, com sede neste município, para o Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência- CMPCD – Biênio 2015/2017 que será realizado no dia 25 de novembro de 2015 das 13h30min às 17h00min, na Câmara Municipal de Caçador, no Plenário Joaquim Scolaro, localizado na Rua Fernando Machado, Caçador/SC.

Art. 1º - As entidades da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Biênio 2015/2017, serão eleitas, conforme previsto no art. 5º, II da lei 3.246, indicados em Fórum próprio.

§ 1º - A publicação do presente edital será feita no Diário Oficial dos Municípios.

§ 2º - Os conselheiros Titulares e respectivos Suplentes serão indicados para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo por igual período.

DAS VOTAÇÕES PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 2º - As entidades cadastradas, por seus representantes devidamente credenciados, receberão 10 convites por entidade sendo que somente três indicados através de Ofício, terão direito a voto podendo cada credenciado votar em até três entidades. Ainda no mesmo ofício deverão indicar seus representantes titular e suplente.

Parágrafo único: As entidades civis indicadas para integrar o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência deverão

apresentar junto a Secretaria Executiva dos Conselhos Municipais, até o dia 13 de novembro de 2015 no horário das 13h00min às 19h00min os seguintes documentos em anexo ao ofício:

I- atestado de pleno e regular funcionamento;

II- comprovar atendimento a pessoas com deficiência, apresentando relatório anual de atividades.

Art. 3º. As 04 (quatro) entidades mais votadas serão consideradas eleitas.

DA COMPOSIÇÃO E CONSTITUIÇÃO

Art. 4º. O Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência é composto por instituições da sociedade civil organizada, sediadas no município, que visem à promoção, à defesa, à pesquisa e ao atendimento especializado da pessoa com deficiência.

DA REALIZAÇÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO

Art. 5º - O Fórum de Eleição das Entidades da sociedade civil para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será organizado pela Comissão definida em Reunião, Ata nº 04, composta pelas seguintes pessoas: Carlos Antonio Arruda Wagner, Sandra Milani, Roziane Cardozo, Laudo Bellaver, Vanessa Susin, Neide Trento Yoshida, Ivone Colombo, Maximino da Silva, Marilene Ruppel Mantovani e Paulo Assis Crasnhak Filho.

Parágrafo Único - Cabe à Comissão e a Secretaria Executiva do CMPCD, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades da sociedade civil habilitadas a participarem do presente pleito.

Art. 6º - As representações concorrentes serão apresentadas aos participantes do Fórum, que após farão o processo de escolha das 04 (quatro) Entidades da sociedade civil para comporem o CMPCD no Biênio 2015/2017.

DA PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

Art. 7º - Após a apuração dos votos, a comissão apresentará aos presentes o nome das entidades que irão compor o CMPCD no Biênio 2015/2017 eleitas pelo Fórum, sendo o resultado registrado em ata.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - O exercício da função de conselheiro é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 9º - Os conselheiros que representam as entidades da sociedade civil do CMPCD terão as seguintes responsabilidades:

- I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício;
- II. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

Art. 10 - Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pela Comissão, assim como, pelos participantes votantes do Fórum de Eleição.

Caçador, 02 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto

Prefeito Municipal de Caçador

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001, de 14 de outubro de 2015.

Convoca aprovados em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

Os cidadãos classificados conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, que homologou a Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: MÉDICO - PLANTONISTA - PMC

CLASS.: YUSSEF ELIAS AMMAR

CARGO: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS - PMC

CLASS.: MARIA ELENA DE OLIVEIRA EGER

DIEGO GARIPUNA

ANDRE GEOVANI DA SILVA DOMINGUES

CARGO: PROFESSOR DE DANÇA FMC

CLASS.: MARIA LUISA ZARDO PEGORARO

CARGO: MUSEÓLOGO – FMC

CLASS.: LETÍSSIA CRESTANI

CARGO: INSTRUTOR DE DANÇA – FMC

CLASS.: MINÉIA MAFIOLETTI

CARGO: INSTRUTOR DE VIOLÃO – FMC

CLASS.: MAURO SÉRGIO FRANÇA

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS E OBRAS ESPECIAIS – PMC

CLASS.: GARDEL GEISEL CHINATO

RONALDO BOHRER

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.776

PORTARIA Nº 25.776, de 31 de julho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 64 e 65, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público, alterada pela Lei Complementar nº 298, de 23 de julho de 2015, e considerando relatório geral apresentado pela Comissão de Enquadramento nomeada pelo Decreto nº 6.335, de 13/03/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam reenquadrados os Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo – Professor do Ensino Fundamental I, Professor do Ensino Fundamental II, Professor de Educação Infantil e Especialista em Assuntos Educacionais - do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas municipais, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento e Escola de lotação, conforme segue:

| CÓDIGO | NOME | CARGO ANTERIOR | NÍVEL – REFERÊNCIA ANTERIOR | CARGO ENQUADRAMENTO | NÍVEL - REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO | ESCOLA DE LOTAÇÃO |
|--------|------------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|----------------------------------|---|
| 468 | Adalberto Gomes Ribeiro | Professor de educação física | 43/ B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/B | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 10319 | Adelina Salete Kowalczyk | Professor de Educação Infantil | 33/ A | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 3320 | Adriana Aparecida DENIZ SANCHEZ | Professor 5 a 8 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 10537 | Adriana Aparecida Zeni Bof | Professor 1 a 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB ULYSSES GUIMARÃES |
| 2532 | Adriana Loss | Professor 1 a 4 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB MORADA DO SOL |
| 6948 | Adriana Loss | Professor 5 a 8 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB ALCIDES TOMBINI |
| 6959 | ADRIANA MOREIRA BAIRRO | Professor 1 a 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 2680 | Adriana Marliza Campos De Almeida | Professor 1 a 4 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/D | emeb irmão venâncio josé |
| 3288 | Adriana Regina Faoro | Professor Educação Infantil | 33/E | Professor Educação Infantil | 3/D | EMEB Pe. josé chamot |
| 10076 | Adriana Regina Faoro | Professor Educação Infantil | 33/A | Professor Educação Infantil | 3/A | EMEB Pe. josé chamot |
| 523 | Adriana Valeria Ceciliato AzamBUJA | Professor Educação Física | 43/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/B | emeb alto bonito emeb alcides tombini |
| 9878 | Agnese Aparecida Filipni Chaves | Professor Educação Infantil | 13/A | Professor Educação Infantil | 1/A | emeb morada do sol |
| 71 | Airton Carlos Leite | Professor 1 a 4 | 13/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/D | emeb vereda dos trevos |
| 802 | Alda Pasquali Basqueira | Professor 1 a 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/B | emeb tabajara |
| 6964 | Alda Pasquali Basqueira | Professor 1 a 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | emeb tabajara |
| 646 | Aldo Marghotti | Professor 1 a 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/E | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 1143 | ALDONIR ANCIUTI | Professor 5 a 8 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/D | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA emeb pierina santin perret |
| 10534 | Alzira Salete Padilha | Professor 1 a 4 | 13/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 349 | ANA MARIA MORETTI BORTOLON | PROFESSORA DE 5 A 8 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 3296 | Ana Mara Soletti Rotta | Professor de Educação Física | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/A | emeb tabajara |
| 968 | Anastacia Oliveira Bernardo | Professor 1 a 4 | 43/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/E | emeb irmão venâncio josé |
| 790 | Andiara Zeni | Professor 1 a 4 | 43/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/B | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 4275 | Andrea Carla Comel | Professor Educação Infantil | 33/D | Professor Educação Infantil | 3/C | emeb esperança |
| 6962 | Andreia Ancutti | Professor 1 a 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | emeb irmão venâncio josé |

| | | | | | | |
|-------|------------------------------------|--------------------------------|------|---------------------------------------|-----|--|
| 10519 | Andreia Anciutti | Professor 1 a 4 | 3/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | emeb irmão venâncio josé |
| 10078 | Andreia Dellai | Professor Educação Infantil | 33/A | Professor Educação Infantil | 3/A | cmei sonho encantado |
| 7774 | Andressa De Fatima De Bastiani | Professor De Educação Infantil | 33/B | Professor Educação Infantil | 3/a | cmei sininho |
| 1841 | Angela Maria Stavis | Administrador Escolar | 33/F | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 3/E | emeb morada do sol |
| 653 | Angela Santin Machado | Professor 5 a 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | emeb alto bonito |
| 1062 | Angelica Moscheta Schneider | Professor Educação Infantil | 13/F | Professor Educação Infantil | 2/A | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 1069 | Antonio Getulio Ribeiro Dos Santos | Orientador Educacional | 33/B | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 3/B | emeb pE. josé chamot |
| 7779 | Atilio Da Silveira De Oliveira | Professor 5 a 8 | 13/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 1/A | emeb pierina santin perret |
| 804 | Beatriz Aparecida Pereira | Professor 5 a 8 | 43/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/B | emeb alcides tombini |
| 828 | Bernadete Maria Ribeiro Dos Santos | Professor 1 a 4 | 32/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/E | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 565 | CARLINHO JOSÉ BAZZEI | Professor 5 a 8 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB HENRIQUE JÚLIO BERGER |
| 1197 | Carmelinda Rusczyk | Professor 1 a 4 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | emeb ulysses guimarães |
| 783 | Celso Vieiro | Professor 1 a 4 | 13/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/D | emeb morada do sol |
| 2016 | Cizete Catellan | Professor 1 a 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/E | emeb esperança |
| 2127 | Cizete Catellan | Supervisor Escolar | 33/F | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 3/E | emeb pierina santin perret |
| 3358 | Clarice Hauffe | Professor 5 a 8 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | emeb pierina santin perret |
| 535 | Clarisse De Albuquerque Rodrigues | Professor 1 a 4 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 3316 | Claudete Aparecida Konflanz | Professor Educação Infantil | 33/E | Professor Educação Infantil | 3/a | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 8953 | Claudia Aparecida De Souza | Professor 5 a 8 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/A | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 126 | Claudia Aparecida Maurilio | Professor 1 a 4 | 43/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/C | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ EMEB ALTO BONITO |
| 129 | Claudia Maria Bischoff | Orientador Educacional | 33/F | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 3/E | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 399 | Claudio Altair Cordeiro | Professor 5 a 8 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/D | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 280 | Claudio Granja | Professor 5 a 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 2946 | Cleci Faganello | Orientador Educacional | 33/C | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 3/B | emeb morada do sol |
| 938 | Clemare Aparecida Coelho | Professor 1 a 4 | 23/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/E | EMEB Pe. JOSÉ CHAMOT |
| 6965 | Cloris De Fatima Casagrande | Professor 1 a 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB ESPERANÇA |
| 4281 | Cristiane Iracema De Lima | Professor 5 a 8 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 7776 | Cristiano Hugo Ruch | Professor 5 a 8 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | emeb morada do sol |
| 9074 | Cristina Lazarotti | Professor 5 a 8 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/A | EMEB ULYSSES GUIMARÃES |
| 7773 | Daniela Da Silva | Professor 5 a 8 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 8636 | Daniele Jociane Fortunato | Professor de Educação Infantil | 33/B | Professor de Educação Infantil | 3/B | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 10538 | Debora Jane Zarur | Professor 1 a 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB Pe. JOSÉ CHAMOT |

| | | | | | | |
|-------|---------------------------------------|-----------------------------|------|---------------------------------------|-----|--|
| 1475 | Denise Lourdes Da Luz | Professor 1 a 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 2916 | Denise Loudes Da Luz | Professor 5 a 8 | 13/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 1/C | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 6944 | Dilma Bueno De Oliveira Gomes | Professor Educação Infantil | 33/C | Professor Educação Infantil | 3/B | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 1268 | Dirceu Ribeiro De Mello | Professor 5 a 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | emeb morada do sol |
| 8660 | Ecleides De Fatima Bleichuvel | Professor 5 a 8 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 4258 | Edilene Kutcher Da Silva | Professor 5 a 8 | 13/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 1/E | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 858 | Edilene Kutcher Da Silva | Professor 1 a 4 | 13/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 1560 | Edite Salete Ventz | Professor 1 a 4 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/D | EMEB Pe. JOSÉ CHAMOT |
| 677 | Elay Elisane Paloschi | Professor 1 a 4 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB ESPERANÇA |
| 1132 | Elenir Izabel Spezia Correia | Professor 1 a 4 | 34/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/C | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 10718 | Elenir Izabel Spezia Correia | Professor 1 a 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 276 | ELIANE BEATRIZ DUPONT MACHADO | PROFESSORA 1 A 4 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB IR VENÂNCIO JOSÉ |
| 1561 | Eliane Cavalheiro | Professor 1 a 4 | 43/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/E | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 265 | Eliane Cavalion Lapolli | Professor 5 a 8 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 381 | Eliane Gonçalves Cordeiro | Professor 5 a 8 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/A | EMEB MORADA DO SOL |
| 1719 | Eliane Macedo Castilho | Professor 5 a 8 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/D | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 184 | Eliane Terezinha Pellizzaro | Professor 1 a 4 | 43/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/D | EMEB TABAJARA |
| 3290 | Elisabete Aparecida Marini BorTOLINI | Professor 1 a 4 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/D | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 9073 | Elisabete Aparecida Marini BorTOLINI | Professor EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | Professor EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 10081 | ELISANDRA SCAPINELLI | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/A | Professor EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | CMEI SONHO ENCANTADO |
| 3291 | ELIZANGELA MITTANCK CAMARGO | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/E | Professor EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 356 | ELISETTE RIBEIRO LOBAS | Professor 1 a 4 | 23/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/D | EMEB ESPERANÇA |
| 6558 | ELIZANGELA BARTEL WITTE | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/D | Professor EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 690 | ELIZETE TEREZINHA VENTZ FURLAN | Professor 1 a 4 | 43/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/C | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 10520 | ELIZIANE APARECIDA BATTOCHIO PEGORARO | Professor 1 a 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 1059 | EMA CRISTINA D AGOSTINI | ORIENTADOR EDUCACIONAL | 43/B | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 4/B | EMEB WAL SIN NUNES GARCIA |
| 9874 | EMANUELLE MARTINS DE SOUZA | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 3389 | ERONILDES OLIVENICK PINTO | Professor 1 a 4 | 13/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/D | EMEB ULYSSES GUIMARÃES |
| 6951 | FABIANE CONSTANTINI | Professor 5 a 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 2017 | FATIMA HAMMES | Professor 1 a 4 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/D | EMEB CASTELHANO |
| 3321 | FATIMA HAMMES | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/E | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/D | EMEB CASTELHANO |
| 2128 | FELIZARDA LEMOS FRANCIO | Professor 1 a 4 | 3/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB ALTO BONITO |
| 9147 | FLAVIA BEIMS MOSTIACK | Professor 1 a 4 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB TABAJARA |

| | | | | | | |
|-------|-------------------------------------|-----------------------------|------|---------------------------------------|-----|---|
| 4263 | FRANCIELLE MARIN MENZEL | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/C | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/B | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 527 | GELCY ANA LAVA STANIESKI | Professor 1 a 4 | 13/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/E | EMEB TABAJARA |
| 1088 | GISELE ROSSI CANALLI BEHER | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/D | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/C | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 10125 | GISELI APARECIDA ESTANISLOWSKI | Professor 1 a 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 1063 | GLORIA RIBEIRO DOS SANTOS | Professor 5 a 8 | 13/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 2/A | EMEB MORADA DOS SOL |
| 2917 | GRECI SALETE COELHO | ORIENTADOR EDUCACIONAL | 33/B | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 3/B | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 8952 | HELTON CALISTO | Professor 5 a 8 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 217 | HILDA APARECIDA PREVEDA | Professor 1 a 4 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/A | EMEB TABAJARA |
| 2445 | HILDEGART DAL PIZZOL | Professor 5 a 8 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/E | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 509 | IDIANARA DE CASTRO VALENTINI | Professor 1 a 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/E | EMEB ESPERANÇA EMEB TABAJARA |
| 1801 | IEDA APARECIDA BLEICHUVEL MOSCHETTA | SUPERVISOR ESCOLAR | 43/A | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 3/E | EMEB ALTO BONITO |
| 1202 | IEDA MARA FERNANDES | Professor 1 a 4 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/D | EMEB ULYSSES GUIMARÃES |
| 275 | ILZA APARECIDA ROSSETTO RIBAS | Professor 1 a 4 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/A | EMEB IR VENÂNCIO JOSÉ |
| 1007 | ILZA WITTE ROSSA | PROFESSOR 1 A 4 | 32/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/A | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 9024 | IONE MARIA CHIARELLO | Professor 1 a 4 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB ALTO BONITO |
| 216 | IRACI DOS SANTOS | Professor 1 a 4 | 23/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/C | EMEB VEREDA MDOS TREVOS |
| 431 | IRACY APARECIDA BERTI DA CRUZ | Professor 1 a 4 | 13/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/A | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 147 | IRES TERESINHA DA SILVA | Professor 1 a 4 | 43/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/E | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 421 | IRIA JANETE KLABUNDE MONTEIRO | Professor 1 a 4 | 23/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/B | EMEB ALTO BONITO |
| 148 | ITAMARA DE OLIVEIRA | Professor 1 a 4 | 23/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/E | EMEB ALCIDES TOMBINI |
| 2008 | IVONE DELLAI | Professor 1 a 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 1314 | IVONE NIEWINSKI | Professor 5 a 8 | 43/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/D | EMEB ALTO BONITO |
| 153 | IVONETE APARECIDA DE AGOSTINI | Professor 1 a 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 626 | IVONETE APARECIDA TOREZAN | Professor 5 a 8 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/A | EMEB ALTO BONITO EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 871 | IVONETE FATIMA ARRUDA PIERDONA | Professor 1 a 4 | 23/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/E | EMEB ALCIDES TOMBINI |
| 4276 | IZABEL CRISTINA SALAMONI DE ARAUJO | Professor 1 a 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 8949 | JANAINA CARNEIRO | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB ALTO BONITO |
| 6954 | JANAINA DEMIN | Professor 5 a 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB ALTO BONITO |
| 511 | JANDIR BORTOTTO | Professor Educação Física | 43/c | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/c | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 5687 | JANE FOGAÇA VIEIRA | Professor 1 a 4 | 13/d | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/d | EMEB TABAJARA |
| 2006 | JANE FOGAÇA VIEIRA | Professor 1 a 4 | 13/f | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/a | EMEB TABAJARA |
| 815 | JANE MARISTELA DOS SANTOS | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/B | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/B | EMEB MORADA DO SOL |

| | | | | | | |
|-------|--------------------------------------|------------------------------|------|---------------------------------------|-----|---|
| 10518 | JANE REGINA DALLAGNOL | Professor 1 a 4 | 3/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB . JOSÉ CHAMOT |
| 1845 | JANETE APARECIDA TARNIOWICZ | SUPERVISOR ESCOLAR | 43/A | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 4/A | EMEB TABAJARA EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 180 | JANETE TEREZINHA COLDEBELLA | Professor 1 a 4 | 31/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 1250 | JANICE APARECIDA PERBONI SCHUPEL | Professor 1 a 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/B | EMEB TABAJARA |
| 681 | JANIO DE AZAMBUJA VIANA | Professor Educação Física | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | EMEB ALCIDES TOMBINI EMEB TABAJARA |
| 4270 | JAQUELINE SCAPINELLI DE CAMPOS | Professor 1 a 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB ALTO BONITO EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 2408 | JAQUELINE SCAPINELLI DE CAMPOS | Professor 1 a 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/B | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 829 | JEANE APARECIDA COLDEBELLA | Professor 1 a 4 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/D | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 3364 | JEFERSON WITTE | Professor 5 a 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB ALTO BONITO |
| 6966 | JOCIANE REGINA SCAPINELLI ZARDO | Professor 1 a 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB PE. JOSÉ CHAMOT |
| 1477 | JOCIANE REGINA SCAPINELLI ZARDO | Professor 1 a 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/B | EMEB PE. JOSÉ CHAMOT |
| 3306 | JOELMA ANA ANTUNES | Professor Educação Física | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/D | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 3302 | JOICE MARA SARI | Professor Educação Física | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/D | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 6968 | JOSE DIAS LIMA | Professor 5 a 8 | 13/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 1/B | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 499 | JOSETE MARIA DE LEMOS ESTROWISPY | Professor 5 a 8 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/E | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 4585 | JOZEANE ZANELLA CASSOL | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/B | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/B | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 4259 | JUCELAINE TEREZINHA PEREIRA | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/D | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/C | CMEI SANTA CLARA |
| 10291 | JUCELAINE TOSATTI | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB ALTO BONITO |
| 2359 | JULIANA PADILHA MAZZOTTI | Professor 1 a 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB ALTO BONITO |
| 4268 | JULIANA VELASQUES FERREIRA | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/D | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/C | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 687 | JUSSARA FONSECA | Professor 1 a 4 | 34/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/C | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 1977 | KARINE LIA BASSO | Professor 1 a 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/B | EMEB CASTELHANO |
| 92 | KATIA DENISE MELEK PREVEDO | Professor 1 a 4 | 13/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 161 | LAIR DE FATIMA KLABUNDE | Professor 1 a 4 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/A | EMEB MORADA DO SOL |
| 10533 | LAISA TATIANE MARTINS | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 13/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 1/A | CMEI SONHO ENCANTADO |
| 10523 | LAYDE SEBASTIANA DE SOUZA | Professor 1 a 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 4280 | LEANDRO JOSÉ MARTELLO | Professor de educação física | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | EMEB ALTO BONITO |
| 432 | LENIRA DE CACIA CARNEIRO RUPPEL | Professor 1 a 4 | 43/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/B | EMEB MORADA DO SOL |
| 10049 | LUCELIA APARECIDA CARLIM | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | CMEI SANTA CLARA |
| 10528 | LUCELIA APARECIDA GONÇALVES CORDEIRO | Professor 1 a 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB ALTO BONITO |
| 1509 | LUCELIA APARECIDA GONÇALVES CORDEIRO | Professor 1 a 4 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/D | EMEB ALTO BONITO |
| 6969 | LUCIANA GRANEMANN SOUZA TRAMONTINA | Professor 5 a 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | emeb profª maria luiza martins barbosa |

| | | | | | | |
|-------|---------------------------------------|-----------------------------|------|------------------------------------|-----|--|
| 493 | LUCIANA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS | Professor 1 a 4 | 23/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/B | EMEB TABAJARA |
| 7775 | LUCIANE CATARINA CARNEIRO | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 13/C | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 1/A | CMEI SININHO |
| 9871 | LUCIANE DE ALMEIDA | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 4599 | LUCIANE DO CARMO PADILHA | Professor 1 a 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 8948 | LUCIANE MARIA FERNANDES STRAUSS | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 13/B | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 1/B | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 3303 | LUCIANE MARIA VIEIRA DE MEDEIROS | Professor Educação Física | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 1236 | LUCIANITA FURLANETTO | Professor 1 a 4 | 13/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/A | EMEB Pe. JOSÉ CHAMOT |
| 1136 | LUIZA SAMIRA FLORES ALVES | Professor 1 a 4 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/D | EMEB MORADA DO SOL EMEB TABAJARA |
| 920 | MARA TEREZINHA LIPKA | Professor 5 a 8 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/A | EMEB MORADA DO SOL EMEB ALCIDES TOMBINI |
| 598 | MARCELE GUZELA | Professor 5 a 8 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | EMEB MORADA DO SOL |
| 843 | MARCIA INES GONÇALVES CORDEIRO MELLO | Professor 1 A 4 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL | 4/A | EMEB MORADA DO SOL |
| 2443 | MARCIA REGINA CAREGNATO GOLPINI | Professor 5 a 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/D | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 1066 | MARCOS ADELMO DOS REIS | Professor Educação Física | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | EMEB ULYSSES GUIMARÃES |
| 4282 | MARCOS RONALDO STEIN | Professor Educação Física | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | EMEB WALSH NUNES GARCIA |
| 3612 | MARDIORI BOSCARI | Professor Educação INFANTIL | 33/D | Professor Educação INFANTIL | 3/C | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 3297 | MARI APARECIDA CEOLLA BIELA | Professor EDUCAÇÃO FÍSICA | 3/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/A | sme |
| 5684 | MARIA ANTONIA FABIANI PADILHA | Professor 1 a 4 | 31/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/B | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 2137 | MARIA ANTONIA FABIANI PADILHA | Professor 1 a 4 | 31/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 2/D | EMEB VEREDA DOS TREVOS |
| 3295 | MARIA BEATRIZ KONFLANZ | Professor 5 a 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 10527 | MARIA CELIA BADLHUK | Professor 1 A 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB COLÔNIA POLIDORO |
| 9209 | MARIA CLARICE SARTURI | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 3299 | MARIA CLARICE SARTURI | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/B | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/C | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 3317 | MARIA DE LURDES SICKA FERNANDES | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/E | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 8308 | MARIA LUCIANA MORAES DOS SANTOS | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/B | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 4283 | MARIA SELOI SALAMONI GAZZI | Professor 1 A 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB TABAJARA |
| 583 | MARICI MENEGAT FRANCO | Professor 1 A 4 | 34/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/C | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 6957 | MARILDE APARECIDA SCAPIN | Professor 1 A 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 1471 | MARILENE COELHO GONÇAVES | Professor 1 A 4 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/A | EMEB WALSH NUNES GARCIA |
| 326 | MARILENE GIRARDI ESCHER | PROFESSORA 1 A 4 | 13/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/E | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER EMEB ULYSSES GUIMARÃES |
| 6967 | MARILENE PADILHA MEIRELES DA SILVA | Professor 1 A 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB CASTELHANO |
| 596 | MARILENE SALETE SETTI | Professor 1 A 4 | 43/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/B | EMEB TABAJARA |
| 10517 | MARILIA NEIS GODINHO | Professor 1 A 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB ULYSSES GUIMARÃES |

| | | | | | | |
|-------|-------------------------------------|-----------------------------|------|---------------------------------------|-----|---|
| 1042 | MARINEIS ANA DAMBROS CASTELANI | Professor 1 A 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB ALTO BONITO |
| 9877 | MARINEZ PEREIRA | Professor 1 A 4 | 3/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 2014 | MARINEZ PEREIRA | Professor 1 A 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/E | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 2577 | MARINEZ STEFAN DE MELLO | SUPERVISOR ESCOLAR | 13/D | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 1/D | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 10535 | MARISA APARECIDA ALVES MOREIRA | Professor 1 A 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 6963 | MARISA LAPOLLI | Professor 1 A 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB TABAJARA |
| 10522 | MARISTELA CORDEIRO DA SILVA | Professor 1 A 4 | 13/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/A | emeb profª maria luiza martins barbosa |
| 8310 | MARIZETE THEVES | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/B | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | CMEI SININHO |
| 10526 | MARIZETE ZAGO | Professor 1 A 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB MORADA DO SOL |
| 824 | MARLENE BAZIUK | Professor 1 A 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/B | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 833 | MARLI TEREZINHA BARTOLI WOJEIC | Professor 1 A 4 | 34/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/C | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 187 | MARTA MABONI ZANOTTI | Professor 1 A 4 | 23/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 2/E | EMEB ESPERANÇA EMEB WAL SIN NUNES GARCIA |
| 250 | MAURO ROGERIO DOS REIS | Professor Educação Física | 43/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4B | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 5700 | MERILUCI TRENTTO | Professor 1 A 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 819 | MERILUCI TRENTTO | Professor 1 A 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/E | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 522 | MICHELLE DE SOUZA SANTOS | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/D | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/C | CMEI SANTA CLARA |
| 4588 | MIGUEL GUSTAVO REIBNITZ | Professor Educação Física | 13/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 1/C | EMEB MORADA DO SOL |
| 9873 | MIRIANE SINARA PRIES | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 194 | NEIDE TERESINHA PAACHEN DA ROSA | SUPERVISOR ESCOLAR | 43/F | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 4/E | EMEB ALCIDES TOMBINI |
| 8512 | NEIVA TERESINHA BOSCARI MAFFESONI | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/B | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 9870 | NELCI MONTEIRO DA SILVA FRANÇA | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | CMEI SONHO ENCANTADO |
| 93 | NELSON MOLINSKI MOREIRA SANTOS | Professor 5 a 8 | 23/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 2/E | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 682 | NEUSA TERESINHA PELEGRI NI DE SOUZA | Professor 5 a 8 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 1495 | NILCE FAITA FORNARI | Professor 5 a 8 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 1012 | NILSE DE FATIMA NASCIMENTO | SUPERVISOR ESCOLAR | 13/A | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 526 | NILVA CENDRON CZERNIAK | Professor 1 A 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB PIEIRNA SANTIN PERRET |
| 9872 | NOELI CAVALHEIRO WERNER | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 1129 | NOELI SANDRA DALLACOSTA | Professor 1 A 4 | 13/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/D | EMEB ALTO BONITO |
| 2015 | ODETE MARIA ROSSETO XAVIER CORREA | Professor 1 A 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/E | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 2410 | OLINDA SUZIN PARIZOTTO | Professor 1 A 4 | 13/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/E | EMEB PIEIRNA SANTIN PERRET |
| 10524 | OLIVIA DOS SANTOS MOREIRA | Professor 1 A 4 | 13/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 724 | ORLI RIBEIRO TIBES | Professor 1 A 4 | 13/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/D | EMEB NOSSA SRA DA SALETE |

| | | | | | | |
|-------|------------------------------------|-----------------------------|------|---------------------------------------|-----|--|
| 6953 | PAULO SÉRGIO DE MORAES | Professor 5 A 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB MORADA DO SOL E EMEB ALTO BONITO |
| 424 | RAQUEL TEREZINHA MORONA | Professor 5 A 8 | 43/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 3293 | REJANE TEREZINHA FAEDO | Professor 5 A 8 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 256 | RENATO VOGEL | Professor 5 A 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 4279 | REVANIR ANCIUTTI | Professor Educação Física | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 457 | RICARDO AZAMBUJA | Professor Educação Física | 43/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/C | EMEB PIERINA SANTIN PERRET EMEB Pe. JOSÉ CHAMOT |
| 951 | RITA BEATRIZ FAVERO | Professor 1 A 4 | 43/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/E | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 1112 | RITA SCHUMANN | Professor 5 A 8 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/E | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 203 | ROBERTO HUGO FERRAZ | Professor Educação Física | 13/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 1/D | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 1071 | ROMNEY RIEDI | Professor Educação Física | 13/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 1/E | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 2002 | ROSALBA ENDRIGO CORREA DE ALMEIDA | Professor 1 A 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/E | EMEB ALTO BONITO |
| 5686 | ROSALBA ENDRIGO CORREA DE ALMEIDA | Professor 1 A 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB ALTO BONITO |
| 3307 | ROSANA APARECIDA MACEDO BARZOTTO | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/D | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/E | EMEB ALTO BONITO |
| 244 | ROSANE BORTOLINI STEIN | Professor 5 A 8 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/C | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 558 | ROSANE FONSECA | SUPERVISOR ESCOLAR | 33/B | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 3/B | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 186 | ROSANGELA APARECIDA BALCHAK | Professor 1 A 4 | 43/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/E | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 2580 | ROSANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO | SUPERVISOR ESCOLAR | 13/C | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 1/C | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 10521 | ROSANGELA RIEDI | Professor 1 A 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 1001 | ROSELI SALETE FERENC | Professor 1 A 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB WAL SIN NUNES GARCIA |
| 601 | ROSEMARI MENEGAT DE PAULA | Professor 1 A 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/E | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 2945 | ROSILENE ZARDO | ADMINISTRADORA ESCOLAR | 33/D | eSPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 3/E | EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA |
| 3318 | ROSIMAR BORGES | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/E | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 8637 | ROVENA SZYMKS RAMOS | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/B | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/B | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 427 | ROZANGELA DE BASTIANI | PROFESSOR 1 A 4 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/D | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 4589 | ROZANGELA PRETO VIVAN | PROFESSOR 1 A 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 701 | RUTE ALVES PROENÇA | PROFESSOR 5 A 8 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/A | EMEB MORADA DO SOL |
| 5699 | SANDRA ELISA MUNCINELLI | PROFESSOR 1 A 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB TABAJARA |
| 6961 | SANDRA MARA MOSCHETA DA SILVA | PROFESSOR 1 A 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB WAL SIN NUNES GARCIA |
| 774 | SANDRA MARIA FERREIRA | PROFESSOR 1 A 4 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/D | EMEB ALTO BONITO |
| 8638 | SANDRA REGINA DOS SANTOS | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/B | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/B | EMEB WAL SIN NUNES GARCIA |
| 6955 | SCHEILA BALBINOTTO ANCIUTI | Professor 5 A 8 | 33/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 528 | SHIRLEY SCHIMITT | Professor 1 A 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/E | EMEB ALCIDES TOMBINI |

| | | | | | | |
|-------|--|-----------------------------|------|---------------------------------------|-----|---|
| 3557 | SIDNEA DOMINIAK | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/E | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 595 | SILESIA DE MENEZES VEIGA | Professor 5 A 8 | 13/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 1/B | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 3304 | SILVANA ALVES RIBEIRO BARDELLA | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/D | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/C | EMEB NOSSA SRA SALETE |
| 917 | SIMONE FIGUEREDO DOS REIS | Professor Educação Física | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB VEREDA DOS TREVOS EMEB NOSSA SRA DA SALETE |
| 542 | SIMONE STELA CACHOEIRA | PROFESSOR 1 A 4 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/A | EMEB PIERINA SANTIN PERRET EMEB TABAJARA |
| 1126 | SOELI APARECIDA DA SILVA | PROFESSOR 1 A 4 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/E | EMEB TABAJARA EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 4590 | SOLANGE MARGARETH CAMPOS | PROFESSOR 1 A 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB NOSSA SRA SALETE |
| 3125 | SUZANA BEATRIZ SARI DOS REIS | SUPERVISOR ESCOLAR | 33/E | ESPECIALISTA | 4/A | EMEB TABAJARA |
| 4267 | TANIA GOMES DE ALMEIDA CRACCO | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/D | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/C | EMEB pE. JOSÉ CHAMOT |
| 10027 | TATIANE APARECIDA POLO | PROFESSOR 1 A 4 | 13/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/A | EMEB ALTO BONITO |
| 719 | TEREZINHA AUERBACH | PROFESSOR 5 A 8 | 33/F | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/B | EMEB MORADA DO SOL |
| 9875 | TEREZINHA ANDRIGHETTI NAVA | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | CMEI SONHO ENCANTADO |
| 204 | TEREZINHA APARECIDA FERREIRA BALDICERA | ORIENTADOR EDUCACIONAL | 43/B | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 4/B | EMEB VEREDA DOS TREVOS |
| 6950 | TEREZINHA CASTANHEIRA ANCIUTTI | SUPERVISOR ESCOLAR | 33/C | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 3/B | EMEB ULYSSES GUIMARÃES |
| 655 | TEREZINHA CASTANHEIRA ANCIUTTI | PROFESSOR 1 A 4 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/A | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 2356 | TEREZINHA ROSICLEIA KAMIENSKI | PROFESSOR 1 A 4 | 33/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/C | EMEB PROFª MARIA LUISA MARTINS BARBOZA |
| 3359 | VALMOR ARL | PROFESSOR 5 A 8 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/B | EMEB ALTO BONITO |
| 3319 | VANDERLEIA APARECIDA BIRNFELD | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/E | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/D | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 1265 | VANDERLEIA APARECIDA BIRNFELD | PROFESSOR 1 A 4 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/A | EMEB MORADA DO SOL |
| 923 | VANESSA COELHO DE SOUZA MAFFES | ORIENTADOR EDUCACIONAL | 23/A | ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | 2/B | EMEB TABAJARA |
| 8309 | VANESSA SOUZA DA SILVA GILIOI | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/B | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/A | CMEI SININHO |
| 656 | VANUSA ZART | PROFESSOR 1 A 4 | 34/B | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/C | EMEB PROFª MARIA LUISA MARTINS BARBOSA |
| 115 | VARDELEI FURLAN | PROFESSOR 1 A 4 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/A | EMEB PE. JOSÉ CHAMOT |
| 363 | VENICE DE CARLI TOSATTI | PROFESSOR 1 A 4 | 43/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/D | EMEB NOSSA SRA DA SALETE |
| 654 | VERA LUCIA BRAUN BERARDI | PROFESSOR 5 A 8 | 33/E | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 3/D | EMEB PIERINA SANTIN PERRET EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 4264 | VERA LUCIA DE MOURA | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 33/C | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 3/B | EMEB NOSSA SRA DA SALETE |
| 6960 | VERA LUCIA MUCHINSKI | PROFESSOR 1 A 4 | 33/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/B | EMEB ESPERANÇA |
| 864 | VERA MARCIA WESTERLON DE OLIVEIRA | PROFESSOR 1 A 4 | 13/D | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 1/D | EMEB CASTELHANO |
| 283 | VILSON MEIRELES DA SILVA | PROFESSOR 5 A 8 | 43/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL II | 4/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 1036 | VIVIANE MAIRA PEREIRA | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 43/A | PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL | 4/A | EMEB WAL SIN NUNES GARCIA |

| | | | | | | |
|-------|----------------------------------|-----------------|------|-----------------------------------|-----|---------------------------------------|
| 10525 | WALDIR SHUPPEL | PROFESSOR 1 A 4 | 33/A | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 3/A | EMEB PROFª MARIA LUISA MARINS BARBOSA |
| 127 | ZULEIDE APARECIDA PICOLI RIBEIRO | PROFESSOR 1 A 4 | 43/C | PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I | 4/C | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |

Art. 2º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo de Secretário Escolar, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas e Centros de Educação Infantil municipais, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento e Escolas de lotação, conforme segue:

| CÓDIGO | NOME | CARGO ANTERIOR | NÍVEL/REFERENCIA ANTERIOR | CARGO ENQUADRAMENTO | NÍVEL/REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO | ESCOLA DE LOTAÇÃO |
|--------|--|--------------------|---------------------------|---------------------|--------------------------------|--|
| 10142 | ALEXANDRE MAICON DE LIMA | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/a | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | CMEI SANTA CLARA |
| 10826 | ALINE DE MATOS ROESSLER | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/A | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | SME |
| 876 | BARTIRA ELISA TOMAZINI | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/D | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/B | EMEB WALSIN NUNES GARCIA |
| 1200 | CARLA CAVALHEIRO DALLAZEN | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/C | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 1230 | Cleide Fatima Dariz | SECRETÁRIO ESCOLAR | 44/B | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/E | EMEB TABAJARA |
| 1942 | Debora Liz Padilha Franco | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/E | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/C | EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA |
| 800 | ELIANE BORTOLINI | SECRETÁRIO ESCOLAR | 44/B | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/E | EMEB ALTO BONITO |
| 799 | Elisandra Aparecida Giacomel | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/F | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/D | EMEB NOSSA SRA SALETE |
| 122 | EUNICE GODOY DOS SANTOS | SECRETÁRIO ESCOLAR | 44/A | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/D | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 592 | EVA IDA LENZ BALATKA | SECRETÁRIO ESCOLAR | 44/C | SECRETÁRIO ESCOLAR | 2/A | EMEB ALCIDES TOMBINI |
| 10540 | FRANCIELE PEREGO | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/A | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 404 | HILDA PARAVISI DE BORTOLO | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/F | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/D | EMEB ALCIDES TOMBINI |
| 1966 | IRACILDA NORA | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/B | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | EMEB MORADA DO SOL |
| 1507 | IVONETE RUPPEL MELLO | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/E | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/C | EMEB PE. JOSÉ CHAMOT |
| 9869 | KARYANA ALVES DOS SANTOS | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/A | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | EMEB PROFª MARIA LUIZA MARTINS BARBOSA |
| 10539 | LUCIMAR APARECIDA APPI | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/A | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | EMEB ESPERANÇA |
| 5059 | MARCIA ALVES DE OLIVEIRA HAHN | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/D | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/B | EMEB MORADA DO SOL |
| 1238 | MARCIO HENRIQUE COELHO | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/E | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/C | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 2465 | MARILUCY WIERSBIKI | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/B | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 3611 | MARINES DE ALMEIDA MUSSKOPF | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/C | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 10543 | RAMIRES MAIR LOPES | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/A | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | CMEI SONHO ENCANTADO |
| 7777 | ROSANA KORMANN MARTINS DE OLIVEIRA | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/C | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | EMEB ULYSSES GUIMARÃES |
| 3784 | SIMONE ALVES BONETTI | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/C | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/A | EMEB ALTO BONITO |
| 672 | SUELI TEREZINHA DE SOUZA PRESTES LEITE | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/E | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/C | EMEB VEREDADOS TREVOS |
| 6734 | TAISA BEATRIZ BASSO | SECRETÁRIO ESCOLAR | 34/D | SECRETÁRIO ESCOLAR | 1/B | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |

Art. 3º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, declarado em extinção, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas municipais, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento e Escolas de lotação, conforme segue:

| CÓDIGO | NOME | CARGO ANTERIOR | NÍVEL/REFERENCIA ANTERIOR | CARGO ENQUADRAMENTO | NÍVEL/REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO | ESCOLA DE LOTAÇÃO |
|--------|------------------------------|------------------------|---------------------------|------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| 1668 | marta helenia inez becker | auxiliar de biblioteca | 24/a | auxiliar de biblioteca | 1/a | EMEB ALCIDES TOMBINI |
| 1800 | GLAUCIR DAS GRAÇAS FERNANDES | AUXILIAR DE BIBLIOTECA | 14/E | AUXILIAR DE BIBLIOTECA | 1/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 1302 | JOSE OSNI GUARIPUNA | AUXILIAR DE BIBLIOTECA | 14/C | AUXILIAR DE BIBLIOTECA | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUZA |
| 3357 | NILZA DE SOUZA CARVALHO | AUXILIAR DE BIBLIOTECA | 14/A | AUXILIAR DE BIBLIOTECA | 1/A | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |

Art. 4º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo de Auxiliar de Creche e Berçário, declarado em extinção, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas e Centros de Educação Infantil municipais, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/ Referências de enquadramento e Escolas de lotação, conforme segue:

| CÓDIGO | NOME | CARGO | NÍVEL/REFERENCIA ANTERIOR | CARGO ENQUADRAMENTO | NÍVEL/REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO | ESCOLA DE LOTAÇÃO |
|--------|-------------------------------------|-------------------------------|---------------------------|-------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|
| 4272 | ADRIANA KLEIN HUHN | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 4273 | ana maria miozzo vidal | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/b | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | cmei sonho encantado |
| 3313 | ANELY DE PAULA RIBEIRO DOS SANTOS | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/E | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 10430 | BRUNA STELO PADILHA | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 10529 | CLEIDE MARA NURILLES PIALA | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | CMEI SONHO ENCANTADO |
| 10530 | CRISTINA DE CASTILHO | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | CMEI SONHO ENCANTADO |
| 11914 | DIVA NEIDE PACHECO RODRIGUES | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB ULYSSES GUIMARÃES |
| 4274 | ELISABETE RODRIGUES | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | CMEI SININHO |
| 10531 | ESTER WOLFF FERREIRA | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 10532 | FRANCIELE ESCHER | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 3308 | GIRCELA ANTUNES | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/E | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 10432 | GRAZIELA WAGNER DA COSTA BENDER | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 10835 | JUSSARA APARECIDA JOMBRA DURECK | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | CMEI SONHO ENCANTADO |
| 10428 | KARLA MARY BECHERT | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | CMEI SONHO ENCANTADO |
| 10825 | KEROLYN CRISTINA CORONADO | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | CMEI SININHO |
| 3294 | LILIA CAPELIN | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/E | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 3310 | MARCIA ALVES RIBEIRO | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/E | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 11912 | MARCIA PIRES DE CAMARGO | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB ULYSSES GUIMARÃES |
| 3311 | MARIA DE FÁTIMA JATOBA CRESTANI | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/D | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 10824 | MARILUCI FERREIRA ALVES DE OLIVEIRA | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 11913 | MONALIZE SEIDEL | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB ULYSSES GUIMARÃES |
| 10433 | PAULA CRISTINA SANTORE | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANEMANN DE SOUSA |
| 10434 | RITA TEREZINHA GALVAN MORGENSEN | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | CMEI SONHO ENCANTADO |

| | | | | | | |
|-------|---------------------------------------|-------------------------------|------|-------------------------------|-----|--------------------------------|
| 6946 | SILMARA ADAMCZSKI | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/B | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | CMEI SININHO |
| 10431 | SILVANA DALLA VECCHIA | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/A | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | EMEB HILDA GRANE-MANN DE SOUSA |
| 11915 | tania elize kabunde | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/a | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/a | cmei ulysse guimarães |
| 3312 | vanderleia de cassia fernandes campos | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/a | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/a | cmei sininho |
| 6947 | veni aparecida de moura | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/c | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/a | cmei sonho encantado |
| 4271 | vera lucia casara cella | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/e | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/A | cmei sonho encantado |
| 6945 | zeli moraes de souza | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 21/c | AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO | 1/a | emeb hilda granemann de souza |

Art. 5º Ficam enquadrados os Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo de Professor de Nível Médio, declarado em extinção, do Quadro do Magistério Público Municipal, abaixo relacionados, lotados nas diversas Escolas e Centros de Educação Infantil municipais, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/Referências de enquadramento e Escolas de lotação, conforme segue:

| CÓDIGO | NOME | CARGO ANTERIOR | NÍVEL/REFERÊNCIA ANTERIOR | CARGO ENQUADRAMENTO | NÍVEL/REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO | ESCOLA DE LOTAÇÃO |
|--------|------------------------------------|--------------------------------|---------------------------|--------------------------------|--------------------------------|----------------------------|
| 688 | DIOCLÉIA ALVES DE MOURA | PROFESSOR 1 A 4 | 21/F | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/a | EMEB HENRIQUE JULIO BERGER |
| 776 | LUIZ CARLOS BALATKA | PROFESSOR 1 A 4 | 21/B | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A | EMEB PIERINA SANTIN PERRET |
| 1043 | LUCIMAR DOS SANTOS | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 21/F | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 1/A | EMEB IRMÃO VENÂNCIO JOSÉ |
| 587 | ELIZABETE APARECIDA LUSA | PROFESSOR 1 A 4 | 11/B | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A | SEM LOTAÇÃO |
| 647 | MARIA MADIONIR CORDEIRO BARICHELLO | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 21/A | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL | 1/A | EMEB PE. JOSÉ CHAMOT |

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 31 de julho de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.848

PORTARIA Nº 25.848, de 21 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos arts. 64 e 65, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público, alterada pela Lei Complementar nº 298, de 23 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam alteradas referências dos Servidores Públicos Municipais ocupantes de cargos a seguir descritos, do Quadro do Magistério Público Municipal, lotados nas diversas Escolas municipais, para o Cargo de Professor de Nível Médio – Não Habilitado, em extinção, com efeitos a contar de 01 de julho de 2015, especificando: códigos, nomes dos servidores, cargos anteriores, Níveis/Referências anteriores, Cargos de enquadramentos, Níveis/Referências de enquadramento, conforme segue:

| CÓDIGO | NOME | CARGO ANTERIOR | NÍVEL/REFERÊNCIA ANTERIOR | CARGO ENQUADRAMENTO | NÍVEL/REFERÊNCIA ENQUADRAMENTO |
|--------|---------------------------------------|--------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------------------|
| 13902 | AMANDA NILES CARDOSO | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13814 | ANDREZA DE OLIVEIRA MEIRELES DA SILVA | PROFESSOR DE 1 A 4 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13815 | CAMILA LENARDT PEREIRA | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13676 | FABIANE DA SILVA | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |

| | | | | | |
|-------|---------------------------------------|--------------------|-------|--------------------------|-----|
| 13907 | GISLAINE THAINA MARTINS JAKUBIN | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 12904 | HELIO PIRES | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 12905 | JAILSON DE OLIVEIRA | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13871 | JANI LAIS DOS SANTOS ALVES | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13873 | JESSICA GOMES | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13812 | MARCOS SAMOEL DOS SANTOS | PROFESSOR DE 1 A 4 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13915 | MARINEI APARECIDA CARDOSO SALDANHA | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13919 | PEDRO EURÍPEDES DA SILVA | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13687 | PEDRO PAULO BARUFFI | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13920 | SOLANGE DE FATIMA BITTENCOURT MARQUES | PROFESSOR DE 1 A 4 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13946 | TAIS DA SILVA RIBEIRO | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |
| 13878 | TATIANE DOS SANTOS CASTANHEIRO | PROFESSOR DE 5 A 8 | 1.1/A | PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO | 1/A |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de agosto de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.874

PORTARIA nº 25.874, de 27 de agosto de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 53, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 298, de 23/07/2015,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL por apresentação de Curso de Licenciatura aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, mediante apresentação de nova habilitação, especificando: código, nome, nível/referência atual e nível/referência da progressão, conforme segue:

I - CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR

| Código | Nome | Nível/Referência Atual | Nível/Referência Novo |
|--------|-------------------------------|------------------------|-----------------------|
| 876 | BARTIRA ELISA TOMAZINI | 1/B | 3/A |
| 1200 | CARLA CAVALHEIRO DALLAZEN | 1/A | 3/A |
| 1230 | Cleide Fatima Dariz | 1/E | 3/A |
| 1942 | Debora Liz Padilha Franco | 1/C | 3/A |
| 799 | Elisandra Aparecida Giacomel | 1/C | 3/A |
| 122 | EUNICE GODOY DOS SANTOS | 1/D | 3/A |
| 592 | EVA IDA LENZ BALATKA | 2/A | 3/B |
| 10540 | FRANCIELE PEREGO | 1/A | 3/A |
| 404 | HILDA PARAVISI DE BORTOLO | 1/D | 3/A |
| 10539 | LUCIMAR APARECIDA APPI | 1/A | 3/A |
| 5059 | MARCIA ALVES DE OLIVEIRA HAHN | 1/B | 3/A |
| 1238 | MARCIO HENRIQUE COELHO | 1/C | 3/A |
| 3611 | MARINES DE ALMEIDA MUSSKOPF | 1/A | 3/A |
| 3784 | SIMONE ALVES BONETTI | 1/A | 3/A |
| 6734 | TAISA BEATRIZ BASSO | 1/B | 3/A |

II – CARGO: AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO

| Código | Nome | Nível/Referência Atual | Nível/Referência Novo |
|--------|-----------------------------------|------------------------|-----------------------|
| 3313 | ANELY DE PAULA RIBEIRO DOS SANTOS | 1/B | 3/A |
| 10529 | CLEIDE MARA NURILLES PIALA | 1/A | 3/A |
| 4274 | ELISABETE RODRIGUES | 1/A | 3/A |
| 3308 | GIRCELA ANTUNES | 1/B | 3/A |

| | | | |
|-------|-------------------------------------|-----|-----|
| 10835 | JUSSARA APARECIDA JOMBRA DUREK | 1/A | 3/A |
| 10825 | KEROLYN CRISTINA CORONADO | 1/A | 3/A |
| 3310 | MARCIA ALVES RIBEIRO | 1/B | 3/A |
| 3311 | MARIA DE FATIMA JATOBÁ CRESTANI | 1/B | 3/A |
| 10824 | MARILUCI FERREIRA ALVES DE OLIVEIRA | 1/A | 3/A |
| 10433 | PAULA CRISTINA SANTORE | 1/A | 3/A |
| 10434 | RITA TEREZINHA GALVAN MORGENSTERN | 1/A | 3/A |
| 6946 | SILMARA ADAMCZESKI | 1/A | 3/A |
| 10431 | SILVANA DALLA VECCHIA | 1/A | 3/A |
| 6947 | VENI APARECIDA MOURA | 1/A | 3/A |
| 4271 | VERA LUCIA CASARA CELLA | 1/B | 3/A |
| 11912 | MARCIA PIRES DE CAMARGO BRUSTOLIN | 1/A | 3/A |
| 11913 | MONALIZE SEIDEL | 1/A | 3/A |
| 10530 | CRISTINA DE CASTILHO | 1/A | 3/A |

III – CARGO: AUXILIAR DE BIBLIOTECA

| Código | Nome | Nível/Referência Atual | Nível/Referência Novo |
|--------|--------------------------|------------------------|-----------------------|
| 1668 | MARTA HELENA INEZ BECKER | 2/A | 3/B |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de agosto de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.937

PORTARIA nº 25.937, de 16 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 47, inciso II, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 298, 23/07/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, por apresentação de cursos de aperfeiçoamento, especificando: código, nome, nível/referência anterior e nível/referência novo, conforme segue:

I – CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR

| CÓDIGO | NOME | NÍVEL /REFERÊNCIA | NÍVEL/REFERÊNCIA NOVO |
|--------|--|-------------------|-----------------------|
| 10542 | ALEXANDRE MAICON DE LIMA | 1/A | 1/B |
| 10826 | ALINE DE MATOS ROESSLER | 1/A | 1/B |
| 876 | BARTIRA ELISA TOMAZINI | 3/A | 3/B |
| 1200 | CARLA CAVALHEIRO DALLAZEN | 3/A | 3/B |
| 1230 | Cleide Fatima Dariz | 3/A | 3/B |
| 1942 | Debora Liz Padilha Franco | 3/A | 3/B |
| 800 | ELIANE BORTOLINI | 2/B | 2/C |
| 799 | Elisandra Aparecida Giacomel | 3/A | 3/B |
| 122 | EUNICE GODOY DOS SANTOS | 3/A | 3/B |
| 592 | EVA IDA LENZ BALATKA | 3/B | 3/C |
| 404 | HILDA PARAVISI DE BORTOLO | 3/A | 3/B |
| 10539 | LUCIMAR APARECIDA APPI | 3/A | 3/B |
| 5059 | MARCIA ALVES DE OLIVEIRA HAHN | 3/A | 3/B |
| 3611 | MARINES DE ALMEIDA MUSSKOPF | 3/A | 3/B |
| 10543 | RAMIRES MAIR LOPES RAMOS DOS SANTOS | 1/A | 1/B |
| 672 | SUELI TEREZINHA DE SOUZA PRESTES LEITE | 1/C | 1/D |
| 6734 | TAISA BEATRIZ BASSO | 3/A | 3/B |

I – CARGO: AUXILIAR DE CRECHE E BERÇÁRIO

| CÓDIGO | NOME | NÍVEL/REFERÊNCIA | NÍVEL/REFERÊNCIA NOVO |
|--------|-------------------------------------|------------------|-----------------------|
| 3313 | ANELY DE PAULA RIBEIRO DOS SANTOS | 3/A | 3/B |
| 10529 | CLEIDE MARA NURILLES PIALA | 3/A | 3/B |
| 4274 | ELISABETE RODRIGUES | 3/A | 3/B |
| 3308 | GIRCELA ANTUNES | 3/A | 3/B |
| 10432 | GRAZIELA WAGNER DA COSTA BENDER | 1/A | 1/B |
| 10835 | JUSSARA APARECIDA JOMBRA DUREK | 3/A | 3/B |
| 10825 | KEROLYN CRISTINA CORONADO | 3/A | 3/B |
| 3310 | MARCIA ALVES RIBEIRO | 3/A | 3/B |
| 3311 | MARIA DE FATIMA JATOBÁ CRESTANI | 3/A | 3/B |
| 10824 | MARILUCI FERREIRA ALVES DE OLIVEIRA | 3/A | 3/B |
| 10433 | PAULA CRISTINA SANTORE | 3/A | 3/B |
| 10434 | RITA TEREZINHA GALVAN MORGENSTERN | 3/A | 3/B |
| 6946 | SILMARA ADAMCZESKI | 3/A | 3/B |
| 10431 | SILVANA DALLA VECCHIA | 3/A | 3/B |
| 6947 | VENI APARECIDA MOURA | 3/A | 3/B |
| 4271 | VERA LUCIA CASARA CELLA | 3/A | 3/B |

III – CARGO: AUXILIAR DE BIBLIOTECA

| CÓDIGO | NOME | NÍVEL/REFERÊNCIA | NÍVEL/REFERÊNCIA NOVO |
|--------|------------------------------|------------------|-----------------------|
| 1800 | GLAUCIR DAS GRAÇAS FERNANDES | 1/A | 1/b |
| 1668 | MARTA HELENA INEZ BECKER | 3/B | 3/C |

IV – CARGO: SERVENTES E MERENDEIRAS

| CÓDIGO | NOME | NÍVEL/REFERÊNCIA | NÍVEL/REFERÊNCIA NOVO |
|--------|---|------------------|-----------------------|
| 10026 | ANGELI SALETE MARQUES | 15/B | 15/C |
| 6949 | ANTONIA SAU MACIEL | 15/C | 15/D |
| 4412 | CARMEM LUCIA DE SOUZA MAIA | 15/C | 15/D |
| 3388 | CATARINA ZANOTTI | 15/E | 15/F |
| 11476 | DAYANE DE FATIMA MACHADO | 15/A | 15/B |
| 1190 | IVANIR APARECIDA GONÇALVES | 15/F | 25/A |
| 1840 | IZABEL BUENO DE OLIVEIRA | 15/D | 15/E |
| 3394 | JANETE MORAIES NHAIA | 15/C | 15/D |
| 8514 | LEONI DE LIMA DA SILVA | 15/B | 15/C |
| 7771 | LUCIA DE FATIMA PADILHA | 15/B | 15/C |
| 2631 | LURDES DE JESUS FERNANDES | 15/C | 15/D |
| 1725 | MARIA DE JESUS SOUZA | R 01/06 | R 01/07 |
| 1275 | MARIA FATIMA RUPPEL | 15/F | 25/A |
| 4800 | MARIA IZOLINA RIBEIRO DA SILVA | 15/B | 15/C |
| 1252 | MARIA JULIETA DOS SANTOS | 15/B | 15/C |
| 2608 | MARIA MADALENA PALMEIRA | 15/D | 15/E |
| 8554 | MARINES APARECIDA FAVARIN MANENTI | 15/A | 15/B |
| 2179 | NATALIA MUSSAK | 15/C | 15/D |
| 2084 | NEIDE DE FATIMA DA SILVA | 15/E | 15/F |
| 10828 | NEIVAIR XAVIER DE OLIVEIRA TELLES DE LIMA | 15/A | 15/B |
| 943 | NEUSA FERREIRA | 25/B | 25/C |
| 10161 | ROSALI APARECIDA CORDEIRO | 15/A | 15/B |
| 5022 | ROSI MARIA FONSECA | 15/C | 15/D |
| 1019 | SIRLEI CARLIN DA SILVA | 25/D | 25/E |
| 622 | TANIA PETRYKOWSKI MARTINS | 25/A | 25/B |
| 3430 | TRINDADE LEMES | 15/D | 15/E |
| 3631 | VILMA DE OLIVEIRA | 15/D | 15/E |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 26.004

PORTARIA nº 26.004, de 21 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome, Secretaria/Órgão de lotação e nível ascendido, adquirido no mês de setembro de 2015, conforme segue:

| Código | Nome | Cargo | Secr. Lotação | Nível Ascendido |
|--------|----------------------------------|----------------------------------|---------------|-----------------------|
| 8628 | Angela Knebel | Agente Mun. Segurança e Trânsito | Dittesc | Nível I p/ Nível II |
| 7829 | Gianni Lucio Parizotto | Procurador Municipal | 012 | Nível III p/ Nível IV |
| 7824 | Maicon Sgarbossa | Enfermeiro | 006 | Nível III p/ Nível IV |
| 7828 | Pollyana Sibeli Gioppo | Farmacêutica | 006 | Nível III p/ Nível IV |
| 7827 | Sandra Aparecida Sicka Rodrigues | Técnico em Contabilidade | 002 | Nível III p/ Nível IV |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.011

PORTARIA Nº 26.011, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada na DITTESC, cargo de Agente Municipal de Segurança e Trânsito, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome da servidora e período de fruição, conforme segue:

| Código | Nome | Período Aquisitivo | Período Gozo |
|--------|----------------------|-------------------------|-------------------------|
| 8334 | Eveline Semke Moraes | 12/03/2013 a 11/03/2014 | 11/09/2015 a 30/09/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.012

PORTARIA Nº 26.012, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17 de agosto de 2011,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome da servidora e período de fruição, conforme segue:

| Código | Nome | Período Aquisitivo | Período Gozo |
|--------|----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 11954 | Maria Bernadete Piacentini | 18/06/2013 a 17/06/2014 | 01/09/2015 a 20/09/2015 |
| 11954 | Maria Bernadete Piacentini | 18/06/2014 a 17/06/2015 | 21/09/2015 a 30/09/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.013

PORTARIA Nº 26.013, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17 de agosto de 2011,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome da servidora e período de fruição, conforme segue:

| Código | Nome | Período Aquisitivo | Período Gozo |
|--------|----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 11890 | Jorge Jair de Moura Borges | 28/05/2013 a 27/05/2014 | 11/09/2015 a 30/09/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.014

PORTARIA Nº 26.014, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17 de agosto de 2011,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome do servidor e período de fruição, conforme segue:

| Código | Nome | Período Aquisitivo | Período Gozo |
|--------|---------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 13378 | Nelson Florencio da Silva | 06/05/2014 a 05/05/2015 | 01/09/2015 a 30/09/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.015

PORTARIA Nº 26.015, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, lotado na Fundema, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome do servidor e período de fruição, conforme segue:

| Código | Nome | Período Aquisitivo | Período Gozo |
|--------|----------------------|-------------------------|-------------------------|
| 64 | Mauricio de Oliveira | 16/02/2014 a 15/02/2015 | 01/09/2015 a 30/09/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.016

PORTARIA Nº 26.016, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome dos servidores e período de gozo, conforme segue:

| Código | Nome | Período Aquisitivo | Período Gozo |
|--------|----------------------------|--------------------|--------------|
| 3421 | Adriana Aparecida Pavloski | 17/09/2013 | 16/09/2014 |
| 11151 | Andrea Romão Martins | 08/07/2014 | 07/07/2015 |

| | | | | | |
|-------|----------------------------|------------|------------|------------|------------|
| 13464 | Andreia Rech | 21/07/2014 | 20/07/2015 | 21/09/2015 | 05/10/2015 |
| 846 | Antonio Carlos Bittencourt | 01/12/2013 | 30/11/2014 | 01/09/2015 | 30/09/2015 |
| 1161 | Beatriz Pereira Santos | 16/02/2014 | 15/02/2015 | 08/09/2015 | 27/09/2015 |
| 8549 | Carmem Silvia Batistella | 12/06/2014 | 11/06/2015 | 01/09/2015 | 20/09/2015 |
| 3802 | Cristiane Aparecida Correa | 01/04/2012 | 31/03/2013 | 01/09/2015 | 30/09/2015 |
| 7665 | Eloa Fatima de Paula | 13/07/2014 | 12/07/2015 | 16/09/2015 | 15/10/2015 |
| 11339 | Flavio Scalcon | 04/01/2012 | 03/01/2013 | 01/09/2015 | 30/09/2015 |

| | | | | | |
|-------|--------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| 1139 | João Carlos Souza dos Santos | 01/12/2013 | 30/11/2014 | 01/09/2015 | 30/09/2015 |
| 13315 | Louise Pereira Ruppel | 26/03/2014 | 25/03/2015 | 28/09/2015 | 10/07/2015 |
| 10217 | Luciana Marques | 14/06/2014 | 13/06/2015 | 11/09/2015 | 30/09/2015 |
| 1140 | Luiz Fernando dos Santos | 01/02/2014 | 31/01/2015 | 08/09/2015 | 17/09/2015 |
| 624 | Mardionice Helena Paris | 05/09/2013 | 04/09/2014 | 01/09/2015 | 30/09/2015 |
| 567 | Maria Ivanir Serafim | 11/03/2013 | 10/03/2014 | 01/09/2015 | 30/09/2015 |
| 378 | Maricelda Rita Tonieto | 01/02/103 | 31/01/2014 | 14/09/2015 | 23/09/2015 |
| 4999 | Marisa Aparecida Goes | 03/09/2014 | 02/09/2015 | 01/09/2015 | 30/09/2015 |
| 11090 | Maristela Aparecida Cordeiro Ribeiro | 17/06/2014 | 16/06/2015 | 01/09/2015 | 30/09/2015 |
| 726 | Roseli Aparecida Costenaro Tortatto | 03/06/2013 | 02/06/2014 | 23/09/2015 | 02/10/2015 |
| 10917 | Sergio Borges | 01/04/2013 | 31/03/2014 | 01/09/2015 | 30/09/2015 |
| 12795 | Thiago Muniz de Lima | 09/09/2014 | 08/09/2015 | 01/09/2015 | 30/09/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de setembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.026

PORTARIA nº 26.026, de 23 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas Secretarias Municipais de da Administração, do Governo e da Educação, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/08/2015 a 14/09/2015, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e Secretaria/órgão de lotação, conforme segue:

| Código | Nome | Nº de horas | Secretaria/Órgão |
|--------|-----------------------------|-------------|------------------|
| 6833 | Cassia Regina Garcia Menel | 23hs38min | 002 |
| 12735 | Carlos Rogerio Leme Navarro | 25hs00min | 001 |
| 629 | Eliete Catarina D´Agostini | 10hs00min | 002 |
| 1517 | Iria dos Prazeres de Souza | 24hs00min | 002 |
| 1439 | Isaac Alves de Mello | 35hs30min | Aeroporto |
| 1210 | Ivanir Baseggio | 60hs00min | 030 |
| 1993 | Parcival Antonio Pinzigher | 60hs00min | 030 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 23 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.032

PORTARIA Nº 26.032, de 30 de setembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 25.631, de 23 de junho de 2015, que designou o Servidor Público Municipal MOACIR PASCOAL DE LIMA, Matrícula 310, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, no cargo de Mecânico, para a Função de Chefe de Equipe – FCC-2, do Quadro de Provisão em Comissão e das Funções Gratificadas, enquanto perdurasse o impedimento do titular, Carlos Antonio Sotel, em gozo de férias, com efeitos a contar de 30 de setembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de setembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 26.051

PORTARIA Nº 26.051, de 08 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo indeterminado, a cidadã abaixo relacionada, em virtude da classificação em Processo Seletivo Público para o preenchimento do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - EACS, na Secretaria Municipal da Saúde de Caçador, conforme o Edital PM (FMS) 001/2015, de acordo com o Decreto nº 6.474, de 21 de julho de 2015, que ratificou a homologação do resultado final do Edital nº 001/2015, especificando: código, nome, cargo, local de atuação, referência, carga horária e data de início da contratação, conforme segue:

| Código | Nome | Cargo | Local de Atuação | Ref. | C. H. | A contar/A partir de: |
|--------|---------------------------|------------------------------------|-----------------------------|-------|-------|-----------------------|
| 14.037 | Lindamir Teresinha Kuracz | Agente Comunitário de Saúde - EACS | ESF MUNICÍPIOS – Municípios | AGE-1 | 40hs | 08/10/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 26.052

PORTARIA Nº 26.052, de 08 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo indeterminado, o cidadão abaixo relacionado, em virtude da classificação em Processo Seletivo Público para o preenchimento do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - EACS, na Secretaria Municipal da Saúde de Caçador, conforme o Edital PM (FMS) 001/2015, de acordo com o Decreto nº 6.474, de 21 de julho de 2015, que ratificou a homologação do resultado final do Edital nº 001/2015, especificando: código, nome, cargo, local de atuação, referência, carga horária e data de início da contratação, conforme segue:

| Código | Nome | Cargo | Local de Atuação | Ref. | C. H. | A contar/A partir de: |
|--------|-------------|------------------------------------|-----------------------------|-------|-------|-----------------------|
| 14.038 | Alex Marcon | Agente Comunitário de Saúde - EACS | ESF MUNICÍPIOS – Municípios | AGE-1 | 40hs | 08/10/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de outubro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Luzia Michelina dos Santos

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 26.055

PORTARIA Nº 26.055, de 13 de outubro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome do servidor e período de fruição, conforme segue:

| Código | Nome | Período Aquisitivo | Período Gozo |
|--------|--------------------|-------------------------|-------------------------|
| 12770 | João Paulo Debarba | 09/09/2013 a 08/09/2014 | 13/10/2015 a 22/10/2015 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 13 de outubro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16 - 2015 – PR – 14 - 2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16 - 2015 – PR – 14 - 2015 FMAS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS AOS PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 05/11/2015 as 14h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 05/11/2015 as 14h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 15 de outubro de 2015.

BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO - Nº 106-2015 TOMADA DE PREÇOS Nº 04 - 2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO - Nº 106-2015 TOMADA DE PREÇOS Nº 04 - 2015 – PREFEITURA

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2015

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA EXECUÇÃO DE OFICINAS, OBJETIVANDO A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO GESTOR PARA GESTÃO DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS – CEU – PREFEITURA DE CAÇADOR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 06/11/2015 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 06/11/2015 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 15 de outubro de 2015

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**ERRATA 01 DO ANEXO III - EDITAL DE CONCURSO Nº 01-2015 IPASC**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015

ALCEDIR FERLIN, Diretor Presidente do IPASC, com base no Decreto nº 3.594/2006 e Lei Complementar Municipal nº 291/2015 torna pública a ERRATA 01.

ANEXO III - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS**ONDE SE LÊ:****ANALISTA PREVIDENCIÁRIO**

1. Administração Pública Municipal: conceitos básicos sobre poderes, funções, membros e características gerais. 2. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: administração direta e indireta. 3. Autarquia: características e atribuições. 4. Princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. 5. Poderes da Administração: vinculado; discricionário; hierárquico, disciplinar e regulamentar. 6. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificações; pressupostos e espécies; invalidação; anulação; revogação e convalidação. 7. Prescrição e decadência no âmbito da Administração Pública. 8. Improbidade Administrativa. 9. Responsabilidade Civil da Administração: reparação do dano; enriquecimento ilícito; uso e abuso de poder; sanções penais e civis. 10. Processo Administrativo Disciplinar: Sindicância e Tomada de Contas Especial. 11. Administração e ambiente de trabalho: atendimento e comunicação. 12. Técnicas administrativas. 13. Organograma, fluxograma e departamentalização. 14. Organização de reuniões e eventos. 15. Rotinas e controles administrativos. 9. Organização do local de trabalho. 10. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. 11. Relacionamento interpessoal. 12. Ética no exercício profissional. 13. Protocolo e arquivo de documentos. 14. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. 15. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução. 16. Matemática: Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. 17. Informática Básica: Sistema Operacional Windows 7/8/8.1, Pacote Microsoft Office 2010/2013 (Word, Excel, PowerPoint) – Funções e teclas de atalho. 18. Seguridade Social e Previdência Social. 19. Conceitos. 20. Princípios constitucionais. 21. Previdência Social: Órgãos e Regimes. 22. Segurados e dependentes. 23. Filiação e inscrição. 24. Manutenção e perda da qualidade de segurado. 25. Salário-de-contribuição. 26. Reajuste e atualização dos salários de contribuição. 27. Teto e limites. 28. Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações posteriores. 29. Lei nº 8.213, de 24/07/1991 e alterações posteriores. 30. Decreto nº 3.048, de 06/05/1999 e alterações posteriores. 31. Regime Próprio de Previdência Social. 32. Conceituação. 33. Organização administrativa e princípios constitucionais. 34. Filiação e inscrição. 35. Conceito e características. 36. Segurados obrigatórios. 37. Manutenção e Perda da qualidade de segurado. 38. Dependentes. 39. Manutenção e perda da qualidade de dependentes. 40. Plano de Benefícios do Regime Próprio Municipal. 41. Disposições gerais e específicas. 42. Condições para a concessão. 43. Remuneração de contribuição. 44. Renda mensal inicial. 45. Integralidade e proporcionalidade. 46. Reajustamento. 47. Teto e limites. 48. Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social: contribuição dos servidores e do Município. 49. Compensação Previdenciária. 50. Contagem Recíproca de Tempo de Contribuição. 51. Indenização de contribuições. 52. Cálculo Atuarial. 53. Periodicidade. 54. Constituição da República (art. 40 e art. 201). 55. Emendas Constitucionais nº 20/98, nº 41/2003, nº 47/2005 e nº 70/2012. 56. Lei Complementar Municipal nº 291, de 29 de abril de 2015 (Lei do IPASC). 57. Lei Federal nº 10.887/2004. 58. Lei Federal nº 9.717/98 e suas alterações. 59. Lei Federal nº 9.796/1999. 60. Portaria MPS nº 402/2008. 61. Portaria MPS nº 403/2008. 62. Portaria MPS nº 154/2008. 63. Instrução Normativa SPS nº 02/2009. 64. Instrução Normativa do Tribunal de Contas de Santa Catarina nº 10/2010, nº 11/2011 e nº 12/2012.

LEIA-SE:**ANALISTA PREVIDENCIÁRIO**

1. Administração Pública Municipal: conceitos básicos sobre poderes, funções, membros e características gerais. 2. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: administração direta e indireta. 3. Autarquia: características e atribuições. 4. Princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. 5. Poderes da Administração: vinculado; discricionário; hierárquico, disciplinar e regulamentar. 6. Ato administrativo: conceito; requisitos; atributos; classificações; pressupostos e espécies; invalidação; anulação; revogação e convalidação. 7. Prescrição e decadência no âmbito da Administração Pública. 8. Improbidade Administrativa. 9. Responsabilidade Civil da Administração: reparação do dano; enriquecimento ilícito; uso e abuso de poder; sanções penais e civis. 10. Processo Administrativo Disciplinar: Sindicância e Tomada de Contas Especial. 11. Administração e ambiente de trabalho: atendimento e comunicação. 12. Técnicas administrativas. 13. Organograma, fluxograma e departamentalização. 14. Organização de reuniões e eventos. 15. Rotinas e controles administrativos. 9. Organização do local de trabalho. 10. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. 11. Relacionamento interpessoal. 12. Ética no exercício profissional. 13. Protocolo e arquivo de documentos. 14. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. 15. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução. 16. Matemática: Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. 17. Informática Básica: Sistema Operacional Windows 7/8/8.1, Pacote Microsoft Office 2010/2013 (Word, Excel, PowerPoint) – Funções e teclas de atalho. 18. Seguridade Social e Previdência Social. 19. Conceitos. 20. Princípios constitucionais. 21. Previdência Social: Órgãos e Regimes. 22. Segurados e dependentes. 23. Filiação e inscrição. 24. Manutenção e perda da qualidade de segurado. 25. Salário-de-contribuição. 26. Reajuste e atualização dos salários de contribuição. 27. Teto e limites. 28. Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações posteriores. 29. Lei nº 8.213, de 24/07/1991 e alterações posteriores. 30. Decreto nº 3.048, de 06/05/1999 e alterações posteriores. 31. Regime Próprio de Previdência Social. 32. Conceituação. 33. Organização administrativa e princípios constitucionais. 34. Filiação e inscrição. 35. Conceito e características. 36. Segurados obrigatórios. 37. Manutenção e Perda da qualidade de segurado. 38. Dependentes. 39. Manutenção e perda da qualidade de dependentes. 40. Plano de Benefícios do Regime Próprio Municipal. 41. Disposições gerais e específicas. 42. Condições para a concessão. 43. Remuneração de contribuição. 44. Renda mensal inicial. 45. Integralidade e proporcionalidade. 46. Reajustamento. 47. Teto e limites. 48. Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social: contribuição dos servidores e do Município. 49. Compensação Previdenciária. 50. Contagem Recíproca de Tempo de Contribuição. 51. Indenização de contribuições. 52. Cálculo Atuarial. 53. Periodicidade. 54. Constituição da República (art. 40 e art. 201). 55. Emendas Constitucionais nº 20/98, nº 41/2003, nº 47/2005 e nº 70/2012. 56. Lei Complementar Municipal nº 291, de 29 de abril de 2015 (Lei do IPASC). 57. Lei Federal nº 10.887/2004. 58. Lei Federal nº 9.717/98 e suas alterações. 59. Lei Federal nº 9.796/1999. 60. Portaria MPS nº 402/2008. 61. Portaria MPS nº 403/2008. 62. Portaria MPS nº 154/2008. 63. Orientação Normativa MPS/SPS nº 02/2009. 64. Instrução Normativa do Tribunal de Contas de Santa Catarina nº 10/2010, nº 11/2011 e nº 12/2012.

Permanecem inalterados os demais itens.

Caçador, 13 de outubro de 2015.

COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO

Camboriú

PREFEITURA

PR 79/15 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 079/2015-PMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 04 (Quatro) de Novembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 80/15 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO E MICROFILMAGEM DE DOCUMENTOS DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 03 (Três) de Novembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 81/15 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 081/2015-PMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL ELETRICO, TENDO EM VISTA QUE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO ESTÃO ESTRAGADOS E VISANDO DAR MAIOR SEGURANÇA ATRAVÉS DA ILUMINIÇÃO DO PRÉDIO PÚBLICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 04 (Três) de Novembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 15 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESULTADO PR 73/15 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 073/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"DESERTA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 15 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

RESULTADO PR 75/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 075/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:

"DESERTA COM REPETIÇÃO DO FEITO"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 15 de Outubro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

2ª ALTERAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 82/2015

2ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2015 TOMADA DE PREÇOS

Necessário se faz a alteração do texto que cita o valor global estimado da licitação no edital do processo licitatório em epígrafe.

Sendo assim, ALTERA-SE o valor conforme segue:

Item 2.1.5 do Edital:

2.1.5 - O valor global estimado pela Administração para a execução do objeto desta licitação (inclusos BDI e encargos sociais) é de R\$ 348.213,28 (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e treze reais e vinte e oito centavos).

Itens 12.1 do Edital e 8.1 do ANEXO III – Minuta Contratual:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras; Unidade: 08.03 – Serviço de Obras e Serviços Públicos; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 452 – Serviços Urbanos; Programa: 45 – Manutenção de vias Públicas e conservação de logradouros; Projeto: 2.023– Vias públicas e logradouros; Elemento de Despesa: 3.4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações; Recurso: 0858 - FUNDAM. Código reduzido: 241. Valor reservado: R\$ 348.213,28 (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e treze reais e vinte e oito centavos).

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe, inclusive a data de recebimento e abertura das propostas, permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na íntegra na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br e o aviso resumido no Diário Oficial do Estado, jornal de circulação regional e jornal de circulação estadual.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 2ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 15 de outubro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

2ª ALTERAÇÃO AO EDITAL 90/2015 CONCORRÊNCIA

2ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2015 CONCORRÊNCIA

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, considerando inobservância no item "5.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA".

Deste modo, ALTERA-SE o texto do item 5.1.4 do edital, como segue:

Onde SE LÊ:

"5.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1.4.1 - Certidão de Pessoa Jurídica, emitido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), atualizada (dentro do prazo de validade), comprovando a regularidade e o registro da empresa no Conselho;

5.1.4.1.1 - O documento exigido no sub item 5.1.4.1, quando não emitido pelo CREA/SC (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de Santa Catarina), deverá receber o visto do mesmo (autenticação de visto para licitação no Estado de Santa Catarina).

5.1.4.2 - Certidão de Pessoa Física, emitido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), atualizada (dentro do prazo de validade), comprovando a regularidade e o registro do profissional no Conselho;

5.1.4.2.1 - Entende-se por profissional a pessoa física de nível superior (na área de engenharia), que será o responsável técnico da obra, devendo ser o mesmo que comprove a capacidade técnica referida no item 5.1.4.3.

5.1.4.3 – Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, consistindo em documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), atestando que a empresa e o profissional (que será o responsável técnico da obra) já executaram obra similar ao objeto desta licitação."

LEIA-SE:

5.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1.4.1 - Certidão de Pessoa Jurídica, emitido pelo CREA/CAU, atualizada (dentro do prazo de validade), comprovando a regularidade e o registro da empresa licitante no Conselho;

5.1.4.1.1 - O documento exigido no sub item 5.1.4.1 quando não emitido pelo CREA/CAU do Estado de Santa Catarina, deverá receber o visto do mesmo (autenticação de visto para licitação no Estado de Santa Catarina).

5.1.4.2 - Certidão de Pessoa Física, emitido pelo CREA/CAU, atualizada (dentro do prazo de validade), comprovando a regularidade e o registro do profissional no Conselho;

5.1.4.2.1 - Entende-se por profissional a pessoa física de nível superior (na área de engenharia/arquitetura), que será o responsável técnico da obra, devendo ser o mesmo que comprove a capacidade técnica referida no item 5.1.4.3.

5.1.4.3 - Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, consistindo em documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico devidamente registrado no CREA ou CAU, atestando que a empresa e o profissional (que será o responsável técnico da obra) já executaram obra similar ao objeto desta licitação.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na íntegra na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br .

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 2ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 15 de outubro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015 FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015 FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos quinze dias do mês de outubro de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de lanches para oficinas do SCFV e Oficinas do Bolsa Família, Idosos e Gestantes do CRAS, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa PANIFICADORA PAULI LTDA ME, CNPJ: 83.173.807/0001-53, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 07/2015, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

| ITEM | QUANT. | UNIDADE | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO REGISTRADO |
|------|--------|---------|--|---------------------------|
| 01 | 180 | Forma | Bolo Nega Maluca com cobertura de chocolate, tamanho aproximado de 40cm x 30cm e aproximadamente 46 pedaços. | 24,00 |
| 02 | 180 | Forma | Bolo de Coco com cobertura, tamanho aproximado de 40cm x 30cm e aproximadamente 46 pedaços. | 24,00 |
| 03 | 180 | Forma | Cuque diversos sabores, tamanho aproximado de 40cm x 30cm e aproximadamente 46 pedaços. | 16,00 |
| 04 | 180 | Forma | Bolo de Cenoura com cobertura de chocolate, tamanho aproximado de 40cm x 30cm e aproximadamente 46 pedaços. | 24,00 |
| 05 | 4500 | Unidade | Mini sonho recheado | 0,90 |
| 06 | 4500 | Unidade | Orelha de gato pequena | 0,45 |
| 07 | 4500 | Unidade | Bananinha Pequena | 0,85 |
| 08 | 4500 | Unidade | Rosca de Coco | 0,85 |
| 09 | 4500 | Unidade | Joelho | 0,90 |
| 10 | 800 | Unidade | Mini pão de queijo | 0,50 |
| 11 | 4500 | Unidade | Mini pão | 0,33 |
| 12 | 4500 | Unidade | Mini coxinha | 0,58 |
| 13 | 4500 | Unidade | Mini Pastel | 0,85 |
| 14 | 4500 | Unidade | Risóles | 0,58 |
| 15 | 6000 | Unidade | Mini Folhado salgado | 0,68 |
| 16 | 180 | Unidade | Empadão de frango com aproximadamente 46 pedaços. | 40,00 |

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

PANIFICADORA PAULI LTDA ME

Representante legal

DECRETO Nº 9.353 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.353 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESAS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.953,38 (cinco mil, novecentos e cinquenta e três reais, trinta e oito centavos), nos seguintes Elementos de Despesas de Dotações do Orçamento Vigente.

| | | | |
|---------------------|--|------------|--|
| 07.00 - | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. | | |
| 07.02 - | Divisão de Desenvolvimento Econômico. | | |
| 23.694.0026.2.109 - | Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico | | |
| 400000.00.896 - | Despesas de Capital | | |
| 440000.00.896 - | Investimentos | | |
| 449000.00.896 - | Aplicações Diretas | | |
| 449052.00.896 - | Equipamentos e Material Permanente | R\$ 300,00 | |
| 08.00 - | Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras. | | |
| 08.02 - | Serviço de Transporte e Frota | | |
| 27.782.0047.2.112 - | Manutenção da Frota Municipal | | |
| 300000.00.896 - | Despesas Correntes | | |
| 330000.00.896 - | Outras Despesas Correntes | | |
| 339000.00.896 - | Aplicações Diretas | | |

| | | | | |
|---------------------|---|--------------|--|--|
| 339030.00.896 - | Material de Consumo | R\$ 5.000,00 | | |
| 11.00 - | Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esportes e Lazer. | | | |
| 11.01 - | Coordenadoria de Cultura | | | |
| 13.392.0082.2.107 - | Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura | | | |
| 300000.00.896 - | Despesas Correntes | | | |
| 330000.00.896 - | Outras Despesas Correntes | | | |
| 339000.00.896 - | Aplicações Diretas | | | |
| 339039.00.896 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 342,07 | | |
| 11.03 - | Coordenadoria de Esporte e Lazer | | | |
| 27.812.0084.2.002 - | Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esportes | | | |
| 300000.00.896 - | Despesas Correntes | | | |
| 330000.00.896 - | Outras Despesas Correntes | | | |
| 339000.00.896 - | Aplicações Diretas | | | |
| 339030.00.896 - | Material de Consumo | R\$ 311,31 | | |
| | Total | R\$ 5.953,38 | | |

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulações Parciais de Elementos de Despesas das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

| | | | | |
|---------------------|--|--------------|--|--|
| 07.00 - | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico. | | | |
| 07.02 - | Divisão de Desenvolvimento Econômico. | | | |
| 23.694.0026.2.109 - | Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico | | | |
| 300000.00.896 - | Despesas Correntes | | | |
| 330000.00.896 - | Outras Despesas Correntes | | | |
| 339000.00.896 - | Aplicações Diretas | | | |
| 339036.00.896 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física | R\$ 300,00 | | |
| 08.00 - | Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras. | | | |
| 08.02 - | Serviço de Transporte e Frota | | | |
| 27.782.0047.2.112 - | Manutenção da Frota Municipal | | | |
| 300000.00.896 - | Despesas Correntes | | | |
| 330000.00.896 - | Outras Despesas Correntes | | | |
| 339000.00.896 - | Aplicações Diretas | | | |
| 339039.00.896 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | R\$ 5.000,00 | | |
| 11.01 - | Coordenadoria de Cultura | | | |
| 13.392.0082.2.107 - | Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura | | | |
| 400000.00.896 - | Despesas de Capital | | | |
| 440000.00.896 - | Investimentos | | | |
| 449000.00.896 - | Aplicações Diretas | | | |
| 449052.00.896 - | Equipamentos e Material Permanente | R\$ 342,07 | | |
| 11.03 - | Coordenadoria de Esporte e Lazer | | | |
| 27.812.0084.2.002 - | Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esportes | | | |
| 300000.00.896 - | Despesas Correntes | | | |
| 330000.00.896 - | Outras Despesas Correntes | | | |
| 339000.00.896 - | Aplicações Diretas | | | |
| 339036.00.896 - | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física | R\$ 311,31 | | |
| | Total | R\$ 5.953,38 | | |

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 134/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 134/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 134/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – PNATE – Programa Nacional Transporte Escolar, em data de 13 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 12.654,05 (doze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, e cinco centavos).

Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 135/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 135/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 135/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – PNAE – AEE, em data de 05 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 136/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 136/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 136/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – PNAE – Creche, em data de 05 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais).

Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 137/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 137/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 137/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – PNAE – Fundamental, em data de 05 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 8.190,00 (oito mil cento e noventa reais).

Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 138/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 138/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 138/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – PNAE – AEE, em data de 06 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 139/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 139/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 139/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – IGDBF – BOLSA FAMÍLIA, em data de 28 de Setembro de 2015, no valor de R\$ 865,66 (oitocentos e sessenta e cinco reais,

sessenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 140/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 140/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 140/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – FARMÁCIA BÁSICA FEDERAL, em data de 06 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 4.996,73 (quatro mil, novecentos e noventa e seis reais, setenta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 141/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 141/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 141/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA, em data de 13 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 25.493,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais).

Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 142/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 142/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 142/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em data de 02 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 16.224,00 (dezesesseis mil, duzentos e vinte e quatro reais).

Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 143/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 143/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 143/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PROGRAMA SAÚDE BUCAL, em data de 02 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 2.230,00 (Dois mil, duzentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 144/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 144/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 144/2015

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA, em data de 02 de Outubro de 2015, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.

JOSÉ LUIS SILVA

Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

PORTARIA Nº 12.245 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.245 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder a prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública, ANGELA MARIA GSCHWENDTNER, Matrícula Funcional nº 000557, Registro no Sistema sob nº 954678, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença por motivo de doença, pelo período 08 de Outubro de 2015 a 06 de Novembro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres do IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 08 de Outubro de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.246 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.246 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

CONCEDE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Prefeito Municipal em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder a prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público, , ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BU-TRON, ocupante do cargo público de Médico IV, exercendo a Função de Médico Plantonista, Matrícula Funcional nº 000663, Registro no Sistema sob nº 955091, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, Licença por motivo de doença, pelo período 01 de Outubro de 2015 a 27 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único: A Licença concedida de que trata o Art. 1º desta Portaria, será custeada pelos cofres do IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos retroativos a 01 de Outubro de 2015.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre/SC., 15 de Outubro de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 16/10/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

EXTRATO 1 ADITIVO ATA DE RP FMS 05/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 05/2015.

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERÊ/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.307.776/0001-75. CONTRATADO: HOSPITAL SANTO ANTONIO LTDA, 83.024.968/0001-85. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência para até 14/02/2016. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II, § 1º, do art. 57, da Lei 8.666/93, c/atual. Campo Erê/SC, em 14/10/2015 SIGNATÁRIOS: Juceli Damasio Silveira pelo Contratante e Olides Lunardi pelo Contratado.

EXTRATO RESCISÃO CONTRATO Nº 032/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO nº 32/2014.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADO: JOCIMAR ROSA ME, CNPJ nº. 19.428.053/0001-36. OBJETO: Rescisão amigável do Contrato 032/2014 à partir de 15/10/2015. FUNDAMENTO LEGAL: art. 79, II da lei n.º 8.666/93, c/atual. Campo Erê/SC, em 15/10/2015 SIGNATÁRIOS: Rudimar Borcioni pelo Contratante e Jocimar Rosa pela contratada.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO 7365/2015 - APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.365/2015 DE 14/10/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº 3.251/15;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, 57, inciso III, e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 – Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII – XVIII da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade de Moacir Antonio Locatelli, inscrito no CPF sob nº 199.500.120-15, com área total de 1.324,60 m² (um mil trezentos e vinte e quatro metros e sessenta centímetros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos sob nº 23.820.

Art. 2º. O desmembramento autorizado por este decreto dá origem a 3 (três) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

Lote 01 com a área superficial de 383,90 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Borges de Medeiros em 12,00 metros;
Sul: com Moacir Antonio Locatelli em 6,15 metros; e novamente com Moacir Antonio Locatelli em 5,825 metros;
Leste: com Moacir Antonio Locatelli (lote 2) em 32,00 metros;
Oeste: com Moacir Antonio Locatelli em 32,00 metros.

Lote 02 com a área superficial de 383,90 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Borges de Medeiros em 12,00 metros;
Sul: com Moacir Antonio Locatelli em 11,775 metros; e com Joacir José Locatelli em 0,20 metros;
Leste: com Moacir Antonio Locatelli (lote 3) em 32,00 metros;
Oeste: com Moacir Antonio Locatelli (lote 1) em 32,00 metros;

Lote 03 com a área superficial de 556,80 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com a Rua Borges de Medeiros em 17,40 metros;
Sul: com Joacir José Locatelli em 17,40 metros
Leste: com Pedro Henrique Celante Ribas em 20,50 metros; e com Moacir Antonio Locatelli em 11,50 metros;
Oeste: com Moacir Antonio Locatelli (lote 2) em 32,00 metros;

Art. 3º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 2º deste decreto.

Art. 4º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência

de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 14 de Outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO 7366/2016 - REGULAMENTA A LEI 4215/15

DECRETO Nº 7366/15 DE 14/10/15

REGULAMENTA LEI Nº 4.215/15

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054/14 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 105.263,49 (Cento e cinco mil, duzentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.215/15.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 14 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI 4214/2015 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS NOVOS - PMCCN

LEI Nº 4.214/2015 DE 14/10/2015

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS NOVOS – PMCCN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído o PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS NOVOS, com vigência de 10 (dez) anos a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo Único da presente lei.

Parágrafo Único – O Plano Municipal de Cultura é instrumento de gestão a médio e longo prazo, no qual o Poder Público assume a responsabilidade de implantar políticas culturais que ultrapassem os limites de uma única gestão de governo.

Art. 2º. Caberá à Fundação Cultural Camponovense Cid Caesar de Almeida Pedroso, a coordenação e execução do “Plano Municipal de Cultura de Campos Novos”.

Art. 3º. O Plano Municipal de Cultura é um dos elementos

constitutivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC, criado pela Lei Nº 4.206 de 10/09/2015, compreendendo coordenação, instâncias de articulação, deliberação, instrumentos de gestão e Sistemas Setoriais de Cultura.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Campos Novos, 14 de outubro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS NOVOS

PREFEITURA MUNICIPAL

FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

Campos Novos – 2015

HISTÓRICO DE CAMPOS NOVOS

Campos Novos começou sua história durante as primeiras tentativas de colonização da Região Sul do país, sendo que em 1814 uma expedição do Major Atanagildo Martins, guiada pelo índio Jongong, pretendia entrar em contato com as missões, mas, acabou desviando-se do caminho e percorreu o território onde hoje é Campos Novos. Porém antes de qualquer conquistador chegar a essa região, ela já era habitada pelos índios Kaingang que já praticavam a agricultura e construíram suas aldeias em campos abertos, e índios da tribo Xoclog, que viviam apenas da coleta e da caça, percorrendo as imensas florestas de araucárias que serviam de abrigo. Os índios chamados de “Bugres” foram expulsos ou exterminados pelos conquistadores.

O povoamento dessas terras, a versão oficial diz que entre os anos de 1825 e 1830, o fazendeiro João Gonçalves de Araújo, vindo de Curitiba e atraído pela fumaça das queimadas provocadas pelos índios, rumou para a Serra do Espinho e acabou descobrindo Campos Novos. Estabeleceu-se então os primeiros moradores, acompanhados mais tarde por fugitivos gaúchos da Revolução Farroupilha (1835 a 1845). Alguns fazendeiros vindos de Lages, isso por volta de 1839, atraídos pelas belíssimas pastagens excelentes para a criação de gado, bem como dados levantados apontam que os paulistas que fundaram Lages tenham vindo residir nessa região.

Atribui-se também aos tropeiros que transpunham bovinos e muares vindos do sul em direção a Sorocaba (SP), ao longo do percurso do que chamavam “Caminho do Sul” principalmente nos locais de descanso das tropas foram surgindo pequenas Vilas tais como: Lages, Curitiba, Campos Novos, São Joaquim...

Outro fato importante que enriquece ainda mais a história desse município é a passagem por essas terras dos Monges João Maria Agostini e João Maria de Jesus dois personagens místicos aos quais eram atribuídos poder de cura através de ervas e benzimentos, percorriam longas distâncias visitando fazendas promovendo orações e curas. Há registros da passagem de integrantes da Revolução Federalista (1893) que tomaram para si cavalos das fazendas por onde estiveram.

Com a expansão da pecuária, nesse território, aos poucos seus campos naturais transformaram-se em “sesmarias”, que deram origem as grandes fazendas sendo que as de maior área pertenciam aos Coronéis que na época exerciam a função de chefes políticos vinculando laços de colaboração e ajuda mútua com os demais coronéis e o governo do Estado, a chamada política da troca de favores.

Em 1854 a então Vila, foi transformada em freguesia (distrito) de São João dos Campos Novos, estando assim desmembrada de Lages, passando a pertencer a Curitiba. Segundo dados históricos as terras que rodeavam a Igreja, pertenciam a um comerciante

residente em Itararé (SP) chamado José Custódio Camargo, que o doará a São João Batista padroeiro do lugarejo.

Finalmente em 30 de março de 1881 sobre a lei nº 923, São João dos Campos Novos emancipou-se de Curitiba tendo como primeiro Prefeito Manoel Ferreira da Silva Farrapo. A partir daí Campos Novos começa a receber os primeiros imigrantes alemães, italianos e com a construção da ferrovia SP-RG (1908-1910) além da guerra do Contestado, abriram-se as portas para inúmeros imigrantes de várias nacionalidades: poloneses, russos, turcos, gregos, franceses, japoneses, famílias gaúchas e de outras cidades catarinenses, como também paulistas, paranaenses e nordestinos, formando uma população étnica diversificada, que conta também com a etnia negra, pois, segundo os escravos compunham esta sociedade trabalhando nas grandes fazendas da região onde em alguns casos acabaram herdando pedaços de terras de seus donos, prova disso é o quilombo denominado Invernada dos Negros, que ainda hoje moram descendentes das gerações passadas.

No ano de 1919 é inaugurado o edifício da Prefeitura Municipal, hoje Casa da Cultura.

Seu estilo arquitetônico do século XIX, usando aspectos da arquitetura francesa, com grande valor histórico. O prédio foi tombado em 1981, como Patrimônio Histórico de Campos Novos, sob a Lei nº 1.184/81, quando também foi criado pela mesma Lei o Museu Municipal. Atualmente, funciona nessas instalações, a Fundação Cultural Camponovense Cid Caesar de Almeida Pedroso, Museu Arqueológico Sebastião Paz de Almeida, Casa da Cultura Gasparino Zorzi e o Arquivo Histórico Dr. Waldemar Rupp. Esse edifício no passado abrigou também o Fórum de Justiça e a Câmara de Vereadores.

No início, Campos Novos contava com poucas casas cobertas por palha ou tabuinhas, um cemitério e a Igreja, aos poucos foram sendo erguidos prédios importantes, em 1940 foi inaugurado o prédio do Grupo Escolar Gustavo Richard (atual Paulo Blasi), pelo Dr. Nereu Ramos. Em 1955 ocorreu a fundação do Colégio Auxiliadora. E em 1957 a fundação da Rádio Cultura.

Em 1960 por iniciativa do Pe. Quintilio Costini foi criado o Ginásio São João Batista, em 1963 a Escola Técnica do Comércio Dom João Batista Scalabrini.

Com a criação da Copercampos em 1970 o cooperativismo ganha força, como também a agricultura assume papel importante na economia do município, o qual passou a ser considerado a “Capital do Trigo”.

Em 1976, com a presença de um dos ícones da política brasileira Dr. Ulisses Guimarães, foi inaugurada a atual edificação da Prefeitura Municipal. Já nos anos 80 o município foi apontado como “Capital da Soja”.

Além do grande desenvolvimento econômico, houve um grande crescimento cultural com a inauguração do Campus da UNOESC. Na década de 90 os municípios do Planalto Sul de Santa Catarina fundaram a AMPLASC, com a sua sede situada em Campos Novos. A construção da Ponte da Integração ligando Campos Novos a Barão, Campos Novos além de ter o título de “Celeiro Catarinense” passa a ser conhecido também como “Celeiro da Integração”. De 2000 a 2008 o município passou por um grande momento de investimentos na indústria, comércio, infra-estrutura. A cidade ficou mais planejada, desenvolvida e com grande projeção para o futuro. Hoje a população de Campos Novos é de 35 mil habitantes, que valoriza a cultura local, preservando sua memória através do Museu Histórico e Arqueológico Sebastião Paz de Almeida.

TRADIÇÕES E FOLCLORES

A cultura camponovense é diversificada devido a sua colonização: os portugueses e alemães exercem forte influência na arquitetura; os italianos deixaram como herança a religiosidade, uma característica forte do povo camponovense, manifestada nas suas duas maiores festas: a homenagem ao padroeiro São João Batista, que acontece em 24 de junho, e a festa em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de outubro, que reúne milhares

de romeiros. Outra forte tradição está ligada a gastronomia: dos tropeiros conservou-se o arroz carreteiro, o charque, revirado de feijão, o churrasco, o chimarrão e o camargo. Dos italianos, as massas, a polenta o gosto pelas carnes de aves e saladas, além dos rodeios e danças gaúchas.

Entre as mais populares crenças, principalmente no interior desse município citamos o feitiço, a míngua, o mau-olhado, sendo que a cura só é obtida com benzedura e muito chá de ervas. Ainda hoje podemos encontrar pessoas que fazem benzedura.

Está inserido também no folclore camponovense figuras bem conhecidas como a mula-sem-cabeça, o boitatá, o lobisomem, as visagens ou assombrações contadas por pessoas que viveram tal experiência, ou são contadas através de "causos" às próximas gerações.

No artesanato local podemos destacar o bordado, o crochê, a "bróia", pintura em tecido, a confecção de ponchos, blusas, cobertores e acolchoados, produzir com lã de carneiro, bastante úteis nas noites de inverno.

Também são usadas palhas de milho, trigo, o capim chamado barba-de-bode para confecção de chapéus, cestas, a taquara partida e em seguida trançada para se fazer cestos e balaios. Devido a sua colonização Campos Novos possui uma cultura rica e diversificada.

USINA HIDRELÉTRICA

A Usina Hidrelétrica Campos Novos tem um reservatório com área inundada de 25,9 km² e potência instalada de 880 MW - uma das menores relações entre área alagada e energia gerada do País. A unidade de geração hidrelétrica de Campos Novos ostenta a quarta mais alta do mundo do tipo enrocamento com face de concreto com 202m de altura, comprimento de crista de 592m e elevação da crista na cota 651m. Seus geradores fornecem energia suficiente para abastecer ¼ da demanda do Estado de Santa Catarina. O retorno da Usina representa um bom incremento na receita do município.

ATRATIVOS TURÍSTICOS

Suas belezas naturais são os principais atrativos turísticos do município de Campos Novos, proporcionando diversas formas de lazer, como pescas artesanais e esportes aquáticos, dentre muitos locais, podemos destacar alguns como: o despraiado de Maria Kemer, localizado a 13km da cidade, com mata nativa e rios de águas limpas, ótimas para pescas e banho. O alague e cachoeira do Dal Pai à 45km do centro com excelentes condições de acesso, cascata e bosque com mesas, churrasqueiras, disponível a visitas. Cascata do Aranha, localizado no distrito de Tupitinga à 35km da cidade local de paisagens maravilhosas, além de outros pontos turísticos.

O imenso lago do Rio Canoas (35km²) formado com a barragem da usina hidrelétrica é um dos importantes pontos turísticos de Campos Novos, para prática de esportes náuticos e as suas margens para trilhas ecológicas.

O município conta também com lugares históricos como: O Cemitério da Invernada dos Negros, localizado no distrito do Ibicuí, esta comunidade é predominante de descendentes de escravos negros. A Fundação Cultural Camponovense (Casa da Cultura), a qual possui um rico acervo de objetos, mobiliário, documentos históricos, fotografias, processos, jornais, além do Museu Histórico, Museu Arqueológico, Auditório e ser um centro cultural onde atualmente são desenvolvidos 13 projetos culturais.

O parque Termas Leonense possui uma ampla estrutura de piscinas termais, com 9 piscinas, sendo que as profundidades variam de: 0,40 a 1,80 em piscinas adultas e infantis. Com duas piscinas cobertas. Incluindo uma piscina exclusiva de hidromassagem coberta e restaurante com buffet completo, lanches, porções e bebidas. Além também uma ampla área de camping com cerca de 40.000 m² com mesas churrasqueiras banheiros, chuveiros, energia elétrica e água encanada.

As piscinas são esvaziadas diariamente para limpeza e higienização,

para tornar seu passeio ainda mais limpo e agradável.

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Cultura de Campos Novos é um documento que objetiva fundamentar, regulamentar e desenvolver políticas públicas de cultura necessárias ao município.

Essas Políticas são focadas em ações que busquem a valorização da cultura local e regional. Desta forma, faz-se necessário a elaboração e institucionalização de programas e projetos estratégicos em diversas áreas de atuação da sociedade, concretizando assim, a relação entre cultura e desenvolvimento.

O Plano Municipal é peça fundamental na construção do Sistema Municipal de Cultura e também para a consolidação das políticas públicas de cultura no processo de implementação do Sistema Nacional de Cultura.

O Plano Municipal de Cultura de Campos Novos é construído num processo democrático pelo Poder Público e Sociedade Civil, o Plano significa a consolidação de um grande pacto político no campo da cultura e a institucionalização das políticas públicas de cultura, indo além de Políticas de Governo para tornarem-se Políticas de Estado e que ao ser transformado em Lei pela Câmara de Vereadores, terá garantida a sua continuidade.

O Plano apresenta o histórico, diagnósticos e desafios a serem enfrentados na área cultural da cidade de Campos Novos, formula diretrizes gerais e indica as principais operações a serem desenvolvidas pelo governo municipal em setores estratégicos que agrupam tematicamente as propostas de ações a serem implementadas nos próximos anos.

O Plano Municipal de Cultura de Campos Novos foi elaborado com referenciais da proposta do Plano Nacional de Cultura aprovada pelo Conselho Nacional de Política Cultural.

O Município de Campos Novos, por meio da Fundação Cultural Camponovense Cid Caesar de Almeida Pedroso, em conjunto com a sociedade civil e o Conselho Municipal de Política Cultural define sua atuação a partir de estratégias norteadoras das Políticas Culturais nas áreas subsequentes:

1. Museu Histórico
2. Museu Arqueológico Sebastião paz de Almeida
3. Arquivo Histórico Waldemar Rupp
4. Casa da Cultura Coronel Gasparino Zorzi
5. Patrimônio material e Imaterial
6. Livro, Leitura e Literatura
7. Artes Visuais.
8. Música (violão,teclado, acordeon, flauta, violino, bateria, cavaquinho, contra-baixo)
9. Cultura Popular
10. Teatro
11. Dança tradicionalista
12. Coral
13. Fanfarra
14. Auditório para Palestras com 200 lugares.
15. Memórias fotográficas e documental.
16. Cultura Digital

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

ü Tornar o município um centro de referência cultural em âmbitos nacional e internacional;

ü Instituir o planejamento e a gestão da cultura com participação social;

ü Promover o desenvolvimento da economia da cultura no Município;

ü Fortalecer e valorizar a diversidade cultural;

ü Proteger e valorizar o patrimônio cultural do Município;

ü Promover a cultura, fortalecendo a cidadania, a inclusão e o desenvolvimento humano;

ü Formar públicos para a fruição dos bens e produtos culturais;

ü Articular a integração e a cooperação entre os órgãos municipais, os territórios e setores culturais.

PRINCÍPIOS

ü Os direitos culturais são parte indissociável dos direitos humanos;
ü A liberdade cultural dos indivíduos é condição essencial para o exercício da democracia;
ü A diversidade cultural é o principal patrimônio da humanidade;
ü A cidadania cultural plural se efetiva por meio do diálogo entre diferentes identidades, indivíduos, coletividades e territórios;
ü A democratização da cultura pressupõe o acesso ao conhecimento e à cultura universal e local;
ü O desenvolvimento da cultura é transversal e necessita de esforços conjuntos de diferentes órgãos, setores e instâncias;
ü A cultura é fator de desenvolvimento humano e de inclusão social; e
ü A cultura deve estar inserida no processo de desenvolvimento do município.

PATRIMÔNIO MATERIALEIMATERIAL

Campos Novos tem atualmente 3 bens tombados; Casa da Cultura tombada através da Lei nº1.184/81, devido ao seu valor histórico e estilo arquitetônico, Capela Senhor Bom Jesus – Espinilho, tombada pela Lei nº 2.760/03 e o Cemitério Invernada dos Negros – Corredeira Distrito de Ibicuí, tombado pela Lei nº2.774/03.

Arquivo Histórico - parte documental e de fotografias estão armazenadas, ficam acondicionadas sob temperatura. O Nosso Arquivo conta em média com 15.000 fotos originais, também temos processos, jornais, ITR, folha de pagamento para aposentadoria, e muitos outros documentos que guardam a memória de Campos Novos, temos jornais de 1907, 1908 e Diário Oficial de 1898. Fazemos acompanhamento de pesquisas universitárias. Temos um Acervo Documental muito rico, sendo um dos melhores da região.

A Rota da Imigração é considerada patrimônio cultural por representar a identidade da colonização italiana no município, por meio dos saberes fazer das comunidades do interior do nosso Município. Campos Novos é o terceiro maior município em extensão em Santa Catarina.

Em relação ao patrimônio imaterial, Campos Novos possui festas religiosas; Festa do Padroeiro São João Batista em 24 de junho; e a Procissão referência no Estado de Santa Catarina em Devoção a Nossa Senhora Aparecida em 12 de outubro, a qual recebemos mais de 100 mil romeiros.

Noite do Canto – Encontro de Corais que acontece entre os meses de novembro e dezembro.

Encontro de Gaiteiros – Alusivo ao Dia do Gaúcho no mês de setembro.

Baile com escolha da Miss Campos Novos, para representar o Município no Concurso Miss Santa Catarina.

Sarau da Prenda Jovem realizado em novembro.

Encontro de Veículos Antigos.

Festa de Emancipação Política do Município em 30 de março, com shows, gastronomia, feira e várias atrações populares.

FLICAM – FESTIVAL LITERÁRIO E CULTURAL CAMPONOVENSE, são cinco dias de programação cultural gratuita para todas as idades, e conta com a presença de escritores, atores, contadores de histórias, festival de bandas, teatros, dramatização, músicos e diversos livreiros com a venda de livros a preços populares.

LIVRO, LEITURA E LITERATURA

A partir da formação do Conselho de Políticas Culturais de Campos Novos, estamos formando uma Comissão para Elaboração do Plano Municipal do Livro e da Leitura.

O município possui uma biblioteca pública modelo na região e no estado de Santa Catarina, a Biblioteca Pública Municipal "Governador Luiz Henrique da Silveira", criada na década de 1940 pelo Decreto nº334 de 1940 Biblioteca Pública Municipal "Barão Rio Branco", e sob a Lei nº174 de 09 de novembro de 1956, Biblioteca Pública Municipal "Luiz Delfino", que participa dos Sistemas Estadual e Nacional de Bibliotecas, e possui um acervo de aproximadamente 15.000 volumes entre livros, periódicos e obras de referência e se encontra em fase de informatização. A Biblioteca

realiza projetos continuados de incentivo à leitura e acesso ao livro. O município conta com 25 bibliotecas estudantis, no interior de escolas e universidades. Na área da produção e/ou comercialização são 04 livrarias com estoque diversificado; 02 religiosas; 02 especializadas.

ARTES VISUAIS

A Fundação Cultural Camponovense Cid Caesar de Almeida Pedroso é o espaço de exposições mais importante da Cidade de Campos Novos, vem sempre incentivando a pesquisa contemporânea em artes visuais, apresentando trajetórias artísticas, além de desenvolver mediações, oficinas e palestras.

Contamos também com espaços alternativos de exposições na Praça Lauro Müller e na nova Biblioteca Pública Municipal "Governador Luiz Henrique da Silveira".

CULTURA POPULAR

Quanto à cultura popular, o que se pode levantar no momento é a tendência para a Cultura Gaúcha, CTGs, Centro de Evento Galpão Crioulo, Celeiro da Poesia, Semana Farroupilha, Sarau da Prenda Jovem, Missa São Gonçalo, Festas Religiosas Padroeiro São Joao Batista e Nossa Senhora Aparecida, Encontro de Veículos Antigos, Corrida de Gaiola, Caravana 104.9 FM – Encontro de Músicos, Encontros de Corais, Encontro de Gaiteiros e também a realização do FLICAM - Festival Literário e Cultural Camponovense, com participação de escritores, atores, grupos teatrais, dramatização, festival de bandas, shows, contação de histórias e livros a preço popular, para todos os públicos crianças, adolescentes, jovens e para família.

PROJETOS DESENVOLVIDOS E MANTIDOS GRATUITAMENTE PELA FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

VIOLÃO, TECLADO, FLAUTA está sendo dado continuidade ao trabalho feito com os alunos dos anos anteriores e também oportunidade a alunos iniciantes. Inclusive temos já alunos da Fundação Cultural participando de grupos artísticos. Pela Fundação Cultural Camponovense os alunos com mais conhecimento musical, mais avançado vem apresentando-se em grupo em vários eventos.

VIOLINO, VIOLA CLÁSSICA E VIOLONCELO, tem como o agrupamento destas três oficinas em forma de Orquestra, as aulas são ministradas gratuitamente e individualmente. Além das aulas também são realizados ensaios semanais de Orquestra com todos os alunos.

CORAL E VOCAL ADULTO E JUVENIL, com o objetivo de aumentar o nível cultural, proporcionar momentos de confraternização, alegria, descontração, realização e elevar a autoestima. Realiza a Noite do Canto e a participa de vários encontros de corais.

FANFARRA MUNICIPAL e BATERIA é mais um projeto que visa preservar e promover o desenvolver habilidades artísticas e culturais, oportunizando condições de estudo musical através da teoria e técnica com os instrumentos de percussão.

DANÇA TRADICIONALISTA, objetivando a revitalização das tradições populares de raiz no município, é que desenvolvemos um projeto abrangendo várias artes que envolvem o tradicionalismo gaúcho, onde participam mais de noventa crianças, jovens e adultos. Dentre elas, realizam-se atividades de Danças Tradicionais com duas associações distintas tradicionalistas do município contando com o apoio da Fundação Cultural Camponovense que oferece o instrutor e demais materiais necessários para os ensaios, também são realizadas aulas de Declamação de Poesias com a participação de alunos de várias faixas etárias, participando de festivais e eventos tradicionalistas, como a Semana Farroupilha, Festivais, Saraus da Prenda Jovem em apresentações artísticas e mantêm viva as raízes culturais de Campos Novos.

FORMAÇÃO DE BANDAS – Produção musical e arranjos (prática de conjunto), apresentações de tributos em homenagem a grandes nomes Internacionais e da MPB.

CULTURA DIGITAL - A Biblioteca Pública Municipal "Governador Luiz Henrique da Silveira" disponibilizará o 2º piso da Biblioteca voltado para a Informática, serão mais de 30 computadores com

acesso a internet disponível para usuários com cabine individuais e salas para trabalhos em grupos.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE À CULTURA

- Lei nº 1952/93 de 28/04/1994 – criação da Fundação Cultural Camponovense Cid Caesar de Almeida Pedrosa.
- Lei nº 2.982/05 de 15/09/2005 – Denominação Oficial ao Museu Arqueológico Sebastião Paz de Almeida.
- Lei nº 1.693/90 de 13/03/1990 – denomina Arquivo Histórico de campos Novos Dr. Waldemar Rupp.
- Decreto nº 2.443/89 de 12/04/1980 – Aprova e Regulamenta a Casa da Cultura Coronel Gasparino Zorzi.
- Lei nº 1.671/89 de 24/10/1989 – Aprova e Oficializa Hino de Campos Novos de autoria de José Milton Machado e Gilberto Nunes.
- Lei nº 1.524/87 de 19/08/1987 – Cria o Coral Municipal.
- Lei nº 174/56 de 09/11/1956 – Criação da Biblioteca Publica Municipal.
- Lei nº 2.770/01 de 04/10/2001 – Criação do NAC- Núcleo de Artesanato Camponovense.
- Lei nº 3.883/13 de 16/06/2013 – Criação do Conselho Municipal de Política Cultural de Campos Novos.
- Lei nº 4.206/15 de 10/09/2015 – Criação do Sistema Municipal de Cultura de Campos Novos.
- Acordo de cooperação federativa nº do processo 01400.016328/2015-92 entre o Ministério da Cultura e o Município de Campos Novos (estabelecer as condições e instrumentalização necessária para o Desenvolvimento do SNC). Diário Oficial da União 20/05/2015.

DO ESTADO

FORTALECER A FUNÇÃO DO ESTADO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

INTENSIFICAR O PLANEJAMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES VOLTADAS A CULTURA

CONSOLIDAR A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CULTURA

Compete ao Estado:

I. FOMENTAR A CULTURA de forma ampla, estimulando a criação, produção, circulação, promoção, difusão, acesso, consumo, documentação e memória, também por meio de subsídios à economia da cultura, mecanismos de financiamento por fundos públicos, patrocínios e disponibilização de meios e recursos.

II. AMPLIAR E PERMITIR O ACESSO compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o Estado um instrumento para efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de produção e fruição cultural, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, apoiando a implantação dos equipamentos culturais e financiando a programação regular destes.

III. PRESERVAR O PATRIMÔNIO MATERIALEIMATERIAL, resguardando bens, documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes, linguagens e tradições que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado.

IV. AMPLIAR A COMUNICAÇÃO E POSSIBILITAR A TROCA ENTRE OS DIVERSOS AGENTES CULTURAIS, criando espaços, dispositivos e condições para iniciativas compartilhadas, o intercâmbio e a cooperação, aprofundando o processo de integração municipal, absorvendo os recursos tecnológicos, garantindo as conexões locais com os fluxos culturais contemporâneos e centros culturais nacionais e internacionais.

V. DIFUNDIR OS BENS, CONTEÚDOS E VALORES oriundos das criações artísticas e das expressões culturais locais, assim como promover o intercâmbio e a interação desses com seus equivalentes estrangeiros, observando os marcos da diversidade cultural para a exportação de bens, conteúdos, produtos e serviços culturais.

VI. ESTRUTURAR E REGULAR A ECONOMIA DA CULTURA construindo modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária e

formalizando as cadeias produtivas, ampliando o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda, promovendo o equilíbrio regional, a isonomia de competição entre os agentes, principalmente em campos onde a cultura interage com o mercado, a produção e a distribuição de bens e conteúdos culturais internacionalizados.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

I. Fortalecer a gestão das políticas públicas para a cultura, por meio da ampliação das capacidades de planejamento e execução de metas, a articulação das esferas do poder público, o estabelecimento de redes institucionais com outras esferas de governo (estadual e federal) e a articulação com instituições e empresas do setor privado e organizações da sociedade civil.

II. Consolidar a implantação do Sistema Municipal de Cultura - SMC como instrumento de articulação, gestão, informação, formação, fomento e promoção de políticas públicas de cultura com participação e controle da sociedade civil em conformidade como governo estadual e federal. A implementação do Sistema Municipal de Cultura - SMC deve promover, nessas esferas, a constituição ou fortalecimento de órgãos gestores da cultura, conselhos de política cultural, conferências de cultura, fóruns, sistemas setoriais de cultura, comissões intergestoras, sistemas de financiamento à cultura, planos para a cultura, sistemas de informação e indicadores culturais e programas de formação na área da cultura. As diretrizes da gestão cultural serão definidas por meio da Conferência Municipal de Cultura e do Conselho Municipal de Política Cultural de Campos Novos, composto por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de membros da sociedade civil. A Fundação Cultural Camponovense, como órgão gestor, deverá apresentar periodicamente relatórios de gestão para avaliação nas instâncias de controle social do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

III. Apoiar iniciativas em torno da constituição de agendas, frentes e comissões parlamentares dedicadas a temas culturais, tais como a elevação de dotação orçamentária, o aprimoramento dos marcos legais, o fortalecimento institucional e o controle social.

IV. Estimular a constituição ou fortalecimento de conselhos consultivos, conferências, fóruns e espaços de interlocução setorial, democráticos e transparentes, apoiando a ação dos fundos de fomento, acompanhando a implementação do Plano e, quando possível, criando gestão participativa dos orçamentos para a cultura.

V. Fortalecer as políticas culturais setoriais visando à universalização do acesso e garantia ao exercício do direito à cultura.

VI. Fortalecer o Fundo Municipal de Cultura como mecanismo central de fomento.

VII. Aderir aos programas de financiamento conjunto entre as três esferas da federação, por meio da manutenção do Fundo Municipal de Cultura.

VIII. Estabelecer programas específicos para setores culturais, principalmente para artes visuais, música, artes cênicas, literatura, audiovisual, patrimônio, museus, diversidade cultural e cultura digital, garantindo percentuais equilibrados de alocação de recursos em cada uma das políticas setoriais.

IX. Criar o mecanismo de incentivo fiscal, de forma a aproveitar seus recursos no sentido de sustentabilidade e alinhamento às políticas públicas.

X. Estimular a construção de diretrizes para o incentivo fiscal, de modo a permitir uma melhor distribuição dos recursos oriundos da renúncia, gerando maior distribuição entre as diferentes atividades culturais.

XI. Fortalecer as comissões de cultura no Poder Legislativo Municipal, estimulando a participação de mandatos e bancadas parlamentares no constante aprimoramento e na revisão ocasional das leis, garantindo os interesses públicos e os direitos dos cidadãos.

XII. Garantir a participação efetiva dos órgãos executivos e comissão legislativa de cultura nos processos de elaboração, revisão e execução da Lei Orgânica e do Plano Diretor do Município de Campos Novos.

XIII. Estimular a participação dos trabalhadores da cultura de Campos Novos nas definições das políticas públicas municipal, estadual

e nacional de cultura, no debate sobre a atualização das leis de comunicação social, abrangendo os meios impressos, eletrônicos e de internet, bem como os serviços de infraestrutura de telecomunicações e redes digitais.

XIV. Fortalecer e aprimorar os mecanismos regulatórios e legislativos de proteção e gestão do patrimônio cultural, histórico e artístico e dos museus e locais de memória.

XV. Revisar a legislação tributária aplicada às empresas da cultura.

XVI. Acompanhar a legislação autoral com representantes dos diversos agentes envolvidos com o tema, incentivando a participação da produção artística e cultural independente.

XVII. Promover uma maior articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas, como educação, meio ambiente, desenvolvimento social, planejamento urbano e econômico, turismo, indústria e comércio.

XVIII. Construir instrumentos integrados de preservação, salvaguarda e gestão do patrimônio em todas as suas vertentes e dimensões, incluindo desenvolvimento urbano, turismo, meio ambiente, desenvolvimento econômico e planejamento estratégico, entre outras.

XIX. Estabelecer uma agenda compartilhada de programas, projetos e ações entre os órgãos de cultura e educação municipais, com o objetivo de desenvolver diagnósticos e planos conjuntos de trabalho.

XX. Incentivar pesquisas e elaboração de materiais didáticos e de difusão referentes a conteúdos multiculturais, étnicos e de educação patrimonial.

XXI. Estimular a tradução e a publicação de obras literárias camponenses em diversas mídias.

DA DIVERSIDADE

RECONHECER E VALORIZAR A DIVERSIDADE

PROTEGER E PROMOVER AS ARTES E EXPRESSÕES CULTURAIS

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

I. Criar políticas de transmissão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, por meio de mecanismos como o reconhecimento formal dos mestres populares, leis específicas, bolsas de auxílio, integração com o sistema de ensino formal, criação de oficinas itinerantes, estudos e sistematização de pedagogias e dinamização e circulação dos seus saberes no contexto em que atuam.

II. Realizar campanhas de valorização das culturas locais, por meio de conteúdos para rádio, internet, televisão, revistas, exposições museológicas, materiais didáticos e livros, entre outros.

III. Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de outras comunidades não hegemônicas, bem como das diversas expressões culturais e linguagens artísticas locais.

IV. Apoiar o mapeamento, documentação e preservação de sítios de valor simbólico e histórico.

V. Mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos das culturas locais, valorizando tanto sua tradição oral quanto sua expressão escrita nos seus idiomas e dialetos e na língua portuguesa.

VI. Fomentar a difusão no país e no exterior da gastronomia das diferentes etnias, valorizando o modo de fazer tradicional, os hábitos de alimentação saudável e a produção sustentável de alimentos.

VII. Fomentar projetos que visem a preservar e a difundir as brincadeiras e brinquedos populares, cantigas de roda, contações de histórias, adivinhações e expressões culturais similares.

VIII. Promover ações de educação para o patrimônio, voltadas para a compreensão e o significado do patrimônio e da memória coletiva, em suas diversas manifestações como fundamento da cidadania, da identidade e da diversidade cultural.

IX. Incentivar a inserção do patrimônio cultural na pauta do ensino formal, apropriando-se dos bens culturais nos processos de formação para a cidadania, estimulando novas vivências e práticas educativas.

X. Fomentar a apropriação dos instrumentos de pesquisa,

documentação e difusão das manifestações culturais populares por parte das comunidades que as abrigam, estimulando a autogestão de sua memória.

XI. Mapear o patrimônio cultural camponense guardado por instituições privadas e organizações sociais, com o objetivo de formação de um banco de registros da memória municipal.

XII. Desenvolver e implementar, em conjunto com as instâncias locais, planos de preservação para os núcleos urbanos históricos ou de referência cultural, abordando a cultura e o patrimônio como eixos de planejamento e desenvolvimento urbano.

XIII. Incentivar e promover a qualificação da produção do design, da arquitetura e do urbanismo contemporâneos, melhorando o ambiente material, os aspectos estéticos e as condições de habitabilidade, respeitando o patrimônio preexistente e proporcionando a criação do patrimônio material do futuro.

XIV. Fortalecer a política de pesquisa, documentação e preservação de sítios arqueológicos e geológicos, promovendo ações de compartilhamento de responsabilidades com a sociedade na gestão e o fomento à sua socialização.

XV. Estimular a compreensão dos museus, centros culturais e espaços de memória como articuladores do ambiente urbano, da história da cidade e de seus estabelecimentos humanos como fenômeno cultural.

XVI. Garantir controle e segurança de acervos e coleções de bens móveis públicos de valor cultural.

XVII. Fomentar a instalação e a ampliação de acervos públicos direcionados às diversas linguagens artísticas e expressões culturais em instituições de ensino, bibliotecas e equipamentos culturais.

XVIII. Atualizar e aprimorar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa e a difusão dos acervos de fotografia.

XIX. Mapear, registrar e difundir as diversas expressões da diversidade camponense sobretudo aquelas correspondentes ao patrimônio imaterial, às paisagens tradicionais e aos lugares de importância histórica e simbólica para a sociedade.

XX. Incentivar programas que facilitem o diálogo entre os centros de estudos, comunidades artísticas e movimentos culturais.

XXI. Estimular e fomentar a realização de projetos e estudos sobre a diversidade e memória cultural camponense.

XXII. Capacitar educadores e agentes multiplicadores para a utilização de instrumentos voltados à formação de uma consciência histórica crítica que incentive a valorização e a preservação do patrimônio material e imaterial.

DO ACESSO

UNIVERSALIZAR O ACESSO DOS CAMPONOVENSES À ARTE E À CULTURA

QUALIFICAR AMBIENTES CULTURAIS PARA A FORMAÇÃO E FRUIÇÃO DO PÚBLICO

PERMITIR AOS CRIADORES O ACESSO ÀS CONDIÇÕES E MEIOS DE PRODUÇÃO CULTURAL

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

I. Implantar, em parceria com o setor empresarial, programas de acesso à cultura para o trabalhador, que permitam a expansão do acesso a serviços e conteúdos culturais.

II. Promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, praças e parques de lazer e culturais, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e juventude.

III. Adirir à política nacional de digitalização, conservação, restauro e reprodução de obras artísticas, documentos e acervos culturais mantidos em museus, bibliotecas e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos.

IV. Garantir a manutenção de biblioteca pública e implantação de outros locais de acesso ao livro e à leitura como espaços de informação, atualizando e diversificando a rede e abastecendo-a com os acervos bibliográficos.

V. Fomentar o desenvolvimento das artes e expressões experimentais ou de caráter amador.

VI. Estimular a participação de artistas, produtores e professores em programas educativos de acesso à produção cultural.

VII. Estimular o equilíbrio entre a produção artística e as expressões culturais locais em eventos e equipamentos públicos, valorizando as manifestações e a economia da cultura local e regional, estimulando sua interação com referências estaduais, nacionais e internacionais.

VIII. Apoiar a criação de espaços de circulação de produtos culturais para o consumo doméstico, criando oferta de qualidade e distribuição que permitam a diversificação do mercado e a absorção das produções locais.

IX. Estimular a existência de livrarias e lojas de produtos culturais junto aos equipamentos culturais, dando destaque à produção das comunidades e permitindo aos consumidores locais obter produtos de qualidade.

X. Apoiar iniciativas de sistematização de agenda de atividades artísticas e culturais locais e regionais, de forma a otimizar oportunidades e evitar a proliferação de eventos coincidentes e redundantes.

XI. Apoiar e estimular a criação de programas municipais e aderir a programas estaduais e nacionais de distribuição de conteúdo audiovisual para os meios de comunicação e circuitos comerciais e alternativos de exibição, cineclubes em escolas, centros culturais, bibliotecas públicas e museus.

DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

PROMOVER CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A CONSOLIDAÇÃO ECONOMIA DA CULTURA

INDUZIR ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE NOS PROCESSOS CULTURAIS

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

I. Incentivar modelos de desenvolvimento sustentável que reduzam a desigualdade sem prejuízo da diversidade, por meio da exploração comercial de bens, serviços e conteúdos culturais.

II. Realizar programas de desenvolvimento sustentável que respeitem as características, necessidades e interesses das populações locais, garantindo a preservação da diversidade e do patrimônio cultural e natural, a difusão da memória sociocultural e o fortalecimento da economia solidária.

III. Inserir as atividades culturais itinerantes nos programas públicos de desenvolvimento sustentável.

IV. Promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura.

V. Desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes e trabalhadores da cultura, estimulando a profissionalização, o empreendedorismo, o uso das tecnologias de informação e comunicação e o fortalecimento da economia da cultura.

VI. Estabelecer parcerias com agentes financeiros, como cooperativas, fundos e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de formas de financiamento destinadas à promoção de cursos livres, técnicos, de pesquisa e atualização profissional.

VII. Promover a informação e capacitação de gestores e trabalhadores da cultura sobre instrumentos de propriedade intelectual do setor cultural, a exemplo de marcas coletivas e de certificação, indicações geográficas, propriedade coletiva, patentes, domínio público e direito autoral.

VIII. Capacitar educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para a atuação como agentes de difusão da leitura, contadores de histórias e mediadores de leitura em escolas, bibliotecas e museus, entre outros equipamentos culturais e espaços comunitários.

IX. Estimular e promover o desenvolvimento técnico e profissional de arquitetos, designers, gestores e programadores de equipamentos culturais, para sua constante atualização, de modo a gerar

maior atratividade para esses espaços.

X. Aderir a programas estaduais e nacionais de prospecção e disseminação de modelos de negócios para o cenário de convergência digital, com destaque para os segmentos da música, livro, jogos eletrônicos, festas eletrônicas, webdesign, animação, audiovisual, fotografia, videoarte e arte digital.

XI. Identificar e fomentar as cadeias de formação e produção das artes digitais, para desenvolver profissões e iniciativas compreendidas nesse campo, bem como as novas relações existentes entre núcleos acadêmicos, indústrias criativas e instituições culturais.

XII. Fomentar programas integrados de formação e capacitação sobre arte, arquitetura, patrimônio histórico, patrimônio imaterial, antropologia e diversidade cultural para os profissionais que atuam no turismo.

“Os planos de cultura têm por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo para a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Com horizonte de dez anos, os Planos darão consistência ao Sistema Nacional de Cultura e constituem-se num instrumento fundamental no processo de institucionalização das políticas públicas de cultura no país. Com a aprovação dos Planos de Cultura Municipais, Estaduais e Nacional pelo Poder Legislativo, nas respectivas esferas, esse processo avança politicamente, ganhando estabilidade jurídica e assegurando a sua continuidade enquanto política de Estado”. (www.cultura.gov.br)

As políticas públicas de cultura devem adotar medidas, programas e ações para reconhecer, valorizar promover e proteger a diversidade cultural. Pensar a cultura como fator de desenvolvimento, significa valorizar identidades individuais e coletivas.

Para elaboração das propostas do Plano Municipal de Cultura de Campos Novos, a base das diretrizes foi apresentada de acordo com as diretrizes do Ministério da Cultura.

Campos Novos, 14 de outubro de 2015.

LEI 4215/2015 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

LEI Nº 4.215/2015 DE 14/10/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento do município, no valor de R\$ 105.263,49 (cento e cinco mil duzentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 35 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.092 – Manutenção do Programa BPC na Escola

Elemento de despesa: 31- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0052.0000 81- aplicações diretas R\$ 16.000,00

ÓRGÃO: 35 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO ATIVIDADE: 2.092 – Manutenção do Programa BPC na Escola

Elemento de despesa: 28- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0052.0000 81- aplicações diretas R\$ 2.090,00

ÓRGÃO: 35 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.093 – Manutenção do Programa Proteção Social Básica Acessuas
Elemento de despesa: 29- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0052.0000
82- aplicações diretas R\$ 27.173,49
ÓRGÃO: 35 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.094 – Manutenção do Programa PAC I – Criança e Adolescente
Elemento de despesa: 30- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0052.0000
83- aplicações diretas R\$ 60.000,00
Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro.
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 14 de outubro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

LEI 4216/2015 - ALTERA REDAÇÃO DA LEI 1815/91 DE 25/09/91 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.216/15 DE 14/10/2015

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 1.815/91 DE 25/09/1991 QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,
FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 4º da Lei 1.815/91, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - O conselho Municipal de Saúde será composto por 20 (vinte) conselheiros titulares e 20 (vinte) conselheiros suplentes, sendo 25% de representantes dos gestores e prestadores de serviço de saúde; 25% de representantes dos profissionais de saúde; e 50% de representantes dos usuários dos serviços de saúde.”

Art. 2º. Os demais dispositivos da lei permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei 3.254/07 de 23/11/2007.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 14 de outubro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

REPUBLICA LEI 4167/15 - AUTORIZA O SAMAE A FIRMAR CONVENIO QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

REPUBLICADO EM 15 /10/2015

LEI Nº 4.167/2015 DE 08/05/2015

AUTORIZA O SAMAE A FIRMAR CONVÊNIO QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE

LEI:

Art. 1º. Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE autorizado a firmar convênio com os proprietários do Loteamento localizado na Colônia Savória, Distrito da Barra do Leão, com o objetivo de executar e implantar um sistema único de esgoto (Estação de Tratamento de Esgoto), que ficará locado sobre o terreno cedido a autarquia, com área de 399,90m², matriculado sob nº 24.334 no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, conforme minuta em anexo (Anexo I).

§1º. O objetivo do presente convênio é implantar uma única estação de tratamento de esgoto, visando a economicidade da autarquia, eliminando gastos desnecessários com a duplicidade de diversos procedimentos, como o licenciamento ambiental, análises periódicas, manutenção, maior concentração de efluente, menor área territorial, já que o fracionamento em sistemas individuais tornaria a manutenção mais onerosa para ambas as partes.

§2º. A estação de tratamento mencionada no caput será projetada para atender 200 (duzentos) lotes, considerando 05 (cinco) habitantes por lote e um consumo de 150 (cento e cinquenta) litros por dia. Dessa forma, a E.T.E atenderá uma população de 1000 (um mil) habitantes e tratará uma vazão de 150 m³ por dia.

§3º. O SAMAE será responsável pela coleta e tratamento de 128 (cento e vinte e oito) lotes e os outros 72 (setenta e dois) lotes serão provenientes do loteamento de propriedade de Marcel Luiz Viccari, Juliano Rossa e Celso Faccin.

Art. 2º. A partir da conclusão do processo licitatório da Estação de Tratamento de Esgoto, o loteador repassará, em espécie, diretamente ao SAMAE, o valor correspondente aos seus 72 (setenta e dois) lotes.

Art. 3º. Os encargos decorrentes desta lei serão suportados pelas dotações orçamentárias consignadas no orçamento da autarquia.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 08 de maio de 2015.
Nelson Cruz
Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, CNPJ – 83.158.105/0001-5, autarquia municipal com sede administrativa a Rua Caetano Carlos, 466, representada pelo diretor ao final assinado e identificado; e o Sr., resolvem celebrar este Termo de Convênio de Mútua Cooperação mediante as seguintes cláusulas e condições:

Primeira: O SAMAE é beneficiário de uma cessão de uso do imóvel urbano com a área de 399,90 m² (trezentos e noventa e nove metros e noventa centímetros quadrados), inserido e descrito na matrícula imobiliária nº 24.334.

Segunda: Por meio do presente instrumento as partes comprometem-se a executar e implantar uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no imóvel descrito na cláusula primeira.

Terceira: São obrigações do SAMAE:

I – promover todos os atos necessários a contratação de empresa para a execução das obras necessárias à implantação da Estação de Tratamento de Esgoto, incluindo a realização de processo licitatório;

II – fiscalizar e acompanhar a execução das obras;

III – suportar os custos de implantação do sistema único de tratamento de esgoto proporcionalmente a 128 (cento e vinte e oito) lotes, do total de 200 (duzentos) que serão beneficiados – essa proporção corresponde à cerca de 64% (sessenta e quatro por

cento) do custo total da obra.

Quarta: São obrigações dos conveniados loteadores:

I – suportar os custos de implantação do sistema de tratamento de esgoto proporcionalmente a 72 (setenta e dois) lotes, do total de 200 (duzentos) que serão beneficiados – essa proporção corresponde à cerca de 36% (trinta e seis por cento) do custo total da obra.

II – efetuar o repasse do valor mencionado no inciso I ao SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, em espécie e em parcela única, após a homologação do processo licitatório e antes do início da execução das obras de execução da Estação de Tratamento de Esgoto mencionada na cláusula segunda.

E por estarem certos e acordados firma este termo em duas vias de igual teor na presença de testemunhas.

Campos Novos, 02 de abril de 2015.

Loteador

SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Joel Francisco Fagundes

Diretor

Testemunhas:

Canelinha

PREFEITURA

RESOLUÇÕES 07/2015 E 08/2015 - CMDCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANELINHA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CANELINHA – CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 007, 09 DE OUTUBRO DE 2015.

HOMOLOGA RESULTADO DA SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS A SEREM FINANCIADOS PELO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA PARA OS EXERCÍCIOS 2015/2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CANELINHA - CMDCA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.754 de 17 de maio de 2000, alterada pela Lei Municipal nº 1.977, de 15 de julho de 2003 e pela Lei Municipal nº 3017, de 17 de setembro de 2014, e ainda; Considerando as análises e aprovações da Comissão Especial para a seleção de projetos sociais das Instituições registradas no CMDCA, dentro dos requisitos estabelecidos no edital nº 002/2015; RESOLVE: Art. 1º Homologar o resultado da seleção pública de projetos sociais apresentados pelas Instituições registradas no CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CANELINHA – CMDCA a serem financiados pelo Fundo da Infância e Adolescência – FIA para os exercícios 2015/2016, ficando assim aprovados: I – Inscrição nº 003/2015, apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Canelinha, com o projeto “Prevenção é o Caminho”; II – Inscrição nº 004/2015, apresentado pelo Grupo de Idoso Vida Nova, com o projeto “Teatro na Comunidade”; III – Inscrição nº 005/2015, apresentado pela Associação de Moradores do Grande Moura – ASMOGRAM, com o projeto “Música, Cultura que inclui e transforma; Art. 2º Aos projetos selecionados e homologados serão repassados do Fundo da Infância e Adolescência – FIA, no decorrer dos exercícios 2015/2016, os seguintes recursos financeiros: I – Ao projeto de Inscrição nº 003/2015, apresentado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Canelinha, o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais); II – Ao projeto de Inscrição nº 004/2015, apresentado pelo Grupo de Idoso Vida Nova, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); III – Ao projeto de Inscrição nº 005/2015, apresentado pela Associação de Moradores do Grande Moura – ASMOGRAM, o valor de R\$ 33.375,00 (trinta e três mil trezentos e setenta e cinco reais). Art. 3º As importâncias estabelecidas no artigo anterior serão repassadas as Instituições, de acordo com a disponibilidade dos recursos financeiros da conta do Fundo da Infância e Adolescência – FIA, observando a Lei de Diretrizes Orçamentárias do CMDCA, as regras estabelecidas no edital nº 002/2015 e o cronograma de desembolso de cada projeto selecionado. Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Canelinha (SC), 09 de outubro de 2015. John Lennon Piva - PRESIDENTE DO CONSELHO

RESOLUÇÃO Nº. 008, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

Homologa o resultado da eleição dos cargos de conselheiros tutelares para o quadriênio 2016/2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CANELINHA - CMDCA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.754 de 17 de maio de 2000, alterada pela Lei Municipal nº 1.977, de 15 de julho de 2003 e pela Lei Municipal nº 3017, de 17 de setembro de 2014, e ainda;

Considerando o resultado da eleição realizada de 04 de Outubro de 2015, apresentado pela Comissão de Apuração da Eleição de Conselheiro Tutelar para os exercícios de 2016 a 2020, nomeados pela resolução nº 006, de 19 de setembro de 2015, e não havendo qualquer espécie de recurso no prazo definido no edital que estabelece as normas para eleição;

RESOLVE: Art. 1º Homologar o resultado da eleição dos cargos de conselheiros tutelares para o quadriênio 2016/2020, apresentando a seguinte votação: I – Juliana Silva 341 votos; II – Sandra Regina Santana Aragão 217 votos; III – Helena da Silva Voltolini – 184 votos; IV – Gislaïne Fagundes – 100 votos; V – Scheila Aparecida de Souza – 94 votos; VI – Thaise Orsi – 76 votos; VII – Rogério Ari Pereira 63 votos; VIII – Amarildo Cardoso – 39 votos; IX – Sabrina S. da Silva Koche Alves – 10 votos. § 1º Diante do resultado do pleito eleitoral ficaram eleitos os seguintes candidatos: I – Juliana Silva; II – Sandra Regina Santana Aragão; III – Helena da Silva Voltolini; IV – Gislaïne Fagundes; V – Scheila Aparecida de Souza. § 2º Ficam os seguintes candidatos como conselheiros suplentes: I – 1º suplente: Thaise Orsi; II – 2º suplente: Rogério Ari Pereira; III – 3º suplente: Amarildo Cardoso; IV – 4º suplente: Sabrina S. da Silva Koche Alves. Art. 2º fica designado o dia 10 de Janeiro de 2016 para a cerimônia de posse dos conselheiros eleitos. Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Canelinha (SC), 13 de outubro 2015. JOHN LENNON PIVA - PRESIDENTE DO CONSELHO

Canoinhas

PREFEITURA

ERRATA DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 114/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 188/2015
PREGÃO N.º PMC 114/2015 (PRESENCIAL)
ERRATA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público errata, referente ao Pregão acima, no Anexo I do referido edital, onde lia-se: Quantidade 04 relógios ponto, leia-se; Quantidade 31 relógios ponto.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

LEI Nº4.716/2011

LEI Nº. 4.716 DE 30/03/2011

“INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono o seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativo às obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada da obra e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Theodoro Humenhuk, localizada no trecho entre a Avenida Rubens Ribeiro da Silva e Avenida Expedicionários, Bairro Campo da Água Verde, com extensão de 1.086,91 metros lineares (Anexo I – área de influência direta).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado considerando a extensão da via (Anexo II), no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, possui como fonte de recursos os valores obtidos através de recursos próprios do Município de Canoinhas e por meio de financiamento obtido junto ao BADESC – Agência Catarinense de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A ou, mediante repasse através do Orçamento Geral da União – OGU, correspondendo à quantia de R\$ 1.598.613,95 (um milhão e quinhentos e noventa e oito mil e seiscentos e treze reais e noventa e cinco centavos).

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Canoinhas, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Finanças o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior, será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente

acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização imobiliária decorrente da melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei Complementar nº. 8/2005 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I – a situação do terreno na zona de influência;

II – sua testada e área;

III – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite o custo total da obra tendo em vista a natureza desta, os benefícios para os usuários, atividades econômicas predominantes e o nível de desenvolvimento da região, sendo aí computadas todas as despesas necessárias aos estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administrações, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos e terá a sua expressão monetária atualizada na época do lançamento mediante aplicação de coeficientes oficiais de correção e atualização monetária.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V – prazo para a impugnação;

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da contribuição de melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10º. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira, para o notificado;

II – a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III – a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11º. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP)

em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12º. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo:

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13º. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I - O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II – Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º. O contribuinte proprietário de um só imóvel, cuja renda mensal familiar for de até 03 (três) salários mínimos, poderá parcelar a Contribuição de Melhoria em até 60 (sessenta) meses, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado.

§ 2º. É facultado ao contribuinte recolher, sob a forma de antecipação e com base no custo estimado para execução, o valor total ou parcial do tributo a ser lançado, antes da conclusão da obra pública de que trata esta Lei.

I – Aos contribuintes que optarem pela antecipação prevista neste parágrafo será garantida a atualização monetária, além dos juros de até 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor recolhido;

II – Na determinação do valor final da contribuição de melhoria a ser lançada, serão consideradas as antecipações efetuadas na forma das disposições deste parágrafo, sem prejuízo do direito da apuração na esfera administrativa de eventuais créditos em favor de qualquer das partes, sujeito ativo ou sujeito passivo da relação tributária havida.

§ 3º. Independentemente do nº. de prestações, no parcelamento será observado:

I – O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 20 UFM (vinte unidades fiscais do Município), para pessoas físicas e 60 UFM (sessenta unidades fiscais do Município) para pessoas jurídicas.

II - O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias de data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 4º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14º. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005).

§ 1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de parcelamento autorizado em lei, o crédito tributário correspondente a contribuição de melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15º. Ficam excluídas da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16º. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17º. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I – 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II – 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III – 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I – no ato do recebimento do tributo;

II – no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III – sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18º. Os débitos fiscais de que trata esta lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do INPC/IBGE, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19º. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20º. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Canoinhas é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

§ 3º. Os recursos voluntários interpostos fora do prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo serão encaminhados ao Conselho Municipal de Contribuintes, que deles poderá conhecer, excepcionalmente, desconsiderando a preclusão, nos casos em que demonstre o contribuinte ocorrência de caso fortuito ou força maior que o tenha impedido de protocolizar a peça recursal em modo e tempo tempestivos.

Art. 21º. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º. Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º. Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou de prova.

Art. 22º. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou conseqüentes.

Art. 23º. O titular do órgão fazendário proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24º. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;

II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR -MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de

Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25º. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26º. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27º. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado, que se dará no prazo de 10 (dez) dias a partir da ciência pelo interessado.

Art. 28º. As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Conselho Municipal de Contribuintes, observados os prazos e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) e na legislação complementar no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29º. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 30º. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31º. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº. 8/2005) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32º. Os anexos a que se refere a presente Lei (Anexo I a IV) fazem parte integrante dos procedimentos administrativos individualizados para viabilização da obra pública tratadas nesta lei, os quais encontram-se à disposição dos interessados junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento.

Art. 33º. As despesas constantes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Canoinhas.

Art. 34º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Canoinhas (SC), 30 de março de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 30/03/2011.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 07/2015

CONCORRÊNCIA Nº 7/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/15

HOMOLOGAÇÃO: 15/10/15

CONTRATADO: CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E PINTURA DE UMA QUANTIDADE ESTIMADA DE

1.500 METROS LINEARES DE MURO PALITO, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 498.015,00 (quatrocentos e noventa e oito mil e quinze reais)

DATA: 15/10/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 120/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 197/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 120/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/11/2015, às 09h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS, NO CAMINHÃO VW 23.210 Nº 38 ANO 2005 PLACAS MCP-7135. Recebimento de propostas até as 08h55min do dia 04/11/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0166/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0038/2015

Processo Licitatório Nº 0166/2015

Dispensa de Licitação Nº 0038/2015

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO, Secretário de Administração e Finanças Interino, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº 0166/2015, conforme segue:

OBJETO

Aquisição de Caixas d' Água para o Parque de Exposições Domingos Pelizzaro, localizado as margens da SC 150, em Capinzal/SC.

FORNECEDOR

| Item | Qdade | Un | Especificação | Marca | Preço Unit. | Preço Total |
|-------|-------|----|---|-------|-------------|-------------|
| 1 | 01 | UN | CAIXA D AGUA 20.000 LITROS produzidas em fibra de vidro, com tampas dos reservatórios em fibra de vidro, acompanhadas de parafusos para garantir seu perfeito travamento. Resistência: proteção ultra-violeta, resistente à exposição ao sol e ao calor. ALTURA COM TAMPA: 3,67m / DIAMETRO DA BASE: 2,41m / DIÂMETRO DA BOCA COM TAMPA: 3,25m. | | 5.190,00 | 5.190,00 |
| 2 | 01 | UN | CAIXA D AGUA 5.000 LITROS em polietileno são práticas e duráveis. Dispensam o uso de parafusos e amarras na instalação. Sua superfície lisa facilita a limpeza, tanto interna como externamente. Garantia de 5 anos pelo Fabricante. Capacidade: 5000 Litros Altura com tampa: 2,00m / Altura sem tampa: 1,63m / Diâmetro da base: 1,85m / Diâmetro da boca com tampa: 2,45m / Peso com água: 5115,00 kg. | | 1.380,00 | 1.380,00 |
| Total | | | | | | 6.570,00 |

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

| Fornecedor | Itens |
|--|-----------|
| SAS MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA - EPP | 001 e 002 |
| 6.570,00 (seis mil quinhentos e setenta reais) | |

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

| |
|--|
| Despesa: 239 - Promoção de feiras e eventos Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO Unidade: 1 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO Função: 23 - Comércio e Serviços Subfunção: 695 - Turismo Programa: 55 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO Projeto/Atividade: 2.028 - Promoção de feiras e eventos Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas Recurso: 24 - Transferências de Convênios - Outros |
| Despesa: 196 - Promoção de feiras e eventos Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO Unidade: 1 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO Função: 23 - Comércio e Serviços Subfunção: 695 - Turismo Programa: 55 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO Projeto/Atividade: 2.028 - Promoção de feiras e eventos Elemento: 33903099000000 - Aplicacoes Diretas Recurso: 0 - Recursos Ordinários |

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 15 de Outubro de 2015
FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário de Administração e Finanças Interino

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0167/2015 TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 0012/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0167/2015
Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0012/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de um Muro de Contenção na Rua Carmelo Zócolli e Rua Frei Tito de Olivetto, Município de Capinzal/SC, conforme Memorial descritivo, Orçamento, Projetos e Cronograma.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 03/11/2015.

Menor Preço Global

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739, FAX Nº (0xx49) 3555-8744

Capinzal, 16 de Outubro de 2015 .
FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 1209/2015

PORTARIA Nº 1209, DE 01 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3035/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Kayçara Samarony Morosini, matrícula nº 312886/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escrivário, nível 153, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência I.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1210/2015

PORTARIA Nº. 1210, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a atuação e responsabilidade pelo departamento da assessoria Jurídica do Município no período do gozo de férias do assessor jurídico ocupante do cargo de provimento em comissão CC6, na forma que especifica.

Considerando que os serviços desempenhados pela assessoria jurídica são permanentes, contínuos e não podem parar, diante da necessidade do cumprimento diário de publicações oficiais e determinações judiciais, além da expedição diária de pareceres e consultas de toda a estrutura administrativa municipal;

Considerando que o servidor Howerstton Humenhuk, ocupando do cargo de provimento em comissão de assessor jurídico nível CC6 encontra-se em gozo de férias no período de 01 de setembro de 2015 a 31 de outubro de 2015 conforme períodos aquisitivos discriminados pela declaração da Diretoria de Recursos humanos;

Considerando que não existe no quadro funcional outro cargo que possa se suprido pela nomeação provisória de profissional, bem como, não existe servidor público efetivo com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil;

Considerando que houve regular processo licitatório na modalidade tomada de preços com a contratação de profissional da área jurídica para suprir a falta transitória no cargo;

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o art. 76 da Lei Complementar 006 de 05 de março de 1991 e Legislação em vigor, resolve:

Art. 1.º Fica designada a Lanhi Advogados – OAB/SC 2026, na pessoa do advogado Felipe Schena Lanhi, OAB/SC 30.297, contratada através do contrato nº. 0253/2015, para exercer todas as atividades jurídicas e administrativas necessárias e permanentes junto à assessoria jurídica do Município de Capinzal, pelo período de 01 de setembro de 2015 a 31 de outubro de 2015.

Art. 2º O profissional designado no art. 1º fica responsável pelo cumprimento de todo e qualquer processo judicial e seus respectivos prazos em nome do Município de Capinzal ou de seus entes, durante o referido período, bem como, de eventuais prazos administrativos e judiciais que estejam em aberto com intimações, citações e cargas processuais em andamento, junto à assessoria Jurídica municipal.

Art. 3º O profissional designado no art. 1º fica responsável pelo cumprimento de toda e qualquer demanda administrativa que compete à assessoria jurídica, notadamente, emissão de pareceres, consultas, reuniões, orientações e afins.

Art. 4º O profissional designado no art. 1º fica responsável por abrir diariamente o e-mail "juridico@capinzal.sc.gov.br" para tomar ciência de intimações e citações judiciais e administrativas, comunicados, memorandos e comunicações internas, a fim de dar o devido andamento profissional a que compete ao setor jurídico, caso assim necessário, devendo juntar novas procurações nos processos ou substabelecimentos.

Art. 5º O profissional designado no art. 1º fica responsável por levar a presente portaria ao conhecimento dos órgãos judiciários e órgãos de controle externo, especialmente, junto aos chefes de Cartório das Varas da Comarca de Capinzal, aos Juizes da Comarca de Capinzal e ao Ministério Público da Comarca de Capinzal para ciência do seu teor e facilitar a comunicação entre os poderes.

Art. 6.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal – SC, em 02 de setembro de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1211/2015

PORTARIA Nº 1211, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 083501 01 55 2015 4 00009 092 0004332 12, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito da mãe, pelo período de 31 de agosto a 07 de setembro de 2015, à servidora Delci Macagnan da Costa, matrícula nº 308021/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 9, referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 31 de agosto de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1213/2015

PORTARIA Nº 1213, DE 02 DE SETEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE OS MEMBROS DO COMITÊ TÉCNICO DO PLANO DIRETOR, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Nomear os membros do Comitê Técnico do Plano Diretor, na forma que especifica:

Representação Governamental:

I. Francisco Dirceu de Araújo - Coordenador

II. Rafael Edgar Tonial

III. Rogério Biazotto

IV. Alexandre Roca Nascimento

V. Naiara Maria Faccin

VI. Salete Aparecida Constantin de Mattos

VII. Eduardo João Hanel

VIII. Tania Maria de Lima

IX. Marcos Roberto Antunes da Costa

X. Jorge Luiz Soldi

XI. Renato Marcelo Markus

XII. Alexandre Luiz Teixeira da Silva

XIII. Elena Casagrande Rech

Representantes da Sociedade Civil:

- I. César Augusto Colaço
- II. Sergio Luiz Riquetti
- III. Marcio Luiz Susin
- IV. Vitorino Lanhi
- V. Paulo Antonio Betinardi
- VI. Renê Arnuti
- VII. Gerson Gildo Boff
- VIII. Ruites Valmir Andreoni Júnior

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal, SC, em 02 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1214/2015

PORTARIA Nº 1214, DE 03 DE SETEMBRO DE 2015
Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000 e no requerimento protocolado sob o nº 3103/2015, resolve:

Art.1º Reduzir a carga horária, em dez (10) horas semanais, da servidora Marcia Terezinha Hanel Toscan, matrícula nº 331392/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, com carga horária de trinta (30) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Ivo Silveira.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais pelo período de 08 de setembro de 2015 a 31 de janeiro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 08 de setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 03 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1216/2015

PORTARIA Nº 1216, DE 08 DE SETEMBRO DE 2015
Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade Especial, pelo período de 27 de setembro a 06 de novembro de 2015, conforme

requerimento protocolado sob o nº 2547/2015, da servidora Samile Barp Lorenz, matrícula nº 410037/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 08 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1217/2015

PORTARIA Nº 1217, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015
Exonera servidor na forma que especifica

Considerando o decreto nº 109/2015 que institui medidas de contenção de despesas em atendimento às necessidades do Município para encerramento do exercício;

Considerando o inciso IV do art. 7º da Lei 3.149/2014, que alterou a Lei nº 2.178/1999;

Considerando o memorando nº 16/2015, encaminhado pela Secretaria da Educação com a justificativa de que não há mais necessidade da prestação de serviços da servidora, já que houve retorno das servidoras titulares da vaga ao trabalho;

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 09 de setembro de 2015, Ana Paula Vieira, matrícula nº 410060/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, vinculada à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 09 de setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 09 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1218/2015

PORTARIA Nº 1218, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015
Exonera servidor na forma que especifica

Considerando o decreto nº 109/2015 que institui medidas de contenção de despesas em atendimento às necessidades do Município para encerramento do exercício;

Considerando o inciso IV do art. 7º da Lei 3.149/2014, que alterou a Lei nº 2.178/1999;

Considerando o memorando nº 16/2015, encaminhado pela Secretaria da Educação com a justificativa de que não há mais

necessidade da prestação de serviços da servidora, já que houve retorno da servidora titular da vaga ao trabalho;

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, a contar de 10 de setembro de 2015, Jaqueline Cristina Alves, matrícula nº 410100/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, vinculada à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 10 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1219/2015

PORTARIA Nº 1219, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015
Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 10 de setembro de 2015 a 07 de janeiro de 2016, conforme atestado médico, à servidora Salete Joceli de Freitas, matrícula nº 399566/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de setembro de 2015.

Capinzal, SC, em 10 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1220/2015

PORTARIA Nº 1220, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015
Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Leonice Salete Deitos, matrícula nº 313262/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência F, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 15 de setembro de 2015 a 31 de março de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 15 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1222/2015

PORTARIA Nº 1222, DE 16 DE SETEMBRO DE 2015
Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade Especial, pelo período de 16 de setembro a 14 de novembro de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 2001/2015, da servidora Tatiane da Costa, matrícula nº 407510/01, ocupante do cargo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 16 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 16 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1224/2015

PORTARIA Nº 1224, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015
Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Ana Paula Franceschi Savariz, matrícula nº 326461/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Informática, nível 231, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 231, referência E do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 18 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1225/2015

PORTARIA Nº 1225, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Ivanice Wirth Zastrow, matrícula nº 329479/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 18 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1226/2015

PORTARIA Nº 1226, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Loire Fatima de Azeredo Stempcosqui, matrícula nº 323799/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, nível 30, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 30, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 18 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1227/2015

PORTARIA Nº 1227, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Luciane da Silva Lima, matrícula nº 331007/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência C, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência D do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 18 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1228/2015

PORTARIA Nº 1228, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Josimari Dondoni do Amaral, matrícula nº 330086/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 18 de setembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1229/2015

PORTARIA Nº 1229, DE 18 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Progressão por Merecimento a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento ao servidor Ildo Ferrari, matrícula nº 310719/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de ônibus do Transporte Coletivo, nível 185, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 185, referência F do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 18 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1231/2015

PORTARIA Nº 1231, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 3127/2015, Debora Fernanda da Silva Amalcaburio, matrícula nº 327700/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 21 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

portaria 1232/2015

PORTARIA Nº 1232, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Patricia Massarolo, matrícula nº 407453/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para substituir Salete Joceli de Freitas, que está em Licença Maternidade.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 14 de setembro a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 14 de setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 21 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1233/2015

PORTARIA Nº 1233, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Fernanda Deisi Ramos Bittencourt, matrícula nº 328634/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar em eventuais substituições a professores nos Centros Municipais de Educação Infantil Pinguinho de Gente e Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante sete (07) dias no mês de setembro.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 21 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1234/2015

PORTARIA Nº 1234, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Tatiane Pereira Dias, matrícula nº 333832/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante dez (10) dias no mês de setembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 21 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1235/2015

PORTARIA Nº 1235, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 3177/2015, Ademir Cordeiro dos Santos, matrícula nº 410098/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 21 de setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 21 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1236/2015

PORTARIA Nº 1236, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3178/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Sidnei Marcos Surdi, matrícula nº 319058/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência H, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 01 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1242/2015

PORTARIA Nº 1242, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade Especial, pelo período de 26 de setembro a 24 de novembro de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 2441/2015, da servidora Rejane Lourdes

Bevilaqua Durigon, matrícula nº 332747/01, ocupante do cargo de Escriturário, nível 153, referência B, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 26 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 25 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1245/2015

PORTARIA Nº 1245, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2015 e nos termos do contrato nº 1245/2015, Luciana Aparecida Bandeira Ottonelli Cesa, matrícula nº 190330/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de setembro de 2015.

Capinzal - SC, em 25 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 1246/2015

PORTARIA Nº 1246, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 3095/2015, Nathana Schneider Slonski, matrícula nº 407455/02, ocupante do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 28 de setembro de 2015.

Capinzal – SC, em 28 de setembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.105 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.105/15 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

“AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO DECORRER DO EXERCÍCIO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.478/14 de 16 de Dezembro de 2014, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 15.300,00 (Quinze mil e trezentos reais), na seguinte Dotação Orçamentária.

| | | | | |
|------------|------|--|-----|-----------|
| ÓRGÃO | 30 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| UNID. ORÇ. | 3001 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| | 244 | ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA | | |
| | | Aquisição de Bens Móveis e Imóveis | | |
| | 152 | DESPESAS DE CAPITAL (4490) Rec. Conv. Assistência Social | R\$ | 15.300,00 |

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Arrecadação através de Recursos de Convênio do Acesso Suas e IGD/PBF, no exercício de 2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 15 de outubro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 15/10/2015.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

LEI 1.366/2015

LEI Nº 1.366/2015.

"dispõe sobre a contrapartida do município no programa minha casa minha vida E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal votou e aprovou, e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar 39 lotes urbanos do Loteamento Popular implantado sobre parte da área de terras de que trata a matrícula nº 97.773, do Registro Imobiliário da Comarca de Chapecó, aos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida selecionados pelo Serviço Social do Município.

Parágrafo primeiro - A doação citada no caput é a contrapartida do Município no referido programa, em complementação à subvenção da União Federal, em atendimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 547, de 28 de novembro de 2011, do Ministério das Cidades, e a Cláusula Segunda, Item 1, do Termo de Acordo e compromisso nº 5/2012, firmado com a COHAB/SC – Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo segundo – O loteamento popular referido no caput se encontra em fase de registro perante o registro imobiliário da comarca de Chapecó, cujos lotes estão identificados no mapa e memorial descritivo que acompanha a presente lei como se nela estivessem transcritos.

Art. 2º. As doações incluem as casas construídas com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida 2, e de programas habitacionais futuros, e serão efetivadas após o Registro dos Loteamentos e averbação das casas perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, por meio de Escritura Pública de Doação, contendo compromisso dos donatários no sentido de utilizar o imóvel somente para fins residenciais; proibição de venda, empréstimo, permuta, locação e/ou cessão, a qualquer título, pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data início da ocupação, e cláusula de reversão em favor do município, nos seguintes casos:

- a) desistência ou abandono do imóvel por parte do beneficiário, antes de completar 10 (dez) anos de efetiva ocupação;
- b) utilização do imóvel para fins comerciais ou qualquer outro fim que não seja a moradia do beneficiário e seus dependentes;
- c) fazer modificações e/ou alterações na casa, construir cercas ou muros, sem autorização expressa do município, ou em desacordo com os padrões e orientações do Setor de Engenharia da Prefeitura;
- d) venda, empréstimo, locação ou permuta, por meio de contrato de gaveta, mediante constatação do Serviço Social, de que houve troca não autorizada dos moradores;
- e) Outras situações previstas na legislação em vigor e em regulamento.

§ 1º. Os imóveis que retornarem ao município em função da cláusula de reversão serão destinadas a outras famílias carentes/necessitadas, selecionadas pelo Serviço Social, de acordo com os

critérios estabelecidos pelo respectivo programa, e pelas diretrizes da Lei Orgânica de Assistência Social.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, além das políticas públicas e atendimento institucional de praxe, designará Assistente Social para prestar orientações permanentes e específicas, estimular e dar suporte à organização do núcleo habitacional e prestar informações ao Conselho Municipal de Habitação e ao Chefe do Poder Executivo, na periodicidade que lhe forem solicitadas.

§ 3º. As demais questões pertinentes à ocupação dos imóveis serão objeto de regulamentação própria formulada conjuntamente pelo Serviço Social do Município e Conselho Municipal de Habitação, que deverá ser encaminhada para homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de 120 (cento e vinte dias).

Art. 3º. As questões atinentes à transmissão causa mortis, antes do prazo regulamentar de 10 (dez) anos de efetiva ocupação, obedecerão às disposições do Código Civil Brasileiro.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 15 de outubro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

LEI 1.367/2015

LEI Nº 1.367/2015

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2015 DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 28.138,75 (Vinte e oito mil, cento e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), distribuídos nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL

Órgão: 03.00 – SECRETARIA MUNIC. DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 - Departamento de Administração

Função: 04 – Administração

Subfunção: 182 – Defesa Civil

Programa: 003 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atividade: 2.004 – Manutenção Geral da Defesa Civil Municipal

Modalidade/Recurso: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.24 Aplicações Diretas/ Transferências de Convênios - Outros

Valor: 28.138,75 (Vinte e oito mil, cento e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos)

Art. 2º. - Para fazer frente às suplementações de que trata o art. 1º desta Lei, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de

Arrecadação na Fonte de Recursos DR 01.24 – Transferências de Convênios – Outros, Convênio nº TR 1281/2015 – SDR Chapecó.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul-SC, 15 de outubro de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

NOTA ANULAÇÃO 46/2015

| |
|---|
| Estado de Santa Catarina |
| MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL |
| NOTA ANULAÇÃO |
| Processo Adm. Nº.: 46/2015 |
| Edital: Pregão Presencial Nº.: 05/2015 |
| Tipo: Menor Preço/Preço Global. |
| Objeto: EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO AFÁLTICA NAS RUAS ALMIRANTE BAROSO E SANTA CATARINA, NUM TOTAL DE 4.873,40 M², ATRAVÉS DE EXECUÇÃO INDIRETA PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO Nº4.819/15, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS DESTA EDITAL - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO FUNDAM. |
| Motivo: A ÚNICA EMPRESA PARTICIPANTE APRESENTOU PROPOSTA COM VALORES ACIMA DO PREÇO MÁXIMO ORÇADO E ADMITIDO PARA O OBJETO. |
| O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12h00min às 18h00min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br . |
| CAXAMBU DO SUL, 15 DE OUTUBRO DE 2015. |
| VILMAR FOPPA |
| PREFEITO MUNICIPAL |

NOTA ANULAÇÃO 47/2015

| |
|---|
| Estado de Santa Catarina |
| MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL |
| NOTA ANULAÇÃO |
| Processo Adm. Nº.: 47/2015 |
| Edital: Pregão Presencial Nº.: 06/2015 |
| Tipo: Menor Preço/Preço Global. |
| Objeto: EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO AFÁLTICA NO PROLONGAMENTO DA RUA DEMÉTRIO ALVES DA SILVA, ACESSO A LINHA DOM JOSÉ NUMA ÁREA DE 6.000,00 M², ATRAVÉS DE EXECUÇÃO INDIRETA PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO Nº4.281/14, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS DESTA EDITAL – MANUTENÇÃO CONVÊNIO FUNDAM. |
| Motivo: A ÚNICA EMPRESA PARTICIPANTE APRESENTOU PROPOSTA COM VALORES ACIMA DO PREÇO MÁXIMO ORÇADO E ADMITIDO PARA O OBJETO. |
| O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12h00min às 18h00min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br . |
| CAXAMBU DO SUL, 15 DE OUTUBRO DE 2015. |
| VILMAR FOPPA |
| PREFEITO MUNICIPAL |

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 113, DE 15.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 113, DE 15.10.2015

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais do Município de Chapadão do Lageado - SC .

CONSIDERANDO o transcurso do Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro;

CONSIDERANDO as disposições do Art. 143 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

O PREFEITO MUNICIPAL do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal e de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município e art. 143 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o ponto no dia 03 de novembro de 2015 (terça-feira), em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, em virtude da transferência das comemorações alusivas ao "Dia do Servidor Público", comemorado em 28 de outubro.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo, os serviços emergenciais e inadiáveis, em todos os órgãos da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 105, de 08.10.2015 e demais disposições em contrários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 15 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 114, DE 15.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 114, DE 15.10.2015

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 194.957,00, (cento e noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e sete reais), das seguintes dotações do orçamento vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
05 – Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.003 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMIN. E PLANEJAMENTO R\$ 3.455,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
05 – Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.71.00.00.00.00.00 – Transferência de Consorcio Publico
2.003 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMIN. E PLANEJAMENTO R\$ 2.000,00

04 – Secretaria da Fazenda
04 – Secretaria da Fazenda
04 – Administração
123 – Administração Financeira
02 – Administração Financeira
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.005 - MANUTENCAO/PESSOAL SECRETARIA DA FAZENDA R\$ 5.000,00

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361 – Ensino Fundamental
06 – Educação Para Todos
114 – Transferência do FUNDEB 40%
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.016 -MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL R\$ 20.000,00

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
365 – Educação Infantil
06 – Educação Para Todos
110 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.017 -MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO INFANTIL R\$ 70.000,00

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
365 – Educação Infantil
06 – Educação Para Todos
114 – Transferência do FUNDEB 40%
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.017 -MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO INFANTIL R\$ 23.000,00

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
03 – Divisão de Esportes
27 – Desporto e Lazer
812 – Desporto Comunitário
08 – Esporte é Vida
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.019 -MANUTENCAO / PESSOAL

..... R\$ 1.000,00

07 – Secretaria da Agricultura

01 – Divisão Agricultura

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

14 – Agricultura Sustentável

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.063 - MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA, COM VEÍCULOS PARA ASSISTENCIA TECNICA

..... R\$ 1.302,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e serviços

03 – Divisão de Obras

15 – Urbanismo

13 – Urbanismo

452 – Serviços Urbanos

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.092 MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

..... R\$ 9.001,00

10 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo

01 – Divisão do Meio Ambiente

18 – Gestão Ambiental

541 – Preservação e Conservação Ambiental

11 – Gestão Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.076 - MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

..... R\$ 4.200,00

10 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo

03 – Fundo Municipal de Saneamento

17 – Saneamento

512 – Saneamento Básico Urbano

11 – Gestão Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.050 - MANUTENÇÃO / PESSOAL

..... R\$ 999,00

12 – Gabinete do Prefeito e Vice

02 – Gabinete do Prefeito e Vice

04 – Administração

122- Administração Geral

03 – Gestão Administrativa Superior

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.002 - MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE

..... R\$ 15.000,00

12 – Gabinete do Prefeito e Vice

02 – Gabinete do Prefeito e Vice

04 – Administração

122- Administração Geral

03 – Gestão Administrativa Superior

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.002 - MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE

..... R\$ 30.000,00

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

06 – Educação Para Todos

110 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.015 -MANUTENCAO DO PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR

..... R\$ 10.000,00

Art.2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 194.957,00, (cento e noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e sete reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

365 –Educação Infantil

06 – Educação Para Todos

113 – Transferência do FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.017 -MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO INFANTIL

..... R\$ 93.000,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

05 – Administração Geral

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.003 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMIN. E PLANEJAMENTO

..... R\$ 5.455,00

04 – Secretaria da Fazenda

04 – Secretaria da Fazenda

04 – Administração

123 – Administração Financeira

02 – Administração Financeira

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.005 - MANUTENCAO/PESSOALSECRETARIA DA FAZENDA

..... R\$ 5.000,00

05 – Secretariade Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

06 – Educação Para Todos

113 – Transferência do FUNDEB 60%

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.016 -MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL

..... R\$ 20.000,00

05 – Secretariade Educação, Cultura e Esportes

03 – Divisão de Esportes

27 – Desporto e Lazer

812 – Desporto Comunitário

08 – Esporte é Vida

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.019 -MANUTENCAO / PESSOAL

..... R\$ 1.000,00

07 – Secretaria da Agricultura

01 – Divisão Agricultura

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

14 – Agricultura Sustentável

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.063 - MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA, COM VEÍCULOS

PARA ASSISTENCIA TECNICA R\$ 1.302,00

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e serviços

03 – Divisão de Obras

15 – Urbanismo

452 – Serviços Urbanos

13 – Urbanismo

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.092 – MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 9.001,00

10 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo

01 – Divisão do Meio Ambiente

18 – Gestão Ambiental

541 – Preservação e Conservação Ambiental

11 – Gestão Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.076 – MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO R\$ 4.200,00

10 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo

03 – Fundo Municipal de Saneamento

17 – Saneamento

512 – Saneamento Básico Urbano

11 – Gestão Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.050 – MANUTENÇÃO / PESSOAL R\$ 999,00

12 – Gabinete do Prefeito e Vice

02 – Gabinete do Prefeito e Vice

04 – Administração

122- Administração Geral

03 – Gestão Administrativa Superior

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.002 – MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE R\$ 45.000,00

05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

01 – Divisão de Ensino

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

06 – Educação Para Todos

120 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.015 – MANUTENCAO DO PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 15 de outubro de 2015.

José Bráulio Inácio

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 115, DE 15.10.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 115, DE 15.10.2015

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0627, de 17.12.2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

09 – Saúde para Todos

101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.

3.3.71.00.00.00.00.00 – transferência a Consórcios Públicos

2021 – MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE R\$ 2.460,00

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

09 – Saúde para Todos

101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.

4.4.90.00.00.00.00.00 – transferência a Consórcios Públicos

2021 – MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE R\$ 340,00

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

09 – Saúde para Todos

101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.

3.1.90.00.00.00.00.00 – transferência a Consórcios Públicos

2021 – MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE R\$ 20.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

09 – Saúde para Todos

101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.

3.3.71.00.00.00.00.00 – transferência a Consórcios Públicos

2021 – MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE R\$ 2.460,00

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

09 – Saúde para Todos

101 – Receitas de Impostos e Transferência de Impostos.

3.3.90.00.00.00.00.00 – transferência a Consórcios Públicos

2021 – MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE R\$ 20.340,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado 15 de outubro de 2015.

José Bráulio Inácio

Prefeito Municipal

ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

Comunicamos através deste, a quem interessar possa a Errata do Extrato do Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 08/2015 - PM, que foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, na edição nº 1794, página 94, no dia 29 de julho de 2015.

Onde lia-se: Extrato do Segundo Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 08/2015

Passa a ler-se: Extrato do Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 08/2015.

Chapadão do Lageado, 07 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2015

Nº. da Ata: 8/2015.

Processo Licitatório nº 19/2015 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88, no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013, no art. 4º, inciso IV, do Decreto n. 068/2013 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o valor do preço do Item – 1 da Ata de Registro de Preço n. 8/2015, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 4.130,00 (quatro mil, cento e trinta reais), conforme demonstrado no quadro abaixo:

| Item | Descrição | Quant. executada | Quant. pendente | Valor unit. Registrado | Valor Unitário Revisto 01/07/2015 | Valor Total da quant. Pendente (valor 1º aditivo) | Valor unit. Revisto | Valor Total da quant. Pendente (valor revisto) | Impacto Financeiro |
|------|------------------|------------------|-----------------|------------------------|-----------------------------------|---|---------------------|--|--------------------|
| 1 | Óleo Diesel S 10 | 66.000 litros | 59.000 litros | R\$ 2,77 | R\$ 2,80 | R\$ 165.200,00 | R\$ 2,87 | R\$ 169.330,00 | R\$ 4.130,00 |

*Os valores aditivados estão de acordo com os percentuais de aumento ocorridos no mercado nacional de combustíveis, conforme demonstrado no processo anexo.

DATA DA ASSINATURA: 07 de outubro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA 375/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 375/2015

- CONSIDERANDO a apresentação do Atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e suas alterações,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Licença Maternidade a servidora pública, DANIELA KRAUS, ocupante do cargo de Professora ACT - 20 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por 120 (cento e vinte) dias, conforme consta em Atestado Médico, pelo período de 14.10.15 a 10.02.16.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 15 de outubro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

RGF 1º QUADRIMESTRE 2015

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE COCAL DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

| DESPESAS COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|---|---|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 22.192.904,25 | 0,00 |
| Pessoal Ativo | 21.540.313,50 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionista | 652.590,75 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 726.292,75 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 726.292,75 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 21.466.611,50 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 39.826.354,19 | - |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b) | 21.466.611,50 | 53,90 |
| LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 21.506.231,26 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 20.430.919,70 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 19.355.608,14 | 48,60 |

FONTE:

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

| <u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) | 3.411.033,40 | 3.145.257,96 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 3.411.033,40 | 3.145.257,96 | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 3.411.033,40 | 3.145.257,96 | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (II) | 1.564.532,90 | 3.224.727,13 | — | — |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 2.031.811,13 | 4.924.771,53 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 467.278,23 | 1.700.044,40 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II) | 1.846.500,50 | -79.469,17 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 39.773.396,88 | 39.826.354,19 | 0,00 | 0,00 |
| % da DC sobre a RCL [(I) / RCL] | 8,58% | 7,90% | | |
| % da DCL sobre a RCL [(III) / RCL] | 4,64% | -0,20% | | 0,00% |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120% | 47.728.076,26 | 47.791.625,03 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108% | 42.955.268,63 | 43.012.462,53 | 0,00 | 0,00 |

| <u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|--|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII) | 3.411.033,40 | 3.145.257,96 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA DE PPP (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) | 1.215.669,67 | 1.183.140,09 | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Sociais | 1.215.669,67 | 1.183.140,09 | 0,00 | 0,00 |
| Previdenciárias | 252.541,27 | 249.187,43 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Contribuições Sociais | 963.128,40 | 933.952,66 | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Com Instituição Não Financeira | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII) | 719.157,31 | 627.213,51 | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 719.157,31 | 627.213,51 | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII) | 1.476.206,42 | 1.334.904,36 | 0,00 | 0,00 |

| <u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u> | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEPÓSITOS | 55.815,97 | 105.999,78 | 0,00 | 0,00 |
| RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 0,00 | 10.517.449,28 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015

Continuação 2/2

| OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|--|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| REGIME PREVIDENCIÁRIO | | | | |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Passivo Atuarial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a pagar processados (exceto precatórios) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

| GARANTIAS CONCEDIDAS | SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015 | | |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| EXTERNAS (I) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (II) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 39.773.396,88 | 39.826.354,19 | 0,00 | 0,00 |
| % do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL | 0,00 | 0,00 | | |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22% | 8.750.147,31 | 8.761.797,92 | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8% | 7.875.132,58 | 7.885.618,13 | 0,00 | 0,00 |
| CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS | | | | |
| | | Até o 1º Quadrimestre | Até o 2º Quadrimestre | Até o 3º Quadrimestre |
| EXTERNAS (V) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| INTERNAS (VI) | | | | |
| Aval ou Fiança em operações de crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Garantias nos Termos da LRF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| MEDIDAS CORRETIVAS: | | | | |

FONTE:

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR REALIZADO | |
|---|-------------------------------|--------------------------------------|
| | No Quadrimestre de referência | Até o Quadrimestre de referência (a) |
| SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) | 23.793,57 | 23.793,57 |
| Mobiliária | 0,00 | 0,00 |
| Interna | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 23.793,57 | 23.793,57 |
| Interna | 23.793,57 | 23.793,57 |
| Abertura de Crédito | 23.793,57 | 23.793,57 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Derivadas de PPP | 0,00 | 0,00 |
| Demais Aquisições Financiadas | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Demais Antecipações de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Externa | 0,00 | 0,00 |
| Abertura de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro | 0,00 | 0,00 |
| Antecipação de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Pela Venda a Termo de Bens e Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Demais Antecipações de Receita | 0,00 | 0,00 |
| Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 |
| NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) | 0,00 | 0,00 |
| Parcelamentos de Dívidas | 0,00 | 0,00 |
| De Tributos | 0,00 | 0,00 |
| De Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 |
| Previdenciárias | 0,00 | 0,00 |
| Demais Contribuições Sociais | 0,00 | 0,00 |
| Do FGTS | 0,00 | 0,00 |
| Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial | 0,00 | 0,00 |
| Programa de Iluminação Pública - RELUZ | 0,00 | 0,00 |
| Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite | 0,00 | 0,00 |
| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES | VALOR | % SOBRE A RCL |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL | 39.826.354,19 | — |
| OPERAÇÕES VEDADAS | 0,00 | 0,00 |
| DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III) | 0,00 | 0,00 |
| DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III) | 23.793,57 | 0,06 |
| LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS | 6.372.216,67 | 16,00 |
| LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4% | 5.734.995,00 | 14,40 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 0,00 | 0,00 |
| LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA | 2.787.844,79 | 7,00 |
| TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa) | 23.793,57 | 0,06 |

FONTE:

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

| RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") | | | | | | | | | | R\$ 1,00 |
|--|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|------|---|-------------------------------|---|---|---|-----------------------------|
| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | |
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | (c) | | | | | | |
| | | | | | | | | | | (b) |
| (a) | | | | | | | | | | (f) = (a - (b + c + d + e)) |
| Contribuição Intervenção do Domínio Econômico-CIDE Convênio de transporte de alunos do ensino médio. CONVÊNIO SEF - FMAS Convênio Transito - Polícia Civil Convênio Transito - Prefeitura Convênio Transito-Polícia Militar Superavit Financ Fundo Especial do Petróleo OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS - OUTROS PROGRAM Outras Transferencias de Recursos do Fundo de Assistência Soc OUTROS Outros Recursos da União - Vinculado Outros Recursos do FNDE Recurso - Assistência ao Deficiente Recurso -Conv. União Recurso Pavimentação Recurso- Merenda Escolar Recursos de Convênios - Estado/Educação RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNA Recursos Alienação de Bens - FMS Recursos Alienação de Bens - FMS Recursos CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Recursos CAPS-SUS/União Recursos Convênio Transito - Polícia Civil Recursos Convênio Transito - Polícia Militar Recursos Convênios - Estado/Outros Recursos Convênios Estaduais Superávit Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 0,00 | 0,00 | | | | | | | | | |

Continua 1/8

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/8

R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|--|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|---|-------------------------------|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | | |
| Recursos Convênios Federais -Superávit Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Convênios União | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Convênios União - Superávit Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos da Alienação de Bens - Fundac | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos da Assistência Farmacêutica Básica-SUS/União | 12.264,62 | 0,00 | 6.524,00 | 0,00 | 0,00 | 5.740,62 | 3.808,00 | 0,00 |
| Recursos da CIDE | 201,59 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 201,59 | 1.998,12 | 0,00 |
| Recursos da Contribuição p/ Iluminação Publica - COSIP | 42.447,07 | 0,00 | 44.080,39 | 0,00 | 0,00 | (1.633,32) | 358.798,69 | 0,00 |
| Recursos da Saude Bucal - SUS/União | 0,00 | 0,00 | 3.561,14 | 0,00 | 0,00 | (3.561,14) | 757,69 | 0,00 |
| Recursos da União - Saude (v) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos da Vigilância em Saude - SUS/União | 60.975,31 | 0,00 | 3.085,59 | 0,00 | 142,25 | 57.747,47 | 16.239,67 | 0,00 |
| Recursos de Alienação de Bens - FMAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Alienação de Bens - Vinculados a Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Alienações Bens - Outros Programas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Alienações de Bens - FUNDAC | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Alienações de Bens - Vinculados a Educação Básic | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Alienações de Bens Destinados a Outros Programa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Convênios União | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Convênios - Estado/Outros | 785.502,75 | 0,00 | 4.793,15 | 0,00 | 206,85 | 780.502,75 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Convênios - SUS/Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Convênios - União/Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 179.714,66 | 0,00 |
| Recursos de Convênios - União/Educação | 39.114,18 | 0,00 | 100.205,72 | 0,00 | 1.877,05 | (62.968,59) | 433.879,79 | 0,00 |
| Recursos de Convênios - União/Outros | 563.750,45 | 0,00 | 437.254,81 | 0,00 | 0,00 | 126.495,64 | 4.603.698,62 | 0,00 |
| Recursos de Convênios com o Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Convênios Estado/Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Convênios União/Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 665,20 | (25.030,00) | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Convênios União/Saude | 4.923,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.923,70 | 271.647,67 | 0,00 |
| Recursos de Convênios- União/Assistência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 2/8

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

| RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a')) | | | | | | | | | | Continuação 3/ | R\$ 1,00 |
|--|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|------|---|-------------------------------|--|---|---|----------------|----------|
| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) | | |
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | (e) | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | (a) | (b) |
| Recursos de Convênios- União/Assistência Social | 211,616,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 211,616,66 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos de Op. de Crédito Internas - Educação Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos de Operações de Crédito - FMAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos de Operações de Crédito Internas - Outros Programas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos de Outras Transf. do FNDE | 26,996,30 | 0,00 | 9,461,25 | 0,00 | 0,00 | 17,535,05 | 359,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| RECURSOS DE RECEITAS - SUPERÁVIT FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos de Serviços em Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos de Taxas Vigilância Sanitária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos Diretamento Arrecadados-Serviços de Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Fia - Imposto de Renda | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do FNDE - PNAE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Fundeb - 60% Fundamental | 94,293,32 | 0,00 | 3,813,60 | 0,00 | 0,00 | 90,479,72 | 1,892,14 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Fundeb - 60% Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Fundeb 40% | 0,00 | 0,00 | 660,00 | 0,00 | 0,00 | (660,00) | 5,280,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Fundeb 40% | 7,401,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7,401,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Fundo Especial do Petróleo | 8,298,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8,298,16 | 8,483,76 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Fundo Municipal da Cidade | 36,792,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 36,792,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Fundo Municipal da Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Fundo Municipal do Idoso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Incentivo Estadual aos ESF's-SUS/Estado | 3,260,78 | 0,00 | 455,21 | 0,00 | 9,31 | 2,796,26 | 41,644,27 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do PAB - SUS/União | 67,603,90 | 0,00 | 22,663,92 | 0,00 | 107,56 | 44,832,42 | 36,388,83 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do PDDE - FNDE | 1,292,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1,292,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do PNAE - FNDE | 18,774,70 | 0,00 | 17,850,32 | 0,00 | 202,75 | 721,63 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do PNATE - FNDE | 18,445,75 | 0,00 | 1,792,64 | 0,00 | 0,00 | 16,653,11 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Programa PMAQ - SUS/União | 0,00 | 0,00 | 4,599,49 | 0,00 | 24,21 | (4,623,70) | 24,772,47 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Salário Educação | 171,401,95 | 0,00 | 27,018,78 | 0,00 | 371,51 | 144,011,66 | 173,327,14 | 0,00 | 0,00 | | |
| Recursos do Salário Educação - Superávit Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/8

Continua 3/8

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 4/8

R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|--|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|---|-------------------------------|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | | |
| Recursos do SUAS - Estado | 8.753,07 | 0,00 | 275,00 | 0,00 | 1,00 | 8.477,07 | 930,59 | 0,00 |
| Recursos do SUAS - União | 15.688,03 | 0,00 | 3.100,73 | 0,00 | 13,50 | 12.573,80 | 20.784,85 | 0,00 |
| Recursos do SUAS Estado - SST/FEAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 573,71 | 0,00 |
| Recursos do SUAS/União - Bolsa Família | 0,00 | 0,00 | 415,24 | 0,00 | 0,00 | (415,24) | 377,70 | 0,00 |
| Recursos do SUAS/União - SCFV | 0,00 | 0,00 | 2.622,59 | 0,00 | 1,33 | (2.623,92) | 1.588,32 | 0,00 |
| Recursos do SUS - Atenção Básica em Saúde. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos do SUS- Assistência Farmacêutica Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos do SUS- Atenção Básica- Super.Financeiro. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos do SUS- Outros Recursos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos do SUS/União - Assist. Farm. Básica | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos do SUS/União - PAB | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos do SUS/União - Vigilância em Saúde | 0,00 | 0,00 | 1.009,31 | 0,00 | 12,90 | (1.022,21) | 1.266,74 | 0,00 |
| Recursos do SUS/União Programa PMAQ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 41,70 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOIRO - CONTRIB. SALARIO EDUCACAO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOIRO - FUNDO RESSARC.ESTADOS EX | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOIRO - ICMS - MUNICIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOIRO - IPVA - MUNICIPAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOIRO - OPER. DE CREDITOS EXTERNA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOIRO - OPER. DE CREDITOS INTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOIRO - RECURSOS DE CONVENIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOIRO - RECURSOS DE CONVENIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos FIA - Demais Recursos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos FIA - Imposto de Renda | 20.952,99 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 20.952,99 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos FNAS - Creche | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos FNAS - Programa Bolsa Família/IGD | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos FNAS - Programa Pessoa Idosa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos FNAS - Programa PETI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 4/8

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

| RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a')) | | Continuação 5/8 | | | | | R\$ 1,00 | |
|--|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|---|-------------------------------|---|---|---|
| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | (a) | | | | | | | |
| Recursos FNAS - Programa Portadores de Deficiência | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos FNAS - Programa PPD | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Fundeb - 60% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Fundeb 40% | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Fundeb 40% - Superávit Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Fundeb 40% Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos MAC - SUS/União | 0,00 | 0,00 | 11.488,19 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.867,13 |
| Recursos MAC - SUS/União | 115.605,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 29,87 | 115.575,64 | 0,00 |
| Recursos NASF-SUS/União | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários - Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários Municipais - Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários Municipais - Saúde, | 4.122,69 | 0,00 | 148.882,78 | 0,00 | 0,00 | 11.997,02 | (160.879,80) | 464.335,19 |
| Recursos Ordinários Municipais - Saúde | 0,00 | 0,00 | 157.863,50 | 0,00 | 0,00 | 28.005,67 | (181.746,48) | 228.986,20 |
| Recursos Ordinários Municipais - Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS OUTRAS FONTES - AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇOE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS OUTRAS FONTES - OPER. CREDITOS INTERNA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS OUTRAS FONTES - RECURSOS DE CONVENIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos para a Educação/Estado | 21,07 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21,07 | 11.918,56 |
| Recursos Programa Erradicação Trabalho Infantil - PETI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Programa Bolsa Família | 19.697,51 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 19.697,51 | 0,00 |
| Recursos Programa Portadores de Deficiência-PPD | 2.343,97 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.343,97 | 0,00 |
| Recursos Programa Saude Bucal -SUS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Próprios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Salário Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos SUS - Outros Recursos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos SUS - UNIÃO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos SUS Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 5/8

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 6/8
R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) $(f) = (a - (b + c + d + e))$ | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|--|--------------------------------|--------------------------------------|--------------|------|---|-------------------------------|--|---|---|
| | | | | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | Restos a Pagar Exercícios Anteriores | Do Exercício | (c) | | | | | |
| | (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | | | | |
| Recursos SUS Outros Recursos-Superávit Financeiro. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos SUS/ União - Gestão em Saúde. | 6.743,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.743,89 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos SUS/Estado - Assist. Farm. Básica | 0,00 | 0,00 | 5.741,00 | 0,00 | 0,00 | (5.741,00) | 8.863,40 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos SUS/Estado - Cofinanciamento ESF'S | 0,00 | 0,00 | 200,00 | 0,00 | 0,00 | (200,00) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos SUS/União - IMAC | 0,00 | 0,00 | 222,65 | 0,00 | 0,00 | (222,65) | 155,41 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos SUS/União Gestão de Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.655,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados Estaduais - PMC | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados Estadual - Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados Federais - Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados Federais - PMC | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Vinculados Federal - Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transf. Convênios com o Estado | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transf. FNDE - PNAE/PNAC/PNAP - Superávit Financ. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO - AUXÍLIOS E CONTRIB. | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. EXTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO - OPER. CRED. INTERNAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS DE CONVENIO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO - RECURSOS ORDIN.VNCU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transf.Diretas do FNDE referente Apoio a Creche | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transf.Diretas do FNDE referentes ao PNATE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferencia de Convênios - Saúde | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferencia Recursos - DEFICIENTES | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferencia Recursos - IDOSO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferencias de Convênios - Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Recursos do FNS - Saúde Bucal | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TRANSPORTE ESCOLAR ESTADUAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 6/8

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 7/8

R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|---|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|------|---|-------------------------------|---|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | (c) | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| (a) | (b) | (c) | (d) | (e) | (f) = (a - (b + c + d + e)) | | | | |
| TRANSPORTE ESCOLAR-PNATE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I) | 2.493.746,18 | 0,00 | 1.049.307,70 | 0,00 | 43.781,48 | 1.400.657,00 | 6.930.670,68 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos dos Estados - Corrente | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Convênios União - Superávit Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos da União - Saúde (o) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DE RECEITAS - SUPERAVIT FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos de Taxas Vigilância Sanitária | 18.043,13 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 18.043,13 | 2.974,32 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos do Fundo Especial da Procuradoria do Município - FEF | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS DO TESOURO - ORDINARIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários FUNDAC- Superávit Financeiro | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 0,00 | 0,00 | 900,99 | 0,00 | 0,00 | (900,99) | 17.311,25 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 18.169,38 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11,57 | 18.157,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS ORDINARIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários - Fundac | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS CAMARA MUNICII | 154.281,46 | 0,00 | 1.810,31 | 0,00 | 1.400,06 | 151.071,09 | 699.657,95 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS MUNICIPAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários - Samae | 203.071,54 | 0,00 | 1.787,55 | 0,00 | 1.011,86 | 200.272,13 | 535.524,69 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários - Super. Financeiro - FUNDAC | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECURSOS ORDINARIOS - SUPERAVIT FINANCEIRO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários da Prefeitura | 0,00 | 14.676,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | (14.676,50) | 430.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários da Prefeitura - FUNDAC | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários da Prefeitura - FIMAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários da Prefeitura - FIMS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos Ordinários Municipais - Educação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 7/8

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2015/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 8/8
R\$ 1,00

| IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS | DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA | OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS | | | | | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e)) | RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO | EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA) |
|--|--------------------------------|---------------------------------------|--------------|------|---|-------------------------------|--|---|---|
| | | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos | | | Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores | Demais Obrigações Financeiras | | | |
| | | De Exercícios Anteriores | Do Exercício | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Recursos Ordinários Municipais | 1.955.961,51 | 0,00 | 631.561,35 | 0,00 | 59.794,81 | 1.264.605,35 | 1.901.310,39 | 0,00 | |
| RECURSOS OUTRAS FONTES - DIRETAMENTE ARRECADADAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| RECURSOS OUTRAS FONTES - SAMAE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| RECURSOS OUTRAS FONTES - SAMAE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| RECURSOS OUTRAS FONTES - SAMAE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| RECURSOS VINCULADOS - ORÇAMENTOS MUNICIPAIS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Recursos Vinculados Estaduais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Sem Recurso | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Superávit Financeiro - Recursos Ordinários - Samae | 81.498,33 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 81.498,33 | 0,00 | 0,00 | |
| TRANSF. RECURSOS TESOURO - ORDINÁRIOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Transferência de Recursos-Programa Sentinela | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II) | 2.431.025,35 | 14.676,50 | 636.060,20 | 0,00 | 62.218,30 | 1.718.070,35 | 3.586.778,60 | 0,00 | |
| TOTAL (III) = (I + II) | 4.924.771,53 | 14.676,50 | 1.685.367,90 | 0,00 | 105.999,78 | 3.118.727,35 | 10.517.449,28 | 0,00 | |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹ | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE COCAL DO SUL

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Quadrimestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|--|---|
| Receita Corrente líquida | 39.826.354,19 |
| DESPESAS COM PESSOAL | % SOBRE A RCL |
| Despesa Total com Pessoal - DTP | 21.466.611,50 53,90 |
| Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=> | 21.506.231,26 54,00 |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=> | 20.430.919,70 51,30 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA | % SOBRE A RCL |
| Dívida Consolidada Líquida | -79.469,17 -0,20 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 47.791.625,03 120,00 |
| GARANTIA DE VALORES | % SOBRE A RCL |
| Total das Garantias Concedidas | 0,00 0,00 |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal | 8.761.797,92 22,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | % SOBRE A RCL |
| Operações de Crédito Externas e Internas | 23.793,57 0,06 |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 0,00 0,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas | 6.372.216,67 16,00 |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita | 2.787.844,79 7,00 |
| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO |
| | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
| Valor Total | 9.817.791,33 2.966.256,20 |

FONTE:

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ADENDO 01 AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2015 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Educação, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Aquisição de equipamentos de informática, eletrodomésticos, para escritório e de comunicação, com Recursos Próprios, Federais (salário educação), Estaduais (CREAS Investimento), conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital, foi alterado.

Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, permanece para a mesma data dia 05 de Novembro 2015, até as 08:15 horas, sendo que a sessão de abertura da licitação permanece para o dia 05 de Novembro de 2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br e na home Page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 15 de Outubro de 2014.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2015 – PMC

Objeto: aquisição de troféus para premiação dos participantes do 5º encontro de Antigomobilistas evento que faz parte do Sonho de Natal de Concórdia nos dias 5 e 6 de dezembro 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 10/11/2015.

Abertura: dia 10/11/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 15 de outubro de 2015.

JOSÉ ANTONIO SARETTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em exercício.

EDITAL 05/2015 DE ELEIÇÃO PÚBLICA-CMDCA

EDITAL 05/2015 DE ELEIÇÃO PÚBLICA

Homologa os eleitos para o cargo de conselheiro tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições e de acordo com o Edital de Eleição Pública 01/2015 e alterações, homologa os eleitos para o cargo de conselheiro tutelar titular e suplente do Município de Concórdia-SC, para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020.

| NOME | CLASSIFICAÇÃO |
|-----------------------------|---------------|
| SARA FÁTIMA DO NASCIMENTO | TITULAR |
| JAQUELINE MENEGETTI | TITULAR |
| BRUNA FÁTIMA HILLSHEIM | TITULAR |
| MARINEZ OLIVEIRA DOS SANTOS | TITULAR |
| PRISCILA GRIGOL SILVA | TITULAR |
| SANDRA GUGEL | SUPLENTE |
| PRISCILA CASSOL DE BRITTO | SUPLENTE |
| LUCIANA TERESINHA PICCININ | SUPLENTE |
| SIDNEI BEVILAQUA | SUPLENTE |
| MARCIA INES LORENZETT | SUPLENTE |
| SAMARA KATIA BOMBASSARO | SUPLENTE |
| SUZIANA MIORANDO | SUPLENTE |
| GILBERTO DA SILVA | SUPLENTE |
| SIRLEI FRANCHIN ROVANI | SUPLENTE |
| HELMI ERNI GOSENHEIMER | SUPLENTE |

Concórdia/SC, 15 de outubro de 2015

LETICIA FARINA PUNTEL

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

ONEIDE FRUHAUF ZUQUI

Presidente da Comissão Eleitoral

ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015

Na publicação do Extrato de Aviso do Pregão Presencial nº 111/2015 PMC, veiculado no dia 15 de outubro de 2015, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, pág. 79, Edição nº 1848, onde lê-se: "CLÉLIO IVO DAL PIAZ Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo"; leia-se: "JOSÉ ANTONIO SARETTA Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em exercício."

Concórdia, SC, 15 de outubro de 2015.

JOSÉ ANTONIO SARETTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em exercício.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2015

O Secretário Municipal de Finanças, torna público que ratificou o ato da Senhora ELIZA TEBALDI BORSATTI, Diretora Financeira da Secretaria Municipal, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 14 de outubro de 2015, para a prestação de Serviço de manutenção preventiva, corretiva com calibração do Etilômetro com serviço de Certificação e verificação junto ao INMETRO, com limpeza interna e externa, célula de combustível, verificação e ajuste dos componentes eletrônicos, envio ao INMETRO/IPEN - Alco Sensor IV numero de série 087469, a favor da empresa: RPC - IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO LTDA, no valor total de R\$ 2.840,00 (dois mil e oitocentos e quarenta reais).

JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2015-FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2015 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do senhor Vilson Anivo Haefliger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 15 de outubro de 2015, para serviço de clínica especializa para realizar a aplicação de medicamento na paciente Maria Elena Feronato de acordo com os autos nº 0006920-02.2014.8.24.0019, a favor da empresa CENTRO ESPECIALIZADO EM RETINA E VITREO DE CHAPECÓ, no valor de R\$ de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS

RESOLUÇÃO 039 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015-CMAS

RESOLUÇÃO 039 de 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a aprovação da reprogramação dos recursos financeiros próprios alocados no Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS para serem utilizados na Proteção Social Básica e Gestão - custeio.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2015 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS e o Sistema Único da Assistência Social - SUAS e as Portarias do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS nº 440/2005, nº 442/2005 e nº 459/2005, com suas alterações e Art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a reprogramação dos recursos financeiros próprios alocados no Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS para serem utilizados na Proteção Social Básica e Gestão - custeio, conforme segue:

§ 1º - O valor ordinário - investimento da Proteção Social Especial

de Média Complexidade no valor de R\$ 7.025,00 (sete mil e vinte cinco reais), para ser aplicado em custeio na Proteção Social Básica;

§ 2º O valor ordinário - investimento da Proteção Social Básica no valor de R\$ 4.552,24 (quatro mil quinhentos e cinquenta dois reais e vinte quatro centavos) para ser aplicado em custeio;

§ 3º O valor ordinário - investimento da Gestão no valor de R\$ 17.247,62 (dezessete mil duzentos e quarenta sete reais e sessenta dois centavos) para ser aplicado em custeio.

Art. 2o. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 8 de outubro de 2015.
NEUSA PRESOTTO COLOMBO
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO 040 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015-CMAS

RESOLUÇÃO 040 de 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a reprogramação dos recursos financeiros, proveniente do Fundo Nacional de Assistência Social/FNAS IGDSUAS e IGDBF para serem utilizados na Gestão - custeio.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 8 de outubro de 2015 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a Norma Operacional Básica - NOB/SUAS e o Sistema Único da Assistência Social - SUAS e as Portarias do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS nº 440/2005, nº 442/2005 e nº 459/2005, com suas alterações e Art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Reprogramar os saldos do Fundo Municipal de Assistência Social recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social/FNAS IGDSUAS e IGDBF para serem utilizados na Gestão - custeio, conforme segue:

§ 1º. Índice de Gestão Descentralizada do SUAS - investimento no valor de R\$ 5.840,00 (cinco mil oitocentos e quarenta reais) para ser aplicado no custeio na Gestão;

§ 2º. Índice de Gestão Descentralizada - Bolsa Família - investimento no valor de R\$ 7.998,00 (sete mil novecentos e noventa oito reais) para ser aplicado no custeio na Gestão.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 08 de outubro de 2015.
Neusa Presotto Colombo
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO 041 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015-CMAS

RESOLUÇÃO 041 de 08 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a inclusão de itens na reprogramação dos saldos financeiros proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS do Abrigo Provisório Anjo Gabriel – custeio.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia em reunião ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2015 no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS e o Sistema Único da Assistência Social – SUAS e as Portarias do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS nº 440/2005, nº 442/2005 e nº 459/2005, com suas alterações e Art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a inclusão de novos itens na reprogramação dos saldos dos recursos recebidos do Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS que deverão ser exclusivamente gastos na Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS – Abrigo Provisório Anjo Gabriel – custeio.

§ 1º. – O item incluso foi no custeio – pagamento de serviço de terceiros.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 08 de outubro de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 038, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015

RESOLUÇÃO CMAS nº 038, de 08 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente aos meses de julho e agosto/2015.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2015, no uso de suas atribuições que lhe confere inciso I, do Art. 2º e Art. 4º da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e o art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º. Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, delibera e aprova de forma contábil a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente aos meses de julho e agosto/2015, planilhas anexas.

§ 1º. O Conselho faz ressalva à prestação de contas apresentada referente aos elevados custos com a empresa terceirizada, bem com o pagamento de profissionais da saúde (técnicos de enfermagem e enfermeiros) com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, pois conforme Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, eles não compõe a lista de categorias profissionais que preferencialmente poderão compor a equipe do Sistema Único de Assistência Social/SUAS, e também por estar em desacordo com a Norma Operacional Básica - NOB/RH/SUAS.

§ 2º. E o profissional de psicologia ser contratado através de empresa terceirizada, pois na NOB/RH/SUAS prevê a contratação de profissionais técnicos que compõem o SUAS, por meio de concurso público para garantir a continuidade e qualidade do serviço prestado.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 08 de outubro de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente do CMAS

| ANEXO RESOLUÇÃO Nº 038/2015 | | |
|---|------------|------------|
| Relatório de Receitas e Despesas FMAS Julho e Agosto/2015 | | |
| Receitas | JULHO | AGOSTO |
| Convênios FNAS / Complexidade | 14.937,36 | 199.147,55 |
| PAC I / Alta | 0,00 | 45.000,00 |
| Paefi / Media | 0,00 | 95.600,00 |
| PISO DE TRANSIÇÃO / MÉDIA | 5.765,20 | 0,00 |
| BPC Escola / Básica | 2.960,00 | 240,00 |
| Paif / Básica | 0,00 | 36.000,00 |
| Acessuas Trabalho / Básica | 0,00 | 19.228,00 |
| IGD-BF / Gestão | 6.212,16 | 3.079,55 |
| Rendimento de aplicação financeira | 3.986,29 | 4.372,02 |
| Recursos próprios | 134.000,00 | 134.000,00 |
| Total de Receitas | 152.923,65 | 337.519,57 |
| Despesas Gestão | R\$ | R\$ |
| Adiantamentos pequenas despesas | 0,00 | 400,00 |
| Passagens Florianopolis- Capacitação Cad. Único de Josiane e Ana Camila | 0,00 | 469,39 |
| Investimento | 0,00 | 398,00 |
| 01Microondas | 0,00 | 398,00 |
| Benefícios Eventuais | 18.547,12 | 2.204,00 |
| Cestas Básicas | 9.396,00 | 2.204,00 |
| Leites | 7.200,00 | 0,00 |
| Auxilio Funeral | 580,72 | 580,72 |
| Passagens Conselho Tutelar | 162,20 | 420,12 |
| Passagens pessoas em vulnerabilidade | 1.208,20 | 505,34 |
| Coffe Break VIII Conferencia Mun Assis-tencia Social | 575,40 | 0,00 |
| Materiais de Consumo | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 |
| Serviços | 5.561,93 | 6.831,48 |
| Monitoramento eletrónico Sedes e Almo-xarifado | 767,68 | 767,68 |
| Curso Aplicare | 0,00 | 5.984,00 |
| Lavação de veiculos | 59,85 | 79,80 |
| Copias e impressões - Locação de copia-doras Pro Cópia para Sedes | 403,64 | 353,72 |
| Publicidade e Propaganda | 4.030,76 | 0,00 |
| Certificação da Notas Fiscais Eletrônicas GPS Consultoria | 235,00 | 0,00 |
| Manutenção de Bens Móveis | 65,00 | 0,00 |
| Publicações Legais | 558,46 | 0,00 |
| Publicações legais - Certa Editora / PR Imprensa / RBS - Zero Hora | 558,46 | 0,00 |
| Locação de software | 2.686,17 | 2.772,92 |
| IPM | 890,09 | 890,09 |
| Precisa Gestão e Tecnologia | 1.796,08 | 1.882,83 |
| Total de Despesas Gestão | 27.929,08 | 13.075,79 |
| | | |

| | | |
|--|------------|-----------|
| Despesas da Proteção Social Básica | R\$ | R\$ |
| Generos de Alimentação | 19.686,52 | 11.349,33 |
| Convênios | 38.500,00 | 14.300,00 |
| Umanc | 3.400,00 | 3.400,00 |
| Apae | 18.400,00 | 0,00 |
| Voluntarios | 2.200,00 | 2.200,00 |
| Scaf | 8.700,00 | 8.700,00 |
| Apas | 5.800,00 | 0,00 |
| Investimento | 0,00 | 796,00 |
| 02 Microondas | 0,00 | 796,00 |
| Materiais de Consumo | 9.162,54 | 1.514,59 |
| Combustiveis Lamonato | 482,56 | 342,26 |
| Higiene e Limpeza | 2.476,82 | 533,36 |
| Material de segurança IPT's / Uniformes | 1.168,45 | 638,97 |
| Material de expediente | 2.466,02 | 0,00 |
| Material de Processamento de dados | 2.568,69 | 0,00 |
| Serviços | 37.491,39 | 38.385,98 |
| Transportes Hello - Transportes Cras, Equoterapia, C.C. Itaiba e Estados | 13.942,98 | 14.300,00 |
| Oficinas - Mega | 19.042,25 | 19.042,25 |
| Curso A&C - Capacitação de Profissionais | 0,00 | 2.060,08 |
| Manutenção de Veiculos | 453,47 | 0,00 |
| Materiais para Manutenção de Bens moveis | 1.040,00 | 450,00 |
| Materiais para Manutenção de Bens imoveis | 160,00 | 0,00 |
| Seguros em geral | 319,04 | 0,00 |
| Monitoramento Eletronico Cras, C.C. - | 2.533,65 | 2.533,65 |
| Total de Despesas Básica | 104.840,45 | 66.345,90 |
| | | |
| Despesas da Proteção Social de Média Complexidade | R\$ | R\$ |
| Generos de Alimentação | 4.578,90 | 3.239,35 |
| Convênios | 6.918,24 | 13.836,48 |
| Apae | 6.918,24 | 13.836,48 |
| Materiais de Consumo | 8.622,69 | 691,67 |
| Lamonato Combustiveis | 665,08 | 594,58 |
| Papel de Parede | 5.820,00 | 0,00 |
| Higiene e Limpeza | 2.137,61 | |
| Material de segurança IPT's | 0,00 | 97,09 |
| Serviços | 3.954,57 | 5.272,17 |
| Monitoramento Eletronico | 406,77 | 406,77 |
| Foco Publicidade | 0,00 | 2.018,75 |
| Manutenção de Veículos | 93,70 | 0,00 |
| Material de processamento dados - Nobreak | 165,00 | 0,00 |
| Manutenção de roçadeira | 70,00 | 0,00 |
| Seguro Geral | 372,45 | 0,00 |
| Oficinas - Mega | 2.846,65 | 2.846,65 |
| Total de Despesas Média Complexidade | 24.074,40 | 23.039,67 |
| | | |
| Despesas da Proteção Social de Alta Complexidade | R\$ | R\$ |

| | | |
|---|------------------|----------------|
| Generos de Alimentação | 6.363,70 | 5.674,15 |
| Convênios | 18.800,00 | 15.000,00 |
| Sociedade casa de Apoio Mão Solidaria | 3.000,00 | 3.000,00 |
| Acrif | 3.800,00 | 0,00 |
| Recanto do Idoso- Aric | 12.000,00 | 12.000,00 |
| Materiais de Consumo | 10.557,10 | 241,12 |
| Materias de Higiene e Limpeza | 8.525,08 | 35,94 |
| Bico de Mamadeira e chupetas | 1.091,10 | 0,00 |
| Lamonato Combustiveis | 588,36 | 0,00 |
| Material de segurança IPT's | 352,56 | 205,18 |
| Serviços | 26.247,09 | 25.462,25 |
| Cuidadores - RG Serviços (terceirizada) | 25.462,25 | 25.462,25 |
| Manutenção de Veículos | 137,00 | 0,00 |
| Seguros em geral | 319,04 | 0,00 |
| Material de manutenção de bens moveis | 328,80 | 0,00 |
| Total de Despesas Alta Complexidade | 61.967,89 | 46.377,52 |
| Total Geral de Despesas | 218.811,82 | 148.838,88 |
| Resumo | R\$ | R\$ |
| Saldo Anterior | 588.530,15 | 522.641,98 |
| Total de Receitas | 152.923,65 | 337.519,57 |
| Total de Despesas | -218.811,82 | -148.838,88 |
| Saldo do Mês (=) | 522.641,98 | 711.322,67 |
| Concórdia, 06 de outubro de 2015 | | |
| | | |
| | | |
| Valor Empenhado no mês | 213.565,49 | 31.263,74 |
| Valor Empenhado à Pagar no ano de 2015 | R\$ 1.015.873,82 | R\$ 984.610,08 |
| | | |

RESOLUÇÃO Nº 042 DE 08 DE OUTUBRO DE 2015-CMAS

RESOLUÇÃO nº 042 de 08 de outubro de 2015.

Dispõe sobre a aprovação do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Concórdia/SC, referente à peça orçamentária LOA - Lei Orçamentária Anual para o exercício/2016.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA/SC – CMAS, em reunião ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2015, no uso de suas atribuições que lhe confere inciso I, do Art. 2º, Art. 4º e Art. 5º, da Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011 e o art. 30 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º. Após análise da documentação física apresentada pelo órgão gestor, o conselho delibera e aprova a Proposta Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, das receitas e despesas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, segue planilha em anexo.

Art. 2º. Delibera também sobre a redução do valor do investimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Abrigo Provisório Anjo Gabriel, com aumento do custeio dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Assistência Social/FEAS para que seja alocado um valor maior de recursos próprios para a Proteção social Básica.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia SC, 08 de outubro de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente do CMAS

| | | | | |
|--|--|---|--|--------------|
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS | | | | |
| Execução Orçamentária | | | | |
| Despesa | | | | |
| LOA 2016 | | | | |
| 15 - Fundo Municipal de Assistência Social | | | | Valores/2016 |
| 15.1 - Fundo Municipal de Assistência Social | | | | |
| 0008.0122.0067.2201 - Manutenção das Atividades - Meio do FMAS | | | | |
| 243 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura | | 171.900,00 |
| 244 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01350005 - IGD-SUAS | | 13.000,00 |
| 247 | 3449000000000000 - Aplicações diretas | 01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura | | 49.500,00 |
| 248 | 3449000000000000 - Aplicações diretas | 01350005 - IGD-SUAS | | 5.730,00 |
| TOTAL POR FUNCIONAL | | | | 240.130,00 |
| 0008.0244.0068.2202 - Proteção Social Básica - FMAS | | | | |
| 260 | 3449000000000000 - Aplicações diretas | 01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura | | 500,00 |
| 250 | 3319000000000000 - Aplicações diretas | 01350004 - PAIF | | 40.000,00 |
| 251 | 3319000000000000 - Aplicações diretas | 01350007 - Programa ACESSUAS | | 18.000,00 |
| 252 | 3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos | 01350004 - PAIF | | 15.000,00 |
| 253 | 3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos | 01350007 - Programa ACESSUAS | | 2.000,00 |
| 254 | 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura | | 325.000,00 |
| 255 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura | | 400.000,00 |
| 256 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01350004 - PAIF | | 92.540,00 |
| 257 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01350006 - Fortalecimento de Vínculos | | 123.600,00 |
| 258 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01350007 - Programa ACESSUAS | | 14.440,00 |
| 245 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01350009 - Bolsa Família | | 20.000,00 |
| 249 | 3449000000000000 - Aplicações diretas | 01350009 - Bolsa Família | | 19.300,00 |
| 259 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01610002 - Básica Custeio | | 16.296,00 |
| 246 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01610001 - Benefícios Eventuais | | 11.550,00 |
| 424 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01350010 - Programa BPC na Escola | | 7.170,00 |
| | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01000001 - Benefícios Eventuais | | 100.000,00 |
| 426 | 3449000000000000 - Aplicações diretas | 01610002 - Básica Investimento | | 38.024,00 |
| TOTAL POR FUNCIONAL | | | | 1.243.420,00 |
| 0008.0244.0069.2203 - Proteção Social Especial de Média Complexidade | | | | |

| | | | |
|---|--|---|--------------|
| 261 | 3319000000000000 - Aplicações diretas | 01350003 - PAEFI | 60.000,00 |
| 262 | 3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos | 01350003 - PAEFI | 16.000,00 |
| 263 | 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura | - |
| 264 | 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 01350001 - Serviço de PSE pessoa com deficiência, idosas e famílias | 69.200,00 |
| 265 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura | 30.000,00 |
| 266 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01350002 - Ações Estratégicas do PETI | 73.450,00 |
| 267 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01350003 - PAEFI | 50.800,00 |
| Novo | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01350011 - MSE | 27.200,00 |
| 268 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01610003 - CREAS | 11.839,00 |
| 269 | 3449000000000000 - Aplicações diretas | 01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura | 500,00 |
| 270 | 3449000000000000 - Aplicações diretas | 01610003 - CREAS | 106.551,00 |
| TOTAL POR FUNCIONAL | | | 445.540,00 |
| 0008.0244.0070.2204 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade | | | |
| 271 | 3319000000000000 - Aplicações diretas | 01350008 - Criança e Adolescente | 20.000,00 |
| 272 | 3319100000000000 - Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos | 01350008 - Criança e Adolescente | 7.000,00 |
| 273 | 3335000000000000 - Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos | 01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura | 216.000,00 |
| 274 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura | 408.000,00 |
| 275 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01350008 - Criança e Adolescente | 36.800,00 |
| 276 | 3339000000000000 - Aplicações diretas | 01610004 - ABRIGO | 11.215,00 |
| 277 | 3449000000000000 - Aplicações diretas | 01610004 - ABRIGO | 100.935,00 |
| TOTAL POR FUNCIONAL | | | 799.950,00 |
| TOTAL GERAL | | | 2.729.040,00 |
| | | | |
| | Fonte de Recurso | | |
| | Resumo por Vínculo | | |
| | 01000001 Recursos Ordinários - Prefeitura | | 1.685.000,00 |
| | 01000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Rendimentos | | 16.400,00 |
| | 01350001 Programa P.P Def. Física | | 69.200,00 |
| | 01350002 PETI | | 73.450,00 |
| | 01350003 PAEFI | | 126.800,00 |
| | 01350004 Cras Paif | | 147.540,00 |
| | 01350005 Igd - Suas | | 18.730,00 |
| | 01350006 S.C.F. Vínculos. | | 123.600,00 |
| | 01350007 Programa Acessuas Trabalho | | 34.440,00 |
| | 01350008 FMAPACI Criança e Adolescente | | 63.800,00 |
| | 01350009 Bolsa Família | | 39.300,00 |
| | 01350010 - Programa BPC na Escola | | 7.170,00 |
| | 01350011 MSE | | 27.200,00 |
| | 01610001 - Benefícios Eventuais | | 54.320,00 |
| | 01610002 - Básica/Custeio | | 11.550,00 |
| | 01610003 - CREAS | | 118.390,00 |
| | 01610004 - ABRIGO | | 112.150,00 |
| | Total | | 2.729.040,00 |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

RESOLUÇÃO Nº 043, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015-CMAS

RESOLUÇÃO Nº 043, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil/PETI, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social/SUAS 2015/2016, apresentado a este conselho pelo Órgão Gestor.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Concórdia, em reunião ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2015, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – LOAS – NOB/SUAS 2012, Resoluções CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, Pacto de Aprimoramento do SUAS e a Lei Municipal nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Deliberar e aprovar o Plano de Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil/PETI, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social/SUAS 2015/2016, apresentado a este conselho pelo Órgão Gestor, conforme documento anexo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 08 de outubro de 2015.

NEUSA PRESOTTO COLOMBO

Presidente CMAS

ANEXO DA RESOLUÇÃO CMAS Nº 043/2015**PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS 2015/2016**

Concórdia – SC, setembro de 2015.

Eixo de Informação e Mobilização:

| OBJETIVO | AÇÕES | PARCEIRO | QUEM | QUANDO |
|---|--|--|--|--|
| Sensibilizar os diversos atores e segmentos sociais constituídos afetos a desenvolver ações de erradicação do trabalho infantil | Realizar visitas; Confecção de material informativo; | Conselho Tutelar, CMD-CA, CMAS, Comissão do PETI | Técnico de referência | Início outubro 2015 |
| Mobilizar os agentes públicos, movimentos sociais, centrais sindicais, federações, associações e cooperativas de trabalhadores e empregadores para as ações de erradicação do trabalho infantil | Realizar reuniões setoriais explicativas sobre trabalho infantil com as políticas públicas afins: Educação, Assistência Social, Saúde, Agricultura; Confecção de material informativo; | Conselho Municipais e Comissão do PETI | Técnico de referência | Início outubro 2015 |
| Realizar campanhas voltadas principalmente para difundir os agravos relacionais e de saúde no desenvolvimento de crianças e adolescente sujeitas ao trabalho infantil, considerando as principais ocupações identificadas | Campanhas na mídia escrita e falada relacionadas a tema; Confecção de material informativo; Realizar visitas as escolas e CMEIs para divulgar o tema; Realizar atividades integradas nas escolas sobre o tema | Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde, Comissão do PETI | Técnico de referência | Início outubro 2015 Trabalho com as escolas fev. 2016 |
| Mobilizar e realizar audiências públicas no município | Realizar no mínimo 2 audiências públicas com os empregadores, conselheiros, Sistema de Garantia de Direitos | Sistema da Garantia de Direitos, CMDCA, Comissão do PETI, MPT e MP | Comissão do PETI e Técnico de referência | Março 2016 Agosto 2016 |

Eixo de Identificação:

| OBJETIVO | AÇÕES | PARCEIRO | QUEM | QUANDO |
|---|---|---------------------------|---|---------------------|
| Busca ativa e identificação realizadas pelas equipes técnicas do SUAS de forma articulada com as demais políticas públicas | Criar Protocolo de atendimento; Escuta qualificada com as famílias sobre o trabalho infantil, sensibilizando-as sobre os prejuízos do trabalho precoce, frequência na escola e nos Centros de Convivência. Realizar capacitação para as equipes técnicas e Comissão do PETI sobre o tema Realizar atividades concretas com os profissionais da rede de atendimento | CRAS, CREAS, Gestão de AS | Técnico de referência, Comissão do PETI | Início outubro 2015 |
| Registro obrigatório no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único de crianças e adolescentes e suas famílias identificadas em situação de trabalho infantil | Priorizar o cadastramento da famílias; Realizar visitas para preenchimento do Cadastro Único; Monitorar a quantidade de cadastro realizados | CRAS, CREAS, Gestão de AS | Técnico de referência, Comissão do PETI | Início outubro 2015 |

Eixo de Proteção:

| OBJETIVO | AÇÕES | PARCEIRO | QUEM | QUANDO |
|--|--|--|---|---------------------|
| Assegurar a transferência de renda às famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil quando necessário | Monitorar o Cadastro Único das famílias para que esteja válido | Comissão do PETI | Responsável pelo CadÚnico, | Início outubro 2015 |
| Inserir as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias, registradas no Cadastro Único, em serviços socioassistenciais | Priorizar o atendimento Viabilizar o acesso (transporte...) | Entidades da Rede Socioassistencial, CRAS, Centros de Convivência. | Técnico de referência, Comissão do PETI | Início outubro 2015 |

| | | | | |
|--|--|--|-----------------------|---------------------|
| Encaminhar as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias, registradas no Cadastro Único para os serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer e ações de inclusão produtiva | Acompanhar as famílias e garantir o atendimento nos serviços das políticas de saúde, educação, cultura, esporte e lazer. | CRAS, CREAS, Comissão do PETI, Sistema S, CIEE | Técnico de referencia | Início outubro 2015 |
| | Buscar parceria para inserção em Programa de Aprendizagem | | | |

Eixo de Defesa:

| OBJETIVO | AÇÕES | PARCEIRO | QUEM | QUANDO |
|--|---|---|---|---------------------|
| Articulação com as Superintendências, Gerências e Agências Regionais do Trabalho e Emprego para fomento das ações de fiscalização | Reuniões de articulação | Comissão do PETI | Técnico de referência | Fevereiro 2016 |
| | Envio de ofícios solicitando fiscalização | | | |
| Acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas | Reuniões mensais com o Conselho Tutelar e rede de atendimento | Conselho Tutelar, Ministério Público, CMDCA | Técnico de referencia | Início outubro 2015 |
| | Pauta nas reuniões do CMDCA | | | |
| Articulação com o Poder Judiciário e Ministério Público para garantir a devida aplicação de medida de proteção para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil | Reunião com Ministério Público e Judiciário solicitando apoio se necessário | CMDCA, CMAS, CT | Técnico de referencia Comissão do PETI | Início outubro 2015 |
| Articulação com os Conselhos Tutelares para garantir aplicação de medida de proteção para a criança e o adolescente em situação de trabalho infantil | Reuniões com o Conselho Tutelar | Comissão do PETI | Técnico de referencia | Início outubro 2015 |

Eixo de Monitoramento, desenvolver ações de:

| OBJETIVO | AÇÕES | PARCEIRO | QUEM | QUANDO |
|--|--|--|---|---------------------|
| Registro das crianças e adolescentes inseridos em serviços de assistência social, saúde, educação, dentre outros, em sistema de informação pertinente ao PETI | Preenchimento das informações | Secretaria de Saúde, Educação e Assistência Social | Vigilância Socioassistencial Técnico de referencia | Início outubro 2015 |
| Monitoramento: a) do registro das crianças e adolescentes inseridos em serviços de assistência social, saúde, educação, dentre outros, em sistema de informação pertinente ao PETI; b) do atendimento das crianças e adolescentes e suas famílias nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; e | Relatório Mensal das unidades que atendem crianças e adolescentes retiradas do trabalho infantil | CMAS CMDCA, Vigilância Socioassistencial | Técnico de referencia | Início outubro 2015 |

RESULTADO DA ELEIÇÃO-IPRECON

De acordo com o art. 36 do regimento para eleição dos membros dos conselhos Administrativo e Fiscal do IPRECON, a Comissão de Eleição torna público o resultado da eleição de 14 de outubro de 2015.

Total de votantes 993

CONSELHO ADMINISTRATIVO

1. LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN 298
 2. ELIANE BEATRIZ BALSAN CAMILLO 193
 3. ANDREA BECKER RUSCHEL DA SILVA 104
 4. JACIELE TOCHETTO 101
 5. VERA JOICE HOFFMANN 87
 6. DERCELI MARIA BISOLO ALLIEVI 86
 7. ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA 54
 8. ANA MARIA SELLA DA SILVA 39
- BRANCOS: 24 NULOS: 7 VÁLIDOS: 962

CONSELHO FISCAL

1. LEONICE PARIZZOTTO CAMARGO 215
 2. ANDERSON DANIEL MÜLLER 152
 3. VANUSA SALETE CAMARGO 129
 4. MARIA HELENA BILIBIO 127
 5. LIANE AIDE TESSMANN 107
 6. GIOVANA MAIRA PRIAMO 96
 7. ALBANO ROBAERT 68
 8. MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ 57
- BRANCOS: 37 NULOS: 5 VÁLIDOS: 951

Conforme dispõe o art. 44 do regimento de Eleição, declara-se aberto o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para interposição de recurso.

Concórdia, SC 15 de outubro de 2015.

MARGARETE PECINI

Presidente da Comissão de Eleição

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 161 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 161 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 17/10/2015 à 15/11/2015.

| Nome | Cargo | Referência |
|-------------------|-------|-------------------------|
| Laudinei Bandeira | Vigia | 02/06/2014 à 01/06/2015 |

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 14 de Outubro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3497/15

PORTARIA Nº 3497/15

EXONERA A SRA. FRANCIELI FABIANA DE MATOS LACH, DO CARGO DE PROFESSOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a SRA. FRANCIELI FABIANA DE MATOS LACH do cargo de Professor ACT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a da data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 13 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3102/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
14 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3491/15

PORTARIA Nº 3491/15

EXONERA A SRA. CLEIA GUILHERME DE ARAUJO CASTAGNA, DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a SRA. LUCIANE CLEIA GUILHERME DE ARAUJO CASTAGNA, do cargo de Auxiliar de Setor ACT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a da data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3092/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 06 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3492/15

PORTARIA Nº 3492/15

EXONERA A SRA. ROSEMERI FERNANDES DE OLIVEIRA HUBNER, DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a SRA. ROSEMERI FERNANDES DE OLIVEIRA HUBNER, do cargo de Agente Comunitária ACT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a da data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3104/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 06 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3493/15

PORTARIA Nº 3493/15

EXONERA A PEDIDO A SRA. LIDIA ROSA VEECK, DO CARGO DE AUXILIAR DE SETOR ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a SRA. LIDIA ROSA VEECK, do cargo de Auxiliar de Setor ACT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a da data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 31 de agosto de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3195/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 06 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3494/15

PORTARIA Nº 3494/15

EXONERA A SRA. BRUNA PETRY, DO CARGO DE NUTRICIONISTA ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada, a SRA. BRUNA PETRY, do cargo de Nutricionista ACT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 14 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3332/15.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 06 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3495/15

PORTARIA Nº 3495/15

EXONERA A PEDIDO O SR. JUAREZ SIQUEIRA, DO CARGO DE CALCETEIRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o SR. JUAREZ SIQUEIRA, do cargo de Calceteiro.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 22 de setembro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 112/2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 06 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3496/15

PORTARIA Nº 3496/15

EXONERA A PEDIDO O SR. NORBERTO ADLER BAUMLE, DO CARGO DE FISIOTERAPEUTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em cumprimento ao disposto no Art. 24 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 e na Lei Municipal nº 014/09 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o SR. NORBERTO ADLER BAUMLE, do cargo de Fisioterapeuta.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 05 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 116/2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
06 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3498/15

PORTARIA Nº 3498/15

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR RAFAEL FELIPE VINOTTI DA SILVA, PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao servidor SR. RAFAEL FELIPE VINOTTI DA SILVA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta - ACT, portador da CNH Registro nº 00813674861, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 14 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3499/15

PORTARIA Nº 3499/15

DELEGA COMPETÊNCIA A SERVIDORA MICHELLE BIEMBENGUT DA SILVA, PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 6º da Lei Municipal nº 014/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar ao servidor SRA. MICHELLE BIEMBENGUT DA SILVA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta - ACT, portadora da CNH Registro nº 02140662930, categoria B, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade do Município de Corupá, durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 08 de outubro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 14 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

RESOLUÇÃO Nº26/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CORUPÁ
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal n.º 2.178/2015

RESOLUÇÃO Nº26/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Corupá.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 2.178/2015, RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II- Tornar público o resultado final nos termos Edital 002/2015.

II - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Corupá para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015

I - Total de eleitores que compareceram ao sufrágio: 782

II - Total de votos válidos: 779

III - Total de votos em branco: 01

IV - Total de votos nulos: 02

Art. 2º: Total de votos por candidato:

| Nome do Candidato | Nº de votos | Classificação |
|-----------------------------------|-------------|---------------|
| ADILCE PASQUALINA PACHECO | 191 | 1º |
| SILVANA ZOLETI DA SILVA FERNANDES | 110 | 2º |
| GRACE RAQUEL BENKENDORF RAASCH | 109 | 3º |
| DORILDE LANGER SCHMOELLER | 100 | 4º |
| EDSON SCHIMANSKI | 61 | 5º |
| DAMARIS EMANUELE ULRICH TEIXEIRA | 55 | 6º |
| MARCELO BAIER | 41 | 7º |
| REGINA DANTAS IZIDRO DA COSTA | 35 | 8º |
| EDLA ALEGRI | 26 | 9º |
| ROSANGELA FIDELIS MAHS | 21 | 10º |
| FABÍOLA APARECIDA JANSEN | 12 | 11º |
| ELIANE GOMES CRUZ BENTO | 11 | 12º |
| WILLY CARLOS FUCHS | 07 | 13º |

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I-ADILCE PASQUALINA PACHECO

II- SILVANA ZOLETI DA SILVA FERNANDES

III- GRACE RAQUEL BENKENDORF RAASCH

IV- DORILDE LANGER SCHMOELLER

V- EDSON SCHIMANSKI

Art. 4º: Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I-DAMARIS EMANUELE ULRICH TEIXEIRA

II - MARCELO BAIER

III- REGINA DANTAS IZIDRO DA COSTA

IV - EDLA ALEGRI

V - ROSANGELA FIDELIS MAHS

VI - FABÍOLA APARECIDA JANSEN

VII - ELIANE GOMES CRUZ BENTO

VIII- WILLY CARLOS FUCHS

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar titulares e suplentes dar-se-á no dia 10/01/2016, às 09hrs, local a definir.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 14 de Outubro de 2015.

FELIPE RAFAEL RODRIGUES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

O Fundo Municipal de Cultura, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCÃO DE MATERIAS EM FERRO, QUE SERÃO UTILIZADOS NA DECORAÇÃO NATALINA PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 28/10/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 16:00 horas do dia 28/10/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 15 de Outubro de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 192/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 192/2015

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitibanos e a empresa SUPERAUTO DISTRIBUIDORA LTDA., com o valor total de R\$ 1.228,18 (Um mil duzentos e vinte e oito reais e dezoito centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DOS 20.000 KM DA VIATURA FORD RANGER XL CD4 22H, ANO 2014, PLACAS QHD 7655, EM USO NO 2º BBM, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO ANEXAS.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- XVII – "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários á manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 14 de outubro de 2015.

Diego Sebem Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Talita Daiane Schwinden Corrêa
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitibanos, 14 de outubro de 2015.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 14 de outubro de 2015.

Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Pregão nº 104/2015, Processo 104/2015, tendo como finalidade a Contratação de Oficina Mecânica para manutenção preventiva dos veículos do Transporte Escolar. .Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 29/10/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413,.

Dionísio. Cerqueira, 15/10/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 045/2015

DECRETO Nº 045, de 01 de outubro de 2015.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 574,78.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 846, de 05 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 574,78 (quinhentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos), do Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 846, de 05/12/2014):

| | | | |
|------------------------------|---|--------|--|
| 04.001.15.452.0020.2007 | SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS | | |
| 04.001.15.452.0020.2007 | SECRETARIA MUN DE OBRAS, ESTRADAS E SERV. URBANOS | | |
| 04.001.15.452.0020.2007 | MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | | |
| 3000000 | DESPESAS CORRENTES | | |
| 3300000 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | |
| 3390000 | APLICAÇÕES DIRETAS | | |
| 30000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS | 574,78 | |
| TOTAL | | 574,78 | |
| TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO | | 574,78 | |

Art.2º-Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:
Superavit Financeiro _____ R\$ 574,78

Art.3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 01 de outubro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 01 de outubro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 046/2015

DECRETO nº 046, de 14 de Outubro de 2015.

Homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Doutor Pedrinho/SC, nas eleições unificadas 2015.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, e considerando-se os termos da Resolução CMDCA nº 06/2015;

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015, para escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Doutor Pedrinho/SC, para o mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, como segue abaixo.

| Nome da Candidata | Classificação |
|-------------------------------|---------------|
| Ruth Ana Bowens | 1º Titular |
| Ingrit Becker | 2º Titular |
| Juranice Aparecida Buzzi Rode | 3º Titular |
| Terezinha Tomelin Moser | 4º Titular |
| Vanderleia Fiamoncini Buzzi | 5º Titular |
| Edite Oliveira De Jesus | 1º Suplente |
| Terezinha Schitz | 2º Suplente |
| Sandra Aparecida De Oliveira | 3º Suplente |
| Mariana Luzia Sbardelatti | 4º Suplente |
| Maria Helena Cipriani Lach | 5º Suplente |
| Angélica Gorretti Camargo | 6º Suplente |
| Margarida Faria Moser | 7º Suplente |

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de Outubro de 2015; 27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar, aos 14 de outubro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 047/2015

DECRETO nº 047, de 14 de outubro de 2015.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CONCIDADES.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho HARTWIG PERSUHN, no uso da competência privativa que confere o art.52 c/c art. 72 da Lei Orgânica Municipal, combinando com as Leis nº 630, de 14/03/2006, e nº 707, de 13/05/2008, e o Decreto nº 033, de 14/09/2009;

DECRETA

Art. 1º - NOMEAR os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CONCIDADES, com mandato de 02 anos, a contar desta data.

PODER LEGISLATIVO:

Titular: Tony Nones
Suplente: Valmir Faria

SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS:

Titular: José Arildo de Castilho
Suplente: Vanderlei Ervino Andreatta

SECRETARIA DE AGRICULTURA:

Titular: Guilherme Giacomozzi da Silva
Suplente: Carlos Alberto Ranlow

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Titular: Mario Benicio Viviani
Suplente: Paulo Andrey Vicente

VIGILÂNCIA SANITÁRIA:

Titular: Jackson Rodrigo de Castilho
Suplente: Manoel Volnei Floriano

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:

Titular: Antonio Nones
Suplente: Marlene Olczyk Bagio

Titular: Valdir André Bagio
Suplente: Venâncio Janke

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DOUTOR PEDRINHO:

Titular: Nilza Packer Borges
Suplente: Robison Purim

Titular: Patrícia Giacomozzi Gurske
Suplente: Marcos Groni

REPRESENTANTES DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA:

Titular: Joel Persuhn
Suplente: Arnaldo Dalabrida

Art. 2º - PRORROGAR o Decreto nº 029, de 27/05/2013, que nomeou os membros do Conselho de Desenvolvimento Urbano - CONCIDADES, pelo período de 27 de maio de 2013 á 26 de maio de 2015, até a presente data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 14 de outubro de 2015; 27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente, nos locais da Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de outubro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

PORTARIA Nº 108/2015

PORTARIA no 108, de 09 de outubro de 2015.
Concede exoneração a Servidora Aline Langa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e artigo 49, VII, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

EXONERAR

A servidora ALINE LANGA, ocupante do emprego público de Contadora, lotado na Secretaria de Administração e Finanças, para o qual foi nomeada pela Portaria nº 048, de 14/03/2011, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de outubro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 109/2015

PORTARIA no 109, de 09 de outubro de 2015.
Concede Promoção por Qualificação Profissional a Servidora Pública Municipal.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; com fundamento no artigo 11 da Lei Complementar nº 32, de 06 de abril de 2004; e Considerando o requerimento formulado pela servidora com a comprovação dos cursos de atualização ou aperfeiçoamento realizados; Considerando a expedição de Parecer Jurídico favorável ao pleito da requerente; resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A servidora do Município de Doutor Pedrinho, abaixo identificada, como segue:

| Nome do(a) Servidor(a) | Cargo | A contar de: | Referência / Classe | |
|---------------------------|---------------------------|--------------|---------------------|------------|
| | | | Atual | Progressão |
| Cristiane Tonolli Tomelim | Agente Administrativo III | 24/09/2015 | 14 - I | 14 - J |

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de outubro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 110/2015

PORTARIA no 110, de 09 de Outubro de 2015.
Designa servidor para atendimento de convênio com a CIDASC com cessão parcial, sem ônus.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho - SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, e com fundamento no art. 27, VI, da LC nº 50/2006 e na Lei nº 800/2012;

RESOLVE

I – DESIGNAR o servidor CARLOS ALBERTO RAMLOW, ocupante do emprego público de Médico Veterinário no Quadro de Servidores Públicos do Município, para atender ao Convênio firmado com a CIDASC, por quinze (15:00) horas semanais, pelo período de um ano, a contar desta data.

II – CEDER o servidor de que trata o inciso I, sem ônus, para a CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, para fins de atendimento ao Convênio de que trata a Lei nº 800/2012.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de outubro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 111/2015

PORTARIA No 111, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Habitação.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, Inciso II, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, combinado com a Lei nº 718 de 20 de novembro de 2008, resolve:

1. NOMEAR os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, com mandato de dois (02) anos, a contar de 09 de outubro de 2015 até 08 de outubro de 2017, composto pelos seguintes membros:

| REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE: | |
|---|-----------------------------------|
| Titular: | José Carlos Rosa |
| Suplente: | André Francisco Pacher |
| REPRESENTANTES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: | |
| Titular: | Patrícia Pessatto da Silva |
| Suplente: | Onorita Buzzi |
| REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL: | |
| Titular: | Matilde Judith Doemer |
| Suplente: | Monica Koglin Poeta |
| REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: | |
| Titular: | Edir Ana Frainer Mazzi |
| Suplente: | Odete Marcarini Girelli |
| REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS: | |
| Titular: | José Arildo de Castilho |
| Suplente: | Evaldo Luis Tomelin |
| REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO | |
| Titular: | Valdir André Bagio |
| Suplente: | José Gildo dos Santos |
| Titular: | Flavio Simião Claudino dos Santos |
| Suplente: | Darci João Lemos |
| REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DOUTOR PEDRINHO | |
| Titular: | Lirio Dalabrida |
| Suplente: | Arno Cristofolini |

2. PRORROGAR a Portaria nº 057, de 24/05/2013, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Habitação, pelo período de 24 de maio de 2013 à 23 de maio de 2015, até a presente data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de outubro de 2015;
27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

PORTARIA Nº 112/2015

PORTARIA No 112, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

Nomeia membros para o Conselho Municipal de Entorpecentes.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, Inciso II, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, combinado com o artigo 4º da Lei Municipal nº 364 de 08 de abril de 1999, resolve:

1. NOMEAR os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES – COMEN, com mandato de dois (02) anos, a contar de 09 de outubro de 2015 até 08 de outubro de 2017, composto pelos seguintes membros:

| REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | |
|---|---------------------------|
| Titular : | Mansueto Galkowski |
| Suplente : | Alicio Giacomozzi |
| REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR | |
| Titular: | José Francisco da Silva |
| Suplente: | Nilma Maier Nunes Borges |
| REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| Titular: | Vania de Lourdes Ferreira |
| Suplente: | Ines Odorizzi Valcanaia |
| REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL | |
| Titular : | Sulami Moser |
| Suplente : | Simone Maas Kunkel |
| REPRESENTANTES DO ÓRGÃO DA POLÍCIA CIVIL OU MILITAR NO MUNICÍPIO: | |
| Titular : | Gilson Pessotti |
| Suplente : | Edem de Souza Real |
| REPRESENTANTES DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS | |
| Titular : | Germano Ossemer |
| Suplente : | Elias Ossemer |
| REPRESENTANTES DA IGREJA CATÓLICA | |
| Titular : | Ivanor Koglin |
| Suplente : | Romi G. Schweder Koglin |
| REPRESENTANTES DA IGREJA LUTERANA DO BRASIL | |
| Titular: | Dorothea Schurt Roeder |
| Suplente: | Diether Ralf Roeder |
| REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO | |
| Titular : | Lúcia Fátima Kisner Moser |
| Suplente : | Américo Nones |
| REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO | |

| | |
|--|------------------------|
| Titular : | Valdir André Bagio |
| Suplente : | Cristina Andreia Bagio |
| REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES RURAIS DE DOUTOR PEDRINHO | |
| Titular : | Nilza Packer Borges |
| Suplente : | Jair Carlos Stulzer |
| REPRESENTANTES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FREI LUCINIO KORTE | |
| Titular : | Nilton Bruno Tomelim |
| Suplente : | Silvia Odete P. Kisner |
| REPRESENTANTES DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - CME | |
| Titular : | Leonardo Kruger |
| Suplente : | Clério Ricardo Uller |

2. PRORROGAR a Portaria nº 108, de 03/09/2013, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Entorpecentes, pelo período de 03 de setembro de 2013 à 02 de setembro de 2015, até a presente data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de outubro de 2015;
27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

PORTARIA Nº 113/2015

PORTARIA No 113, de 09 de Outubro de 2015.

Nomeia representantes no Conselho Gestor do Telecentro Comunitário – CGTC.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o art. 10º da Lei Municipal no 777, de 10 de março de 2011, resolve:

1. NOMEAR os representantes no CONSELHO GESTOR DO TELECENTRO COMUNITÁRIO – CGTC, com mandato de dois (02) anos, no período de 09 de outubro 2015 à 08 de outubro 2017, composto pelos seguintes membros:

| | |
|--|--|
| I - REPRESENTANTES DO GOVERNO | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | |
| Titular: Edir Ana Frainer Mazzi; | |
| Suplente: Neuza Fátima Girelli. | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: | |
| Titular: Rita Iselde Vaez; | |
| Suplente: Ivete Anesi Buzzi. | |
| II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA | |
| ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: | |
| Titular: Valdir André Bagio; | |
| Suplente: Olandir Giacomozzi. | |
| APP DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO: | |
| Titular: Simone Maas Kunkel; | |
| Suplente: Dircelia de Oliveira. | |
| Titular: Cristiane Tonolli Tomelim; | |
| Suplente : Cristina Bagio. | |
| 2. PRORROGAR a Portaria nº 108, de 03/09/2013, que nomeou os Representantes do Conselho Gestor do Telecentro Comunitário - CGTC, pelo período de 03 de setembro de 2013 à 02 de setembro de 2015, até a presente data. | |

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 09 de outubro de 2015;
27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 048, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO N.º 048, de 09 de outubro de 2015.

Suplementam dotações orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 371, de 18/11/2014 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a saber:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (8) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

04.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.605.0022.2.005 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (17) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

27.812.0028.2.011 – Manutenção do Desporto Amador

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (45) – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte (0080) - recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 09 de outubro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 049, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO N.º 049, de 09 de outubro de 2015.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 371/14, de 18/11/2014 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.3.90.00.00.00.00.00.0043 (7) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0093 (11) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0093 (13) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0043 (Transf. de Rec. do Estado em Saúde – Farmácia Básica); e excesso de arrecadação de recursos da fonte 0093 (Atenção Básica)

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 09 de outubro de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 204/2015

PORTARIA Nº 204/2015

INTERROMPE FÉRIAS REGULAMENTAR A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria INTERROMPIDO O PERÍODO DE FÉRIAS REGULAMENTAR concedido à servidora Municipal SILVIA CRISTINA DA SILVA, concedida através da portaria nº 200/2015, retornando as atividades em 16/10/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 16 dias do mês de Outubro de 2015.

Registrado e publicado

Em data supra.

ROGÉRIO PERIN
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

TERMO ADITIVO Nº. 005/2015 ACADEMIA DE SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº 005/2015

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 052/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ROGÉRIO PERIN, brasileiro, casado, no cargo de Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado WULAJE ARTEFATOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.929.060/0001-56, com sede na cidade de SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem aditar o contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato supra citado de 60 dias do processo Licitatório nº. 1383/2012 na modalidade de Tomada de Preço nº. 04/2012 que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA POR EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE ACADEMIA DA SAÚDE COM ÁREA TOTAL DE 604,82m².

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas do presente contrato permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir da data de sua assinatura.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 15 dias do mês de outubro de 2015.

| | | |
|---------------------|--|-----------------------------|
| ROGERIO PERIN | | ALCEU WÜNSCH |
| CPF: 024.900.719-39 | | CPF: 422.756.449-20 |
| CONTRATANTE | | REPRESENTANTE DA CONTRATADA |
| DIOGO DE BEM | | LEANDRO NEUHAUS |
| CPF: 010.389.549-32 | | CPF: 015.634.579-03 |
| TESTEMUNHA | | TESTEMUNHA |

INSTITUTO DE CONSULTORIA CAP LTDA
LUIZ ALCEBIADES PICHETTI
Advogado
OAB/SC 6969

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 51/PMF/2015 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 51/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 19/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de mobiliários e equipamentos para atendimento às diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/04/2016
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 52/PMF/2015 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 52/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 20/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a prestação de serviços sonorização e iluminação para cobertura de eventos diversos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 14/04/2016
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/PMF/2015 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 54/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 21/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para execução de serviços, com equipamentos rodoviários e caminhões truck, de forma parcelada, para serviços de terraplanagem, transporte de máquinas e materiais, para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 14/04/2016
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/PMF/2015 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 56/2015 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 22/2015 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para prestar serviços de recapagem de pneus para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 15/04/2016
3ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 163/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 163/PMF/2015;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes para atendimento a Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 30 de outubro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 15 de outubro de 2015.
ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECISÃO ADMINISTRATIVA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/PMF/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/PMF/2015
DECISÃO ADMINISTRATIVA
Recorrente: NILCATEX TÊXTIL LTDA.
RELATÓRIO

O presente certame trata-se de licitação na modalidade Pregão Presencial, que tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de uniformes para atendimento a Secretaria de Educação do Município de Forquilha/SC.

NILCATEX TÊXTIL LTDA. apresentou Recurso Administrativo contra decisão do Pregoeiro Municipal proferida na ata da primeira sessão do Pregão Presencial nº 155/PMF/2015 que não aceitou sua proposta, pois foi apresentada após o término do horário disposto no edital.

Alega que este atraso somente ocorreu em virtude da demora do setor de protocolo do Município, que o atraso de 7 minutos é insignificante, não sendo razoável a não aceitação de sua proposta; que no choque ou colisão entre regra editalícia e o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, deve-se optar por este em detrimento daquele; e que a atitude da Pregoeira e sua equipe de apoio causou possível prejuízo ao erário público; assim, requereu a declaração de nulidade do certame, determinando-se a abertura de nova data de abertura das propostas.

Este é o relatório.

DO MÉRITO

A Administração Municipal tem adotado nas licitações o cuidado em estipular um horário com pequena antecedência ao horário da abertura para recepção dos envelopes. Tal procedimento visa dar maior tranquilidade aos participantes evitando atropelos de última hora.

Tal procedimento vem sendo adotado nos demais processos sem nenhum transtorno ou questionamento.

Quanto ao mérito, ressalte-se que a lei que disciplina o pregão (Lei n. 10.520/02), modalidade de licitação eleita pela Administração, dispõe o seguinte acerca da convocação dos interessados e dos prazos a serem por eles respeitados:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º;

(...)

III - do edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso;

V - o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;

VI - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. (Grifamos)

Percebe-se que a referida norma estabelece que o edital disciplinará o procedimento a ser obedecido pelos participantes, no qual se inclui a observância aos prazos e horários exigidos pela lei do certame. Sobre o assunto, o Edital do Pregão Presencial nº 155/

PMF/2015, já no seu preâmbulo, assim estabeleceu:

A Prefeitura Municipal de FORQUILHINHA torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 03/2015 de 02/01/2015, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, na sala de licitações, na Avenida 25 de julho, 3400 - FORQUILHINHA - SC, onde será realizada licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO". O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 53/2013, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.

A) OS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS DE PREÇOS E HABILITAÇÕES DEVEM SER PROTOCOLADOS, NO SETOR DE PROTOCOLO, NO PRÉDIO DA PREFEITURA - SITUADO NA AVENIDA 25 DE JULHO, 3400 - FORQUILHINHA - SC, ATÉ 15 (QUINZE) MINUTOS ANTES DO HORÁRIO PREVISTO PARA ABERTURA DOS MESMOS. NÃO HAVERÁ ATENDIMENTO AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FÉRIADOS.

b) Não serão aceitas nem recebidas, em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas para esta licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e ou enviadas por qualquer meio, anteriormente à data do vencimento.

c) Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação. (Com grifos no original)

Nota-se que tanto a lei quanto o edital do certame determinam explicitamente que os participantes deverão obedecer rigorosamente as determinações acerca dos prazos e horários, situação que materializa o princípio da vinculação ao edital, que consiste em um dos pilares irredutíveis do referido procedimento, o qual está inserido, inclusive, no art. 41 da Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93): "Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Assim, o recebimento após o horário designado fere dois princípios que norteiam a Administração Pública, o princípio da igualdade entre os licitantes proponentes ou da isonomia e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, ambos inseridos no artigo 3º da Lei 8.666/93.

O primeiro porque 4 (quatro) empresas procederam a entrega no horário designado.

O segundo porque o instrumento convocatório (edital) que é a lei interna do certame determinou um horário certo para a entrega dos envelopes.

Sobre o tema, Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que "o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666". (Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542).

Da mesma forma, Helly Lopes Meirelles leciona que:

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora. (...) o edital é a lei interna da licitação, e,

como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu. É impositivo para ambas as partes e para todos os interessados na licitação. (Licitação e contrato administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 15ª ed. 2010, p. 51/52.

Logo, considerando que o horário limite para a apresentação da documentação era até às 08:45 do dia 06.10.15, e que a impetrante apresentou no último dia, às 08:52. Lembrando-se que, desde a publicação do edital até a data limite transcorreram, 14 dias, sendo 10 dias úteis, não havendo dúvidas de que, efetivamente, houve descumprimento dos termos do edital.

Assim, não há que se falar na aplicabilidade do princípio da razoabilidade, até mesmo porque acolher o pleito inicial implicaria em aceitar uma exceção que daria vantagem exclusiva à recorrente, afrontando o princípio da isonomia, preceito primordial da licitação, previsto da CFRB, em seu art. 37, XXI, in verbis:

Art. 37.

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações" (grifou-se).

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em caso semelhante, dispôs que, mesmo com atraso de poucos minutos, a aceitação dos documentos após o prazo do edital fere os princípios da vinculação ao edital e ao da igualdade de condições entre os concorrentes, vejamos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EMPRESA INABILITADA POR APRESENTAR OS DOCUMENTOS MINUTOS APÓS O PRAZO FATAL. DEVER DE OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE DE CONDIÇÕES A TODOS OS CONCORRENTES, INSCULPIDOS NO ART. 37, XXI, DA CARTA MAIOR. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À HABILITAÇÃO NO CERTAME. SENTENÇA QUE INDEFERIU A PETIÇÃO INICIAL E EXTINGUIU O PROCESSO MANTIDA. APELO DESPROVIDO. Havendo expressa disposição no edital acerca da obrigatoriedade de entrega de documentos em horário e dia certos, não há como incluir a empresa retardatária no certame, pois "o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame, como, aliás, está consignado no art. 41 da Lei 8.666" (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª ed. São Paulo: Malheiros Editora, 2010, p. 542); não havendo que se falar, outrossim, na aplicabilidade do princípio da razoabilidade, até mesmo porque acolher o pleito inicial implicaria em aceitar uma exceção que daria vantagem exclusiva à impetrante, afrontando o princípio da isonomia, preceito primordial da licitação, previsto da CFRB, em seu art. 37, XXI.

Neste mesmo sentido é a jurisprudência do Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. O ENCERRAMENTO DA SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE TRATAMENTO AOS LICITANTES.

1. O momento de entrega dos envelopes de habilitação e proposta, para a participação em licitação é o previsto no edital, não sendo lícito à Comissão aceitar a entrega de proposta retardatária, ainda que o atraso tenha sido de poucos minutos.

2. Tratamento diverso ofende a garantia da igualdade, assegurada aos licitantes, pela Constituição e pela Lei 8.666/93, além de

atentar contra os princípios da impessoalidade, da legalidade e da vinculação ao edital.

3. A medida restritiva não é irrazoável. A rigidez das formas, na condução dos procedimentos licitatórios é pressuposto da garantia de igualdade de tratamento entre os licitantes.

4. Apelação improvida. (TRF 4ª Região, MAS 69010/PR, 3ª Turma, Juíza Tais Schilling Ferraz, DJ de 30.01.2002, pg. 595).

Também, não destoia deste entendimento as decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça em casos semelhantes ao examinado:

ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA – ATRASO NA ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO PROPOSTAS – ALEGADA INFRINGÊNCIA AO PRINCÍPIO DA RASOABILIDADE – SUPOSTO RIGORISMO E FORMALISMO – IMPROVIMENTO DO RECURSO FACE À INEXISTÊNCIA DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. 1 – A inobservância do princípio da razoabilidade não restou demonstrada. Existe na licitação, predominância dos princípios da legalidade e igualdade (CF. art. 5º, caput. Inc. II). 2 – Inexistência de direito líquido e certo a amparar a pretensão da recorrente. 3 – Recurso ordinário improvido. (STJ-ROMS 10404 – RS – 1ª T. – Rel. Min. José Delgado – DJU 01.07.1999 – p.120).

Desta forma, a Pregoeira Municipal e sua equipe de apoio agiu de forma correta, respeitando os princípios e normas que norteia os processos de licitação.

DO DISPOSITIVO

Diante do exposto, recebo e não dou provimento ao Recurso Administrativo formulado por NILCATEX TÊXTIL LTDA., no processo de Pregão Presencial nº. 155/PMF/2015, pelos motivos acima expostos.

Comunique-se os licitantes da decisão retro e retornem os autos à Pregoeira para processamento devido.

Forquilha/SC, 15 de outubro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011_2015-PMF - FEPESE

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0207/2015 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0011/2015

Objeto: Prestação de serviços de desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento do corpo técnico de profissionais da administração, análise de contingências passíveis de redução e diagnóstico de gestão de despesas em pessoal; Contratada: Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos – FEPESE, inscrita no CNPJ sob nº 83.566.299/0001-73; Valor Total do Contrato: R\$ 1.486.194,38 (um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e noventa e quatro reais e trinta e oito centavos); Vigência: 15/10/2015 a 14/10/2016; Fundamento legal: Art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93; Justificativa: Instituição brasileira incumbida de pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas (conforme se depreende de seu Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ), sem fins lucrativos (conforme se depreende de seu Estatuto Social), sendo considerada uma entidade com notória qualificação técnica e inquestionável reputação ético-profissional.

Fraiburgo(SC), 15 de outubro de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0120_2015-PMF RP 0078

AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0120/2015 – PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0078/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de gêneros alimentícios para Cesta Básica, a serem doadas as famílias carentes. Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2015 a janeiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Motivados pelo Decreto nº 213/2015 que decretou Ponto Facultativo no Município de Fraiburgo no dia 26.10.2015 em razão da comemoração do Dia do Servidor Público, ALTERAMOS a data e horário de abertura da sessão deste certame para: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 15:00 horas do dia 27.10.2015. Abertura: às 15:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de outubro de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0123_2015-PMF RP 0083

Aviso do Pregão Presencial nº 0123/2015 – PMF

Registro de Preços Nº 0083/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa objetivando a prestação de serviços de colocação e retirada de enfeites natalinos e de páscoa, para decoração de diversas ruas e avenidas do município. Validade da Ata de Registro de Preços: novembro de 2015 a abril de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:00 horas do dia 28.10.2015. Abertura: às 14:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 15 de outubro de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0124_2015-PMF RP 0084

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0124/2015 – PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0084/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de grama sintética colocada, para uso nos parques infantis do Município. Validade da Ata de Registro de Preços: outubro de 2015 a fevereiro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 16:00 horas do dia 28.10.2015. Abertura: às 16:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 15 de outubro de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

DECRETO Nº 214/2015

DECRETO Nº 214, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014 .

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2015, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

| |
|----------------------------------|
| 08.00 – Secretaria de Saúde |
| 08.01 – Fundo Municipal de Saúde |

| | | |
|---|-----|-----------|
| 10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial | | |
| 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0400 (41) | R\$ | 30.000,00 |
| TOTAL | R\$ | 30.000,00 |

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|-----|-----------|
| 08.00 – Secretaria de Saúde | | |
| 08.01 – Fundo Municipal de Saúde | | |
| 10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial | | |
| 3.3.72.00.00 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcio Público – Recurso 0.1.0400 (40) | R\$ | 30.000,00 |
| TOTAL | R\$ | 30.000,00 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 15 DE OUTUBRO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

LEI Nº 2314/2015

LEI Nº 2314, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A TRANSFERIR IMÓVEIS PÚBLICOS, ATRAVÉS DE ALIENAÇÃO ONEROSA, PARA FINS INDUSTRIAIS E HABITACIONAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a transferir, por meio de alienação onerosa, os imóveis de propriedade do Município de Fraiburgo identificados pelas matrículas nºs 9.645 e 9.677, ou decorrente de sua unificação, com metragem total de 300.000,00m² (trezentos mil metros quadrados), objetivando a implantação na área útil demonstrada no projeto técnico, de 50% (cinquenta por cento) em unidades industriais e 50% (cinquenta por cento) em unidades habitacionais.

§ 1º. As unidades habitacionais serão alienadas mediante contrato de financiamento habitacional aos mutuários cadastrados junto ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS de Fraiburgo, com acompanhamento do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, que forem contemplados com recursos de programas habitacionais desenvolvidos pelo Governo Federal, através de instituições financeiras como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil S/A.

§ 2º. O Município realizará seleção de empresa do ramo da construção civil para apresentação de proposta para projeto, implantação e aprovação do loteamento, infraestrutura e construção de habitação de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, instituído pela Medida Provisória no. 459 de 15/03/2009, convertido na Lei nº 11.977, de 07/07/2009, regulamentado pelos Decretos nº. 6819 de 13/03/2009, nº 6962 de

17/09/2009 e nº 7499 de 18/06/2011 e demais dispositivos aplicáveis, de acordo com os critérios estabelecidos em procedimento próprio.

§ 3º. O valor de cada unidade habitacional transferida ao mutuário, a ser paga individualmente, após a liberação do recurso do financiamento pela instituição financeira será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigidos anualmente pelo INPC ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 4º. Os recursos obtidos com a alienação dos imóveis residenciais serão depositados junto ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS de Fraiburgo, os quais serão aplicados no próprio empreendimento ou em novos investimentos de projetos habitacionais no Município.

§ 5º. Sobre a totalidade dos imóveis e na proporção estipulada no caput deste artigo serão implantadas unidades industriais e unidades habitacionais, conforme projeto de implantação geométrica a ser adaptado, cabendo à empresa habilitada a realização de infraestrutura em ambas as áreas, conforme especificações e obrigações a serem definidos em procedimento próprio.

§ 6º. As despesas com registro e escrituração de cada imóvel residencial ficarão a cargo do mutuário beneficiado.

§ 7º. Os mutuários interessados deverão preencher os requisitos de participação no Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, que serão avaliados pelas instituições financeiras gestoras do programa, responsáveis pela definição dos beneficiários.

Art. 2º. Serão considerados preferencialmente os seguintes critérios na análise e seleção dos interessados:

- I – ser residente em Fraiburgo há mais de 03(três) anos;
- II – não ter sido beneficiário de outros programas municipais de habitação;
- III – não ser proprietário nem possuidor de imóvel;
- IV – residir em locais de risco ou em condições insalubres;
- V – possuir no grupo familiar portador de necessidades especiais ou pessoa com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- VI – todos os que se enquadrarem nos incisos anteriores.

§ 1º. Considera-se grupo familiar para fins deste artigo, o chefe da família e as pessoas que com ele convivem, com intuito de formar uma entidade familiar.

§ 2º. Consideram-se locais de risco ou em condições insalubres aquelas áreas consideradas como inapropriadas para a habitação, sujeitas à inundação, incêndios, desmoronamentos ou deslizamentos de terras, bem como áreas contaminadas ou poluídas, desprovidas de infraestrutura urbana, que gerem riscos a vida e saúde das pessoas.

§ 3º. Os contratos efetivados serão formalizados, preferencialmente, em nome da mulher.

Art. 3º. A alienação, o aforamento, a concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens públicos imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados nos termos desta Lei, será dispensada licitação, nos termos do artigo 17, inciso I, alínea “f”, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Art. 4º. A alteração de uso do solo dos imóveis constantes desta Lei, somente será definida por ocasião da aprovação do projeto final do loteamento, mediante audiência pública e lei específica a ser encaminhada posteriormente ao Poder Legislativo.

Art. 5º. Ficam alterados a Ementa e o artigo 1º, da Lei municipal nº 1940, de 27 de fevereiro de 2008, que passam a vigorar com a

seguinte redação:

“AUTORIZA AQUISIÇÃO DE ÁREAS DE TERRAS LINDEIRA AO BAIRRO SÃO MIGUEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica autorizado, o Chefe do Poder Executivo, a adquirir áreas de terras, com metragem de até 500.000,00m² (quinhentos mil metros quadrados), lindeira ao Bairro São Miguel, para implantação de unidades industriais e unidades residenciais.”

Art. 6º. Ficam alterados os artigos 1º, 14 e 15, todos da Lei Municipal n. 2167, de 19 de dezembro de 2012, que passam a vigorar com a seguinte estrutura e redação:

“Art. 1º. O Município de Fraiburgo, visando seu desenvolvimento econômico e propiciando a geração de empregos, renda e o aumento da arrecadação tributária, adotará as medidas de incentivo a industrialização e atividades produtivas, através da implantação do Condomínio Industrial de Fraiburgo.

Parágrafo único. Os incentivos a serem concedidos às indústrias serão sempre autorizados pelo Poder Legislativo quando para fins de industrialização.

[...]

Art. 14. O Município, para atender ainda as necessidades com o desenvolvimento industrial, dentro das possibilidades orçamentárias poderá adquirir imóveis para implantação de Condomínio Industrial, destinados às atividades industriais.

Art. 15. Nas áreas previstas no artigo anterior, o Município poderá edificar prédios destinados às indústrias, inclusive, através de incubadora, para o que fica autorizado o Poder Executivo, desde que haja consignação orçamentária específica e projetos previamente divulgados.”

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o artigo 3º e parágrafos da Lei Municipal n. 1833, de 14 de junho de 2005.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 15 DE OUTUBRO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2104/2015

PORTARIA Nº 2104, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUCAS BERTAIOLLI ANDRADE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 080.538.299-29, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 2105/2015

PORTARIA Nº 2105, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear NEIVA ARTIFON VARELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 017.520.089-01, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de outubro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 15 de outubro de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

RECURSOS FEDERAIS 15.10.15**NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

| Data do Crédito | Origem | Aplicação | Valor (R\$) |
|-----------------|--------|---------------------|-------------|
| 05/10/2015 | FNDE | PNATE MÉDIO | 5.292,42 |
| 05/10/2015 | FNDE | PNATE FUNDAMENTAL | 14.323,14 |
| 05/10/2015 | FNDE | PNATE INFANTIL | 924,07 |
| 02/10/2015 | FNS | ASSIST.FARMACÊUTICA | 15.499,33 |
| 08/10/2015 | FNS | PAB FIXO | 75.391,33 |
| 01/10/2015 | FNS | UBS – SÃO JOSÉ | 54.480,00 |
| 09/10/2015 | FNS | SAMU | 9.419,00 |
| 09/10/2015 | FNS | SAMU | 12.500,00 |
| 14/10/2015 | FNS | MAC | 95.000,05 |
| 14/10/2015 | FNS | MAC | 7.500,00 |
| 14/10/2015 | FNS | MAC | 28.305,00 |

Secretaria de Finanças

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0017_2015-PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0017/2015 – PMF

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica com concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ), terraplenagem, passeios e sinalização viária nas Ruas "E" e "F", ambas situadas no bairro Nossa Senhora Aparecida (Loteamento São Miguel Fase II), nesta cidade de Fraiburgo, sendo a área a pavimentar das ruas de 2.185,54 m², e área a pavimentar de passeios com 852,47 m², totalizando uma metragem de 3.038,01 m², conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL) houve a participação das empresas VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI enquadrada como microempresa e CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, as quais, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão quando da abertura de seus Envelopes de Habilitação. Desta forma, estão habilitadas para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase das PROPOSTAS DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo (SC), 15 de outubro de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO CONTRATO 0106/2015, PROC. LIC.026/2015,

RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO Nº 106/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 026/2015

CONVITE Nº 07/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015 NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 07/2015, CUJO OBJETIVO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E OU JURÍDICA, COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, PARA ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS GOVERNOS DAS ESFERAS FEDERAL E ESTADUAL NO QUE DIZ RESPEITO TANTO AO CADASTRAMENTO DE PROJETOS PARA OBTENÇÃO DE RECURSOS, INCLUINDO AS EMENDAS PARLAMENTARES, QUANTO AS PRESTAÇÕES DE CONTA DOS MESMOS, PARA ACOMPANHAMENTO DIRETO JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO E REPASSE DOS CONTRATOS/CONVÊNIOS CELEBRADO ENTRE OS ÓRGÃO E ENTIDADES DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL E O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, NO PERÍODO DE 15 DE OUTUBRO ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO, COM CARGA HORARIO DE NO MINIMO 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, FOI A PROPONENTE KATIA REGINA DA SILVA, COM A QUAL FOI CELEBRADO O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATO N º 073/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO R\$ 12.000 (DOZE MIL REAIS)

FREI ROGÉRIO - SC, 15 DE OUTBRO DE 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 051/2015

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 051/2015

TOMADA DE PREÇO 006/2015

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 051/2015, Edital de Tomada de Preço obras e serviços de engenharia 006/2015, tipo menor preço global até às 09h:00min. do dia 03 de novembro de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA DA PONTE SOBRE O RIO SAUDADES DO BAIRRO SAG, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 e subsidiariamente a Lei 10.520/2002, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br.

Galvão - SC, 15 de outubro de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 200/2015

DECRETO N.º 200, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 412.100,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.921 de 15/10/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 412.100,00 (quatrocentos e doze mil e cem reais) no Orçamento vigente:

| | |
|--|------------|
| 07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA | 220.801,00 |
| 12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental | 12.141,00 |
| 3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas | 12.141,00 |
| 12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil | 201.044,00 |
| 3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas | 201.044,00 |
| 12367282.025 - Manutenção da Educação Especial | 7.616,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 7.616,00 |
| 08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 108.000,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 108.000,00 |
| 08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social | 108.000,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 108.000,00 |
| 10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE | 20.968,00 |
| 15452332.056 - Func. E Manut. Da Secretaria de Plan. Territorial e Meio Ambiente | 20.968,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 20.968,00 |
| 09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | 62.331,00 |
| 26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura | 62.331,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 20.000,00 |
| 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 42.331,00 |

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 412.100,00 (quatrocentos e doze mil e cem reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

| | |
|--|------------|
| 02.01 - GABINETE DO PREFEITO | 148.968,00 |
| 0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito | 148.968,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 137.300,00 |
| 3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 11.668,00 |
| 05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA | 7.616,00 |
| 04123122.010 - Func. E Manutenção da Secretaria da Fazenda | 7.616,00 |
| 3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 7.616,00 |
| 07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA | 213.185,00 |
| 12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental | 201.044,00 |
| 3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas | 133.400,00 |
| 3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas | 67.644,00 |
| 12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil | 12.141,00 |

| | |
|--|-----------|
| 3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas | 7.974,00 |
| 3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas | 4.167,00 |
| 12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA | 42.331,00 |
| 20606482.059 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agricultura e Pesca | 42.331,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 31.843,00 |
| 3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 10.488,00 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 201/2015

DECRETO N.º 201, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 13.235,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 13.235,00 (treze mil, duzentos e trinta e cinco reais) no Orçamento vigente:

| | |
|--|-----------|
| 08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 3.235,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 3.235,00 |
| 08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social | 3.235,00 |
| 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 3.000,00 |
| 4.4.90.0.1.29.001044 - Aplicações Diretas | 235,00 |
| 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 10.000,00 |
| 10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade | 10.000,00 |
| 3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas | 10.000,00 |

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 13.235,00 (treze mil, duzentos e trinta e cinco reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

| | |
|---|-----------|
| 08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 3.235,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 3.235,00 |
| 08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social | 3.235,00 |
| 3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. A Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos | 3.000,00 |
| 3.3.90.0.1.29.001044 - Aplicações Diretas | 235,00 |
| 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 10.000,00 |

| | |
|--|-----------|
| 10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade | 10.000,00 |
| 4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas | 10.000,00 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 202/2015

DECRETO N.º 202, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 37.435,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 37.435,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais) no Orçamento vigente:

| | |
|--|-----------|
| 07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA | 10.000,00 |
| 12306282.020 - Aquisição e Distribuição da Merenda Escolar | 10.000,00 |
| 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 27.435,00 |
| 10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica | 17.435,00 |
| 3.1.90.0.2.14.000071 - Aplicações Diretas | 17.435,00 |
| 10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade | 10.000,00 |
| 3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas | 10.000,00 |

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 37.435,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e cinco reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 16/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.921, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1.921, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 412.100,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 412.100,00 (quatrocentos e doze mil e cem reais) no Orçamento vigente:

| | |
|--|------------|
| 07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA | 220.801,00 |
| 12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental | 12.141,00 |
| 3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas | 12.141,00 |
| 12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil | 201.044,00 |
| 3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas | 201.044,00 |
| 12367282.025 - Manutenção da Educação Especial | 7.616,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 7.616,00 |
| 08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 108.000,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 108.000,00 |
| 08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social | 108.000,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 108.000,00 |
| 10.01 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE | 20.968,00 |
| 15452332.056 - Func. E Manut. Da Secretaria de Plan. Territorial e Meio Ambiente | 20.968,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 20.968,00 |
| 09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | 62.331,00 |
| 26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura | 62.331,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 20.000,00 |
| 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 42.331,00 |

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 412.100,00 (quatrocentos e doze mil e cem reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

| | |
|--|------------|
| 02.01 - GABINETE DO PREFEITO | 148.968,00 |
| 0412262.002 - Funcionamento e Manut. Do Gabinete do Prefeito | 148.968,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 137.300,00 |
| 3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 11.668,00 |
| 05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA | 7.616,00 |
| 04123122.010 - Func. E Manutenção da Secretaria da Fazenda | 7.616,00 |
| 3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 7.616,00 |
| 07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA | 213.185,00 |
| 12361282.021 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental | 201.044,00 |
| 3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas | 133.400,00 |
| 3.1.91.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas | 67.644,00 |
| 12365282.024 - Manutenção da Educação Infantil | 12.141,00 |
| 3.1.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas | 7.974,00 |
| 3.1.91.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas | 4.167,00 |
| 12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA | 42.331,00 |
| 20606482.059 - Func. E Manut. Da Secretaria de Agricultura e Pesca | 42.331,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 31.843,00 |
| 3.1.91.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 10.488,00 |

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 16/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

LEI Nº 1.922, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 1.922, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º. A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação de ruas.

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º. Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos

adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de outubro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 16/10/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMAS Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 003/2015
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de geladeira, fogão, máquina de costura, batedeira, liquidificador, grill e aspirador de pó, com entrega de forma única, para atender as necessidades da Casa de Acolhimento Margarida Severiano, através do Fundo Municipal de Assistência Social de Garuva.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 03/11/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 14 de outubro de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 158/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 158 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO VEÍCULO DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 63, IV e VII, da Lei Orgânica do Município de Garuva e Lei Complementar Municipal Nº 82/2015,

Considerando o Decreto nº 2264 de 13 de abril de 2009 do Governo do Estado de Santa Catarina, art. 1º, inciso VII.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber, por doação, um veículo Renaut/Trafic ano fabricação 1997, CHASSI 8A1TA1CZZVS005544, placas LZX1184, contendo todos os equipamentos e acessórios.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 159/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 159 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO VEÍCULO DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 63, IV e VII, da Lei Orgânica do Município de Garuva e Lei Complementar Municipal Nº 82/2015,

Considerando o Decreto nº 326 de 20 de junho de 2011 do Governo do Estado de Santa Catarina, art. 1º, inciso III.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a receber, por doação, um veículo marca VW. Modelo 13.130, placa LWW 2537, ano de fabricação 1983, Chassi nº V005041; um veículo marca VW modelo 13.130, placa LWR 9505, ano de fabricação 1983, Chassi nº V005056; e um veículo marca MA, modelo Muller, placa LXC 8568, ano de fabricação 1988, Chassi nº 5600446, contendo todos os equipamentos e acessórios.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 160/2015

DECRETO Nº 160 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente da Lei nº 1875, de 14/04/2015.

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar, conforme autorizado no artigo 8º da Lei 1875, na importância de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | |
|--|------|----------|-----|--------------|
| 10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas | 4490 | 01.83.00 | R\$ | 2.800.000,00 |
|--|------|----------|-----|--------------|

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação previsto para a receita de Operações de Crédito referente o empréstimo junto ao BADESC (Programa BADESC CIDADES).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 009/2015

A Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais e conferidas através da Portaria 152/2015 de 30/09/2015, torna pública a norma para a realização do processo seletivo para a admissão de professores e especialistas em caráter temporário, para atuação na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e programas de Governo executados no âmbito do Município em que a Prefeitura se obriga a contratar professor para atuar na rede municipal para o ano letivo de 2016.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

a) Da Remuneração, Cargo e Carga Horária (Anexo V da LC Nº 45/2009)

TABELA DE VENCIMENTOS – MAGISTÉRIO

| CARREIRA | CARGO | CARGA HORÁRIA SEMANAL | VENCIMENTO R\$ (*) | PRÉ-REQUISITOS |
|--------------|-----------------------|----------------------------|--|--|
| Professor | Professor Nível II | 10 h 20 h 30h 40h | 500,67 1.001,33 1.502,00 2.002,67 | Licenciatura Plena na Área de atuação com registro no MEC |
| | Professor Nível I | 10 h 20 h 30h 40h | 479,44 958,89 1.438,33 1.917,78 | Magistério ou cursando Licenciatura na área de atuação |
| Especialista | Orientador Escolar | 40 h | 2.906,73 | Graduação em pedagogia com habilitação em Orientação Escolar com registro no MEC |
| | Supervisor Escolar | 40 h | 2.906,73 | Graduação em pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar com registro no MEC |
| Especialista | Terapeuta Ocupacional | 20 h | 2.422,22 | Bacharel em Terapia Ocupacional com registro no órgão competente e CREFITO |

Para a vaga de Terapeuta Ocupacional somente será preenchida no caso de afastamento legal do servidor efetivo.

O limite de carga horária para este Teste Seletivo será de 40h semanais.

*Acréscimo, no vencimento, de 15% para educação infantil e anos iniciais e de 10% para anos finais a título de regência de classe para o cargo de professor;

Auxílio alimentação, proporcional a carga horária, até o limite máximo de R\$ 488,00.

b) Da Relação Jurídica

Conforme artigo 8º, da Lei Complementar 18/2002, ao contratado aplica-se o disposto nos artigos 54, 56, 57, 58, 65, 107, 108, incisos II, III, IV, VIII, XII, 113, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 202, 203, 241, 247, 248, 250 da Lei Complementar nº 001/98, de 16 de fevereiro de 1998 e Lei Complementar nº 30/2006, parágrafo 1º e 2º, Lei Complementar nº 34/2007 e Lei Complementar 39/08.

c) Do prazo de contratação

O candidato classificado será contratado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, por um período de até 11 meses, prorrogável a critério da Secretaria Municipal de Educação de acordo com Artigo 4º da Lei Complementar 18/2002.

II - DA HABILITAÇÃO

O candidato poderá se inscrever orientando-se pelas tabelas constantes neste edital.

a) O candidato deverá comprovar a habilitação mínima exigida na disciplina/nível/modalidade/área no ato da inscrição, conforme normas dispostas no presente edital;

b) O candidato com formação superior deverá apresentar diploma de conclusão do curso e Histórico Escolar, devidamente registrado, no ato da inscrição;

c) A respectiva habilitação mínima exigida são as constantes nas tabelas a seguir.

ÁREA - EDUCAÇÃO INFANTIL

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato:

| | NIVEL | HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA |
|-------------------|-------|--|
| Educação Infantil | II | Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior, com histórico escolar devidamente registrado. |
| | I | Diploma/Certificado de Magistério com histórico escolar devidamente registrado ou ainda a Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área da pedagogia a partir do 2º semestre/fase/período. |

ÁREA - ENSINO FUNDAMENTAL – (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS), EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (NIVELAMENTO I E II E ANOS FINAIS):

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato:

a) Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

| | |
|----------|--|
| NÍVEL II | Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior, com histórico escolar devidamente registrado. |
| NÍVEL I | Diploma/Certificado de Magistério com histórico escolar devidamente registrado ou ainda a Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área da pedagogia a partir do 5º semestre/fase/período. |

b) Nivelamento I e II (EMEJA)

| | |
|----------|--|
| NÍVEL II | Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior, com histórico escolar devidamente registrado. |
|----------|--|

c) Artes e Educação Física – Anos Iniciais e Anos Finais

| | |
|----------|---|
| NÍVEL II | Diploma de curso superior de licenciatura plena na Área com histórico escolar devidamente registrado. |
| NÍVEL I | Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área a partir do 2º semestre/ fase/ período. |

d) Ciências, Ensino Religioso, Geografia, História, Inglês, Língua Portuguesa e Matemática – Anos Finais

| | |
|----------|---|
| NÍVEL II | Diploma de curso superior de licenciatura plena na Área com histórico escolar devidamente registrado. |
| NÍVEL I | Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área a partir do 2º semestre/ fase/ período. |

e) Ética e Cidadania – Anos Iniciais e Anos Finais

| | |
|----------|--|
| NÍVEL II | Diploma de curso superior de licenciatura plena nas Áreas de Filosofia, Sociologia, Pedagogia, História, Geografia e Ciências Biológicas com histórico escolar devidamente registrado. |
| NÍVEL I | Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura nas áreas de Filosofia, Sociologia, Pedagogia, História, Geografia e Ciências Biológicas a partir do 2º semestre/fase/período. |

ÁREA – EDUCAÇÃO ESPECIAL

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a disciplina de opção do candidato:

a) Educação Especial (Segundo professor) – Educação Infantil, Ensino Fundamental e EMEJA

| | |
|----------|---|
| NÍVEL II | Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Educação Especial ou Normal Superior, com histórico escolar devidamente registrado. |
| NÍVEL I | Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área de Educação Especial a partir do 2º semestre/fase/período. |

b) Libras – Educação Infantil, Ensino Fundamental e EMEJA

| | |
|----------|--|
| NÍVEL II | Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Educação Especial ou Normal Superior, com histórico escolar devidamente registrado. Comprovar ainda curso de formação em libras com no mínimo 120 horas. |
| NÍVEL I | Certidão de Frequência que comprove estar cursando licenciatura na área da Educação a partir do 2º semestre/fase/período. Comprovar ainda curso de formação em libras com no mínimo 120 horas. |

ÁREA – ESPECIALISTAS

A habilitação mínima exigida para a inscrição é a constante na tabela abaixo de acordo com a especialidade do candidato:

a) Supervisor Escolar - Educação Infantil, Ensino Fundamental e EMEJA

Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em Supervisão Escolar, com histórico escolar devidamente registrado.

b) Orientador Escolar - Educação Infantil, Ensino Fundamental e EMEJA

Diploma de curso superior de licenciatura plena em Pedagogia, com habilitação em Orientação Escolar, com histórico escolar devidamente registrado.

c) Terapeuta Ocupacional – Equipe Multidisciplinar de Apoio Pedagógico

Diploma de curso superior de bacharel em Terapia Ocupacional Bacharel com registro no órgão competente e CREFITO III - DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS

a) Ao candidato portador de necessidades especiais é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo devendo assinalar sua condição no item específico do requerimento de Inscrição.

b) Será reservada vaga para candidato portador de necessidades especiais, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a necessidade especial de que seja portador, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações

c) O candidato portador de necessidades especiais integrará a listagem geral e será classificado de acordo com sua opção, área e disciplina, observada a ordem de classificação.

d) Não havendo candidatos aprovado se classificados para as vagas reservadas para pessoa portadora de necessidades especiais, as mesmas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados neste Processo Seletivo.

e) Será considerada pessoa portadora de necessidade especial aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, Decreto Federal nº 5.296/2004 e suas alterações, Lei Estadual nº 12.870/2004 e na Lei Federal nº 7.853/1989.

f) O candidato portador de necessidades especiais deverá anexar à ficha de inscrição: cópia autenticada de laudo médico especificando a respectiva necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças- CID. Deverá constar também a indicação de que a necessidade especial não impeça o candidato ao exercício do cargo a que se inscreveu. A data de expedição do referido laudo deverá ser igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

g) O candidato inscrito para a referida vaga que deixar de atender no prazo editalício as determinações do edital terá sua inscrição invalidada. O mesmo candidato passará a concorrer unicamente como candidato não portador de necessidades especiais.

h) O candidato portador de necessidades especiais submeter-se-á, quando convocado, à avaliação por equipe multiprofissional, conforme Decreto Federal nº 3.298/99 e Decreto Federal nº 5.296/04, que terá a decisão terminativa sobre:

1 - Candidato como portador de necessidades especiais ou não; e

2 - O grau de necessidade especial - capacitante ou não - para o exercício do cargo.

i) O candidato portador de necessidades especiais participará deste Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

j) Não será admitido recurso relativo à condição de portador de necessidades especiais de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

IV – DO PEDIDO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

a) O candidato inscrito ou não como pessoa portadora de necessidades especiais, que necessitar de condições especiais para a realização da prova, deverá requerê-lo por escrito, no ato da inscrição, relacionando as condições que julgar necessárias.

b) O atendimento às condições solicitadas por candidato portador de necessidades especiais ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

c) O candidato portador de necessidades especiais que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

d) Não será realizado atendimento domiciliar, em qualquer hipótese. Também não será permitido o atendimento em hospital fora da cidade sede de realização da prova.

V - DAS INSCRIÇÕES

Ao candidato só será permitida uma inscrição, com as devidas escolhas, conforme item d deste Capítulo.

a) A ficha de inscrição deverá obrigatoriamente ser preenchida pelo candidato e protocolada entre os dias 03 a 13 de novembro de 2015, das 08h às 13h30, na sede da Prefeitura de Garuva, na Secretaria Municipal de Educação, estabelecida na Avenida Celso Ramos, 1614 – Centro – Garuva - SC;

b) A ficha de inscrição estará disponível no Anexo II deste Edital;

PARÁGRAFO ÚNICO - O Professor e/ou especialista não poderá se inscrever neste processo seletivo quando tiver sido dispensado em contrato anterior, nos últimos 2 (dois) anos, em decorrência de processo administrativo disciplinar;

c) É de responsabilidade do candidato comunicar por escrito à Secretaria Municipal de Educação, alterações de endereço e número de telefone, após a inscrição;

d) O candidato poderá se inscrever por meio de procuração, desde que a mesma seja definida para o referido ato e registrada em cartório, com data mínima de 30 (trinta) dias;

d) O candidato poderá se inscrever conforme tabela abaixo:

- Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais;
- Educação Infantil e 01 (uma) Disciplina;
- Educação Infantil e Especialista;
- Educação Infantil e Educação Especial (2º Professor);
- Educação Infantil e Educação Especial (Libras);
- Ensino Fundamental Anos Iniciais e 01 (uma) Disciplina;
- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Especialista;
- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Especial (2º Professor);
- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Especial (Libras);
- Ensino Fundamental Anos Finais – 02 (duas) Disciplinas
- Ensino Fundamental Anos Finais 01 (uma) Disciplina e Especialista;
- Ensino Fundamental Anos Finais 01 (uma) Disciplina e Educação Especial (2º Professor);
- Ensino Fundamental Anos Finais 01 (uma) Disciplina e Educação Especial (Libras).

VI - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A homologação das inscrições será divulgada em 18 de novembro de 2015 a partir das 09h, pela internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva.

VII – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E CONFIRMAÇÃO DO LOCAL

a) A prova escrita será realizada no dia 06 de dezembro de 2015, conforme tabela abaixo:

| Horário | Local |
|----------------|---|
| 08h30 às 11h30 | Escola Municipal Vicente Vieira Rua Antonio Ladislau de Araújo, 802 – Centro – Garuva – SC |

b) Em caso de mudança do local, o mesmo será divulgado pela internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva.

c) É responsabilidade exclusiva do candidato ou de seu representante legal informar-se sobre o local de realização da prova.

d) Em nenhuma hipótese será realizada qualquer prova escrita fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas;

e) A Comissão reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior;

f) A realização da prova escrita na data prevista dependerá da disponibilidade de locais adequados à sua realização;

g) Havendo alteração da data prevista, a prova escrita poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais;

h) O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova escrita mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial com foto, original ou fotocópia autenticada. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza;

i) Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral;

Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei n.º 9.503/97); Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada;

j) Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova escrita, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há no máximo 30 (trinta) dias;

k) Para realizar a prova será permitido ao candidato o uso exclusivo de caneta esferográfica tinta azul ou preta;

l) O candidato que, durante a realização da prova escrita, for encontrado de posse, de qualquer tipo de relógio, telefone celular, pager, beep, calculadora, controle remoto, alarme de carro ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos, em funcionamento ou não, terá sua prova anulada e, com isso, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo;

m) Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova escrita serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado para o início da prova. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido;

n) O candidato que chegar ao local da prova escrita após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Processo Seletivo. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato;

o) O acesso às salas de provas de pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local e em casos específicos;

p) O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início;

q) O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal;

r) Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas;

s) Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e cartão-resposta devidamente preenchido e assinado;

t) Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente;

u) Será permitido levar o rascunho do gabarito;

v) Fica assegurado às mães lactantes o direito de participarem do teste seletivo, nos critérios e condições estabelecidas pelos artigos 227 da Constituição Federal, artigo 4º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e artigos 1º e 2º da Lei nº 10.048/2000. A candidata que seja mãe lactante deverá indicar esta condição na respectiva ficha de inscrição, para que sejam tomadas as providências necessárias pela Comissão do teste seletivo. As mães poderão retirar-se, temporariamente, das salas/locais onde estarão sendo realizadas as provas, para atendimento aos seus bebês em sala especial a ser reservada pela Comissão do teste seletivo. Para a amamentação, o bebê deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela coordenação local do teste seletivo (sala dos professores). O bebê deverá estar acompanhado somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Comissão do teste seletivo. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de "fiscal" que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

VIII - DAS PROVAS

Etapa 1: PROVA ESCRITA – De caráter eliminatório

a) O processo seletivo constará de Prova Escrita Objetiva valorada de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, no qual o candidato deverá alcançar no mínimo 40% (quarenta) por cento de acerto.

b) A prova escrita objetiva será composta por 20 (vinte) questões no formato de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas de resposta, de "A" a "D", das quais somente 1 (uma) deverá ser assinalada como correta.

c) As 20 (vinte) questões terão valor de 0,5 (zero vírgula cinco) pontos cada questão, sendo 10 (dez) questões de conhecimentos gerais e 10 (dez) questões específicas.

d) As questões das provas versarão sobre o conteúdo programático constante do Anexo I deste Edital.

e) O gabarito preliminar estará à disposição dos interessados no dia 06 de dezembro de 2015 a partir das 13h, pela Internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

f) O gabarito oficial será divulgado no dia 07 de novembro de 2015, a partir das 13h pela Internet no endereço eletrônico <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

g) No dia 10 de dezembro de 2015 a partir das 13h30 será divulgada a Lista Preliminar dos Aprovados;

h) No dia 14 de dezembro de 2015 a partir das 13h30 será divulgada a Lista Final dos Aprovados;

i) Não serão disponibilizados os cadernos de provas utilizados pelos candidatos.

Etapa 2: PROVA DE TÍTULOS – De caráter classificatório

a) Títulos: pós-graduação, cursos de aperfeiçoamento (limite de 10 pontos). Somente serão aceitos cursos realizados no período de 01/01/2013 a 31/10/2015;

b) Tempo de Serviço (limite de 10 pontos) – Modelo no Anexo III deste Edital.

c) É responsabilidade do candidato a entrega dos documentos da Prova de Títulos e/ou Tempo de Serviço no ato da inscrição, conforme normas previstas neste Edital;

d) Os documentos que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, não serão considerados;

e) Os comprovantes dos títulos não serão devolvidos ao candidato nem serão fornecidas cópias destes. Portanto, os candidatos deverão trazer cópia legível dos referidos e também as vias originais para que, no ato da inscrição, sejam conferidos e validados. Não serão realizadas cópias na Secretaria Municipal de Educação;

f) Os comprovantes de tempo de serviço deverão ser entregues em vias originais, com exceção de comprovantes em CTPS (Carteira de Trabalho da Previdência Social) que deverão ser entregues em cópias legíveis e apresentar a original no ato da inscrição, para que sejam conferidos e validados;

g) Não serão aceitos títulos encaminhados por qualquer outro meio a não ser o descrito neste edital;

h) A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de Títulos e/ou Tempo de Serviço implicará na imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais;

i) A escolha dos títulos a serem encaminhados é de inteira responsabilidade do candidato. À Comissão Organizadora cabe apenas avaliar os títulos entregues pelo candidato, no ato da inscrição. Não serão aceitos acréscimos de outros documentos após a inscrição realizada;

- j) A Comissão não poderá alterar a opção do candidato preenchida no requerimento de inscrição, quanto ao nível de escolaridade caso o documento apresentado não comprove a escolaridade mínima exigida conforme normas do Edital;
- k) Nos documentos apresentados para a prova de títulos devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso ou do evento;
- l) A avaliação do tempo de serviço será feita através de atestado de tempo de serviço no magistério estadual, municipal, federal, privado ou carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso), e obterá a pontuação conforme tabela abaixo;
- m) Para efeito de pontuação relativa ao título de tempo de serviço no magistério não será considerada fração de ano nem sobreposição de tempo nos documentos apresentados, mesmo que em instituições diferentes;
- n) Não será computado para efeito de pontuação ao título de tempo de serviço no magistério, o tempo de serviço do servidor aposentado ou com processo de aposentadoria em tramitação;
- o) Não será computado também, o título de tempo de serviço no magistério, o tempo de estágio, de monitoria e de bolsa de estudo, nem o tempo de trabalho voluntário exercido na condição de estudante;
- p) A prova de títulos será avaliada da seguinte forma (até o limite máximo de 10 pontos):

Professor Nível I - Magistério/ Ensino Médio na Modalidade Normal ou cursando licenciatura

| | |
|---|--|
| Magistério | 5 |
| Cursando Graduação – 5º ao 8º semestre/ fase/ período | 4 |
| Cursando Graduação – 2º ao 4º semestre/ fase/ período | 2 |
| PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa | 2 pontos |
| Cursos de Capacitação – 40h (mínimo) 480h (máximo) | 0,25 pontos a cada 40h até o limite de 3 pontos |

Professor Nível II Habilitado na área (Graduado) e Especialistas (Supervisor e Orientador Escolar)

| | |
|--|---|
| Doutorado | 10 pontos |
| Especialização Strictu Sensu - Mestrado | 8 pontos |
| Especialização Latu Sensu – Pós Graduação (mínimo de 360h) | 6 pontos |
| PNAIC – Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa | 2 pontos |
| Cursos de Capacitação – 40h (mínimo) 480h (máximo) | 0,25 pontos a cada 40h até o limite de 3 pontos |
| Atestado de tempo de serviço (na área) | 0,20 pontos a cada 6 meses até o limite de 10 pontos |

Tempo de Serviço para Níveis I e II (limite de 10 pontos)

Terapeuta Ocupacional

| | |
|--|--|
| Doutorado | 10 pontos |
| Especialização Strictu Sensu - Mestrado | 8 pontos |
| Especialização Latu Sensu – Pós Graduação (mínimo de 360h) | 6 pontos |
| Cursos de Capacitação – 40h (mínimo) 480h (máximo) | 0,25 pontos a cada 40h até o limite de 3 pontos |

Tempo de Serviço para o cargo de Terapeuta Ocupacional não será computado.

IX - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

a) Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados pela Comissão organizadora, pelo nível, pela disciplina/modalidade e pela habilitação mínima exigida, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo, segundo a ordem decrescente de pontuação final, conforme a seguinte fórmula:

$$PF = [(PO \times 4) + (PT \times 3) + (TS \times 3)] : 10 \text{ PF – Pontuação Final}$$

PO – Prova Objetiva

PT – Prova de Títulos

TS – Tempo de Serviço

b) Em caso de empate na pontuação no Processo Seletivo, terá preferência o candidato com maior idade;

c) Os candidatos portadores de necessidades especiais concorrerão conforme o Capítulo III deste Edital.

X - DOS RECURSOS

a) O candidato que tiver qualquer discordância em relação a qualquer etapa do processo (homologação de inscrição /questões de prova / gabarito preliminar / resultado preliminar) terá até 24 horas (vinte e quatro) para recorrer após as publicações preliminares no site <http://www.garuva.sc.gov.br> e mural da Prefeitura Municipal de Garuva;

b) Para recorrer, o candidato deverá utilizar de requerimento e protocolar na Secretaria de Educação na Prefeitura Municipal de Garuva, direcionada ao Presidente da Comissão, dentro das 24 (vinte e quatro) horas, respeitando o horário de expediente da Prefeitura;

c) Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifique. Recurso inconsistente ou intempestivo será indeferido;

d) Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão encaminhados aos requerentes;

e) Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo;

f) Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente pelo candidato, independentemente de

haver recurso.

g) Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo. A decisão final da COMISSÃO será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

XI - DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

O resultado final de classificação será divulgado no site da Prefeitura (<http://www.garuva.sc.gov.br>), e no mural da Prefeitura de Garuva no dia 17 de dezembro de 2015 a partir das 13h;

XII - DA ESCOLHA DE VAGAS

a) A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada no dia 11 de janeiro de 2016 às 9h, na Escola Municipal Vicente Vieira;

b) A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração;

c) A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo a ordem de classificação, mediante a existência de vaga na área. No ato da escolha o candidato será chamado verbalmente por três vezes, não havendo resposta, o candidato ficará impedido de ocupar a vaga, sendo considerada desistência de vaga, conforme determina o item d a seguir;

d) O candidato que não se apresentar no dia e horário determinados para a escolha de vaga na área, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas na área, constituirá nova ordem de classificação, ou seja, irá para o final da listagem na área, aguardando uma nova chamada na área;

Parágrafo único: para fins de comprovação de não comparecimento no ato da chamada verbal por três vezes, a Secretaria de Educação deverá preencher Termo de Desistência por Não Comparecimento e constar a assinatura do responsável da Secretaria de Educação, juntamente com três testemunhas presentes no ato da chamada.

e) O candidato que, na escolha da vaga desistir da mesma, assinará o Termo de Desistência da referida vaga, indo para o final da listagem na área;

f) O candidato que escolher vaga e no decorrer do ano letivo necessitar de redução de carga horária deverá encaminhar a Secretaria Municipal de Educação justificativa e aguardar a manifestação, que poderá atender ou não, de acordo com as necessidades de excepcional interesse público;

g) A chamada dos classificados ao cargo de professor nível I deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos classificados ao cargo de professor nível II;

h) Após cada chamada será reprocessada a classificação constituindo nova listagem na área. Ou seja, a cada chamada encerrada constituir-se-á nova listagem de classificação na área;

i) O Candidato deverá entregar a documentação de admissão contida no Capítulo XIII deste Edital, no Departamento de Recursos Humanos em até 02 (dois) dias úteis após a escolha da vaga na área. Os exames médicos admissionais (ASO) deverão ser realizados pelo candidato mediante agendamento prévio realizado pelo Técnico de Segurança do Trabalho da Prefeitura de Garuva, sem direito a reagendamento, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Garuva em até 10 (dez) dias corridos após a escolha de vaga na área,

j) Passado este prazo, fica a Secretaria de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação na área. Caso o candidato não se apresente no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.

XIII - DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA ADMISSÃO

a) Os documentos exigidos para a Admissão deverão ser entregues 02 (dois) dias úteis, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Garuva, conforme segue:

Cópia simples dos seguintes documentos:

1. Certidão de nascimento (se solteiro);

2. Certidão de casamento (se casado);

3. Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);

4. RG e CPF;

5. Título de eleitor;

6. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil);

7. Cartão do PIS/PASEP;

8. Certificado de reservista;

9. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;

10. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos;

11. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH);

12. Certidões negativas de antecedentes Criminais e Cível – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos. Disponível em: <http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>;

13. Certidão de quitação eleitoral. Disponível em: <http://tse.jus.br/servicos/certidoes/certidao-de-quitacaoeleitoral>;

14. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa. Disponível em: http://cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

15. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH);

16. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição (fornecida pelo RH);

17. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;

18. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário, contendo o nome do banco, a agência e o número da conta, para crédito de salário;

19. 01 foto 3x4 RECENTE;

20. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH);

21. Declaração de dependência econômica, para quem declara IR (fornecida pelo RH);

22. ASO (a guia será entregue após a escolha de vaga, o candidato terá o prazo máximo de 10 dias para sua realização).

Cópia autenticada dos seguintes documentos:

1. Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA e histórico escolar);

2. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
3. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
4. Registro no órgão de classe (quando o cargo requerer).

XIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) O candidato classificado que escolher vaga será admitido em caráter temporário no ano de 2016 de acordo com a legislação em vigor;
- b) O processo seletivo de que trata este Edital terá validade para o ano letivo de 2016, conforme Lei Complementar;
- c) Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora;
- d) As provas serão incineradas 120 dias após a divulgação dos resultados.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 15 de outubro de 2016.

Jucilene Furlan

Presidente da Comissão

Portaria 152/2015

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS

| CARGO | CONTEÚDO PROGRAMÁTICO |
|---|---|
| Professor Nível I e II, Supervisor Escolar e Orientador Escolar | LDB 9394/96 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm ECA http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm PNE (Plano Nacional de Educação) LEI nº 13.005 de 25/07/2014 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Lei/L13005.htm |
| CARGO | CONTEÚDO PROGRAMÁTICO |
| Terapeuta Ocupacional | LEI No 6.316, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1975. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6316.htm DECRETO-LEI Nº 938, DE 13 DE OUTUBRO DE 1969. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0938.htm RESOLUÇÃO Nº 425, DE 3 DE MAIO DE 2013 http://www.coffito.org.br/site/index.php/home/resolucoes-coffito/502-resolucao-n-423-de-03-de-maio-de-2013-stabelece-o-codigo-de-processo-etico-disciplinar-da-fisioterapia-e-da-terapia-ocupacional.html |

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

| | |
|---|---|
| NOME DO(A) CANDIDATO(A) | Nº DA INSCRIÇÃO |
| ENDEREÇO/ E-MAIL | DATA DA INSCRIÇÃO ____/____/2015 |
| TELEFONES | () Nível I () Nível II |
| INSCRIÇÃO | TABELA DE INSCRIÇÃO |
| <input type="checkbox"/> Educação Infantil <input type="checkbox"/> Anos Iniciais <input type="checkbox"/> Nivelamento <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa <input type="checkbox"/> Inglês <input type="checkbox"/> Matemática <input type="checkbox"/> Geografia <input type="checkbox"/> História <input type="checkbox"/> Ética e Cidadania <input type="checkbox"/> Artes <input type="checkbox"/> Ens.Religioso <input type="checkbox"/> Ed. Física <input type="checkbox"/> Ciências <input type="checkbox"/> 2º Professor <input type="checkbox"/> Libras <input type="checkbox"/> Supervisor Escolar <input type="checkbox"/> Orientador Escolar <input type="checkbox"/> Terapeuta Ocupacional | <ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais; • Educação Infantil e 01 (uma) Disciplina; • Educação Infantil e Especialista; • Educação Infantil e Educação Especial (2º Professor); • Educação Infantil e Educação Especial (Libras); • Ensino Fundamental Anos Iniciais e 01 (uma) Disciplina; • Ensino Fundamental Anos Iniciais e Especialista; • Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Especial (2º Professor); • Ensino Fundamental Anos Iniciais e Educação Especial (Libras); • Ensino Fundamental Anos Finais – 02 (duas) Disciplinas • Ensino Fundamental Anos Finais 01 (uma) Disciplina e Especialista; • Ensino Fundamental Anos Finais 01 (uma) Disciplina e Educação Especial (2º Professor); • Ensino Fundamental Anos Finais 01 (uma) Disciplina e Educação Especial (Libras). |
| Declaro que aceito todas as normas especificadas no Edital de abertura deste Teste Seletivo e que possuo todos os documentos exigidos no mesmo, para a qual me candidato. Sou responsável pelo preenchimento da ficha de Inscrição, pelas informações aqui prestadas e sob as penas da Lei em caso de Declaração falsa. | |
| Assinatura do(a) candidato(a) Assinatura do Responsável pelo recebimento Da Inscrição | |

ANEXO III
MODELO DE ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO

Identificação da Instituição privada ou instituição pública (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço).

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o Edital do Processo Seletivo para Admissão de Professores em Caráter Temporário do ano letivo de 2016, que o Senhor(a) _____, nascido(a) em ____/____/____, portador do RG nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, exerceu ou ainda exerce atividades no magistério nesta Instituição, no cargo de Professor, conforme tabela especificada:

PERÍODO DE: // a // _____

PERÍODO DE: // a // _____

PERÍODO DE: // a // _____

PERÍODO DE: // a // _____

PERÍODO DE: // a // _____

Declaramos sob as penas do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

Local, ____/____/____.

(Assinatura e carimbo do responsável pela instituição)

PORTARIA Nº 161/2015

PORTARIA Nº. 161, de 13 de outubro de 2015

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, Processo n.º 2270/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora FRANCINE MILE ROMÃO.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Especialista Superior, Classe Pleno, referência “A”.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 13 de outubro de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.594, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.594, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA WELLINGTON VILVERT PARA O CARGO DE DIRETOR DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei Municipal nº 2.612/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 09 de outubro de 2015, WELLINGTON VILVERT, CPF nº 037.101.359-31, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Indústria e Comércio, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.596, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.596, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

REGULAMENTA A LEI N. 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES PREVISTO NO INCISO XXXIII DO CAPUT DO ART. 5º, NO INCISO II DO § 3º DO ART. 37 E NO § 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, NO MUNICÍPIO DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º - Este decreto regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Executivo Municipal, estabelecendo procedimentos e outras providências correlatas a serem observados por seus órgãos e entidades, bem como pelas entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos do Município para a realização de atividades de interesse público, visando garantir o direito de acesso à informação, conforme específica.

Parágrafo único. O direito de acesso à informação de que trata este decreto não exclui outras hipóteses de garantia do mesmo direito, previsto em legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º - Os órgãos e entidades municipais assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, mediante a adoção de procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios que regem a Administração Pública e as diretrizes previstas nos artigos 3º e 4º deste decreto.

Art. 3º - Os procedimentos previstos neste decreto devem ser executados em conformidade com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública;

V - desenvolvimento do controle social da Administração Pública.

Art. 4º - Cabe aos órgãos e entidades municipais, observadas as normas e procedimentos previstos neste decreto, assegurar:

I - a gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II - a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade;

III - a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Art. 5º - O acesso à informação previsto neste decreto compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados pelos órgãos ou entidades municipais, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com os órgãos ou entidades municipais, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades municipais, inclusive as relativas a sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente a administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações e contratos administrativos;

VII - informação relativa:

a) a implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades municipais, bem como metas e indicadores propostos;

b) o resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

Art. 6º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - informação - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - dados processados - dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;

III - documento - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

IV - informação sigilosa - informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

V - informação pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;

VI - tratamento da informação - conjunto de ações referentes a

produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VII - disponibilidade - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VIII - autenticidade - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

IX - integridade - qualidade da informação não modificada, inclusive quanto a origem, trânsito e destino;

X - primariedade - qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

XI - informação atualizada - informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e

XII - documento preparatório - documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

Art. 7º - A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

Art. 8º - Sujeitam-se ao disposto neste decreto os órgãos da Administração Direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§ 1º. A divulgação de informações de empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pelo Município que atuem em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no Art. 173 da Constituição Federal, submete-se às normas pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários, a fim de assegurar sua competitividade, governança corporativa e, quando houver, os interesses de acionistas minoritários.

§ 2º. Não se sujeitam ao disposto neste decreto as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, obtidas pela fiscalização tributária ou por outros órgãos ou entidades municipais no exercício de suas atividades regulares de fiscalização, controle, regulação e supervisão, cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.

Art. 9º - O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica:

I - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça; e

II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos, ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, na forma do §1º do Art. 7º da Lei n. 12.527, de 2011.

CAPÍTULO III DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 10 - É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal promover, independentemente de requerimento, a divulgação, na Internet, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Serão divulgadas no Portal da Transparência, na Internet, sem prejuízo da divulgação em outros sítios dos órgãos e entidades municipais, as informações sobre:

I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;

II - programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;

III - repasses ou transferências de recursos financeiros;

IV - execução orçamentária e financeira detalhada;

V - licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;

VI - remuneração e subsídios recebidos por ocupantes de cargos, empregos ou funções públicas, que estejam na ativa ou inativos, incluídos eventuais auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões, de forma individualizada, conforme ato da Diretoria do Departamento Pessoal.

VII - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade; e

VIII - contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do Art. 40 da Lei n. 12.527, de 2011, e endereço, telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.

§ 2º Será disponibilizado nos sítios na Internet da Prefeitura Municipal e dos órgãos e entidades banner na página inicial, que dará acesso à seção específica do Portal da Transparência;

§ 3º As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

§ 4º No caso das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pela Prefeitura Municipal, que atuem em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no Art. 173 da Constituição Federal, aplica-se o disposto no § 1º do Art. 8º deste Decreto.

§ 5º A divulgação das informações previstas no § 1º não exclui outras hipóteses de publicação e divulgação de informações previstas na legislação.

Art. 11 - Os sítios na Internet da Prefeitura Municipal, órgãos e entidades deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

I - conter formulário para pedido de acesso à informação;

II - conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;

III - possibilitar gravação de relatórios em formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;

IV - possibilitar acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;

V - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

VI - garantir autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;

VII - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;

VIII - disponibilizar instruções sobre a forma de comunicação do requerente com o órgão ou entidade;

IX - garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

Parágrafo único. Os requisitos previstos neste artigo poderão ser limitados sempre que a disponibilização comprometer a segurança das informações ou dos sistemas.

CAPÍTULO IV DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Seção I

Do Serviço de Informação ao Cidadão

Art. 12 - Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, coordenado pela Diretoria Geral de Auditoria e Controladoria, e que funcionará no Paço Municipal, no horário de expediente do órgão, com o objetivo de:

I - receber e registrar pedidos de acesso à informação;

II - atender, informar e orientar o público quanto ao acesso à

informação;

III - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades.

§ 1º Compete ao SIC:

I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II - o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e

III - o encaminhamento do pedido para o responsável indicado na respectiva Secretaria da área requerida, a fim de que sejam providenciados atendimento, justificativas, tratamento de informações pessoais ou sigilosas contidas nas informações e documentos disponibilizados e reposta ao requerente;

§ 2º Caso seja formalizado pedido de acesso em qualquer unidade descentralizada em que não houver SIC, o pedido será encaminhado ao SIC mencionado no caput deste artigo, que comunicará ao requerente o número do protocolo e a data de recebimento do pedido, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Seção II

Do Pedido de Acesso à Informação

Art. 13 - Qualquer pessoa, natural ou jurídica, devidamente identificada, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º Serão admitidos pedidos de acesso à informação por correspondência física, presencialmente no SIC ou via sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão responsável no Portal da Transparência do Município.

§ 2º Para fins de controle, os pedidos apresentados serão obrigatoriamente cadastrados em sistema eletrônico específico, com a geração de número de protocolo e certificação da data do recebimento, iniciando-se a contagem do prazo de resposta no primeiro dia útil subsequente;

§ 3º O número de protocolo e o termo inicial do prazo de resposta, quando relativos a pedidos apresentados presencialmente pelo requerente no SIC ou via sistema eletrônico disponibilizado pela Administração Municipal, deverão ser fornecidos ao requerente no momento da apresentação dessas solicitações.

§ 4º No caso de pedido de acesso à informação enviado por carta, a resposta deverá ser fornecida ao requerente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez) a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento da correspondência.

Art. 14 - O pedido de acesso à informação deverá conter, sob pena de não conhecimento:

I - o nome do requerente;

II - o número de documento de identificação válido;

III - a especificação, de forma clara, objetiva e precisa, da informação requerida; e

IV - o endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 15 - Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

§ 1º A informação será disponibilizada ao requerente da mesma forma que se encontrar arquivada ou registrada no órgão ou entidade municipal, não cabendo a estes últimos realizar qualquer trabalho de consolidação ou tratamento de dados, tais como a elaboração de planilhas ou banco de dados.

§ 2º Nas hipóteses do inciso III do "caput" e do § 1º deste artigo, o órgão ou entidade municipal deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

§ 3º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da

parte sob sigilo.

Art. 16 - São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Seção III

Do Procedimento de Acesso à Informação

Art. 17 - Recebido o pedido em conformidade e estando a informação disponível, o acesso será imediato ou em até 24 horas.

§ 1º O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC será o responsável pela transmissão das informações ao responsável, incumbindo a este caso não seja possível o acesso no prazo mencionado no caput, no prazo de até 20 (vinte dias):

I - enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado pelo requerente;

II - comunicar a data, o local e o modo para a realização da consulta à informação, a reprodução ou a obtenção da certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou

V - indicar as razões de fato ou de direito da negativa total ou parcial do acesso.

§ 3º. Nas hipóteses em que o pedido de acesso à informação demandar manuseio de grande volume de documentos ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 2º deste artigo.

§ 4º. Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

§ 5º. Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 4º deste artigo, o interessado poderá solicitar que, às suas expensas e sob a supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

§ 6º O órgão ou entidade municipal poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

Art. 18 - O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por 10 (dez) dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de 20 (vinte) dias.

Art. 19 - Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade municipal deverá orientar o interessado quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

§ 1º. Na hipótese do "caput" deste artigo, o órgão ou entidade desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

§ 2º. A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

Art. 20 - Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o órgão ou entidade, observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao interessado a Guia de Recolhimento, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 1º O custo de reprodução de documentos será estabelecido com base no valor da cópia constante de contrato de serviços de impressão e reprodução em vigência no âmbito da Prefeitura Municipal, se houver, ou será a média dos valores obtidos mediante pesquisa em pelo menos 3 (três) fornecedores do ramo localizados no município, pesquisa esta que deve ser realizada em periodicidade mínima anual e cujos comprovantes devem ser arquivados pelo SIC.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da

Lei n. 7.115, de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

§ 3º Caso seja uma alternativa comprovadamente mais viável para resposta, o SIC poderá, garantida a segurança na movimentação de processos requeridos, solicitar a indicação, pelo requerente, de empresa ou entidade idônea onde possam ser terceirizadas as cópias, sob acompanhamento presencial de um servidor indicado pelo SIC, ficando o requerente responsável pelo pagamento das despesas com a reprodução.

Art. 21 - Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I – as razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - a possibilidade e prazo de apresentação do recurso cabível, com indicação da autoridade que o apreciará; e

III - a possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

§1º As razões da negativa de acesso à informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação e a autoridade que a classificou.

§2º O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso e de pedido de desclassificação da informação.

Art. 22 - Os acessos a documento preparatório ou informação nele contida, utilizados como fundamento de tomada de decisão ou de ato administrativo, serão assegurados a partir da edição do ato ou da decisão.

Seção IV

Dos Recursos

Art. 23 - Caberá pedido de recurso, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da ciência da decisão ou do decurso do prazo sem manifestação, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão ou tenha se omitido, nas seguintes hipóteses:

I - ausência de resposta ao seu pedido dentro do prazo regulamentar, incluindo eventual prorrogação;

II - resposta incompleta, obscura, contraditória ou omissa;

III - não conhecimento ou improcedência do pedido.

§ 1º Os pedidos de revisão de que trata este artigo serão apreciados no prazo de 5(cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à sua apresentação.

§ 2º Desprovido o recurso de que trata o caput, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de 10(dez) dias, contado da ciência da decisão, à Comissão de Avaliação de Informações – CAI, que deverá se manifestar em cinco dias contados do recebimento do recurso.

Art. 24 - A Comissão poderá determinar que o setor, órgão ou entidade preste os esclarecimentos necessários para a avaliação do recurso, e promoverá a sua decisão com fundamento na legislação pertinente, das seguintes formas:

I - provido o recurso, a Comissão fixará prazo para o cumprimento da decisão pelo setor, órgão ou entidade responsável;

II – não provido o recurso, a comissão dará ciência ao requerente de sua decisão, pelo mesmo meio a qual foi realizado anteriormente.

Seção V

Dos Prazos e Das Intimações

Art. 25 - Os prazos fixados neste decreto serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o do vencimento.

Art. 26 - Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que tramita o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 27 - Considera-se intimado o requerente:

I - quando a informação ou decisão for enviada para o seu endereço eletrônico, na data do envio;

II - quando a informação for enviada para o seu endereço físico, na

data do recebimento do AR - Aviso de Recebimento;

III - na hipótese do inciso II do § 2º do Art. 15 deste decreto, a partir da data indicada para consulta ou reprodução.

CAPÍTULO V

DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO

Seção I

Da Classificação de Informações quanto ao Grau e Prazos de Sigilo
Art. 28 - São passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;

II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País;

III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso de órgãos Federais, Estaduais, Municipais, e/ou de organismos internacionais;

IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;

V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;

VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas e/ou Policiais de âmbito Federal, Estadual e/ou Municipal;

VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional, observado o disposto no inciso II do “caput” do Art. 9º deste decreto;

VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações.

Art. 29 - A informação em poder dos órgãos e entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada no grau ultrassecreto, secreto ou reservado.

Art. 30 - Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerando:

I - a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado; e

II - o prazo máximo de classificação em grau de sigilo ou o evento que defina seu termo final.

Art. 31 - Os prazos máximos de restrição de acesso à informação conforme o grau de classificação vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

I - grau ultrassecreto: 25 (vinte e cinco) anos;

II - grau secreto: 15 (quinze) anos;

III - grau reservado: 5 (cinco) anos.

§ 1º. Poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.

§ 2º. Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que define o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

Art. 32 - As informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito, Vice-Prefeito, seus cônjuges ou companheiros e filhos serão classificadas no grau reservado e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Art. 33 - A classificação de informação é de competência:

I - no grau ultrassecreto, do Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito em exercício;

II - no grau secreto e reservado, o Prefeito, o Vice-Prefeito em exercício e os Secretários Municipais, os titulares de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 1º É vedada a delegação da competência de classificação das informações.

Seção II

Dos Procedimentos para Classificação de Informação

Art. 34 - A decisão que classificar a informação em qualquer grau de sigilo deverá ser formalizada em Termo de Classificação de Informação – TCI, contendo o seguinte:

I - grau de sigilo;

II - categoria na qual se enquadra a informação;

III - tipo de documento;

IV - data da produção do documento;

V - indicação de dispositivo legal que fundamenta a classificação;

VI - razões da classificação, observados os critérios estabelecidos no Art. 30;

VII - indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, observados os limites previstos no Art. 31;

VIII - data da classificação; e

IX - identificação da autoridade que classificou a informação.

§ 1º O Termo de Classificação de Informação seguirá anexo à informação.

§ 2º As informações previstas no inciso VI do caput deste artigo deverão ser mantidas no mesmo grau de sigilo que a informação classificada.

Art. 35 - Na hipótese de documento que contenha informações classificadas em diferentes graus de sigilo, será atribuído ao documento tratamento do grau de sigilo mais elevado, ficando assegurado o acesso às partes não classificadas por meio de certidão, extrato ou cópia, com ocultação da parte sob sigilo.

Seção III

Da Desclassificação e Reavaliação da Informação Classificada em Grau de Sigilo

Art. 36 - A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, para desclassificação ou redução do prazo de sigilo.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, além do disposto no Art. 31, deverá ser observado:

I - o prazo máximo de restrição de acesso à informação, previsto no Art. 31;

II - a permanência das razões da classificação;

III - a possibilidade de danos ou riscos decorrentes da divulgação ou acesso irrestrito da informação;

Art. 37 - O pedido de desclassificação ou reavaliação da classificação poderá ser apresentado ao SIC independentemente de existir prévio pedido de acesso à informação.

Art. 38 - Negado o pedido de desclassificação ou de reavaliação, o requerente poderá apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da negativa, nos termos e instâncias previstas no Art. 23.

Art. 39 - A decisão da desclassificação, reclassificação ou redução do prazo de sigilo de informações classificadas deverá constar das capas dos processos, se houver, e de campo apropriado no Termo de Classificação de Informação.

CAPÍTULO VI

DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES – CAI

Art. 40 - Fica instituída a Comissão de Avaliação de Informações – CAI, com as seguintes atribuições:

I - opinar sobre a informação produzida para fins de classificação em qualquer grau de sigilo;

II - assessorar a autoridade classificadora quanto à desclassificação, reclassificação ou reavaliação de informação classificada em qualquer grau de sigilo;

III - propor o destino final das informações desclassificadas, indicando os documentos para guarda permanente, observado o disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e

IV - subsidiar a elaboração do rol anual de informações desclassificadas e documentos classificados em cada grau de sigilo, a ser disponibilizado na Internet.

Art. 41 - A Comissão de Avaliação de Informações, instituída nos termos do artigo anterior, será composta de 05 servidores, sendo 1(um) representante da Procuradoria Geral do Município, 1(um) representante da área de Comunicação do Município, 1(um) representante do Gabinete do Prefeito, 1(um) representante da Secretaria de Administração e Finanças e 1(um) representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, tendo como eventuais suplentes seus substitutos legalmente indicados.

Art. 42 - Compete à Comissão de Avaliação de Informações:

I - rever, de ofício ou mediante provocação, a classificação de informação no grau ultrassecreto ou secreto ou sua reavaliação, no máximo a cada 4 (quatro) anos;

II - requisitar da autoridade que classificar informação no grau ultrassecreto ou secreto esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral, da informação, quando as informações constantes do Termo de Classificação não forem suficientes para a revisão da classificação;

III - decidir os recursos a ela endereçados, encerrando a instância administrativa;

IV - prorrogar, uma única vez e por período determinado, não superior a 25 (vinte e cinco) anos, o prazo de sigilo de informação classificada no grau ultrassecreto, enquanto seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional, à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, limitado ao máximo de 50 (cinquenta) anos o prazo total da classificação;

V - apresentar relatório anual ao Prefeito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

§ 1º. A não deliberação sobre a revisão de ofício, no prazo previsto no inciso I do "caput" deste artigo, implicará a desclassificação automática das informações.

§ 2º. O relatório anual a que se refere o inciso V do "caput" deste artigo é considerado informação de interesse coletivo ou geral e deve ser divulgado no sítio na Internet.

Art. 43 - A Comissão de Avaliação de Informações reunir-se-á ordinariamente, uma vez por bimestre, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Prefeito Municipal ou para avaliação de recurso impetrado por requerente.

Art. 44 - As deliberações da Comissão de Avaliação de Informações serão tomadas por maioria simples dos votos.

CAPÍTULO VII

DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

Art. 45 - O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

Art. 46 - As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem detidas pelos órgãos e entidades:

I - serão de acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos, contado da data de sua produção;

II - poderão ter sua divulgação ou acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem.

Parágrafo único. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de que trata este artigo assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes, conforme o disposto no parágrafo único do Art. 20 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e na Lei Federal nº 9.278, de 10 de maio de 1996.

Art. 47 - O consentimento referido no inciso II do artigo anterior não será exigido quando o acesso à informação pessoal for necessário:

I - a prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, ficando sua utilização restrita exclusivamente ao tratamento médico;

II - a realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente

interesse público ou geral previstos em lei, vedada a identificação da pessoa a que a informação se referir;

III - ao cumprimento de decisão judicial;

IV - a defesa de direitos humanos de terceiros;

V - a proteção do interesse público geral e preponderante.

Art. 48 - A restrição de acesso a informações pessoais de que trata o Art. 45 não poderá ser invocada:

I - com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades conduzido pelo Poder Público;

II - quando as informações pessoais estiverem contidas em conjuntos de documentos necessários à recuperação de fatos históricos de maior relevância.

Art. 49. O pedido de acesso a informações pessoais observará os procedimentos previstos no Capítulo IV e estará condicionado à comprovação da identidade do requerente.

Parágrafo único. O pedido de acesso a informações pessoais por terceiros deverá ainda estar acompanhado de:

I - comprovação do consentimento expresso de que trata o inciso II do caput do Art. 44, por meio de procuração;

II - comprovação das hipóteses previstas no Art. 47;

III - demonstração da necessidade do acesso à informação requerida para a defesa dos direitos humanos ou para a proteção do interesse público e geral preponderante.

Art. 50 - O acesso à informação pessoal por terceiros será condicionado à assinatura de um termo de responsabilidade, que disporá sobre a finalidade e a destinação que fundamentaram sua autorização, sobre as obrigações a que se submeterá o requerente.

§ 1º A utilização de informação pessoal por terceiros vincula-se à finalidade e à destinação que fundamentaram a autorização do acesso, vedada sua utilização de maneira diversa.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações pessoais de terceiros será responsabilizado por seu uso indevido, na forma da lei.

Art. 51 - Aplica-se, no que couber, a Lei no 9.507, de 12 de novembro de 1997, em relação à informação de pessoa, natural ou jurídica, constante de registro ou banco de dados de órgãos ou entidades governamentais ou de caráter público.

CAPÍTULO VIII

DAS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS

Art. 52 - As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para a realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres, deverão dar publicidade às seguintes informações:

I - cópia do estatuto social atualizado da entidade;

II - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade;

III - cópia integral dos convênios, contratos, termos de parcerias, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres realizados com os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, bem como dos respectivos aditivos.

§ 1º. As informações de que trata o "caput" deste artigo serão divulgadas em sítio na Internet da entidade privada e em quadro de avisos de amplo acesso público em sua sede.

§ 2º. A divulgação em sítio na Internet referida no § 1º deste artigo poderá ser dispensada, por decisão do órgão ou entidade pública municipal responsável pelo repasse dos recursos, mediante requerimento da entidade privada sem fins lucrativos, quando esta última não dispuser de meios para realizar a divulgação.

§ 3º. As informações de que trata o "caput" deste artigo deverão ser publicadas a partir da celebração do convênio, contrato, termo de parceria, acordo, ajuste ou instrumento congênere, serão atualizadas periodicamente e ficarão disponíveis até 180 (cento e oitenta) dias após a entrega da prestação de contas final.

Art. 53 - A publicidade a que estão submetidas as entidades mencionadas no artigo anterior refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Parágrafo único. Quaisquer outras informações, além das previstas

nos incisos I a III do "caput" do artigo anterior, deverão ser apresentadas diretamente aos órgãos e entidades municipais responsáveis pelo repasse de recursos.

CAPÍTULO IX

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 54 - Constituem condutas ilícitas que ensejam a responsabilização do agente público:

I - recusar-se, imotivadamente, a fornecer informação requerida nos termos deste decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre a qual tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro ou, ainda, para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros;

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendidos os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no "caput" deste artigo serão apuradas e punidas na forma da legislação em vigor.

§ 2º Pelas condutas descritas no "caput" deste artigo, poderá o agente público ou o prestador de serviço público responder, também, por improbidade administrativa, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 55 - A pessoa natural ou jurídica, inclusive aquela mencionada no Art. 52, que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e praticar conduta prevista no "caput" do Art. 54, estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o Poder Público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 2 (dois) anos;

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º. A sanção de multa poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do "caput" deste artigo.

§ 2º. A multa prevista no inciso II do "caput" deste artigo será aplicada sem prejuízo da reparação pelos danos e não poderá:

I - ser inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais) e nem superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no caso de pessoa natural;

II - ser inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e nem superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), no caso de pessoa jurídica.

§ 3º. A reabilitação referida no inciso V do "caput" deste artigo será autorizada somente quando a pessoa natural ou jurídica efetivar o ressarcimento, ao órgão ou entidade municipal, dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV do "caput" deste artigo.

§ 4º. A aplicação da sanção prevista no inciso V do "caput" deste artigo é de competência exclusiva da autoridade máxima do Executivo Municipal, do órgão ou entidade referido no "caput" do Art. 8º.

§ 5º. O prazo para apresentação de defesa nas hipóteses previstas neste artigo é de 10 (dez) dias, contado da ciência do ato.

Art. 56 - O agente público que tiver acesso a documentos, dados ou informações sigilosos ou pessoais, nos termos deste decreto, é responsável pela preservação de seu sigilo, ficando sujeito às sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação, em caso de eventual divulgação não autorizada.

Art. 57 - Os agentes responsáveis pela custódia de documentos e informações sigilosos ou pessoais sujeitam-se às normas referentes ao sigilo profissional, em razão do ofício, e ao seu código de ética específico, sem prejuízo das sanções legais.

Art. 58 - Os órgãos e entidades municipais respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

CAPÍTULO X

DO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI

Seção I

Da Autoridade Responsável

Art. 59 - O dirigente máximo de cada Secretaria, órgão ou entidade designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para exercer as seguintes atribuições:

I - providenciar o atendimento dos pedidos de acesso encaminhados pelo Serviço de Informações ao Cidadão, no que compete aos assuntos de sua Secretaria, órgão ou entidade;

II - assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei n. 12.527, de 2011;

III - recomendar medidas para aperfeiçoar as normas e procedimentos necessários à implementação deste Decreto;

IV - orientar os servidores e agentes públicos no que se refere ao cumprimento deste Decreto.

Seção II

Das Competências Relativas ao Monitoramento

Art. 60 - Compete à Secretária Municipal de Administração e Finanças e à Diretoria Geral de Auditoria e Controladoria do Município, observadas as competências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste Decreto:

I - definir os formulários padrões, disponibilizados em meio físico e eletrônico, que estarão à disposição no sítio na Internet e no Serviço de Informação ao Cidadão, de acordo com o estabelecido neste Decreto;

II - promover campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização sobre o direito fundamental de acesso à informação;

III - promover o treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

IV - monitorar a implementação da Lei n. 12.527, de 2011, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas neste Decreto;

V - preparar relatório anual com informações referentes à implementação da Lei n. 12.527, de 2011, a ser encaminhado à Câmara Municipal;

VI - avaliar e monitorar a aplicação deste Decreto, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos;

VII - estabelecer orientações normativas de caráter geral a fim de suprir eventuais lacunas na aplicação da Lei n. 12.527, de 2011;

VIII - estabelecer procedimentos, regras e padrões de divulgação de informações ao público, fixando prazo máximo para atualização;

IX - detalhar os procedimentos necessários à busca, estruturação e prestação de informações no âmbito do Poder Executivo Municipal;

e

X - definir, em conjunto com a demais Secretarias Municipais, diretrizes e procedimentos complementares necessários à implementação da Lei nº 12.527, de 2011.

CAPÍTULO XI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61 - As informações classificadas no grau ultrassecreto ou secreto, mesmo após eventual desclassificação, serão definitivamente preservadas, observados os procedimentos de restrição de acesso enquanto vigorar o prazo da classificação.

Art. 62 - As informações classificadas como documentos de guarda permanente serão encaminhadas ao arquivo permanente do órgão responsável, para fins de organização, preservação e acesso.

Art. 63 - As informações classificadas como reservadas, após o término do prazo de classificação ou em caso de eventual desclassificação, as informações que não forem objeto de classificação, as informações pessoais e as informações referidas no artigo 9º deste decreto serão preservadas pelo prazo indicado na tabela de temporalidade específica de cada órgão ou entidade municipal.

Art. 64 - As informações sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de classificação em qualquer grau de sigilo e nem ter seu acesso negado.

Art. 65 - Não poderá ser negado acesso às informações necessárias à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Parágrafo único. O requerente deverá apresentar razões que demonstrem a existência de nexo entre as informações requeridas e o direito que se pretende proteger.

Art. 66 - O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la, sem prejuízo das atribuições de agentes públicos autorizados por lei.

Parágrafo único. O acesso à informação classificada como sigilosa cria, para aquele que a obteve, a obrigação de resguardar o sigilo.

Art. 67 - O Prefeito Municipal e os Secretários adotarão as providências necessárias para que os servidores conheçam as normas e observem as medidas e procedimentos para disponibilização de informações requeridas, bem como para segurança e tratamento de informações pessoais ou classificadas em qualquer grau de sigilo.

Parágrafo único. A pessoa natural ou jurídica, inclusive as entidades privadas sem fins lucrativos, que, em razão de qualquer vínculo com o Poder Público, executar atividades de tratamento de informações classificadas, adotarão as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações.

Art. 68 - O Serviço de Informações ao Cidadão – SIC publicará anualmente, até o dia 1º de junho, no portal da Transparência do Município:

I - o rol das informações desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II - o rol das informações classificadas em cada grau de sigilo, que deverá conter:

a) a indicação do(s) dispositivo(s) legal(is) que fundamenta(m) a classificação;

b) a data da produção, a data da classificação e o prazo da classificação;

III - o relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos;

IV - as informações genéricas sobre os interessados.

§ 1º. O Serviço de Informações ao Cidadão – SIC deverá manter em meio físico as informações previstas no caput deste artigo para consulta pública.

§ 2º. Os órgãos e entidades municipais manterão extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

Art. 69 - Os setores, órgãos e entidades adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de

documentos e informações.

Art. 70 - As autoridades indicadas no Art. 33 deverão reavaliar as informações classificadas e não classificadas no grau ultrassecreto e secreto no prazo máximo de 4 (quatro) anos, contado do termo inicial de vigência deste Decreto.

§ 1º A restrição de acesso a informações, em razão da reavaliação prevista no caput, deverá observar os prazos e condições previstos neste Decreto.

§ 2º Enquanto não transcorrido o prazo de reavaliação previsto no caput, será mantida a classificação da informação, observados os prazos e disposições da legislação precedente.

§ 3º As informações classificadas no grau ultrassecreto e secreto não reavaliadas no prazo previsto no caput serão consideradas, automaticamente, desclassificadas.

Art. 71 - Aplicam-se subsidiariamente as Leis Municipais, aos procedimentos previstos neste Decreto, relativamente à regulação do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 72 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.597, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.597, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES – CAI, DE QUE TRATA O CAPÍTULO VI DO DECRETO Nº 6.596 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no Art. 40 do Decreto nº 6.596 de 14 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a Comissão de Avaliação de Informações, composta dos seguintes membros:

I - Fernando Borba de Castro – Representante da Procuradoria Geral do Município;

II - Pricila Cristina Baade - Representante da Área de Comunicação do Município;

III - Elizabeth Thomé – Representante do Gabinete do Prefeito;

IV - Cleber Sabel – Representante da Secretaria de Administração e Finanças; e

V - Gilberto Rodrigo Goedert.

Art. 2º - A Comissão de Avaliação de Informações tem suas atribuições definidas no Decreto nº 6.596 de 14 de outubro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.598, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.598, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DESBLOQUEIA SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEVIDO A LIBERAÇÃO DE RECURSOS DO PRÓ-TRANSPORTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Fica desbloqueado, devido à liberação de recursos do Pró-Transporte, no valor de R\$ 2.923.207,13 (dois milhões, novecentos

e vinte e três mil, duzentos e sete reais e treze centavos), o saldo da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente do Município de Gaspar, que havia sido bloqueado por meio do Decreto nº. 6.161, de 02 de janeiro de 2015:

| | |
|--|------------------|
| Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO | |
| Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO | |
| Função: 15 URBANISMO | |
| SubFunção: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA | |
| Programa: 0019 Constr.Manut.Melh. na Infra do Munic. Pela Sec. Planej. e Desenv. | |
| Atividade: 1095 Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores | |
| Despesa: 253 4.4.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas | R\$ 2.923.207,13 |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gaspar, 14 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.599, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.599, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA NICOLE DIAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora NICOLE DIAS, CPF nº 853.725.609-91, do cargo efetivo de Assistente Social, nomeada pelo decreto 3530/2009, a partir de 13/10/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 13/10/2015.

Gaspar, 14 de outubro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 6.600, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.600, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR CARLOS ALFREDO SCHMITT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada, a partir de 14/10/2015, a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especializados II, do servidor CARLOS ALFREDO SCHMITT, CPF nº 595.980.859-53, o qual foi nomeado pelo Decreto 237/92, em decorrência de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de outubro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DA ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DA POLÍTICA DE SAÚDE - CMS

Homologação das inscrições da ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DA POLÍTICA DE SAÚDE - CMS EDITAL Nº 001/2015

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Gaspar, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 2833/2006, torna pública a homologação das inscrições das entidades não governamentais da política de saúde, com sede e atividades no município de Gaspar, para a Eleição dos Conselheiros titulares e suplentes, que irão compor o Conselho Municipal de Saúde (CMS) no biênio 2016/2017.

Entidades da Sociedade Civil

- Rede Feminina de Combate ao Câncer de Gaspar-SC
o Titular: Maria Bernadete Isensee
o Suplente: Dilma Uliano Moser da Silva
 - Conferência Vicentina de Gaspar
o Titular: Jocenira das Graças de Oliveira
o Amauri Bornhausen
 - APAE de Gaspar
o Titular: Kátia Uller
o Suplente: Rosa Elsa Nunes Masson
 - Associação de Moradores do Bairro Figueira
o Titular: Jean Marcos Leandro
o Suplente: Zenito Gilberto Nunes
 - Associação Empresarial de Gaspar – ACIG
o Titular: Rogério Alves de Andrade
o Suplente: Nelson Alexandre Bonhausen
 - Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau
o Titular: Alcides Alves de Oliveira
o Suplente: Silvana da Silva
 - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Gaspar – Sintrapug
o Titular: Luis Cesar Hening
o Suplente: Carlos Eduardo Junkes
 - Hospital Nossa Senhora do Perpetuo Socorro
o Titular: Giovani Bernardi
o Suplente: Maria Gilvani Bolomini
- A entidade que segue, por inscrever-se apenas enquanto entidade sem apresentar os nomes de seus respectivos candidatos terá o prazo de 72h para corrigir sua inscrição apresentando nomes de candidatos à Titular e Suplente.
- Laboratório de Análises Clínicas Unidos Ltda.
 - As entidades não governamentais inscritas poderão interpor recurso, no prazo de 72 horas, a contar da publicação, das 08:00 às 17:00 horas, junto à Comissão Eleitoral.

Gaspar, 14 de outubro de 2015.
Cleones Hostins Jean Marcos Leandro
Secretário Municipal de Saúde Presidente do Conselho Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 3.821, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.821, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE ÓRGÃOS E/OU SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GASPAR PELA DIVULGAÇÃO ILEGAL DE IMAGENS EM PREJUÍZO DA REPUTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, com fundamento ainda nos arts. 173 e seguintes da Lei nº. 1.305/91, considerando o teor do Memorando nº 70/2015, remetido pela Secretaria Municipal de Transporte e Obras,

RESOLVE

Art. 1º Fica instaurada sindicância para apurar a responsabilidade de órgãos e/ou servidores do Município de Gaspar pela divulgação ilegal de imagens de uma página de internet do DETRAN de Santa Catarina, Detranet, software cujo acesso é restrito, em prejuízo da reputação da Administração Pública Municipal.

Art. 2º. A sindicância deve ser conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas servidoras Dulcinéia Santos, Caroline Wehmuth e Maraisa Zimmermann, sob a presidência da primeira.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º As servidoras designadas para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de outubro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

PORTARIA Nº 3.822, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.822, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
NOMEIA SERVIDOR PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor abaixo relacionado, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 11/2014 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

| Nome | Admissão | Cargo |
|-----------------------|------------|------------------------------------|
| FABIO CORREA RASCHEJA | 13/10/2015 | MÉDICO GERAL COMUNITÁRIO ESF |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 13/10/2015.

Gaspar, 14 de outubro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE - GASPAR

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão nº 45/2015

OBJETO: Prestação de serviços de revestimento de calhas em concreto com chapas de PRFV (Plástico reforçado com fibra de vidro).

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 03/11/2015

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 03/11/2015 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 09 de outubro de 2015.
ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015 - SAMAE

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 41/2015

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de 2015, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 41/2015, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 15/10/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando o fornecimento de areia média, areia industrial, macadame britado e base de brita graduada,, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 41/2015. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

DESCHAMPS & CIA LTDA. (83.099.887/0001-44)

| Item: | Unid. medida Material/Serviço | Quantidade registrada: | Valor unitário registrado: | Valor total registrado: |
|-------|----------------------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------|
| 3 | m3 Areia Média | 800 | R\$ 34,95 | R\$ 27.960,00 |

Valor total registrado do Licitante: R\$ 27.960,00 (Vinte e sete mil, novecentos e sessenta reais).

TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES CAIBI LTDA. (79.390.175/0001-02)

| Item: | Unid. medida Material/Serviço | Quantidade registrada: | Valor unitário registrado: | Valor total registrado: |
|-------|--|------------------------|----------------------------|-------------------------|
| 1 | m3 Areia Industrial | 3.500 | R\$ 27,50 | R\$ 96.250,00 |
| 2 | m3 Macadame Britado | 1.000 | R\$ 28.50 | R\$ 28.500,00 |
| 4 | T Base de Brita Graduada (Base Asfáltica) | 400 | R\$ 25,00 | R\$ 10.000,00 |

Valor total registrado do Licitante: R\$ 134.750,00 (Cento e trinta e quatro mil, setecentos e cinquenta reais)

Valor total registrado da Licitação: R\$ 162.710,00 (Cento e sessenta e dois mil, setecentos e dez reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade

de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos seguintes locais: no almoxarifado do SAMAE, sito na Rua Barão do Rio Branco, nº. 500 - Centro, Gaspar/SC ou nos locais das obras em que se fizerem necessários, em todo o território municipal.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos materiais, contados a partir, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo Diretor Presidente e/ou Diretor Geral Técnico e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 15 de outubro de 2015.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER LUCHTENBERG– Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

IVONETE MAIS DOS SANTOS - Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2015

Extrato de Contrato Nº 054/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2015

PROCESSO Nº 013/2015

CARTA CONVITE Nº 025/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: DALMONIR DOS SANTOS FILHO - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E LIMPEZA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

Valor do contrato: Valor total: R\$ 78.268,00 (setenta e oito mil duzentos e sessenta e oito reais).

Governador Celso Ramos, 13 de outubro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

Grão Pará

PREFEITURA

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2016 COMUNICADO

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, em cumprimento com o disposto no Artigo 48, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 101/2001 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal nº 1.359/2005, COMUNICA, às entidades civis e organizadas e à população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 14 h, do dia 31 de agosto de 2015, no Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, com o objetivo de definir metas da Administração Municipal, relacionadas a investimentos e geração de despesas, para a inclusão na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2016. Por este ato, ficam, as entidades civis e organizadas do Município, notificadas a indicarem representantes até o dia 26 de agosto de 2015.

Grão-Pará/SC, 07 de agosto de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

DECRETO DF 063/2015 - ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 00063/15 de 14 de Outubro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(108)3.1.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

(113)3.3.90.00.00.00.00.2.022-0019 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

Total Suplementação: 2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(110)3.1.90.00.00.00.00.2.022-0019 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

(111)3.3.90.00.00.00.00.2.022-0000 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

Total Anulação: 2.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Outubro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 14 de Outubro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO 41.2015 FMS

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA

RUA PRESIDENTE KENNEDY, 455

CNPJ:11.355.924/0001-27

89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 32/2015 (Sequência: 1)

PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo: 41/2015 Processo de Licitação: 41/2015

Data do Processo: 30/09/2015

Pregão Presencial Nr.: 30/2015 - PR

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS EM DIVERSOS TAMANHOS, DESTINADAS AOS PACIENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2015.

Às 09:00 horas do dia 15 (quinze) de outubro de dois mil e quinze, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 41/2015, Pregão Presencial 30/2015 do Fundo Municipal de Saúde do Município de Guaraciaba/SC a comissão de Licitação nomeada pela Portaria 567/2014 reuniu-se para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo documentação e proposta, diante disso a Comissão resolve recomendar a autoridade superior que REVOGUE o presente Processo pelo motivo exposto.

Publique-se

Guaraciaba, 15 de outubro de 2015

COMISSÃO:

ALDO JUSTINI SALVI – Pregoeiro

TALITA GUERINI – Equipe de Apoio

ANDRIO DALL AGNOL – Equipe de Apoio/Suplente

Daniela Demarchi da Silva – Equipe de Apoio

EXTRATO ADITIVO 01.2015 CONTRATO 123.2014 IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad01/15Con123/14 - Contrato Nº: 123/2014

Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA

Contratada...: IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA

Valor : 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)

Vigência : Início: 09/10/2015 Término: 10/10/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 121/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 31.15 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº31/2015.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 42/15, Edital de Pregão Nº 31/15, Objeto: Aquisição de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 30/10/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 30/10/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 16 de outubro de 2015.

SIRLEI MARIA SCALCO CERETTA,

Ordenadora do FMS

Guaramirim

PREFEITURA

ADIT 01 60 2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
EXTRATO DO CONTRATO 29/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 29/2014 - PMG

Processo de Licitação: 60/2014 –PMG.

Modalidade: Tomada de Preço – Obras e Serviço de Engenharia

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA PARA A CONCLUSÃO DA CEI FIGUEIRINHA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: MD ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.338.882/0001-62, estabelecida na Adolfo Ziemann nº 255, Jaraguá do Sul – SC.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO :

A) Prorrogar prazo de execução da obra em mais 90 (noventa) dias.

B) Prorrogar o prazo de vigência do contrato até 06/04/2015.

ADITIVO DE SUPRESSÃO :

Conforme parecer técnico do setor de Planejamento da Prefeitura de Guaramirim de 20 de Novembro de 2014 anexo no processo licitatório, onde descreve conforme planilha alguns serviços desnecessários para o bom resultado da obra , no percentual de 3,55% (trez virgula cinqüenta e cinco por cento) no valor de R\$ 7.291,45 (sete mil duzentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos).

ADITIVO DE VALOR :

Conforme parecer técnico do setor de Planejamento da Prefeitura de Guaramirim de 20 de Novembro de 2014 anexo no processo licitatório, onde descreve conforme planilha alguns serviços a incluir principalmente no piso e telhado da obra, no percentual de 15,15% (quinze virgula quinze por cento) no valor de R\$ 31.117,54 (trinta e um mil cento e dezessete reais e cinqüenta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 22/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 22/12/2014.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 82/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2015 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015- PMG

Objeto: Registro de preço para locação de tendas para a utilização nos eventos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 111/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.247.912/0001-77, estabelecida na Rua Joaquim João Luiz, nº 189, bairro Centro, em Balneário Barra do Sul/SC.

Vigência: Início: 09/10/2015 Término: 08/10/2016.

| Fornecedor: 413887 - BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME | | | | | |
|---|-----|-----|---|----------------|-------------|
| Item | Qtd | Und | Descrição | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | 10 | UN | TENDAS ESTILO PIRÂMIDE MEDINDO 10X10M ESTILO BARRACA PARA FEIRA, SEM FECHAMENTO LATERAL | 800,00 | 8.000,00 |
| Total | | | | R\$8.000,00 | |

Guaramirim (SC), 16 de outubro de 2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 132/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preços 132/2015
Processo Licitatório: 132/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO LOTE 01 DA RUA BANANAL DO SUL, COM EXTENSÃO DE 1000 METROS.

Entrega dos Envelopes: 05/11/2015 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 05/11/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h e de terça à sexta-feira das 07:00 às 13:00h ininterruptamente, ou pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou ainda pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 16 de outubro de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO 11 79 2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 17/2015
DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo de Licitação: 79/2012 - PMG
Modalidade: Tomada e Preço – Obra e Serviço de Engenharia
Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE, O C.E.I. ZILVA FLORES, DO BAIRRO AMIZADE.

- a) prorrogar o prazo de execução da obra em mais 30 (sessenta) dias (13/09/2015)
- b) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 13/10/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA -EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.279.711/0001-60 estabelecida na Rod BR 280, Nº 4517- Fundos – Boa Vista – Canoinhas SC.

GUARAMIRIM (SC), 10/08/2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTR 52 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO 52/2015

Processo de Licitação: 52/2015 - PMG
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: LOCAÇÃO DE TERRENO PARA FUNCIONAMENTO DE SALAS MODULARES DA EMEF DORVALINO FELIPPI E PE SENHOR BOM JESUS, QUE ATENDE CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL NA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 8 ANOS , DO PRÉ I AO 2º ANO.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: AMAI ADMINISTRADORAS DE BENS, inscrita no CNPJ sob o nº 18.085.734/0001-86, estabelecida na Rua: João Butschardt, Nº 91, Guaramirim SC.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 16/04/2015 A 16/04/2016.

GUARAMIRIM (SC), 16/04/2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2015 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82/2015 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015- PMG

Objeto: Registro de preço para locação de tendas para a utilização nos eventos da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 111/2015.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.247.912/0001-77, estabelecida na Rua Joaquim João Luiz, nº 189, bairro Centro, em Balneário Barra do Sul/SC.

Vigência: Início: 08/10/2015 Término: 07/10/2016.

| Fornecedor: 413887 - BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME | | | | | |
|---|-----|-----|---|----------------|-------------|
| Item | Qtd | Und | Descrição | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | 10 | UN | TENDAS ESTILO PIRÂMIDE MEDINDO 10X10M ESTILO BARRACA PARA FEIRA, SEM FECHAMENTO LATERAL | 800,00 | 8.000,00 |
| Total | | | | R\$8.000,00 | |

Guaramirim (SC), 15 de outubro de 2015.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Em conformidade com o artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e artigo 4º do Decreto Municipal nº 558/2015, fica justificada a quebra da ordem cronológica de pagamentos por se tratar de despesas inadiáveis e imprescindíveis ao prosseguimento das ações governamentais, em especial para o cumprimento de ordem judicial para fornecimento de medicamentos, por ser esta única medida capaz de evitar lesão ao interesse público, a saber:

| Fornecedor | NF | Emissão | Valor R\$ | Vencimento |
|----------------------------|--------|------------|-----------|------------|
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025636 | 19/08/2015 | 12,50 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025689 | 20/08/2015 | 10,02 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025778 | 24/08/2015 | 56,81 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025782 | 24/08/2015 | 11,11 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025783 | 24/08/2015 | 45,00 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025800 | 25/08/2015 | 86,58 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025825 | 25/08/2015 | 194,99 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025843 | 26/08/2015 | 196,99 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025844 | 26/08/2015 | 739,60 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025851 | 26/08/2015 | 258,77 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025878 | 27/08/2015 | 264,03 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025898 | 27/08/2015 | 84,42 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 005023 | 27/08/2015 | 270,00 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025939 | 29/08/2015 | 271,57 | 09/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 025958 | 31/08/2015 | 177,36 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026009 | 01/09/2015 | 74,39 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026010 | 01/09/2015 | 2.149,20 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026043 | 01/09/2015 | 22,99 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026137 | 04/09/2015 | 102,90 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026142 | 04/09/2015 | 366,95 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026159 | 04/09/2015 | 77,35 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026160 | 04/09/2015 | 26,47 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026162 | 04/09/2015 | 185,08 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026203 | 05/09/2015 | 91,03 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026291 | 09/09/2015 | 88,24 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026303 | 09/09/2015 | 134,25 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026304 | 09/09/2015 | 76,61 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026305 | 09/09/2015 | 252,09 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026308 | 09/09/2015 | 194,79 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026356 | 10/09/2015 | 48,04 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026363 | 10/09/2015 | 93,63 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026364 | 10/09/2015 | 268,61 | 15/10/2015 |
| Farmácia Prawucki Ltda EPP | 026373 | 10/09/2015 | 76,63 | 15/10/2015 |

Guaramirim, 15 de outubro de 2015

Jair Tomelin
Secretário Municipal da Saúde

PORTARIA Nº. 599/2015

PORTARIA Nº 599/2015

Exonera Jean Paulo Bazzani.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Jean Paulo Bazzani, Gestor da Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 600/2015

PORTARIA Nº 600/2015

Exonera Emerson Flores da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Emerson Flores da Silva, Gestor da Fundação Cultural, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 601/2015

PORTARIA Nº 601/2015

Exonera Ezequiel Ramalho Bezerra de Souza.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Ezequiel Ramalho Bezerra de Souza, Diretor da Defesa Civil, vinculado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 602/2015

PORTARIA Nº 602/2015

Exonera Elizangela Gomes Girardi.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Elizangela Gomes Girardi, Diretora da Fundação do Meio Ambiente, vinculada à Fundação do Meio Ambiente de Guaramirim, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 603/2015

PORTARIA Nº 603/2015

Exonera Valerio Valler.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Valerio Valler, Diretor de Projetos, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 604/2015

PORTARIA Nº 604/2015

Exonera Janira da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Janira da Silva, Supervisor de Inclusão, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 605/2015

PORTARIA Nº 605/2015

Exonera Celso de Avila.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Celso de Avila, Diretor de Escola, vinculado à Secretaria de Educação, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 606/2015

PORTARIA Nº 606/2015

Exonera Cilene Hafemann Rocha.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Cilene Hafemann Rocha, Diretora de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 607/2015

PORTARIA Nº 607/2015

Exonera Adriana Aparecida da Silva Rudiger.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Adriana Aparecida da Silva Rudiger, Secretária de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 608/2015

PORTARIA Nº 608/2015

Exonera Alexandre Medeiros.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Alexandre Medeiros, Secretário de Escola, vinculado à Secretaria de Educação, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 609/2015

PORTARIA Nº 609/2015

Exonera Amanda Persuhn Belderrain.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Amanda Persuhn Belderrain, Secretária de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 610/2015

PORTARIA Nº 610/2015

Exonera Maiara Caroline Fuck.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Maiara Caroline Fuck, Secretária de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 611/2015

PORTARIA Nº 611/2015

Exonera Margareti Mirian Baader Alves.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Margareti Mirian Baader Alves, Secretária de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 612/2015**

PORTARIA Nº 612/2015

Exonera Taciana dos Santos Horstmann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Taciana dos Santos Horstmann, Secretária de Escola, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 613/2015**

PORTARIA Nº 613/2015

Exonera Cristian Vogel Ferreira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Cristian Vogel Ferreira, Gerente de Assuntos Jurídicos do PROCON, vinculado à Procuradoria-Geral do Município, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 614/2015**

PORTARIA Nº 614/2015

Exonera Sydnei Silvio Finardi.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Sydnei Silvio Finardi, Gerente de Patrimônio e Frotas, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 615/2015**

PORTARIA Nº 615/2015

Exonera Gilmar Correia.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Gilmar Correia, Gerente de Unidade Regional, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 616/2015**

PORTARIA Nº 616/2015

Exonera Jaime Beber.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Jaime Beber, Gerente de Unidade Regional, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
PrefeitoDenilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 617/2015

PORTARIA Nº 617/2015

Exonera Aline Pricila Oechsler.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Aline Pricila Oechsler, Gerente de Programas e Ações, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 618/2015

PORTARIA Nº 618/2015

Exonera Patricia Varela da Silva.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Patricia Varela da Silva, Assistente de Esporte Feminino, vinculada à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 619/2015

PORTARIA Nº 619/2015

Exonera Tiago Stoinski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Tiago Stoinski, Gerente de Atividades, vinculado à Secretaria de Agricultura, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 620/2015

PORTARIA Nº 620/2015

Exonera Marciano dos Santos.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Marciano dos Santos, Assistente de Escolinhas, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 621/2015

PORTARIA Nº 621/2015

Exonera Daiane de Souza.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Daiane de Souza, Assistente Administrativo do Gabinete, vinculada ao Gabinete do Prefeito, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 622/2015

PORTARIA Nº 622/2015

Exonera Jaqueline Grasiely Siqueira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Jaqueline Grasiely Siqueira, Assistente Administrativo, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 623/2015

PORTARIA Nº 623/2015

Exonera Isabely Cristina Lima Lins.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Isabely Cristina Lima Lins, Assistente Administrativo, vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 625/2015

PORTARIA Nº 625/2015

Exonera Maico Sergio Ventorini.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Maico Sergio Ventorini, Encarregado, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 624/2015

PORTARIA Nº 624/2015

Exonera Marcio Daniel Branco Correia.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Marcio Daniel Branco Correia, Encarregado, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 14 de outubro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 58

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 58/2015 - Modalidade: Leilão Nº. 01/2015.

Tipo: Maior Lance Ofertado

Objeto: Venda de bens moveis declarados inservíveis de propriedade da municipalidade, sendo:

Item 1 - Veículo FORD FIESTA SEDAN, placas MFX-3039, Ano/Modelo 2008/2009, registrado no patrimônio municipal sob nº. 4384, cor vermelho, combustível Gasolina, chassi nº. 9BFZF26P798341096, lotado na Secretaria de Saúde - Valor Mínimo R\$ 14.800,00

Item 2 - Veículo Marca RENAULT/MEGANE, ano/modelo 1997/1998, placas AHO 2987, registrado no patrimônio municipal sob nº. 5557, cor branca, combustível Gasolina, chassi nº. 8A1L64GXZVS001609, lotado na Secretaria de Saúde - Valor Mínimo R\$ 4.500,00

Item 3 - Veículo marca GM/VECTRA GL, placas IHG-6700, ano 1998/1998, na cor prata, registrado no patrimônio municipal sob nº 5554, combustível Gasolina, chassi nº 9BGJG19BWWB551956, Lotado na Secretaria Municipal de Administração - Valor Mínimo R\$ 8.500,00

Item 4 - Motoniveladora CATERPILLAR, modelo 120-B série 64 U 07267, ano fabricação 1981, registrado no patrimônio municipal sob nº 190, cor amarela, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras - Valor Mínimo R\$ 15.000,00

Item 5 - Distribuidor de Calcário com capacidade para 6 toneladas – Marca ISOL, rodado duplo, registrado no patrimônio municipal sob nº. 2628, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura - Valor Mínimo R\$ 2.500,00

Item 6 - Carcaça de caçamba basculante canto quadrado, capacidade 10m³, medidas da internas da caçamba; comprimento 5,80m, largura 2,60m e altura 0,70m, ano 2007, registrada no patrimônio Municipal sob nº 3828, lotada na Secretaria de Transportes e Obras - Valor Mínimo. R\$ 5.800,00

Item 7 - Veículo Ônibus Mercedes Benz, placas GKM 5727, ano 1988, Modelo 1988 0371 RSD, 49 passageiros, na cor vermelha, combustível diesel, chassi nº 9BM364298JC060554, registrado no Patrimônio sob. Número 6531, lotado na Secretaria de Transportes e Obras - Valor Mínimo R\$ 8.000,00

Item 8 - Ônibus, placas MCN 6325, marca VOLARE, COR AMARELA, COM 22 LUGARES, ANO/Modelo de Fabricação 2001/2001, a Diesel, Chassi nº 93PB05B301C004956 registrado no Patrimônio sob nº 3390, com kilometragem de 210.673 rodados, lotado na Secretaria Municipal da Educação - Valor Mínimo R\$ 20.500,00

Item 9 - Micro Ônibus, placas MFH-2170, Marca VOLARE, NA COR Branca, com 28 lugares, ano de Fabricação 2001 e Modelo/2002, a Diesel, CHASSI Nº 93PB05B302C005913 registrado no Patrimônio sob nº 2611, com kilometragem de 212.411 rodados, lotado na Secretaria Municipal da Educação - Valor Mínimo R\$ 21.000,00

Item 10 - Segadeira Nogueira SDN 170, LOTADA NA, registrada no Patrimônio Municipal sob nº 5060, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Valor Mínimo R\$ 700,00

Item 11 - Ensiladeira NETC 10 Facas, (sucata) registrada no Patrimônio Municipal sob nº 5233, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Valor Mínimo R\$ 300,00

Propostas: 04/11/2015 as 09:00.

Local: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES - RUA CEARA, 605

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00 de Segunda a Sexta-Feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, 15 de outubro de 2015.

Jose Carlos Foiatto;

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.454/2015

DECRETO Nº3.454 /2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 10, inciso III da Lei Municipal 3.081 de 12/12/14 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 – Operação e Manutenção de Sistema de Água - Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000- 34

Valor: R\$ 150.000,00

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 – Operação e Manutenção de Sistema de Água - Urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000- 37

Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 15 de outubro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

LEI Nº 3118/2015

LEI Nº 3118/2015.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Herval D'Oeste(SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Município de Herval d'Oeste autorizado a receber em doação de Esperandio Zagonel, brasileiro, divorciado, empresário, portador do registro geral nº 343.744, inscrito no CPF sob o nº 168.101.399-15, um imóvel situado no perímetro urbano nº 1.220, da quadra nº 12, nesta cidade, inscrito sob a matrícula 5.045, situado na rua 1º de Janeiro, bairro São Jorge, nesta cidade, com área de 378.06m² (trezentos e setenta e oito metros e seis décimos quadrados), sem benfeitorias, confrontando: FRENTE, em três linhas, totalizando 27,12 metros: na extensão de 16,06 metros, confronta com a rua 1º de Janeiro; na extensão de 6,23 metros,

confronta com a rua 1º de Janeiro; e na extensão 4,83 metros, confronta com a rua 1º de janeiro; LADO DIREITO, na extensão 25,53 metros, confronta com o lote nº 7 e LADO ESQUERDO, em três linhas, totalizando 36,07 metros, na extensão de 18,05 metros confronta com um córrego (canalizado) seguido por uma área de proteção permanente; na extensão de 4,69 metros , confronta com um córrego (canalizado) seguido por uma área de proteção permanente; e na extensão de 13,33 metros, confronta com córrego (canalizado)seguido por uma área de proteção permanente. O imóvel dista 9,35 metros da esquina mais próxima formada pelas ruas 1º de janeiro e rua Santa Catarina , situado no lado par da rua 1º de Janeiro, no quarteirão parcialmente formado pelas ruas 1º de Janeiro e rua Santa Catarina.

Parágrafo único. O imóvel de que trata o caput deste artigo será doado sem quaisquer dívidas ou ônus reais.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei será outorgada a título gratuito, irrevogável, irretroatável e irrenunciável, sendo realizada por meio de escritura pública, a ser elaborada pelo Município de Herval d'Oeste e assinada pelas partes.

Parágrafo único. Na escritura pública deverá constar a responsabilidade do doador pela evicção do imóvel doado.

Art. 3º As despesas com a escrituração correrão por conta do ente donatário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 15 de outubro 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

LEI Nº 3119/2015

LEI Nº 3119/2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a baixa nos registros referentes a bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Herval d'Oeste – SC, inservíveis ao Serviço Público Municipal, abaixo especificados:

| Item nr. | Patrimônio nr. | Quantidade | Descrição |
|----------|----------------|------------|-------------------------------|
| 01 | 1167 | 01 | Aparelho de DVD |
| 01 | 1171 | 01 | Multiprocessador de alimentos |

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 15 de outubro 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 1157/2015

PORTARIA Nº 1157/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 1033/2015, a qual designa a Servidora DÉBORA RIBEIRO DA SILVEIRA (Matr. 2874), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/Referência –6/2/B, 40 horas semanais, para exercer suas atividades junto à Vigilância Sanitária.

E, DESIGNAR a Servidora supracitada, para exercer suas atividades vinculada ao Gabinete do Prefeito, para atuar como responsável pelo PROCON, sem ônus ao erário público, a contar de 13 de outubro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Outubro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015

| | |
|---|---|
| ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE CNPJ: 82.939.430/0001-38 Rua Nereu Ramos, 389 C.E.P.: 89610-000 - Herval d'Oeste - SC | TOMADA DE PREÇO Nr.: 7/2015 - TP Processo Administrativo: 27/2015 Processo de Licitação: 57/2015 Data do Processo: 14/09/2015 |
| | Folha: 1/1 |

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, NELSON GUINDANI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 57/2015
b) Licitação Nr.: 7/2015-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 15/10/2015
e) Objeto da Licitação: Contratação de Empresa(s) Especializada(s) em regime de empreitada por preço unitário para prestação de serviços de Pavimentação Asfáltica para Recapeamento em CBUQ na Rua Independência e em parte da Rua Santa Catarina, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) **(em Reais R\$)**

| | Unid. | Quantidade | Descto (%) | Preço Unitário | Total do Item |
|--|-------|------------|------------|----------------|---------------|
|--|-------|------------|------------|----------------|---------------|

LOTE: 1**SETEP CONSTRUÇÕES S/A. (108)**

| | | | | | | |
|-----------------------------|---|-----|------|--------|------------|-------------------|
| 1 | RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ EM PARTE DA RUA SANTA CATARINA COM ÁREA DE 4.655,00 METROS CONFORME ART Nº 5535866-4 - ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº 108/2015 - Marca: SETEP | UND | 1,00 | 0,0000 | 218.444,54 | 218.444,54 |
| Total do Fornecedor: | | | | | | 218.444,54 |

LOTE: 2**SETEP CONSTRUÇÕES S/A. (108)**

| | | | | | | |
|-----------------------------|---|-----|------|--------|------------|-------------------|
| 2 | RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ DA RUA INDEPENDÊNCIA COM ÁREA DE 3.700,00 METROS CONFORME ART Nº 5539070-0 - ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº 112/2015 - Marca: SETEP | UND | 1,00 | 0,0000 | 177.807,55 | 177.807,55 |
| Total do Fornecedor: | | | | | | 177.807,55 |
| Total Geral: | | | | | | 396.252,09 |

Herval d'Oeste, 15 de Outubro de 2015.

NELSON GUINDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota

PREFEITURA

PORTARIA Nº 488/2015

PORTARIA Nº 488/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. JÚLIO CÉSAR THOMÉ, no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 09 de outubro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 14 de outubro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 210, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 210, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.619, de 15 de Outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 232.200,00 (duzentos e trinta e dois mil e duzentos reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|--|--|--------------------|------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA | | | |
| Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara | | | |
| 01.131.0001-2.001 | | | |
| 3.1.90.00.00.00.00.0080 | | Aplicações Diretas | 232.200,00 |
| Total | | | 232.200,00 |

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|--|--|--------------------|------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA | | | |
| Ampliação e Reforma da Sede da Câmara | | | |
| 01.131.0001-1.001 | | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.0080 | | Aplicações Diretas | 232.200,00 |
| Total | | | 232.200,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete**EDITAL SEAGP Nº 154/2015**

EDITAL SEAGP Nº 154/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 19 de Outubro a 18 de Novembro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 15 de outubro de 2015.
Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 154/2015
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Engenheiro Civil
Lucas Campos

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.622, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.622, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam aglutinadas as supervisões previstas no Inciso III, alínea "b", Itens 2, subitens 2.4 e 2.5 do Art. 6º da Lei Complementar 1.145/2015, tornando-as uma única supervisão denominada "Supervisão de Serviços Gerais e de Copa".

Art. 2º Fica criada na unidade administrativa "Departamento Administrativo" da Câmara Municipal de Imbituba prevista no Inciso III, Alínea "b", Item 2, a supervisão de Atendimento ao Público.

Art. 3º Consoante modificações impostas pelos Artigos 1º e 2º desta Lei Complementar, ficam alterados os subitens 2.4 e 2.5, do item 2, alínea "b", Inciso III, do Art. 6º da Lei Complementar nº 1.145/2015, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Os órgãos que compõem a estrutura administrativa, financeira e legislativa da Câmara Municipal de Imbituba são subdivididos nas seguintes unidades administrativas:

[...]

III – Gabinete da Presidência:

[...]

b) Secretaria Administrativa:

[..]

2. Departamento Administrativo:

2.1. Supervisão de Recursos Humanos e Suprimentos;

2.2. Supervisão de Patrimônio Público;

2.3. Supervisão de Licitações e Contratos;

2.4. Supervisão de Serviços Gerais e de Copa;

2.5. Supervisão de Atendimento ao Público."

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de Outubro de 2015.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.619, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 4.619, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 232.200,00 (duzentos e trinta e dois mil e duzentos reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|--|--|--------------------|------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA | | | |
| Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara | | | |
| 01.131.0001-2.001 | | | |
| 3.1.90.00.00.00.00.0080 | | Aplicações Diretas | 232.200,00 |
| Total | | | 232.200,00 |

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|--|--|--------------------|------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA | | | |
| Ampliação e Reforma da Sede da Câmara | | | |
| 01.131.0001-1.001 | | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.0080 | | Aplicações Diretas | 232.200,00 |
| Total | | | 232.200,00 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete**LEI Nº 4.620, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI Nº 4.620, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Denomina Centro Municipal de Educação Infantil José Antônio dos Reis, o Centro de Educação Infantil localizado no bairro Centro, neste município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Centro Municipal de Educação Infantil José Antônio dos Reis, o Centro de Educação Infantil localizado no bairro Centro, município de Imbituba.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.621, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 4.621, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre repasse financeiro à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, para realização de despesas com a decoração - Natal 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar o valor de até R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, com as Festividades Natalinas do ano de 2015, a qual ficará encarregada da decoração natalina, no exercício de 2015.

Art. 2º A CDL prestará contas até 30 (trinta) dias após o repasse de cada parcela pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a CDL, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de Outubro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 044/15**

Ato da Presidência nº 044/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 35ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 19 de Outubro de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

| PROPOSIÇÃO | | | | | | REGIME | | |
|------------|------------------|------------|---------------------|-------------------------|--|-------------------|-----------|---------|
| Mensagem | Modalidade/Nº | Data | Origem | Autoria | Ementa | Tramitação | Discussão | Votação |
| 112 | PLC nº 357/2015 | 01/10/2015 | Executivo Municipal | Jaison Cardoso de Souza | Dispõe sobre a instituição de Programa de Desligamento Voluntário – PDV dos servidores públicos municipais e dá outras providências. | Urgência Especial | Única | 1ª/2ª |
| 115 | PL nº 4.757/2015 | 08/10/2015 | Executivo Municipal | Jaison Cardoso de Souza | Autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar Termo de Cessão de Direito Real de Uso de Bem Imóvel Público com a Associação Renascer da Terceira Idade de Nova Brasília. | Urgência Especial | Única | 1ª/2ª |
| 116 | PL nº 4.758/2015 | 08/10/2015 | Executivo Municipal | Jaison Cardoso de Souza | Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesco Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A, e dá outras providências. | Urgência Especial | Única | 1ª/2ª |
| 117 | PL nº 4.759/2015 | 13/10/2015 | Executivo Municipal | Jaison Cardoso de Souza | Altera dispositivos da Lei nº 3.889, de 03 de maio de 2011, e dá outras providências. | Urgência Especial | Única | 1ª/2ª |

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 15 de Outubro de 2015.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 204/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 204/2015

CONTRATADA: LIDER CESTAS ECONÔMICAS LTDA ME.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a comercialização de gêneros alimentícios aos usuários do Benefício Alimentação instituído pela Lei Municipal nº 4.064 de 01 de março 2010, regulamentada pelo Decreto nº 1.116 de 01 de março de 2010, e conforme o Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do edital mencionado na cláusula primeira.

VALOR: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

PRAZO: 22 de setembro de 2015 até 22 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 22/09/2015.

CONTRATO Nº 205/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 205/2015

CONTRATADA: MOCAM SUPERMERCADOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a comercialização de gêneros alimentícios aos usuários do Benefício Alimentação instituído pela Lei Municipal nº 4.064 de 01 de março 2010, regulamentada pelo Decreto nº 1.116 de 01 de março de 2010, e conforme o Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do edital mencionado na cláusula primeira.

VALOR: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

PRAZO: 23 de setembro de 2015 até 23 de setembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 23/09/2015.

DECRETO Nº 1589/15

. DECRETO Nº 1589/15

. De 09 de outubro de 2015

Declara de Utilidade Pública para fins de abertura e oficialização de via pública - Encano .

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação e domínio municipal, a seguinte área:

“Área de terras com área de 3.876,31 m², fazendo frente em 6,00m com o leito da Rua Ricardo Kramer; fundos em 4,04m com leito da Rua Ricardo Kramer; extremando pelo lado direito em doze linhas, sendo a primeira a partir da frente em 31,78m, a segunda em 27,77m, a terceira em 27,80m, a quarta em 41,23m, a quinta em 41,60m, a sexta em 141,82m, a sétima em 143,03m, a oitava em 83,30m, a nona em 19,49m, a décima em 73,82m, a décima primeira em 31,40m e a décima segunda em 11,47m, todas confrontando com o leito da Rua Ricardo Kramer; pelo lado esquerdo em onze linhas, sendo a primeira a partir dos fundos em 10,82m, a segunda em 85,43m a terceira em curva de 26,14m, a quarta em 83,28m, a quinta em 143,03m, a sexta em 141,55m, a sétima em 41,46m, a oitava em 41,52m, a nona em 28,06m, a décima em 27,84m e a décima primeira em 31,68m, todas confrontando com terras de Alex Bohringer (Lv 3-N nº 29.819”

Art. 2º - A área de terras ora desapropriada com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e

9785/99, destinar-se-á a oficialização de parte de via pública, bairro Encano.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do doador Alex Böhringer e/ou seus herdeiros, todas as despesas com Registro de Imóveis e demais despesas para regularização da rua, incluindo as de infraestrutura necessária.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 09 de outubro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PAULO ROBERTO LEDRA JOÃO VICENTE SCHROEDER

Secretário de Planejamento e Habitação Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 184/2015

MUNICIPIO DE INDIAIAL

Processo Licitatório nº 184/2015

Pregão Presencial nº 072/2015-10430

Objeto: Contratação de seguros para frota de veículos, caminhões e tratores da prefeitura.

Entrega dos envelopes: 29/10/2015 as 08:15h.

Abertura das propostas: 29/10/2015 as 08:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2015

MUNICIPIO DE INDIAIAL

Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial

Processo Licitatório nº 185/2015

Inexigibilidade nº 007/2015-18201

Objeto: Contratação de palestra motivacional com tema “se sentir bem”, para profissionais do CREAS.

Entrega dos envelopes: 16/10/2015

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial

Processo Licitatório nº 186/2015

Inexigibilidade nº 008/2015-18201

Objeto: Contratação de formação profissional para os técnicos da alta complexidade – acolhimento institucional.

Entrega dos envelopes: 16/10/2015

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 15 de outubro de 2015.

| | |
|---|---|
| MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário | KARLA FELICIO DUVE Locador |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal | PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215 |

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF.: _____

TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 297/2012

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 297/2012

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e, KARLA FELICIO DUVE, brasileira, casada, cabeleireira, inscrita no CPF sob nº 025.136.119-50 e Cédula de Identidade nº 3.616.992-7, residente na Rua Marechal Floriano Peixoto, n. 3.423, bairro Estrada das Areias, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente termo aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 239/2012 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 024/2012-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas segunda e terceira do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel para instalação do espaço para o programa “Mais Educação”, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do presente contrato é de 17 de outubro de 2015 a 17 de outubro de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O preço contratado é de R\$1.756,92 (um mil, setecentos e cinquenta e seis reais e noventa e dois centavos) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato de locação em 03 (três) vias de igual

Iomerê

PREFEITURA

CREENCIAMENTO 01/2015 - FMS

Município de Iomerê

Edital de Credenciamento 01/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público o credenciamento de empresas para prestar exames laboratoriais no Município. Cópia do Edital ou mais informações no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 15 de outubro de 2015.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2015/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 56/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2015, Processo de Licitação nº 59/2015, homologado em 14 de outubro de 2015.

Objeto: Contratação de mão de obra para prestação serviços, reforma do piso da quadra de futsal do Ginásio Municipal de Esportes antigo, destinado as atividades da CME.

Valor: R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais)

Assinatura: 14/10/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: INÁCIO JOSE SCHINEIDER-ME, situada na AVENIDA RIO BRANCO Nº 322, Bairro: CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.989.361/0001-17.

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.875/2015

DECRETO Nº 2.875/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1.828 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada parcialmente no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais), conforme discriminação seguinte:

| | | |
|---|--------------------|---------------|
| 05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 2.042 – Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF | | |
| 3.1.90.00.00.00.00.0250 (24) | Aplicações Diretas | R\$ 10.800,00 |

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado será anulada a dotação a seguir especificada:

| | | |
|---|--------------------|---------------|
| 05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 2.042 – Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.0250 (27) | Aplicações Diretas | R\$ 10.800,00 |

Art. 3º - Fica suplementada parcialmente a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), conforme discriminação seguinte:

| | | |
|--|--------------------|---------------|
| 05 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | |
| 2.058 – Programa Nacional Promoção Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho | | |
| 3.1.90.00.00.00.00.0250 (31) | Aplicações Diretas | R\$ 15.000,00 |

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 250 – Recursos Transferências da União.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 15 de outubro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

HOSPITAL BOM JESUS**ATA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09-2015**

| | |
|---|---|
| ESTADO DE SANTA CATARINA HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS CNPJ: 83.145.375/0001-77 RUA PARANÁ, 168 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC | PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2015 - PR Processo Administrativo: 9/2015 Processo de Licitação: 9/2015 Data do Processo: 15/09/2015 |
| | Folha: 1/1 |

ATA DE REUNIÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO**Número da ATA: 3/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS , MATERIAL DE LIMPEZA E GÁS DE COZINHA PARA O HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, PELO PERÍODO DE 01 ANO.

Ao(s) 13 de Outubro de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2015, para analisarem as documentações e as propostas recebidas ref. ao Processo Licitatório nº 9/2015, Licitação nº 2/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Após análise, a comissão emitiu o seguinte parecer:

Parecer da Comissão:

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 09/2015, Pregão Presencial nº 02/2015, do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, a Sra. Silvana Rodrigues da Silva - Pregoeira, Cristiane Kruger, - Membros da Equipe de Apoio, designados pela Resolução nº 11/2015 e Sra. Andressa Bendlin; Sra. Karina de Moura Borges, representante da empresa Lech & Cia Ltda, Charles Gilson Ritzmann, representante da empresa Papelaria São Bento; e a Sra. Daniele Flávia Sorg, representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda. Inicialmente a Pregoeira procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, a Pregoeira e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas Lech & Cia Ltda, empresa Papelaria São Bento; empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda, a qual seguem classificadas para a fase do julgamento das propostas. Conforme artigo 49, da Lei 8.666/93, fica o processo revogado para readequação do objeto.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Irineópolis, 13 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

SILVANA RODRIGUES DA SILVA

- - Pregoeiro(a)

CLECI MOREIRA

- - TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 39/2015

Processo Licitatório nº 55/2015 – Pregão Presencial nº 39/2015 – Objeto: aquisição de brinquedos para os Centros de Educação Infantil. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 04/11/2015, até as 09h20min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 04/11/2015, as 09h30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioplis.sc.gov.br. Itaiópolis, 15 de outubro de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 11/2015

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIOPOLIS/SC; Processo Licitatorio Nº 11/2015, Pregão Eletrônico nº 09/2015. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Filmes, revelador e fixador para uso na FHMSA. Data para recebimento das propostas até às 17:00horas do dia 30 de outubro de 2015. Exclusivamente por meio do sistema eletrônico no site www.bll.org.br. Data e hora para sessão dos lances: dia 03 de novembro de 2015 às 14:00horas. O Edital estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura de Itaiópolis www.itaioplis.sc.gov.br. Maiores informações no Fundo Municipal de Saúde fone 047 3652 1787. Sirlei da Silva Steffen – Administradora Hospitalar.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 199, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 199, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre o Cronograma de Ações para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o plano de contas aplicado ao setor público e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

| ITEM | CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO) |
|--|--------------------------------------|
| 1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas. | |
| 1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa | Junho 2016 |
| 1.2 – Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa | Junho 2016 |
| 2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência. | |
| 2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência | Junho 2016 |
| 2.2 – Divulgação de cada classe de provisão. | Junho 2016 |
| 3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis. | |
| 3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP. | Dezembro 2016 |
| 4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão. | |
| 4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis. | Junho 2016 |
| 4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos. | Junho 2016 |
| 4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão. | Junho 2016 |
| 5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura; | |
| 5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura. | Dezembro 2016 |
| 5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura | Dezembro 2016 |
| 5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura | Dezembro 2016 |
| 5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura | Dezembro 2016 |

| | |
|---|---------------|
| 6 – Implementação de Sistema de Custos | |
| 6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados. | Dezembro 2016 |
| 6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos. | Dezembro 2016 |
| 6.3 – Implementação do sistema de custos. | Dezembro 2017 |
| 7 – Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais | |
| 7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP. | Dezembro 2015 |
| 7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente. | Dezembro 2015 |
| 8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público | |
| 8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial. | Dezembro 2016 |
| 8.2 – Implementação de controle de estoque/almoxxarifado. | Dezembro 2016 |

Art. 2º Ficam automaticamente prorrogados os prazos estabelecidos no Art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 278, de 23 de dezembro de 2014.

Itapiranga – SC, 9 de outubro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 200, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 200, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal da Saúde - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Fundo Municipal da Saúde - SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recursos 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 170.000,00 (cento setenta mil reais):

92.01 – Fundo Municipal da Saúde

10.301.0133.2026- Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde
33.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 170.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 14 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 154/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e CELINE LUCIANA THOMÉ
ORIGEM: Processo Seletivo nº 03/2015.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 30 horas semanais, como Psicólogo.
Nível salarial: 552
Classe - Referencia: A-01
VIGÊNCIA: 13/10/2015 a 31/12/2015
Itapiranga – SC, 13 de outubro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO DISTRATO Nº 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO DE EMPREGO PUBLICO Nº 14/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e NELSI FRANCISCA DE CEZARO.
OBJETO: Distrato do Contrato de Emprego Público nº 22/2009/RH de 01/05/2009, como Agente Comunitário de Saúde.
Itapiranga – SC.06 de outubro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO DISTRATO Nº 155/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO DE EMPREGO PUBLICO Nº 155/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e JANAINA DE FÁTIMA HAAS.
OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 91/2015/RH de 21/05/2015, como Psicólogo em 40 horas semanais.
Itapiranga – SC.16 de outubro de 2015.
Milton Simon – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 199/2015

Portaria nº 199 de 15 de outubro de 2015.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e determinação judicial;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder complementação de aposentadoria ao Sr. Arsenio Kappaun, conforme decisão nos autos nº 0001905-41.2013.8.24.0034 e Mem nº 052/2015/Procuradoria Jurídica do Município.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/10/2015.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 15 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 200/2015

Portaria nº 200 de 15 de outubro de 2015.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor municipal Otávio Speth matrícula nº 13154/04, a partir de 15/10/2015, conforme Atestado Médico apresentado.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Itapiranga SC., 15 de outubro de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

COMDEMA: EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PARA ELEIÇÃO DE INTEGRANTES DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ITAPOÁ/SC

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PARA ELEIÇÃO DE INTEGRANTES

DO COMITÊ GESTOR DO fundo municipal do meio ambiente de itapoá/sc

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo e o COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente, com o apoio da Prefeitura Municipal de Itapoá, convidam a representação da Sociedade Civil Organizada com atuação no território do município de Itapoá/SC a participar do processo seletivo para eleição de integrantes do COMITÊ GESTOR do FMMA - Fundo Municipal do Meio Ambiente, através do procedimento estabelecido neste Edital.

I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1o. O processo seletivo para eleição de integrantes do COMITÊ GESTOR do FMMA será regido por este Edital e coordenado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Itapoá e pelo COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente de Itapoá.

Art. 2o. O Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, criado e disciplinado pela Lei Municipal 205/2008, tem por finalidade dar suporte financeiro a planos, programas e projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, ao controle, à fiscalização, defesa e recuperação do meio ambiente e às ações de educação ambiental.

Art. 3o. O FMMA será administrado por um COMITÊ GESTOR composto por 08 (oito) membros e seus respectivos suplentes, com formação paritária entre Governo/Órgãos Públicos e sociedade civil, com mandato de 2 (dois) anos contados partir da posse, admitida uma única recondução, estando sua composição expressamente definida no art. 7o da Lei Municipal n. 205/2008.

§ 1º. Na primeira reunião após sua regular formação, o COMITÊ GESTOR elegerá dentre seus membros um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro e um Secretário-Executivo, para um mandato de 1 (um) ano, admitida uma reeleição, conforme determina o art. 8 da Lei 205/2008.

§ 2º. Após a eleição da Diretoria, os integrantes do COMITÊ GESTOR do FMMA elegerão 3 (três) de seus membros para compor o CONSELHO FISCAL do Fundo, com a finalidade de deliberar a respeito da fiscalização dos ativos imobilizados e mobilizados e da aplicação (prestação de contas dos recursos financeiros repassados ao Fundo), seja qual for a natureza jurídica da entidade repassadora, em atendimento a indispensabilidade do controle interno, dentre outras atribuições definidas no art. 14 da Lei 205/2008.

§ 3º. Os membros que participarem da Direção do COMITÊ GESTOR ficam automaticamente impedidos de integrarem o CONSELHO FISCAL do FMMA, conforme art. 30, parágrafo único, da Lei 205/2008.

Art. 4o. Para composição do COMITÊ GESTOR, além dos membros já previamente especificados no art. 7o da Lei 205/2008 e que serão indicados por ofício dos respectivos órgãos ou entidades, será realizada pela Secretaria de Meio Ambiente e pelo COMDEMA a eleição dos seguintes integrantes:

- a) Representante de associação comunitária;
- b) Representante de ONG ambiental;
- c) Representante de entidade de classe.

§ 1o. As entidades interessadas poderão indicar até dois representantes.

§ 2o. Para cada representação prevista nas alíneas acima, serão eleitos um representante titular e outro suplente, os quais poderão

pertencer a entidades diversas.

§ 3o. As entidades que atualmente integram o COMDEMA e que guardem pertinência temática também poderão participar do processo seletivo de que trata este edital.

Art. 5o. Nos termos do art. 17 da Lei 205/2008, são impedidos de integrar o COMITÊ GESTOR e o CONSELHO FISCAL do FMMA:

- a) Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e de ocupantes de cargos equiparados a Secretário Municipal; e
- b) Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até segundo grau, desses profissionais.

Art. 6o. O exercício das atribuições dos membros titulares e suplentes do COMITÊ GESTOR, para cuja eleição trata o presente Edital, é considerado atividade de relevante interesse público, não ensejando qualquer remuneração.

II. do processo seletivo

Art. 7º - O processo seletivo para eleição de integrantes para o COMITÊ GESTOR do FMMA obedecerá às seguintes etapas:

I – Lançamento e divulgação do Edital no mural da Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Itapoá, no mural e na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Itapoá na data de 13/10/2015;

II – Credenciamento dos interessados no período de 14 a 29/10/2015, mediante a apresentação das informações e documentos definidos neste edital;

III - Realização de reunião extraordinária do COMDEMA para habilitação dos inscritos;

IV – Publicação de edital contendo as entidades habilitadas e não habilitadas em 03/11/2015;

V – Prazo para interposição de recursos de 04 a 10/11/2015;

VI - Realização de reunião ordinária do COMDEMA para julgamento de eventuais recursos e eleição dos representantes do COMITÊ GESTOR do FMMA;

VII – Publicação de edital contendo os representantes titular e suplente eleitos, com a indicação das respectivas entidades, para compor o COMITÊ GESTOR do FMMA em 16/11/2015;

VIII – Nomeação, através de Decreto Municipal, dos representantes do COMITÊ GESTOR do FMMA eleitos e também dos previamente estabelecidos na Lei 205/2008, nos termos do art. 28 da Lei 205/2008.

III. do credenciamento

Art. 8o. No período de 14 a 29/10/2015, as entidades interessadas deverão protocolizar na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itapoá, localizada à Rua Diogo Augusto Zamboni de Oliveira, nº 188, requerimento escrito, dirigido à Presidência do COMDEMA, solicitando sua inclusão no processo seletivo, apresentando as seguintes informações e documentos:

- a) Requerimento contendo os dados da entidade e de seu representante, especialmente endereço completo, e e-mail telefone para contato;
- b) Expressa indicação do enquadramento da entidade dentro dos tipos previstos no art. 4o deste edital (associação comunitária, ONG ambiental ou entidade de classe);
- c) Cartão de CNPJ atualizado, expedido pelo site da Receita Federal há menos de 30 dias;
- d) Cópia simples do documento constitutivo da entidade, em que esteja caracterizada sua pertinência como associação comunitária, ONG ambiental ou entidade de classe;
- e) Cópia simples da ata de eleição de seu representante, se for o caso;

- f) Cópia simples do documento de identidade de seu representante;
- g) Cópia simples do decreto de utilidade pública da entidade, se houver;
- h) Cópia simples das atas de reunião e respectivas listas de presença referentes aos 12 meses anteriores ao protocolo do requerimento;
- i) Qualificação completa de até dois representantes para compor o COMITÊ GESTOR do FMMA, contendo: nome completo, profissão, RG, CPF, endereço residencial, telefone e e-mail para contato;
- j) É facultada a apresentação de cópia simples de documentos que comprovem sua efetiva atuação, tais como relatórios, fotografias, reportagens, participação em eventos, dentre outros.

IV. da DECISÃO SOBRE A habilitação dos inscritos

Art. 9º. O COMDEMA realizará reunião extraordinária para análise das inscrições pelo Plenário, que proferirá decisão sucinta, registrada em ata, acerca da habilitação, ou não, de cada entidade.

Art. 10. No dia 03/11/2015, o Presidente do COMDEMA publicará no mural da Secretaria Municipal de Meio Ambiente o edital contendo o nome das entidades inscritas, dos representantes indicados e a respectiva decisão sobre sua habilitação, ou não, para o processo de seleção para o COMITÊ GESTOR do FMMA.

§ 1º. Até o dia 10/11/2015, qualquer interessado poderá recorrer contra a decisão de deferimento ou de indeferimento da habilitação de entidade ou representante, protocolizando na Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Itapoá petição escrita, dirigida ao Presidente do COMDEMA, contendo as razões de fato e de direito de seu inconformismo, podendo apresentar documentos, vedado o requerimento de produção de provas.

§ 2º. É permitido aos interessados terem vista dos documentos referentes ao presente edital nas dependências da Secretaria de Meio Ambiente, vedada a retirada em carga de documentos.

§ 3º. Em havendo interposição de recurso, a petição e os documentos que a acompanham serão enviados aos Conselheiros do COMDEMA para prévio conhecimento.

V. DO JULGAMENTO DE EVENTUAIS RECURSOS E da eleição DOS REPRESENTANTES

Art. 11. Na reunião ordinária do mês de novembro, o Plenário do COMDEMA inicialmente julgará eventuais recursos apresentados e, dando prosseguimento à reunião, fará a eleição das entidades e respectivos representantes titular e suplente que passarão a integrar o COMITÊ GESTOR do FMMA, sendo tudo registrado em ata.

§ 1º. As entidades sociais e ambientais integrantes do COMDEMA poderão participar da votação, ainda que estejam concorrendo à vaga para o COMITÊ GESTOR.

§ 2º. A eleição de que trata este artigo é irrecorrível.

Art. 12. Em 16/11/2015, o Presidente do COMDEMA publicará no mural da Secretaria de Meio Ambiente de Itapoá edital contendo as entidades e respectivos representantes titular e suplente eleitos para compor o COMITÊ GESTOR DO FMMA.

VI. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Até o dia 20/11/2015, o Secretário de Meio Ambiente e o Presidente do COMDEMA enviarão ofício ao Prefeito Municipal e à Promotoria de Justiça da Comarca de Itapoá informando as entidades e respectivos representantes titular e suplente eleitos para compor o COMITÊ GESTOR DO FMMA.

Art. 14. As omissões e dúvidas a respeito da aplicação do presente edital serão sanadas pelo Presidente do COMDEMA.

Art. 15. Cópia do presente edital será encaminhada por ofício à Promotoria de Justiça da Comarca de Itapoá, para conhecimento.

Itapoá, 13 de outubro de 2015.

CONRADO SCHNEIDER JUNIOR

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo

SÉRGIO VALLE MACHADO

Presidente do COMDEMA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2569/2015 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL nº 2569/2015

Data: 13 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 617/2015, de 13 de outubro de 2015,

DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação, perfazendo o montante de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), conforme segue:

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

01003010013.2116 Repasse ao CIS/AMUNESC

33371 Transf a Consórcios Públicos (271) DR 10201
..... R\$ 64.000,00

Anulação

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

01003030013.2142 Folha de Pagamento do FMS

33190 Aplicações Diretas (268) DR 10201 R\$ 64.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2570/2015 ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2559/2015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015, QUE INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 37/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2570/2015

Data: 15 de outubro de 2015

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2559/2015, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015, QUE INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 37/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando ofício nº 01, da Comissão Sindicante,

DECRETA

Art.1º Fica alterada a letra c. do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 2559/2015, de 07 de outubro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“c. Janine de Oliveira e Oliveira Membro”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 14 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº617/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO.

LEI MUNICIPAL Nº 617/2015

Data: 13 de outubro de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR anulação PARCIAL de dotação.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação parcial de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo: Suplementação

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

01003010013.2116 Repasse ao CIS/AMUNESC

33371 Transf a Consórcios Públicos (271) DR 10201
..... R\$ 64.000,00

Anulação

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

14.01 Fundo Municipal de Saúde

01003030013.2142 Folha de Pagamento do FMS

33190 Aplicações Diretas (268) DR 10201
..... R\$ 64.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 13 de outubro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 017/2015 - SAÚDE

PORTARIA SMS NO 017/2015

Data: 15 de outubro de 2015.

SUSPENDE POR PRAZO DETERMINADO OS TRABALHOS DA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE SINDICÂNCIA DE RITO SUMÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CRISTIAN ANGELO GRASSI, Secretário Municipal de Saúde de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal nº 018/2007, de 28 de dezembro de 2007.

RESOLVE,

Art.1º Suspende os trabalhos da Comissão para Condução de Sindicância de Rito Sumário - Processo nº 02/2015, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 018/2007, de 28 de dezembro de 2007 por um período de trinta (30) dias a partir desta data.

Art. 2º Os trabalhos foram suspensos por motivos de férias das sindicadas DOMINIQUE APARECIDA DE MIRANDA, PRISCILA CRISTINA AMORIM.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 15 de outubro de 2015.

CRISTIAN ANGELO GRASSI

Secretário de Saúde

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2015 FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRUTIS) PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS CENTROS DE ENSINOS MUNICIPAIS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº54/2015

Processo: 82/2015

Objeto: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (HORTIFRUTIS) PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS CENTROS DE ENSINOS MUNICIPAIS. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 28 de outubro de 2015 até as 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 28 de outubro de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 16 de outubro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

LEI Nº 2.631, 14 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 2.631, 14 de outubro de 2015

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências”

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 4.469.500,00 (quatro milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais), nas dotações orçamentárias conforme relatório constante do ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III e ANEXO IV.

Art. 2º. Fica alterada as dotações Orçamentárias constantes da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III e ANEXO IV, da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 14 de outubro de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2015 CONSTRUÇÃO DE FOSSAS E FILTROS DE ENERGIA DAS RESIDÊNCIAS DO LOTEAMENTO POPULAR LUCINDA SÁ SCHUMACHER

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 15/2015

Processo: 83/2015

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 24 Inciso V da Lei Federal 8.666/93 que formalizou, Dispensa de Licitação nº 15/2015, Processo nº83/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada : Wilson Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ 77.894.863/0001-84. Objeto: CONSTRUÇÃO DE FOSSAS E FILTROS DE ENERGIA DAS RESIDÊNCIAS DO LOTEAMENTO POPULAR LUCINDA SÁ SCHUMACHER. Valor total R\$ 102.398,41 (cento e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos). Ituporanga, 15 de outubro de 2015. ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO - Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 088, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 088, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais), como segue:

ORGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
PROJETO: 1.017 – Construção de Equipamentos Esportivos e Lazer
Modalidade de Aplicação: (56) – 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas....R\$ 49.000,00
TOTAL R\$ 49.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 25 de setembro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 089, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 089, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 760 de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado

a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais), como segue:

ORGÃO: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ATIVIDADE: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Modalidade de Aplicação: (77) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 85.000,00
TOTAL R\$ 85.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior ocorrerão por conta das anulações de dotações orçamentárias, como segue:

ORGÃO: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
ATIVIDADE: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Modalidade de Aplicação: (74) – 3.1.71.00.00.00.0080 – Transf. a Cons. Púb. ...R\$ 5.000,00
Modalidade de Aplicação: (76) – 3.3.71.00.00.00.0080 – Transf. a Cons. Púb. ...R\$ 5.000,00
Modalidade de Aplicação: (82) – 4.4.71.00.00.00.0080 – Transf. a Cons. Púb. ...R\$ 5.000,00
Modalidade de Aplicação: (83) – 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas....R\$ 70.000,00
TOTAL R\$ 85.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 28 de setembro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 090, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 090, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na dotação

orçamentária da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminada, por conta do provável excesso de arrecadação, provenientes de recursos próprios, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), como segue:

ORGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
PROJETO: 1.017 – Construção de Equipamentos Esportivos e Lazer
Modalidade de Aplicação: (56) – 4.4.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas....R\$ 70.000,00
TOTAL
..... R\$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos próprios (vinculação 00.0080) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados nas contas correntes da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 30 de setembro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 091, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 091, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementar a dotação orçamentária no Projeto/Atividade do Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, abaixo discriminado, por conta do provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), como segue:

ORGÃO: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO
ATIVIDADE: 1.014 – Apar., Aquis., Veíc. e Amp. de Rede Física a Educação Básica
Modalidade de Aplicação: (26) – 4.4.90.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$..150.000,00
TOTAL
..... R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de recursos transferidos pelo Governo Federal – FNDE – Salário Educação (vinculação 0104 – Salário Educação) da Unidade Prefeitura

Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 8.837-4, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 30 de setembro de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Joaçaba

PREFEITURA

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 6/2015/PMJ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86/2015/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2015/PMJ

1 – DO OBJETO

Contratação da empresa STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, para a execução dos serviços e o fornecimento do material e dos equipamentos necessários, para a reforma, em caráter emergencial, da cobertura da Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, na Rua Arduino Poyer, neste Município.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A contratação emergencial decorre dos estragos causados por vendaval ocorrido no dia 24 de setembro de 2015 e justifica-se pela imprescindível necessidade de continuidade das aulas desta instituição municipal.

O valor da reforma enquadra-se na modalidade de Convite. Porém, antes dos JASC serão realizadas adequações nesta escola, sendo que caso licitada a obra, seria necessário adotar a modalidade de Tomada de Preços. O procedimento da Tomada de Preços demora aproximadamente 30 dias para ser concluído, eis que são, no mínimo, 15 dias para formulação da proposta, mais os prazos recursais, de contrarrazões e de homologação.

Desta forma, como não é possível esperar 30 dias para iniciar a obra e, considerando que os danos do temporal impossibilitam as aulas, tem-se caracterizada a situação emergencial.

Importante mencionar que o Município já estava elaborando projeto de reforma do telhado da Escola, o qual seria encaminhado para a modalidade de licitação adequada. Porém, como houve o destelhamento e problemas na cobertura, não atende o interesse público aguardar a licitação.

Juntou-se ao processo o relatório descritivo e fotográfico elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, recebido pelo prefeito em exercício, Sr. Marcos Weiss no dia 28 de setembro de 2015, o qual situa o evento climático e caracteriza a dimensão dos estragos e a urgência do pedido.

Também foram juntados ao processo o projeto, memorial descritivo, orçamento e cronograma, os quais irão nortear a execução das obras, objeto desta contratação.

3 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso IV.

4 – DA EMPRESA CONTRATADA

STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Caetano Natal Branco, nº 1818, bairro Frei Bruno, Município de Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.554.701/0001-80, representada neste ato pelo administrador, Sr. Vagner Kaefér, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.874.719-58.

5 – DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 119.926,42 (cento e dezenove mil novecentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos), para a execução integral do objeto, em conformidade com o projeto e memorial descritivo, sendo, R\$ 83.948,49, correspondentes ao material e meio mecânico e R\$ 35.977,93 correspondentes aos serviços.

6 – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

A empresa contratada deverá executar o objeto em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço Inicial.

O contrato oriundo desse processo terá vigência de 45 dias, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

7 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

1.036 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES E PARQUES DE ENSINO FUNDAMENTAL

83 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036 - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 15 de outubro de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT - Secretária

ERRATA À LEI Nº 3.638 / 2015.

ERRATA À LEI Nº 3.638 / 2015.

NO NUMERO DE LEI Nº 3.638

Onde lê-se:

Lei nº 3.638 de 09 de outubro de 2015

Leia-se:

Lei nº 4.638 de 09 de outubro de 2015

Joaçaba, 15 de outubro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO CONTRATO 262/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 262/2015/PMJ

Proveniente do PL 86/2015/PMJ – Dispensa de Licitação 6/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: STRAHL CONSTRUÇÕES EIRELI – ME OBJETO: Execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma, em caráter emergencial, da cobertura da Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, na Rua Arduino Poyer, neste Município.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 119.926,42 (cento e dezenove

mil novecentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos), para a execução integral do objeto, em conformidade com o projeto e memorial descritivo, sendo, R\$ 83.948,49, correspondentes ao material e meio mecânico e R\$ 35.977,93 correspondentes aos serviços.

VIGÊNCIA: Vigência de 45 dias, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.036 – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES E PARQUES DE ENSINO FUNDAMENTAL

83 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036 - Aplicações diretas.

FISCAL CONTRATO: CLAUDIA MARIEN ARNHOLD / SILVIO FIEDLER.

DATA DE ASSINATURA: 15/10/2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT
Secretária de Educação

EXTRATO TP 19/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2015/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 19/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de reforma da Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, destinadas às adequações para os 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 03/11/2015, a partir das 16h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 03/11/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br

Joaçaba, 15 de outubro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

PORTARIA N.º 4748

PORTARIA Nº 4.748 DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) SOLANGE RIBEIRO, a partir do dia 13 de outubro de 2015, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego

público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 13 de outubro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4749

PORTARIA Nº 4.749 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo, que apura responsabilidade perante a despesa gerada com o INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, face ao protocolo n.º 139.764/2015 do servidor Paulo Jose Palla e parecer da Secretaria Municipal de Gestão Financeira.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de outubro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4750

PORTARIA Nº 4.750 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo, que apura fatos ocorridos no ESF Centro 2, possibilitando vislumbrar possível infração disciplinar para instauração de processo administrativo se for o caso, face ao memorando n.º 553/2015 da Secretaria Municipal de Saúde, parecer jurídico e boletim de ocorrência n.º 00280-2015-03783.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de

julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4751

PORTARIA Nº 4.751 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo, que apura possível infração disciplinar prevista na Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações, por parte das servidoras Debora Glauce da Silva Rodrigues, Vanuza Luiza da Silva e Marisa Nunes da Silva, por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de sindicância instaurada pela portaria n.º 4.519/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4752

PORTARIA Nº 4.752 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR “Processo Administrativo”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure irregularidade na solicitação de revisão de valores licitados pelo PL n.º 88/2014/PMJ – Pregão Presencial n.º 61/2014/PMJ por parte da empresa POSTO DE COMBUSTÍVEL BORDIGNON LTDA, conforme documentos do Setor de Compras, notas fiscais e parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, FRANCIANI ALICE RIZZI E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram

conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4753

PORTARIA Nº 4.753 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 12 de novembro de 2016 do(a) Servidor(a) Sr.(a) ROSELI WEBER para exercer as funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 006/2014/FMS, conforme memorando n.º 629/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 12 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4754

PORTARIA Nº 4.754 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

“EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) DAIANA ANTUNES DE OLIVEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Infantil Rosa Branco, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 302/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de

2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4755

PORTARIA Nº 4.755 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015
"EXONERA CARGO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE SERVIDOR(A)
QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. EXONERAR o(a) Servidor(a) LEANDRA FRANCIELLI VALENTINA GOMES DE LIMA DESIDERIO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Assistente de Direção, nível FCM-2, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Infantil Tempo de Aprender, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013, 4.455 de 21 de fevereiro de 2014 e Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014, conforme memorando n.º 302/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4756

PORTARIA Nº 4.756 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) DAIANA ANTUNES DE OLIVEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), para as funções de Coordenador de Ensino Infantil, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014 e alterações, conforme memorando n.º 302/2015.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4757

PORTARIA Nº 4.757 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. NOMEAR o(a) Sr.(a) LEANDRA FRANCIELLI VALENTINA GOMES DE LIMA DESIDERIO, Professor Nível II (Pós Graduação), das funções de Diretor de Escola, nível FCM-1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação – Centro de Educação Infantil Rosa Branco, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e 4.455 de 21 de fevereiro de 2014, Lei Complementar n.º 262 de 04 de abril de 2014 e alterações, conforme memorando n.º 302/2015.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de outubro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4758

PORTARIA Nº 4.758 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar prevista na Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações, por parte da servidora DEISE CRISTINA ALVES BOTH, face ao ofício n.º 0796/2015/02PJ/JOA e parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 15 de outubro de 2015.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0003/2015 - SIMAE**
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0003/2015

Aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0013/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em 16/04/2015, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Brita Graduada E Pó de Pedra para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0013/2015.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 – BRITA GRADUADA

Quantidade – 2000. Unidade de medida – m³

1º. Colocado – PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA EPP, no valor de R\$ 50,90 (cinquenta reais e noventa centavos) por metro cúbico.

Item 02 – PÓ DE PEDRA

Quantidade – 500. Unidade de medida – m³

1º. Colocado – PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA EPP, no valor de R\$ 47,00 (quarenta e sete reais) por metro cúbico.

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Brita Graduada e Pó de pedra, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0013 /2015 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).
- c) Contrato 0023/2015

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A Brita Graduada e Pó de Pedra deverão ser entregues conforme a necessidade do SIMAE, que procederá à solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Solicitação de Entrega – SE de Brita Graduada ou pó de pedra, as mesmas deverão ser entregues no prazo máximo de 04 (quatro) horas após a solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na SE.

4.3 Serão solicitadas entregas nos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste ou Luzerna, dependendo da necessidade do SIMAE.

4.4 No ato da entrega da brita ou pó de pedra a proponente deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica-NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do Gestor responsável.

4.5 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade da brita e pó de pedra com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade da brita e pó de pedra com a especificação e a consequente aceitação.

4.6 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.7 Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório ou antes do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.8 Se a substituição da Brita ou pó de pedra recusada, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Efetivado mensalmente, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br.

5.1.2 – O pagamento será realizado pelo SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de

penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2.061 2.062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01. 14.01.

ELEMENTO: 3.3.90.30.51.00 3.3.90.30.51.00

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Efetuar a entrega da brita ou pó de pedra após solicitação em até 04 (quatro) horas, em horário comercial;

b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, a brita e pó de pedra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

7.2 No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

8.3 A recusa injustificada do detentor do preço registrado em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 9 desta ata.

12.4.1 Nas hipóteses de recusa do adjudicatário em firmar a Ata de Registro de Preços, a autoridade competente poderá convocar os demais licitantes para assinar a Ata, observada a ordem de classificação e os procedimentos de habilitação referidos no presente Edital do processo licitatório, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O SIMAE monitorará, periodicamente, o preço da Brita e Pó de pedra, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

10.2 O SIMAE convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

10.3 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

10.4 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo Fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

10.5 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, parágrafo 2º da lei 8.666/93 (publicação trimestral

dos preços registrados).

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 16 de Abril de 2015.

Graciela Prato Bordin da Rosa

Pregoeiro

Pedreira Triângulo

Rudi Ohlweiler Junior/Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

João Carlos Ungericht

CREA-17019-3

Paulo César Lamin

CPF- 047.099.739-70

HOMOLOGAÇÃO PR 0032/2015 - SIMAE

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC | PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 32/2015 - PR |
| | Processo Administrativo: 43/2015 Processo de Licitação: 43/2015 Data do Processo: 24/07/2015 |

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 43/2015
b) Licitação Nr.: 32/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 15/10/2015
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MOTORBOMBAS PARA SEREM INSTALADAS NA EEH-001 A SER CONSTRUÍDA NA AV. BEIRA RIO, CENTRO, HERVAL D'OESTE-SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

| | Unid. | Qtidade | Descto (%) | Preço Unitário | Total do Item |
|--|-------|---------|------------|----------------|---------------|
|--|-------|---------|------------|----------------|---------------|

WILO INDUSTRIA, COMERCIO E IMPORTACAO LTDA. (8281)

| | | | | | |
|--|----|------|--------|----------|----------|
| 2 CONJUNTO MOTORBOMBA SUBMERSIVEL PARA DRENAGEM DE ÁGUA SUJA, COM VAZÃO APROXIMADA DE 10,00 M³/H E ALTURA MANOMÉTRICA DE 4,00 METROS. MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO ACOPLADO DE POTÊNCIA MÁXIMA DE 2 CV, TENSÃO DE 380V E FREQUÊNCIA NOMINAL DE 60HZ. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: WILO | CJ | 2,00 | 0,0000 | 1.730,00 | 3.460,00 |
|--|----|------|--------|----------|----------|

Total do Fornecedor: 3.460,00
Total Geral: 3.460,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00 (16) Saldo: 160.325,23

Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

CC 03-2015 SEMASA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CC 03-2015 SEMASA

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Públicos de Engenharia Sanitária de Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Lages-SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 17/11/2015 às 13:30

Valor Estimado Anual: R\$ 5.422.169,49

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 15 de outubro de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário da SEMASA

EXTRATO ARP 16/2015 PP 19 FMAS AP OESTE

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

PROCESSO Nº 27/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Banco de Alimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 9.444,00 (nove mil quatrocentos e quarenta e quatro reais).

AP OESTE DISTRIBUIDORA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 05.919156/0001-94, ESTABELECIDNA RUA. FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES, 825 D – BELA VISTA, CHAPECÓ/SC – CEP. 89.804-084.

Lages/SC 28 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 16/2015 PP 19 FMAS BAGATOLI

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

PROCESSO Nº 27/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Banco de Alimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 1.884,00 (um mil oitocentos e oitenta e quatro reais).

BAGATOLI COMERCIO DE MÓVEIS LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 09.053.748/0001-27, COM ENDEREÇO A RUA CECILIO RODRIGUES 136 – CEP 89.190-000 – TAIÓ/SC.

Lages/SC 28 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 16/2015 PP 19 FMAS CELIA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

PROCESSO Nº 27/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Banco de Alimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 14.612,33 (catorze mil seiscentos e doze reais e trinta e três centavos).

CELIA REGINA WANBOMMEL SANI INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 83.197277/0001-83, ESTABELECIDNA AV. BEIRA RIO, 730 – GALPÃO - CENTRO, ALFREDO WAGNER/SC – CEP. 88.450-000.

Lages/SC 28 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 16/2015 PP 19 FMAS CORDOVA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

PROCESSO Nº 27/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Banco de Alimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as

especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 2.794,77 (dois mil setecentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos).

SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA ME, INSCRITA NO CNPJ: 83.197277/0001-83 COM SEDE NA RUA: ARACI PAIM, Nº 19 – ARAUCÁRIA – LAGES/SC CEP.88.512-680.

Lages/SC 28 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 16/2015 PP 19 FMAS JLM

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

PROCESSO Nº 27/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Banco de Alimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 5.216,78 (cinco mil duzentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos).

JLM DISTRIBUIDORA BR LTDA ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 13.965.228/0001-68, ESTABELECIDNA AV. 24 DE OUTUBRO, S/ Nº - CENTRO, BOM RETIRO/SC – CEP. 88.680-000.

Lages/SC 28 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

EXTRATO ARP 16/2015 PP 19 FMAS JULIO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

PROCESSO Nº 27/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Materiais para o Banco de Alimentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 19/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 6.599,05 (seis mil quinhentos e noventa e nove reais e cinco centavos).

JULIO CESAR RODRIGUES DELFES EPP INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 82.894.718/0001-33, ESTABELECIDNA RUA. MARIO RIBEIRO RAMOS, 248 – UNIVERSITÁRIO, LAGES/SC – CEP. 88.509-340.

Lages/SC 28 de setembro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Laguna

PREFEITURA

EDITAL

EDITAL SEDUC Nº 04/2015

O Secretário Interino de Educação e Esportes, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital as normas para participação do Processo Seletivo Simplificado, visando a contratação de profissional habilitado do quadro de servidores efetivos para o ano letivo de 2016 para desempenhar funções de professor para Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais. Os atendimentos serão realizados em salas que estão localizadas: E.E.B. Elizabeth Ulyssea Arantes - CAIC (Portinho), E.E.B. Iracy Virgínia Rodrigues (Barranceira), E.E.B. Custódio Floriano de Córdova (Passagem da Barra), E.E.B. Dr. Armando Calil Bulos (Estreito) e CEI Profª. Laurení Vieira de Souza (Vila Vitória). Esta função será de 40 horas semanais, objetivando apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem, amparado pelo Decreto nº 6571/08.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão composta por três servidores efetivos, designados pelo Secretário Interino de Educação e Esportes de Laguna.

1.2. O edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no painel de publicações da Prefeitura Municipal de Laguna.

1.3. Os demais atos e decisões inerentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão publicados no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal de Laguna.

1.4. O Processo Seletivo Simplificado consistirá na aplicação de provas de títulos de caráter eliminatório e classificatório e de uma análise de estudo de caso a ser aplicado pelo Departamento de Educação Inclusiva.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

2.1. A função temporária de que trata este Processo Seletivo Simplificado corresponde ao exercício de atendimento educacional especializado conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12. O professor deve ter formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação continuada na educação especial e terá como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades educacionais específicas dos estudantes público alvo da educação especial.

As atribuições do professor de AEE contemplam:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do estudante;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do estudante;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos

de tecnologia assistiva na sala de aula comum e demais ambientes escolares;

- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
 - Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre a aplicabilidade e funcionalidade dos recursos utilizados pelo estudante;
 - Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.
- 2.2. A carga horária será de 40 horas semanais.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão recebidas exclusivamente pelo Departamento de Educação Inclusiva da Secretária de Educação e Esportes, situado à Rua Santo Antônio nº 24, antigo DETRAN, no período de 09/11/15 a 12/11/15 das 8h às 11h30.

3.2. Somente poderão participar do presente Processo Seletivo Simplificado, servidores efetivos da Secretaria de Educação e Esportes de Laguna, com carga horária de 40 horas semanais.

3.3. Não serão aceitas inscrições fora do prazo estipulado no presente Edital.

3.4. A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.

4. DAS CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

4.1. Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o candidato deverá comparecer pessoalmente ao endereço e nos horários e prazos indicados no item 3.1 e ser efetivo na Rede Municipal de Ensino do Município de Laguna.

4.2. Deverá preencher a ficha de inscrição disponibilizado no ato pelo Departamento de Educação Inclusiva.

4.3. É de inteira obrigação e responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos referentes ao presente Edital do Processo Seletivo Simplificado, os quais serão divulgados e publicados no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal de Laguna.

5. DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

5.1. O presente Processo Seletivo Simplificado será realizado mediante Prova de Títulos, através de pontuação de títulos apresentados, cursos de capacitação continuada e tempo de serviço em Salas de Atendimento Educacional Especializado, conforme tabela abaixo:

| TITULAÇÃO | VALOR A SER ATRIBUÍDO |
|--|-------------------------|
| Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia/Educação Especial. | 3,0 (três vírgula zero) |
| Diploma e Histórico Escolar de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia e Curso de Pós-graduação Latu Sensu e Strictu sensu na área de educação, com duração mínima de 360 horas | 2,0 (dois vírgula zero) |

| | |
|--|-------------------------|
| Cursos, Seminários, Jornadas, Simpósios e Congressos com carga horária acima de 20h. Com data de: 01/11/14 – 01/11/15 | 1,5 (um vírgula cinco) |
| Análise de estudo de Caso Data: 16/11/15 Local: Polo da UAB – CAIC Hora: 09:00h | 2,0 (dois vírgula zero) |
| Tempo de serviço em salas de Atendimento Educacional Especializado | 1,5 (um vírgula cinco) |

5.2. Os comprovantes – títulos e cursos deverão ser apresentados no ato da inscrição, junto com a ficha de inscrição, em fotocópias, acompanhados das originais para simples conferência, devendo ser numerados.

5.3. Os comprovantes – títulos, não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas.

5.4. O candidato que apresentar qualquer documento falso, além de ter sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes constantes deste Edital, estará sujeito a processo criminal, previsto em lei.

6. DOS RECURSOS

6.1. Da classificação preliminar dos candidatos, é cabível recurso endereçado à comissão, uma única vez, no prazo comum de 02 (dois) dias.

6.2. O recurso deverá conter a identificação do recorrente e as razões do pedido recursal.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, na ordem:

- I. maior grau de formação na área de atuação, incluindo experiência do AEE;
- II. maior tempo no magistério público municipal;
- III. maior tempo de serviço no magistério;
- IV. mais idoso;
- V. maior números de filhos menores;
- VI. residência mais próxima da unidade escolar com Atendimento Educacional Especializado.
- VII. Sorteio.

8. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A divulgação será exposta no painel de publicações oficial da Prefeitura Municipal de Laguna no dia 23/11/2015.

9- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Na forma da legislação vigente, o presente edital poderá ser alterado a qualquer momento.

9.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário de Educação e Esportes e à Comissão composta por servidores da Secretaria de Educação nomeados pelo Secretário Interino de Educação e Esportes, de acordo com a Constituição Federal, com base nos princípios administrativos, e demais normas de direito visando sempre atingir o interesse Público.

9.3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 09 de outubro de 2015.

Klevys Lopes Rosa

Secretário Interino de Educação e Esportes

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 14, DE 15 DE OUTUBRO 2015

Dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no CMAS de Laguna, Gestão 2015/2017, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e em Reunião Extraordinária de 15 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO:

O disposto no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS; A Resolução CNAS nº 002, de 10 de fevereiro de 2014, que Dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, Gestão 2014/2016. O Caderno de Orientações CNAS de março de 2014 – que trata do Processo Eleitoral dos(as) representantes da Sociedade Civil nos Conselhos de Assistência Social;

RESOLVE:

Art. 1º O processo eleitoral para a representação da sociedade civil, gestão 2015/2017 do CMAS dar-se-á em Assembleia especialmente convocada para este fim, por meio de edital publicado no Diário Oficial dos Municípios e na Secretaria Executiva dos Conselhos, localizada no Centro Administrativo Tordesilhas, 145, 1º Andar – Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º Fica instituída pelo CMAS a Comissão Eleitoral, composta por três conselheiros representantes da sociedade civil, sendo um conselheiro representante dos trabalhadores (Enivaldo Torres Ramos) e duas conselheiras representantes das entidades (Arlene Medeiros e Rita Barroca).

§1º A Comissão Eleitoral elegerá, entre seus pares, um presidente, que coordenará o processo eleitoral até a instalação da Assembleia de Eleição.

Art. 3º A Comissão eleitoral terá as seguintes atribuições:

I - Elaborar o Edital para Eleição dos representantes da Sociedade Civil para o biênio 2015 – 2017;

II - Elaborar o Regimento Interno da Assembleia Eleitoral;

III - Verificar, com base nos termos desta resolução, a documentação dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações da assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, postulantes à habilitação;

IV - Habilitar representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações da assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, postulantes à habilitação para designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitora;

V - Divulgar a relação dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações da assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, habilitadas e não habilitadas ao processo de eleição, juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitora.

VI - Analisar e julgar os pedidos de recursos;

VII – Divulgar as decisões sobre os recursos apresentados pelos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS.

Art. 4º Poderão habilitar-se ao processo eleitoral, exclusivamente, os representantes ou organização de usuários, entidades e organizações de assistência social e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS habilitadas a designarem candidato(a), juntamente com a(s) respectiva(s) pessoa(s) física(s) designada(s), bem como as postulantes a eleitora(s) e que atuam em âmbito municipal, podendo ser habilitadas:

I. os representantes e organizações de usuários que congregam as pessoas destinatárias da Política de Assistência Social, de acordo

com a Resolução CNAS nº 24/2006;

II. entidades e organizações de assistência social devidamente inscritas no CMAS, que prestam serviços, conforme Resoluções CNAS nº 109/2009, nº 33/2011, nº 34/2011, bem como as que atuam com assessoramento e defesa e garantia de direitos, conforme Resolução CNAS nº 27/2011;

III. as entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS, em conformidade com as Resoluções CNAS nº 23/2006, nº 17/2011 e nº 06/2015.

Parágrafo Único: A habilitação dos representantes e organizações de usuários, das entidades ou organizações de assistência social e entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, para designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como das postulantes a eleitora ocorrerá a partir da data de publicação do Edital até a instalação da Assembleia de Eleição, na Secretaria Executiva dos Conselhos.

Art. 5º Para a habilitação dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - Para as entidades e organizações de assistência social:

- a) cópia do documento de inscrição no CMAS;
- b) requerimento de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização, ou um de seus representantes legais e pelo(a) candidato(a) designado(a) (titular e suplente), no qual esteja indicada sua condição de habilitada a designar candidato(a), e por qual segmento;
- c) endereço completo, telefone e e-mail da entidade ou organização e outras informações importantes para contato em tempo hábil, conforme Anexo I desta Resolução;
- d) formulário de designação da pessoa física a ser eleita, conforme Anexo IV desta Resolução.

e) cópia da Carteira de Identidade e/ou CPF da pessoa física designada a ser eleita.

II - Para as entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, prevista no inciso III do artigo 4º:

- a) requerimento de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução, devidamente assinado pelo representante legal da entidade ou organização, ou um de seus representantes legais e pelo(a) candidato(a) designado(a) (titular e suplente), no qual esteja indicada sua condição como habilitada a designar candidato(a) e por qual segmento;
- b) Declaração de funcionamento, conforme Anexo II desta Resolução;
- c) endereço completo, telefone, fax, e-mail da entidade ou organização, e outras informações importantes para contato em tempo hábil;
- d) formulário de designação da pessoa física a ser eleita, conforme Anexo IV desta Resolução.
- e) cópia da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor e comprovante de residência da pessoa física designada a ser eleita.

III - Para os representantes dos usuários da assistência social:

- a) declaração de reconhecimento de existência e atuação, expedido pelo órgão gestor da assistência social municipal, assinado por coordenador(a) de Entidades de Assistência Social, CRAS, CREAS e Serviços de Alta Complexidade, conforme Anexo III desta Resolução;
 - b) cópia da Carteira de Identidade e CPF do representante.
- §1º Em havendo impedimento da pessoa física a ser eleita, previamente habilitada, de comparecer à Assembleia de Eleição, a entidade ou organização poderá apresentar à Comissão Eleitoral pedido de habilitação do seu(sua) novo(a) candidato(a) designado(a), até a instalação da assembleia de eleição, na Secretaria Executiva dos Conselhos.

§2º Os representantes ou organizações de usuários, as entidades e organizações da assistência social e as entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, somente poderão habilitar candidato(a) e eleitor(a) a um dos segmentos descritos no Art. 4º desta

Resolução.

Art. 6º Para a habilitação de representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, enquanto eleitoras, as mesmas deverão apresentar os mesmos documentos descritos nos Art. 5º desta Resolução, respeitando as comprovações necessárias referentes ao segmento que representa, bem como destacando a condição de postulante à eleitor.

Parágrafo único. Para os representantes das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, que pedirem a habilitação para designar pessoa física para participar do processo eleitoral na condição de eleitora, deverão encaminhar formulário de designação, assinado pelo seu representante legal e pelo(a) designado(a), até a instalação da Assembleia de Eleição.

Art. 7º A documentação necessária para a habilitação, conforme artigos 5º e 6º, deverá ser protocolada diretamente no CMAS, no horário de 13h30 as 17h30m, ou até a instalação da Assembleia Geral, no endereço abaixo:

Conselho Municipal de Assistência Social / Comissão Eleitoral - Eleição 2015 - A/C Secretaria Executiva do CMAS - Av. Colombo Machado Salles, 145 – Centro Administrativo Tordesilhas – Laguna – SC.

Art. 8º A Comissão Eleitoral divulgará, até a data da eleição, a Ata de reunião com a relação nominal de representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS habilitadas a participarem do pleito na condição de candidato(a) e as não habilitadas a participarem do pleito.

Art. 9º Os recursos deverão ser apresentados à Comissão Eleitoral, em até dois dias antes da instalação da Assembleia Geral, conforme definido no art. 7º desta Resolução por meio do endereço eletrônico: cmaslaguna@gmail.com, enviando posteriormente o documento original ao endereço já mencionado.

§1º A Comissão Eleitoral concluirá e divulgará, até o dia anterior à eleição, o julgamento dos recursos apresentados.

Art. 10 A Comissão Eleitoral instituída nesta Resolução terá apoio da Secretaria Executiva do CMAS.

Art. 11 A Assembleia de Eleição terá dois momentos:

§1º Instalação da Assembleia pela Comissão Eleitoral.

§2º Composição da Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição.

§3º Para a instalação da Assembleia de Eleição a Comissão Eleitoral do CMAS terá como atribuições:

I - apresentar os representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, habilitadas pela Comissão Eleitoral para designar candidato(a) para a participação no pleito, juntamente com a respectiva pessoa física a ser eleita;

II - coordenar o processo de candidatura dos participantes à Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição a ser composta por representantes de entidades e organizações de assistência social, representantes e organizações de usuários, entidades e organizações de trabalhadores do SUAS, um de cada segmento, não candidatos ao pleito.

§4º A Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição terá como atribuições:

I - eleger, entre os membros da Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição, um que assumirá a Presidência;

II - fazer a leitura e aprovação do Regimento Interno da Assembleia de Eleição, elaborado pela Comissão Eleitoral;

III - proceder a votação, conforme Regimento Interno aprovado;

IV - coordenar o processo de apuração;

V - fazer a leitura e aprovação da Ata da Assembleia de Eleição.

VI - decidir os casos omissos, considerando todos os dispositivos legais sobre a matéria.

Art. 12 Cada representante ou organização de usuários, entidade e organização de assistência social e entidade e organização de trabalhadores do SUAS habilitados pela Comissão Eleitoral para designar candidato(a), bem como as habilitadas enquanto eleitora para a participação na Assembleia de Eleição, poderá votar no

número de candidatos(as) correspondente à representação do seu segmento, quais sejam:

- a) 2 (dois) representantes de entidades e organizações de assistência social,
- b) 2 (dois) representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social e
- c) 2 (dois) representantes de entidades ou organizações de trabalhadores do setor.

Art. 13 Terminada a Assembleia de Eleição, a Mesa Coordenadora proclamará o resultado e assinará a Ata aprovada, contendo a relação das pessoas físicas eleitas titulares e suplentes.

Art. 14 A Mesa Coordenadora da Assembleia de Eleição entregará à Presidência do CMAS a relação dos representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS, juntamente com seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes, para publicação no Diário Oficial.

Art. 15 Em caso de vacância, será convocado para ocupar a vaga o candidato sequencialmente mais votado no processo eleitoral no seu segmento e, no caso de empate de votos, prevalecerá o candidato com mais idade.

Parágrafo Único – Caso não haja candidato no segmento, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos da sociedade civil, sendo aquele que possuir maior número de candidatos votados.

Art. 16 A nomeação dos conselheiros deverá ser publicada em até 07 dias úteis após a realização da eleição, 2015.

Art. 17 A posse dos Conselheiros eleitos, titulares e suplentes, para o biênio 2015/2017, dar-se-á em até 07 dias úteis após a nomeação.

Art. 18 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

LUIZ AUGUSTO BORGES
Presidente do CMAS

Anexo I REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

Fundamentado no disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução CMAS nº 09/2014, venho pelo presente requerer HABILITAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL DA SOCIEDADE CIVIL NO CMAS - Laguna, junto à Comissão Eleitoral.

*Condição:

- () Eleitora
- () Habilitar para designar candidato(a)

*Segmento:

- () Representante ou organização de usuários de Assistência Social
- () Entidade e organização de Assistência Social
- () Entidade e organização de trabalhadores do SUAS

*Entidades e organizações (de assistência social/ trabalhadores/ organizações de usuários):

Representante Legal:

CNPJ:

Endereço:

Telefone: () Fax: ()

Endereço Eletrônico:

Referência para contatos: (nome e qualificação)

*Representante de usuários:

Nome Completo:

CPF:

Endereço:

Telefone: () Fax: ()

Endereço Eletrônico:

Referência para contatos: (nome e qualificação)

Luiz Augusto Borges

Presidente do CMAS

(assinatura e identificação da pessoa física designada a participar enquanto candidato)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO

Exceto para os Representantes de Usuários

DECLARO, para os devidos fins, que o/a (nome da entidade/organização) , com sede (endereço) , na cidade de Laguna/SC, portadora do CNPJ nº , está em pleno e regular funcionamento, desde (data de fundação)/...../....., cumprindo regularmente as suas finalidades estatutárias, sendo a sua Diretoria atual, com mandato de/...../..... a/...../....., constituída dos seguintes membros, de acordo com ata de eleição e posse:

Presidente: Nome completo:

Nº do RG: , Órgão expedidor:

CPF:

Endereço Residencial:

Endereço eletrônico:

Vice-presidente: Nome completo:

N.º do RG: Órgão expedidor: CPF:

Endereço Residencial:

Endereço eletrônico:

Secretário(a): Nome completo:

Nº do RG: Órgão expedidor: CPF:

Endereço Residencial:

Endereço eletrônico:

Tesoureiro(a): Nome completo:

Nº do RG: Órgão expedidor: CPF:

Endereço Residencial:

Endereço eletrônico

DECLARO, em complemento, que a entidade ou organização acima identificada desenvolve suas atividades institucionais, há no mínimo um ano na Cidade de Laguna/SC.

Laguna, ____de , de 2015.

(assinatura do (a) Presidente da Entidade ou seu Representante legal)

(identificação de quem assina e qualificação)

ANEXO III

FORMULÁRIO DE DESIGNAÇÃO DE PESSOA(S) FÍSICA(S)

Para entidades/organizações de assistência social, trabalhadores e organizações de usuários

À Comissão Eleitoral,

Conforme disposto da Resolução CMAS nº 14/2014, venho designar a(s) pessoa(s) abaixo relacionadas, para representação desta entidade/organização/representante de usuários, postulante à participação no processo eleitoral para a gestão 2015/2017, na condição de habilitar para designar candidato (a).

Declaro que o(a) designado(a) participa das atividades desta entidade/organização enquanto _____

DADOS DO REPRESENTANTE TITULAR

Nome completo:

Nº do RG: Órgão expedidor: CPF:

Endereço Residencial:

Telefone: ()

Email:

DADOS DO REPRESENTANTE SUPLENTE

Nome completo:

Nº do RG: Órgão expedidor: CPF:

Endereço Residencial:

Telefone: ()

Email:

(identificação de quem assina e qualifica) Representante Legal

Assinatura do Representante Titular

Assinatura do Representante Suplente

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO E DESIGNAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS

Exclusivo para os Representantes de Usuários

DECLARO, para os devidos fins, que o Grupo de Usuários do _____, localizado na _____, na cidade de Laguna/SC, exerce suas atividades desde _____, com representação legitimada, para habilitar-se à composição do CMAS biênio 2015/2017, conforme ata/relatório de reunião, com os seguintes representantes:

DADOS DO REPRESENTANTE TITULAR

Nome completo:

Nº do RG: Órgão expedidor: CPF:

Endereço Residencial:

Telefone: () Email:

DADOS DO REPRESENTANTE SUPLENTE

Nome completo:

Nº do RG: Órgão expedidor: CPF:

Endereço Residencial:

Telefone: () Email:

Identificação e Assinatura do (a) Coordenador do CRAS

(identificação do Representante Titular)

(identificação do Representante Suplente)

RREO 4 BIM 2015 - ANEXO 1

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|---|-----------------------|-------------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|--------------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 139.355.547,94 | 139.355.547,94 | 13.204.218,45 | 9,48 | 56.863.145,27 | 40,80 | 82.492.402,67 |
| RECEITAS CORRENTES | 109.383.524,07 | 109.383.524,07 | 12.109.949,00 | 11,07 | 55.553.397,63 | 50,79 | 53.830.126,44 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 29.984.175,29 | 29.984.175,29 | 2.150.588,54 | 7,17 | 16.224.804,46 | 54,11 | 13.759.370,83 |
| IMPOSTOS | 24.221.999,27 | 24.221.999,27 | 1.924.722,23 | 7,95 | 13.538.405,37 | 55,89 | 10.683.593,90 |
| TAXAS | 5.555.242,02 | 5.555.242,02 | 225.866,31 | 4,07 | 2.686.399,09 | 48,36 | 2.868.842,93 |
| CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA | 206.934,00 | 206.934,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 206.934,00 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 435.000,00 | 435.000,00 | 162.569,28 | 37,37 | 1.092.928,23 | 251,25 | -657.928,23 |
| CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 435.000,00 | 435.000,00 | 162.569,28 | 37,37 | 1.092.928,23 | 251,25 | -657.928,23 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 1.532.017,50 | 1.532.017,50 | 130.385,41 | 8,51 | 532.890,57 | 34,78 | 999.126,93 |
| RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS | 1.493.117,50 | 1.493.117,50 | 121.729,41 | 8,15 | 498.537,52 | 33,39 | 994.579,98 |
| OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS | 38.900,00 | 38.900,00 | 8.656,00 | 22,25 | 34.353,05 | 88,31 | 4.546,95 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 47.390,00 | 47.390,00 | 26.276,07 | 55,45 | 287.353,90 | 606,36 | -239.963,90 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 57.536.844,33 | 57.536.844,33 | 8.811.270,66 | 15,31 | 34.626.137,00 | 60,18 | 22.910.707,33 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 55.904.010,10 | 55.904.010,10 | 8.811.270,66 | 15,76 | 33.897.068,92 | 60,63 | 22.006.941,18 |
| TRANSF. DE CONV. | 1.113.346,58 | 1.113.346,58 | 0,00 | 0,00 | 727.323,56 | 65,33 | 386.023,02 |
| TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME | 519.487,65 | 519.487,65 | 0,00 | 0,00 | 1.744,52 | 0,34 | 517.743,13 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 19.848.096,95 | 19.848.096,95 | 828.859,04 | 4,18 | 2.789.283,47 | 14,05 | 17.058.813,48 |
| MULTAS E JUROS DE MORA | 4.608.324,31 | 4.608.324,31 | 108.598,55 | 2,36 | 402.776,18 | 8,74 | 4.205.548,13 |
| INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 0,00 | 0,00 | -3.038,37 | 0,00 | 73.540,89 | 0,00 | -73.540,89 |
| RECEITA DA DIVIDAATIVA | 14.370.759,72 | 14.370.759,72 | 525.026,11 | 3,65 | 1.798.020,33 | 12,51 | 12.572.739,39 |
| RECEITAS DIVERSAS | 869.012,92 | 869.012,92 | 198.272,75 | 22,82 | 514.946,07 | 59,26 | 354.066,85 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 29.972.023,87 | 29.972.023,87 | 1.094.269,45 | 3,65 | 1.309.747,64 | 4,37 | 28.662.276,23 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000.000,00 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.000.000,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 1.119.580,26 | 1.119.580,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.119.580,26 |
| ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS | 1.119.580,26 | 1.119.580,26 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.119.580,26 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 25.852.443,61 | 25.852.443,61 | 1.094.269,45 | 4,23 | 1.309.747,64 | 5,07 | 24.542.695,97 |
| TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS | 287.322,00 | 287.322,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 287.322,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 25.565.121,61 | 25.565.121,61 | 1.094.269,45 | 4,28 | 1.309.747,64 | 5,12 | 24.255.373,97 |
| RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II) | — | — | — | — | — | — | — |
| SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II) | 139.355.547,94 | 139.355.547,94 | 13.204.218,45 | 9,48 | 56.863.145,27 | 40,80 | 82.492.402,67 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Internas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Continua 1/3

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

| RECEITAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | | | | SALDO A REALIZAR (a - c) |
|--|-----------------------|-------------------------|----------------------|-------------|----------------------|--------------|--------------------------|
| | | | No Bimestre (b) | % (b/a) | Até o Bimestre (c) | % (c/a) | |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobilização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Operações de Crédito Externas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Mobilização | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (IV) | 139.355.547,94 | 139.355.547,94 | 13.204.218,45 | 9,48 | 56.863.145,27 | 40,80 | 82.492.402,67 |
| DÉFICIT (VI) | — | — | — | — | 4.102.263,32 | — | — |
| TOTAL (VII) = (V + VI) | 139.355.547,94 | 139.355.547,94 | 13.204.218,45 | 9,48 | 60.965.408,59 | 40,80 | 82.492.402,67 |
| SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS) | — | 12.812.690,77 | — | — | 875.881,93 | — | — |
| Superávit Financeiro | — | 4.512.690,77 | — | — | 369.062,12 | — | — |
| Reabertura de Créditos Adicionais | — | 8.300.000,00 | — | — | 506.819,81 | — | — |

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) |
|---|-----------------------|------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 139.355.547,94 | 163.844.001,85 | 13.225.328,37 | 93.936.725,01 | 69.907.276,84 | 14.953.180,64 | 60.965.408,59 | 102.878.593,26 | 57.053.295,36 |
| DESPESAS CORRENTES | 105.526.759,27 | 109.696.474,73 | 10.916.928,43 | 68.696.063,11 | 41.000.411,62 | 13.680.886,14 | 54.985.009,40 | 54.711.465,33 | 51.073.103,60 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 54.368.089,65 | 53.331.108,06 | 6.761.463,58 | 31.847.142,52 | 21.483.965,54 | 7.665.701,29 | 30.197.385,88 | 23.133.722,18 | 26.371.765,48 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 49.389,55 | 249.389,55 | 0,00 | 24.651,54 | 224.738,01 | 0,00 | 24.651,54 | 224.738,01 | 24.651,54 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 51.119.280,07 | 56.115.977,12 | 4.155.464,85 | 36.824.269,05 | 19.291.708,07 | 6.015.184,85 | 24.762.971,98 | 31.353.005,14 | 24.676.686,58 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 33.802.413,67 | 54.121.152,12 | 2.308.399,94 | 25.240.661,90 | 28.880.490,22 | 1.272.294,50 | 5.980.399,19 | 48.140.752,93 | 5.980.191,76 |
| INVESTIMENTOS | 31.772.413,67 | 52.291.152,12 | 2.305.139,06 | 24.200.003,90 | 28.091.148,82 | 1.243.328,24 | 4.989.869,09 | 47.301.283,03 | 4.989.661,66 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 2.030.000,00 | 1.830.000,00 | 3.260,88 | 1.040.658,00 | 789.341,40 | 28.966,26 | 990.530,10 | 839.469,90 | 990.530,10 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 26.375,00 | 26.375,00 | 0,00 | 0,00 | 26.375,00 | 0,00 | 0,00 | 26.375,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 26.375,00 | 26.375,00 | 0,00 | 0,00 | 26.375,00 | 0,00 | 0,00 | 26.375,00 | 0,00 |
| RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DO RPPS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | — | — | — | — | — | — | — | — | — |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 139.355.547,94 | 163.844.001,85 | 13.225.328,37 | 93.936.725,01 | 69.907.276,84 | 14.953.180,64 | 60.965.408,59 | 102.878.593,26 | 57.053.295,36 |

Continua 2/3

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) |
|--|------------------------|---------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre | | No Bimestre | Até o Bimestre | | |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI) | 139.355.547,94 | 163.844.001,85 | 13.225.328,37 | 93.936.725,01 | 69.907.276,84 | 14.953.180,64 | 60.965.408,59 | 102.878.593,26 | 57.053.295,36 |
| SUPERÁVIT (XIII) | — | — | — | — | — | — | — | — | 56.863.145,27 |
| TOTAL (XIV) = (XII + XIII) | 139.355.547,94 | 163.844.001,85 | 13.225.328,37 | 93.936.725,01 | — | 14.953.180,64 | 60.965.408,59 | — | 113.916.440,63 |

FONTE:

LAGUNA, 29/09/2015

Fabício Ferreira R. Leite
Contador - CRCGO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 4 BIM 2015 - ANEXO 12

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

| RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|--|------------------|-------------------------|---------------------|-------------|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a)*100 |
| RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I) | 42.655.452,96 | 42.655.452,96 | 14.992.605,93 | 35,15 |
| Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 10.265.901,01 | 10.265.901,01 | 5.494.992,94 | 53,53 |
| Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI | 1.728.259,50 | 1.728.259,50 | 1.543.066,53 | 89,28 |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 11.015.598,76 | 11.015.598,76 | 5.962.761,74 | 54,04 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 1.212.240,00 | 1.212.240,00 | 548.043,97 | 45,21 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos | 90.329,57 | 90.329,57 | 28.725,77 | 31,80 |
| Dívida Ativa dos Impostos | 13.920.924,82 | 13.920.924,82 | 1.404.485,48 | 10,09 |
| Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa | 4.422.199,30 | 4.422.199,30 | 20.529,60 | 0,46 |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 30.344.920,57 | 30.344.920,57 | 23.632.816,12 | 77,88 |
| Cota-Parte FPM | 18.025.942,28 | 18.025.942,28 | 13.800.317,71 | 76,56 |
| Cota-Parte ITR | 15.137,08 | 15.137,08 | 1.285.491,51 | 8.492,33 |
| Cota-Parte IPVA | 3.289.957,69 | 3.289.957,69 | 2.589.960,55 | 78,72 |
| Cota-Parte ICMS | 8.861.546,15 | 8.861.546,15 | 5.846.558,66 | 65,98 |
| Cota-Parte IPH-Exportação | 131.237,71 | 131.237,71 | 86.918,66 | 66,23 |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 21.099,66 | 21.099,66 | 23.599,13 | 111,70 |
| Desoneração ICMS (LC 87/96) | 21.099,66 | 21.099,66 | 23.599,13 | 111,70 |
| TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II | 73.000.373,53 | 73.000.373,53 | 38.625.422,05 | 52,91 |

| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (c) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|-------------|
| | | | Até o Bimestre (d) | % (d/c)*100 |
| TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS | 17.696.846,12 | 17.696.846,12 | 9.083.852,75 | 51,33 |
| Provenientes da União | 16.930.723,89 | 16.930.723,89 | 8.479.981,59 | 50,09 |
| Provenientes dos Estados | 766.122,23 | 766.122,23 | 603.871,16 | 78,82 |
| RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE | 17.696.846,12 | 17.696.846,12 | 9.083.852,75 | 51,33 |

| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|--|-----------------|------------------------|---------------------|-------------|---------------------|-------------|
| | | | Até o Bimestre (f) | % (f/e)*100 | Até o Bimestre (g) | % (g/e)*100 |
| DESPESAS CORRENTES | 28.764.828,84 | 31.053.578,84 | 18.361.177,80 | 59,13 | 17.042.707,34 | 54,88 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 16.010.403,52 | 15.420.403,52 | 8.726.841,06 | 56,59 | 8.536.220,25 | 55,35 |
| Outras Despesas Correntes | 12.754.425,32 | 15.633.175,32 | 9.634.336,74 | 61,63 | 8.507.487,09 | 54,42 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 2.084.434,30 | 1.884.434,30 | 552.836,61 | 29,34 | 425.066,13 | 22,56 |
| Investimentos | 2.084.434,30 | 1.884.434,30 | 552.836,61 | 29,34 | 425.066,13 | 22,56 |

Continua 1/4

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

| DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|--|----------------------|------------------------|----------------------|--------------|----------------------|-------------------|
| | | | Até o Bimestre (f) | % (f/e)*100 | Até o Bimestre (g) | % (g/e)*100 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 2.084.434,30 | 1.884.434,30 | 552.836,61 | 29,34 | 425.066,13 | 22,56 |
| Investimentos | 2.084.434,30 | 1.884.434,30 | 552.836,61 | 29,34 | 425.066,13 | 22,56 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV) | 30.849.263,14 | 32.938.013,14 | 18.914.014,41 | 57,42 | 17.467.773,47 | 53,03 |
| DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
| | | | Até o Bimestre (f) | % (f/IV)*100 | Até o Bimestre (g) | % (g/IV)*100 |
| DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS | 18.515.423,32 | 20.775.423,32 | 11.592.996,79 | 61,29 | 10.742.273,81 | 61,50 |
| Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS | 18.515.423,32 | 20.775.423,32 | 11.592.996,79 | 61,29 | 10.742.273,81 | 61,50 |
| Recursos de Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Recursos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹ | - | - | 0,00 | 0,00 | - | - |
| DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ² | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V) | 18.515.423,32 | 20.775.423,32 | 11.592.996,79 | 61,29 | 10.742.273,81 | 61,50 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V) | 12.333.839,82 | 12.162.589,82 | 7.321.017,62 | 38,71 | 6.725.499,66 | 38,50 |
| PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | | | | | | |
| (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5 | | | | | | 17,41 |
| VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI) - (15 x IIIb)/100]⁶ | | | | | | 931.896,35 |

Continua 2/4

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

| EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA | INSCRITOS | CANCELADOS/ PRESCRITOS | PAGOS | A PAGAR | PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE | |
|--|---|--|---------------------|----------------------|----------------------------------|----------------------|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| TOTAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º | RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS | | | | | |
| | SALDO INICIAL | DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j) | | | SALDO FINAL(NÃO APLICADO) | |
| | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | |
| TOTAL (VIII) | 0,00 | 0,00 | | | 0,00 | |
| CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28 | LIMITE NÃO CUMPRIDO | | | | | |
| | SALDO INICIAL | DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k) | | | SALDO FINAL(NÃO APLICADO) | |
| | - | - | | | - | |
| DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção) | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
| | | | Até Bimestre (l) | % (l/Total l)*100 | Até Bimestre (m) | % (m/Total m)*100 |
| Atenção Básica | 23.785.251,48 | 23.423.651,48 | 11.547.984,80 | 60,86 | 10.743.483,09 | 61,30 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 4.441.754,27 | 7.003.354,27 | 6.344.172,06 | 33,44 | 5.992.347,13 | 34,19 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 1.336.980,53 | 1.336.980,53 | 668.507,73 | 3,52 | 381.041,43 | 2,17 |
| Vigilância Sanitária | 1.157.707,71 | 1.157.707,71 | 400.675,62 | 2,11 | 386.227,62 | 2,27 |
| Vigilância Epidemiológica | 189.033,44 | 189.033,44 | 4.510,20 | 0,02 | 4.510,20 | 0,03 |
| Alimentação e Nutrição | 6.561,62 | 6.561,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Subfunções | 35.473,79 | 35.473,79 | 7.664,00 | 0,04 | 7.664,00 | 0,04 |
| TOTAL | 30.952.763,14 | 33.152.763,14 | 18.973.514,41 | 100,00 | 17.527.273,47 | 100,00 |

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+1"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "l+1"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula [(M+l)- (15×IIIb)×100]

Continua 3/4

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

LAGUNA, 29/09/2015

Fabrizio Ferreira R. Leite
Contador - CRC/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 4 BIM 2015 - ANEXO 2

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1.00

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) |
|--|-----------------|------------------------|---------------------|--------------------|---------------|-------------------|---------------------|--------------------|---------------|-------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/Total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 139.355.547,94 | 163.844.001,85 | 13.225.328,37 | 93.936.725,01 | 100,00 | 69.907.276,84 | 14.953.180,64 | 60.965.406,59 | 100,00 | 102.878.593,26 |
| Legislativa | 4.548.650,00 | 4.548.650,00 | 35.693,70 | 4.168.203,02 | 4,44 | 380.446,98 | 675.385,79 | 2.654.076,60 | 4,35 | 1.894.573,40 |
| Ação Legislativa | 4.548.650,00 | 4.548.650,00 | 35.693,70 | 4.168.203,02 | 4,44 | 380.446,98 | 675.385,79 | 2.654.076,60 | 4,35 | 1.894.573,40 |
| Judiciária | 228.056,80 | 228.056,80 | 8.282,15 | 159.876,79 | 0,17 | 68.180,01 | 129.561,96 | 155.116,95 | 0,25 | 72.939,85 |
| Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário | 228.056,80 | 228.056,80 | 8.282,15 | 159.876,79 | 0,17 | 68.180,01 | 129.561,96 | 155.116,95 | 0,25 | 72.939,85 |
| Administração | 25.063.272,45 | 25.065.922,58 | 2.461.474,90 | 15.824.830,14 | 16,85 | 9.241.092,44 | 3.119.366,35 | 12.234.777,33 | 20,07 | 12.831.145,25 |
| Planejamento e Orçamento | 2.065.297,50 | 2.065.297,50 | 225.011,07 | 1.037.825,46 | 1,10 | 1.027.472,04 | 261.497,88 | 997.757,49 | 1,64 | 1.067.540,01 |
| Administração Geral | 17.299.522,92 | 17.097.253,05 | 1.638.892,57 | 10.571.017,25 | 11,25 | 6.526.235,80 | 2.172.743,60 | 8.619.562,62 | 14,14 | 8.477.690,43 |
| Administração Financeira | 3.258.127,71 | 3.435.127,71 | 192.594,49 | 2.516.261,29 | 2,68 | 918.866,42 | 458.280,80 | 1.768.049,78 | 2,90 | 1.667.077,93 |
| Controle Interno | 209.800,00 | 207.720,00 | 43.420,89 | 125.631,97 | 0,13 | 82.088,03 | 25.820,89 | 100.131,97 | 0,16 | 107.588,03 |
| Normatização e Fiscalização | 13.123,82 | 13.123,82 | 0,00 | 6.193,90 | 0,01 | 6.929,92 | 211,53 | 3.647,37 | 0,01 | 9.476,45 |
| Comunicação Social | 1.362.900,50 | 1.362.900,50 | 74.825,88 | 763.400,27 | 0,81 | 599.500,23 | 92.702,99 | 592.480,94 | 0,97 | 770.419,56 |
| Alimentação e Nutrição | 884.500,00 | 884.500,00 | 286.730,00 | 804.500,00 | 0,86 | 80.000,00 | 108.108,96 | 153.147,16 | 0,25 | 731.352,84 |
| Segurança Pública | 1.054.468,41 | 1.819.557,29 | 672.403,64 | 1.014.605,40 | 1,08 | 804.951,89 | 97.959,33 | 295.307,65 | 0,49 | 1.523.249,64 |
| Defesa Civil | 1.054.468,41 | 1.819.557,29 | 672.403,64 | 1.014.605,40 | 1,08 | 804.951,89 | 97.959,33 | 295.307,65 | 0,49 | 1.523.249,64 |
| Assistência Social | 3.248.541,81 | 3.275.172,98 | 363.812,82 | 1.687.407,03 | 1,80 | 1.587.765,95 | 334.599,19 | 1.470.395,51 | 2,41 | 1.804.777,47 |
| Assistência à Criança e ao Adolescente | 896.237,87 | 896.237,87 | 41.446,80 | 150.455,81 | 0,16 | 745.782,06 | 719,37 | 107.442,90 | 0,18 | 788.794,97 |
| Assistência Comunitária | 2.352.303,94 | 2.378.935,11 | 322.365,02 | 1.536.951,22 | 1,64 | 841.983,89 | 333.879,82 | 1.362.952,61 | 2,24 | 1.015.982,50 |
| Saúde | 31.307.596,42 | 33.444.086,42 | 4.235.235,97 | 18.973.514,41 | 20,20 | 14.470.572,01 | 4.102.076,23 | 17.527.273,47 | 28,75 | 15.916.812,95 |
| Administração Geral | 28.911,87 | 28.911,87 | 0,00 | 7.664,00 | 0,01 | 21.247,87 | 0,00 | 7.664,00 | 0,01 | 21.247,87 |
| Atenção Básica | 23.815.251,48 | 23.453.651,48 | 2.434.814,43 | 11.547.984,80 | 12,29 | 11.905.666,68 | 2.535.770,37 | 10.743.483,09 | 17,62 | 12.710.168,39 |
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 4.441.754,27 | 7.003.354,27 | 1.516.888,30 | 6.344.172,06 | 6,75 | 659.182,21 | 1.411.986,65 | 5.992.347,13 | 9,83 | 1.011.007,14 |
| Suporte Profilático e Terapêutico | 1.336.980,53 | 1.336.980,53 | 192.150,81 | 668.507,73 | 0,71 | 668.472,80 | 63.493,78 | 381.041,43 | 0,63 | 955.939,10 |
| Vigilância Sanitária | 1.489.092,91 | 1.425.592,91 | 91.382,43 | 400.675,62 | 0,43 | 1.024.917,29 | 90.825,43 | 398.227,62 | 0,65 | 1.027.365,29 |
| Vigilância Epidemiológica | 189.033,44 | 189.033,44 | 0,00 | 4.510,20 | 0,00 | 184.523,24 | 0,00 | 4.510,20 | 0,01 | 184.523,24 |
| Alimentação e Nutrição | 6.561,92 | 6.561,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.561,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.561,92 |
| Educação | 28.097.686,02 | 28.184.384,47 | 2.469.534,84 | 13.853.134,95 | 14,75 | 14.331.249,52 | 3.149.109,50 | 11.440.584,29 | 18,77 | 16.743.800,18 |
| Ensino Fundamental | 21.839.918,95 | 21.871.667,31 | 2.684.437,00 | 12.318.388,04 | 13,11 | 9.553.279,27 | 2.752.557,64 | 10.636.202,42 | 17,45 | 11.235.464,89 |
| Ensino Médio | 11.616,34 | 11.616,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.616,34 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.616,34 |
| Ensino Superior | 250.768,70 | 30.269,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.269,70 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 30.269,70 |
| Educação Infantil | 5.808.676,63 | 6.084.126,72 | -214.902,16 | 1.458.746,91 | 1,55 | 4.625.379,81 | 386.541,96 | 773.381,87 | 1,27 | 5.310.744,85 |
| Educação de Jovens e Adultos | 105.300,40 | 105.300,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 105.300,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 105.300,40 |
| Educação Especial | 81.404,00 | 81.404,00 | 0,00 | 76.000,00 | 0,08 | 5.404,00 | 10.000,00 | 31.000,00 | 0,05 | 50.404,00 |
| Cultura | 7.929.581,05 | 8.737.523,62 | 236.505,15 | 4.839.705,63 | 5,15 | 3.897.817,99 | 37.177,41 | 2.203.393,44 | 3,61 | 6.534.130,18 |
| Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico | 466.407,55 | 466.407,55 | 4.435,00 | 4.435,00 | 0,00 | 461.972,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 466.407,55 |

Continua 1/3

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) |
|---|-----------------|------------------------|---------------------|--------------------|---------------|-------------------|---------------------|--------------------|---------------|-------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/Total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (a) | 139.355.547,94 | 163.844.001,85 | 13.225.338,37 | 93.936.725,01 | 100,00 | 69.907.276,84 | 14.963.180,84 | 60.965.408,59 | 100,00 | 102.878.593,26 |
| Cultura | 7.929.581,05 | 8.737.523,62 | 236.505,15 | 4.839.705,63 | 5,15 | 3.897.817,99 | 371.776,41 | 2.203.393,44 | 3,61 | 6.534.130,18 |
| Difusão Cultural | 7.463.173,50 | 8.271.116,07 | 232.070,15 | 4.835.270,63 | 5,15 | 3.435.845,44 | 371.776,41 | 2.203.393,44 | 3,61 | 6.067.722,63 |
| Urbanismo | 14.236.728,40 | 25.673.991,61 | 580.641,42 | 19.731.159,21 | 21,00 | 5.942.832,40 | 1.738.022,14 | 8.634.848,18 | 14,48 | 16.948.143,43 |
| Infra-Estrutura Urbana | 8.461.624,29 | 19.978.889,44 | 112.500,00 | 16.558.481,30 | 17,63 | 3.420.408,14 | 1.089.519,43 | 6.534.960,91 | 10,70 | 13.453.928,53 |
| Serviços Urbanos | 5.775.102,17 | 5.695.102,17 | 478.141,42 | 3.172.677,91 | 3,38 | 2.522.424,26 | 648.502,71 | 2.296.887,27 | 3,77 | 3.395.214,90 |
| Habituação | 186.161,50 | 186.161,50 | 0,00 | 2.280,00 | 0,00 | 183.881,50 | 380,00 | 1.520,00 | 0,00 | 184.641,50 |
| Habituação Urbana | 186.161,50 | 186.161,50 | 0,00 | 2.280,00 | 0,00 | 183.881,50 | 380,00 | 1.520,00 | 0,00 | 184.641,50 |
| Saneamento | 526.875,86 | 526.875,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 526.875,86 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 526.875,86 |
| Saneamento Básico Rural | 169.841,42 | 169.841,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 169.841,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 169.841,42 |
| Saneamento Básico Urbano | 357.034,44 | 357.034,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 357.034,44 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 357.034,44 |
| Gestão Ambiental | 654.438,88 | 914.438,88 | 162.676,83 | 497.054,35 | 0,53 | 417.384,53 | 165.026,72 | 476.729,56 | 0,78 | 437.709,32 |
| Preservação e Conservação Ambiental | 0,00 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 60.000,00 |
| Recuperação de Áreas Degradadas | 654.438,88 | 854.438,88 | 162.676,83 | 497.054,35 | 0,53 | 357.384,53 | 165.026,72 | 476.729,56 | 0,78 | 377.709,32 |
| Agricultura | 136.730,31 | 387.192,81 | 100.180,00 | 143.194,00 | 0,15 | 243.996,81 | 11.784,73 | 27.554,43 | 0,05 | 359.638,38 |
| Promção da Produção Animal | 0,00 | 250.462,50 | 100.180,00 | 100.180,00 | 0,11 | 150.302,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 250.462,50 |
| Promção da Produção Agropecuária | 136.730,31 | 136.730,31 | 0,00 | 43.034,00 | 0,05 | 93.696,31 | 11.784,73 | 27.554,43 | 0,05 | 108.175,88 |
| Organização Agrária | 3.350,90 | 3.350,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.350,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.350,90 |
| Colonização | 3.350,90 | 3.350,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.350,90 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.350,90 |
| Indústria | 187.515,81 | 187.515,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 187.515,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 187.515,81 |
| Promção Industrial | 187.515,81 | 187.515,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 187.515,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 187.515,81 |
| Comércio e Serviços | 3.264.965,75 | 4.057.180,75 | 1.465.575,51 | 1.875.234,43 | 2,00 | 2.181.946,32 | 3.943,95 | 108.431,91 | 0,18 | 3.948.748,84 |
| Comercialização | 566.386,61 | 558.601,61 | 0,00 | 4.475,96 | 0,00 | 554.125,65 | 347,58 | 2.738,06 | 0,00 | 555.863,55 |
| Turismo | 2.698.579,14 | 3.498.579,14 | 1.465.575,51 | 1.870.758,47 | 1,99 | 1.627.820,67 | 3.596,37 | 105.693,85 | 0,17 | 3.392.885,29 |
| Comunicações | 31.030,13 | 31.030,13 | 0,00 | 3.600,00 | 0,00 | 27.430,13 | 300,00 | 1.800,00 | 0,00 | 29.230,13 |
| Comunicações Postais | 23.906,36 | 23.906,36 | 0,00 | 3.600,00 | 0,00 | 20.306,36 | 300,00 | 1.800,00 | 0,00 | 22.106,36 |
| Telecomunicações | 7.123,77 | 7.123,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.123,77 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 7.123,77 |
| Energia | 8.300.000,00 | 16.600.000,00 | 0,00 | 8.016.881,71 | 8,53 | 8.583.118,29 | 506.819,81 | 506.819,81 | 0,83 | 16.093.180,19 |
| Energia Elétrica | 8.300.000,00 | 16.600.000,00 | 0,00 | 8.016.881,71 | 8,53 | 8.583.118,29 | 506.819,81 | 506.819,81 | 0,83 | 16.093.180,19 |
| Transporte | 4.540.458,68 | 4.393.458,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.393.458,68 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 4.393.458,68 |
| Transportes Coletivos Urbanos | 129.854,60 | 2.854,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.854,60 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.854,60 |
| Transporte Aéreo | 26.037,10 | 6.037,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.037,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.037,10 |
| Transporte Rodoviário | 3.311.500,00 | 3.311.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.311.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.311.500,00 |
| Transporte Hidroviário | 1.073.066,98 | 1.073.066,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.073.066,98 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.073.066,98 |
| Desporto e Lazer | 481.686,21 | 481.686,21 | 7.454,23 | 82.668,33 | 0,09 | 399.017,88 | 13.142,73 | 79.130,40 | 0,13 | 402.555,81 |
| Desporto Comunitário | 481.686,21 | 481.686,21 | 7.454,23 | 82.668,33 | 0,09 | 399.017,88 | 13.142,73 | 79.130,40 | 0,13 | 402.555,81 |

Continua 2/3

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

| FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (a) | DESPESAS EMPENHADAS | | | SALDO (c) = (a-b) | DESPESAS LIQUIDADAS | | | SALDO (e) = (a-d) |
|--|-----------------|------------------------|---------------------|--------------------|---------------|-------------------|---------------------|--------------------|---------------|-------------------|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (b) | % (b/Total b) | | No Bimestre | Até o Bimestre (d) | % (d/Total d) | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) | 139.355.547,94 | 163.844.001,85 | 13.225.328,37 | 93.936.725,01 | 100,00 | 69.907.276,84 | 14.953.180,64 | 60.965.406,59 | 100,00 | 102.878.593,26 |
| Encargos Especiais | 5.071.389,55 | 5.071.389,55 | 415.902,21 | 3.063.375,61 | 3,26 | 2.008.013,94 | 533.925,80 | 2.966.649,06 | 4,85 | 2.114.740,49 |
| Serviço da Dívida Interna | 2.079.389,55 | 2.079.389,55 | 3.260,88 | 1.065.310,14 | 1,13 | 1.014.079,41 | 26.966,26 | 1.015.181,64 | 1,67 | 1.064.207,91 |
| Outras Transferências | 950.000,00 | 950.000,00 | 66.986,50 | 625.505,09 | 0,67 | 324.493,91 | 158.621,78 | 570.764,14 | 0,94 | 379.235,86 |
| Outros Encargos Especiais | 2.042.000,00 | 2.042.000,00 | 345.654,83 | 1.372.559,38 | 1,46 | 669.440,62 | 346.337,76 | 1.370.703,28 | 2,25 | 671.296,72 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 26.375,00 | 26.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.375,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 26.375,00 |
| TOTAL (II) = (I + II) | 139.355.547,94 | 163.844.001,85 | 13.225.328,37 | 93.936.725,01 | 100,00 | 69.907.276,84 | 14.953.180,64 | 60.965.406,59 | 100,00 | 102.878.593,26 |

FONTE:

LAGUNA, 29/09/2015

Fabrizio Ferreira R. Leite
Contador - CRC/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 4 BIM 2015 - ANEXO 3

Município de LAGUNA-SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2014 A AGOSTO/2015

| ESPECIFICAÇÃO | EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES | | | | | | | | | | | | R\$ 1,00 | |
|--|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|--------------------------------|
| | Set/2014 | Out/2014 | Nov/2014 | Dez/2014 | Jan/2015 | Fev/2015 | Mar/2015 | Abr/2015 | Mai/2015 | Jun/2015 | Jul/2015 | Ago/2015 | TOTAL (JUL. 2015) | PREVISÃO ATUALIZADA 2015 |
| RECEITAS CORRENTES (I) | 6.383.659,33 | 6.864.327,86 | 7.967.042,83 | 8.383.708,99 | 8.016.944,21 | 11.992.380,05 | 7.336.390,34 | 6.898.406,47 | 6.443.728,95 | 7.201.291,82 | 6.114.558,08 | 7.230.418,80 | 88.831.338,93 | 115.462.593,16 |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 1.729.943,40 | 1.619.761,17 | 873,1454 | -81.429,69 | 2.187.485,12 | 5.625.141,24 | 2.468.789,29 | 1.025.765,48 | 1.120.383,84 | 1.640.690,95 | 1.030.335,61 | 1.120.290,03 | 18.783.329,69 | 29.894.175,29 |
| IRPJ | 846.64,96 | 234.275,35 | 68.721,21 | 250.546,76 | 265.622,31 | 3.559.946,63 | 735.553,69 | 225.666,63 | 93.070,45 | 290.104,72 | 76.887,24 | 254.185,10 | 6.133.663,36 | 10.265.601,01 |
| IRPF | 79.097,70 | 47.269,65 | 41.005,60 | 131.783,51 | 64.629,69 | 60.099,38 | 70.549,27 | 69.581,76 | 53.044,13 | 71.209,88 | 85.011,26 | 55.519,71 | 847.587,74 | 1.212.240,00 |
| ISS | 1.257.976,68 | 1.310.045,94 | 524.592,19 | -1.728.663,76 | 1.271.541,79 | 484.785,38 | 1.040.873,65 | 386.229,57 | 735.297,59 | 930.022,85 | 885.126,36 | 494.763,61 | 7.716.163,65 | 11.015.598,16 |
| LTRE | 233.229,40 | 164.771,55 | 141.559,45 | 170.000,91 | 202.523,43 | 193.882,40 | 189.845,03 | 203.008,68 | 170.860,84 | 294.427,94 | 193.400,65 | 187.289,67 | 2.253.038,15 | 1.732.259,10 |
| Outras Receitas Tributárias | 74.285,26 | 163.400,46 | 95.849,08 | 183.250,00 | 382.789,91 | 1.269.413,55 | 405.947,29 | 138.989,54 | 73.900,23 | 120.425,66 | 77.960,77 | 147.005,54 | 3.261.162,86 | 5.782.175,02 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 129.693,21 | 132.557,13 | 117.810,76 | 112.955,65 | 150.288,69 | 309.990,80 | 178.193,28 | 160.361,51 | 77.204,15 | 53.250,52 | 88.016,61 | 74.552,67 | 1.588.162,30 | 436.000,00 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 63.304,81 | 74.311,10 | 61.133,15 | 76.001,55 | 67.884,61 | 73.132,27 | 77.945,26 | 55.746,44 | 55.128,49 | 73.666,09 | 66.021,22 | 62.364,19 | 808.547,18 | 1.032.017,50 |
| RECEITA AGROPECUÁRIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA INDUSTRIAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE SERVIÇOS | 11.540,13 | 16.837,25 | 13.654,13 | 29.000,04 | 41.828,78 | 151.944,91 | 32.857,93 | 13.444,75 | 9.727,23 | 11.174,16 | 12.106,76 | 14.169,31 | 355.575,75 | 47.300,00 |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 4.035.346,65 | 4.314.487,08 | 6.584.779,18 | 7.851.329,22 | 5.298.487,92 | 5.376.002,26 | 4.275.813,02 | 4.564.879,71 | 4.917.111,27 | 4.864.334,57 | 4.416.177,70 | 5.630.121,84 | 62.281.762,32 | 63.005.628,42 |
| Cota-Parte do FPM | 1.170.248,79 | 1.114.211,54 | 1.475.189,05 | 2.572.718,22 | 1.897.765,54 | 2.036.359,00 | 1.485.268,38 | 1.033.109,08 | 1.071.373,29 | 1.715.294,64 | 1.502.541,41 | 1.485.496,37 | 16.941.694,82 | 18.025.942,28 |
| Cota-Parte do ICMS | 765.940,75 | 749.094,53 | 636.400,33 | 796.039,63 | 774.446,97 | 881.426,71 | 712.854,85 | 744.263,94 | 704.291,44 | 885.555,84 | 681.355,92 | 654.323,48 | 8.944.630,00 | 8.861.546,15 |
| Cota-Parte do IPVA | 320.776,35 | 321.255,68 | 193.533,35 | 183.889,03 | 176.232,99 | 211.785,14 | 283.311,83 | 374.941,14 | 372.851,46 | 385.270,04 | 493.738,40 | 393.829,98 | 3.571.410,98 | 3.289.857,99 |
| Cota-Parte do ITR | 3.069,08 | 11.605,28 | 1.625,59 | 1.809,68 | 137,10 | 232,40 | 518,27 | 474,47 | 107,80 | 69,64 | 1.263,69 | 1.303,74 | 15.157,08 | 15.157,08 |
| Outras Transferências Correntes | 1.205.037,43 | 1.447.587,25 | 3.364.129,13 | 3.666.665,15 | 1.637.039,65 | 1.622.259,60 | 1.183.678,75 | 1.180.694,77 | 1.206.683,16 | 1.251.263,32 | 1.226.676,29 | 1.216.632,21 | 20.944.666,02 | 24.392.882,87 |
| Transferências do LO 61/1989 | 10.644,38 | 11.359,23 | 13.099,67 | 12.915,72 | 16.140,59 | 9.002,75 | 9.403,18 | 9.856,11 | 11.130,03 | 10.021,39 | 9.760,03 | 10.391,53 | 134.687,88 | 131.237,71 |
| Transferências do LO 67/1995 | 3.025,65 | 3.025,65 | 3.025,65 | 6.000,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.794,57 | 2.946,14 | 2.946,14 | 2.946,14 | 2.946,14 | 30.844,38 | 21.039,68 |
| Transferências do FUNDEC | 6.672.019,22 | 6.760.034,42 | 7.837.757,10 | 7.012.002,46 | 693.246,31 | 605.672,26 | 590.899,03 | 630.744,53 | 643.361,25 | 613.167,40 | 597.281,79 | 604.439,48 | 7.671.174,04 | 8.892.854,38 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 353.491,13 | 403.333,83 | 315.945,15 | 1.201.757,81 | 308.659,19 | 451.278,57 | 300.711,49 | 278.209,58 | 294.093,87 | 335.174,73 | 496.093,28 | 328.950,76 | 5.072.751,39 | 19.450.039,95 |
| DEDUÇÕES (II) | 446.658,27 | 436.025,27 | 503.002,67 | 503.233,94 | 502.948,37 | 590.793,78 | 500.172,64 | 548.901,87 | 612.613,14 | 599.856,51 | 473.623,09 | 761.405,79 | 6.588.681,64 | 6.068.894,09 |
| Dedução de Receita Para Formação do FUNDEC | 446.658,27 | 436.025,27 | 503.002,67 | 503.233,94 | 502.948,37 | 590.793,78 | 500.172,64 | 548.901,87 | 612.613,14 | 599.856,51 | 473.623,09 | 761.405,79 | 6.588.681,64 | 6.068.894,09 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) | 5.936.991,06 | 6.428.302,59 | 7.464.039,86 | 7.880.475,05 | 7.422.995,84 | 11.402.286,27 | 6.837.217,69 | 6.349.504,60 | 5.831.115,81 | 6.401.334,51 | 5.640.935,99 | 6.469.013,01 | 83.242.657,29 | 109.393.699,07 |

FONTE:

LAGUNA, 29/09/2015

Rafaelo Ferreira R. Leite
Controlador - PROCO/21.087Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 4 BIM 2015 - ANEXO 5

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

| <u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u> | SALDO | | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | Em 31 Dez 2014 (A) | Em 30 Jun 2015 (B) | Em 31 Ago 2015 (C) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA (I) | 678.084,75 | 617.225,20 | 588.258,94 |
| DEDUÇÕES (II) | 9.432.136,90 | 6.422.101,54 | 4.790.128,46 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 11.195.542,39 | 10.226.024,55 | 9.376.414,13 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios) | 1.763.405,49 | 3.803.923,01 | 4.586.285,67 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II) | -8.754.052,15 | -5.804.876,34 | -4.201.869,52 |
| RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | 39.026,93 | 39.026,93 | 39.026,93 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V) | -8.793.079,08 | -5.843.903,27 | -4.240.896,45 |

| <u>RESULTADO NOMINAL</u> | PERÍODO DE REFERÊNCIA | |
|--------------------------|------------------------|---------------------------|
| | No Bimestre (C - B) | Jan a Ago 2015 (C - A) |
| VALOR | 1.603.006,82 | 4.552.182,63 |

| <u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u> | VALOR CORRENTE |
|---|----------------|
| META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | 0,00 |

| <u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u> | | | |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u> | SALDO | | |
| | Em 31 Dez 2014 (A) | Em 30 Jun 2015 (B) | Em 31 Ago 2015 (C) |
| DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DEDUÇÕES (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Disponibilidade de Caixa Bruta | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

FONTE:

LAGUNA , 29/09/2015

Fabrizio Ferreira R. Leite
Contador - crc/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 4 BIM 2015 - ANEXO 6

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

| RECEITAS PRIMÁRIAS | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | Até o Bimestre/ 2015 | Até o Bimestre/ 2014 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) | 107.892.406,57 | 55.054.860,11 | 61.739.451,31 |
| Receita Tributária | 29.984.175,29 | 16.224.804,46 | 22.330.718,21 |
| I.P.T.U. | 10.265.901,01 | 5.494.751,07 | 4.889.898,13 |
| I.S.S. | 11.015.598,76 | 5.952.543,80 | 13.280.997,40 |
| I.T.B.I. | 1.728.259,50 | 1.543.066,53 | 1.134.275,18 |
| I.R.R.F. | 1.212.240,00 | 548.043,97 | 493.619,27 |
| Outras Receitas Tributárias | 5.762.176,02 | 2.686.399,09 | 2.531.928,23 |
| Receita de Contribuição | 435.000,00 | 1.092.928,23 | 945.835,99 |
| Receitas Previdenciárias | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Contribuições | 435.000,00 | 1.092.928,23 | 945.835,99 |
| Receita Patrimonial Líquida | 40.900,00 | 34.353,05 | 35.144,77 |
| Receita Patrimonial | 1.532.017,50 | 532.890,57 | 411.272,80 |
| (-) Aplicações Financeiras | 1.491.117,50 | 498.537,52 | 376.128,03 |
| Transferências Correntes | 57.536.844,33 | 34.626.137,00 | 35.056.796,47 |
| F.P.M. | 14.420.753,83 | 11.086.738,30 | 9.592.313,50 |
| I.P.V.A | 2.631.966,16 | 2.072.345,45 | 1.943.226,57 |
| I.C.M.S. | 7.089.236,92 | 4.677.247,58 | 4.382.302,36 |
| Convênios | 1.113.346,58 | 727.323,56 | 2.663.114,14 |
| Outras Transferências Correntes | 32.281.540,84 | 16.062.482,11 | 16.475.839,90 |
| Demais Receitas Correntes | 19.895.486,95 | 3.076.637,37 | 3.370.955,87 |
| Dívida Ativa | 14.370.759,72 | 1.798.020,33 | 2.155.246,78 |
| Diversas Receitas Correntes | 5.524.727,23 | 1.278.617,04 | 1.215.709,09 |
| RECEITAS DE CAPITAL (II) | 29.972.023,87 | 1.309.747,64 | 1.953.150,78 |
| Operações de Crédito (III) | 3.000.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Empréstimos (IV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Ativos (V) | 1.119.580,26 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 25.852.443,61 | 1.309.747,64 | 1.953.150,78 |
| Convênios | 25.565.121,61 | 1.309.747,64 | 858.270,29 |
| Outras Transferências de Capital | 287.322,00 | 0,00 | 1.094.880,49 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V) | 25.852.443,61 | 1.309.747,64 | 1.953.150,78 |
| RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI) | 133.744.850,18 | 56.364.607,75 | 63.692.602,09 |

| DESPESAS PRIMÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | |
|---|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | Até o Bimestre/ 2015 | Até o Bimestre/ 2014 | Até o Bimestre/ 2015 | Até o Bimestre/ 2014 |
| DESPESAS CORRENTES (VIII) | 109.696.474,73 | 68.696.063,11 | 80.301.285,97 | 54.985.009,40 | 55.037.936,60 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 53.331.108,06 | 31.847.142,52 | 38.532.697,23 | 30.197.385,88 | 28.494.194,01 |
| Juros e Encargos da Dívida (IX) | 249.389,55 | 24.651,54 | 4.383,27 | 24.651,54 | 4.383,27 |
| Outras Despesas Correntes | 56.115.977,12 | 36.824.269,05 | 41.764.205,47 | 24.762.971,98 | 26.539.359,32 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX) | 109.447.085,18 | 68.671.411,57 | 80.296.902,70 | 54.960.357,86 | 55.033.553,33 |
| DESPESAS DE CAPITAL (XI) | 54.121.152,12 | 25.240.661,90 | 18.609.530,43 | 5.980.399,19 | 3.643.049,85 |
| Investimentos | 52.291.152,12 | 24.200.003,30 | 18.126.750,61 | 4.989.869,09 | 3.219.293,23 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de Empréstimos (XII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Demais Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida (XIV) | 1.830.000,00 | 1.040.658,60 | 482.779,82 | 990.530,10 | 423.756,62 |
| DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV) | 52.291.152,12 | 24.200.003,30 | 18.126.750,61 | 4.989.869,09 | 3.219.293,23 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI) | 26.375,00 | - | - | - | - |
| DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII) | 161.764.612,30 | 92.871.414,87 | 98.423.653,31 | 59.950.226,95 | 58.252.846,56 |

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

| | | | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|---------------|--------------|
| RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII) | -28.019.762,12 | -36.506.807,12 | -34.731.051,22 | -3.585.619,20 | 5.439.755,53 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | - | - | - | 0,00 | 0,00 |
| Superávit Financeiro | - | - | - | 0,00 | 0,00 |
| Reabertura de Créditos Adicionais | - | - | - | 0,00 | 0,00 |

| | |
|---|----------------|
| DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL | VALOR CORRENTE |
| META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA | 0,00 |

LAGUNA , 29/09/2015

Fabrizio Ferreira R. Leite
Contador - cpo/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 4 BIM 2015 - ANEXO 7

Município de LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

| PODER/ÓRGÃO | RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | | | | | RP NÃO PROCESSADOS | | | | | | |
|--|--|---------------------------|---------------------|-----------------|-------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|-------------|-------------------|---------------------|
| | Inscritos | | Pagos | Cancelados | Saldo (a) | Inscritos | | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo (b) | Saldo Total (a+b) |
| | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2014 | | | | Em Exercícios Anteriores | Em 31 de Dezembro de 2014 | | | | | |
| RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) | 623.356,64 | 1.140.046,85 | 1.085.188,91 | 4.044,14 | 674.172,44 | 38.140,80 | 2.857.145,62 | 2.225.830,15 | 2.225.830,15 | - | 669.456,27 | 1.343.628,71 |
| EXECUTIVO | | | | | | | | | | | | |
| ADMINISTRAÇÃO DIRETA | 465.916,70 | 1.011.624,99 | 980.439,61 | 4.044,14 | 513.059,94 | 37.134,82 | 1.683.260,04 | 1.032.240,16 | 1.032.240,16 | 0,00 | 628.154,70 | 1.141.214,64 |
| PODER EXECUTIVO | 459.882,89 | 1.011.624,99 | 980.439,61 | 4.044,14 | 507.024,13 | 37.134,82 | 1.683.260,04 | 1.032.240,16 | 1.032.240,16 | 0,00 | 628.154,70 | 1.135.178,83 |
| PODER LEGISLATIVO | 6.035,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.035,81 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.035,81 |
| FUMFEBOM DE LAGUNA | 6.515,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.515,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.515,62 |
| FUMFEBOM | 6.515,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.515,62 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6.515,62 |
| FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA | 0,00 | 128.253,49 | 124.746,30 | 0,00 | 3.504,19 | 1.005,98 | 522.723,74 | 502.573,61 | 502.573,61 | 0,00 | 21.155,11 | 24.660,30 |
| FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 40.145,023 | 389.054,87 | 389.054,87 | 0,00 | 12.365,36 | 12.365,36 |
| Fundação Lagunense de Cultura | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 494,67 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 494,67 | 494,67 |
| FUNDACAO LAGUNENSE DE CULTURA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 541,31 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 541,31 | 541,31 |
| FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA | 0,00 | 128.253,49 | 124.746,30 | 0,00 | 3.504,19 | 0,00 | 121.273,51 | 113.508,74 | 113.508,74 | 0,00 | 7.764,77 | 11.268,95 |
| FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE LAGUNA | 150.924,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.924,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.924,32 |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 150.924,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.924,32 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 150.924,32 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA | 0,00 | 168,37 | 0,00 | 0,00 | 168,37 | 0,00 | 639.399,22 | 619.659,02 | 619.659,02 | 0,00 | 19.740,20 | 19.908,57 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 0,00 | 168,37 | 0,00 | 0,00 | 168,37 | 0,00 | 639.399,22 | 619.659,02 | 619.659,02 | 0,00 | 19.740,20 | 19.908,57 |
| LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.762,62 | 11.357,36 | 11.357,36 | 0,00 | 405,26 | 405,26 |
| PODER LEGISLATIVO | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 11.762,62 | 11.357,36 | 11.357,36 | 0,00 | 405,26 | 405,26 |
| RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL (III) = (I + II): | 623.356,64 | 1.140.046,85 | 1.085.188,91 | 4.044,14 | 674.172,44 | 38.140,80 | 2.857.145,62 | 2.225.830,15 | 2.225.830,15 | 0,00 | 669.456,27 | 1.343.628,71 |

FONTE:

LAGUNA, 29/09/2015

Fabricio Ferreira R. Leite
Controlador - cargo 21.787Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

RREO 4 BIM 2015 - ANEXO 8

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

| RECEITAS DO ENSINO | | | | |
|---|----------------------|-------------------------|----------------------|-------------------|
| RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição) | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 1- RECEITAS DE IMPOSTOS | 42.656.452,96 | 42.656.452,96 | 14.992.605,93 | 35,15 |
| 1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU | 28.482.047,13 | 28.482.047,13 | 6.877.128,67 | 24,15 |
| 1.1.1- IPTU | 10.265.901,01 | 10.265.901,01 | 5.494.892,94 | 53,53 |
| 1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU | 30.556,00 | 30.556,00 | 21.449,00 | 70,20 |
| 1.1.3- Dívida Ativa do IPTU | 13.775.924,82 | 13.775.924,82 | 1.360.686,73 | 9,88 |
| 1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU | 4.409.665,30 | 4.409.665,30 | 0,00 | 0,00 |
| 1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI | 1.728.371,36 | 1.728.371,36 | 1.543.448,03 | 89,30 |
| 1.2.1- ITBI | 1.728.259,50 | 1.728.259,50 | 1.543.096,53 | 89,28 |
| 1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI | 111,86 | 111,86 | 381,50 | 341,05 |
| 1.2.3- Dívida Ativa do ITBI | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 11.232.794,47 | 11.232.794,47 | 6.023.326,16 | 53,62 |
| 1.3.1- ISS | 11.015.598,76 | 11.015.598,76 | 5.962.761,74 | 54,04 |
| 1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS | 59.661,71 | 59.661,71 | 6.522,53 | 10,93 |
| 1.3.3- Dívida Ativa do ISS | 145.000,00 | 145.000,00 | 43.554,00 | 30,04 |
| 1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS | 12.534,00 | 12.534,00 | 20.487,89 | 163,46 |
| 1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF | 1.212.240,00 | 1.212.240,00 | 548.703,07 | 45,26 |
| 1.4.1- IRRF | 1.212.240,00 | 1.212.240,00 | 548.043,97 | 45,21 |
| 1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF | - | 0,00 | 372,74 | 0,00 |
| 1.4.3- Dívida Ativa do IRRF | - | 0,00 | 244,75 | 0,00 |
| 1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF | - | 0,00 | 41,61 | 0,00 |
| 1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III) | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.1- ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.3- Dívida Ativa do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | 30.344.920,57 | 30.344.920,57 | 23.632.816,12 | 77,88 |
| 2.1- Cota-Parte FPM | 18.025.942,28 | 18.025.942,28 | 13.800.317,71 | 76,56 |
| 2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b | 18.025.942,28 | 18.025.942,28 | 13.800.317,71 | 76,56 |
| 2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2- Cota-Parte ICMS | 8.861.546,15 | 8.861.546,15 | 5.846.558,56 | 65,98 |
| 2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996 | 21.099,66 | 21.099,66 | 23.569,13 | 111,70 |
| 2.4- Cota-Parte IPI-Exportação | 131.237,71 | 131.237,71 | 86.918,66 | 66,23 |
| 2.5- Cota-Parte ITR | 15.137,08 | 15.137,08 | 1.285.491,51 | 8.492,33 |
| 2.6- Cota-Parte IPVA | 3.289.957,69 | 3.289.957,69 | 2.599.960,55 | 78,72 |
| 2.7- Cota-Parte IOF-Curo | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2) | 73.000.373,53 | 73.000.373,53 | 38.625.422,05 | 52,91 |
| RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE | 1.105.487,83 | 1.105.487,83 | 681.125,57 | 61,61 |
| 5.1- Transferências do Salário-Educação | 800.062,20 | 800.062,20 | 574.829,41 | 71,85 |
| 5.2- Transferências Diretas - PDDE | - | 0,00 | 256,62 | 0,00 |
| 5.3- Transferências Diretas - PNAE | 279.500,00 | 279.500,00 | 95.965,60 | 34,34 |
| 5.4- Transferências Diretas - PNATE | 19.668,00 | 19.668,00 | 3.038,26 | 15,45 |
| 5.5- Outras Transferências do FNDE | 6.257,63 | 6.257,63 | 7.015,68 | 112,11 |
| 5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS | 4.902.919,00 | 4.902.919,00 | 127.381,81 | 2,60 |
| 6.1- Transferências de Convênios | 4.902.919,00 | 4.902.919,00 | 127.381,81 | 2,60 |
| 6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | 2.719.716,21 | 2.719.716,21 | 157.377,66 | 5,79 |
| 9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8) | 8.728.123,04 | 8.728.123,04 | 965.865,04 | 11,07 |
| FUNDEB | | | | |
| RECEITAS DO FUNDEB | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | Até o Bimestre (b) | % (c) = (b/a)x100 |
| 10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB | 6.068.984,09 | 6.068.984,09 | 4.679.701,19 | 77,11 |
| 10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1) | 3.605.188,45 | 3.605.188,45 | 2.713.579,41 | 75,27 |
| 10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2) | 1.772.309,23 | 1.772.309,23 | 1.169.310,98 | 65,98 |
| 10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3) | 4.219,93 | 4.219,93 | 4.713,79 | 111,70 |
| 10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4) | 26.247,54 | 26.247,54 | 17.363,67 | 66,23 |
| 10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5)) | 3.027,41 | 3.027,41 | 257.098,24 | 8.492,35 |
| 10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6) | 657.991,53 | 657.991,53 | 517.615,10 | 78,67 |
| 11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 8.943.054,98 | 8.943.054,98 | 4.957.294,35 | 55,43 |
| 11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB | 8.898.054,98 | 8.898.054,98 | 4.941.753,02 | 55,54 |
| 11.2- Complementação da União ao FUNDEB | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB | 45.000,00 | 45.000,00 | 15.531,33 | 34,51 |
| 12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10) | 2.829.070,89 | 2.829.070,89 | 262.051,83 | 9,26 |
| ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB | | | | |

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

| DESPESAS DO FUNDEB | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | |
|--|-----------------|--|---------------------|--|---------------------|--|--|
| | | | Até o Bimestre (e) | % (f)=(e/d)x100 | Até o Bimestre (g) | % (h)=(g/d)x100 | |
| 13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO | 8.943.054,98 | 8.943.054,98 | 5.668.393,64 | 63,38 | 5.668.127,31 | 63,38 | |
| 13.1- Com Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 13.2- Com Ensino Fundamental | 8.943.054,98 | 8.943.054,98 | 5.668.393,64 | 63,38 | 5.668.127,31 | 63,38 | |
| 14- OUTRAS DESPESAS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 14.1- Com Educação Infantil | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 14.2- Com Ensino Fundamental | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| 15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14) | 8.943.054,98 | 8.943.054,98 | 5.668.393,64 | 63,38 | 5.668.127,31 | 63,38 | |
| DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB | | | | | VALOR | | |
| 16- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB | | | | | - | | |
| 16.1 - FUNDEB 60% | | | | | - | | |
| 16.2 - FUNDEB 40% | | | | | - | | |
| 17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | | | | | 0,00 | | |
| 17.1 - FUNDEB 60% | | | | | 0,00 | | |
| 17.2 - FUNDEB 40% | | | | | 0,00 | | |
| 18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17) | | | | | 0,00 | | |
| INDICADORES DO FUNDEB | | | | | | | |
| 19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) | | | | | 5.668.127,31 | | |
| 19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) % | | | | | 114,34 | | |
| 19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) % | | | | | 0,00 | | |
| 19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) % | | | | | -14,34 | | |
| CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE | | | | | VALOR | | |
| 20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS | | | | | 0,00 | | |
| 21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 * | | | | | 0,00 | | |
| MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB | | | | | | | |
| RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | | PREVISÃO INICIAL | | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | | | | | Até o Bimestre (b) % (c)=(b/a)x100 | |
| 22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º) | | 18.250.093,38 | | 18.250.093,38 | | 9.656.355,51 52,91 | |
| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE | | DOTAÇÃO INICIAL DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e) % (f)=(e/d)x100 | | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g) % (h)=(g/d)x100 | |
| 23- EDUCAÇÃO INFANTIL | | 3.351.736,47 3.351.736,47 | | 1.244.966,91 37,14 | | 559.631,87 16,70 | |
| 23.1- Creche | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 23.2- Pré-escola | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 24- ENSINO FUNDAMENTAL | | 18.272.109,02 18.292.109,02 | | 11.472.725,07 62,72 | | 10.308.981,33 56,36 | |
| 24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB | | 8.943.054,98 8.943.054,98 | | 5.668.393,64 63,38 | | 5.668.127,31 63,38 | |
| 24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos | | 9.329.054,04 9.349.054,04 | | 5.804.331,43 62,08 | | 4.640.854,02 49,64 | |
| 25- ENSINO MÉDIO | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 26- ENSINO SUPERIOR | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 28- OUTRAS | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28) | | 21.623.845,49 21.643.845,49 | | 12.717.721,98 58,76 | | 10.868.613,20 50,22 | |
| DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL | | | | | VALOR | | |
| 30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12) | | | | | 262.051,83 | | |
| 31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | | | | | 0,00 | | |
| 32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h) | | | | | 15.531,33 | | |
| 33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB | | | | | - | | |
| 34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS | | | | | 0,00 | | |
| 35- RESTOSA PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | | | | | - | | |
| 36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j) | | | | | - | | |
| 37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36) | | | | | 277.583,16 | | |
| 38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) – (37) | | | | | 10.591.030,04 | | |
| 39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) % | | | | | 27,42 | | |
| OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE | | | | | | | |
| OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | | DOTAÇÃO INICIAL DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) | | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e) % (f)=(e/d)x100 | | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (g) % (h)=(g/d)x100 | |
| 40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO | | 800.062,20 800.062,20 | | 454.846,06 56,85 | | 239.406,69 29,92 | |
| 42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | | 0,00 0,00 | |
| 43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO | | 641.654,93 664.028,29 | | 210.991,43 31,77 | | 105.337,09 15,86 | |
| 44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43) | | 1.441.717,13 1.464.090,49 | | 665.837,49 45,48 | | 344.743,78 23,55 | |
| 45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44) | | 23.065.562,62 23.107.935,98 | | 13.383.559,47 57,92 | | 11.213.356,98 48,53 | |

MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2015/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

| RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO | SALDO ATÉ O BIMESTRE | CANCELADO EM 2015 (I) |
|---|----------------------|--------------------------|
| 46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE | 0,00 | 0,00 |
| 46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino | 0,00 | 0,00 |
| 46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF | 0,00 | 0,00 |
| FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS | | VALOR |
| | FUNDEF (II) | FUNDEF |
| 47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 0,00 | 0,00 |
| 48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | 4.941.753,02 | 0,00 |
| 49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE | 4.444.568,52 | 0,00 |
| 49.1 Orçamento do Exercício | 4.444.568,52 | 0,00 |
| 49.2 Restos a Pagar | 0,00 | 0,00 |
| 50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE | 15.531,33 | 0,00 |
| 51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL | 512.715,83 | 0,00 |

LAGUNA, 29/09/2015

Fabiano Ferreira R. Leite
Contador - CRC/GO 21.787

Everaldo dos Santos
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 086/2015

DECRETO Nº 086, de 14 de Outubro de 2015.

"Dispõe sobre desmembramento de área de terras no perímetro urbano, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON REGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 104, Inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Lebon Régis, de 05/04/90,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento de 01 (uma) área de terras. O referido imóvel, sob matrícula nº 3.199, oriunda da matrícula 0618 ambas sob o Registro de Imóveis da Comarca de Lebon Régis, a qual está localizado na quadra 79, designado como o lote nº 03, inscrição imobiliária Municipal 01.01.0079.0532.000. Situada dentro do perímetro urbano na cidade de Lebon Régis, SC. O terreno a ser desmembrado com área de 23.990,25m², (vinte e três mil novecentos e noventa metros quadrados e vinte e cinco decímetros quadrado).

Tendo as seguintes confrontações:

- NORTE: confronta com a Rua André Luiz Xavier, com distancia de 217,63 m;
- SUL: confronta com a Faixa de Domínio da Rod. SC 355, co distancia de 216,15m;
- LESTE:confronta com a Rua Antonio Granemann de Souza, com distancia 87,69m;
- OESTE: confronta com Rua Valdir Ortigari, com distancia de 134,93 m;

Art. 2º - Do imóvel descrito acima será desmembrada uma área de terra, com área superficial de 14.342,89 m² (quatorze mil trezentos e quarenta e dois metros quadrados e oitenta e nove decímetros quadrados), designado como Lote nº 02, da Quadra 79, Inscrição Imobiliária nº 01.01.0079.0533.001, o qual destina a futura doação ao Serviço Social do Comércio- SESC, inscrito no CNPJ sob o nº 03.603.595/0001-68, nos termos da Lei Municipal nº 1469/2014, de 04 de abril de 2014.

Tendo as seguintes confrontações:

- NORTE – Confronta-se com Área à Desmembrar 01 com Distância de 42,15m, com Rua André Luiz Xavier com Distância de 44,28m e com Área Remanescente com Distância de 83,26m, totalizando 169,69m;
- SUL – Confronta-se com Faixa de Domínio da Rodovia SC - 355, com Distância de 168,35m;
- LESTE – Confronta-se com Área Remanescente em dois segmentos distintos, com Distância total de 98,53 m;
- OESTE – Confronta-se com Área a Desmembrar 01 com distância de 62,27 m, e com Rua Valdir Ortigari com distância de 72,08m, totalizando 134,35m;

Art. 3º - Do imóvel descrito no Art. 1º, será desmembrada uma área de terra, com área superficial de 2.597,84 m² (dois mil quinhentos e noventa e sete metros quadrados e oitenta e quatro decímetros quadrado), designado com o Lote nº 01, da Quadra 79, Inscrição Imobiliária nº 01.01. 0079.0534.001.

Tendo as seguintes confrontações:

- NORTE – Confronta-se com Rua André Luiz Xavier com Distância de 41,88m;
- SUL – Confronta-se com Área à Desmembrar 02, com Distância de 42,15m;
- LESTE – Confronta-se com Área à Desmembrar 02, com Distância

de 62,27m;

- AO OESTE – Confronta-se com Rua Valdir Ortigari, com Distância de 62,85m;

Art. 3º - Do lote descrito acima ficará uma área remanescente, superficial de, 7.049,52 m² (sete mil, quarenta e nove metros quadrados e cinquenta e dois decímetros quadrado), designado com o Lote nº 03, da Quadra 79, Inscrição Imobiliária nº XXXXX.

Tendo as seguintes confrontações:

- NORTE – Confronta-se com Rua André Luiz Xavier, com Distância de 131,47m;
- SUL – Confronta-se com Área à Desmembrar 02 com Distância de 83,26m, e com Faixa de Domínio da Rodovia SC - 355, com Distância de 47,80m, totalizando 131,06m;
- LESTE – Confronta-se com Rua Antônio Granemann de Souza com Distância de 87,69 m;

- OESTE – Confronta-se com Área à Desmembrar 02 em dois segmentos distintos, com distância total de 98,53 m;

Art. 4º A aprovação do desmembramento objeto do presente Decreto decorreu pelo cumprimento da parte do proprietário de todas as exigências do Plano Diretor Do Município, Lei Complementar Municipal n. 068/2010 possuindo lotes e originando áreas dentro das especificações ditadas pela citada lei em especial está localizada no perímetro urbano, no qual, estão devidamente implantadas e ativas as redes de abastecimentos de água e de energia elétrica, Ficam fazendo parte integrante deste Decreto como se aqui estivessem transcritos o memorial descritivo e o levantamento topográfico das áreas acima discriminadas, ambos de responsabilidade do Técnico em GEOMENSURA Alexandre Luiz Padilha ART nº 5605713-0

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Lebon Régis (SC), 14 de outubro de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Diário Oficial dos Municípios - DOM

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2015

Tipo: "Menor Preço Global". REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços, visando à execução do Trabalho Técnico Social, do empreendimento Residencial Jardim das Colinas, através do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 045/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 29 de outubro de 2015. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 15/10/2015. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO CHAMENTO MERENDA 02/2015

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL 02/2015 PARA CREDENCIAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com as disposições legais, se encontra aberta à possibilidade, para proceder ao Credenciamento de grupos formais e informais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. O credenciamento inicia-se a partir do dia 19 de outubro de 2015 até as 9:00 horas do dia 04 de novembro de 2015. O local e horário para retirada do Edital e para esclarecimentos e informações aos interessados, poderá ser obtido junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br ou ainda pelo telefone (0xx49) 3446.11.77, das 8:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, em dias considerados úteis.

Lindóia do Sul-SC, 15 de outubro de 2015.

PEDRO ARI PARIZOTTO- Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2124

DECRETO Nº 2124 de 15 de outubro de 2015.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Lei nº 1311, de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 7.230,96 (sete mil e duzentos e trinta reais e noventa e seis centavos), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, já descontados os recursos utilizados pelo Decreto 2.024, de 24 de abril de 2015; 2.043, de 25 de maio de 2015; 2.057, de 24 de junho de 2015; 2.079, de 24 de julho de 2015; Decreto nº 2.097, de 19 de agosto de 2015; e Decreto nº 2.116, de 21 de setembro de 2015, conforme tabela abaixo, na fonte e detalhamento abaixo especificados, na forma do disposto no inciso II, do artigo 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

Rubrica de arrecadação:

1.3.2.5.01.03.15.00 - Rendimentos NASF

1.7.2.1.33.11.30.09 - NASF Federal - Núcleos de Apoio à Saúde da Família.

Detalhamento de Recursos - 209 - NASF Federal - Núcleo de Apoio a Saúde da Família

Excesso de arrecadação até essa data: R\$ 63.471,08

Valores de Excesso já utilizados:

Decreto 2.024 - R\$ 15.205,43

Decreto 2.043 - R\$ 8.000,00

Decreto 2.057 - R\$ 8.090,54

Decreto 2.079 - R\$ 8.050,77

Decreto 2.097 - R\$ 8.061,09

Decreto 2.116 - R\$ 8.832,29

Total já utilizado por decretos anteriores: R\$ 56.240,12

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de Pessoal

Fonte 38 - Transf do Sistema Único de Saúde - SUS/União
..... R\$ 7.230,96

Detalhamento de Recursos 209 - NASF Federal - Núcleo de Apoio a Saúde da Família

Art.2º- É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação deste detalhamento (209 - NASF Federal - Núcleo de Apoio a Saúde da Família).

Art.3º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte 67 - Farmácia Básica, criando a Fonte e Valor no Orçamento do Fundo de Saúde para 2015, atribuído à atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Man. do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte de Recursos - 0.3.67 - Farmácia Básica
.....R\$ 10.000,00

Detalhamento: 217 - Plantas Medicinais - Custeio Fitoterápico

Art.4º- É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art. 5º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de outubro de 2015.

MOISES DIERSMAN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

lei 801

LEI Nº801, de 07 de outubro de 2015.

DISPÕE SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO (ZONEAMENTO) DA SEDE DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Altera a Lei Nº 288/11/2004 - O Uso e Ocupação do Solo Urbano (Zoneamento), para efeito do planejamento físico da Sede do Município de Macieira.

SEÇÃO I

Dos Objetivos

Art. 2º – A presente Lei tem como objetivos:

I – estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o equilíbrio e a coexistência nas relações do homem com o meio, e das atividades que os permeia;

II – promover, através de um regime urbanístico adequado, a qualidade de valores estético-paisagísticos-naturais ou culturais – próprios da região e da Sede do Município;

III – prever e controlar densidades demográficas e de ocupação de solo urbano, como medida para a gestão do bem público e da oferta de serviços públicos, compatibilizados com um crescimento ordenado;

IV – compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, dentro de determinadas frações do espaço urbano:

SEÇÃO II

Das Definições

Art. 3º – Para efeito de aplicação da presente Lei, são adotadas as seguintes definições:

§ 1º - Zoneamento é a divisão da área do Perímetro Urbano da Sede do Município em zonas para as quais são definidos os usos e os parâmetros de ocupação do solo.

a) Uso do Solo: é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada zona, podendo esses usos serem definidos como:

- permitidos;
- permissíveis;
- proibidos.

b) Ocupação do Solo: é a maneira que a edificação ocupa o lote, em função das normas e parâmetros urbanísticos incidentes sobre os mesmos, que são:

- índice de aproveitamento;
- número de pavimentos;
- recuo;
- taxa de ocupação.

§ 2º - Dos índices urbanísticos:

a) Índice de Aproveitamento: é o valor que se deve multiplicar pela área do terreno para se obter a área máxima a construir, variável para cada zona:

$I = A. C.$ I = índice de aproveitamento

----- A. C. = área da construção

A. T. A. T. = área do terreno

Não serão computados para o cálculo do índice de aproveitamento:

- área de estacionamento/garagens obrigatórias;
- área de recreação e lazer comum com no máximo 50% (cinquenta por cento) da área do pavimento tipo coberto;
- floreiras;
- caixa d'água;
- casa de máquinas;
- sacadas, desde que não vinculadas à área de serviço;

b) Número de Pavimentos: é a altura medida em pavimentos, contados a partir do pavimento térreo. Será considerado como pavimento térreo o pavimento mais próximo do nível da rua.

c) Recuo: é a distância entre o limite extremo da área ocupada por edificação e a divisa do lote;

d) Taxa de Ocupação: é a proporção entre a área máxima da edificação projetada sobre o lote e a área deste mesmo lote.

T. O. = A. P. T. O. = taxa de ocupação

----- x 100 A. P. = área da projeção da edificação

A. T. A. T. = área do terreno

Não serão computados para efeito de cálculo de taxa de ocupação:

- sacadas não vinculadas à área de serviço;
- beiral com até 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- marquises;
- pérgulas de até 5,00m (cinco metros) de largura;
- áreas destinadas obrigatoriamente à circulação e estacionamento de veículos;

§ 3º - Dos usos do solo urbano:

a) Uso Permitido: é o uso adequado às zonas, sem restrições;

b) Uso Permissível: é o uso passível de ser admitido nas zonas, a critério do órgão responsável da Prefeitura e do Conselho de Desenvolvimento do Município;

c) Uso Proibido: uso inadequado às zonas.

§ 4º - Das Zonas, segundo o uso predominante:

Zona Mista:

· São áreas onde se concentram, predominantemente atividades comerciais e de prestação de serviços, especializados ou não. Os demais usos são considerados complementares do espaço.

ZMC – Zona Mista Comercial

ZMD 1– Zona Mista Diversificada 1

ZMD 2– Zona Mista Diversificada 2

Zona Residencial:

· São as áreas destinadas ao uso residencial, unifamiliar, multifamiliar, coletivo e geminado, predominantemente. Os outros usos existentes nas zonas devem ser considerados como acessórios, de apoio ou complementação, denominada ZIR- Zona de Interesse Residencial

Zona de Interesse Público:

· São áreas do patrimônio público destinadas a construção de equipamentos urbanos e de interesse público, denominada ZIP.

Zona de Interesse Social:

· São áreas destinadas a construção de habitações de interesse social, denominada ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

Zona de Preservação Permanente

· São áreas destinadas à proteção do Patrimônio Cultural, Histórico, Paisagístico, Arqueológico, Arquitetônico e Ambiental, denominadas:

ZPP I – Zona de Preservação Permanente, em áreas urbanas consolidadas – uma faixa de 15,0m (quinze metros) de cada lado de rios,

córregos e lajeados;

ZPP II – Zona de Preservação Permanente, em áreas urbanas não consolidadas – uma faixa de 30,0m (trinta metros) de cada lado de rios, córregos e lajeados.

· Em caso de canalização de córregos e arroios, em áreas consolidadas, a faixa de preservação passa a ser de 5,0 m (cinco metros).

§ 5º - Das atividades:

a) Habitação:

· Unifamiliar: edificação destinada a servir de moradia a uma só família;

· Multifamiliar: edificação destinada a servir a mais de uma família, em unidades autônomas, superpostas (prédio de apartamentos);

· Coletiva: edificação destinada à moradia de um grupo de pessoas, como pensões, asilos, internatos e similares;

· Geminada: edificação destinada a servir de moradia a mais de uma família, em unidades autônomas contíguas horizontais, com uma parede comum.

b) Comércio:

· Atividade pela qual fica caracterizada uma relação de troca, visando um lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias.

c) Serviço:

· Atividade remunerada ou não, pelo qual fica caracterizado o préstimo de mão-de-obra ou assistência de ordem técnica, intelectual e espiritual.

d) Indústria:

· Atividade na qual se dá a transformação da matéria-prima em bens de produção ou de consumo.

e) Agrícola e Criação de Animal:

· Atividade na qual se utiliza a fertilidade do solo para produção de plantas, e animais, para as necessidades do próprio agricultor ou com vistas de mercado.

§ 6º - Dos termos gerais:

a) Alvará de Construção: documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução de obras sujeitas a sua fiscalização;

b) Alvará de Localização e Funcionamento: documento expedido pela Prefeitura que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade sujeita a regulamentação por esta Lei;

c) Ampliação ou Reforma em Edificações: obra destinada a benfeitorias de edificações já existentes, sujeitas também à regulamentação pelo Código de Obras do Município;

d) Baldrame: viga de concreto ou madeira que une as fundações;

e) Equipamentos Comunitários: são os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;

f) Equipamentos Urbanos: são os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial, rede telefônica e gás canalizado;

g) Fundações: parte da construção destinada a distribuir as cargas sobre o terreno;

h) Faixa de Proteção: faixa paralela a um curso d'água, medida a partir de sua margem e perpendicular a esta, destinada a proteger as espécies vegetal e animal desse meio, e da erosão. Esta faixa é variável e é regulamentada pelas Leis Federal, Estadual e Municipal relativas à matéria;

i) Regime Urbanístico: conjunto de medidas relativas a uma determinada zona que estabelecem a forma de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno;

j) Subsolo: pavimento abaixo da menor cota do passeio fronteiro à divisa do lote da edificação, e cuja altura do pé-direito seja até 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) acima desse mesmo referencial.

CAPÍTULO II

DOS ALVARÁS

Art. 4º – Para as edificações que contrariam as disposições desta Lei, será estabelecido um prazo para sua regularização ou adequação.

§ 1º - Cabe à Prefeitura, dentro do prazo de um ano, os procedimentos para regularizar o exposto neste artigo;

§ 2º - Será proibida a ampliação nas edificações cujos usos contrariem as disposições desta Lei.

· A concessão de alvará para construir ou ampliar obra residencial, comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente poderá ocorrer com observância das normas de uso e ocupação do solo urbano estabelecidos nesta Lei.

Art. 5º – Os alvarás de construção expedidos anteriormente a esta Lei serão respeitados enquanto vigirem, desde que a construção tenha sido iniciada ou se inicie no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Lei.

Parágrafo Único – uma construção é considerada iniciada se as fundações e baldrame estiverem concluídos.

Art. 6º – Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente serão concedidos desde que observadas as normas estabelecidas nesta Lei, quanto ao uso do solo previsto para cada zona.

Art. 7º – Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, serão concedidos sempre a título precário.

Parágrafo Único – Os alvarás a que se refere o presente artigo, poderão ser cassados desde que o uso demonstre reais inconvenientes, contrariando as disposições desta Lei, ou demais Leis pertinentes, sem direito a nenhuma espécie de indenização por parte do Município.

Art. 8º – A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei.

Parágrafo Único – Para as mudanças de ramo, poderão ser dispensadas, desde que plenamente justificadas, as vagas de garagem/estacionamento.

Art. 9º – A permissão para a localização de qualquer atividade considerada como perigosa, nociva ou incômoda, dependerá da aprovação do projeto completo, se for o caso, pelos órgãos competentes da União, do Estado e do Município, além das exigências específicas de cada caso.

§ 1º – São consideradas perigosas, nocivas e incômodas aquelas atividades que por sua natureza:

- a) ponham em risco pessoas e propriedades circunvizinhas;
- b) possam poluir o solo, o ar e os cursos d'água;
- c) possam dar origem a explosão, incêndio e trepidação;
- d) produzam gases, poeiras e detritos;
- e) impliquem na manipulação de matérias-primas, processos e ingredientes tóxicos;

produzam ruídos e conturbem o tráfego local.

§ 2º - As atividades ou empreendimentos referidos no caput deste artigo estarão sujeitos à avaliação do Estudo de Impacto de Vizinhança e seu relatório de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV) por parte do Poder Executivo, nos termos dos artigos 36 a 38 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001.

§ 3º - O Estudo de impacto de vizinhança avaliará os efeitos da atividade ou empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente na área de influência do projeto com base nos seguintes aspectos:

- a) – alteração no adensamento populacional no lote, na quadra ou na rua;
- b) – alteração no uso de equipamentos urbanos e comunitários existentes ou necessidade de implementação de novos;
- c) - alterações possíveis no uso e ocupação do solo decorrente do empreendimento ou atividade;
- d) – efeitos no valor dos imóveis das quadras circunvizinhas;
- e) – efeitos sobre a ventilação e iluminação nos edifícios e terrenos circunvizinhos;
- f) – interferências na paisagem urbana, patrimônio natural e cultural;
- g) poluição sonora, geração de lixo e demais formas de poluição.

§ 4º - O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) não dispensa, nem substitui a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental quando exigido pela legislação ambiental.

Art. 10 – Toda a atividade considerada de grande porte, dependerá de aprovação do Conselho de Desenvolvimento do Município para a sua localização.

Parágrafo Único – É atribuição do Conselho julgar para cada atividade comercial, de serviço ou industrial, quanto ao porte – Pequeno, Médio

ou Grande.

CAPÍTULO III

DO ZONEAMENTO

Art. 11 – A área do perímetro urbano da Sede do Município de Macieira, denominada Macrozona Urbana, conforme o Mapa de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, parte integrante desta Lei, fica subdividida, nas seguintes zonas:

- ZMC - Zona Mista Comercial;
- I ZMD 1– Zona Mista Diversificada 1
- ZMD 2– Zona Mista Diversificada 2;
- ZIR – Zona de Interesse Residencial;
- ZEIS – Zona Especial de Interesse Social;
- ZIP – Zona de Interesse Público;
- ZPPI - Zona de Preservação Permanente I
- ZPPII - Zona de Preservação Permanente II

§ 1º - As zonas são delimitadas por limites do Perímetro Urbano, rios, vias e por divisas de lotes.

§ 2º - O regime urbanístico para os lotes de ambos os lados das vias que limitam zonas diferentes, serão os da zona de parâmetros urbanísticos menos restritivos.

§ 3º - Para efeitos do parágrafo anterior, a profundidade considerada não será superior à profundidade média dos lotes na zona.

§ 4º - As macrozonas são unidades territoriais contínuas que fixam os princípios fundamentais do uso e ocupação do solo em concordância com a política do desenvolvimento físico-territorial, definido uma visão de conjunto que integra todo o município.

Art. 12. O território do município de Macieira fica dividido em quatro macrozonas:

I – MU: Macrozona Urbana, que corresponde à porção urbanizada do território com ocupação mais densa e consolidada, definida pelo perímetro da Sede do Município e o perímetro do Bairro Km 30.

II – MR: Macrozona Rural, que corresponde às áreas localizadas fora do perímetro urbano com característica agropecuária;

III – MEUM: Macrozona de Expansão Urbana Mista, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento de uso misto, definida como uma faixa de 60m (sessenta metros) para cada lado do eixo da SC 465, Entre as áreas urbanas da Sede e do Bairro Km 30, conforme Mapa de Macrozoneamento, Anexo II;

IV – MEUI: Macrozona de Expansão Urbana Industrial, que corresponde a áreas passíveis de expansão urbana, com tendência a ocupação e adensamento de uso industrial, definida como uma faixa de 100m (cem metros) para cada lado do eixo da SC 465, depois da faixa de domínio da rodovia, entre a área urbana da Sede sentido Arroio Trinta, até a divisa do Município, conforme Mapa de Macrozoneamento, Anexo II.

Art. 13 – As Zonas de Interesse Residenciais destinadas ao uso residencial unifamiliar, multifamiliar, coletivo e geminado, predominantemente.

Art. 14 – As Zonas Mistas destinadas predominantemente ao exercício das atividades comerciais e de serviços denominam-se:

- ZMC – Zona Mista Comercial
- ZMD 1 – Zona Mista Diversificada 1
- ZMD 2 – Zona Mista Diversificada 2

§ 1º - Os diferentes tipos de zonas Mistas visam compatibilizar a implantação destas atividades com a infraestrutura e sistema viário existentes, estimular a implantação dos diferentes tipos de comércio e serviços em locais cujo grau de adequabilidade seja mais aceitável.

§ 2º - A Zona Mista Diversificada 1 refere-se a parte de área da Sede e, a Zona Mista Diversificada 2 refere-se a área do perímetro do Bairro Km 30, conforme Mapa de Zoneamento anexo a esta Lei.

Art. 15 - As Zonas de Preservação Permanente (ZPP) são áreas de proteção das faixas marginais dos rios, córregos, sangas e lajeados obedecendo a Legislação Federal nº 10.257 relativa ao Estatuto da Cidade, sendo denominadas;

- ZPP I – Áreas Consolidadas – (Rio Santo Antonio, Córrego Macieira e Sanga no perímetro do Bairro Km 30), uma faixa de 15m para cada lado.
- ZPP II – Áreas não Consolidadas – (Lajeado Grande-Km 30), uma faixa de 30m para cada lado.

Parágrafo Único - a Prefeitura Municipal, a seu critério, ouvido o conselho de desenvolvimento urbano do Município de Macieira, poderá condicionar a permissão de obra de ampliação nos lotes existentes às margens já comprometidas dos cursos d'água à feitura de obras de recuperação nos mesmos.

Art. 16 - Será proibida a edificação nas faixas de domínio da SC-350 ou 465 das redes de transmissão da ELETROSUL, CELESC e TELESC, para assegurar a ampliação e manutenção das mesmas.

Parágrafo Único - as faixas de proteção às linhas de transmissão são as seguintes:

- a) Da ELETROSUL - faixas de 60,00m (sessenta metros) de largura ao longo da linha de transmissão;

b) Da CELESC – faixas de 25,00m (vinte e cinco metros) ao longo da linha de transmissão;

c) Da TELESC – faixa de proteção ao feixe de micro-ondas. A altura da edificação nesta faixa será fixada de forma a não prejudicar o feixe de micro-ondas, por ser este nocivo à saúde.

Art. 17 – A regulamentação dos tipos de Uso do Solo e normas para Ocupação do Solo, das diversas Zonas, estão estabelecidas respectivamente nas Tabelas II e III, em anexo, parte integrante desta Lei. Esta tabela estabelece os usos permitidos, permissíveis e proibidos, e define a Taxa de Ocupação, o índice de aproveitamento e os recuos: frontal, lateral e de fundos, obrigatórios.

Parágrafo Único – Nas áreas inundáveis será proibida a ocupação do pavimento para fins residenciais, comerciais ou similares, quando o piso deste estiver abaixo da cota de enchente.

CAPÍTULO IV

DAS ÁREAS DE RECREAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Art. 18 – Em todo edifício ou conjunto residencial com quatro ou mais unidades será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer os seguintes requisitos mínimos:

a) quota de 6,00m² (seis metros quadrados) por unidade de moradia;

b) localização em área isolada sobre os terraços, ou no térreo, desde que protegidas de ruas, locais de acesso de veículos e de estacionamento;

c) superfície permeável – com areia ou grama de no mínimo 12,00m², incluída na quota da letra “a”.

Art. 19 – As áreas mínimas destinadas ao estacionamento de veículos estão estabelecidas em função do uso na tabela I, anexa a esta Lei.

Parágrafo Único – Os casos não mencionados na referida Tabela serão tratados por analogia aos usos nela previstos.

CAPÍTULO V

DA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS USOS DO SOLO

Art. 20 – Ficam classificados e relacionados os usos do solo da Sede do Município, quanto às atividades:

USO 1 – HABITAÇÃO:

- Unifamiliar;
- Multifamiliar;
- Coletiva;
- Geminada.

USO 2 – COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL:

Atividades de pequeno porte, de utilização imediata e cotidiana, como:

- Creche;
- Açougue;
- Mercearia;
- Bar;
- Feira Livre;
- Padarias;
- Loja de Bijuterias
- Salão de Beleza;
- Estabelecimentos de ensino;
- Escritórios de Profissional Liberal;
- Consultório Médico Odontológico;
- Atividade Profissional não incômoda, exercida na própria residência.
- Equipamento Comunitário

USO 3 – COMÉRCIO E SERVIÇOS DE BAIRROS:

Atividade de médio porte, de utilidades intermitente e imediata, destinada a atender a população em geral.

GRUPO A :

- Agência bancária;
- Relojoaria;
- Loja de ferragens;
- Boutique;

- Loja de calçados e roupas;
- Lavanderia não industrial;
- Farmácia;
- Floricultura;
- Livraria;
- Venda de eletrodoméstico;
- Venda de móveis;
- Banca de revistas;
- Venda de veículos e acessórios;
- Escritório;
- Representações comerciais;
- Sonorização;
- Oficina de eletrodoméstico;
- Pet Shop

GRUPO B:

- Manufaturado e artesanato;
- Ambulatório;
- Clínica de pequeno porte;
- Supermercado;
- Tipografia;
- Material de construção;
- Mercado;
- Escola de informática;
- Academia;
- Panificadora;
- Restaurante;

GRUPO C:

- Hotel;
- Teatro;
- Cinema.

USO 4 – COMÉRCIO E SERVIÇO GERAL:

Atividade destinada à população em geral, as quais por seu porte ou natureza, exigem confinamento em áreas próprias, além da análise pelos órgãos competentes.

GRUPO A:

- Armazenagem de alimentos;
- Comércio atacadista;
- Depósito de material de ferro velho;
- Comércio de agrotóxicos;
- Oficina de latarias e pintura;
- Gráfica;
- Lava-rápido;
- Posto de abastecimento;
- Oficina mecânica;
- Garagens;
- Serraria;
- Jato de areia;
- Borracharia;
- Transportadora.

GRUPO B:

- Serralheria;
- Marmoraria;
- Marcenaria.

GRUPO C:

- Boate ;
- Danceteria;
- Discoteca;
- Bailão.

USO 5 – COMÉRCIO E SERVIÇO ESPECÍFICO:

Atividades peculiares cuja adequação a vizinhança dependa de uma série de fatores a serem analisados pelo órgão competente, para cada caso.

GRUPO A:

- Hospitais;
- Quartéis;
- Sede de associação;
- Cemitério, Capela Mortuária, Crematório e Funerária;
- Sede de entidade religiosa;
- Casa cultu.

GRUPO B:

- Posto de venda de gás;
- Postos de combustíveis;
- Depósito de inflamáveis.

GRUPO C:

- Equipamentos urbanos destinados ao lazer (parques, quiosques);
- Circo;
- Camping;
- Parque de diversões.

GRUPO D:

- Albergue;
- Motel;

USO 6 – INDÚSTRIA:**a) Indústria do tipo A:**

Não poluidoras ou de baixa poluição com até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados). Potencial Poluidor/Degradador Pequeno.

b) Indústria do tipo B:

Não poluidoras ou de baixa poluição com área superior a 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), tendo características de indústria tipo A. Menor que 100 m² (cem metros quadrados) com características de indústria tipo B. Neste grupo se conclui ainda, as indústrias de mediana poluição sonora e do ar, não importando a área. Potencial Poluidor/Degradador Médio.

c) Indústria do tipo C:

Poluidoras do meio ambiente, do modo geral e medianamente poluidoras de água, não importando a área. Potencial Poluidor/Degradador Grande.

Art. 21 - As atividades não especificadas no artigo anterior serão analisadas, tendo em vista sua similaridade com as constantes na listagem, anexo 1, ouvindo o conselho da Prefeitura.

CAPÍTULO VI**DOS RECUOS**

Art. 22 – Os espaços livres, definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, devendo ser tratados como áreas verdes em pelo menos 30% (trinta por cento) da respectiva área, ressaltando-se o direito à realização das seguintes obras:

I – muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, necessárias em função da declividade natural do terreno;

II – garagem ou estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução de rampas de acesso no afastamento frontal com declividade de até 20% (vinte por cento) devendo, entretanto, resultar enclavada em no mínimo 2/3 (dois terços) de seu volume e a sua cobertura deverá ser constituída por terraço plano, vedada qualquer edificação sobre a mesma;

III – varandas ou coberturas para abrigos, no recuo de fundos e/ou num dos afastamentos laterais, vedado porém, o seu fechamento frontal, podendo a cobertura ser utilizada como terraço, vedado qualquer edificação sobre a mesma;

IV – central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;

V – edícula ocupando os recuos laterais e de fundos, desde que igual ou menos que 50,00m² (cinquenta metros quadrados);

VI – o recuo frontal deverá ser usado como ajardinamento, permitindo-se a impermeabilização do solo apenas nos acessos ao prédio;

VII – poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;

VIII – sacadas desde que não vinculadas a área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre os recuos, porém nunca distar menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da(s) divisa(s).

Parágrafo Único - Os proprietários de terras fronteiriças as estradas municipais, terão um prazo de 5 (cinco) anos para se adequarem aos recuos estabelecidos no Mapa dos Eixos de Desenvolvimento, para as estradas municipais.

Art. 23 – Das Zonas Mistas:

I – para as construções comerciais e garagens os afastamentos laterais e de fundos são livres;

II – as paredes cegas ficarão desobrigadas ao recuo lateral e fundos até o 2º pavimento, a partir deste deverão obedecer ao mesmo recuo que as paredes com abertura para compartimentos de utilização transitória (H/10) e permanente (H/8);

III – nos corredores comerciais o recuo frontal é livre até o 2º pavimento, desde que, pelo menos, o pavimento térreo tenha destinação comercial.

Art. 24 – Nos terrenos de esquina deverão ser respeitados os recuos frontais, de acordo com a tabela III (anexa), em todas as testadas.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 – São partes integrantes e complementares desta Lei, os seguintes anexos:

a) Mapa de Macrozoneamento, Mapa de Uso e Ocupação do Solo (Zoneamento) e Mapa dos Eixos de Desenvolvimento

b) Tabelas “I”, “II” e “III”;

c) Anexo I – listagem da classificação das indústrias quanto à degradação ambiental.

Art. 26 - Sobre os lotes vagos ou no caso de descumprimento dos parâmetros desta Lei, para evitar a ociosidade da infra-estrutura instalada, o Poder Executivo aplicará o aumento do IPTU Progressivo no tempo, de acordo com o Art. 7º da Lei 10.257 de 10 de junho de 2001 e de Lei Complementar do Município que Institui o IPTU Progressivo no Tempo.

Parágrafo único - Destarte, os pressupostos para o estabelecimento da progressividade do IPTU como instrumento de política urbana são:

a) a existência de um plano diretor;

b) a existência de uma lei municipal específica para a área, incluída no plano diretor;

c) a existência de notificação ao particular, devidamente averbada no registro de imóveis, que fixe prazo e condições ao particular para que cumpra as obrigações estatuídas na lei municipal específica;

d) o descumprimento das obrigações pelo particular.

Art. 27 - Dentro do perímetro da Sede do Município e dentro do perímetro do Bairro Km 30, deverão ser utilizados os Instrumentos do Estatuto da Cidade, além do Estudo de Impacto de Vizinhança e do IPTU Progressivo no tempo e Zonas Especiais de Interesse Social, a Outorga Onerosa do Direito de Construir, Direito de Preempção, Consórcio Imobiliário e da Operação de Interesse Social, Operações Urbanas Consorciadas, além de outros instrumentos indicados pelo Estatuto da Cidade, conforme Lei Regulamentar posterior.

Art. 28 – O PLANO DIRETOR FÍSICO-TERRITORIAL deverá ser objeto de análises e reavaliações permanentes, quando julgadas relevantes, a partir de estudos desenvolvidos pelo Conselho Municipal e submetidos à aprovação da Câmara de Vereadores, visando acompanhar as transformações urbanas.

Art. 29 – Fica revogada Lei nº 288, de 18 de novembro de 2004, Lei Complementar nº 21, de 18 de novembro de 2004, e as disposições em contrário,

Prefeitura Municipal de Macieira, em 07 de outubro de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

TABELA I (A) – GARAGENS RESIDENCIAL/ COMERCIAL

Parte integrante e complementar do Projeto de Lei.

| PADRÕES P/ GARAGENS RESIDENCIAIS | | |
|----------------------------------|--|---------------------------------------|
| NOTAS | ATIVIDADES | Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO |
| 1* | Unifamiliar | 1 vaga p/ unidade |
| 2* | Multifamiliar até 180m ² de área construída. p/ apto. | 1 vaga para cada unidade habitacional |
| - | Multifamiliar acima de 180m ² de área construída. por apto. | 2 vagas p/ unidade habitacional |

| PADRÕES P/ GARAGENS COMERCIAIS | | |
|--------------------------------|--|--|
| NOTAS | ATIVIDADES | Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO |
| - | Comércio Varejista acima de 150m ² | 1 vaga p/ 150m ² ou fração de área adicionada |
| - | Centro Comercial, Loja de Departamento. | 1 vaga p/ 120m ² de área construída. |
| - | Supermercados acima de 150m ² | 1 vaga p/ cada 100m ² área vendas; 1 vaga p/ caminhos p/ área construída. acima de 500m ² . |
| - | Comércio de Materiais de construída | 1 vaga p/ 150m ² de área construída |
| - | Depósitos acima de 250m ² | 1 vaga p/ 250m ² de área construída; 1 vaga p/ caminhos 250m ² |
| - | Comércio Atacadista acima de 500m ² | 1 vaga p/ 200m ² ou fração de área adicionada; 1 vaga p/ caminho/500m ² área construída |

1* Para unidades habitacionais unifamiliares não será exigido vaga de estacionamento.

2* Para os conjuntos habitacionais populares multifamiliares será reduzido em 50%.

TABELA I (B) – GARAGENS SERVIÇOS/INDÚSTRIAS
Parte integrante e complementar do Projeto de Lei.

| PADRÕES P/ GARAGENS SERVIÇOS | | |
|------------------------------|---|--|
| NOTA | ATIVIDADES | Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO |
| - | Consultórios e Escritórios em geral | 1 vaga p/ 120m ² de área construída. |
| - | Oficinas de reparos e Serviços de manutenção em veículos | 1 vaga p/ 75m ² de área construída. |
| - | Oficina de Reparos em geral | 1 vaga p/ 100m ² de área construída. |
| - | Laboratórios, Casas de Repouso, Ambulatórios, Clínica, Policlínica, Hospital, Maternidade e Similares | 1 vaga p/ 100m ² de área construída. |
| - | Hotéis e demais meios de hospedagem | 1 vaga p/ 3 unidade. de alojamento; 1 vaga p/ ônibus/ 40 unidade. Alojamento. |
| - | Transportadoras com coleta e distribuição de mercadorias | 1 vaga p/ caminho 200m ² de área construída. |
| - | Motéis | 1 vaga p/ cada unidade. Alojamento |
| - | Quadras p/ esporte, Estádios, Ginásios cobertos e similares | 1 vaga p/ cada 10m ² de arquibancada |
| - | Bancos e demais serviços de crédito | 1 vaga p/ 50m ² de área construída |
| * | Ensino de 3º grau, 2º grau, particular e cursinhos | 1 vaga p/ 100m ² de área construída. |
| - | Cemitérios | 1 vaga p/ 300m ² de terreno com o mínimo de 10 vagas |

* Para os estabelecimentos públicos será reduzido em 30%.

| PADRÕES P/ GARAGENS INDÚSTRIAS | | |
|--------------------------------|---|---|
| NOTA | ATIVIDADES | Nº DE VAGAS P/ESTACIONAMENTO |
| - | Atividades industriais acima de 250m ² | 1 vaga p/ 250m ² de área construída; 1 vaga p/ caminho/500m ² de área construída |

TABELA II – USO DO SOLO URBANO
Parte Integrante e Complementar do Projeto de Lei

| ZONA | PERMITIDOS | PERMISSÍVEIS | OBSERVAÇÕES |
|---------------------|---|--|--|
| ZMD 1 E ZMD 2 | USO1; USO 2, USO 3, GRUPO B USO 6 GRUPO A/B | USO 4, GRUPO A/ B/C; | 1) Todas as atividades que não estiverem relacionadas no Art. 21 ou aquelas que gerarem dúvidas serão analisadas pelo conselho; 2) A classificação das indústrias respeitará o Art. 22 e a Lei do órgão Estadual em vigor, parte integrante desta Lei, Anexo. |
| ZMC | USO 1; USO2; USO 3, GRUPO A/B/C USO 5, GRUPO A | USO 5, GRUPO A/B/C | |
| ZIRRM | USO1 GRUPO A; USO2; USO 3 GRUPO A/B; USO 5 GRUPO A | USO 3 GRUPO A/ C; USO 4, GRUPO A/B; USO 5 GRUPO B/C USO 6, GRUPO A. | |

| | | | |
|-----------------|---|--|--|
| ZPP I | - | - | |
| ZPP II | - | - | |
| ZEIS | USO 1 GRUPO B USO 2 | USO 3 GRUPO B | |
| ZIP | USO 2 USO5 GRUPO A | USO 3 GRUPO C | |
| MACROZONEAMENTO | | | |
| MEUM | USO1 GRUPO A/B; USO 2, USO 3, GRUPO B USO 6 GRUPO A/ | USO 4, GRUPO A/ B/C; USO 5 GRUPO A/B/C/D USO 6 GRUPO B | |
| MEUI | USO 6 GRUPO A/B | USO 6 GRUPO C | |

TABELA III – OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO
Parte Integrante e Complementar do Projeto de Lei

| ZONAS | ÁREA MÍNIMA M2 | TESTADA MÍNIMA | TAXA DE OCUPAÇÃO (1) | ÍNDICE APROVEITAM. TAM. | NÚMERO DE PAVIMENTOS (2) | RECUO FRONTAL | RECUO LATERAL E FUNDO (3) |
|-----------------|-------------------|-------------------|-------------------------|----------------------------|-----------------------------|---|---|
| ZMC | 360,00 | 12,00 | Com. 90% Res. 60% | IBAS= 3,0 IMAX= 4,8 | 4 + 3 | Com. Livre Res. 3m | Com. – Livre Res. – PT: h/10 Pp: H/8 |
| ZMD 1 | 360,00 | 12,00 | Com. 90% Res. 60% | IBAS= 3,0 IMAX= 4,8 | 4 + 3 | Com. Livre Res. 3m | Res. – PT: h/10 Pp: H/8 Com. Livre até 2º pav. |
| ZMD 2 | 360,00 | 12,00 | Com. 90% Res. 60% | IBAS= 1,5 IMAX= 2,7 | 2 + 2 | Com. Livre Res. 3m | 1,50 se houver abertura |
| ZIR | 360,00 | 12,00 | Res. 60% | 2,5 | Térreo + 3 | 3m | 1,50 se houver abertura |
| ZPP I | - | - | - | - | - | - | - |
| ZPP II | - | - | - | - | - | - | - |
| ZEIS | 200,00 | 10,00 | Res. 50% | 1,0 | Térreo + 1 | 3m | 1,50 se houver abertura |
| ZIP | 360,00 | 12,00 | 70% | 3,0 | Térreo +3 | 3m | Res. – PT: h/10 Pp: H/8 Com. Livre até 2º pav. |
| MACROZONEAMENTO | | | | | | | |
| MEUM | 360,00 | 12,00 | Com. 90% Res. 60% | 1,5 | Térreo + 1 | Com. Livre após faixa de domínio da SC Res. 3m | 1,50 se houver abertura |
| MEUI | 1.000,00 | 25,00 | Res. 60% | 1,0 | Térreo + 1 | 5m | 3m |

1) Taxa de Ocupação – valor expresso em porcentagem ou fração da área do lote que pode ser ocupada pela projeção, em plantas das construções neste lote.

2) Índice de aproveitamento – é o número pelo qual se deve multiplicar a área do lote para se obter a área máxima de construção neste lote.

3) Paredes, sem aberturas poderão ser construídas nos alinhamentos laterais e/ou fundos.

- Nos lotes de esquina, o recuo frontal será de 3,00m na menor testada e 22,00m na maior testada .

- PT : permanência transitória (circulações, banheiros, lavabos, vestiários e depósitos).

- PP: permanência prolongada (salas, cômodos destinados ao preparo e ao consumo de alimentos, ao repouso, ao lazer, ao estudo e ao trabalho).

L E G E N D A

ZMC - Zona Mista Comercial

ZMD1 - Zona Mista Diversificada 1

ZMD2 - Zona Mista Diversificada 2

ZIR - Zona de Interesse Residencial

ZPP I - Zona de Preservação Permanente I

ZPP II - Zona de Preservação Permanente II

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

ZIP - Zona de Interesse Institucional

portaria 3407

PORTARIA N.º 3407/2015

"Concede Retorno da Licença para Tratar de Interesses Particulares".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar nº 68/14, (Estatuto dos Servidores Públicos) e suas alterações;

RESOLVE:

CONCEDER, ao Servidor Público Municipal, Cezar Augusto Pedrozo, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Retorno da Licença Sem Vencimentos, para tratar de interesses particulares, a contar de 01/10/2015.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 05 de outubro de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3408

PORTARIA N.º 3408/2015

"Nomeia Servidor para Cargo de Provimento em Comissão".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº39, de 28/12/2009.

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora, Mara Regina Szalyga, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretora de Unidade Escolar, com remuneração mensal prevista em Lei, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, por 30(trinta) horas semanais, com efeitos a contar de 01/10/2015.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 05 de outubro de 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

portaria 3409

PORTARIA N.º 3409/2015

"Admite Servidor em Caráter Temporário."

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª Giovana Betinelli, para exercer as funções de Professora, com remuneração mensal prevista em LEI, por mais 10 (dez) horas semanais, pelo período de 01 de outubro de 2015 a 31 de dezembro de 2015,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 05 de outubro 2015.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO RESUMIDA ADMINISTRATIVO Nº 0003/2015, 0004/2015, 0005/2015 E 0006/2015 FMAS**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****PUBLICAÇÃO RESUMIDA**

Processo Licitatório nº 0004/2015.

Pregão Presencial nº 0002/2015.

Objeto: Aquisição de móveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, destinados ao atendimento das necessidades do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, conforme descrição e quantitativos especificados no Anexo I do Edital.

Contrato administrativo nº 0003/2015

Contratada: C.S. INFORMÁTICA LTDA ME.

Valor Global: R\$ 3.982,00 (três mil novecentos e oitenta e dois reais), para os itens descritos no Contrato Administrativo.

Prazo de entrega: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Autorização de fornecimento.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão da Nota Fiscal.

Contrato administrativo nº 0004/2015

Contratada: IVANIR ZILIO MEI (38757958904).

Valor Global: R\$ 2.040,00 (dois mil e quarenta reais), para os itens descritos no Contrato Administrativo.

Prazo de entrega: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Autorização de fornecimento.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão da Nota Fiscal.

Contrato administrativo nº 0005/2015

Contratada: VICENTE DE PIERI ME.

Valor Global: R\$ 756,00 (setecentos e cinquenta e seis reais), para os itens descritos no Contrato Administrativo.

Prazo de entrega: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Autorização de fornecimento.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão da Nota Fiscal.

Contrato administrativo nº 0006/2015

Contratada: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA ME.

Valor Global: R\$ 2.956,00 (dois mil novecentos e cinquenta e seis reais), para os itens descritos no Contrato Administrativo.

Prazo de entrega: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Autorização de fornecimento.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 14 de outubro de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 120/2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 120/2015.

FORNECEDOR: LIBERTE VEICULOS LTDA.
CNPJ: 01.796.973/0004-94

OBJETO: Aquisição de peças para revisão dos 20.000 km dos veículos Master Minibus Executive L3H2 placa QHT – 2223 e Master Minibus Executive L3H2 placa QHA-6913, através da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o período de garantia dos veículos. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII.

VALOR: R\$ 1.308,00 (um mil trezentos e oito reais).

Mafra, (SC) 15 outubro de 2015.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 123/2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 123/2015.

FORNECEDOR: MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.
CNPJ: 79.420.873/0001-03

OBJETO: Aquisição de peças e contratação de mão de obra para revisão dos 30.000 km do veículo Doblô placa QHA - 8531, através da Secretaria Municipal de Saúde, considerando o período de garantia dos veículos. FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso XVII.

VALOR: R\$ 1.205,06 (um mil duzentos e cinco reais e seis centavos).

Mafra, (SC) 15 outubro de 2015.
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Câmaras de Conservação de Vacina destinadas as Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 04/11/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 15 de outubro de 2015.

Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil
Pregoeiro Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 189/2015

DECRETO Nº 189, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre complementação de aposentadoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 181, da Lei Complementar Municipal nº 42, de 20 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto concedida complementação de aposentaria a servidora municipal aposentada SUELI SALETE PE-TRY, ocupante do cargo de professora, conforme artigos 180 e 181 da Lei Complementar Municipal nº 42, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 2º O Município de Maravilha complementarará o benefício da aposentadoria concedida pelo INSS sob nº 166.822.881-2.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal do Município autorizado a incluir os direitos da servidora de que trata o presente Decreto em folha de pagamento complementar, até a integridade dos vencimentos.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2015.

Maravilha - SC, 15 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.897/2015

LEI Nº 3.897, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) para reforçar dotações do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a cidadania

12.361.0007.2.013 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Receitas de Impostos e Transf. – Educação

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

12.365 – Educação Infantil

12.365.0007 – Educação para a Cidadania

12.365.0007.2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Receitas de Impostos e Transf. – Educação

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 34.000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura dos Créditos Adicionais Suplementares de que trata o Artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 – Departamento de Manutenção e Desenv. do Ensino

12 – Educação

12.361 – Ensino Fundamental

12.361.0007 – Educação para a cidadania

12.361.0007.1.023 – CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Receitas de Impostos e Transf. – Educação

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

12.361.0007.1.070 – AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL

Destinação de Recursos: 0.1.01 – Receitas de Impostos e Transf. – Educação

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 15 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.898/2015

LEI Nº 3.898, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a escriturar, para os mutuários, imóveis de propriedade do Município de Maravilha, adquiridos e quitados através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º são os matriculados no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob as matrículas a seguir relacionadas, com seus respectivos mutuários proprietários:

- IDACIR LUIZ BERWANGER

Lote "G", parte dos lotes urbanos nºs (80 e 82), nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 390,00 m², objeto da Matrícula nº 13.418.

- ZELIO MINK

Lote "J-4", parte do lote urbano nº (89), da Quadra nº (67-A), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 300,00 m², objeto da Matrícula nº 15.459.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor dos imóveis será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 15 de outubro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3172 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3172 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0301 – GERENCIA DE PESSOAL
0301.004.122.0031.2011 – Administração dos Recursos Humanos
0301 – 33900000 – Aplicações Diretas
0301 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0301 – GERENCIA DE PESSOAL
0301.004.122.0031.2011 – Administração dos Recursos Humanos
0301 – 44900000 – Aplicações Diretas
0301 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE OUTUBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3173 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3173 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0900 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
0901 – GERENCIA DE AGRICULTURA
0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural
0901 – 33900000 – Aplicações Diretas
0901 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 09 DE OUTUBRO DE 2015

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 064-2015 - ANULAÇÃO PREFEITURA

DECRETO n.º 064/2015

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.663/2014, de 17 de Novembro de 2014.
DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), nestes termos:

| | |
|--|---------------|
| 04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO | |
| 040112361.2003 – Manutenção do Ensino Básico | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.0109.0 – Aplicações Diretas (26) | R\$ 40.000,00 |
| 040112.361.2005 – Manutenção do Transporte Escolar | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.0109.0 – Aplicações Diretas (43) | R\$ 30.000,00 |

| | |
|---|---------------|
| 11 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL | |
| 110120.606.2013 – Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (174) | R\$ 40.000,00 |

| | |
|--|----------------|
| 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 1201.08.241.2020 – Manut. do Fundo Mun. Assistência Social Idoso | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (189) | R\$ 30.000,00 |
| Total | R\$ 140.000,00 |

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

| | |
|--|---------------|
| 04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO | |
| 040112361.2003 – Manutenção do Ensino Básico | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.0108.0 – Aplicações Diretas (25) | R\$ 40.000,00 |
| 040112.361.2005 – Manutenção do Transporte Escolar | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0109.0 – Aplicações Diretas (47) | R\$ 30.000,00 |

| | |
|--|---------------|
| 11 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL | |
| 110120.606.2013 – Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural | |
| 3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 – Transf. Inst. Privas sem fins Lucr. (173) | R\$ 10.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (175) | R\$ 30.000,00 |

| | |
|--|----------------|
| 12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| 1201.08.241.2020 – Manut. do Fundo Mun. Assistência Social Idoso | |
| 3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 – Transf. Inst. Privas sem fins Lucr. (188) | R\$ 30.000,00 |
| Total | R\$ 140.000,00 |

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Setembro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053-2015 - COONAFOR

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 053/2015

CREDOR: COONAFOR – Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha.

CNPJ nº 12.046.131/0001-99

Rodovia Antônio Valmor Canela, nº 951, Bairro Santa Ana – Forquilha/SC

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2015 no Município de Meleiro/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009, Artigo 14, § 1º e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013, tudo em conformidade com o edital de Chamamento Público nº 002/2015 para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar, publicado em 28/08/2015.

VALOR: R\$ 7.882,50 (sete mil oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

BASE LEGAL: Atendimento a Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013 e Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O fornecimento dos gêneros alimentícios da agricultura familiar é destinado à alimentação escolar para o exercício de 2015 no Município de Meleiro/SC, e justifica-se pelo atendimento Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e a Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A Prefeitura Municipal de Meleiro realizou Chamamento Público nº 002/2015 através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM e em jornais de circulação regional e local na data do dia 28/08/2015, sendo que as duas Cooperativas acima mencionadas foram as únicas interessadas a apresentarem os documentos para credenciamento conforme exigência do edital.

Meleiro/SC, 14 de outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 053-2015 - NOVA ESPERANÇA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 053/2015

CREDOR: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE MARACAJÁ – NOVA ESPERANÇA.

CNPJ nº 13.518.726/0001-62

Avenida Getúlio Vargas nº 510, Bairro Centro, Município de Maracajá/SC

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2015 no Município de Meleiro/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009, Artigo 14, § 1º e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013, tudo em conformidade com o edital de Chamamento Público nº 002/2015 para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar, publicado em 28/08/2015.

VALOR: R\$ 19.528,80 (dezenove mil quinhentos e vinte e oito reais e oitenta centavos).

BASE LEGAL: Atendimento a Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013 e Art. 24 da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O fornecimento dos gêneros alimentícios da agricultura familiar é destinado à alimentação escolar para o exercício de 2015 no Município de Meleiro/SC, e justifica-se pelo atendimento Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e a Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

A Prefeitura Municipal de Meleiro realizou Chamamento Público nº 002/2015 através de publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM e em jornais de circulação regional e local na data do dia 28/08/2015, sendo que as duas Cooperativas acima mencionadas foram as únicas interessadas a apresentarem os documentos para credenciamento conforme exigência do edital.

Meleiro/SC, 14 de outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 372-2015

PORTARIA n.º 372/2015

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora GIOVANNA DANIEL DAL TOÉ, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 03/10/2015.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Outubro de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0248/2015

Decreto nº 248/2015, de 15/10/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 554/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 554/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONCERTO E SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DA REDE DE ÁGUA DA LINHA SANTA ROSA E BELA VISTA DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, adjudicado a favor da empresa:

| Empresa | Valor Total Homologado |
|-----------------------------|------------------------|
| LEAO POCOS ARTESIANOS LTDA. | 8.900,00 |

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 15 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

DECRETO Nº 0249/2015

DECRETO Nº 0249/2015 de 15.10.2015.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Reforma Administrativa e demais normas legais pertinentes, Considerando a comemoração ao Dia do Servidor Público, Considerando as disposições da Portaria nº 15/2015, de 03 de fevereiro de 2015 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal que estabelece feriados e pontos facultativos de 2015,

DECRETA:

Art.1º - Fica estabelecido ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Modelo - SC, no dia 30 de outubro de 2015, sexta-feira, em decorrência do dia 28 de outubro de 2015, Dia do Servidor Público.

Parágrafo Único - Não haverá expediente de atendimento ao público nos Departamentos Municipais e não haverá aula na Rede Municipal de Ensino do Município de Modelo – SC, no dia mencionado no Artigo 1º deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 15 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº 098/2015

Extrato de Contrato Nº 098/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 554/2015

Contrato n. 098/2015

Contratada: LEÃO POÇOS ARTESANAIS LTDA

Valor: R\$ 8.900,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão nº 039/2015, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONCERTO E SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DA REDE DE ÁGUA DA LINHA SANTA ROSA E BELA VISTA DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC.

Modelo (SC), 15 de outubro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER – Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

DISPENSA 15/2015

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITATÓRIO 106/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, Prefeito do Município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais instituídas pelo art. 104, e, em conformidade com o inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/94, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Dispensa de Licitação n 15/2015, conforme segue:

Considerando a solicitação do Do Chefe do Departamento do Patrimônio, e a respectiva autorização do Prefeito Municipal;

Considerando que os serviços ora contratados são de extrema importância para a mapear os bens do Município;

Considerando ainda, que a empresa contratada é especializada neste ramo;

Considerando ainda, que os preços são os de mercado em conformidade com orçamentos;

Considerando a previsão legal do artigo 24, Inciso II da lei 8.666/93;

RESOLVE REALIZAR A CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ECM Tecnologia em Impressão Digital Ltda-EPP, CONFORME OS TERMOS DE DISPENSA SEGUEM:

1. OBJETO

O objeto do contrato é a Aquisição de 7.000 (sete mil) etiquetas de identificação patrimonial, com a seguinte especificação: Etiqueta em Alumínio Impressão colorida com as cores do brasão do Município, não transparente, bordas arredondadas, auto- adesiva, dimensões de 4,5 x 1,5 cm, com numeração seqüencial 0001 a 7.000, e as seguintes características: sem código de barras.

Publique-se e Registre-se na forma da lei.

Monte Carlo, 14 de Outubro de 2015.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

EMPRESA 01 – ECM Tecnologia em Impressão Digital Ltda-EPP

EMPRESA 02 – Afixcode Soluções Graficas LTDA

EMPRESA 03 – LINK-DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA.

VALORES DAS PROPOSTAS:

| ITEM | EMPRESA 01 (R\$) | EMPRESA 02 (R\$) | EMPRESA 03 (R\$) |
|--|------------------|------------------|------------------|
| 1.000 etiquetas de identificação patrimonial | 0,36 | 0,48 | 0,39 |
| TOTAL | 2.520,00 | 3.360,00 | 2.730,00 |

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 42/2015

MUNICIPIO MONTE CARLO, estabelecida na Rod Sc 452 Km 24, nº 1551, Centro, no Municipio Monte Carlo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato Representado por seu Prefeito Municipal, Sr Marcos Nei Correa Siqueira, Inscrito no CPF sob o nº 850.169.429-00, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a pessoa Juridica de direito privado ECM TECNOLOGIA EM IMPRESSÃO DIGITAL LTDA EPP, estabelecida na Rua Fernandes Portalegre, nº 279, Bairro Jardim Maringa, no Municipio de São Paulo-SP, neste ato representado pelo seu sócio Edilson Carlos Matsuda, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 093.596.918-79, doravante denominado CONTRATADO.

O presente contrato se regerá pelas cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do objeto:

O objeto do contrato é a Aquisição de 7.000 (sete mil) etiquetas de identificação patrimonial, com a seguinte especificação: Etiqueta em Alumínio Impressão colorida com as cores do brasão do Município, não transparente, bordas arredondadas, auto- adesiva, dimensões de 4,5 x 1,5 cm, com numeração seqüencial 0001 a 7.000, e as seguintes características: sem código de barras.



CLÁUSULA SEGUNDA: Da Remuneração:

O contratado receberá o valor de R\$ 2.520,00(dois mil quinhentos e vinte reais) pela entrega dos materiais em 15(quinze) dias úteis.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do prazo:

O prazo de validade deste contrato é da data de assinatura do mesmo ate a data de 31/10/2015, podendo ser rescindido a qualquer tempo por uma das partes desde que comunicado com antecedência de 30(trinta) dias.

CLÁUSULA QUARTA: Das Dotações:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da dotação orçamentaria abaixo descrito:

Cod Reduzido: 8 – Manutenção da Secretaria Administração – Orgão 03 – Proj/Atividade 2003 – Unid 05 – 3.3.90.00.00.00.00.0000

CLÁUSULA QUINTA: Das Penalidades:

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou a não prestação do objeto sujeitara a CONTRATADA as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuizo a outras sanções previstas em outras Leis que norteiam a material.

CLÁUSULA SEXTA: Das Disposições Finais:

Fica nomeado o Sr. Elvis Renan Thibes, Chefe do Dpto Patrimonio para dar liquidação aos serviços prestados, bem como fica responsável pela fiscalização dos serviços ora contratados, assim como responsável pelo recebimento dos serviços e dar recebimento da nota fiscal correspondente.

CLÁUSULA SETIMA: Do foro:

Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo-SC, por mais privilegiado que outros seja, para dirimir as questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato, em 02(duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Monte Carlo-SC 14 de Outubro de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Pela Contratante

EDILSON CARLOS MATSUDA

ECM TECNOLOGIA EM IMPRESSÃO DIGITAL LTDA-EPP

PELA CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Vanderléia Alves Fernandes
CPF.: 077.361.879-16

1 - _____
Marielle Stratmann
CPF.: 099.087.109-66

Morro da Fumaça

PREFEITURA

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇO 087/2015

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Registro de Preço 087/2015. Data: 15/10/2015 às 09:00. OBJETO: Contratação de empresa especializada com vistas ao fornecimento de telefonia móvel, conforme anexo. ALTERA-SE O A DATA DE ABERTURA para 23/10/2015 as 09:00 do edital. Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D Teixeira – Secretário de Finanças.

:

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇO 088/2015

Município de Morro da Fumaça. ERRATA do Registro de Preço 088/2015. Data: 27/10/2015 às 09:00. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO RAMO ALIMENTÍCIO, conforme anexo. ALTERA-SE O A DATA DE ABERTURA para 28/10/2015 as 09:00 do edital. Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D Teixeira – Secretário de Finanças.

:

Navegantes

PREFEITURA

ATA DE APROVAÇÃO 49/2015 FMS

| | |
|--|---|
| | ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE NAVEGANTES |
|--|---|

ATA DE APROVAÇÃO 49/2015 FMS

Relatório final da fase de amostras do processo licitatório nº49/2015 – F.M.S registro de preços visando a aquisição de materiais odontológicos para o centro de especialidades odontológicas e as unidades básicas de saúde, através do fundo municipal de saúde de navegantes/sc. A prefeitura municipal de navegantes/s informa que O Item 92 foi reprovado pois a empresa Silmes comércio de produtos odontológicos Ltda epp.- não apresentou amostra.

Navegantes/SC 05 de outubro de 2015.

ATA DE APROVAÇÃO DAS AMOSTRAS E CHAMAMENTO 3º COLOCADO 06/2015 FMAS

| | |
|--|--|
| | ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE NAVEGANTE |
|--|--|

Ata de aprovação e reprovação

Processo licitatório nº06/2015 – F.M.A.S

A prefeitura municipal de navegantes/sc., após analisar as amostras do pregão presencial nº 06/2015 F.M.A.S informa que foram aprovados/reprovados, conforme segue:

LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.- item reprovados: 13 (não apresentou amostra).

FORNECEDORA COMERCIO TÊXTIL – item reprovado: 44 (não apresentou amostra).

Pela presente, em razão da necessidade de avaliação dos itens/ especificações apresentados para os materiais de limpeza e higiene pessoal que se pretende adquirir através do processo licitatório supracitado, venho manifestar concordância EM TOTALIDADE com as amostras apresentadas pela empresa TECNOAL Comercial Distribuidora Ltda. – EPP dos itens 01,10,22 e 24 que ficou como segunda colocada, com relação as amostras apresentadas pela empresa BLUNAC Distribuidora Ltda. Me, dos itens 04,16 e 35 que ficou como segunda colocada foram aprovadas e manifestando a concordância EM TOTALIDADE.

Iuli da Cunha Ceschin

Secretaria de Assistência Social

Navegantes/sc 25 de setembro de 2015.

| | | | | |
|---|--------------------------------|--|--|--|
| A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC., CONVOCA PARA APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA DO | | | | |
| 3º COLOCADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº0 6/2015 - F.M.A.S, CONFORME SEGUE: | | | | |
| ITENS | 3º COLOCADO | | | |
| 13 | BLUNAC DISTRIBUIDORA LTDA - ME | | | |
| | | | | |
| NAVEGANTES/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2015. | | | | |

ATA PREGÃO 03/2015 FMAS

ATA PREGÃO 03/2015 FMAS

AO(S) 15 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - EPP (9929).

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA, DEVIDAMENTE CREDENCIADA E ENQUADRADA COM ME/EPP. APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS A PROPOSTAS ONDE SE VERIFICOU QUE A EMPRESA CUMPRIU COMO OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL. APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE A EMPRESA CUMPRIU COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

OS ITENS 19, 31 E 32 FORAM FRACASSADOS.

MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

MARIA BENEDITA CORREA - PREGOEIRA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 15 DE OUTUBRO DE 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 052/2015.

EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 052/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FMS nº 052/2015, relativa ao Pregão Presencial 052/2015 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (RAÇÃO ANIMAL E AREIA HIGIÊNICA) PARA DAR CUMPRIMENTO AO TAC (TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA), FIRMADO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA ATENDIMENTO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E BEM ESTAR ANIMAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA.

VALOR: R\$ 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais).

Vigência: 02/10/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 02 de outubro de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 132/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) TATAME PARA AS AULAS DE JUDÔ NO CENTRO DE CIDADANIA PROFESSORA ESTER SEDREZ RÉGIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 28/10/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 28/10/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 15 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 150/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA EQUIPAR O PROJETO ORQUESTRA DE VOZ E VIOLÃO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 28/10/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 28/10/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 15 de outubro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

DECRETO Nº 469 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

| |
|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio nº 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br |
|--|

DECRETO Nº 469 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 129.990,00 (Cento e Vinte e Nove Mil, Novecentos e Noventa Reais), da seguintes dotações, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

01 – Diretoria de Projetos

04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos

22 – 3.3.91.00.00.00 – Outras Desp. Correntes – Apl. Intra-Orçamentárias R\$ 49.990,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais

88 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 80.000,00

Art. 2º Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

01 – Diretoria de Projetos

04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos

19 – 31.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – Diretoria de Programas Sociais
08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais
85 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.
Navegantes, 15 de Outubro de 2015
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de Outubro de 2015.
Silvana Maria Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 470 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015 - LDO/2016

DECRETO Nº 470 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2016 e dá outras providências.”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do Município de Navegantes, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018 de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, que contera ainda:

- I - Demonstrativo I – Metas Anuais, compreendendo:
 - a) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;
 - b) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;
 - c) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
 - d) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o

- Resultado Nominal;
- e) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública.
- II - Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.
- III - Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.
- IV - Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido.
- V - Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.
- VI - Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social.
- VII - Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
- VIII - Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 3º - Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, juntamente com medidas e providências a serem tomadas, no caso de serem concretizadas, estão identificados no Anexo de Riscos Fiscais, constante desta lei, que contera Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

Art. 4º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2016, concernentes a Receita Corrente Líquida, Gastos com Pessoal, Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, são as dispostas nos Anexos Complementares desta lei, que conteraõ:

- I – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- II – Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Poderes Executivo e Legislativo);
- III – Demonstrativo das Receitas de Impostos e Prioridades das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- IV – Demonstrativo das Receitas de Impostos e Prioridades das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos em Saúde.

CAPÍTULO III
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 5º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são aquelas definidas no artigo 2º desta lei.

Art. 6º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a receita prevista e a despesa fixada, de forma a preservar a suficiência de caixa e o equilíbrio orçamentário e financeiro.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a

manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho, a liquidação e o pagamento da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar e o respectivo pagamento;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º - As categorias de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 8º - O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, compreendendo suas autarquias, fundos e fundações abaixo descritas, e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Administração Pública Municipal.

I – Fundo Municipal de Saúde;

II – Fundo Municipal de Assistência Social;

III – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV – Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros;

V – Fundação Municipal de Cultura;

VI – Fundação Municipal de Esportes;

VII – Fundação Municipal do Meio Ambiente;

VIII – Fundação Municipal de Vigilância;

IX – Fundação Hospitalar Municipal;

X – Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes.

Art. 9º - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial nº 163/2001, Portaria Conjunta da STN nº 01/2010, Portaria Conjunta nº 02/2010 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária;

V - Programa de Trabalho;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos;

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

X - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;

XI - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XIII - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;

XIV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XV - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016;

XVI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;

XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016;

XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2016.

Art. 10 - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

III - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

IV - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações e Serviços Públicos de Saúde;

V - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/06/2015;

Art. 11 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a, pelo menos, 0,5 % da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2016.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 12 - Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 14 - Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas despesas destinadas à:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos

oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da Margem Líquida de Expansão constante do Demonstrativo VIII do Anexo de Metas Fiscais desta lei, observando-se o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo de Riscos Fiscais, no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso concretizados, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, bem como do excesso de arrecadação, se houver, e do superávit financeiro do exercício de 2015;
§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 - Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,5 % da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual 2014/2017.

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64, será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 - As renúncias de receitas, estimadas para o exercício financeiro de 2016, são as constantes do Demonstrativo VII, desta lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I, da LRF).

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiarão somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, ambiental e de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerão de autorização em lei específica.

§ 1º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas nos prazos estabelecidos pela Instrução Normativa UCCI nº 002/2011 (60 dias), contados a partir da data do recebimento dos recursos.

Art. 24 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, mediante decreto, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 extraídas do PPA – Plano Plurianual 2014/2017 e constantes desta lei.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos

dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da administração municipal, observando-se a legislação e normas específicas acerca da matéria.

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% da Receita Corrente Líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 33 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15, desta lei.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão, no exercício de 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se

como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Navegantes, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 40 - Os projetos de lei e medidas provisórias relacionadas a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, deverão ser acompanhados de:

- I - declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologias de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101, de 2000; e
- II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos;

Parágrafo único: Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios anteriores à sua entrada em vigor.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 42 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas previstas no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município e na Emenda à Lei Orgânica nº 017/2005, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo;

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 45 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no

artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 46 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 47 - São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 48 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual e participar de consórcios intermunicipais através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 49 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 50 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 15 DE OUTUBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

NAVEGANTES-SC., 15 DE OUTUBRO DE 2015.

SILVANA MARIA FRANCISCO
Secretária de Administração e Logística

DECRETO Nº 471 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

DECRETO Nº 471 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3040 de 02/10/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 27 - Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

UNIDADE: 01 - Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

Função: 06 - Segurança Pública

Programa: 27- Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar

Subfunção: 181 - Policiamento

1.079 - Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar

Fonte de Recursos - 010600 - Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

02 - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

T O T A L
..... R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 27 - Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

UNIDADE: 01 - Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

Função: 06 - Segurança Pública

Programa: 27- Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar

Subfunção: 181 - Policiamento

1.074 - Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMREBOM

Fonte de Recursos - 010600 - Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

01 - 4.4.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 27 - Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

UNIDADE: 01 - Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

Função: 06 - Segurança Pública

Programa: 27- Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar

Subfunção: 181 - Policiamento

2.102 - Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM

Fonte de Recursos - 010600 - Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

04 - 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

T O T A L
..... R\$ 150.000,00

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 15 de Outubro de 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de Outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO ATA: PREGÃO Nº 56/2015 FMS - DESERTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO ATA: PREGÃO Nº 56/2015 FMS - DESERTA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ESPECIALIDADE DE DERMATOLOGIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

RESULTADO - LICITAÇÃO FOI DESERTA.

Navegantes, 15 de outubro de 2015.

Roberto Carlos de Souza - Prefeito.

LEI COMPLEMENTAR 260 ALTERA LC 256 ESTRUTURA DA CÂMARA

LEI COMPLEMENTAR Nº 260 DE 2 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº256/2015, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, CLASSIFICAÇÃO, EXTINÇÃO, CRIAÇÃO DE CARGOS E A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei complementar:

Art. 1º O art. 20 da Lei Complementar nº256/2015 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 20 Os cargos de provimento efetivo da Câmara Municipal são os seguintes:

- I - Agente de Serviços Gerais;
- II - Assessor Administrativo de Recursos Humanos;
- III- Assessor Contábil;
- IV - Assessor Jurídico;
- V - Assessor Legislativo;
- VI - Assistente Legislativo;
- VII - Assistente Contábil;
- VIII - Contador;
- IX - Controlador Interno;
- X - Técnico de Som, Operação e Manutenção Geral;
- XI - Analista de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda;
- XII - Motorista;
- XIII - Recepcionista;
- XIV - Telefonista.

Parágrafo Único: Os ocupantes dos cargos de provimento efetivo estarão hierarquicamente subordinados às chefias imediatas dos departamentos onde forem lotados, por ato do Presidente da Câmara Municipal.”

Art. 2º O art. 23 da Lei Complementar nº256/2015 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 23. Os cargos de provimento em comissão da Câmara Municipal são os seguintes:

- I- Assessor de Comunicação Social;
- II- Assessor de Gabinete;
- III- Chefe de Gabinete da Presidência;
- IV- Diretor Administrativo;
- V- Procurador Geral;
- VI- Coordenador Financeiro;
- VII- Coordenador de Patrimônio e Manutenção;

Parágrafo Único: O Cargo de Coordenador de Patrimônio e Manutenção deve ser ocupado, exclusivamente, por servidor de carreira nos casos e condições previstos no anexo III.”

Art. 3º Ficam excluídos dos anexos III e V as informações relacionadas aos cargos de “Assessor das Comissões Permanentes” e “Controlador Interno” (número de vagas remuneração, escolaridade, funções etc.).

Art. 4º Os anexos I e III passam a vigorar com a seguinte redação:

Anexo I CARGOS EFETIVOS

| Cargo | Nº de vagas | Níveis Rem./Carga | Escolaridade |

| | | | |
|--------------------|-------------------|-------------------|-----------|
| | horária | | |
| ===== | ===== | ===== | ===== |
| ===== | ===== | ===== | ===== |
| Agente de serviços | 1 por 40 | Ensino Médio | |
| gerais | horas semanais | Completo | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Contador | 2 E4/G6 por 40 | Ensino Superior | |
| | horas semanais | Completo Ciências | Contábeis |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Assessor Jurídico | 2 E4/G6 por 40 | Ensino Superior | |
| | horas semanais | Completo em | |
| | Direito com | | |
| | inscrição na | | |
| | OAB-SC | | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Assessor | 2 D1/F3 por 40 | Ensino Superior | |
| Legislativo | horas semanais | Completo | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Assistente | 2 D7/G2 por 40 | Ensino Superior | |
| Contábil | horas semanais | Completo Ciências | |
| | Contábeis | | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Assistente | 2 C5/E7 por 40 | Ensino Superior | |
| Legislativo | horas semanais | Completo | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Motorista | 1 A1/C3 por 40 | Ensino Médio | |
| | horas semanais | Completo | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Recepcionista | 2 A1/C3 por 40 | Ensino Médio | |
| | horas semanais | Completo | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Atendente | 4 A1/C3 por 40 | Ensino Médio | |
| | horas semanais | Completo | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Secretário | 1 D1/F3 por 40 | Ensino Superior | |
| Legislativo | horas semanais | Completo | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Técnico em som e | 1 C1/E3 por 40 | Ensino Médio | |
| manutenção geral | horas semanais | Completo e | |
| | Curso Técnico em | | |
| | Operador de Som, | | |
| | em nível médio. | | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Telefonista | 2 A1/C3 por 30 | Ensino Médio | |
| | horas semanais | completo | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Vigia | 2 A1/C3 por 40 | Ensino Médio | |
| | horas semanais | completo | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Jornalista | 1 D1/F3 por 40 | Ensino Superior | |
| | horas semanais | Completo em | |
| | Jornalismo, | | |
| | Publicidade ou | | |
| | Relações Públicas | | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Assessor de | 1 D1/F3 por 40 | Ensino Médio | |
| Recursos Humanos | horas semanais | Completo | |
| | Curso Técnico em | | |
| | Recursos Humanos/ | | |
| | Contabilidade | | |
| | Completo | | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Controlador | 1 E4/G6 por 40 | Superior Completo | |
| Interno | horas semanais | Ciências Contb. | |
| ----- | ----- | ----- | ----- |
| Técnico em | 1 C1/E3 por 40 | Ensino Médio | |
| Informática | horas semanais | Completo e | |
| | Curso Técnico em | | |
| | Informática, | | |

||| em nível médio. |
| _____ | _____ |
_____ | _____ |

Anexos II

TABELAS DE NÍVEIS SALARIAIS

OS VALORES DA TABELA DE NÍVEIS SALARIAIS SÃO EM MOEDA CORRENTE (R\$)

| Nível | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|-------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| A | 1.490,57 | 1.544,64 | 1.600,66 | 1.658,71 | 1.718,88 | 1.781,22 | 1.845,82 |
| B | 1.912,77 | 1.982,14 | 2.054,04 | 2.128,54 | 2.205,74 | 2.285,74 | 2.368,65 |
| C | 2.454,55 | 2.543,58 | 2.635,83 | 2.731,44 | 2.830,50 | 2.933,16 | 3.039,55 |
| D | 3.039,55 | 3.149,79 | 3.264,03 | 3.382,42 | 3.505,10 | 3.632,22 | 3.763,96 |
| E | 3.900,48 | 4.041,95 | 4.188,55 | 4.340,46 | 4.497,89 | 4.661,03 | 4.830,08 |
| F | 5.005,26 | 5.186,80 | 5.374,92 | 5.569,87 | 5.771,88 | 5.981,23 | 6.198,16 |
| G | 6.422,97 | 6.655,93 | 6.897,36 | 7.147,52 | 7.406,76 | 7.675,40 | 7.953,79 |

Anexo III

CARGOS COMISSIONADOS

OS VALORES DA TABELA DE NÍVEIS SALARIAIS SÃO EM MOEDA CORRENTE (R\$)

| Cargo | Nº de vagas | Remuneração/Carga | Escolaridade |
|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Assessor de | 1 | 3.039,14 por 40 | Ensino Superior |
| Comunicação Social | horas semanais | em, Jornalismo, | |
| Publicidade ou | | | |
| Relações Públicas | | | |
| Assessor de | 01 vaga para | 2.560,00 por 40 | Ensino |
| Gabinete | cada vereador | horas semanais | Médio Completo |
| Chefe do Gabin. da | 1 | 3.439,14 por 40 | Ensino Médio |
| Presidência | horas semanais | Completo | |
| Procurador Geral | 1 | 7.222,22 por 40 | Superior Completo |
| | horas semanais | em Direito e Ins- | |
| | criação na OAB/SC | | |
| Assessor | 1 | 5.158,73 por 40 | Superior Completo |
| das Comissões | horas semanais | em Direito e Ins- | |
| Permanentes | criação na OAB/SC | | |
| Diretor | 1 | 7.222,22 por 40 | Ensino Superior |
| Administrativo | horas semanais | completo | |
| Coordenador de | 1 | 4.190,34 por 40 | Superior |

| Patrimônio | horas semanais | Completo |
|----------------------|----------------|-----------------|
| Servidor de Carreira | | |
| Coordenador | 1 | 4.190,34 por 40 |
| Superior | | |
| Financeiro | horas semanais | Completo |

Função Gratificada

| Ouvidor | 1 | 20% por 40 | Ensino Médio |
|---------|----------------|------------|--------------|
| | horas semanais | Completo | |

Anexo IV

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVOS

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

- * Manter limpas as dependências da sede da Câmara Municipal.
- * Limpar, conservar e zelar pelo mobiliário.
- * Fazer e servir café e água.
- * Manter limpos todos os utensílios da cozinha.
- * Requisitar material de limpeza necessário à manutenção do asseio.
- * Requisitar café, açúcar, água e outros, necessários ao cumprimento de suas funções.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo Municipal.

ASSESSOR CONTÁBIL

- * Elaborar calendários e esquemas de pagamentos.
- * Movimentar, juntamente com a Presidência, as contas bancárias da Câmara.
- * Promover a elaboração de propostas orçamentárias anualmente, de acordo com a legislação vigente.
- * Estudar o comportamento das despesas.
- * Coordenar as providências visando ao repasse de numerários às contas do Legislativo pela Prefeitura.
- * Fornecer elementos para a abertura de créditos adicionais.
- * Promover a escritura sintética e analítica dos lançamentos relativos às operações contábeis, visando a um demonstrativo claro.
- * Promover a elaboração do programa financeiro dentro da estimativa das despesas correntes e de capital.
- * Assinar mapas, resumos, quadros, demonstrativos e outros documentos de operações contábeis.
- * Visar todos os documentos elaborados e expedidos pela Assessoria.
- * Organizar e fazer confeccionar, nos prazos legais, balanços, balancetes e relatórios necessários à apuração contábil.
- * Promover o empenho de despesas.
- * Manter a Presidência e a Secretaria Geral informadas dos saldos das dotações orçamentárias.
- * Providenciar, dentro das normas legais, a aquisição do material necessário ao funcionamento quando devidamente autorizado pela Presidência ou Secretaria Geral.
- * Promover o registro de salário-família, adicionais por tempo de serviço e outras vantagens dos servidores.
- * Tomar parte e fazer tomar seus subordinados de seminários, encontros, cursos ou outras atividades que visem ao aprimoramento dos trabalhos da Assessoria.
- * Executar outras tarefas afins necessárias à regulamentação da escrituração contábil da Câmara.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Aplicar e fazer aplicar as leis e os regulamentos referentes ao pessoal.
- * Estudar e discutir, com os órgãos interessados, a proposta orçamentária referente à parte do pessoal.

- * Tomar medidas necessárias à revisão periódica do Plano de Classificação de Cargos da Câmara.
- * Promover a apuração do tempo de serviço dos servidores para todo e qualquer efeito.
- * Promover a verificação dos dados relativos ao controle do salário-família, adicional por tempo de serviço ou outras vantagens dos servidores previstas na legislação em vigor.
- * Efetivar a organização e atualização dos registros.
- * Fazer os assentamentos da vida funcional e de outros dados do pessoal.
- * Comunicar irregularidades na admissão de pessoal.
- * Comunicar à Coordenadoria Financeira a exoneração ou provimento de servidores.
- * Receber e preparar a declaração de bens de servidores da Câmara sujeitos a tanto, efetivando o devido registro.
- * Acompanhar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos Poderes Executivo e Legislativo do Município;
- * Preparar guias de recolhimento de obrigações sociais incidentes sobre a remuneração dos servidores.
- * Fornecer a declaração de ganhos anuais aos servidores para efeito de imposto de renda.
- * Fornecer aos vereadores a declaração anual de ganhos para efeito de imposto de renda.
- * Efetuar todas as tarefas necessárias ao pagamento dos servidores.
- * Exercer outras atividades correlatas.

ASSESSOR JURÍDICO

- * Emitir pareceres de natureza jurídica nas matérias em tramitação na Câmara de Vereadores com o intuito de subsidiar os vereadores sobre as proposições em trâmite na Câmara de Vereadores, verificando a legalidade e a constitucionalidade dos projetos de lei apresentados às Comissões ou ao Plenário da Câmara, submetendo-os previamente à apreciação do Procurador Geral.
- * Assessorar os vereadores em assuntos jurídicos ligados ao trabalho legislativo, dando-lhes subsídios para a discussão de matérias legislativas.
- * Emitir pareceres sobre reuniões jurídicas quando solicitado.
- * Desenvolver estudos constantes e manter arquivo de jurisprudência de interesse aos trabalhos da Câmara.
- * Acompanhar, pesquisar e estudar a evolução no país, informando as unidades e os vereadores interessados da existência ou alteração de dispositivos legais que afetem a comunidade e os trabalhos legislativos da Câmara.
- * Assessorar, quando solicitado, as Comissões de Sindicância e os Inquéritos, especiais e permanentes.
- * Organizar e manter coletânea de legislação, jurisprudência, pareceres e outros diplomas legais de interesse do Legislativo em arquivo próprio.
- * Programar e supervisionar as atividades desenvolvidas nas comissões técnicas.
- * Analisar contratos, convênios, acordos, ajustes e respectivos aditivos, como também os editais de licitação, dispensa e inexigibilidade da Câmara de Vereadores, emitindo os respectivos pareceres.
- * Elaborar minutas e atos oficiais como leis, decretos, portarias, resoluções parlamentares e projetos de lei.
- * Elaborar relatórios consubstanciados a respeito das atividades da Procuradoria.
- * Exercer outras atividades correlatas.

ASSESSOR LEGISLATIVO

- * Redigir projetos de lei, mensagens, convites, convocações e outros documentos de maior complexidade afeitos ao trabalho legislativo.
- * Conferir as proposições e projetos constantes do expediente e ordem do dia, verificando sua ordem de discussão.
- * Acompanhar a tramitação dos projetos e proposições, sua

expedição e sanção.

- * Conferir a totalidade da documentação necessária à entrada dos projetos na Câmara.
- * Determinar a multiplicação e o fornecimento de cópias de atos oficiais.
- * Prestar informações aos vereadores sobre matérias em tramitação.
- * Prestar assistência a vereadores, bancadas e à Mesa na busca de subsídios que possam instruir matérias em julgamento.
- * Fazer fornecer aos vereadores devidamente autorizados pela Presidência documentos sob a guarda de serviço de arquivo e protocolo.
- * Solicitar aos vereadores e/ou ao Poder Executivo a juntada de documentação necessária à entrada de projetos na Câmara.
- * Fazer confeccionar releases de matérias que irão à discussão na sessão.
- * Controlar o cronograma de projetos a irem à ordem do dia.
- * Confeccionar folhas de presença de vereadores.
- * Redigir termos de posse de vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito.
- * Controlar a sanção dos projetos aprovados, verificando o cumprimento do tempo legal hábil.
- * Coordenar os trabalhos entre as diversas sessões na Câmara.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Executar outras atividades correlatas e auxiliares às funções da Secretaria Geral.

ASSISTENTE CONTÁBIL

- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo Municipal.
- * Elaborar o Orçamento da Câmara.
- * Manter sistema de acompanhamento e controle orçamentário, verificando sua correta execução, bem como a exatidão e regularidade das contas da Câmara.
- * Proceder à análise de balanços e outros documentos informativos de natureza contábil-financeira.
- * Preparar relatórios que demonstrem o comportamento geral da execução financeira orçamentária em função da disponibilidade financeira.
- * Elaborar o cronograma de dispêndio da Câmara.
- * Remeter à Prefeitura, na época própria, para fins de orçamento, a previsão de despesas da Câmara para o Exercício seguinte.
- * Fazer registrar sintética e analiticamente as operações financeiras.
- * Organizar balancetes e balanços financeiros bem como outros documentos de apuração contábil-financeira.
- * Promover o exame e a conferência dos processos de pagamento.
- * Promover o registro contábil dos bens do patrimônio da Câmara.
- * Promover o recebimento das importâncias devidas.
- * Efetuar pagamento de despesas.
- * Requisitar talões de cheques.
- * Contatar agências bancárias para assuntos de sua competência.
- * Determinar a preparação de cheques.
- * Providenciar a publicação de movimento financeiro.
- * Remeter a expediente da Câmara o Demonstrativo Financeiro Mensal.
- * Promover o recolhimento de obrigações sociais.
- * Promover o recolhimento do imposto de renda na fonte, dos servidores, vereadores ou prestadores de serviços.
- * Promover, no encerramento do Exercício, a entrega do saldo numerário à Prefeitura.
- * Exercer outras atividades correlatas à Tesouraria.

ASSISTENTE LEGISLATIVO

- * Redigir ofícios, cartas, despachos e demais expedientes de acordo com normas pré-estabelecidas em legislação pertinente.
- * Redigir atos administrativos mais complexos, dentro da orientação da Secretaria Geral.
- * Conferir a datilografia e/ou digitação de documentos por outros servidores executados.

- * Redigir exposições de motivo de Projetos de Lei, Resoluções e outros documentos oficiais que exijam mais discernimento e poder de análise.
- * Encaminhar documentação para despacho e assinatura.
- * Encaminhar documentação a ser expedida pela Câmara ao setor competente.
- * Acompanhar os trabalhos legislativos em sessões da Câmara.
- * Auxiliar vereadores e demais servidores em tarefas necessárias ao bom desempenho dos trabalhos legislativos.
- * Fornecer aos vereadores documentação necessária ao desempenho das funções legislativas.
- * Auxiliar a Mesa Diretora nos trabalhos legislativos.
- * Coordenar o andamento das proposições.
- * Fazer publicar, para distribuição aos vereadores, cópias do Regimento Interno da Câmara e da Lei Orgânica municipal.
- * Executar outras tarefas afins determinadas pela Presidência, fazendo a distribuição aos setores competentes.
- * Auxiliar os vereadores quando necessário e solicitado no encaminhamento de seus trabalhos legislativos.
- * Auxiliar os servidores ligados à área legislativa, norteando as atividades.
- * Executar outras tarefas afins determinadas pela Secretaria Geral.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

MOTORISTA

- * Conduzir os veículos oficiais da Câmara de Vereadores.
- * Zelar pelas boas condições físicas e mecânicas dos veículos.
- * Providenciar os reparos necessários e o constante abastecimento de combustível dos veículos.
- * Observar as datas pertinentes à renovação da documentação legal dos veículos.
- * Estar sempre devidamente uniformizado e com asseio pessoal.
- * Manter-se à disposição da Presidência e dos integrantes das Comissões da Câmara de Vereadores e dos vereadores e servidores, desde que autorizados pela Presidência da Casa.
- * Estar à disposição do Legislativo, ainda que em horas extraordinárias à jornada normal de trabalho.
- * Manter em perfeita ordem legal os documentos de habilitação para a condução dos veículos.
- * Manter os veículos limpos e asseados.
- * Dirigir veículo(s) automotor(es) obedecendo ao Código de Trânsito Brasileiro, seguindo itinerário e programa estabelecido
- * Adotar medidas adequadas à prevenção ou solução de qualquer incidente, garantindo sua segurança e a dos passageiros.
- * Executar outras atividades correlatas às acima descritas, a critério do superior imediato.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo Municipal.

RECEPCIONISTA

- * Fazer diariamente a recepção dos munícipes, visitantes e autoridades, promovendo sua identificação mediante crachás.
- * Fazer companhia aos visitantes, pessoalmente ou solicitando a outro servidor enquanto estiverem nas demais dependências da Casa.
- * Manter anotação das visitas recebidas pela Casa.
- * Receber e manter protocolo de recebimento de correspondências.
- * Executar outras tarefas afins determinadas por superiores.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Zelar pelo bom trato devido aos munícipes, visitantes e autoridades, assim como aos demais servidores.
- * Atribuições do cargo de telefonista na substituição destes por ausências temporárias, faltas, folgas, férias ou impedimentos.

TÉCNICO DE SOM, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO GERAL

- * Operar e montar a aparelhagem de som.
- * Operar o sistema de votação eletrônica da Câmara Municipal.
- * Realizar a manutenção da aparelhagem de som.
- * Executar a manutenção geral.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

TELEFONISTA

- * Operar todo o sistema de telefonia da Câmara de Vereadores.
- * Receber e fazer ligações telefônicas solicitadas por vereadores, servidores e outros, devidamente autorizadas pela Chefia de Gabinete ou seu delegado.
- * Manter registro de todas as ligações efetuadas diariamente, fazendo constar o número ligado, a cidade, o horário, o solicitante e a duração da chamada.
- * Manter catálogos telefônicos que facilitem a localização de números telefônicos.
- * Manter lista atualizada dos números de linhas de repartições, empresas ou outras entidades mais intimamente ligadas aos trabalhos desenvolvidos na Câmara de Vereadores.
- * Apontar os recados telefônicos e levá-los, a tempo e modo, a conhecimento de seus destinatários.
- * Solicitar material necessário ao desempenho de suas funções.
- * Requisitar às companhias telefônicas o reparo em linhas que apresentem problemas.
- * Proceder à constante vistoria dos aparelhos ligados à central de telefonia interna, verificando seu estado de funcionamento e solicitando os reparos ao Diretor Administrativo quando for o caso.
- * Executar outras tarefas afins determinadas por superiores.
- * Solicitar à Secretaria Administrativa a presença de técnicos para manutenção do sistema de telefonia quando necessário.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Atribuições do cargo de recepcionista na substituição destes por ausências temporárias, faltas, folgas, férias ou impedimentos;

ANALISTA LEGISLATIVO DE COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PROPAGANDA

- * Criar anúncios relacionados com assuntos da Câmara Municipal nas mais diversas mídias;
- * Desenvolver Layouts e artes gráficas para comunicados, informativos e convites da Câmara Municipal;
- * Executar serviços jornalísticos relacionados com assuntos e matérias da Câmara Municipal;
- * Fazer a cobertura dos trabalhos das comissões, das sessões, audiências públicas, entrevistas coletivas, exposições e dos eventos internos e externos relacionados com a Câmara;
- * Elaborar matérias especiais para os órgãos de divulgação da Câmara;
- * Encarregar-se do processo de suprimento de notícias encaminhadas para os mecanismos de divulgação institucional da Câmara Municipal.
- * Providenciar a captação nas mais variadas fontes de informações, que suprirão os meios de comunicação institucional mantidos pela Câmara Municipal;
- * Promover a aferição de resultados, para verificar diariamente, em todas as mídias, o resultado das ações de divulgação promovidas pela Câmara Municipal
- * Garantir cobertura imparcial e democrática de todas as atividades da Casa, inclusive a cobertura jornalística dos pronunciamentos em plenário;
- * Elaborar relatórios, diagnósticos e avaliações específicas, tendentes a qualificar os processos de divulgação institucional da Câmara Municipal;
- * Encarregar-se do processo de difusão e disponibilização das notícias consolidadas ao público e aos órgãos de imprensa interessados, sobre a Câmara Municipal;
- * Assistir aos órgãos do Poder Legislativo, através das diretrizes determinadas pela chefia imediata, das matérias que serão objeto

de divulgação pela Câmara Municipal;

- * Desempenhar outras atribuições de jornalista, comunicador social e publicitário que lhe forem dadas pelas chefias competentes;
- * Desenvolver outras atribuições relacionadas ao cargo.

ASSESSOR DE RECURSOS HUMANOS

- * Assessorar e cumprir as determinações do Presidente da Câmara Municipal, relacionadas a gestão de servidores, respectivas funções, planejamento, negociações de relações humanas e do trabalho;
- * prestar orientações sobre a importância da saúde e segurança no trabalho.
- * Manter atualizados os assentamentos sobre a vida funcional dos Vereadores e servidores da Câmara Municipal;
- * Promover a emissão e controle das folhas de pagamentos e os processos de promoção e progressão dos servidores públicos, ativos e inativos, e estagiários;
- * Promover a apuração do tempo de serviço dos servidores para todo e qualquer efeito.
- * Emitir os relatórios mensais de cartão-ponto e o controle de horas extraordinárias e compensação de horas dos servidores;
- * Comunicar superior hierárquico as faltas ocorridas, bem como sugerir a aplicação de penalidades aos servidores;
- * Estudar questões relativas a direitos, vantagens, deveres e responsabilidade dos servidores, conforme as determinações legais;
- * Processar pedidos de licença, férias, aposentadoria, entre outros;
- * Controlar convênios dos servidores públicos da Câmara Municipal;
- * Supervisionar as atividades de recrutamento e seleção de pessoal, de acordo com as deliberações da Presidência ou da Diretoria Administrativa.
- * Encaminhar à publicação os resultados de concursos públicos.
- * Preparar os atos de nomeação de pessoal.
- * Preparar a lavratura de atos referentes à pessoal.
- * Providenciar a identificação, matrícula e expedição de carteiras funcionais aos servidores.
- * Organizar a lotação numérica dos servidores.
- * Executar outras atividades correlatas, bem como as tarefas que lhe forem atribuídas por seus superiores hierárquicos.

CONTADOR

- * Promove o controle, conferência, classificação e contabilização das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Câmara Municipal;
- * Cuida da elaboração e execução do Orçamento da Câmara;
- * Promove a execução do Controle Interno da Câmara e prestação de contas;
- * Escritura analiticamente os atos ou fatos administrativos, efetuando os correspondentes lançamentos contábeis, para possibilitar o controle contábil e orçamentário;
- * Contabiliza os documentos, analisando-os e processando-os, para assegurar a observância do plano de contas adotado;
- * Promove a prestação, acertos e conciliação de contas em geral, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis;
- * Elabora o balanço anual da Câmara Municipal;
- * Elabora a prestação de contas para apreciação da Câmara Municipal e remessa ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- * Escritura livros contábeis;
- * Faz a escrituração sintética e analítica dos lançamentos relativos às operações contábeis, visando demonstrar a receita e despesa;
- * Examina empenhos de despesa, verificando a classificação e a existência de recursos nas dotações orçamentárias, para o pagamento dos compromissos assumidos;
- * Supervisiona os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis, utensílios e instalações, ou participar destes trabalhos, adotando os índices indicados em cada caso,

para assegurar a aplicação correta das disposições legais pertinentes;

- * Organiza, elabora e assina balancetes, balanço e demonstrativos contábeis, relativos à execução orçamentária e financeira, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da Administração do Legislativo Municipal;
- * Elabora relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da Câmara;
- * Efetua os controles de gastos em conformidade com as normas legais;
- * Promove o recebimento das importâncias devidas à Câmara;
- * Efetua o pagamento da despesa, de acordo com as disponibilidades de erário;
- * Efetua os recebimentos e elabora o respectivo documento de quitação;
- * Efetua o pagamento das despesas devidamente autorizadas;
- * Procede à guarda, conferência e controle sistemático do numerário e valores de Caixa;
- * Controla o movimento financeiro, através do sistema informático instalado na Tesouraria, se houver;
- * Mantém o controle de depósitos e retiradas bancárias, mantendo em dia as fichas controle de contas;
- * Arquiva os documentos pertinentes às movimentações financeiras;
- * Executa outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por Resolução ou regulamento em matéria financeira;
- * Exerce outras atividades correlatas.

CONTROLADOR INTERNO

- * Acompanhar a legalidade dos atos de execução orçamentária de forma prévia, concomitante e subsequente aos fatos.
- * Acompanhar a execução contábil, financeira, operacional e patrimonial quanto à legalidade, legitimidade, economicidade na administração dos recursos e bens públicos.
- * Acompanhar o cumprimento dos limites de gastos do Poder Legislativo Municipal e o cumprimento das medidas adotadas para retorno das despesas de pessoal aos limites estabelecidos no regulamento jurídico.
- * Elaborar e submeter previamente ao Chefe do Poder Legislativo programação de auditorias internas, inclusive com a possibilidade de solicitação de contratação de terceiros.
- * Realizar inspeções e auditorias ou acompanhá-las para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos e avaliar os resultados.
- * Manifestar-se, expressamente, sobre as contas anuais, atestando ao Chefe do Poder Legislativo que tomou conhecimento das conclusões nelas contidas.
- * Encaminhar ao Tribunal de Contas Relatório de Auditoria e manifestação sobre as contas anuais do Chefe do Poder Legislativo, com indicação das providências adotadas e a adotar para corrigir eventuais ilegalidades ou irregularidades, ressarcir danos causados ao erário ou evitar a ocorrência de novas falhas semelhantes.
- * Sugerir ao Chefe do Poder Legislativo a instauração de Tomada de Contas Especial, nos caso de identificação e ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário.
- * Assinar, por seu titular, o Relatório de Gestão Fiscal e Resumido da Execução Orçamentária de que tratam os artigos 54 e 55 da lei complementar nº 101/2000.
- * Emitir, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, relatório circunstanciado sobre os trabalhos realizados e encaminhá-lo ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
- * Elaborar Instruções Normativas nas questões que visem à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, com o consentimento do Chefe do Poder Legislativo.

Anexo V

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- * Recepcionar visitantes e hóspedes oficiais da Câmara, conduzindo-os à Presidência e prestando-lhes o apoio necessário durante a sua permanência na Casa.
- * Organizar e manter atualizado cadastro contendo nomes, telefones e endereços de autoridades e instituições de interesse da Câmara.
- * Manter-se atualizado sobre o completo funcionamento da Câmara com o objetivo de prestar informações aos jornais, visitantes e interessados.
- * Desenvolver programas de visitação de alunos de estabelecimentos públicos de ensino às dependências da Câmara como forma de ensinar aos educandos a estrutura político-administrativa do país.
- * Desenvolver outros programas que proporcionem uma maior integração entre a Câmara e a comunidade;
- * Promover a realização das atividades de divulgação, imprensa e relações públicas da Câmara;
- * Promover as informações das atividades da Câmara ao público.
- * Organizar os registros relativos às audiências, visitas, conferências e reuniões de que devam participar a Presidência ou seu representante.
- * Apreciar a relação Câmara/público, sugerindo medidas para melhorá-la.
- * Programar solenidades, expedir convites, controlar protocolo e anotar todas as providências necessárias ao cumprimento dos programas.
- * Acompanhar as sessões para anotações necessárias à expedição de release das atividades desenvolvidas na sessão.
- * Emitir releases das sessões da Câmara à Imprensa, visando à maior divulgação dos atos de interesse da comunidade.
- * Divulgar a Imprensa as atividades sociais em que a Presidência representou ou fez representar a Câmara.
- * Manter arquivo de recortes de jornais contendo matérias em que figurem a Câmara, seu trabalho, seus componentes.
- * Providenciar, na Imprensa, retificação de textos de atos publicados ou de matérias que não condigam com a verdade.
- * Programar e divulgar as atividades sociais internas da Câmara.
- * Preparar matérias para divulgação a imprensa referentes às proposições e pronunciamentos dos parlamentares.
- * Exercer outras atividades correlatas determinadas pela Presidência ou pela Secretaria Geral.

ASSESSOR DE GABINETE

- * Assessorar o vereador a quem estiver ligado nos assuntos relacionados ao Gabinete e nos trabalhos legislativos.
- * Planejar e supervisionar o controle de gastos do Gabinete do vereador a quem estiver ligado.
- * Assessorar o vereador a quem estiver ligado na elaboração das proposições e pronunciamentos, oferecendo-lhe subsídios necessários para os trabalhos legislativos.
- * Assessorar os vereadores na elaboração, redação e datilografia ou digitação de proposições, pronunciamentos e pareceres.
- * Acompanhar as sessões legislativas, assessorando o vereador a quem estiver ligado, disponibilizando os materiais por este solicitado durante as sessões.
- * Realizar pesquisas e estudos e preparar monografias, relatórios e demais documentos objetivando oferecer aos vereadores subsídios na elaboração de suas proposições e pronunciamentos.
- * Organizar a agenda diária do vereador a quem estiver ligado, mantendo-o sempre informado dos compromissos agendados.
- * Registrar e controlar as audiências, visitas, reuniões e outros compromissos em que os vereadores tenham interesse de participar.
- * Exercer outras atividades de assessoramento correlatas determinadas pelos parlamentares a quem estiver ligado.
- * Representar o vereador a quem estiver ligado quando este assim o solicitar em assuntos relacionados ao Gabinete.

- * Recepcionar os visitantes que adentrarem ao Gabinete do vereador a quem estiver ligado.
- * Manter o vereador a quem estiver ligado atualizado, informando-o de todos os fatos ocorridos em seu gabinete, prestando relatório semanal das ocorrências.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

- * Coordenar os trabalhos do Gabinete da Presidência.
- * Redigir correspondências diretamente ligadas ao Gabinete da Presidência.
- * Acompanhar a Presidência em atos oficiais da Câmara de Vereadores quando solicitado.
- * Supervisionar os trabalhos afetos ao Assessor de Comunicação Social e seus subordinados.
- * Executar outras atividades correlatas determinadas pela Presidência.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.
- * Coordenar atividades de planejamento estratégico da Câmara de Vereadores.
- * Gerenciar a execução das metas previstas no plano estratégico.

COORDENADOR FINANCEIRO

- * Dirigir a área sob sua responsabilidade, planejando, coordenando e controlando o desenvolvimento das atividades, em observância à legislação aplicável, bem como às deliberações da Mesa Diretora e às portarias do Presidente;
- * Efetuar permanente avaliação do desempenho setorial com relação ao alcance dos objetivos e desenvolvimento das atribuições propostas.
- * Coordenar o Setor Financeiro da Câmara Municipal.
- * Manifestar-se nos processos administrativos de ordem financeira.
- * Exercer o controle da execução do Orçamento da Câmara.
- * Acompanhar demonstrativos mensais, balancetes, balanços e prestação de contas da Câmara.
- * Acompanhar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Poder Legislativo do município.
- * Acompanhar os atos e fatos de natureza contábil e elaborar os demonstrativos financeiros correspondentes.
- * Executar outras atividades correlatas às acima descritas, a critério da Presidência da Câmara.
- * Assessorar o Secretário da Mesa da Câmara no que lhe couber.
- * Manter atualizado cadastro de informações funcionais e outros dados relativos a servidores, vereadores e funcionários terceirizados.
- * Prestar informações em requerimentos dos servidores, de acordo com os dados extraídos das fichas funcionais e a legislação pertinente.
- * Elaborar empenho das despesas e ordens de pagamento e controlar o saldo das dotações orçamentárias.
- * Efetuar pagamentos de notas fiscais, faturas, carnês e demais documentos financeiros da Câmara.
- * Preparar documentos e relatórios com vistas ao controle financeiro e orçamentário da Câmara.
- * Submeter ao exame da Presidência o resultado de concorrências, tomadas de preço e outras modalidades.
- * Receber, registrar e controlar o numerário transferido pela Prefeitura, mantendo-o em conta corrente bancária.

PROCURADOR GERAL

- * Emitir, quando solicitado pela Presidência e/ou Mesa Diretora, Pareceres sobre assuntos relacionados à edilidade.
- * Assessorar a Presidência e a Mesa Diretora em matérias de interesse da Câmara, oferecendo sugestões tendentes a solucionar problemas relacionados à edilidade.

- * Assessorar, quando solicitado, as Comissões Especiais e Permanentes da Câmara de Vereadores.
- * Representar a Câmara de Vereadores em processos administrativos, judiciais e extrajudiciais em que esta figure como autora, ré, oponente ou assistente.
- * Preparar informações a serem prestadas em mandados impetrados contra atos da Mesa Diretora, Presidência ou Vereança.
- * Manter a Presidência informada dos processos em andamento, providências adotadas e despachos proferidos.
- * Exercer outras atividades correlatas ao assessoramento jurídico da Câmara de Vereadores.

DIRETOR ADMINISTRATIVO

- * Representar e prestar assistência ao Presidente da Câmara nas funções político-administrativas.
- * Superintender a Administração da Câmara Municipal.
- * Manter relações públicas e de contato com o público e demais poderes.
- * Prestar atendimento burocrático ao Gabinete da Presidência.
- * Preparar, encaminhar e acompanhar as mensagens do Poder Legislativo ao Poder Executivo quando indicado.
- * Exercer as atividades ligadas à Administração Geral da Câmara, especialmente no que se refere a (à) (ao):
 - a) permissões e autorizações;
 - b) pessoal e recursos humanos;
 - c) licitações, compras, material e almoxarifado;
 - d) manutenção de móveis, máquinas, equipamentos e veículos.
- * Preparar minutas de atos oficiais.
- * Registrar e fazer publicar atos oficiais.
- * Acompanhar e colaborar na elaboração do orçamento programa e do orçamento plurianual de investimento, bem como da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- * Exercer outras atividades ligadas à Administração do Poder Legislativo por ato expresso do Presidente da Câmara.
- * Zelar pelo patrimônio do Legislativo municipal.

COORDENADOR DE PATRIMÔNIO

- * Realizar o cadastramento e tombamento dos bens patrimoniais, bem como manter o controle da distribuição.
- * Promover a avaliação e reavaliação dos bens móveis e imóveis para efeito de alienação, incorporação e seguro.
- * Manter atualizado o registro de bens móveis e imóveis da Câmara Municipal, efetuando as transferências e reaproveitamento dos mesmos.
- * Identificar os bens móveis procedendo à afixação de plaquetas.
- * Realizar verificações sob responsabilidade dos diversos setores quanto à mudança de responsabilidade.
- * Comunicar e tomar providências cabíveis nos casos de irregularidades constatadas.
- * Realizar inspeção e propor a alienação dos móveis inservíveis ou de recuperação antieconômica.
- * Realizar o inventário mensal e anual dos bens patrimoniais.
- * Realizar o inventário periódico dos bens móveis existentes nos gabinetes dos vereadores em exercício e no momento em que ocorrer seu afastamento ou licenciamento.
- * Emitir relatórios administrativos mensais, devendo, os mesmos, serem encaminhados ao Gabinete da Presidência, Controle Interno/Contabilidade e Procuradoria Jurídica.
- * Efetuar o registro dos bens móveis e imóveis no banco de dados nos Sistema Patrimonial.
- * Conferir e receber todos os bens permanentes adquiridos.
- * Orientar sobre a utilização dos materiais permanentes.
- * Realizar a manutenção preventiva, corretiva e emergencial dos bens móveis e imóveis da Câmara.
- * Cumprir as exigências da Portaria TC-61/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, bem como outras leis, Resoluções,

Decretos ou Portarias relacionados ao patrimônio público.

- * Executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

OUVIDOR

- * Exercer a função de representante do cidadão no Poder Legislativo.
- * Gerenciar a análise e o encaminhamento das solicitações, sugestões, críticas e reclamações ao órgão competente para providências cabíveis, tendo por objetivo assegurar qualidade, agilidade, presteza, satisfação, respeito e atenção integral ao cidadão, na qualidade de um ser humano portador de direitos.
- * Solicitar informações ou cópia de documentos a qualquer setor ou servidor da Câmara.
- * Acompanhar o processamento das solicitações, sugestões, críticas e reclamações no órgão competente.
- * Orientar e encaminhar os cidadãos aos órgãos ou entidades competentes, nos casos em que a demanda apresentada não estiver inserida na esfera de atribuições.
- * Encaminhar o recebimento e o cadastramento das solicitações, sugestões, críticas e reclamações apresentadas pessoalmente, por carta, pro telefone ou por qualquer outro meio de comunicação aos seus respectivos destinatários.
- * Manter sigilo sobre denúncias e reclamações que receber, bem como sobre sua fonte, assegurando a proteção dos denunciantes, quando requerer o caso ou assim for solicitado.
- * Organizar os mecanismos e canais de acesso dos interessados à Ouvidoria.
- * Facilitar o amplo acesso do usuário aos serviços da Ouvidoria, simplificando seus procedimentos e orientando os cidadãos sobre os meios de formalização das mensagens a serem encaminhadas à Ouvidoria Legislativa Municipal.
- * Conhecer as opiniões e necessidades da sociedade para sugerir à Câmara Municipal as mudanças por ela desejadas.

Art. 5 º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI Nº 3040 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

LEI Nº 3040 DE 02 DE OUTUBRO DE 2015

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes
 UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes
 Função: 06 – Segurança Pública
 Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar
 Subfunção: 181 – Policiamento
 1.079 – Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar
 Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos
 02 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

T O T A L
 R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes
 UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes
 Função: 06 – Segurança Pública
 Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar
 Subfunção: 181 – Policiamento
 1.074 – Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMREBOM
 Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos
 01 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes
 UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes
 Função: 06 – Segurança Pública
 Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar
 Subfunção: 181 – Policiamento
 2.102 – Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM
 Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos
 04 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

T O T A L
 R\$ 150.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 02 de Outubro de 2015.
 Roberto Carlos de Souza
 PREFEITO

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 02 de Outubro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI Nº 3041 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015 - LDO/2016 LEI Nº 3041 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

“Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2016 e dá outras providências.”

O Povo de Navegantes, por seus representantes aprovou e eu, ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Orçamento do Município de Navegantes, para o exercício de 2016, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018 de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, que contera ainda:

- I - Demonstrativo I – Metas Anuais, compreendendo:
 - a) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;
 - b) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;
 - c) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
 - d) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
 - e) Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública.
- II - Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior.
- III – Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.
- IV – Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido.
- V – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos.
- VI – Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social.
- VII – Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.
- VIII – Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 3º - Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, juntamente com medidas e providências a serem tomadas, no caso de serem concretizadas, estão identificados no Anexo de Riscos Fiscais, constante desta lei, que contera Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

Art. 4º - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal

para o exercício de 2016, concernentes a Receita Corrente Líquida, Gastos com Pessoal, Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, são as dispostas nos Anexos Complementares desta lei, que conterão:

- I – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- II – Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Poderes Executivo e Legislativo);
- III – Demonstrativo das Receitas de Impostos e Prioridades das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- IV – Demonstrativo das Receitas de Impostos e Prioridades das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos em Saúde.

CAPÍTULO III

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 5º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016, são aquelas definidas no artigo 2º desta lei.

Art. 6º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a receita prevista e a despesa fixada, de forma a preservar a suficiência de caixa e o equilíbrio orçamentário e financeiro.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho, a liquidação e o pagamento da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar e o respectivo pagamento;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2º - As categorias de programação de trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades

ou operações especiais.

Art. 8º - O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, compreendendo suas autarquias, fundos e fundações abaixo descritas, e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional da Administração Pública Municipal.

- I – Fundo Municipal de Saúde;
- II – Fundo Municipal de Assistência Social;
- III – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV – Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros;
- V – Fundação Municipal de Cultura;
- VI – Fundação Municipal de Esportes;
- VII – Fundação Municipal do Meio Ambiente;
- VIII – Fundação Municipal de Vigilância;
- IX – Fundação Hospitalar Municipal;
- X – Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes.

Art. 9º - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial nº 163/2001, Portaria Conjunta da STN nº 01/2010, Portaria Conjunta nº 02/2010 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária;
- V - Programa de Trabalho;
- VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;
- VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;
- VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos;
- IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- X - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;
- XI - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- XII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;
- XIII - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;
- XIV - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- XV - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2016;
- XVI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;
- XVII - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2016;
- XVIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2016.

Art. 10 - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

- I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte

na Composição da Receita Total;
II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;
III - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
IV - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações e Serviços Públicos de Saúde;
V - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 30/06/2015;

Art. 11 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a, pelo menos, 0,5 % da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2016.

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 12 - Os Orçamentos para o exercício de 2016 e as suas execuções obedecerão, entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2016 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 14 - Se a receita estimada para 2016, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas despesas destinadas à:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da Margem Líquida de Expansão constante do Demonstrativo VIII do Anexo de Metas Fiscais desta lei, observando-se o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo de

Riscos Fiscais, no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso concretizados, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, bem como do excesso de arrecadação, se houver, e do superávit financeiro do exercício de 2015;
§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 - Os orçamentos para o exercício de 2016 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 0,5 % da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual 2014/2017.

Art. 20 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2016 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64, será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 - As renúncias de receitas, estimadas para o exercício financeiro de 2016, são as constantes do Demonstrativo VII, desta lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I, da LRF).

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiarão somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, ambiental e de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerão de autorização em lei específica.

§ 1º - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas nos prazos estabelecidos pela Instrução Normativa UCCI nº 002/2011 (60 dias), contados a partir da data

do recebimento dos recursos.

Art. 24 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2016, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 25 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Art. 26 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 27 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 28 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 29 - Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, mediante decreto, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016 extraídas do PPA – Plano Plurianual 2014/2017 e constantes desta lei.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da administração municipal, observando-se a legislação e normas específicas acerca da matéria.

Art. 31 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal de Vereadores até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2016 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% da Receita Corrente Líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 34 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 33 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 15, desta lei.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão, no exercício de 2016, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016 ou em créditos adicionais.

Art. 37 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Navegantes, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 40 - Os projetos de lei e medidas provisórias relacionadas a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, deverão ser acompanhados de:

- I - declaração do proponente e do ordenador de despesas, com as premissas e metodologias de cálculo utilizadas, conforme estabelecem os arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº. 101, de 2000; e
- II - simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta, destacando ativos e inativos;

Parágrafo único: Os projetos de lei ou medidas provisórias previstos

neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios anteriores à sua entrada em vigor.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 42 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 43 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas previstas no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município e na Emenda à Lei Orgânica nº 017/2005, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo;

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 45 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 46 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 47 - São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único - A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 48 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual e participar de consórcios intermunicipais através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2016.

Art. 49 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 50 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 14 DE OUTUBRO DE 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

NAVEGANTES-SC., 14 DE OUTUBRO DE 2015.

SILVANA MARIA FRANCISCO
Secretária de Administração e Logística

‘DECRETO Nº 468 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ: 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 468 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014: DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do superávit financeiro do exercício de 2014, até o valor de R\$ 48.500,00 (Quarenta e Oito Mil e Quinhentos Reais) da fonte de recursos abaixo discriminada, para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 30000 – Superávit Financeiro/2014 – Recursos Ordinários

08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

01 – Procuradoria Geral do Município

03.092.0004 – 2.013 – Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município

297 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 21.500,00

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 – Diretoria do Tesouro

04.123.0006 – 2.019 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro

298 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 27.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 15 de Outubro de 2015.

Silvana Maria Francisco
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 008 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

TRANSFERE FERIADO QUE ESPECIFICA

A PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 38 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo.

Art. 1º O feriado do dia 28 de outubro de 2015, alusivo ao Dia do Servidor Público, que cairá em uma quarta-feira, será transferido para o dia 30 de outubro de 2015, sexta-feira.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Navegantes - SC, 15 de outubro de 2015.

NORMA ESPINDOLA

PRESIDENTE

JULGAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01/2015**JULGAMENTO**

Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2015.

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar irregularidades atribuídas a GIOVANA INÁCIA DUARTE:

1. ACATO o relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;
2. ACRESCENTO que a servidora pública investigada ocupou o cargo de "Secretário Legislativo" por um curto período, ou seja, do dia 05 de janeiro de 2015 até o dia 16 de do mesmo mês e ano. Apurou-se que, nenhum dos seus atos administrativos realizados pela servidora teve efeitos perante terceiros. Não há prova acerca de má-fé. Pelo contrário, a servidora exerceu suas funções e afirmou não ter conhecimento acerca da irregularidade.

Os administradores possuem a prerrogativa de anular ou declarar a nulidade dos atos administrativos praticados, nos termos da Súmula 473 do STF. Repete-se que, a exoneração ocorreu em curto espaço de tempo, sendo desnecessário anular a nomeação e exoneração. A boa-fé da servidora é evidente ao passo que, manifesta seu interesse em proceder à devolução dos valores percebidos, não obstante a desnecessidade de obrigação em fazê-lo, diante do fato de ter efetivamente exercido suas funções. Ainda, acerca do exercício das funções, registra-se que a servidora cumpriu 06 (seis) horas por dia, nos termos do art. 13 da Lei Complementar n. 170/2013, e, por determinação desta Presidência. Nos dias em que não houve registro do ponto, ou o aparelho registrador estava inoperante ou a servidora realizou suas atividades fora da sede da Câmara Municipal.

Desta feita, realizada a devolução dos valores recebidos, a inexistência de dano ao erário é indiscutível. Além disso, o desempenho das funções não trouxe efeitos externos ao Poder Legislativo.

Outro fator importantíssimo a ser destacado, especificamente, no que se refere a nomeação da servidora é que, a Câmara Municipal possui dois servidores efetivos que exercem funções relacionadas com os trabalhos legislativos (Assessor Legislativo e Assistente Legislativo).

O servidor público Solon Manoel Costa, que ocupa o cargo de assistente legislativo na época da nomeação estava gozando férias. No mês de janeiro deste ano, alguns processos legislativos tramitaram na Câmara Municipal, o que impôs a nomeação de um servidor para ocupar o cargo de "Secretário Legislativo". Ou seja, a nomeação se deu para suprir a necessidade temporária de excepcional interesse público.

3. AUTORIZO o ressarcimento pleiteado.

4. Por tais motivos, bem como de tudo que consta nos autos, DECIDO isentar a servidora de responsabilidade e de pena, e, extingo o procedimento com resolução do mérito;

5. DETERMINO que:

- O setor de contabilidade apure os valores recebidos pela servidora Giovana Inácia Duarte durante o período em que ocupou o cargo de "Secretário Legislativo" (05/01/2015 até 16/01/2015), bem como realize todos os procedimentos contábeis necessários para a formalização da devolução;

- Havendo ressarcimento, o setor de contabilidade, da mesma forma, deve certificar, e, apresentar os respectivos documentos, para fins de comprovação nos autos deste procedimento.

Publique-se. Comunique-se. E, posteriormente, archive-se.

Navegantes, 09 de outubro de 2015.

Norma Espíndola

Presidente

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 214/2015 - NOMEIA APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO 002/2015

DECRETO Nº 214, de 15 de outubro de 2015.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados no concurso público realizado no exercício de 2015, Edital nº 002/2015:

| NOME | CARGO | CARGA HORÁRIA |
|----------------------------|-----------------------------|-------------------|
| Juliana Machado dos Santos | Auxiliar de Serviços Gerais | 40 horas semanais |

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 15 de outubro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 717/2015 (CORRETA)

PORTARIA Nº 717/ 2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 200/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", ROZIANI HINGRID TELL ERBS, matrícula nº 6595, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 08 de agosto de 2015 a 05 de novembro de 2015, em substituição a Titular Maria Aparecida Bittencourt, afastada conforme Portaria nº 706/2015 (Readaptação).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 e agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e Publicada a presente Portaria em 08 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ROZIANI HINGRID TELL ERBS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 173, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 043.014.419-99, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, e em função da suspensão judicial do Concurso Público Municipal nº 001/2007, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 40 (quarenta) horas semanais (Ensino Fundamental – Anos Iniciais), na E. E. F. Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Maria Aparecida Bittencourt, afastada conforme Portaria nº 706/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.304,18 (dois mil trezentos e quatro reais e dezoito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 08 de agosto de 2015 a 05 de novembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência,

bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (quatro) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 08 de agosto de 2015.

Luiz Carlos Orsi **Roziani Hingrid Tell Erbs**
Secretário Municipal de Educação **Contratada**

Registrado e publicado o presente contrato, 08 de agosto de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N° 937/2015 "A"

PORTARIA N° 937/ 2015 "A"

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a Servidora Pública Municipal SONIA MARIA DE SOUZA, matrícula nº 931, concursada no cargo de Psicóloga, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de outubro de 2015, por motivo de aposentadoria por tempo de serviço.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de outubro de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N° 950/2015

PORTARIA N° 950/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 911/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 138/2015, ELAINE APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº 6893, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 06 de outubro de 2015 a 04 de dezembro de 2015, em substituição a titular Verônica Bernardete Wisintainer Bottameli, afastada conforme Portaria nº 948/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 14 de outubro de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 14 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELAINE APARECIDA DE SOUZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 1498, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 915.190.129-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação

Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição a titular Verônica Bernardete Wisintainer Bottameli, afastada conforme Portaria nº 948/2015 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 de outubro de 2015 a 04 de dezembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 06 de outubro de 2015.

Luiz Carlos Orsi Elaine Aparecida de Souza
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 06 de outubro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 106/2015 – Concorrência nº 003/2015 – SRP 035

Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para contratações futuras, destinadas ao suprimento da Secretaria Municipal de Saúde desta Municipalidade - Postos de Saúde, Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição e SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, constantes da listagem do ANEXO I, parte integrante deste Edital, contendo a discriminação dos medicamentos e seus quantitativos estimados, locais, horário e condições de entregas e recebimentos, bem como as demais normas de transporte e sanitária, quando exigida.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 20/11/2015 até as 9:30 horas. Abertura: 20/11/2015 as 9:30 horas Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 e 48.32673211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 097/2015

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 097/2015

Origem: Processo Licitatório nº 094/2015. Modalidade: Tomada de Preços nº 010/2015. Homologação: 18/09/2015. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EMIRADOS LTDA ME, estabelecida a Rua 8 de Agosto, nº 353, Bairro Cascata, cidade de Nova Trento/SC, CNPJ/MF nº 20.455.070/0001-41. Objeto do Contrato: Execução de serviços com fornecimento de material, para implantação do Projeto Urbano de Trânsito – Canteiros, em diversas ruas no centro do município de Nova Trento/SC, incluindo mão de obra e equipamentos necessários. Rescisão amigável do contrato citado acima. Data da Rescisão: 05/10/2015.

Nova Trento, 05 de outubro de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito em Exercício

Orleans

PREFEITURA

3.880

DECRETO Nº 3.880 DE 09 DE OUTUBRO DE 2015.

ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO que A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei (art. 165, § 8.º da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n.º 2592/2014, estabelece que O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos; ... II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas (art. 10, II);

CONSIDERANDO que o art. 7.º, I da Lei Federal 4320/64, preconiza que A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para: I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43;

CONSIDERANDO que Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo (art. 42, da Lei Federal n.º 4320/64);

CONSIDERANDO que o art. 9.º da Lei Municipal n.º 2592/2014 apenas veda o Executivo Municipal de remanejar por decreto, dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada Projeto, atividade ou operações especiais, necessitando de autorização legislativa;

CONSIDERANDO que o remanejamento de dotação ocorre quando se pretende realocar créditos orçamentários dentro de uma mesma categoria de programação prevista na lei orçamentária anual ou entre uma categoria de programação e outra;

CONSIDERANDO que "créditos adicionais suplementares são aqueles destinados, como a própria lei define como reforços de dotação orçamentária";

CONSIDERANDO assim, que remanejamento de dotação é um instituto totalmente diferente de crédito adicional suplementar;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços públicos essenciais, que serão afetados, sofrendo solução de continuidade pela ausência de saldo de dotação orçamentária;

CONSIDERANDO que é gravíssimo para a Administração Pública ficar sem orçamento para dar cumprimento aos serviços públicos, fato que por via de consequência importará em prejuízos à população, que não pode ser afetada por revanchismos políticos;

CONSIDERANDO a necessidade de preservação da Supremacia do Interesse Público;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente, no valor de R\$ 130.000,00, a seguinte Dotação Orçamentária:

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

02.DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.023. Manutenção dos Serviços Urbanos

3.1.90.00 – Aplicações Diretas

.... R\$ 130.000,00

Art. 2º. A conta do recurso do artigo anterior, a Dotação Orçamentária abaixo, fica suplementada em R\$ 130.000,00, que com o

saldo já existente, passará a assim vigorar:

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA

02.DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

2.023. Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

.... R\$ 130.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 09 de outubro de 2015; 131 anos da Fundação e 102 anos da Emancipação Político Administrativo.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito Municipal de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

EDUARDO BERTONCINI

Secretário de Administração Interino.

PREGÃO PRESENCIAL 18/2015-SAMAE

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.18/2015

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.18/2015 cujo objeto é aquisição de tubos PVC para rede de esgoto sanitário. Entrega de documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 27 de outubro de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 na pagina do SAMAE no endereço www.samaeorleans.sc.gov.br e por e-mail: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE ORLEANS

TPO 118/2015

PROCESSO Nº 118/2015

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 101/2015

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE DRENAGEM, CALÇADAS, ESCADA E OBRAS NA RUA VALENTIM LUIZ CEOLIN CONFORME ANEXO.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 03/11/2015 às 14h:00min.

Abertura das Propostas: dia 03/11/2015, às 14h30min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada.

Orleans - SC, 15 de outubro de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2671

DECRETO Nº. 2671/2015

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotação e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 919/2014 de 02 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

| | | |
|--|-----|-----------|
| 11001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 10-301-1001-2.50 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde | | |
| 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 116 – Fonte 0138 | R\$ | 60.000,00 |
| Total | R\$ | 60.000,00 |

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado a seguinte dotação orçamentária:

| | | |
|--|-----|-----------|
| 11001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 10-301-1001-2.50 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde | | |
| 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 114 – Fonte 0138 | R\$ | 60.000,00 |
| Total | R\$ | 60.000,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 05 de Outubro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2672

DECRETO Nº. 2672/2015

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA FONTE 0108 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde - SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Mun. 919/2014, 02 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.948,71 (Seis mil, novecentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

| | | |
|---|-----|----------|
| 7001 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA | | |
| 15 – Urbanismo | | |
| 452 – Serviços Urbanos | | |
| 1502 – Serviços de Utilidade Pública | | |
| 2.37 – Manutenção dos Serviços Urbanos | | |
| Fonte – 0108 Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP | | |
| Despesa – 82 | | |
| 33900000 – Aplicações Diretas | R\$ | 6.948,71 |
| TOTAL GERAL | R\$ | 6.948,71 |

Art. 2º - Para suplementação de que trata a presente, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recurso - 0108 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP, apuradas até o presente momento, conforme Movimentação da Receita.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 08 de Outubro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário Mun. de Administração e Gestão

DECRETO Nº2673

Decreto Nº. 2673/2015

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotação e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 939/2015 de 14 de outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 135.500,00 (Cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|-----|------------|
| 7001 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA | | |
| 15-451-1501-1.36 – Urbanização de Vias Públicas | | |
| 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 77 – Fonte 0100 | R\$ | 1.000,00 |
| 17-512-1702-1.38 – Construção de Obras de Saneamento Básico | | |
| 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 86 – Fonte 0100 | R\$ | 34.500,00 |
| 26-782-2601-2.43 – Manutenção do Setor Rodoviário | | |
| 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 95 – Fonte 0100 | R\$ | 100.000,00 |
| Total | R\$ | 135.500,00 |

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados/anulado parcial ou total as seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|--|-----|------------|
| 3001 – SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO | | |
| 4-122-402-1.69 – Implantação do Programa Cidade Digital | | |
| 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Despesa 14 – Fonte 0100 | R\$ | 1.000,00 |
| 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Despesa 15 – Fonte 0100 | R\$ | 1.000,00 |
| 4-122-402-2.60 – Manutenção das Atividades da Administração, Gestão e Finanças | | |
| 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 18 – Fonte 0100 | R\$ | 7.500,00 |
| 9001 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | | |
| 28-843-2801-2.46 – Pagamento da Dívida Contratada | | |
| 4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas – Despesa 101 – Fonte 0100 | R\$ | 71.000,00 |
| 28-846-2802-2.48 – Pagamento de Precatórios | | |
| 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 103 – Fonte 0100 | R\$ | 15.000,00 |
| 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 104 – Fonte 0100 | R\$ | 40.000,00 |
| Total | R\$ | 135.500,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de Outubro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2674

DECRETO Nº. 2674/2015

ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSANE MINETTO SELIG, prefeita municipal de Ouro Verde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Fica Alterada os membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Publico 001/2015, composta pelos seguintes membros:

DOUGLAS COSTA CURTA – Presidente;
LEA CRISTINA CAVALLI MAQUES – Membro;
EMANOELA BENEDETTI CATAPAN – Membro;
MILTON LUIZ DE LARA SANTOS – Membro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Verde SC – SC, em 14 de Outubro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº939

LEI Nº. 939/2015

“Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotação e dá outras providências”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 135.500,00 (Cento e trinta e cinco mil e quinhentos reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|---|-----|------------|
| 7001 – SECRETARIA/COORD. DE INFRAESTRUTURA | | |
| 15-451-1501-1.36 – Urbanização de Vias Publicas | | |
| 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 77 – Fonte 0100 | R\$ | 1.000,00 |
| 17-512-1702-1.38 – Construção de Obras de Saneamento Básico | | |
| 4.4.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 86 – Fonte 0100 | R\$ | 34.500,00 |
| 26-782-2601-2.43 – Manutenção do Setor Rodoviário | | |
| 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 95 – Fonte 0100 | R\$ | 100.000,00 |
| Total | R\$ | 135.500,00 |

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados/anulado parcial ou total as seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|--|-----|------------|
| 3001 – SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO | | |
| 4-122-402-1.69 – Implantação do Programa Cidade Digital | | |
| 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Despesa 14 – Fonte 0100 | R\$ | 1.000,00 |
| 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Despesa 15 – Fonte 0100 | R\$ | 1.000,00 |
| 4-122-402-2.60 – Manutenção das Atividades da Administração, Gestão e Finanças | | |
| 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 18 – Fonte 0100 | R\$ | 7.500,00 |
| 9001 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO | | |
| 28-843-2801-2.46 – Pagamento da Dívida Contratada | | |
| 4.6.90.00.00 – Aplicações Diretas – Despesa 101 – Fonte 0100 | R\$ | 71.000,00 |
| 28-846-2802-2.48 – Pagamento de Precatórios | | |
| 3.1.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 103 – Fonte 0100 | R\$ | 15.000,00 |
| 3.3.90.00.00 – Aplicação Direta – Despesa 104 – Fonte 0100 | R\$ | 40.000,00 |
| Total | R\$ | 135.500,00 |

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 14 de Outubro de 2015.
ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Palhoça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 152-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 29 de outubro de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Trator e Roçadeira, para a Secretaria Municipal de Agricultura e da Pesca, e Serviço Autarquia de Água e Esgotamento de Palhoça –SAMAE, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste instrumento convocatório. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 15 de outubro de 2015. PREGOEIRA.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 064/2015

PORTARIA Nº 064/2015

Concede pensão por morte, em caráter integral a Valmir Pedro Barbosa e Bianca Maria da Silva Barbosa, dependentes presumidas da servidora inativa falecida, Alaene Terezinha Vital da Silva Barbosa, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal e dá outras providências.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Resolve,

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal ao senhor Valmir Pedro Barbosa, inscrito no CPF nº 612.980.189-00 e portador do RG nº 2.060.342-8, e para a menor Bianca Maria da Silva Barbosa, dependentes presumidos da servidora inativa Alaene Terezinha Vital da Silva Barbosa, falecida em 13/09/2015.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1320/01, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ 1º. O valor dos proventos será rateado em partes iguais entre os dependentes, conforme Art. 9º da Lei Municipal nº 1320/01.

§ 2º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar extinta a aposentadoria por Tempo de Contribuição concedida a servidora falecida nos termos da Portaria nº 028/2015.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 13/09/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 05 de outubro de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente da Autarquia

Maria Terezinha Broering Fernandes

Assistente Administrativo

Matrícula 300054-01

PORTARIA Nº 065/2015

PORTARIA Nº 065/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora Celina Scheidt.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Celina Scheidt, detentora da matrícula funcional nº 800019-01, inscrita no CPF sob o nº 534.611.189-15 e no PIS/PASEP sob o nº 1.700.183.544-5, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de outubro de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

Milton Luiz Espindola
Presidente da Autarquia

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente Administrativo
Matrícula 300010-01

PORTARIA Nº 066/2015

PORTARIA Nº 066/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público da servidora Anelia Mariano dos Santos.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Anelia Mariano dos Santos, detentora da matrícula funcional nº 800011-01, inscrita no CPF sob o nº 003.623.249-13 e no PIS/PASEP sob o nº 1.086.100.091-6, lotada na Secretaria da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de outubro de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

PORTARIA Nº 067/2015

PORTARIA Nº 067/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público do servidor Silvio Antonio Duarte.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor Silvio Antonio Duarte, detentor da matrícula funcional nº 500189-01, inscrito no CPF sob o 416.996.889-15 e no PIS/PASEP

sob o nº 106.987.753-65, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Artífice, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de outubro de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente

Ariana Vera da Rosa Tavares
Técnico Previdenciário
Matrícula 900048

PORTARIA Nº 068/2015

PORTARIA Nº 068/2015

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público do servidor João Celio Garcia.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor João Celio Garcia, detentor da matrícula funcional nº 500015-01, inscrito no CPF sob o 378.131.459-68 e no PIS/PASEP sob o nº 107.848.402-50, lotado na Secretaria Municipal da Receita, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 13 de outubro de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente

Ariana Vera da Rosa Tavares
Técnico Previdenciário
Matrícula 900048

PORTARIA Nº 069/2015

PORTARIA Nº 069/2015

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora Nilza Goreti de Souza Ferreira.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, a servidora Nilza Goreti de Souza Ferreira, detentora da matrícula funcional nº 122335-02, inscrita no CPF sob o Nº 475.764.139-72 e no PIS/PASEP sob o nº 121.327.782-07, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Série/Anos Iniciais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 13 de outubro de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares
Técnico Previdenciário
Matrícula 900048

PORTARIA Nº 070/2015

PORTARIA Nº 070/2015

Concede aposentadoria por Invalidez em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e declara a vacância do cargo público da servidora Odete Maria Virgílio.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por invalidez, em caráter Integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, a servidora Odete Maria Virgílio, detentora da matrícula funcional nº 125027-01, inscrita no CPF sob o Nº 341.948.949-87 e no PIS/PASEP sob o nº 105.811.965-86, lotada na Secretaria Municipal da Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por Invalidez em caráter integral, nos termos da Emenda Constitucional nº 70/2012 e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100,00% (cem por cento) da remuneração-de-contribuição, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 70/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/10/2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 13 de outubro de 2015.

Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espíndola
Prefeito Municipal Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos
Assistente administrativo
Matrícula 300010-01

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2015. Objeto: Registro de preços para a aquisição de combustíveis destinados aos veículos, máquinas, caminhões e ônibus da frota municipal. Tipo: Menor Preço unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 28 de outubro de 2015; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 28/10/2015. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 15 de outubro de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 048/2015

CONTRATO Nº 048/2015

Que entre si fazem o Município de Papanduva -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83 102 533/0001-01, com sede na Rua Sérgio Glevinski 134, em Papanduva - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua Leoberto Leal, 386 - centro - Papanduva - SC, inscrito no CPF 248.839.219-72 de ora em diante denominada de contratante e de outro lado CONSTRUTORA SAN REMO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 10.771.614/0001-20, com sede na Avenida Papa João XXIII, 278 - bairro São Cristovão - Papanduva/SC, neste ato representada pelo seu sócio diretor Sr. Rafael Sonaglio, CPF 047.951.019-90, residente e domiciliado em Papanduva, de ora em diante denominada de Contratado, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - Este contrato tem como objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia para elaboração de serviços técnicos de cálculos relacionados à contribuição de melhoria, objetos da Lei 050/2015, conforme solicitação da Comissão de Avaliação, nomeada pela portaria 7306 de 06 de agosto de 2015, com elaboração de ART (Atestado de Responsabilidade Técnica) dos serviços prestados e pagamento da referida taxa.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE ENTREGA

2 - O prazo de execução será até o dia 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total do presente instrumento é de R\$ 10.980,00 (dez mil, novecentos e oitenta reais), referente à aproximadamente 183 (cento e oitenta e três) cálculos.

3.2 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a

execução do objeto.

Parágrafo único: As despesas referentes à elaboração do objeto correrão por conta do contratado.

CLAUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 - Os recursos financeiros para o pagamento de que trata este objeto, serão próprios do contratante.

CLAUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5 - As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta do projeto atividade: nº 2.006 - Manutenção da Secretaria da Administração - elemento de despesa 33.90.00 - aplicações diretas.

CLAUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6 - Além das obrigações assumidas no presente Contrato, caberá também à CONTRATADA:

- fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com o cronograma proposto, os quais, como todos os documentos apresentados, passam a fazer parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição;
- manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- fornecer a qualquer tempo, mediante solicitação escrita da CONTRATANTE, informações adicionais que se fizerem necessárias acerca do objeto deste instrumento.

CLAUSULA SETIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

7 - Além das obrigações assumidas no presente Contrato, caberá também à CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento correspondente a execução do objeto em conformidade com a cláusula terceira;
- fornecer as informações necessárias à elaboração do objeto deste contrato.

CLAUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8 - O presente Contrato terá vigência a partir do dia 05 de outubro de 2015 até o dia 04 de dezembro de 2015, ou até a execução total do objeto, o que ocorrer primeiro.

CLAUSULA NONA - DO REAJUSTE

9 - Os valores constantes deste Contrato não serão reajustados.

CLAUSULA DECIMA - DA RESCISÃO

10.1 - Constituem motivos justos para rescisão deste contrato, pela contratante:

- Desídia da contratada no cumprimento das obrigações assumidas para com a contratante.
- A falta de cumprimento, pela contratada, de quaisquer obrigações inerentes a este contrato.
- As disposições previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2 - Constituem motivos justos para rescisão deste contrato pela contratada:

- A falta de cumprimento, pela contratante, de quaisquer obrigações inerentes a este contrato bem como o não atendimento as orientações da contratada.
- O atraso injustificado no pagamento dos serviços prestados, conforme o previsto na cláusula terceira deste contrato.
- As disposições previstas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Único: A CONTRATADA reconhece os direitos da

CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11 - Pela inexecução total ou parcial do presente Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo primeiro: Na impontualidade do pagamento por parte da CONTRATANTE, o valor será atualizado pela variação do INPC (na hipótese de extinção desse índice, por outro que venha a substituí-lo), e incidirá sobre o valor do débito a multa moratória de 2% (dois por cento), mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até o efetivo pagamento.

Parágrafo segundo: No caso de mora da CONTRATADA, essa arcará com multa moratória de 0,033% (zero vírgula zero trinta e três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela devida. Parágrafo terceiro: Pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual não abrangida nos parágrafos anteriores, fica estabelecida a multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, para a parte que infringir as cláusulas aqui prescritas, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes do inadimplemento.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DO FORO

12 - As partes se obrigam, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Contrato e seus anexos, e elegem o Foro da sede da CONTRATANTE, para a solução de questões decorrentes deste instrumento.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13 - O presente Termo de Contrato rege-se pela legislação brasileira, em especial ao Artigo 24, inciso I da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado, a analogia, os costumes e os princípios gerais de Direito.

E, por assim terem justo e contratado, assinam o presente instrumento, em quatro vias, de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com duas testemunhas presenciais.

Papanduva, 05 de outubro de 2015.

Dario Schicovski

Rafael Sonaglio

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

Ricardo Zenfe

Márcio Wisniewski

Matricula: 2675

Matricula: 50

CONTRATO Nº 049/2015

CONTRATO 049/2015

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde do Município de Papanduva/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 11.310.394/0001-09, com sede na Jacob Schadeck, 1207, Centro, em Papanduva/SC, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. Marli dos Santos da Cunha Ramos, brasileira, residente e domiciliada na Rua Alfredo Becker, S/N - centro - Monte Castelo/SC, inscrita no CPF 750.362.239-34, de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa M MOBILE EIRELI - EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob Nº 15.764.033/0001-85, com sede na Rua Eduardo Neidert, 1803 - Bairro Barro Preto - Rio Negrinho/SC, neste ato representado pelo Sr. Willian Patrick Heinecke, residente e domiciliado em Rio Negrinho/SC, inscrito no CPF sob Nº 068.685.309-19, de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 - Este contrato tem origem no Edital de Pregão n. 074/2015, no qual a contratada se compromete com o fornecimento de mobiliários para o CAPS de Papanduva, relativos aos itens 01, 02, 04, 05, 06 e 07, conforme especificações constantes na relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2.1 - A entrega deverá ser feita diretamente na sede do CAPS, sito a Rua Mafra, nº 1120, Papanduva/SC, conforme solicitação em até 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento da requisição ou pré empenho emitido pelo Fundo Municipal de Saúde;

2.2 - A entrega dos produtos será de acordo com o estabelecido no item anterior e nos quantitativos solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do projeto atividade nº 4.013 - Manutenção do PMAQ - elemento de despesa 44.90.00 - Aplicações Diretas.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

4 - Os recursos financeiros serão oriundos do orçamento vigente.

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ 5.204,00 (cinco mil, duzentos e quatro reais);

5.2 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

6 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

7 - A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da sua assinatura até a entrega total dos objetos ou até que se expire a garantia dos mesmos, quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega dos objetos, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

8.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

9 - O Fundo Municipal de Saúde ficará obrigado a:

a - promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

b - efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

10 - Nos termos da Legislação, o Fundo Municipal de Saúde poderá exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 074/2015,

indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

11.1 – Caso a Contratada não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a- Advertência;

b- Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c- Suspensão do direito de licitar junto ao Fundo Municipal de Saúde por até dois (02) anos;

d- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;

Parágrafo único: A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

11.2 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12 – Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13 – A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

14.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e no Edital, por parte da Contratada, assegurará ao Fundo Municipal de Saúde o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

14.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores:

14.2.1 – Unilateralmente, a critério exclusivo do Fundo Municipal de Saúde, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a – o atraso injustificado, a juízo da Administração, no fornecimento dos objetos licitados;

b – a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

c – o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

d – o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

e – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

f – a dissolução da empresa;

g – a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

h – razões de interesse público, de alta relevância e amplo

conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

i – a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

14.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

14.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

14.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA VINCULAÇÃO

15 – Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 074/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

16 – Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17 – Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva, 05 de outubro de 2015.

Marli dos Santos da Cunha Ramos
Pela Contratante

Willian Patrick Heinecke
Pela Contratada

Testemunhas:

Márcio Wisnievski
Matrícula: 50

Ricardo Zenfe
Matrículas: 2675

DECRETO Nº 2568, DE 15.10.2015 - DECLARA SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

DECRETO N. 2568, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Declara Situação Anormal caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município afetadas por GRANIZO – COBRADO: (13.213), conforme IN/MI 01/2012.

DARIO SCHICOVSKI, Prefeito do município de PAPANDUVA, no Estado de SANTA CATARINA, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas do inciso VI do Artigo 59, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº053, de 26 de fevereiro de 2014 que criou a COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC, e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e,

CONSIDERANDO:

I – Que no dia 13 de Outubro de 2015, por volta das 19 horas e 30 minutos, o Município de Papanduva teve sua área urbana e parte de área rural atingida por Queda de Granizo com duração média de 05 minutos;

II – Que na madrugada do dia 14 de outubro, ocorreram fortes

chuvas causando muitas enxurradas, como também outra queda de granizo, porém com menor intensidade;

III- Que em decorrência destes Eventos Climáticos, muitos moradores tiveram avarias nos telhados de suas residências, com significativos danos e prejuízos, bem como, por conta das enxurradas, causando estragos consideráveis nas estradas municipais, conforme consta no FIDE (Formulário de Informações de Desastres),

IV- Que o parecer da COMPDEC (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como - GRANIZO – COBRADE (1.3.2.1.3), conforme IN/MI nº 01/2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil), nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

REGISTRE-SE! PUBLIQUE-SE! CUMPRA-SE!

Gabinete do Prefeito, em 15 de outubro de 2015.

Dario Schicovski,
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e

publicado no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

MUNICIPIO DE PAPANDUVA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O Município de PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, torna público que serão abertas as inscrições ao Concurso Público para provimento de vagas para cargos públicos efetivos e emprego público do quadro de pessoal do MUNICIPIO DE PAPANDUVA, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 008 de 03/12/2003, Lei nº 1908, de 07/12/10 e demais legislações atinentes, de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

Os cargos, empregos e valores das taxas de inscrição, estão especificados abaixo:

Cargos de Nível Superior: Fonoaudiólogo, Psicólogo, Farmacêutico, Médico, Médico Pediatra, Médico Ginecologista, Médico Psiquiatra, Médico Oftalmologista, Médico Obstetra, Arquiteto Urbanista, Engenheiro Civil, Engenheiro Agrônomo, Assistente Social, Contador, Advogado e Enfermeiro - Valor da Inscrição R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais);

Cargos de Nível Médio ou Técnico: Fiscal de Tributos, Assistente Administrativo, Técnico em Enfermagem -ESF Nova Cultura, Técnico em Enfermagem - Demais ESFs, Técnico em Farmácia, Técnico em Higiene Dental, Auxiliar Administrativo, Assistente em Tributação e Fiscal de Obras, Agente da Autoridade de Trânsito, Assistente Contábil e Assistente de Recursos Humanos - Valor da Inscrição R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais);

Cargos de Nível Fundamental ou Alfabetizado: Auxiliar de Serviços Gerais - Secretaria de Infraestrutura, Auxiliar de Serviços Gerais - Demais Secretarias, Auxiliar Operacional (serviços de brigagem), Pedreiro, Motorista, Operador de Máquinas e Operador de Motoniveladora - Valor da Inscrição R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais);

Emprego Público de Nível Superior: Médico- Valor da Inscrição R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais);

Inscrições de: 21/10/2015 a 19/11/2015.

Data prevista para PROVA OBJETIVA: 20/12/2015 (matutino)

Data prevista para PROVA PRÁTICA: 17/01/2015 (matutino)

Inscrições e informações através dos sites: www.papanduva.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br.

Este Edital, em sua versão integral será publicado nos sites: www.papanduva.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br para que todos os interessados tomem conhecimento.

Papanduva/SC, 15 de Outubro de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito do Município de Papanduva

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 01/2015

O Município de PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, torna público que serão abertas as inscrições ao Processo Seletivo Público destinado ao preenchimento de vagas e formação reserva técnica, sob a forma de Emprego Público para atendimento do Programa de Estratégia de Saúde de Família - ESF do Município de Papanduva, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, art. 37, IX, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 1799/2007, Lei Municipal n.º 1803/2007, suas alterações e demais legislações atinentes, e de acordo com as seguintes disposições deste Edital.

Os cargos, empregos e valores das taxas de inscrição, estão especificados abaixo:

Emprego Público de Nível Fundamental ou Alfabetizado: Agente Comunitário de Saúde (Diversas Microrregiões) - Valor da Inscrição R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais);

Inscrições de: 21/10/2015 a 19/11/2015.

Data prevista para PROVA OBJETIVA: 20/12/2015 (matutino)

Inscrições e informações através dos sites: www.papanduva.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br.

Este Edital, em sua versão integral será publicado nos sites: www.papanduva.sc.gov.br e www.nubesconcursos.com.br para que todos os interessados tomem conhecimento.

Papanduva/SC, 15 de Outubro de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito do Município de Papanduva

Penha

PREFEITURA

2411/2015

DECRETO Nº 2411/2015

FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o seguinte horário de expediente nas repartições públicas municipais:

– Das 12h00m as 18h00m.

Art.2º - Na Secretaria de Serviços Urbanos o horário de expediente será – Das 07h00m as 13h00m.

Art.3º - Ficam inalterados os horários de funcionamento dos serviços considerados essenciais correspondentes a área da saúde, coleta de lixo, coveiros, vigias, creches e escolas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir de 03 de novembro de 2015 até 04 de março de 2016, podendo ser prorrogado.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 15 de outubro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

2412/2015

DECRETO Nº. 2412/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 434.800,00 (QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS), NOS TERMOS DO ARTIGO 40,41,42 E 43, DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 E ARTIGO 11, 13 E 14 DA LEI MUNICIPAL 2734 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art.1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 434.800,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil e oitocentos reais), conforme art.11, 12 e 14 da Lei Municipal nº 2734/14 de 10 de dezembro de 2014, destinado à suplementar a seguinte dotação:

Órgão: 04 – Procuradoria Geral do Município

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo

Programa de Trabalho: 04.061.0003

Atividade: 2.005 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo

Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (011) – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Orçamento e Contabilidade

Programa de Trabalho: 04.123.0005

Atividade: 2.012 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Orçamento e Contabilidade

Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(037) – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Tributação e Cadastro

Programa de Trabalho: 04.123.0005

Atividade: 2.013 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Tributação e Cadastro

Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00(043) – Aplicações Diretas R\$ 1.800,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.022 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo

Recurso: 0.1.0001 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (064) – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.023 – Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental

Recurso: 0.1.0001 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (069) – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.365.0009

Atividade: 2.024 – Funcionamento e manutenção do Ensino Infantil/Creche

Recurso: 0.1.0001 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (081) – Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

Art.2º - A suplementação das dotações decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 04 – Procuradoria Geral do Município

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo

Programa de Trabalho: 04.061.0003

Atividade: 2.005 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo

Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (010) – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (012) – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Orçamento e Contabilidade
Programa de Trabalho: 04.123.0005
Atividade: 2.012 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Orçamento e Contabilidade
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00(038) – Aplicações Diretas
..... R\$ 6.000,00

Órgão: 06 – Secretaria da Fazenda
Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Tributação e Cadastro
Programa de Trabalho: 04.123.0005
Atividade: 2.013 – Funcionamento e manutenção do Departamento de Tributação e Cadastro
Recurso: 0.1.0000 – Recursos Ordinários
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00(044) – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.800,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo
Programa de Trabalho: 12.361.0009
Atividade: 2.022 – Funcionamento e manutenção do Departamento Administrativo
Recurso: 0.1.0001 – Recursos Ordinários
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (065) – Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (066) – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.361.0009
Atividade: 2.023 – Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental
Recurso: 0.1.0001 – Recursos Ordinários
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (073) – Aplicações Diretas
..... R\$ 250.000,00

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino
Programa de Trabalho: 12.365.0009
Atividade: 2.024 – Funcionamento e manutenção do Ensino Infantil/Creche
Recurso: 0.1.0001 – Recursos Ordinários
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (083) – Aplicações Diretas
..... R\$ 27.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 15 de outubro de 2015.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

AVISO DE REABERTURA TP07/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE REABERTURA DE ENVELOPES

TOMADA DE PREÇO Nº 07/2015 - PMP

Objeto: – A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção do Centro Educacional Esportivo no bairro Gravatá, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Abertura dos Envelopes de Proposta: 19/10/2015 às 09:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite – Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 15 de Outubro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

AVISO DE REABERTURA TP08/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE REABERTURA DE ENVELOPES

TOMADA DE PREÇO Nº 08/2015 - PMP

Objeto: – A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para reforma e ampliação da Escola Básica Municipal Rubens João de Souza, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Abertura dos Envelopes de Proposta: 19/10/2015 às 11:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 15 de Outubro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

AVISO DE REABERTURA TP09/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE REABERTURA DE ENVELOPES

TOMADA DE PREÇO Nº 09/2015 - PMP

Objeto: – A presente Licitação tem por objeto Prestação de Serviço de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para construção de Creche Municipal no bairro Gravatá, conforme projeto, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Abertura dos Envelopes de Proposta: 19/10/2015 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite– Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 15 de Outubro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES – Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 124/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2015 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015 -FMS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015- FMS

CONTRATADO: SERVTEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA ODONTOLÓGICA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

VALOR TOTAL: R\$ 54.600,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL E SEISCENTOS REAIS)

VIGÊNCIA: ATÉ 31/12/2015

PENHA, 15 DE OUTUBRO DE 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

Peritiba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PL 87-2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2015

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

PROCESSO LICITATÓRIO nº 87/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2014

1. DO OBJETO

Aditar à ata de registro de preços 08/2015 o reajuste de preços provocado pelo aumento do material conforme comprovantes apresentados pela contratada (NF 128.046 de 23/03/2015 e 140.263 de 18/09/2015), aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro previsto na lei 8.666/93 e no item 13 da ata 08/2015.

A partir desta data, o preço unitário passa a ser conforme a tabela abaixo:

| Item | Saldo Qtd. | Und | Especificação dos Produtos | Marca | % do aumento | R\$ Unt. Antes do Reajuste | Preço R\$ | |
|-------|------------|-----|---------------------------------|-----------|--------------|----------------------------|--------------------|-----------------------|
| | | | | | | | Unt. Após reajuste | Total após o reajuste |
| 63 | 7 | Und | Cartucho Panasonic KX - MB 1530 | Panasonic | 25,98% | 359,00 | 452,27 | 3.165,89 |
| Total | | | | | | | | 3.165,89 |

O Valor total estimado desta ata é de R\$ 3.165,89 (Três mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

Município de Peritiba, 13 de Outubro de 2015.

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 075/2015

DECRETO Nº. 075, de 14 de Setembro de 2015.
SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo de Saúde

Proj.Atividade– 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (20) Aplicações Diretas

Recursos - 00.01.0159 – Recursos Farmácia Básica - Estado
..... R\$ 7.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0159 – Recursos Farmácia Básica - Estado, na importância de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 14 de Setembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 076/2015

DECRETO Nº. 076, de 14 de Setembro de 2015.
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1617 de 12 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.1.90.00.00.00.00.00 – (06) Aplicações

Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários.
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º a importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração

Proj./Atividade – 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (09) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0132 – Recursos Ordinários.
..... R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 14 de Setembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 077/2015

DECRETO Nº. 077, de 15 de Setembro de 2015.
SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 86.084,58 (Oitenta e seis mil, oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras

Proj./Atividade – 2.032 – Pavimentação de Ruas Urbanas

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (106) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0152 – Convênios de Capital - Estado
..... R\$ 86.084,58

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0152 – Convênios de Capital - Estado, na importância de R\$ 86.084,58 (Oitenta e seis mil, oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 15 de Setembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 078/2015

DECRETO Nº. 078, de 15 de Setembro de 2015.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1617 de 12 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 13 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00.00 – (11) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0245 – Transferência IGD - Suas R\$ 1.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º a importância de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 13 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade 01 – Fundo de Assistência Social

Proj./Atividade – 2.013 – Manutenção do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (18) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0245 – Transferência IGD - Suas R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 15 de Setembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 079/2015

DECRETO Nº. 079, de 15 de Setembro de 2015.

CRIA CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLÂNDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade a Lei Municipal nº. 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 60.655,56 (Sessenta mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) com a seguinte classificação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo de Saúde

Proj.Atividade– 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (45) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0123– Recursos Vigilância Epidemiológica R\$ 37.994,83

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 03.0123– Recursos Vigilância Epidemiológica, constante do Balanço da Prefeitura Municipal de Petrolândia, na importância de R\$ 37.994,83 (Trinta e sete mil novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos).

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo de Saúde

Proj.Atividade– 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (46) Aplicações Diretas

Recursos - 00.03.0122– Recursos Vigilância Sanitária R\$ 22.660,73

Art. 3º. Para cobertura do Crédito Especial acima, utilizar-se-á recursos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior verificado na Fonte de Recurso 03.0122– Recursos Vigilância Sanitária, constante do Balanço da Prefeitura Municipal de Petrolândia, na importância de R\$ 22.660,73 (Vinte e dois mil seiscentos e sessenta reais e setenta e três centavos).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 15 de Setembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 080/2015

DECRETO Nº. 080, de 15 de Setembro de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo de Saúde

Proj.Atividade– 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00.00 – (35) Aplicações Diretas

Recursos - 00.01.0122 – Recursos Vigilância Sanitária R\$ 6.500,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0122 – Recursos Vigilância Sanitária, na importância de R\$

6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais).

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo de Saúde

Proj.Atividade– 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (11) Aplicações Diretas

Recursos - 00.01.0121 – Recursos Farmácia Básica-União
..... R\$ 3.500,00

Art. 3º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0121 – Recursos Farmácia Básica-União, na importância de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 15 de Setembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 081/2015

DECRETO Nº. 081, de 15 de Setembro de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 30.600,00 (Trinta mil e seiscentos reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade 01 – Departamento de Transportes e Obras

Proj./Atividade – 2.047- Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (144) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0032 – Recursos Vinculados COSIP
..... R\$ 30.600,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0032 – Recursos Vinculados COSIP, na importância de R\$ 30.600,00 (Trinta mil e seiscentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 15 de Setembro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 082/2015

DECRETO Nº. 082, de 01 de Outubro de 2015.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.617/2014, de 12 de dezembro de 2014 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 09 – FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Unidade 01 – Fundo Municipal da Agricultura

Proj./Atividade – 2.031 – Manutenção do Fundo Municipal da Agricultura

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (3) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.0080 – Recursos Ordinários
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.0080 – Recursos Ordinários, na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 01 de Outubro de 2015.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

LEI Nº 1.857, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

LEI Nº 1.857, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA AQUISIÇÃO DE GARRAFAS DE ALUMÍNIO PARA PORTAR ÁGUA, A FIM DE SEREM DOADAS AOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Executivo, autorizado a realizar despesa no valor de até R\$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais), para fazer frente aos dispêndios com aquisição de garrafas de alumínio para portar água, tipo SQUEEZE, e a doar aos professores da rede municipal de ensino por ocasião da passagem ao dia do professor.

Parágrafo único. As garrafas serão utilizadas pelos professores para "beber" água durante o horário de aulas, visando preservação das cordas vocais.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 15 DE OUTUBRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 329, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 329, DE 15 DE outubro DE 2015.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS Ao SERVIDOR CLAUDIR ZANELLA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor CLAUDIR ZANELLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, 20 (vinte) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/10/2013 a 01/10/2014, cujo gozo dar-se-á no período de 13 de outubro de 2015 a 01 de novembro de 2015, sendo que os 10 (dez) dias restantes serão convertidos em abono pecuniário.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de outubro de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 15 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 330, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 330, DE 15 DE outubro DE 2015.

EXONERA MÁRCIA REGINE SUMNY ZORTÉA DO EXERCÍCIO Da função temporária de PROFESSORA regente para educação infantil e ensino fundamental – área I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

Considerando que a servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora regente para educação infantil e ensino fundamental – área I, Ivania Beal Bressan, retornou a suas atividades;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, MÁRCIA REGINE SUMNY ZORTÉA, brasileira, inscrita no CPF nº 682.518.749-0, da função temporária de "PROFESSORA regente para educação infantil e ensino fundamental – área I", lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, nomeada através da Portaria 314, de 15 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14 de outubro de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 15 de outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 331, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 331, DE 15 DE Outubro DE 2015.

PRORROGA CONTRATO em caráter temporário DE keli granemann de oliveira - FUNÇÃO DE PROFESSORA regente para educação infantil e ensino fundamental – área I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade da Secretaria em cumprir com as horas de atividade para professor, conforme prevê a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008;

Considerando que a servidora já vem exercendo função em caráter temporário;

Considerando ter sido publicado edital para concurso público, a fim de serem supridas às necessidades em caráter efetivo,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de trabalho temporário de keli granemann de oliveira, brasileira, inscrita no CPF nº 077.458.979-55, PROFESSORA regente para educação infantil e ensino fundamental – área I, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, pelo prazo necessário à conclusão do concurso público que se encontra em andamento.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13 de Outubro de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 15 de Outubro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE INSCRIÇÃO Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES
COMISSÃO ELEITORAL

EDITAL DE INSCRIÇÃO nº 001/2015

Objeto: ABRE INSCRIÇÃO PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Período de Inscrições: De 26 de outubro até o dia 20 de novembro de 2015

Local: Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Data e Horário de Votação: 08 de dezembro de 2015, das 08 às 17 horas

Local de Votação: 01(uma) urna fixa na sede do FAP, localizado na sede da Prefeitura Municipal e 02 (duas) urnas itinerantes.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00, Fone: (47) 3387-7272, pelo e-mail: vivien.voigtlaender@pomerode.sc.gov.br, ou ainda pelo site www.pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 16 de Outubro de 2015.

VIVIEN VANESSA VOLKMANN VOIGTLAENDER

Presidente Comissão Eleitoral

CÂMARA MUNICIPAL

CARTA CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2015
CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 001/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM GRADIL COM COMPRIMENTO DE 154,51 METROS E RESPECTIVOS PORTÕES, A SER INSTALADO NO PERÍMETRO DO TERRENO DA CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO PRESENTE EDITAL DE LICITAÇÃO.

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 27/10/2015

Local: Setor de protocolo da Câmara Municipal de Pomerode

Abertura dos envelopes: 09:00 horas do dia 27/10/2015

O convite e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Secretaria da Câmara Municipal de Pomerode – AVENIDA 21 DE JANEIRO, 1777, CENTRO/POMERODE - SC., nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Pomerode SC, 16 de Outubro de 2015

JOSÉ AMARILDO DA SILVA

Presidente

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 036/2015 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 036/2015 – FAS
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para manutenção do CREAS.
Valor Total: R\$ 23.464,80 (vinte e três mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 015/2015 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de outubro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 037/2015 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 037/2015 – FAS
Partes: Município de Porto União e Mercado Koserá Ltda.
Objeto: Aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para manutenção do CREAS.
Valor Total: R\$ 25.593,25 (vinte e cinco mil quinhentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 015/2015 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de outubro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Mercado Koserá Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 038/2015 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 038/2015 – FAS
Partes: Município de Porto União e AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda.
Objeto: Aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para manutenção do CREAS.
Valor Total: R\$ 2.416,20 (dois mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 015/2015 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de outubro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 039/2015 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 039/2015 – FAS
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda.
Objeto: Aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para manutenção do CREAS.
Valor Total: R\$ 20.709,55 (vinte mil setecentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 015/2015 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de outubro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Supermercado Dukelli Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 040/2015 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 040/2015 – FAS
Partes: Município de Porto União e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.
Objeto: Aquisição de material de higiene, limpeza e gêneros alimentícios para manutenção do CREAS.
Valor Total: R\$ 1.862,40 (um mil oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 015/2015 - FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 01 de outubro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 059/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 059/2015 – EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Gente Seguradora S/A.
Objeto: Contratação de serviços de seguro para os veículos da Secretaria Municipal de Educação.
Valor Total: R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 011/2015 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 28 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Gente Seguradora S/A.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 078/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 078/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Prosaude Distribuidor de Medicamentos Ltda.
Objeto: Aquisição de material médico hospitalar para uso em procedimentos realizado nas Unidades Básicas de Saúde.
Valor Total: R\$ 2.884,00 (dois mil oitocentos e oitenta e quatro reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 007/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Prosaude Distribuidor de Medicamentos Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 079/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 079/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Starmed Artigos Médicos e Hospitalares Ltda.
Objeto: Aquisição de material médico hospitalar para uso em procedimentos realizado nas Unidades Básicas de Saúde.
Valor Total: R\$ 9.094,00 (nove mil e noventa e quatro reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 007/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Starmed Artigos Médicos e Hospitalares Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 080/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 080/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.
Objeto: Aquisição de material médico hospitalar para uso em procedimentos realizado nas Unidades Básicas de Saúde.
Valor Total: R\$ 2.122,00 (dois mil cento e vinte e dois reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 007/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 081/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 081/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Olimed Material Hospitalar Ltda.
Objeto: Aquisição de material médico hospitalar para uso em procedimentos realizado nas Unidades Básicas de Saúde.
Valor Total: R\$ 18.978,00 (dezoito mil novecentos e setenta e oito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 007/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 30 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Olimed Material Hospitalar Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 082/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 082/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
Objeto: Aquisição de material médico hospitalar para uso em procedimentos realizado nas Unidades Básicas de Saúde.
Valor Total: R\$ 5.931,25 (cinco mil novecentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 007/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 083/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 083/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Plasmedic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial EIRELI.
Objeto: Aquisição de material médico hospitalar para uso em procedimentos realizado nas Unidades Básicas de Saúde.
Valor Total: R\$ 23.162,00 (vinte e três mil cento e sessenta e dois reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 007/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Plasmedic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial EIRELI.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 084/2015 - SAÚDE

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 084/2015 - SAÚDE
Partes: Município de Porto União e Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
Objeto: Aquisição de material médico hospitalar para uso em procedimentos realizado nas Unidades Básicas de Saúde.
Valor Total: R\$ 748,00 (setecentos e quarenta e oito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 007/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de setembro de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 086/2015 - SAÚDE

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 086/2015 - SAÚDE

Partes: Município de Porto União e Carlos Antônio Tissiani.

Objeto: Locação de imóvel, situado na Rua Coronel Belarmino, nº 232, centro, neste município.

Valor Total: R\$ 4.213,60 (quatro mil duzentos e treze reais e sessenta centavos) mensais.

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Dispensa de Licitação 006/2015 - SAÚDE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 02 de outubro de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Carlos Antônio Tissiani.

Contratada

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Termo Aditivo, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Florianópolis/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Paulo Oliveira de Andrade

Diretor Regional

Carlos Henrique Richter

Gerente da Macrorregião Comercial – 4/VIENC

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 29 de setembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 195/2015 - PREFEITURA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 195/2015

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço 111/2011.

Partes: Município de Porto União e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 29/09/2015 até 29/09/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União

Unidade 0210 – Encargos Gerais do Município

Atividade 2033 – Encargos Gerais do Município

Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas

Cód. 133

Complemento 33903947 – Serviços de Comunicação em Geral

Nº. do Empenho: 8543/15

Data do Empenho: 219/09/2015

Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 007/2015 - SAÚDE**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 059/2015 – SAÚDE

Pregão Eletrônico 007/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Prosaude Distribuidor de Medicamentos Ltda,

Starmed Artigos Médicos e Hospitalares Ltda,

Altermed Material Médico Hospitalar Ltda,

Olimed Material Hospitalar Ltda,

Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda,

Plasmedic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial EIRELI e

Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

Porto União SC, 30 de setembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 016/2015 – EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 011/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Gente Seguradora S/A.

Porto União SC, 28 de setembro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2015 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 016/2015 – FAS

Pregão Presencial 015/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP,

Mercado Kosera Ltda,

AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda,

Supermercado Dukelli Ltda e

Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda – ME.

Porto União SC, 01 de outubro de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DISTRATO REFERENTE AO CONTRATO NR. 146/2015

EXTRATO DE DISTRATO REFERENTE AO CONTRATO
Nr. 146/2015

| | |
|--------------|--|
| CONTRATANTE: | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO |
| CONTRATADO: | BASE MED COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS |

| | | |
|---------|---|------------|
| OBJETO: | Falha nas quantidades contratadas dos medicamentos de urgência e emergência, fornecidos de forma fracionada, neste caso em ampolas, devido a falta de quantidade mínima por caixas é: | |
| | Item | Quantidade |
| | Medicamentos de Urgência e Emergência | |
| | 01 | 50 |
| | 02 | 120 |
| DATA: | 03 | 50 |
| | 14/10/2015 | |

Ademir Domingos Miotto
Secretário Municipal de Saúde e Bem-Estar Social interino

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2015

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 29 (vinte e nove) de outubro de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais permanentes, de expediente e consumo a fim de atender as atividades do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Presidente Castello Branco (SC), através do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS (Cofinanciamento Estadual dos Serviços de Proteção Social Básica) e Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, conforme especificações e quantitativos que seguem no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Marisa Petkov Talini

Prefeita Municipal em Exercício

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONTRATO Nº10/2015 ODONTÓLOGO PARA O MUNICÍPIO

EXTRATO DE CONTRATO nº 10/2015

Contrato nº 10/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 12/2015, Contratante Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu, Contratado: GERMANO LUZ TIAGO; objetivo: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ODONTOLOGO PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU; Valor Global: R\$ 7.000,00; Vigência: 31/12/2015; Assinatura 15/10/2015. Signatário: pelo Município Sr. Benito Brand Gestor do Fundo.

Presidente Nereu, 15/10/2015.

BENITO BRAND

Gestor do Fundo

EDITAL PREGÃO ELETRONICO 13/2015

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL nº 13/2015

O Município de Presidente Nereu através de seu Fundo Municipal de Saúde torna público que fará realizar no dia 04/11/2015 às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO ELETRÔNICO do tipo Menor preço por item para o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual AQUISICAO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES DESTINADOS AO POSTO MUNICIPAL DE SAUDE. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 12:30 às 17:30 horas ou no site www.bll.org.br ou no site www.presidentenereu.sc.gov.br, link licitações, ou pelo telefone (47) 3362-1108.

Presidente Nereu, 15 de outubro de 2015.

BENITO BRAND

Secretário Municipal de Saúde

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015 DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS e EPPs CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

LICITAÇÃO Nº 13/2015

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU-SC, mediante a Pregoeira designada pela Portaria Nº 04/2015 de 02 de janeiro de 2015, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO: até o dia 04/11/2015 as 09:00 horas

ABERTURA E JULGAMENTO: 04/11/2015, às 09:15 horas

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: 04/11/2015, às 10:30 horas

LOCAL: www.bll.org.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Setor de Licitações – Prefeitura de Presidente Nereu– Praça Leão Dehon, 50 – Centro – PRESIDENTE NEREU-SC – CEP: 89.184-000 - Fone/ (47) 3362-1108 – e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido.

Todas as referências de tempo deste Edital observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

As despesas referentes a esta contratação correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

| |
|----------------|
| 10 |
| 001 |
| 0010 |
| 0301 |
| 1601 |
| 2022 |
| 33903036000000 |

01020000

10

001

0010

0301

1601

2022

33903036000000

01380100

1 DO OBJETO

1.1. Registro de preços para aquisição de materiais médicos hospitalares destinados a Unidade Básica de Saúde de Presidente Nereu.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança -criptografia e autenticação em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões -BLL.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionária da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU-SC, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bll.org.br).

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1-O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos neste edital.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação as empresas interessadas, do ramo de atividade pertinente ao objeto, que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (Bolsa de Licitações e Leilões), e atenderem a todas as exigências que dizem respeito à habilitação.

4.2. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.3. O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos da utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei n. 10.520/2002.

OBSERVAÇÃO: O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações e Leilões, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação.

4.4-Poderão participar da licitação empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo do objeto licitado, sendo vedada a participação de:

4.4.1. consórcios;

4.4.2. empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;

4.4.3. empresas impedidas de licitar ou contratar com o Município de PRESIDENTE NEREU;

4.4.4. empresas com falências decretadas ou concordatárias;

4.4.5. empresas das quais participe, seja a que título for, servidor público da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU;

4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 05 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial a ser digitada no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate (Art. 44 e 45 da LC 123/2006).

4.6. As empresas interessadas em participar do certame deverão apresentar a documentação juntamente com a proposta no sistema da BLL.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame; abrir as propostas;
- c) analisar a aceitabilidade das propostas;
- d) desclassificar propostas indicando os motivos;
- e) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço unitário;
- f) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar
- g) declarar o vencedor;
- h) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i) elaborar a ata da sessão;
- j) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- k) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BLL.

5.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações e Leilões, atribuindo poderes para formular lances e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

5.3. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.4. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento da proposta e lances sucessivos, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

5.5. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL -Bolsa de Licitações e Leilões.

5.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL -Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

5.7. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado a data e horário limite estabelecido.

5.7.1. A não anexação de proposta escrita não inabilitará o licitante para participar do pregão.

5.7.2. É vedado ao fornecedor identificar-se na proposta caso lançá-la no sistema.

5.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.9. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e 3091-9654, ou através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.9.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.9.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

5.9.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.9.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

5.9.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.9.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.9.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.9.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.9.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

5.9.5 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

5.9.6 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.9.7 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 5.9.6, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.9.8 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.9.9 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.9.10 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

5.9.11 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.9.12 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.9.13 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.9.14 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.10. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas recebidas, passando a Pregoeira e a equipe de apoio para avaliar a aceitabilidade das propostas.

- 5.11. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 5.12. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Não será aceito cancelamento de proposta, ainda que antes da disputa, estando o proponente sujeito as penalizações constantes no item 11.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 5.16. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 5.17. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 5.18. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances;
- (FECHAMENTO RANDÔMICO). Devido à imprevisão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil;
- 5.19. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela pregoeira acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 5.20. Os documentos e Anexos solicitados neste Edital, deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços corrigida, para a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 5.21. A sessão pública ficará suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 5.20.
- 5.22. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 11, deste Edital, podendo a Pregoeira convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.
- 5.23. Se a proposta ou o lance de menor preço unitário não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa a Pregoeira poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 5.24. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre melhor proposta e o valor estimado para a contratação.
- 5.25. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço unitário.
- 5.26. Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, a Pregoeira aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá a pregoeira ainda negociar um melhor desconto caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

6. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES e MARCAS/ MODELOS dos produtos/serviços ofertados. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações dos produtos/serviços neste campo implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- 6.3. O objeto deverá estar totalmente e estritamente dentro das especificações contidas no ANEXO 01 e 03.
- 6.4. A validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.5. Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal em campo próprio da proposta eletrônica sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

7. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

7.1. A Empresa vencedora deverá enviar a Pregoeira, a Proposta escrita, com o desconto oferecido após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 5.21 deste Edital.

7.2. Na proposta escrita (Modelo Anexo 3), deverá conter:

- a) denominação, endereço/CEP, telefone/FAX e CNPJ da proponente;
- b) número do Pregão;
- c) descrição do objeto, em conformidade com as especificações do Anexo I deste Edital;
- d) preço unitário e total por item, não superiores aos valores estimados (Anexo 1 – Termo de Referência), em algarismo, expresso em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- d.1) Na proposta deverá estar incluído, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, materiais, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas;
- e) prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias;
- f) local, data, assinatura, e identificação do signatário.

7.3. O fornecimento deverá ser realizado conforme as condições constantes no Anexo 01.

7.4. Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o menor preço unitário.

7.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1. Para julgamento será adotado o critério de menor preço unitário, observada as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

8.2. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO "V" DA LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:

8.2.1 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior aquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto do pregão.
- b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 8.2.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a".
- c) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea "a" anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- d) a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da LC123/2003.

8.2.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 8.2.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

8.3. A Pregoeira anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor preço unitário, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação do desconto.

8.4. Se a proposta ou o lance de menor preço unitário não for aceitável, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, na

ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.5. Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 5.23 e 5.24 deste Edital, a Pregoeira poderá negociar com a licitante para que seja obtido menor preço unitário.

8.6. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

OBSERVAÇÃO:

1 - Não serão aceitos cancelamentos de lances após a disputa.

2 - Toda documentação apresentada ONLINE deverá estar em formato pdf.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Conforme Anexo 02.

10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

10.1. Não serão conhecidos às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

10.2. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.

10.3. A pregoeira emitirá sua decisão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, procedendo aos encaminhamentos necessários.

10.4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados a pregoeira, exclusivamente para o endereço constante do preâmbulo deste edital.

10.5. Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões da Pregoeira poderá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) minutos, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.6. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

10.7. Para efeito do disposto no parágrafo quinto do art. 109 da Lei 8.666/1993, fica a vista do processo franqueada aos interessados.

10.8. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

10.9. Os recursos contra decisões da Pregoeira não terão efeito suspensivo.

10.10. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela pregoeira serão apreciados pela autoridade competente.

10.11. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.12. Os recursos deverão ser enviados em duas vias, uma via original deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, no endereço: Praça Leão Dehon, 50 – Centro – PRESIDENTE NEREU- SC - CEP 89.184-000, - Setor de Licitações, esta via deverá estar em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal para que possa ser anexada no processo; deverá ser enviado também uma cópia por e-mail (compras@presidentenereu.sc.gov.br) para que seja possível a publicação on-line das razões do recurso interposto e a decisão cabida à este.

11. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de PRESIDENTE NEREU, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93, quais sejam: advertência, suspensão do direito de licitar com o Município, e declaração de idoneidade, garantido o contraditório e ampla defesa.

11.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com multa de quantia correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total da proposta adjudicada, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1. Conforme preceitua o Artigo 62 da Lei 8.666/93, o documento hábil para formalização será o TERMO DE CONTRATO, conforme ANEXO VI.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.3. É facultado a Pregoeira, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Pregoeira, sob pena de desclassificação/ inabilitação.

13.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, da mesma forma que se deu ao instrumento convocatório.

13.8. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira, nos termos da legislação pertinente.

13.9. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

13.10. Não cabe à BLL -Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

13.11. Para maiores esclarecimento, o Setor de Licitações, atenderá aos interessados no horário das 12:30 às 17:30 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sede da Municipalidade, no endereço supra, ou pelos telefones (47) 3362-1108.

13.12. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

13.14. Integram o presente Edital:

Anexo 01 - Termo de Referência do objeto;
Anexo 02 - Documentos para Habilitação;
Anexo 03 - Modelo de Proposta;
Anexo 04 - Modelo de Declarações;
Anexo 05 - Modelo de Declaração de enquadramento de ME/EPP;
Anexo 06 - Minuta Ata de Registro de Preços.

13.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de RIO DO SUL-SC.

PRESIDENTE NEREU, 08 de outubro 2015.

BENITO BRAND
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2015

PROPOSTA COMERCIAL
(de preferência em papel timbrado da Proponente)
NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____
 ENDEREÇO COMPLETO: _____
 RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____
 CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para _____, ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. 13/2015, acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDAD UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX MARCA VL. UNIT. VL. TOTAL

| | | | | | | | |
|----|-----------|--------|--|------------|--|--|--|
| 1 | 100,00 | PACOTE | ABAIXADOR DE LINGUA COM 100 | 408,0000 | | | |
| 2 | 50,00 | UN | ABOCATH N 14 | 43,9500 | | | |
| 3 | 50,00 | UN | ABOCATH N 16 | 39,2500 | | | |
| 4 | 200,00 | UN | ABOCATH Nº 18 | 157,0000 | | | |
| 5 | 200,00 | UN | ABOCATH Nº20 | 157,0000 | | | |
| 6 | 200,00 | UN | ABOCATH Nº22 | 159,2000 | | | |
| 7 | 200,00 | UN | ABOCATH Nº 24 | 178,4000 | | | |
| 8 | 12,00 | FRASCO | ACIDO ACETICO 1000ML | 1.131,4320 | | | |
| 9 | 15,00 | FRASCO | AGUA OXIGENADA 1000ML | 55,5450 | | | |
| 10 | 4.000,00 | UN | AGULHA DESC. 20 X 5,5 | 3.228,0000 | | | |
| 11 | 15.000,00 | UN | AGULHA DESC. 25 X 7 | 1.065,0000 | | | |
| 12 | 15.000,00 | UN | AGULHA DESC. 30 X 8 | 1.065,0000 | | | |
| 13 | 15.000,00 | UN | AGULHA DESC. 40 X 12 | 1.140,0000 | | | |
| 14 | 10.000,00 | UN | AGULHA DESC. 13 X 4,5 | 710,0000 | | | |
| 15 | 300,00 | UN | ALCOOL 70% - FRASCOS DE 1 LITRO | 1.397,1000 | | | |
| 16 | 300,00 | FRASCO | ALCOOL GEL 250 ML | 2.571,3000 | | | |
| 17 | 15,00 | FRASCO | ALCOOL IODADO 1.000ML | 153,0000 | | | |
| 18 | 15,00 | ROLO | ALGODAO HIDROFILO 500 G - ROLO | 183,1950 | | | |
| 19 | 10,00 | UN | ALMOTOLIA 500 ML | 28,8000 | | | |
| 20 | 3,00 | UN | AMBU ADULTO COMPLETO | 535,2690 | | | |
| 21 | 3,00 | UN | AMBU INFANTIL COMPLETO | 577,8390 | | | |
| 22 | 3,00 | UN | AMBU NEONATAL COMPLETO | 535,0620 | | | |
| 23 | 3,00 | UN | ANDADOR COM REGULAGEM DE ALTURA | 339,4230 | | | |
| 24 | 10,00 | UN | APARELHO DE PRESSAO ARTERIAL DIGITAL | 2.112,0000 | | | |
| 25 | 2.000,00 | UN | ATADURA CREPOM 10 CM COM 1,80 MTS (EMBALAGEM INDIVIDUAL) | 1.174,0000 | | | |
| 26 | 2.000,00 | UN | ATADURA CREPOM 12 CM COM 1,80 MTS (EMBALAGEM INDIVIDUAL) | 1.408,0000 | | | |
| 27 | 2.000,00 | UN | ATADURA CREPOM 15 CM COM 1,20 MTS (EMBALAGEM INDIVIDUAL) | 1.760,0000 | | | |
| 28 | 2.000,00 | UN | ATADURA CREPOM 20 CM COM 1,20 MTS (EMBALAGEM INDIVIDUAL) | 2.346,0000 | | | |
| 29 | 2.000,00 | UN | ATADURA CREPOM 6 CM COM 1,20 MTS (EMBALAGEM INDIVIDUAL) | 706,0000 | | | |
| 30 | 2,00 | UN | BALANCA DIGITAL | 171,4280 | | | |
| 31 | 2,00 | UN | BALANCA DIGITAL PORTATIL | 154,3880 | | | |
| 32 | 300,00 | UN | BROMIDRATO DE IPRATROPIO 20 ML | 504,0000 | | | |
| 33 | 100,00 | UN | BISNAGA DE HIDROGEL COM ALGINATO COM 30G | 3.216,0000 | | | |
| 34 | 1.000,00 | UN | BOLSA COLETORA DE URINA DE 500 ML | 9.943,0000 | | | |
| 35 | 2,00 | UN | BOLSA DE ATENDIMENTO PRE HOSPITALAR COM DIVISORIAS | 360,0000 | | | |
| 36 | 3,00 | UN | BOTAS IMOBILIZADORA ORTOPEDICAS ADULTA | 361,2870 | | | |
| 37 | 5,00 | UN | CABO DE BISTURI Nº 03 | 38,4400 | | | |
| 38 | 1,00 | UN | CADEIRA DE RODAS ADULTA | 469,3360 | | | |
| 39 | 3,00 | UN | CAIXA TERMICA 05 LITROS COM TRAVA | 171,9330 | | | |
| 40 | 10,00 | UN | CAIXA QUADRADA DE PLASTICO PEQUENA COM TAMPA DE TRAVA (BRANCA) 12 LITROS | 1.169,4700 | | | |
| 41 | 50,00 | UN | CAMPO OPERATORIO 45 CM X 50 CM COM 4 ACAMADAS COM 50 UNIDADES | 1.495,0000 | | | |
| 42 | 50,00 | UN | CATETER PARA OXIGENIO N 08 | 27,7000 | | | |
| 43 | 50,00 | UN | CATETER PARA OXIGENIO N 10 | 28,5000 | | | |
| 44 | 3,00 | UN | CINTO TIPO ARANHA | 239,1420 | | | |
| 45 | 15,00 | FRASCO | CLOREXIDINA 2% DEGERMANTE 1000 ML | 243,0000 | | | |
| 46 | 15,00 | FRASCO | CLOREXIDINA AQUOSA 1000ML | 183,8550 | | | |

| | | | | | | | |
|----|----------|--------|--|------------|--|--|--|
| 47 | 50,00 | UN | CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASO COM 20 ML | 150,8500 | | | |
| 48 | 50,00 | UN | CLORIDRATO DE LIDOCAINA COM VASO COM 20 ML | 214,3000 | | | |
| 49 | 10,00 | UN | CLAMP UMBILICAL TAMANHO UNICO ESTERIL | 8,5300 | | | |
| 50 | 10,00 | UN | COLETE CERVICAL TAMANHO G | 180,0000 | | | |
| 51 | 10,00 | UN | COLETE CERVICAL TAMANHO M | 180,0000 | | | |
| 52 | 10,00 | UN | COLETE CERVICAL TAMANHO P | 180,0000 | | | |
| 53 | 10,00 | UN | COLETE CERVICAL TAMANHO PP | 182,5300 | | | |
| 54 | 50,00 | UN | COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE - CAIXA 07 LITROS | 157,7000 | | | |
| 55 | 100,00 | UN | COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE - CAIXA 13 LITROS | 402,0000 | | | |
| 56 | 300,00 | UN | COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE - CAIXA 03 LITROS | 614,7000 | | | |
| 57 | 100,00 | UN | COLETOR DE URINA COM EXTENSOR N 06 | 270,9000 | | | |
| 58 | 15,00 | UN | COLIRIO ANESTESICO (CLORIDRATO DE TRETACA- NA 1%, CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1%) | 190,9500 | | | |
| 59 | 100,00 | UN | COLAGENASE POMADA COM 30G | 2.047,4000 | | | |
| 60 | 10,00 | JOGO | CONES PARA OTOSCOPIO - 6 PECAS | 442,5300 | | | |
| 61 | 30,00 | UN | COTONETES HASTES FLEXIVEIS - CAIXA COM 75 UNIDADES | 34,9800 | | | |
| 62 | 10,00 | UN | CUBA DE ASEPSIA REDONDA | 122,2000 | | | |
| 63 | 10,00 | UN | CUBA RIM | 363,7500 | | | |
| 64 | 5,00 | UN | CURATIVO STOPPER CAIXA COM 500 UNIDADES | 68,6850 | | | |
| 65 | 50,00 | UN | CURATIVO HIDROCOLOIDE 10 X10 CM CAIXA COM 10 UNIDADES | 999,4500 | | | |
| 66 | 15,00 | UN | DESINCROSTANTE - DETERGENTE ENZIMATICO 1 LITRO | 822,8550 | | | |
| 67 | 50,00 | UN | DRENO TORACICO N 14 | 1.698,8500 | | | |
| 68 | 50,00 | UN | DRENO TORACICO N 24 | 1.865,4000 | | | |
| 69 | 15,00 | UN | EPITEZAN (ACETATO DE RETINOL 10.000UI AMINO- ACIDOS 2,5% METIONINA 0,5% CLORANFENICOL 0,5%) | 212,5500 | | | |
| 70 | 2.000,00 | UN | EQUIPO MACRO GOTAS | 2.400,0000 | | | |
| 71 | 1.000,00 | UN | EQUIPO MICRO GOTAS | 1.772,0000 | | | |
| 72 | 20,00 | UN | EQUIPO PARA NUTRICAO ENTERAL | 28,8000 | | | |
| 73 | 50,00 | PACOTE | ESCOVA CERVICAL COM 100 UNIDADES | 16,2000 | | | |
| 74 | 10,00 | UN | ESFIGMOMANOMETRO ANEROIDE COMPLETO ADUL- TO NAO DE VELCRO | 660,0000 | | | |
| 75 | 100,00 | UN | ESPARADRAPO 10 X 4,5 MTS | 625,7000 | | | |
| 76 | 50,00 | UN | ESPATULA CERVICAL AYRES COM 100 UNIDADES | 334,3000 | | | |
| 77 | 200,00 | UN | ESPECULO VAGINAL TAMANHO G | 322,2000 | | | |
| 78 | 500,00 | UN | ESPECULO VAGINAL TAMANHO M | 648,0000 | | | |
| 79 | 200,00 | UN | ESPECULO VAGINAL TAMANHO P | 216,0000 | | | |
| 80 | 10,00 | UN | ESTETOSCOPIO | 134,6000 | | | |
| 81 | 5,00 | UN | ESCADA DOS DEGRAUS | 324,8550 | | | |
| 82 | 1,00 | UN | ELETRO CAUTERIO | 1.371,4290 | | | |
| 83 | 100,00 | UN | FIBRASE COM CLORANFENICOL COM 30G | 2.190,9000 | | | |
| 84 | 10,00 | CX | FIO DE SEDA PARA SUTURA N 3,0 C/ AGULHA COM 24 UNIDADES | 18,6900 | | | |
| 85 | 10,00 | CX | FIO PARA SUTURA CATGUT SIMPLES 2,0 C/ AGULHA CAIXA COM 24 FIOS | 47,3100 | | | |
| 86 | 10,00 | CX | FIO PARA SUTURA CATGUT SIMPLES 3,0 C/ AGULHA CAIXA COM 24 FIOS | 47,3400 | | | |
| 87 | 10,00 | CX | FIO PARA SUTURA MONONYLON 2,0 C/ AGULHA CAIXA COM 24 FIOS | 18,1700 | | | |
| 88 | 10,00 | CX | FIO PARA SUTURA MONONYLON 3,0 C/ AGULHA CAIXA COM 24 FIOS | 18,1700 | | | |
| 89 | 10,00 | CX | FIO PARA SUTURA MONONYLON 4,0 C/ AGULHA CAIXA COM 24 ANOS | 18,1700 | | | |
| 90 | 10,00 | CX | FIO PARA SUTURA MONONYLON 5,0 C/ AGULHA CAIXA COM 24 FIOS | 19,2400 | | | |
| 91 | 200,00 | UN | FITA BRANCA 16MM/50MTS | 497,0000 | | | |
| 92 | 10,00 | UN | FITA METRICA | 130,8000 | | | |
| 93 | 50,00 | UN | FITA PARA AUTOCLAVE 19MM/30MTS | 137,1500 | | | |

| | | | | | | | |
|-----|----------|--------|--|-------------|--|--|--|
| 94 | 100,00 | MT | FITA PARA SELADORA MTS | 1.285,7000 | | | |
| 95 | 300,00 | CX | FITA TESTE GLICOSE G-TECH COM 50 | 29.242,2000 | | | |
| 96 | 5,00 | UN | FIXADOR CITOLOGICO SPRAY 100 ML | 33,4350 | | | |
| 97 | 10,00 | UN | FLUXOMETRO PARA OXIGENIO DE AR COMPRIMIDO PARA CILINDRO | 559,8900 | | | |
| 98 | 500,00 | UN | FENOTEROL 5MG/MC | 1.414,5000 | | | |
| 99 | 50,00 | UN | FRASCO COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO 1200ML | 239,2500 | | | |
| 100 | 20,00 | UN | FRASCO PARA NUTRICAO ENTERAL 250 ML | 17,2800 | | | |
| 101 | 500,00 | UN | FRONHA PARA TRAVESSEIRO TAMANHO G DESCARTAVEL | 771,5000 | | | |
| 102 | 300,00 | UN | FRALDAS GERIATRICAS TAMANHO M | 468,6000 | | | |
| 103 | 1.000,00 | UN | FRALDAS GERIATRICAS TAMANHO G | 1.951,0000 | | | |
| 104 | 700,00 | UN | FRALDAS GERIATRICAS TAMANHO GG | 1.417,5000 | | | |
| 105 | 2,00 | UN | FOGO DE LUZ GINECOLOGICO | 1.111,5420 | | | |
| 106 | 5,00 | GALÃO | GEL PARA ELETROCARDIOGRAMA COM 5 LITROS | 100,5000 | | | |
| 107 | 5,00 | CX | INDICADOR QUIMICO SIL-250 PARA MONITORAMENTO DE CICLOS DE ESTERILIZACAO A VAPOR C/ 100 UN. | 1.834,2850 | | | |
| 108 | 500,00 | UN | INDICADOR BIOLOGICO CRISTOFOLI PARA ESTERILIZACAO 24 HORAS | 4.971,5000 | | | |
| 109 | 3,00 | UN | IMOBILIZADOR DE CABECA IMPERMEAVEL ADULTO | 785,3970 | | | |
| 110 | 10,00 | JOGO | JOGO DE CANULA DE GUEDEL (1,2,3,4,5,6) | 201,5400 | | | |
| 111 | 10,00 | UN | JOGO PARA NEBULIZACAO (COPO, MASCARA E EXTENSOR) | 188,5700 | | | |
| 112 | 60,00 | UN | JOGOS DE PERAS PARA ELETROCARDIOGRAMA | 779,0400 | | | |
| 113 | 500,00 | UN | LAMINA DE BISTURI DESCARTAVEL Nº 11 | 120,0000 | | | |
| 114 | 500,00 | UN | LAMINA DE BISTURI DESCARTAVEL Nº 15 | 123,5000 | | | |
| 115 | 500,00 | UN | LAMINA DE BISTURI DESCARTAVEL Nº 21 | 123,5000 | | | |
| 116 | 10,00 | CX | LAMINA DE VIDRO FOSCA 1,0A 1,2MM 26X76 | 32,0600 | | | |
| 117 | 10,00 | UN | LANTERNA HOSPITALAR | 604,6700 | | | |
| 118 | 5,00 | UN | LARINGOSCOPIO | 2.959,0250 | | | |
| 119 | 500,00 | UN | LIDOCAINA GEL 30G | 1.697,0000 | | | |
| 120 | 10,00 | UN | LIXEIRA HOSPITALAR COM PEDAL 13 LITROS | 360,0000 | | | |
| 121 | 10,00 | UN | LIXEIRA HOSPITALAR COM PEDAL 50 LITROS | 891,4300 | | | |
| 122 | 5,00 | FRASCO | LUGOL 5% 1000ML FRASCO | 754,2850 | | | |
| 123 | 5,00 | FRASCO | LUGOL SOLUCAO FORTE 2% 1000 ML | 582,8550 | | | |
| 124 | 300,00 | CX | LUVAS DE PROCEDIMENTOS TAMANHO G- CAIXA COM 100 LUVAS DE LATEX | 6.685,8000 | | | |
| 125 | 300,00 | CX | LUVAS DE PROCEDIMENTOS TAMANHO M - CAIXA COM 100 LUVAS DE LATEX | 6.685,8000 | | | |
| 126 | 300,00 | CX | LUVAS DE PROCEDIMENTOS TAMANHO P - CAIXA COM 100 LUVAS DE LATEX | 6.685,8000 | | | |
| 127 | 300,00 | CX | LUVAS DE PROCEDIMENTOS TAMANHO PP - CAIXA COM 100 LUVAS DE LATEX | 6.685,8000 | | | |
| 128 | 100,00 | UN | LUVAS ESTERIL TAMANHO 6,5 | 111,4000 | | | |
| 129 | 100,00 | UN | LUVAS ESTERIL TAMANHO 7,0 | 118,1000 | | | |
| 130 | 100,00 | UN | LUVAS ESTERIL TAMANHO 8,0 | 118,1000 | | | |
| 131 | 100,00 | UN | LUVAS ESTERIL TAMANHO 8,5 | 111,4000 | | | |
| 132 | 2,00 | UN | MACA RIGIDA PARA AMBULANCIA COMPLETA | 600,0000 | | | |
| 133 | 50,00 | UN | MANITOL 20% 250 ML | 270,0000 | | | |
| 134 | 3,00 | UN | MESA PARA EXAMES CILINDROS ESTOFADOS ADULTO | 1.146,8580 | | | |
| 135 | 40,00 | CX | MASCARA COM 50 UNIDADES A CAIXA | 218,7600 | | | |
| 136 | 20,00 | UN | MASCARA PARA OXIGENIO ADULTA | 465,4600 | | | |
| 137 | 20,00 | UN | MASCARA PARA OXIGENIO INFANTIL | 169,2600 | | | |
| 138 | 5,00 | UN | MASCARA VENTURI ADULTO | 74,9750 | | | |
| 139 | 5,00 | UN | MASCARA VENTURI INFANTIL | 78,6500 | | | |
| 140 | 5,00 | UN | NEBULIZADOR PARA ADULTO | 1.324,6300 | | | |
| 141 | 5.000,00 | UN | MICROPORE 10 X 10 MTS | 41.145,0000 | | | |
| 142 | 5.000,00 | UN | MICROPORE 5,0 X 5,0 MTS | 12.000,0000 | | | |
| 143 | 3,00 | UN | MINI INCUBADORA CRISTOFOLI PARA INDICADORES BIOLOGICOS P/ ESTERILIZACAO A VAPOR | 797,1420 | | | |
| 144 | 4,00 | UN | MULETAS AUXILIARES COM REGULAGEM DE ALTURAS | 274,2840 | | | |
| 145 | 4,00 | UN | MULETAS CANADENSES COM REGULAGEM DE ALTURA | 210,9000 | | | |

| | | | | | | | |
|-----|-----------|-------|--|-------------|--|--|--|
| 146 | 10,00 | UN | OCULOS DE PROTECAO | 171,4300 | | | |
| 147 | 2,00 | UN | OTOSCOPIO | 1.043,5880 | | | |
| 148 | 3,00 | UN | OXIMETRO PORTATIL | 1.440,0000 | | | |
| 149 | 3,00 | UN | OXIMETRO PORTATIL NEONATAL | 1.440,0000 | | | |
| 150 | 500,00 | UN | PAPEL TOALHA INTERFOLHA 02 DOBRAS 22X20,7 BRANCA | 4.714,5000 | | | |
| 151 | 10,00 | UN | PINCA DISSECCAO COM DENTE 14 CM | 89,0200 | | | |
| 152 | 10,00 | UN | PINCA KELLY CURVA 16 CM | 239,9500 | | | |
| 153 | 50,00 | UN | PINCA CHERRON LONGA DESCARTAVEL | 68,5000 | | | |
| 154 | 30,00 | CX | PLACA DE CURATIVO DE CARVAO ATIVADO COM PRATA | 1.671,4200 | | | |
| 155 | 30,00 | CX | PLACA DE CURATIVO HIDROFIBRA ANTIMICROBIANO COM PRATA COM 10 PLACAS (AQUACEL AG) | 2.160,0000 | | | |
| 156 | 2.000,00 | UN | POLIFIX 2 VIAS | 1.680,0000 | | | |
| 157 | 15,00 | UN | POLVIDINE 1 LITROS | 270,0000 | | | |
| 158 | 20,00 | CX | PROTETOR OCULAR ADULTO - CAIXA COM 12 UNIDADES | 9,6200 | | | |
| 159 | 240,00 | UN | PROTETOR OCULAR INFANTIL | 90,2400 | | | |
| 160 | 10,00 | UN | PUNCH CUTANEO 4MM ESTERILIZAVEL | 594,8600 | | | |
| 161 | 500,00 | UN | ROLO DE PAPEL PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAL COM 20 CM DE LARGURA COM 100 MTS | 40.000,0000 | | | |
| 162 | 20,00 | GALÃO | SABONETE LIQUIDO 5 LITROS | 461,1400 | | | |
| 163 | 5,00 | UN | SACO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO 100 LTS COM 100 SACOS | 263,5700 | | | |
| 164 | 5,00 | UN | SACO PARA LIXO HOSPITALAR BRANCO 40 LTS COM 100 SACOS | 102,8550 | | | |
| 165 | 3.000,00 | UN | SACO PARA LIXO PRETO 30 LTS | 618,0000 | | | |
| 166 | 3.000,00 | UN | SACO PARA LIXO PRETO 15 LTS | 450,0000 | | | |
| 167 | 3.000,00 | UN | SACO PARA LIXO PRETO 100 LTS | 1.455,0000 | | | |
| 168 | 5.000,00 | UN | SCALP N 19 | 1.105,0000 | | | |
| 169 | 10.000,00 | UN | SCALP Nº 21 | 2.210,0000 | | | |
| 170 | 10.000,00 | UN | SCALP Nº 23 | 2.210,0000 | | | |
| 171 | 2.000,00 | UN | SCALP Nº 25 | 442,0000 | | | |
| 172 | 5.000,00 | UN | SCALP Nº 27 | 1.105,0000 | | | |
| 173 | 6.000,00 | UN | SERINGA 0,1ML - 5 CC COM AGULHA DE 0,45X13X26G MEIO | 1.110,0000 | | | |
| 174 | 5.000,00 | UN | SERINGA 03 ML | 520,0000 | | | |
| 175 | 5.000,00 | UN | SERINGA 05 ML | 615,0000 | | | |
| 176 | 5.000,00 | UN | SERINGA 10 ML | 1.255,0000 | | | |
| 177 | 5.000,00 | UN | SERINGA 20 ML | 1.785,0000 | | | |
| 178 | 50,00 | UN | SERINGA 60 ML | 90,0000 | | | |
| 179 | 1,00 | UN | SONAR (APARELHO PARA BATIMENTOS FETAIS DE MESA) | 856,0170 | | | |
| 180 | 2,00 | UN | SONAR (APARELHO PARA BATIMENTOS FETAIS PORTATIL) | 3.127,9880 | | | |
| 181 | 30,00 | UN | SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL Nº 08 | 15,7500 | | | |
| 182 | 30,00 | UN | SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL Nº 10 | 16,5600 | | | |
| 183 | 30,00 | UN | SONDA ASPIRACAO TRAQUELA Nº 12 | 16,9800 | | | |
| 184 | 30,00 | UN | SONDA ASPIRACAO TRAQUEAL Nº 14 | 17,3400 | | | |
| 185 | 30,00 | UN | SONDA ASPIRACAO TRAQUELA Nº 16 | 18,2700 | | | |
| 186 | 30,00 | UN | SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 05 | 82,2900 | | | |
| 187 | 30,00 | UN | SONDA ENDOTRAQUEAL Nº 08 | 86,8500 | | | |
| 188 | 50,00 | UN | SONDA FOLLEY - 2 VIAS Nº 10 C/ BALAO | 198,4500 | | | |
| 189 | 50,00 | UN | SONDA FOLLEY - 2 VIAS Nº 12 C/ BALCAO | 146,0000 | | | |
| 190 | 50,00 | UN | SONDA FOLLEY - 2 VIAS N 14 C/ BALAO | 144,7500 | | | |
| 191 | 50,00 | UN | SONDA FOLLEY - 2 VIAS N 16 C/ BALAO | 146,0000 | | | |
| 192 | 50,00 | UN | SONDA FOLLEY - 2 VIAS N 20 C/ BALAO | 144,1500 | | | |
| 193 | 30,00 | UN | SONDA NASO CURTA Nº 16 | 18,4500 | | | |
| 194 | 30,00 | UN | SONDA NASO CURTA Nº 18 | 20,5200 | | | |
| 195 | 30,00 | UN | SONDA NASO LONGA Nº 16 | 33,6900 | | | |
| 196 | 30,00 | UN | SONDA NASO LONGA Nº 18 | 30,9600 | | | |
| 197 | 30,00 | UN | SONDA NASO LONGA Nº 22 | 40,5900 | | | |
| 198 | 30,00 | UN | SONDA NASOENTERAL COM FIO GUIA | 364,6500 | | | |
| 199 | 50,00 | UN | SONDA URETRAL SILICONADA Nº 06 | 25,6000 | | | |

| | | | | | | | |
|-----|-----------|--------|---|------------|--|--|--|
| 200 | 50,00 | UN | SONDA URETRAL SILICONADA N° 10 | 27,1000 | | | |
| 201 | 10.000,00 | UN | SONDA URETRAL SILICONADA N° 12 | 5.520,0000 | | | |
| 202 | 2.000,00 | UN | SONDA URETRAL SILICONADA N° 14 | 1.622,0000 | | | |
| 203 | 3.000,00 | UN | SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML IV | 7.950,0000 | | | |
| 204 | 200,00 | UN | SOROFISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML IV | 933,2000 | | | |
| 205 | 3.000,00 | UN | SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML | 8.406,0000 | | | |
| 206 | 3.000,00 | UN | SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML | 9.609,0000 | | | |
| 207 | 100,00 | UN | SORO GLICOSADO 500 ML IV | 332,8000 | | | |
| 208 | 10,00 | UN | SPRAY ANESTÉSICO LIDOCAÍNA 20 ML | 565,7100 | | | |
| 209 | 100,00 | UN | SULFATIAZINA DE PRATA 10MG/G - 50G | 615,4000 | | | |
| 210 | 5,00 | UN | SUPORTE PARA COLETOR PERFURO CORTANTE 03 LITROS | 172,4600 | | | |
| 211 | 5,00 | UN | SUPORTE PARA COLETOR PERFURO CORTANTE 07 LITROS | 167,6550 | | | |
| 212 | 5,00 | UN | SUPORTE PARA COLETOR PERFURO CORTANTE 13 LITROS | 197,1450 | | | |
| 213 | 5,00 | UN | SUPORTE PARA ENVELOPES DE PAPEL ESTERILIZADOS PEQUENO | 342,8550 | | | |
| 214 | 50,00 | UN | TALAS PARA IMOBILIZAÇÃO PP | 34,8000 | | | |
| 215 | 50,00 | UN | TALAS PARA IMOBILIZAÇÃO P | 34,8000 | | | |
| 216 | 50,00 | UN | TALAS PARA IMOBILIZAÇÃO G | 128,7500 | | | |
| 217 | 50,00 | UN | TALAS PARA IMOBILIZAÇÃO GG | 198,6000 | | | |
| 218 | 10,00 | UN | TERMOMETRO CLÍNICO DIGITAL | 103,1100 | | | |
| 219 | 10,00 | UN | TERMOMETRO DIGITAL PARA GELADEIRA COM MÁXIMA, MÍNIMA E MOMENTÂNEA | 820,4100 | | | |
| 220 | 5,00 | UN | TERMOMETRO TIPO CAPELA PARA GELADEIRA | 320,4750 | | | |
| 221 | 10,00 | UN | TESOURA CIRÚRGICA 15 CM | 180,8600 | | | |
| 222 | 2,00 | CX | TESTE RÁPIDO DE GRAVIDEZ COM 100 UNIDADES A CAIXA | 159,8180 | | | |
| 223 | 200,00 | UN | TNT HOSPITALAR 30X30 CM COR AZUL | 891,4000 | | | |
| 224 | 200,00 | UN | TNT HOSPITALAR 75X75 CM COR AZUL | 1.645,8000 | | | |
| 225 | 20,00 | UN | TRAVESSEIRO IMPERMEÁVEL | 1.184,3200 | | | |
| 226 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 3,5 | 43,0500 | | | |
| 227 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 4,5 | 43,0500 | | | |
| 228 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 5,5 | 41,2600 | | | |
| 229 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO N° 6,0 | 43,0500 | | | |
| 230 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 6,5 | 43,0500 | | | |
| 231 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7,0 | 43,0500 | | | |
| 232 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 7,5 | 43,0500 | | | |
| 233 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 2,5 | 43,0500 | | | |
| 234 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 3,0 | 28,9500 | | | |
| 235 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 3,5 | 31,1300 | | | |
| 236 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL SEM BALÃO Nº 4,0 | 31,1300 | | | |
| 237 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO Nº 8,5 | 43,0500 | | | |
| 238 | 50,00 | MT | TUBO PARA OXIGÊNIO DE SILICONE - MTS | 360,0000 | | | |
| 239 | 10,00 | UN | UMIDIFICADOR DE TAMPA EM PVC 250ML DA COR AMARELA | 116,2800 | | | |
| 240 | 1,00 | UN | UMIDIFICADOR DE TAMPA EM PVC 250 ML DA COR VERDE | 10,5790 | | | |
| 241 | 5,00 | FRASCO | VASELINA 1000 ML | 108,4300 | | | |
| 242 | 100,00 | UN | BISNAGA DE HIDROGEL SEM ALGINATO COM 30 G | 3.200,0000 | | | |
| 243 | 3,00 | UN | BOTAS IMOBILIZADORAS ORTOPÉDICAS INFANTIL | 435,0000 | | | |
| 244 | 10,00 | UN | CAIXA QUADRADA DE PLÁSTICO GRANDE COM TAMPA DE TRAVA (BRANCA) 32 LITROS | 1.950,0000 | | | |
| 245 | 2,00 | UN | ESFIGMOMANÔMETRO ANEROIDE COMPLETO INFANTIL NÃO DE VELCRO | 136,0000 | | | |
| 246 | 15,00 | UN | GEL PARA FISIOTERAPIA COM 5 LITROS COR AZUL | 489,0000 | | | |
| 247 | 10,00 | UN | GEL PARA TOQUE VAGINAL 100 ML | 18,9000 | | | |
| 248 | 300,00 | UN | LENÇOL PARA CAMA HOSPITALAR DE SOLTEIRO SEM ELÁSTICO DE TECIDO DE ALGODÃO | 363,0000 | | | |
| 249 | 500,00 | UN | LENÇOL PARA MACA ADULTA COM ELÁSTICO DESCARTÁVEL | 615,0000 | | | |
| 250 | 500,00 | UN | LENÇOL PARA MACA ADULTA SEM ELÁSTICO DESCARTÁVEL | 600,0000 | | | |

| | | | | | | | |
|-----|----------|----|--|-------------|--|--|--|
| 251 | 500,00 | UN | LENCOL PARA MACA CRIANCA COM ELASTICO DE ALGODAO | 600,0000 | | | |
| 252 | 10,00 | UN | LIXEIRA HOSPITALAR COM PEDAL 100 LTS | 1.560,0000 | | | |
| 253 | 5.000,00 | UN | MICROPORE 2,5 X 2,0 MTS | 17.800,0000 | | | |
| 254 | 10,00 | UN | PINCA KELLY RETA 6 CM | 226,0000 | | | |
| 255 | 10,00 | UN | PINCA MOSQUITO | 223,0000 | | | |
| 256 | 10,00 | UN | PINCA RETA COM DENTE DE RATO | 160,0000 | | | |
| 257 | 30,00 | UN | PINCA RETA SEM DENTE | 429,0000 | | | |
| 258 | 2.000,00 | UN | POLIFIX 2 VIAS | 1.960,0000 | | | |
| 259 | 3.000,00 | UN | SERINGA 0,1 ML COM AGULHA DE 0,45 X 13 X 26 G | 555,0000 | | | |
| 260 | 5,00 | UN | SUPORTE PARA ENVELOPES DE PAPEL ESTERILIZADOS GRANDE | 342,8500 | | | |
| 261 | 50,00 | UN | TALAS PARA IMOBILIZACAO GG | 62,5000 | | | |
| 262 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO N 2,5 | 43,5000 | | | |
| 263 | 10,00 | UN | TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALAO N 5,5 | 43,5000 | | | |

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

FORMA DE ENTREGA: Entrega parcelada, conforme Autorização de Fornecimento.

LOCAL DA ENTREGA: Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Nereu.

PRazo DE ENTREGA: Máximo de 48 horas após a emissão da Autorização de Fornecimento.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: Registro de preços para 12 (doze) meses.

FORMA DE PAGAMENTO: Até 30 dias após entrega do produto com a respectiva nota fiscal.

GARANTIA: Mínimo de 12 meses.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015

ANEXO 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

A empresa vencedora do Pregão deverá encaminhar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais para conferência, ou através de exemplares publicados em órgão da Imprensa Oficial e com validade na data de realização da licitação, para o endereço abaixo, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da realização do pregão.

A/C: Setor de Licitações

1 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.1. Habilitação Jurídica:

1.1.1. Prova de registro Comercial nos casos de empresa individual ou, nos casos de sociedades comerciais, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado e, no caso de sociedade por ações, ata arquivada da Assembléia da eleição de seus administradores. No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades de natureza semelhante ao objeto de licitação.

1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

1.2.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

1.2.2. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal mediante certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, no âmbito de suas competências, pela apresentação da respectiva Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;

1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

1.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

1.2.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ)

1.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.3. Qualificação Econômica – Financeira:

1.3.1. Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

1.4. Qualificação Técnica:

1.4.1. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com o objeto desta licitação, comprovando que a empresa já forneceu materiais em conformidade com o objeto desta licitação.

1.5. Outras comprovações:

1.5.1. Declaração de que a empresa não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre nem menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, emitido pela Delegacia Regional do Trabalho ou pelo próprio licitante (conforme modelo constante do Anexo 04, do presente edital);

A/C: Depto de Compras.
Observações:

1. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo-sensível (Facsimile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
2. A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
3. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
4. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.
5. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 90 (noventa) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.
6. Em se tratando de ME/EPP, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
7. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, NAS FICHAS TÉCNICAS OU DOCUMENTOS, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015
ANEXO 03
MODELO DE PROPOSTA

Apresentamos nossa proposta para o objeto da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL

CNPJ nº

I.E.

ENDEREÇO

CIDADE

TELEFONE

E-MAIL

Qualificação do preposto da detentora do Nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, registro durante a vigência do ajuste: CPF, domicílio e cargo na empresa.

Banco/ Agência/ Praça para pagamento/Conta Corrente.

| ITEM | QNT. | UNID. | DESCRIÇÃO | COTAÇÃO MAX. | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|----------------------------|------|-------|-----------|--------------|-------|-------------|-------------|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| TOTAL GERAL PREGÃO 13/2015 | | | | | | | |

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

LOCAL DA ENTREGA: Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Nereu – Avenida João XXII, Centro – Presidente Nereu –SC CEP 89.184-000

PRAZO DE ENTREGA: Máximo de 48 horas após a emissão da Autorização de Fornecimento.

OBS.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____ (Mínimo de 90 dias)
Data/ Carimbo e Assinatura do responsável

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015
ANEXO 04
DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n , neste ato representada pelo seu representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, sob as penas da Lei, para fins de participação no processo licitatório em pauta, que:

INEXISTE qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera, e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes;

ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do Artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

Em caso de eventual contratação com a Municipalidade, ESTÁ APTA a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NFe),

NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL na qualidade de sócio, diretor, gerente, administrador ou funcionário, servidores públicos municipais da Prefeitura de PRESIDENTE NEREU- SC.

Por ser verdade assina a presente.

..... , de de 2015.

Nome/ Razão Social
Nome do responsável/procurador
Profissão/Cargo do responsável/procurador

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015
ANEXO 05
DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº , neste ato representada pelo seu representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão eletrônico nº 13/2015, realizado pela Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU-SC.

Por ser verdade assina a presente.

..... , de de 2015.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N. do documento de identidade

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2015
ANEXO 06
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos ____ dias do mês de _____ de 2015, reuniram-se na Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, tendo como Pregoeira Sra , de acordo com a Portaria n.º/ , doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 13/2015, cujo o resultado do procedimento licitatório foi homologado pelo Secretario Municipal de

Saúde de Presidente Nereu, Senhor Benito Brand, RESOLVE Registrar preços para aquisição de materiais médicos hospitalares destinados a Unidade Básica de Saúde de Presidente Nereu., nas quantidades, termos e condições descritas no Anexo I do Edital, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame acima numerado, qual seja: _____ R\$.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

| ITEM | QNT. | UNID. | DESCRIÇÃO | COTAÇÃO MAX. | MARCA | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|------|-------|-----------|--------------|-------|-------------|-------------|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Presidente Nereu não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

3.2 – A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário.

3.3 – O fornecimento dos materiais será realizado pelo próprio fornecedor, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

3.4 – O objeto licitado deverá ser entregue parceladamente, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a solicitação, durante o prazo de vigência contratual.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

4.1 - A contratação da(s) licitante(s) vencedora(s) do presente Pregão será representada pela expedição da Ata de Registro de Preço, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

4.2 - Convocação para assinatura da Ata de Registro de Preço:

4.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto à(s) respectiva(s) concorrente(s) vencedora(s), esta(s) será(ão) convocada(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, assinar a Ata de Registro de Preço;

4.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a empresa obrigasse a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pela(s) empresa(s) contratada, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.2 – O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, acompanhado da liberação da Secretaria Requisitante;

5.3 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal na Unidade da Contabilidade Geral.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1– As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Licitante/Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, neste Pregão e no Contrato.

7.2 – Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 3,0% (três por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto;
- b) 2,0% (dois por cento) do valor da proposta, pela rescisão sem justo motivo, por parte da proponente vencedora;
- c) O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 10,0% (dez por cento) do valor Por Item do Contrato. Caso aconteça, o MUNICÍPIO terá o direito de rescindir o Contrato mediante notificação.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, a licitante e/ou Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a homologação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

7.3 – Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

7.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/Contratada.

7.5 – Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

7.6 - Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Município de Presidente Nereu poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades;

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

8.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.5 – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

8.6 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

9.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

10.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/ Município de Presidente Nereu.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Rio do Sul - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

Presidente Nereu, xx de xxxxxxxx de xxxx.

Pregoeiro:

De acordo:

BENITO BRAND
Secretário Municipal de Saúde

(Contratada)
(nome do representante)
(cargo/função)

Rio do Sul

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 294/2015

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 294/2015 firmado em 03/06/2015, com término previsto para 06/11/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) GISLEINE MARHOLD portador(a) do CPF nº 008.792.029-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 294/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 05/10/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Pref. Danilo Lourival Schmidt, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/10/2015.

GIVANILDO SILVA GISLEINE MARHOLD
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

| | |
|---------|---------|
| Nome:.. | Nome:.. |
| CPF:.. | CPF:.. |

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 267/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 267/2015 firmado em 07/04/2015, com término previsto para 09/10/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. Givanildo Silva, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) TAINARA CRISTINA VIEIRA KARSTEN, portador(a) do CPF 075.470.149-25, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 267/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Altera as cláusulas primeira, segunda e terceira do Contrato Administrativo, a partir de 10/10/2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no

Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Inglês, nível II 90%, com jornada de 10 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli (CEPLAS), em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 647,25 (seiscentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Prazo de Vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 267/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2015 e encerrando-se em 10/11/2015.”

Cláusula Segunda – Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

TAINARA CRISTINA VIEIRA KARSTEN
Contratado(a)

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2015

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 063/2015 firmado em 29/01/2015, com término previsto para 10/11/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. Givanildo Silva, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ALINE CRISTIANE VICENTI CONTEZINI, portador(a) do CPF 070.503.449-66, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 063/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Altera as cláusulas primeira e segunda do Contrato Administrativo, a partir de 14/10/2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Artes, nível II 90%, com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli (20h) e no Centro Educacional Roberto Machado (10h), em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público e com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, com jornada de 10 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em substituição a Joseany Rodrigues que está afastada em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a)

receberá a importância de R\$ 2.589,00 (dois mil quinhentos e oitenta e nove reais) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais."

Cláusula Segunda – Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALINE CRISTIANE VICENTI CONTEZINI

Contratado(a)

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 212/2015

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 212/2015 firmado em 02/02/2015, com término previsto para 23/12/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PRISCILA PAULA SCHNEIDER MACHADO DA SILVA portador(a) do CPF nº 063.542.649-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 212/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que a partir de 29/09/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Primeira: contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Favo de Mel II, em substituição a Neusa Moje que está afastada em Licença para Tratamento de Saúde."

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/10/2015.

GIVANILDO SILVA PRISCILA

Secretário de Administração

PAULA S. MACHADO DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

CPF:..

Nome:..

CPF:..

DECRETO Nº 4948, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4948, de 14 de outubro de 2015.

"EXONERA CARISO SAVIO GIACOMINI".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 14/10/2015, o servidor CARISO SAVIO GIACOMINI, do cargo de agente político de Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

14 de outubro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 0781/RH

PORTARIA N. 0781/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Promoção Funcional sem mudança de área, à servidora KISIANE CORDOVA GARBIN, matrícula n. 148202-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "A", promovendo-o para o Nível III, Classe "A", mediante apresentação do Diploma de conclusão do curso de Pós-Graduação "Lato-Sensu" em Arte e Educação, através do protocolo n. 155742/2015, com fundamento no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes da Promoção Funcional serão devidos a partir de 24 de setembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0783/RH

PORTARIA Nº 0783/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 2º das Portarias N. 0673/RH, 0676/RH e 0677/RH, publicadas em 18/09/2015; e Portaria N. 0732/RH, publicada em 30/09/2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 184, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Vanessa Fey, matrícula n. 104264-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 74578-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde.
- c) Jean Marco Pegoraro, matrícula n. 173436-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0784/RH

PORTARIA Nº 0784/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0572/RH de 26/04/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro Educacional Aníbal de Barba, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: ADRIANA MARTINS DA SILVA SOARES, matrícula 107980-3, ocupante do cargo de Provimento efetivo Pedagogo e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, MARILENE MARAFIGO, matrícula 78352-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, LAURA ELIANE LONGEN DELUCA, matrícula 79510-3, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e, designar como seus respectivos suplentes: SANDRA MARA SCHONS XAVIER, matrícula 94960-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e MARIZA COELHO DE SOUZA, matrícula 94447-8, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 71/2015 - O MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, ESTABELECIDO NA RUA NEREU RAMOS, 205, CENTRO – RIO DOS CEDROS - SC, INFORMA QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE EMBALAGEM DE COLETA SEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 71/2015

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Item

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de AQUISIÇÃO DE EMBALAGEM DE COLETA SELETIVA, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 23/10/2015 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 23/10/2015 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 13 de outubro de 2015.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

RELATORIO CI 2º BIMESTRE DE 2015 RIO DOS CEDROS

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO

COMPETÊNCIA: 2º BIMESTRE DE 2015

Artigo 5º da Resolução nº TC-16/94, alterada pela Resolução nº TC-11/2004

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

- I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;

II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer; e
III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de decreto, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.

Em decorrência do disposto na legislação das três esferas de governo que orientam o Sistema de Controle Interno, apresentamos o relatório que segue, objetivando evidenciar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais, fiscais bem como as ações desenvolvidas pela controladoria deste Município, relativamente ao 2º bimestre de 2015, priorizando-se as demonstrações relativas a:

-Planejamento

-Orçamento Fiscal

-Execução Orçamentária

-Limites Constitucionais e Legais

Sobre tais aspectos passa-se a evidenciar:

PLANEJAMENTO

O planejamento é um dos principais pilares de sustentação da Responsabilidade Fiscal almejada pela Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000, denominada justamente de Lei de Responsabilidade Fiscal. O planejamento na Administração Pública baseia-se na elaboração, acompanhamento e aplicação de três instrumentos legislativos denominados Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Tais instrumentos estão previstos no artigo 165 da Constituição Federal. Plano Plurianual (PPA) Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal

Plano Plurianual (PPA)

Dispõe o § 1º do artigo 165 da Constituição Federal que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Da mesma forma, no âmbito municipal também tais elementos não de ser observados. O Plano Plurianual estabelece o planejamento das despesas de capital e dos programas de caráter contínuo relativamente aos três últimos anos do mandato e do primeiro ano do mandato seguinte.

O Município dispôs sobre o PPA (Quadriênio 2014/2017), através da Lei Municipal nº 1.799 01 de Outubro de 2013, onde estão definidos para o Bimestre, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de seus recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, atendendo ao disposto no artigo nº 165, parágrafo 1º da Constituição Federal, na forma exigida pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

O § 2º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe que a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Importante também salientar o disposto no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal que se reporta à LDO:

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Conforme § 1º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO deverá conter ainda o Anexo de Metas Fiscais, e o § 3º do mesmo artigo da LRF determina a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais.

O Município definiu as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício 2015 através da Lei Municipal nº 1.831 03 de Setembro de 2014 na forma e conteúdo exigidos pela Lei Complementar nº 101/2000.

Lei Orçamentária Anual (LOA)

O § 5º do artigo 165 da Constituição Federal dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual, estabelecendo:

Art. 165 § 5º -

A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Sobre a LOA, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece em seu artigo 5º: Art. 5º

O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

O orçamento para o exercício de 2015 fora aprovado pela Lei Municipal nº 1.841 27 DE NOVEMBRO DE 2014 , o qual obedeceu ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os programas, ações e diretrizes definidas no PPA e LDO.

Ações de Investimentos

Um dos maiores desafios atuais da Administração Pública nas três esferas de governo é aumentar o nível de investimento principalmente em obras de infra-estrutura básica, mediante a redução dos gastos com a manutenção da chamada máquina pública (despesas com pessoal e encargos sociais e despesas de custeio),. Isso tudo, sem que haja aumento da carga tributária, já extremamente pesada.

Via de regra, o percentual empregado em investimentos em relação à arrecadação das receitas tributárias é extremamente baixo, tendo como consequência um pesado clima de descontentamento da população que paga seus tributos e não vislumbra a necessária contrapartida dos governos em projetos e ações administrativas para atendimento das necessidades essenciais desta mesma população. Isso é resultado de uma cultura política que prioriza as atividades-meio em detrimento das atividades-fim. O desafio dos administradores públicos é justamente mudar esta prática fazendo com que haja uma melhoria da qualidade do gasto público.

Em relação aos investimentos programados pelo Município no Bimestre analisado, tem-se uma análise detalhada no demonstrativo abaixo.

| Unidade Gestora: 0001 - CAMARA DE VEREADORES | | | | | |
|---|--------------|----------------|------------|------------|--------------|
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 2001 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO | | | | | |
| | 567.000,00 | 0,00 | 0,00 | 137.837,89 | 429.162,11 |
| Total da Unidade | 567.000,00 | 0,00 | 0,00 | 137.837,89 | 429.162,11 |
| Unidade Gestora: 0002 - GABINETE DO PREFEITO | | | | | |
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO | | | | | |
| | 273.000,00 | 0,00 | 0,00 | 108.543,34 | 164.456,66 |
| 2003 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA | | | | | |
| | 68.250,00 | 0,00 | 0,00 | 23.160,86 | 45.089,14 |
| 2048 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DEFESA CIVIL - FUMDEC | | | | | |
| | 15.750,00 | 0,00 | 0,00 | 2.519,32 | 13.230,68 |
| Total da Unidade | 357.000,00 | 0,00 | 0,00 | 134.223,52 | 222.776,48 |
| Unidade Gestora: 0003 - ADMINISTRACAO GERAL | | | | | |
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 0001 - MANUT. DA DIVIDA FUNDADA DA ADMINISTRAÇÃO | | | | | |
| | 210,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 |
| 0003 - ENCARGOS INATIVOS E PENSIONISTAS - ADMINISTRAÇÃO | | | | | |
| | 126.000,00 | 0,00 | 0,00 | 32.272,62 | 93.727,38 |
| 0005 - MANUT.DA PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL | | | | | |
| | 521.850,00 | 0,00 | 0,00 | 159.840,92 | 362.009,08 |
| 2004 - MANUT. ATIVIDADES DIRETORIA ADMINSTRATIVA | | | | | |
| | 1.003.340,00 | 403.000,00 | 0,00 | 442.600,40 | 963.739,60 |
| 2005 - MANUT.ATIVIDADES DA DIRETORIA FAZENDARIA | | | | | |
| | 683.071,92 | 4.650,00 | 4.650,00 | 297.284,11 | 385.787,81 |
| 2053 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS | | | | | |
| | 525,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 525,00 |
| 2054 - INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | | | | | |
| | 52.500,00 | 0,00 | 52.500,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2090 - CIMVI - MANUTENCAO | | | | | |
| | 22.920,00 | 0,00 | 0,00 | 22.920,00 | 0,00 |
| Total da Unidade | 2.410.416,92 | 407.650,00 | 57.150,00 | 954.918,05 | 1.805.998,87 |
| Unidade Gestora: 0004 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS | | | | | |
| Projeto | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 1001 - AMPL. REDE ABASTECIMENTO AGUA TRATADA | | | | | |
| | 630,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 630,00 |
| 1004 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS | | | | | |
| | 3.710.645,00 | 0,75 | 0,00 | 5.243,90 | 3.705.401,85 |
| 1007 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHOES | | | | | |
| | 477.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 477.500,00 |
| 1012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESG. SANIT.PLUVIAL AREA URB. | | | | | |
| | 4.326.000,00 | 0,00 | 126.000,00 | 0,00 | 4.200.000,00 |
| 1013 - CONSTRUÇÃO DO PORTAL DA CIDADE | | | | | |
| | 630,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 630,00 |
| 1015 - ABERTURA DE NOVAS RUAS | | | | | |
| | 630,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 630,00 |
| 1016 - AQUISIÇÃO IMÓVEL E CONTRUÇÃO GARAGEM | | | | | |
| | 210,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 |

| | | | | | |
|---|---------------|----------------|------------|--------------|---------------|
| 1017 - CONST. MUROS DE ARRIMO E PROTEÇÕES LATERAIS | | | | | |
| | 210,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 |
| 1018 - CONSTRUÇÃO DE ROTULAS | | | | | |
| | 210,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 |
| 1026 - CIMVI - SANEAMENTO BASICO | | | | | |
| | 160.296,00 | 0,00 | 0,00 | 76.296,00 | 84.000,00 |
| 1029 - DESASSOREAMENTO DE VIAS FLUVIAIS | | | | | |
| | 630,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 630,00 |
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 0002 - MANUT.DA DIVIDA FUNDADA SERVICOS URBANOS | | | | | |
| | 819.000,00 | 0,00 | 0,00 | 273.423,54 | 545.576,46 |
| 0006 - MANUTENÇÃO DIVIDA FUNDADA- SERVIÇOS | | | | | |
| | 210,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 |
| 2006 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS | | | | | |
| | 1.671.389,83 | 9.228,32 | 0,00 | 666.737,33 | 1.013.880,82 |
| 2007 - MANUT. E MELHORIA ILUMINAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL | | | | | |
| | 449.190,00 | 99.087,19 | 0,00 | 268.882,28 | 279.394,91 |
| 2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS | | | | | |
| | 1.991.724,50 | 155.966,26 | 0,00 | 812.710,26 | 1.334.980,50 |
| 2042 - CIMVI - RESIDUOS SOLIDOS | | | | | |
| | 94.500,00 | 94.317,00 | 87.664,00 | 27.739,96 | 73.413,04 |
| 2043 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL | | | | | |
| | 105,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 105,00 |
| 2044 - MANUTENCAO DO PROGRAMA COLETA SELETIVA DE LIXO | | | | | |
| | 8.400,00 | 0,00 | 0,00 | 7.106,70 | 1.293,30 |
| 2045 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO P/COLETA E COMPACTAÇÃO | | | | | |
| | 630,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 630,00 |
| 2047 - REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE | | | | | |
| | 535.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 535.500,00 |
| 2049 - RETIFICAÇÃO DE ESTRADAS | | | | | |
| | 105,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 105,00 |
| 2050 - RECUP. E MANUT. DE PONTES E PONTILHÕES | | | | | |
| | 73.500,00 | 0,00 | 0,00 | 3.551,46 | 69.948,54 |
| 2051 - AQUIS.EQUIP. MAQ. E VEICULOS PARA O SETOR | | | | | |
| | 267.385,00 | 0,00 | 119.500,00 | 0,00 | 147.885,00 |
| Total da Unidade | 14.589.230,33 | 358.599,52 | 333.164,00 | 2.141.691,43 | 12.472.974,42 |
| Unidade Gestora: 0005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | | | | |
| Projeto | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 1005 - CONSTRUÇÃO, AMPL. REF. ESPAÇOS ESPORTIVOS | | | | | |
| | 241.497,50 | 0,00 | 125.000,00 | 0,00 | 116.497,50 |
| 1008 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES | | | | | |
| | 105.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 105.000,00 |
| 1009 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE C E I | | | | | |
| | 17.600,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 17.600,00 |
| 1020 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS | | | | | |
| | 698.235,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 698.235,00 |
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 0004 - ENCARGOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS ENSINO FUND. | | | | | |
| | 58.800,00 | 0,00 | 0,00 | 17.378,41 | 41.421,59 |
| 2009 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - FMC | | | | | |
| | 136.470,00 | 20.000,00 | 0,00 | 54.042,77 | 102.427,23 |
| 2010 - MANUT. E DESENV. ENSINO FUNDAMENTAL | | | | | |
| | 2.415.000,00 | 67.218,70 | 3.000,00 | 857.062,71 | 1.622.155,99 |
| 2011 - MANUTENÇÃODE CRECHES | | | | | |
| | 1.366.543,50 | 78.275,96 | 0,00 | 466.590,04 | 978.229,42 |
| 2012 - MANUT.CENTROS EDUCAÇÃO INFANTIL-JARDINS | | | | | |
| | 435.750,00 | 14.017,19 | 14.000,00 | 209.310,11 | 226.457,08 |
| 2013 - MANUT. TRANSP.ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL | | | | | |
| | 604.800,00 | 16.620,73 | 0,00 | 147.974,55 | 473.446,18 |
| 2019 - MANUT.TRANSP. ESCOLAR - ENSINO INFANTIL | | | | | |
| | 105.000,00 | 43,90 | 0,00 | 25.593,58 | 79.450,32 |
| 2020 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO ENSINO ESPECIAL | | | | | |
| | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 100.000,00 | 0,00 |
| 2022 - APOIO A ESPECIALIZAÇÃO DE PROFESSORES | | | | | |

| | | | | | |
|--|--------------|----------------|------------|--------------|--------------|
| | 105,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 105,00 |
| 2024 - MANUT.DA OFICINA OFICIO PROFISSIONALIZANTE | | | | | |
| | 1.575,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 1.575,00 |
| 2025 - GESTÃO ADMINISTRATIVA NA EDUCAÇÃO | | | | | |
| | 790.250,00 | 0,00 | 0,00 | 267.019,10 | 523.230,90 |
| 2027 - MANUT. MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL | | | | | |
| | 147.000,00 | 1.992,71 | 0,00 | 66.627,34 | 82.365,37 |
| 2030 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS | | | | | |
| | 42.000,00 | 0,00 | 0,00 | 678,70 | 41.321,30 |
| 2032 - MANUT. DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS | | | | | |
| | 15.750,00 | 0,00 | 0,00 | 1.130,10 | 14.619,90 |
| 2036 - MANUTENCAO MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL | | | | | |
| | 52.500,00 | 34.619,48 | 0,00 | 51.218,74 | 35.900,74 |
| 2037 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MEDIO | | | | | |
| | 189.000,00 | 432.686,17 | 0,00 | 23.573,89 | 598.112,28 |
| 2038 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR- ENSINO SUPERIOR | | | | | |
| | 55.000,00 | 0,00 | 0,00 | 55.000,00 | 0,00 |
| 2055 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO DESPORTO | | | | | |
| | 118.650,00 | 0,00 | 0,00 | 40.087,04 | 78.562,96 |
| 2077 - MANUT. DA BIBLIOTECA PUBLICA MINICIPAL | | | | | |
| | 210,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 |
| 2080 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV. | | | | | |
| | 6.300,00 | 0,00 | 0,00 | 1.442,55 | 4.857,45 |
| Total da Unidade | 7.703.036,00 | 665.474,84 | 142.000,00 | 2.384.729,63 | 5.841.781,21 |
| Unidade Gestora: 0006 - DIRETORIA DE FOMENTO AGROPECUARIO | | | | | |
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 2017 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA | | | | | |
| | 546.000,00 | 0,00 | 0,00 | 263.871,01 | 282.128,99 |
| 2018 - DESENVOLV. DE PROGRAMAS DE REFLORESTAMENTO | | | | | |
| | 525,00 | 0,00 | 0,00 | 214,60 | 310,40 |
| 2021 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CANAIS DE IRRIGAÇÃO | | | | | |
| | 2.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.100,00 |
| 2028 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRICOLA MUNICIPAL | | | | | |
| | 159.600,00 | 15.000,00 | 0,00 | 163.602,21 | 10.997,79 |
| 2029 - DESENV.PROJETOS PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE | | | | | |
| | 2.100,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.100,00 |
| 2056 - AQUIS.EQUIP.MAQ. E VEICULOS P/SETOR AGRICULTURA | | | | | |
| | 42.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 42.000,00 |
| 2091 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS | | | | | |
| | 31.740,00 | 0,00 | 0,00 | 31.740,00 | 0,00 |
| Total da Unidade | 784.065,00 | 15.000,00 | 0,00 | 459.427,82 | 339.637,18 |
| Unidade Gestora: 0007 - DIRETORIA DE TURISMO | | | | | |
| Projeto | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 1019 - CONSTRUÇÃO DE MIRANTES DE OBSERVAÇÃO | | | | | |
| | 210,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 210,00 |
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 2026 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR | | | | | |
| | 64.050,00 | 0,00 | 0,00 | 18.685,26 | 45.364,74 |
| 2076 - SINALIZACAO TURISTICA NO MUNICIPIO | | | | | |
| | 21.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 21.000,00 |
| 2089 - CIMVI - TURISMO | | | | | |
| | 18.456,00 | 2.213,00 | 2.213,00 | 18.456,00 | 0,00 |
| Total da Unidade | 103.716,00 | 2.213,00 | 2.213,00 | 37.141,26 | 66.574,74 |
| Unidade Gestora: 0008 - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | | | | | |
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 2031 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | | | | | |
| | 5.250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.250,00 |
| Total da Unidade | 5.250,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 5.250,00 |
| Unidade Gestora: 0009 - SEGURANCA PUBLICA | | | | | |
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 2039 - APOIAR ACOES DA POLICIA CIVIL | | | | | |
| | 6.825,00 | 11.957,32 | 0,00 | 1.666,00 | 17.116,32 |
| 2081 - C. CORP - CONVENIO CORPO DE BOMBEIROS | | | | | |
| | 138.598,75 | 51.328,64 | 0,00 | 41.131,09 | 148.796,30 |

| | | | | | |
|--|---------------|----------------|------------|--------------|---------------|
| 2082 - APOIAR ACOES DA POLICIA MILITAR | | | | | |
| | 26.250,00 | 1.826,31 | 0,00 | 13.837,29 | 14.239,02 |
| Total da Unidade | 171.673,75 | 65.112,27 | 0,00 | 56.634,38 | 180.151,64 |
| Unidade Gestora: 0010 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL | | | | | |
| Projeto | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 1014 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MELHORIAS UNIDADES SAUDE | | | | | |
| | 470.925,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 470.925,00 |
| 1025 - AQUISICAO DE IMOVEL - UNIDADE DE SAUDE | | | | | |
| | 52.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 52.500,00 |
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 2014 - MANUTENCAO DOS SERVICOS GERAIS DE SAUDE | | | | | |
| | 4.345.616,25 | 960.330,96 | 10.000,00 | 1.725.093,43 | 3.570.853,78 |
| 2015 - MANUTENÇÃO DO CEMITERIO MUNICIPAL | | | | | |
| | 3.150,00 | 0,00 | 0,00 | 3.119,60 | 30,40 |
| 2016 - MANUTENÇÃO DO CLUBE DO IDOSO | | | | | |
| | 21.000,00 | 0,00 | 0,00 | 6.535,70 | 14.464,30 |
| 2023 - MAN. DO CONS. TUTELAR DA CRIANCA E ADOLESCENTE | | | | | |
| | 78.750,00 | 0,00 | 0,00 | 30.563,47 | 48.186,53 |
| 2033 - MAN.FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA | | | | | |
| | 128.100,00 | 0,00 | 0,00 | 67.000,00 | 61.100,00 |
| 2034 - MAN.AMPL.PROGRAMA HABITAÇÃO SOCIAL | | | | | |
| | 106.050,00 | 0,00 | 0,00 | 876,62 | 105.173,38 |
| 2035 - MAN. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | | | | | |
| | 241.500,00 | 38.271,48 | 0,00 | 61.628,49 | 218.142,99 |
| 2041 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA | | | | | |
| | 33.600,00 | 47.538,00 | 0,00 | 47.157,33 | 33.980,67 |
| 2070 - AQUIS. EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA SECRET.SAUDE | | | | | |
| | 170.622,50 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 170.622,50 |
| 2074 - MANUTENCAO ATIVIDADES VIGILANCIA SANITARIA | | | | | |
| | 104.606,25 | 139.916,65 | 0,00 | 7.782,74 | 236.740,16 |
| 2079 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA | | | | | |
| | 1.050,00 | 0,00 | 0,00 | 115,20 | 934,80 |
| 2086 - CISA - MANUTENCAO | | | | | |
| | 22.392,00 | 0,00 | 0,00 | 22.392,00 | 0,00 |
| 2087 - CISA - SERVICOS AMBULATORIAIS HOSPITALARES | | | | | |
| | 135.700,00 | 7.453,89 | 0,00 | 45.805,19 | 97.348,70 |
| 2088 - CISA - MEDICAMENTOS | | | | | |
| | 60.500,00 | 0,00 | 0,00 | 40.725,27 | 19.774,73 |
| Total da Unidade | 5.976.062,00 | 1.193.510,98 | 10.000,00 | 2.058.795,04 | 5.100.777,94 |
| Unidade Gestora: 0090 - RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | |
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 9998 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FUNDO DE SAUDE | | | | | |
| | 3.150,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.150,00 |
| Total da Unidade | 3.150,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 3.150,00 |
| Unidade Gestora: 0091 - RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | |
| Atividade | Previsão | Suplementações | Anulações | Execução | Saldo atual |
| 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA MUNICIPAL | | | | | |
| | 29.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 29.400,00 |
| Total da Unidade | 29.400,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 29.400,00 |
| Total Geral | 32.700.000,00 | 2.707.560,61 | 544.527,00 | 8.365.399,02 | 26.497.634,59 |

ORÇAMENTO FISCAL

O Orçamento Fiscal do Município aprovado pela Lei Municipal nº 1.841 27 DE NOVEMBRO DE 2014, estima a Receita em R\$ 32.700.000,00 e fixa a Despesa em igual valor. A dotação Reserva de Contingência foi orçada em R\$ 0,00 o que corresponde a 0.00% do orçamento da despesa.

Alterações Orçamentárias

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é um importantíssimo instrumento de planejamento da Administração Pública, promovendo a fixação da despesa e estimando a receita de um exercício financeiro, aprovada pela Câmara de Vereadores até o final da sessão legislativa do ano anterior.

Embora a LOA preveja as dotações orçamentárias para o exercício subsequente, em função das mudanças que ocorrem na execução das ações e projetos durante o exercício em execução, é natural a realização de ajustes e adequações mediante abertura de créditos orçamentários adicionais, os quais podem ser suplementares (destinados a reforços de dotação orçamentária), especiais (destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (destinados a despesas urgentes e imprevisíveis).

Para adequação do orçamento do Município às necessidades decorrentes de alterações no planejamento realizado, os atos de alterações orçamentárias editados durante o Bimestre em análise, em cada Unidade Gestora, são demonstrados a seguir:

| | | | | | | |
|---|------------------------|--------|------------|----------|------------|------------|
| Unidade Gestora: 02 - Município de Rio Dos Cedros | | | | | | |
| Natureza | Operação | Nº Lei | Data | Decreto | Data | Valor |
| Suplementar | Excesso de Arrecadação | 1841 | 27/11/2014 | 04031501 | 04/03/2015 | 0,75 |
| Suplementar | Suplementação | 1841 | 27/11/2014 | 10031501 | 10/03/2015 | 87.664,00 |
| Suplementar | Anulação | 1841 | 27/11/2014 | 10031501 | 10/03/2015 | 87.664,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1841 | 27/11/2014 | 19031501 | 19/03/2015 | 2.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1841 | 27/11/2014 | 19031501 | 19/03/2015 | 2.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1841 | 27/11/2014 | 27031501 | 27/03/2015 | 14.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1841 | 27/11/2014 | 27031501 | 27/03/2015 | 14.000,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1841 | 27/11/2014 | 02041501 | 02/04/2015 | 17.597,90 |
| Suplementar | Suplementação | 1841 | 27/11/2014 | 15041501 | 15/04/2015 | 403.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1841 | 27/11/2014 | 15041501 | 15/04/2015 | 403.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1841 | 27/11/2014 | 17041501 | 17/04/2015 | 4.650,00 |
| Suplementar | Anulação | 1841 | 27/11/2014 | 17041501 | 17/04/2015 | 4.650,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1841 | 27/11/2014 | 22041501 | 22/04/2015 | 15.000,00 |
| Suplementar | Suplementação | 1841 | 27/11/2014 | 23041501 | 23/04/2015 | 20.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1841 | 27/11/2014 | 23041501 | 23/04/2015 | 20.000,00 |
| Suplementar | Superávit Financeiro | 1841 | 27/11/2014 | 27041501 | 27/04/2015 | 50.000,00 |
| Totais da Unidade | | | | | 613.912,65 | |
| Unidade Gestora: 03 - Fundo Municipal de Saúde | | | | | | |
| Natureza | Operação | Nº Lei | Data | Decreto | Data | Valor |
| Suplementar | Suplementação | 1841 | 27/11/2014 | 16031501 | 16/03/2015 | 10.000,00 |
| Suplementar | Anulação | 1841 | 27/11/2014 | 16031501 | 16/03/2015 | 10.000,00 |
| Totais da Unidade | | | | | 10.000,00 | |

| | |
|--------------|------------|
| Total Geral: | 623.912,65 |
|--------------|------------|

Os créditos adicionais abertos até o período analisado atingiram o montante de R\$ 2.704.347,61. Destes, R\$ 2.697.694,61 referem-se a créditos adicionais suplementares. R\$ 6.653,00 referem-se a créditos adicionais especiais. As anulações de dotações totalizaram a importância de R\$ 544.527,00. Assim, temos o seguinte demonstrativo:

| Alterações Orçamentárias | No Bimestre | Até o Bimestre |
|-------------------------------------|-------------|----------------|
| I) Créditos Orçamentários | 0,00 | 0,00 |
| Ordinários | 0,00 | 0,00 |
| Reserva de Contingência | 0,00 | 0,00 |
| II) Créditos Adicionais | 623.912,65 | 2.704.347,61 |
| Suplementar | 623.912,65 | 2.697.694,61 |
| Especial | 0,00 | 6.653,00 |
| Extraordinário | 0,00 | 0,00 |
| III) Anulações de Créditos | 541.314,00 | 544.527,00 |
| Anulações | 541.314,00 | 544.527,00 |
| IV) Créditos Autorizados (I+II-III) | 82.598,65 | 2.159.820,61 |

No presente exercício financeiro, em função da necessidade de abertura de créditos adicionais, o orçamento fiscal do Município apresenta o seguinte demonstrativo:

| | |
|---|---------------|
| Receitas | |
| Receitas Orçamentárias (I) | 32.700.000,00 |
| Receitas Correntes | 22.598.715,00 |
| Receita Tributária | 2.527.350,00 |
| Receita de Contribuições | 449.190,00 |
| Receita Patrimonial | 302.595,00 |
| Receita Agropecuária | 8.400,00 |
| Receita Industrial | 0,00 |
| Receita de Serviços | 52.500,00 |
| Transferências Correntes | 22.272.600,00 |
| (-) Deduções das Transferências Correntes | -3.226.965,00 |
| Outras Receitas Correntes | 213.045,00 |
| Receitas de Capital | 10.101.285,00 |
| Operação de crédito | 3.000.000,00 |
| Alienação de Bens | 36.385,00 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 |
| Transferências de Capital | 7.064.900,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 |
| Receitas Correntes Intra-Orçamentárias | 0,00 |
| Receitas De Capital Intra-Orçamentárias | 0,00 |

| | |
|---------------------------------------|---------------|
| Total Geral | 32.700.000,00 |
| Despesas | |
| Despesas Orçamentárias (I) | 34.830.483,61 |
| Despesas Correntes | 22.705.355,52 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 12.437.018,86 |
| Juros e Amortização da Dívida | 140.100,00 |
| Outras Despesas Correntes | 10.128.236,66 |
| Despesas Capital | 12.125.128,09 |
| Investimentos | 11.393.098,09 |
| Inversões Financeiras | 52.710,00 |
| Amortização da Dívida Fundada Interna | 679.320,00 |
| Reserva de Contingência | 32.550,00 |
| Reserva de Contingencia | 32.550,00 |
| Total Geral | 34.863.033,61 |

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução orçamentária é a utilização dos créditos consignados no Orçamento (fixados originalmente e nos créditos adicionais), visando à realização dos projetos e/ou atividades atribuídos às respectivas unidades orçamentárias.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) como importantíssimo instrumento de planejamento e controle juntamente com o PPA e LDO, orienta ao administrador público o caminho que deve percorrer no exercício financeiro em execução em termos de gastos públicos, vinculando-se aos projetos e atividades nela previstos. Ao estabelecer unicamente a previsão da receita e fixar a despesa, há a necessidade de que se tenha o controle da execução do orçamento, fazendo-se com que as ações e projetos previstos na LOA sejam desenvolvidos/executados em compatibilidade com a receita efetivamente arrecadada. Isso é em essência o que denomina-se responsabilidade fiscal, ou seja, executar o planejado no orçamento na medida do ingresso da necessária receita.

Demonstrativo da Execução Orçamentária

A demonstração da execução orçamentária é instrumento imprescindível para o administrador público na tomada de decisões quanto ao andamento das obras, ações e projetos a serem desenvolvidos no exercício. A constatação de superávit ou déficit alerta para a "velocidade" que deve empregar à Administração. Havendo déficit deve "pisar o pé no freio". Havendo superávit estará mais tranquilo e poderá "acelerar" um pouco mais o desenvolvimento das ações administrativas.

No confronto entre a receita efetivamente arrecadada com a despesa empenhada (comprometimento das dotações orçamentárias) até o Bimestre em análise, verifica-se Déficit de execução orçamentária no valor de R\$ -161.307,17.

| | | |
|------------------------|-----------------------|-------------|
| Receita Arrecadada (+) | Despesa Empenhada (-) | Déficit |
| 8.204.091,85 | 8.365.399,02 | -161.307,17 |

Levando-se em conta a receita arrecadada e a despesa liquidada (aquela em que o material foi entregue, o serviço foi prestado ou obra executada) até o Bimestre analisado, nos demonstra Superávit na ordem de R\$ 926.683,00.

| | | |
|------------------------|-----------------------|---------------|
| Receita Arrecadada (+) | Despesa Liquidada (-) | Superávit (=) |
| 8.204.091,85 | 7.277.408,85 | 926.683,00 |

Receita Orçamentária por Natureza

A Receita Orçamentária é aquela prevista anualmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), decorrente da arrecadação dos tributos de competência originária do Município e das transferências constitucionais e espontâneas da União e do Estado e mesmo as receitas decorrentes de empréstimos junto à instituição financeiras públicas ou privadas. Divide-se em Receitas Correntes (destinadas à cobertura das despesas de custeio/manutenção) e Receitas de Capital (destinadas à cobertura de despesas com investimentos, tais como obras, equipamentos, bens permanentes e outras).

A Receita Orçamentária arrecadada até o Bimestre importou em R\$ 8.182.610,16 equivalente a 25.02% do orçamento, conforme fontes abaixo demonstradas:

| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | | | |
|-----------------------------|---------------------|--------------------------|--------|
| DESCRIÇÃO | Previsão Atualizada | Arrecadas Até o Bimestre | |
| Receitas Correntes (I) | 22.598.715,00 | 8.127.534,82 | 35.96% |
| Receitas de Capital (II) | 10.101.285,00 | 55.075,34 | 0.55% |
| Receitas Intra-Orçamentária | 0,00 | 21.481,69 | |
| TOTAL (+II) | 32.700.000,00 | 8.204.091,85 | 25.02% |

Receita Tributária

Em síntese, Receita Tributária é toda a fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos, dos quais são espécies os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais.

A Receita Tributária arrecadada até o bimestre importou em R\$ 1.166.629,35 equivalente a 14.21% do total arrecadado.

Receita de Contribuições

São as provenientes das contribuições com vinculação específica para custeio dos regimes de previdência, planos de saúde e cotas provenientes de compensações financeiras.

A Receita de Contribuições arrecadada até o bimestre importou em R\$ 271.890,66 equivalente a 3.31% do total arrecadado.

Receita Patrimonial

É aquela proveniente do resultado financeiro da utilização do patrimônio (bens mobiliários ou imobiliários), como por exemplo: aluguéis, dividendos, receita oriunda de aplicação financeira, etc.

A Receita Patrimonial arrecadada até o bimestre importou em R\$ 200.248,94 equivalente a 2.44% do total arrecadado.

Receita de Serviços

É aquela proveniente de atividades caracterizadas pela prestação de serviços por órgãos e entidades da Administração Pública.

A Receita de Serviços arrecadada até o bimestre importou em R\$ 12.151,65 equivalente a 0.15% do total arrecadado.

Transferências Correntes

São recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, destinados ao atendimento de despesas correntes.

As Transferências Correntes recebidas até o bimestre importaram em R\$ 6.383.096,86 equivalente a 77.80% do total arrecadado.

Outras Receitas Correntes

Compreende as receitas de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa, etc.

Os recursos provenientes de Outras Receitas Correntes arrecadados até o bimestre importaram em R\$ 94.267,53 equivalente a 1.15% do total arrecadado.

Operações de Crédito

São as decorrentes de operações de crédito tipificadas por origem dos recursos: interna (instituições registradas no país) e externa (instituições fora do país).

A Receita proveniente de Operações de Crédito importou até o bimestre, em R\$ 19.209,01 equivalente a 0.23% do total arrecadado.

Transferências de Capital

São recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outras esferas de governo ou de direito privado, cuja aplicação será para atender as despesas de capital.

As Transferências de Capital recebidas até o bimestre importaram em R\$ 35.866,33 equivalente a 0.44% do total arrecadado.

Receita Intra-Orçamentária

São as receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais e outras entidades integrantes do mesmo orçamento fiscal decorrentes do fornecimento de materiais, bens e serviços, recebimentos de impostos, taxas e contribuições.

A receita Intra-Orçamentária importou em R\$ 21.481,69, equivalente a 0.26% do total arrecadado.

Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária é aquela realizada pela Administração Pública visando a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, desde que devidamente autorizada por Lei.

O artigo 58 da Lei Federal n. 4.320/64, ressalta que o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Ou seja, o empenhamento é o primeiro estágio da execução da despesa.

A despesa empenhada até o Bimestre importou em R\$ 8.365.399,02, equivalente a 24.00% do orçamento.

| ORÇAMENTO ATUALIZADO | DESPESA EMPENHADA | % |
|----------------------|-------------------|--------|
| 34.863.033,61 | 8.365.399,02 | 24.00% |

Dispõe o artigo 63 da Lei Federal n. 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

A liquidação é a segunda fase da execução da despesa.

A despesa liquidada até o Bimestre importou em R\$ 7.277.408,85, equivalendo a 86.99% da despesa empenhada.

| DESPESA EMPENHADA | DESPESA LIQUIDADA | % |
|-------------------|-------------------|--------|
| 8.365.399,02 | 7.277.408,85 | 86.99% |

A despesa paga é aquela que, tendo sido cumpridos os dois estágios anteriores (empenhamento e liquidação), há o efetivo desembolso dos recursos financeiros do erário público como contrapartida do fornecimento da mercadoria, prestação do serviço ou execução de obra. Ela se perfectibiliza pela emissão da ordem de pagamento.

A despesa paga até o Bimestre importou em R\$ 6.761.668,32, equivalente a 92.91% da despesa liquidada.

| DESPESA LIQUIDADA | DESPESA PAGA | % |
|-------------------|--------------|--------|
| 7.277.408,85 | 6.761.668,32 | 92.91% |

Execução da Despesa

O demonstrativo a seguir traz a execução das despesas por Órgão de Governo (Unidades Administrativas como Câmara de Vereadores, Secretarias e Fundos Municipais), possibilitando ao Administrador Público o acompanhamento e controle das despesas empenhadas, liquidadas e pagas por tais unidades:

| DESPESAS POR ORGÃO DE GOVERNO | | | |
|-------------------------------|------------|------------|------------|
| DESCRIÇÃO | Empenhadas | Liquidadas | Pagas |
| CAMARA DE VEREADORES | 137.837,89 | 137.104,57 | 136.626,57 |
| GABINETE DO PREFEITO | 134.223,52 | 132.733,43 | 129.670,96 |

| | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|
| ADMINISTRACAO GERAL | 954.918,05 | 829.473,62 | 809.369,78 |
| DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS | 2.141.691,43 | 1.701.318,40 | 1.585.692,97 |
| SECRETARIA DE EDUCACAO | 2.384.729,63 | 2.133.819,33 | 1.945.922,46 |
| DIRETORIA DE FOMENTO AGROPECUARIO | 459.427,82 | 323.954,72 | 280.411,94 |
| DIRETORIA DE TURISMO | 37.141,26 | 24.799,46 | 23.206,89 |
| DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SEGURANCA PUBLICA | 56.634,38 | 46.067,68 | 36.362,38 |
| SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL | 2.058.795,04 | 1.948.137,64 | 1.814.404,37 |
| RESERVA DE CONTINGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGENCIA | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 8.365.399,02 | 7.277.408,85 | 6.761.668,32 |

As despesas realizadas, levando-se em conta as funções de governo (objetivos para os quais a administração pública é instituída que, em extrema síntese, é promover o desenvolvimento e bem estar social), ficam assim distribuídas:

| DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO | | | |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| DESCRIÇÃO | Empenhadas | Liquidadas | Pagas |
| 01 - Legislativa | 137.837,89 | 137.104,57 | 136.626,57 |
| 04 - Administração | 894.508,71 | 767.574,19 | 746.927,20 |
| 06 - Segurança Pública | 59.153,70 | 48.587,00 | 36.362,38 |
| 08 - Assistência Social | 216.996,41 | 203.746,33 | 196.218,73 |
| 09 - Previdência Social | 159.840,92 | 159.840,92 | 159.840,92 |
| 10 - Saúde | 1.841.798,63 | 1.744.391,31 | 1.618.185,64 |
| 12 - Educação | 2.271.100,16 | 2.052.793,85 | 1.866.470,66 |
| 13 - Cultura | 55.485,32 | 39.183,70 | 38.431,60 |
| 15 - Urbanismo | 940.863,51 | 786.653,84 | 746.889,91 |
| 17 - Saneamento | 111.142,66 | 66.636,66 | 58.973,18 |
| 18 - Gestão Ambiental | 31.954,60 | 13.288,77 | 10.643,77 |
| 20 - Agricultura | 427.473,22 | 310.665,95 | 269.768,17 |
| 23 - Comércio e Serviços | 37.141,26 | 24.799,46 | 23.206,89 |
| 26 - Transportes | 816.261,72 | 574.604,36 | 506.406,34 |
| 27 - Desporto e Lazer | 40.765,74 | 24.463,37 | 23.641,79 |
| 28 - Encargos Especiais | 323.074,57 | 323.074,57 | 323.074,57 |
| 99 - Reserva de Contingência | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 8.365.399,02 | 7.277.408,85 | 6.761.668,32 |

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

- que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;
- cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;
- observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;
- previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

Na sequência, passa-se à análise individualizada destes limites pelo Município, levando-se em consideração a arrecadação da receita e as despesas realizadas, destacando-se:

- Limite mínimo de aplicação em Educação;
- Limites de aplicação dos recursos do FUNDEB;
- Limite mínimo de aplicação em Saúde;
- Limites máximos com despesa de pessoal consolidado e por Poder (Executivo e Legislativo).

Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Até o período analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R\$ 2.074.595,94 correspondente a 32,99% da receita proveniente de impostos e transferências, , representando um SUPERÁVIT de 7,99% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

Aplicação de 60% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o inciso XII do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 que proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

| 1 - RECEITAS | No Bimestre | Até o Bimestre | Aplicação |
|---|-------------|----------------|------------|
| Saldo em bancos, do exercício anterior, vinculados ao FUNDEB (100%) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos do FUNDEB recebidos no exercício atual | 639.684,30 | 1.296.036,05 | 777.621,62 |
| Remuneração de depósitos bancários vinculados ao FUNDEB | 5.317,10 | 8.498,83 | 5.099,30 |
| I) Total das receitas para fins de limite | 645.001,40 | 1.304.534,88 | 782.720,92 |

Até o período analisado, o Município realizou despesas Empenhadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 867.005,49 correspondente a 66.46% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 84.284,55 equivalente a 6.46% , CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

| 2 - DESPESAS | No Bimestre | Até o Bimestre |
|--|-------------|----------------|
| 319008 - Outros Benefícios Assistenciais | 9.281,20 | 15.513,60 |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 382.904,65 | 659.675,49 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 87.790,51 | 148.354,22 |
| 319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil | 26.453,37 | 43.462,18 |
| II) TOTAL DAS DESPESAS | 506.429,73 | 867.005,49 |

| 3 - RESUMO | No Bimestre | Até o Bimestre |
|---|-------------|----------------|
| Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I) | 645.001,40 | 1.304.534,88 |
| Mínimo à ser Aplicado | 387.000,84 | 782.720,94 |
| Despesas para Efeito de Cálculo (II) | 506.429,73 | 867.005,49 |
| Aplicação à Maior | 119.428,89 | 84.284,55 |
| Percentual Aplicado (II) / (I) x 100 | 78,52 | 66,46 |
| Superávit | 18,52 | 6,46 |

Até o período analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 867.005,49 correspondente a 66.46% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Consta-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 84.284,55 equivalente a 6.46% , CUMPRINDO o estabelecido no artigo 60, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais transitórias e no artigo 7º da Lei Federal nº 9.424/96.

| 2 - DESPESAS | No Bimestre | Até o Bimestre |
|--|-------------|----------------|
| 319008 - Outros Benefícios Assistenciais | 9.281,20 | 15.513,60 |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 382.904,65 | 659.675,49 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 87.790,51 | 148.354,22 |
| 319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil | 26.453,37 | 43.462,18 |
| II) TOTAL DAS DESPESAS | 506.429,73 | 867.005,49 |

| 3 - RESUMO | No Bimestre | Até o Bimestre |
|---|-------------|----------------|
| Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I) | 645.001,40 | 1.304.534,88 |
| Mínimo à ser Aplicado | 387.000,84 | 782.720,94 |
| Despesas para Efeito de Cálculo (II) | 506.429,73 | 867.005,49 |
| Aplicação à Maior | 119.428,89 | 84.284,55 |
| Percentual Aplicado (II) / (I) x 100 | 78,52 | 66,46 |
| Superávit | 18,52 | 6,46 |

Aplicação de Recursos em Saúde 15%

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Até o período em análise foram empenhadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 1.353.740,92 correspondente a 21.52% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 410.322,92 equivalente a 6.52% , acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

Até o período em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 1.320.633,68 correspondente a 21.00% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em superávit equivalente a 6,00% , acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias – ADCT.

Receita Corrente Líquida do Município

O inciso IV do artigo 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal define receita corrente líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

- a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;
- b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

Considerando as receitas correntes arrecadadas nos últimos doze meses, a receita corrente líquida do Município somou a importância de R\$ 24.741.112,42, resultando em um valor médio mensal de R\$ 2.061.759,36.

Despesa com Pessoal (Consolidado)

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada Bimestre de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(.....)

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas.

Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

A despesa líquida com pessoal do Município de Rio dos Cedros realizada nos últimos doze meses no valor de R\$ 11.990.361,83, equivalendo a 50,44% da receita corrente líquida arrecadada neste período. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, o qual estabelece para este fim, limite prudencial e máximo de 57 e 60% respectivamente.

| 1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL | No Bimestre | No Exercício | Acumulado |
|---|--------------|--------------|---------------|
| I) Pessoal Ativo | 1.909.428,84 | 3.583.982,52 | 11.360.456,65 |
| 317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público | 7.972,64 | 17.350,96 | 29.292,19 |
| 319008 - Outros Benefícios Assistenciais | 56.420,26 | 103.411,26 | 268.260,59 |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 1.353.256,19 | 2.552.458,97 | 8.213.462,78 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 331.924,25 | 620.956,73 | 1.977.991,18 |
| 319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil | 118.105,96 | 212.837,64 | 615.020,95 |
| 319034 - Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização | 8.269,32 | 16.538,64 | 49.615,92 |
| 319047 - Obrigações Tributárias e Contributivas | 33.480,22 | 60.428,32 | 191.438,93 |
| 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 | 18,64 |
| Outras Despesas com Pessoal | 0,00 | 0,00 | 15.355,47 |
| II) Pessoal Inativo e Pensionistas | 100.218,48 | 197.071,01 | 629.923,82 |
| 319001 - Aposentadoria e reformas | 59.721,48 | 117.473,58 | 368.451,23 |
| 319003 - Pensões | 40.497,00 | 79.597,43 | 261.472,59 |
| 319005 - Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II) | 2.009.647,32 | 3.781.053,53 | 11.990.380,47 |
| 2 - Despesas Não Computadas | No Bimestre | No Exercício | Acumulado |
| 319091 - Decorrentes de decisão judicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319092 - Despesas de exercícios anteriores | 0,00 | 0,00 | 18,64 |
| 319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IV) Total Despesas Não Computadas | 0,00 | 0,00 | 18,64 |

3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL

| | |
|--|---------------|
| Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL) | 23.765.457,54 |
| Limite prudencial - 57% | 13.546.310,80 |

| | |
|---|---------------|
| Limite máximo - 60% | 14.259.274,52 |
| Despesa bruta com pessoal (III) | 11.990.380,47 |
| Despesas não computadas (IV) | 18,64 |
| Despesa líquida com pessoal (III) - (IV) | 11.990.361,83 |
| Percentual aplicado em despesas com pessoal | 50,44 |
| Limite prudencial (57%) | 1.555.948,97 |
| Limite máximo (60%) | 2.268.912,69 |

Despesas com Pessoal do Poder Executivo

Como visto, o limite das despesas com pessoal do Poder Executivo foi fixado em 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, sendo o limite prudencial de 51,3% (cinquenta e um vírgula três por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Executivo nos últimos doze meses no valor de R\$ 11.623.288,40, equivale a 48,90% da receita corrente líquida arrecadada neste período, CUMPRINDO desta forma, os limites dispostos no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000. Apesar deste índice estar dentro do limite prudencial verifica-se um crescimento de meio ponto percentual do mês de abril ao mês de maio, sendo prudente a diminuição e corte de horas extras, contratações e gratificações.

| 1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL | No Bimestre | No Exercício | Acumulado |
|--|--------------|--------------|---------------|
| I) Pessoal Ativo | 1.845.187,44 | 3.458.384,02 | 10.993.383,22 |
| 317170 - Rateio pela Participação em Consórcio Público | 7.972,64 | 17.350,96 | 29.292,19 |
| 319008 - Outros Benefícios Assistenciais | 56.420,26 | 103.411,26 | 268.260,59 |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 1.301.236,91 | 2.450.676,21 | 7.915.797,37 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 320.097,13 | 597.833,49 | 1.910.585,66 |
| 319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil | 117.710,96 | 212.145,14 | 613.018,45 |
| 319034 - Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização | 8.269,32 | 16.538,64 | 49.615,92 |
| 319047 - Obrigações Tributárias e Contributivas | 33.480,22 | 60.428,32 | 191.438,93 |
| 319092 - Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 | 18,64 |
| Outras Despesas com Pessoal | 0,00 | 0,00 | 15.355,47 |
| II) Pessoal Inativo e Pensionistas | 100.218,48 | 197.071,01 | 629.923,82 |
| 319001 - Aposentadoria e reformas | 59.721,48 | 117.473,58 | 368.451,23 |
| 319003 - Pensões | 40.497,00 | 79.597,43 | 261.472,59 |
| 319005 - Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II) | 1.945.405,92 | 3.655.455,03 | 11.623.307,04 |

| 2 - Despesas Não Computadas | No Bimestre | No Exercício | Acumulado |
|---|-------------|--------------|-----------|
| 319091 - Decorrentes de decisão judicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319092 - Despesas de exercícios anteriores | 0,00 | 0,00 | 18,64 |
| 319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IV) Total Despesas Não Computadas | 0,00 | 0,00 | 18,64 |

| 3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL | |
|--|---------------|
| Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL) | 23.765.457,54 |
| Limite prudencial - 51,30% | 12.191.679,72 |
| Limite máximo - 54% | 12.833.347,07 |
| Despesa bruta com pessoal (III) | 11.623.307,04 |
| Despesas não computadas (IV) | 18,64 |
| Despesa líquida com pessoal (III) - (IV) | 11.623.288,40 |
| Percentual aplicado em despesas com pessoal | 48,90 |
| Limite prudencial (51,30%) | 568.391,32 |
| Limite máximo (54%) | 1.210.058,67 |

Despesas com Pessoal do Poder Legislativo

O limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo está fixado em 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, com limite prudencial de 5,7% (cinco vírgula sete por cento).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Poder Legislativo nos últimos doze meses no valor de R\$ 367.073,43, equivale a 1,54% da receita corrente líquida arrecadada neste período, verifica-se o CUMPRINDO, do disposto no artigo nº 20, III, alínea 'a' da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

| 1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL | No Bimestre | No Exercício | Acumulado |
|--|-------------|--------------|------------|
| I) Pessoal Ativo | 64.241,40 | 125.598,50 | 367.073,43 |
| 319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 52.019,28 | 101.782,76 | 297.665,41 |
| 319013 - Obrigações Patronais | 11.827,12 | 23.123,24 | 67.405,52 |
| 319016 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil | 395,00 | 692,50 | 2.002,50 |
| Outras Despesas com Pessoal | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| II) Pessoal Inativo e Pensionistas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319001 - Aposentadoria e reformas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319003 - Pensões | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319005 - Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| III) Total Despesa Bruta com Pessoal (I+II) | 64.241,40 | 125.598,50 | 367.073,43 |

| 2 - Despesas Não Computadas | No Bimestre | No Exercício | Acumulado |
|---|-------------|--------------|-----------|
| 319091 - Decorrentes de decisão judicial | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319092 - Despesas de exercícios anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 319094 - Indenização por demissão e incentivo a demissão voluntária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IV) Total Despesas Não Computadas | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

| | | | |
|--|--|--|---------------|
| 3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL | | | |
| Receita corrente líquida Arrecadada nos últimos 12 Meses (RCL) | | | 23.765.457,54 |
| Limite prudencial - 5,70% | | | 1.354.631,08 |
| Limite máximo - 6% | | | 1.425.927,45 |
| Despesa bruta com pessoal (III) | | | 367.073,43 |
| Despesas não computadas (IV) | | | 0,00 |
| Despesa líquida com pessoal (III) - (IV) | | | 367.073,43 |
| Percentual aplicado em despesas com pessoal | | | 1,54 |
| Limite prudencial (5,70%) | | | 987.557,65 |
| Limite máximo (6%) | | | 1.058.854,02 |

Metas Bimestrais de Arrecadação

Dispõe o artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal que no prazo previsto no art. 8º (até 30 dias após a publicação dos orçamentos), as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

O referido diploma legal estabelece em seu artigo 11 que constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Resta claro que, além do efusivo controle das despesas, é dever do Administrador Público promover o acompanhamento da receita prevista, zelando pelo equilíbrio entre uma e outra. Objetivando racionalizar tal controle a mesma LRF estabeleceu nos artigos 8º e 13, respectivamente:

Art.8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea 'c' do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

| Período | Previstas | Arrecadadas | Meta |
|-------------|---------------|--------------|-------------|
| 1º bimestre | 3.962.279,63 | 3.762.637,44 | Não Atingiu |
| 2º bimestre | 4.391.545,31 | 4.441.454,41 | Atingiu |
| 3º bimestre | 3.932.132,79 | | |
| 4º bimestre | 3.540.048,94 | | |
| 5º bimestre | 3.764.650,77 | | |
| 6º bimestre | 13.109.342,56 | | |
| Total | 32.700.000,00 | | |

- Provenientes de Convênios Estaduais e Federais previstos, e não efetivados.

Rio dos Cedros(SC), 17 de setembro de 2015.

| | |
|--|--|
| Eduardo Osti Agente de Controle Interno | Fernando Tomaselli Prefeito Municipal |
|--|--|

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 096/2015

DECRETO nº 096/2015, de 15 de outubro de 2015.

Decreta Ponto Facultativo.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base nos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo Municipal no dia 30 De outubro de 2015, em todas as repartições públicas municipais, em alusão ao dia do funcionário público.

Art. 2º - O dia 28 de outubro será trabalhado normalmente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de outubro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

josé carlos oneda

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 82/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação nº 82/2015-Pregão Presencial

Objeto: Aquisição de um Trator Agrícola de pneus 4x4, Com Acionamento Eletrohidráulico, Motor com Potencia Mínima de 88 CV, Turbinado, Cambio com no Mínimo 12 Marchas a Frente e a Ré, Tomada de Força Independente, Hidráulico com Capacidades Mínima de 3.400kgf, Tanque de Combustível com capacidade mínima de 100 litros, controle remoto duplo, plataformado e c/ capota, arco e cinto de Segurança.

Empresa Vencedora: ITUARA LTDA - ME.

CNPJ: 18.057.523/0001-30

TOTAL: R\$ 108.000,00(Cento e oito mil reais).

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 168/2015 PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 168/2015

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica prorrogado a licença para tratamento de saúde, até 30/12/2015 a Servidora Municipal, Senhora Edivete Ludwig, matrícula nº 789/07, ocupante da função de Motorista de Veículos Leves. Em conformidade com a lei complementar nº 10 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeitos retrativo de 10 de outubro de 2015.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 15 de Outubro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº 169/2015 INTERROMPE TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº 165/2015

INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica interrompida licença para tratamento de saúde na data de 07/10/2015 da Servidora Municipal, Senhora IVONE PEROTTI KALLER, matrícula nº 8141/01, ocupante da função de Agente de Serviços Gerais. Em conformidade com a lei complementar nº 10 de dezembro de 2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com efeitos retrativo de 07 de Outubro de 2015.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 07 de Outubro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

São Bento do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 009/2015

RESULTADO

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL N.º 009/2015

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, homologa e torna público do Resultado Final do Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 009/2015.

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA RIO NATAL – RIO NATAL

| Classif. | Insc. | Nome do Candidato | Escolaridade | Tempo Serviço | Pontuação |
|----------|-------|---------------------|--------------|---------------|-----------|
| 1º | 005 | VALDEMIRO LUDWINSKY | 1,0 | - | 1,0 |

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA DOS PORCOS - RIO NATAL

| Classificação | Inscrição | Nome do Candidato | Escolaridade | Tempo Serviço | Pontuação |
|---------------|-----------|-------------------------------|--------------|---------------|-----------|
| 1º | 004 | OSÓRIO AUGUSTINHO JANCZKOWSKI | 1,0 | - | 1,0 |

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – ESTRADA SARAIVA – RIO NATAL

| Classif. | Insc. | Nome do Candidato | Escolaridade | Tempo Serviço | Pontuação |
|----------|-------|-------------------|--------------|---------------|-----------|
| 1º | 003 | FELÍCIO URBAINSKI | 1,0 | 2,5 | 3,5 |

CARGO: AUXILIAR DE OPERAÇÕES – CENTRO

| Classif. | Insc. | Nome do Candidato | Escolaridade | Tempo Serviço | Pontuação |
|----------|-------|--------------------------------|--------------|---------------|-----------|
| 1º | 021 | LUIS CARLOS FERREIRA | 3,0 | 2,5 | 5,5 |
| 2º | 028 | JOSÉ RENATO JULIANI NUNES | 3,0 | - | 3,0 |
| 3º | 008 | ORLANDO LIETZ | 3,0 | - | 3,0 |
| 4º | 017 | JORGE ANTONIO RODRIGUES FRANÇA | - | 2,5 | 2,5 |
| 5º | 019 | CLOVIS GONSALVES DOS SANTOS | - | 2,5 | 2,5 |
| 6º | 029 | AIRTON SIMÃO PIRES | 2,0 | - | 2,0 |
| 7º | 024 | MAICON NOVACK | 2,0 | - | 2,0 |
| 8º | 012 | OSVALDO DA ROCHA | 1,0 | - | 1,0 |

CARGO: PSICÓLOGO

| Classif. | Insc. | Nome do Candidato | Escolaridade | Tempo Serviço | Pontuação |
|----------|-------|---------------------------------|--------------|---------------|-----------|
| 018 | 1º | ANDREIA FABIANE BERTOLI | 4,0 | 5,0 | 9,0 |
| 014 | 2º | DEBORA CRISTINA CASSIAS PEREIRA | 5,0 | 2,5 | 7,5 |
| 015 | 3º | SANDRA MARA WEIGMANN LOPES | 5,0 | 2,5 | 7,5 |
| 002 | 4º | GEREMIAS ALVES | 5,0 | 2,5 | 7,5 |
| 009 | 5º | FERNANDA C. NEIDERT BATISTA | 5,0 | 2,5 | 7,5 |
| 025 | 6º | ELIS REGINA DA ROSA | 4,0 | 2,5 | 6,5 |
| 020 | 7º | CASSIO HEIDEN MAOSKI | 4,0 | 2,5 | 6,5 |
| 010 | 8º | CLEIDINEIA DE MOURA | 5,0 | - | 5,0 |
| 023 | 9º | ROSANGELA DA SILVA | 4,0 | - | 4,0 |
| 027 | 10º | ELENICE INES PILAT LIETZ | 4,0 | - | 4,0 |
| 016 | 11º | IDELAIDE FORTESCKI | 4,0 | - | 4,0 |
| 026 | 12º | CARLA QUELI MELCHIOR | 4,0 | - | 4,0 |
| 022 | 14º | GABRIELA DE LIMA | 4,00 | - | 4,0 |
| 013 | 15º | FRANCIELE RODRIGUES DA SILVA | 4,0 | - | 4,0 |

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2015

Fernando Tureck
Prefeito Municipal



DECRETO Nº 1103/2015

DECRETO Nº 1103, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 360.299,90 (trezentos e sessenta mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa centavos) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e suplementará as seguintes dotações orçamentárias: Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Média e Alta Complexidade (55) 3.3.90.39.00.00.00 265 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 93.976,31
() 3.3.90.39.00.00.00 665 – Outros Serv. Terc. PJ R\$ 148.225,39

Atividade: 2.401 – Atenção Farmacêutica

3.3.90.32.00.00.00 664 - Mat. Distribuição Gratuita R\$ 107.098,20

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(10) 3.3.90.14.00.00.00 002 - Diárias - Civil R\$ 7.000,00

(20) 3.3.90.39.00.00.00 002 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Orçamentário do exercício anterior, na fonte de recursos 0264 – Atenção Básica, no valor de R\$ 107.098,20, fonte de recursos 265 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial, no valor de R\$ 148.225,39, e as anulações parciais e totais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Média e Alta Complexidade (52) 3.3.90.30.00.00.00 265 - Material de Consumo R\$ 63.976,31
(53) 3.3.90.36.00.00.00 265 – Outros Serv. Terc. PF R\$ 30.000,00

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(8) 3.1.90.94.00.00.00 002 - Indenizações e Rest. Trabalhistas R\$ 1.000,00

(26) 3.3.90.92.00.00.00 002 - Desp. de Exercícios Anteriores R\$ 1.000,00

(24) 3.3.90.47.00.00.00 002 - Obrigações Trib. e Contributivas R\$ 5.000,00

(28) 4.4.90.52.00.00.00 002 - Equip. Material Permanente R\$ 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 15 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1104/2015

DECRETO Nº 1104, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

Nomeia os membros do Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil de São Bento do Sul.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os Decretos nº 149/01 e nº 2070/04,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros efetivos do Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil de São Bento do Sul e seus respectivos suplentes:

I - Representantes da Rede Feminina de Combate ao Câncer do Município:

a) Norma Rueckl Weber – Titular

b) Nilza Rueckl Kiem – Suplente

II - Representante da Casa da Amizade:

a) Rosane M. Blödorn - Titular

b) Francine do Rocio Pereira Daumann – Suplente

III - Representante do Hospital e Maternidade Sagrada Família:

a) Adriane Rudnick – Titular

b) Ivan da Silva Sachinski – Suplente

IV - Representante do Conselho Municipal de Saúde:

a) Adriane Christoff Machado – Titular

b) Maria Zeni Machado Fragoso – Suplente

V - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Daniela Kugelmeier - Titular

b) Clarice Foletto Soares - Suplente

VI - Representante da Pastoral da Criança:

a) Roseli Edite Vohl Rosenschek – Titular

b) Maria de Lourdes Brugnara – Suplente

VII - Representante da APAE:

a) Andréia Fabiane Bertoli - Titular

b) Solange Nunes da Silva – Suplente

VIII - Representante da Associação Catarinense de Medicina:

a) Alina Del Carmen Cowen de Pinto - Titular

b) Célia Zanin da Rosa – Suplente

IX - Representante do Conselho Regional de Enfermagem:

a) Elaine do Prado - Titular

b) Etiane Plozai Linzmeyer – Suplente

X - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Divisão de Vigilância à Saúde:

1. Cristiane Aparecida J. Sestrem – Titular

2. Maria Aparecida Scharmach - Suplente

b) Divisão de Administração, Controle e Avaliação:

1. Sandra Maria Pscheidt Mayer – Titular

2. Elsinha Nehls – Suplente

c) Divisão de Atenção Primária de Saúde:

1. Erica Maria Elisabeth Flos – Titular

2. Patricia Bett Fortuna Oliveira – Suplente

d) Equipe Saúde da Família (ESF):

1. Solange Aparecida Cardoso da Silva – Titular

2. Nayane Simone Azevedo Alonso – Suplente

Art. 2º Ficam designados para coordenar o Comitê Municipal de Mortalidade Materno-Infantil: Heleno Vellozo e Luciane Mary Koch Scatolon representantes da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º O mandato do Comitê, nomeado pelo presente, é de 01 (um) ano, compreendendo o período de 01/10/2015 a 01/10/2016.

Art. 4º A Associação de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidores de São Bento do Sul – ADOCON/SBS, não há representação.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 01 de outubro de 2015.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

ERRATA PORTARIA Nº 10194/2015

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 10194 no DOM nº 1845, de 09 de outubro de 2015, pág. 603, no local que se lê "a partir de 18 de outubro de 2015" leia-se "a partir de 19 de outubro de 2015".

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa GENTE SEGURADORA S/A.

DO OBJETO: O objeto deste Contrato consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de seguro total e contra terceiros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, conforme relação dos veículos em anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 58/2015.

DO VALOR: R\$ 9.800,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/08/2015.

São Bento do Sul, 08 de julho de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

GENTE SEGURADORA S/A, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Licença da Uso por Tempo Determinado e Prestação de Serviços de Software que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa F&F INFORMÁTICA LTDA.

DO OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a informatização do Laboratório Municipal LABCLINIC – Sistema Gerencial para laboratórios e CONNECTLAB – Interfaceamento Laboratorial, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 71/2015.

DO VALOR: R\$ 15.097,92 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 07 de agosto de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

F&F INFORMÁTICA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa C S TELE ENTREGAS E TRANSPORTES LTDA – ME.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa para prestação de serviço de motoboy, para entrega de medicamentos nos bairros do Município, conforme anexo ao Convite nº 79/2015.

DO VALOR: R\$ 35.840,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/09/2015.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

C S TELE ENTREGAS E TRANSPORTES LTDA – ME, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa ROGEL ALEXANDRO BAIL 01753032903 MEI.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de mão de obra para manutenção de impressoras e monitores, conforme anexo ao Pregão nº 81/2015.

DO VALOR: R\$ 2.850,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 03 (três) meses e 27 (vinte e sete) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 03 de setembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

ROGEL ALEXANDRO BAIL 01753032903 MEI, como Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 260/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 260/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Acolhimento Institucional Modalidade Abrigo, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL – IDI.

DO OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a contratação emergencial de empresa/entidade para operação e manutenção dos serviços de Acolhimento Institucional – Modalidade Abrigo – Municipal para atendimento de crianças e adolescentes, capacidade 20 crianças pelo prazo de até 90 dias ou homologação de novo Processo Licitatório conforme Dispensa de Licitação nº 221/2015.

DO VALOR: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela efetiva prestação dos serviços o valor mensal de até R\$ 74.277,73 (setenta e quatro mil duzentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos) para até 20 crianças, totalizando o contrato em seu valor máximo de R\$ 222.833,19 (duzentos e vinte e dois mil oitocentos e trinta e três reais e dezenove centavos).

DA VIGÊNCIA: O prazo desta permissão em Caráter Emergencial é de até 90 (noventa) dias conforme Lei 8.666/93, Art. 24, Inciso IV, a contar de 03 de outubro de 2015 até 31 de dezembro de 2015 ou homologação de novo processo licitatório.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2015.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL – IDI, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 051/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 051/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 043/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa GENTE SEGURADORA S.A, em 08 de JULHO de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 58/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 043/2015 que consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de seguro total e contra terceiros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, conforme relação dos veículos em anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 58/2015.

Considerando a aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de um veículo novo, sendo I/VW AMAROK CD 4X4 S – Placa QHR-2665, chassi nº WV1DD42HXFA036724, Renavam 1058881300, conforme documentos anexos a este Termo Aditivo, faz-se necessário aditar o referido Contrato, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), para pagamento à vista referente a seguro total do veículo.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

GENTE SEGURADORA S.A, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 052/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 052/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 035/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa WBT INTERNET LTDA ME, em 22 de JUNHO de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 46/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 035/2015, que consiste na aquisição de Internet via rádio para a Secretaria Municipal de Saúde (Unidade de Saúde Bela Aliança, Unidade de Saúde Rio Vermelho Povoado, Unidade de Saúde Urca, US Mato Preto e US 25 de Julho), conforme anexo ao Edital de Pregão nº 46/2015;

Considerando a necessidade de incluir os serviços de internet via rádio na Unidade Sanitária ESF 7, Bairro Alpino, visando melhoria e agilidade no atendimento aos munícipes, faz-se necessário aditar o referido Contrato, com base na Cláusula Nona – Das Alterações, de acordo com o Art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 1.064,97 (um mil sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos), sendo o valor de R\$ 118,33 (cento e dezoito reais e trinta e três centavos) mensal referente ao período de 22 de setembro de 2015 à 21 de junho de 2016.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

WBT INTERNET LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 054/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 054/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 043/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa GENTE SEGURADORA S.A, em 08 de JULHO de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 58/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 043/2015 que consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de seguro total e contra terceiros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, conforme relação dos veículos em anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 58/2015.

Considerando que foram a leilão público os veículos relacionados abaixo, faz-se necessária a retiradas dos mesmos da relação de veículos segurados:

Ambulância Fiat Iveco Daily 3510 – Placa JZN 4791 – RENAVAL 815007493 – CHASSI 93ZC3570138310879

Microonibus VW Kombi – Placa MCQ 9967 – RENAVAL 812108370 – CHASSI 9BWGB07X73P013860

Diante do exposto, faz-se necessário suprimir o referido Contrato conforme Art. 65, parágrafo 1º e Cláusula Sétima – das Alterações, nos seguintes termos:

Fica suprimido do Contrato o valor de R\$ 575,04 (quinhentos e setenta e cinco reais e quatro centavos) referente aos veículos informados anteriormente, com a devolução do valor pela Contratada.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

GENTE SEGURADORA S.A, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 056/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 056/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Médica e Psicológica de nº 004/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, em 29 de JANEIRO de 2015, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 3/2015.

Considerando que o Contrato de nº 004/2015, tem por objeto a contratação de serviços de assistência médica e psicológica a doentes mentais carentes de São Bento do Sul – SC (internação por leitos) sendo 84 (oitenta e quatro) leitos mensais para atendimento à maiores de 18 anos e 12 (doze) leitos mensais para atendimento a adolescente de 12 a 18 anos pelo período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015;

Considerando que a quantidade de internos excedeu o previsto inicialmente no Contrato devido às ordens judiciais emitidas para internação conforme anexo a este Termo Aditivo, faz-se necessário aditar o Contrato conforme prevê o Art. 65 parágrafo 1º da lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica incluso no contrato o valor total de R\$ 54.144,06 (cinquenta e quatro mil cento e quarenta e quatro reais e seis centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 235/2015**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 235/2015**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 115/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A, em 08 de ABRIL de 2015, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 106/2015. Considerando o objeto do Contrato nº 115/2015, que consiste no fornecimento de passagens (vale transporte) para os Municípios de Canoinhas, Balneário Camboriú, Joinville, Mafra, Caçador, Florianópolis, Monte Castelo, Rio Negrinho, Cascavel, Campo Alegre, Piçarras, Papanduva, Itaiópolis, Joaçaba e Barra Velha, auxílio de passagens para famílias carentes referenciadas pelos CRAS da Secretaria de Assistência Social, de São Bento do Sul – SC, pelo período de abril a dezembro de 2015, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 106/2015 de 08 de abril de 2015;

Considerando que devido ao aumento da tarifa do vale transporte de São Bento do Sul x Cascavel, conforme Resolução nº 4765/2015 da Agência Nacional de Transportes ANTT em anexo a este Termo Aditivo, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 115/2015, nos seguintes termos:

Fica alterado o valor unitário das passagens do item 9 - São Bento do Sul x Cascavel de R\$ 123,37 (cento e vinte e três reais e trinta e sete centavos) para R\$ 132,87 (cento e trinta e dois reais e oitenta e sete centavos), a partir de 07 de agosto de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 26 de agosto de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 242/2015**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 242/2015**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 015/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa VANDIESEL LTDA, em 19 de JANEIRO de 2015, conforme Compra Direta nº 53/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 015/2015 que consiste na contratação de prestação de serviços de mão de obra mecânica (pequenos reparos emergências), nas seguintes Viaturas Operacionais e Administrativas da 2ª Companhia de Bombeiros Militar sendo: VTR ABTR - 85 – placas MKS 6855, VTR ABRT - 36 - placas MHJ 4934; VTR AT - 18 - placas MAW 2309; VTR ASU – 24 - placas MFJ 6932; VTR ASU – 226 - placas MIA 2453; VTR ASU – 233 - placas MGY 5358; VTR AAT - 43 - placas MCX 3586; e AAT Doblô 2015 – placas OKH 6498; VTR AAT - 42 – placas MIG 0601; VTR AR – 25 - placas 5412 e AR 98 MKU 3673; VTR ASU SPRINTER 2014 – placas MMJ 2897 e VTR AAT – 190 – placa MKQ 5492, conforme Compra Direta nº 53/2015;

Considerando que as viaturas operacionais e administrativas são diariamente utilizadas e que ocorre um desgaste natural com o passar do tempo, necessitando cada vez mais de serviços de manutenção e mão de obra para substituição de peças, a estimativa de horas contratadas tornou-se insuficiente até o término do Contrato. Para tanto, faz-se necessário aditar em 25% o valor do contrato original para a prestação dos serviços conforme Cláusula Oitava – das Alterações e Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica acrescido no contrato o montante de 20 horas, importando em majoração de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) para pagamentos conforme Contrato Original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2015.

Ass: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município.

VANDIESEL LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 246/2015**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 246/2015**

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 159/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, em 15 de MAIO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 121/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 159/2014, que consiste no fornecimento de Considerando o objeto do Contrato nº 159/2014, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Getúlio Vargas, Bairro Boehmerwald, com extensão total de 363,48 m e área total a ser pavimentada de 2.923,20 m2, conforme Memorial Descritivo, Projetos e de acordo com o Programa Juro Zero – BADESC CIDADES; Considerando que a aprovação do Termo Aditivo de valores ainda não ocorreu por parte do órgão Financiador BADESC, acarretando em atraso na execução dos serviços, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução e de vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 15 de setembro de 2015 e com término em 14 de dezembro de 2015.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 15 de outubro de 2015 e com término em 14 de dezembro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHELIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 247/2015**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 247/2015**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 241/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PARTICIPA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, em 31 de AGOSTO de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 197/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 241/2015, que consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de roçadas nas dependências da Secretaria de Assistência Social e Setores (Casa Abrigo, Famílias de Apoio, CREAS, CRAS e Conselho Tutelar), conforme anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 197/2015.

Considerando equívoco quanto à dotação orçamentária (133) 10.0 1.2.037.3.3.91.39.78.00.00.00 – Gestão Administrativa da SEMAS – Pregão Presencial nº 197/2015, informada pela Secretaria de Assistência Social, sendo que esta já está comprometida com outras despesas, faz-se necessário retificar a Cláusula Nona – das dotações orçamentárias do referido Contrato nos seguintes termos:

Fica retificada a Cláusula Nona – das Dotações Orçamentárias do Contrato nº 241/2015, para que onde se lê: “(133) 10.01.2.037.3 .3.91.39.78.00.00.00 – Gestão Administrativa da SEMAS – (item 6 – R\$ 695,00)”, leia-se: “(596) 10.02.2.072.3.3.90.39.78.00.00.0 0 – FNAS – Gestão - ACESSUAS – (item 6 – R\$ 695,00)”.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

PARTICIPA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 250/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 250/2015

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 296/2013, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CEDEPS – ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLÍTICAS SS LTDA ME, em 17 de SETEMBRO de 2013, conforme Edital de Tomada de Preços nº 200/2013.

Considerando o objeto de Contrato nº 296/2013, que tem por objetivo a contratação de empresa para implantação de atividades do projeto de Trabalho Social – Programa Minha Casa Minha Vida – Loteamento Alpestre I e II, conforme convênio padrão – TTS – Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – Recursos FAR; Considerando Ofício nº 146/2015 enviado pela Empresa Municipal de Habitação - EMHAB, responsável pela fiscalização das atividades, onde a mesma informa que ainda falta uma atividade a ser realizada, sendo a festa de encerramento da comunidade;

Considerando também o atraso do Órgão Financiador Caixa Econômica Federal em relação à liberação dos recursos para o pagamento à Contratada e o Ofício nº 687/2015 enviado pela Prefeitura de São Bento do Sul ao órgão financiador para prorrogação do convênio padrão – TTS – Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – Recursos FAR para realização do repasse, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do referido Contrato por 06(seis) meses e 01 (um) dia, a contar de 17 de setembro de 2015 e com término em 17 de março de 2016.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 16 de setembro de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

CEDEPS – ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLÍTICAS SS LTDA ME, como Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 261/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 261/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 022/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, em 21 de JANEIRO de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 360/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 022/2015, que constitui no fornecimento de material e mão de obra e demais obrigações necessárias para revitalização da rede cicloviária e acessibilidade na Avenida dos Imigrantes e Rua Antonio Kaesemodel, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 310.833-29/2009 - Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, em anexo a Tomada de Preços 360/2014.

Item 2 – Fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para revitalização viária rua Antonio Kaesemodel, situada no Bairro Boehmerwald, com extensão de aproximadamente 3.000m, conforme memorial descritivo, projetos e contrato de repasse nº 310.833-29/2009 Ministério das Cidades/CAIXA.

Considerando que a lama asfáltica aplicada para a revitalização viária objeto deste contrato, é um produto que só pode ser aplicado em clima com baixa umidade relativa do ar, temperatura ambiente acima dos 10°C, temperatura na pista (asfalto) acima de 20°C, não sendo permitida a aplicação em dias de chuva conforme Normas do DNIT, e devido as condições climáticas não serem favoráveis em nossa região, impossibilitando a conclusão da obra, solicita-se a prorrogação dos prazos de execução e de vigência, uma vez que a paralisação da obra, rescisão do Contrato e abertura de novo processo licitatório causaria prejuízos a Administração nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 28 de setembro de 2015 e com término em 27

de novembro de 2015.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 21 de outubro de 2015 e com término em 20 de dezembro de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 24 de setembro de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

KELLY THIEMANN, como Arquiteta e Urbanista.

IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

PORTARIA Nº 10228/2015

PORTARIA Nº 10228, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as servidoras VIVIANE APARECIDA HINKE, BIANCA FILIPPI CHIELA SANTIAGO e CLARICE FOLETO SOARES, da Secretaria Municipal de Assistência Social, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial Spin, placas QHT 1633.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10203/2015

PORTARIA Nº 10203, DE 08 DE OUTUBRO DE 2015.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor CEZAR LUIZ CELESKI, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Meio Ambiente, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a dirigir, eventualmente e quando necessário, o veículo oficial VW/Saveiro, Placas MMK 8477.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de outubro de 2015.

ARILDO GESSER

Prefeito Municipal, em exercício

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10227/2015

PORTARIA Nº 10227, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

CONCEDE ALTERAÇÃO DE RITO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o requerimento da defesa do servidor S.G, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, matrícula funcional nº 34327, de realização de prova pericial,

RESOLVE:

Art. 1º A fim de garantia constitucional do contraditório e ampla defesa, ALTERAR o rito do Processo Administrativo Disciplinar de nº 5383/2015 passando de rito sumário para Rito ORDINÁRIO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 12/2015 FC

TERMO DE RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO 12/2015

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Edital do Pregão 12/2015, da Fundação Cultural de São Bento do Sul, no que tange aos termos da minuta de contrato, no anexo VII:

Onde se lê:

Parágrafo Quinto: As coreografias ensinadas deverão estar de acordo com o descrito nas especificações da Cláusula Terceira;

Parágrafo Sexto: Após a finalização dos serviços, a contratada deverá entregar 5 cópias simples de um CD com as músicas arranjadas, gravadas e mixadas conforme a solicitação da Fundação Cultural.

Parágrafo Sétimo: É de responsabilidade do contratado todas e quaisquer despesas com alimentação diversa, hospedagem, transporte e quaisquer outras para a realização dos serviços, inclusive do arranjador e músicos, assim como de emissão de Nota Fiscal e impostos;

Parágrafo Oitavo: A contratada é responsável pela seleção dos músicos e arranjador, bem como todos os equipamentos a serem utilizados na gravação das músicas e responsabilidade técnica pela qualidade das músicas.

Leia-se:

Parágrafo Quinto: Após a finalização dos serviços, a contratada deverá entregar 5 cópias simples de um CD com as músicas arranjadas, gravadas e mixadas conforme a solicitação da Fundação Cultural.

Parágrafo Sexto: É de responsabilidade do contratado todas e quaisquer despesas com alimentação diversa, hospedagem, transporte e quaisquer outras para a realização dos serviços, inclusive do arranjador e músicos, assim como de emissão de Nota Fiscal e impostos;

Parágrafo Sétimo: A contratada é responsável pela seleção dos músicos e arranjador, bem como todos os equipamentos a serem utilizados na gravação das músicas e responsabilidade técnica pela qualidade das músicas.

Ficam ratificadas todas as demais informações do Edital.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2015.

Fundação Cultural de São Bento do Sul

Robson Rodrigues da Silva

Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO Nº 78/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 03/2015

Contrato Nº: 78/2015 1º T.A. – Aditivo de prazo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Premier engenharias e consultoria SS Ltda

Vigência: Início: 01/10/2015 - Término: 01/01/2016

Recursos: Dotação:

(105) 4.4.90.51.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário – Exercício Vigente.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de elaboração de projeto executivo de rede coletora e estações elevatórias do sistema de esgoto sanitário das sub-bacias SBRBS 1 e 2 da Bacia do Rio São Bento.

São Bento do Sul, 15 de outubro de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.18-2015 - FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SÃO CARLOS – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.:18/2015
Edital:PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N.18/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM OTORRINOLARINGOLOGIA -
Entrega dos Envelopes ;08:00 horas –dia 30 DE OUTUBRO DE 2015
Abertura dos Envelopes ;0800 horas- dia 30 DE OUTUBRO DE 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800
SAO CARLOS, 15 DE OUTUBRO DE 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXT ATA REG PREÇOS N.55/2015

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
T Compo Nº.:55/2015
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada...:CONCRETOS E PROJETOS LTDA
Objeto :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE POLIMENTO EM PISO DE CONCRETO
Valor :R\$56.000,00(cinquenta e seis mil reais)
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 85/2015
Vigência : 12 meses
SAO CARLOS,13 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

RESUMOS CONT-35-37-38-39

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº: 039 /2015
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada: STUDIO VELHO BRASIL EIRELI ME
Objeto...: CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PUBLICO COM ENCARGOS-Mód 4
Valor...: R\$7.530,48(sete mil quinhentos e trinta reais e quarenta e oito centavos)
Vigência...: 03 ANOS
Licitação...:Concorrência –Concessão remunerada de uso de bem Publico n.76/2015
SAO CARLOS, 6 de OUTUBRO de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº: 038 /2015
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada:ANDREYD LUIZ SGARBI
Objeto...: CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PUBLICO

COM ENCARGOS-Mód 5.
Valor...: R\$9.049,32(nove mil quarenta e nove reais e trinta e dois centavos)
Vigência...: 03 ANOS
Licitação...:Concorrência –Concessão remunerada de uso de bem Publico n.76/2015
SAO CARLOS, 06 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº: 037 /2015
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada:DANIEL ADRIANO - MEI
Objeto...: CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PUBLICO COM ENCARGOS-Mód 3.
Valor...: R\$7.926,84(sete mil novecentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência...: 03 ANOS
Licitação...:Concorrência –Concessão remunerada de uso de bem Publico n.76/2015
SAO CARLOS, 06 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº: 035 /2015
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada:RAFAEL ANDRE PRICHOA MEI
Objeto...: CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PUBLICO COM ENCARGOS-Mód 1.
Valor...: R\$7.926,84(sete mil novecentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência...:03 ANOS
Licitação...:Concorrência –Concessão remunerada de uso de bem Publico n.76/2015
SAO CARLOS, 06 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA -LEANDRO PAGLIARI -CONT 05-15

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO
Contrato Nº.:05/2015 –TERCEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada...:LEANDRO PAGLIARI ME
Objeto :EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E CONCLUSÃO DE PA-VILHÃO
EM EST PRE FABRICADA
Prazo :55 dias/29.11.2015
PROCESSOTomada de Preços n.81/2014
Vigência : 31.12.2015
SAO CARLOS, 05 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

TA CAMPO VERDE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO ADITIVO
T Comp Nº.:08/2015 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:AUTO POSTO CAMPO VERDE LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS
Valor :R\$2,99(dois reais e noventa e nove centavos)
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL N.18/2015
Vigência : 12 meses
SAO CARLOS, 13 de outubro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO SUPRESSÃO DE VALOR
Contrato Nº:10/2015- PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO DE VALOR
Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada:CLINICA MEDICA SAN MARTINS MENDONÇA LTDA ME
Objeto....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS
Valor...: R\$12.861,60(doze mil oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos)
Licitação...:PREGÃO PRESENCIAL N.06/2015
SAO CARLOS, 30 de setembro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Gestor

TERMOS SUPRESSAO

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO SUPRESSÃO DE VALOR
Contrato Nº:07/2015- PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO DE VALOR
Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada:CLINICA MEDICA SAN MARTINS MENDONÇA LTDA ME
Objeto....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS
Valor...: R\$2.400,00(dois mil e quatrocentos reais)
Licitação...:PREGÃO PRESENCIAL N.04/2015
SAO CARLOS, 30 de setembro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Gestor

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO SUPRESSÃO DE VALOR
Contrato Nº:06/2015- PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO DE VALOR
Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada:AVER CLINICA MEDICA SOCIEDADE SIMPLES LTDA
Objeto....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS
Valor...: R\$35.268,80(trinta e cinco mil duzentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos)
Licitação...:PREGÃO PRESENCIAL N.02/2015
SAO CARLOS, 30 de setembro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Gestor

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO SUPRESSÃO DE VALOR
Contrato Nº:03/2015- PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO DE VALOR
Contratante:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS
Contratada:CLINICA MEDICA Q & L LTDA
Objeto....: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS
Valor...: R\$11.775,00(onze mil setecentos e setenta e cinco reais)
Licitação...:PREGÃO PRESENCIAL N.27/2014
SAO CARLOS, 30 de setembro de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Gestor

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO 074 VISOLI TUBOS

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: SETEMBRO/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 074 DE 29/09/2015– Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços n. 030/2014.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/09/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 142/2014, Modalidade Pregão Presencial n. 046/2014.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira – Do Objeto.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: VISOLI PRE-MOLDADOS LTDA

CNPJ n. 11.826.830/0001-99

DATA VENCIMENTO DA ATA: 26/12/2015

ADITIVO 079 TRR GILIOLI - DIESEL

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 079 DE 13/10/2015– Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços n. 002/2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/10/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 003/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2015.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira – Do Objeto.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADA: TRR GILIOLI LTDA

CNPJ: 00.619.380/0001-47

DATA VENCIMENTO DA ATA: 28/01/2016

ADITIVO 077 MOVEIS BELO VALOR

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 077 DE 07/10/2015– Segundo Termo Aditivo ao Contrato PREFE n. 008 de 12/02/2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/10/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 007/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 003/2015.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira – Do Objeto e da Cláusula Terceira - Do valor.

Valor suprimido: R\$ 93.573,44

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: MÓVEIS BELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ n. 75.243.220/0001-45

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

CONT. PREFE N. 048 TERRAMAX - RECOMPOSIÇÃO ASFÁLTICA

DADOS E TEXTO DE CONTRATO:

MÊS/ANO: OUTUBRO/2015

CONTRATO: PREFE. N. 048 DE 13/10/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 510.996,19

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/10/2015

LICITAÇÃO: PROCESSO PREFE N. 091/2014 – Tomada de Preços N. 008/2014

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS: ITÁLIA, SETE DE SETEMBRO, BARÃO DO RIO BRANCO, CRISTÓVÃO COLOMBO E DUQUE DE CAXIAS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

CNPJ/MF: 04.406.660/0001-28

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ordem de Serviço.

ADITIVO 078 RODRIGO MARÓSTICA

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2015

TERMO ADITIVO: PREFE N. 078 DE 07/10/2015– Segundo Termo Aditivo ao Contrato PREFE n. 009 de 12/02/2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/10/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 007/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 003/2015.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Primeira – Do Objeto e da Cláusula Terceira - Do valor.

Valor da supressão: R\$10.594,47

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: RODRIGO MARÓSTICA ME

CNPJ n. 20.292.040/0001-61

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

RESCISÃO SERGIO GOMES MACIEL

DADOS DA RESCISÃO TOTAL UNILATERAL

DATA: 15 DE SETEMBRO DE 2015

NÚMERO CONTRATO: FMS n. 008, de 08 de dezembro de 2014.

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM MÉDICO CLÍNICO-GERAL PARA COMPOR A EQUIPE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA ESF-04/ÁREA-004

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

CNPJ n. 83.009.894/0001-08

Contratada: SERGIO GOMES MACIEL & CIA LTDA. ME.

CNPJ n. 17.069.662/0001-10

Fundamento Legal da Rescisão: artigo 79 da Lei n. 8.666/93

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2015.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2015.

PARTES: Município de São João do Oeste e Kena Materiais de Construção.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 07/2015

OBJETO: "Contratação em regime de empreitada global para a reforma da estrutura da Escola da Linha Palmeiras, com área de 156,52m², localizada na Linha Palmeiras no interior do município de São João do Oeste".

VALOR TOTAL: R\$ 19.606,64

VIGÊNCIA: 16.10.2015 até 16.12.2015

São João do Oeste – 09 de Outubro de 2015

Ernani Miguel Hoff – Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2015.

PARTES: Município de São João do Oeste e Eletro Refrigeração Royer LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 67/2015

OBJETO: "Aquisição de Eletrodomésticos e utensílios para a Secretaria da Educação do município de São João do Oeste".

VALOR TOTAL: R\$ 5.580,00

VIGÊNCIA: 15.10.2015 até 16.11.2015

São João do Oeste – 15 de Outubro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2015.

PARTES: Município de São João do Oeste e Potência Som e Informática- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 67/2015

OBJETO: "Aquisição de Eletrodomésticos e utensílios para a Secretaria da Educação do município de São João do Oeste".

VALOR TOTAL: R\$ 997,00

VIGÊNCIA: 15.10.2015 até 16.11.2015

São João do Oeste – 15 de Outubro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2015.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128/2015.

PARTES: Município de São João do Oeste e JV-Itech Informática Tecnol. Impressão LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 67/2015

OBJETO: "Aquisição de Eletrodomésticos e utensílios para a Secretaria da Educação do município de São João do Oeste".

VALOR TOTAL: R\$ 1.906,00

VIGÊNCIA: 15.10.2015 até 16.11.2015

São João do Oeste – 15 de Outubro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

PP 69/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2015

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos para estruturação do Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga, através da conta convenio Funrebom, firmado entre o Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga e o município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 29 de Outubro de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 16 de outubro de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São José

PREFEITURA

ERRATA A ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA A ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2015 – Processo nº 307/2015 – A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 15/10/2015, ONDE SE LÊ: “RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 15 de outubro de 2015 às 18h00min até dia 27 de outubro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 27 de outubro de 2015.” LEIA-SE: “RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 16 de outubro de 2015 às 18h00min até dia 29 de outubro de 2015, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 29 de outubro de 2015.” Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

LEI N.º 5.509 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

ALTERA A LEI Nº. 5.487, DE 23 DE JUNHO DE 2015, QUE APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – O Anexo da Lei nº 5.487, de 23 de junho de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“1.16) Implementar espaços lúdicos acessíveis de interatividade considerando a diversidade étnica, sociocultural e religiosa, tais como: brinquedoteca/ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil;”

1.17) Implementar, em todas as instâncias de ensino, perspectivas no sentido de prevenir qualquer prática discriminatória; ” (NR)

.....
.....

“1.26) Coletar, analisar, divulgar dados do perfil sócio-econômico, étnico-racial e de sexo, desenvolvendo a cultura de acompanhamento do diagnóstico de auto-avaliação, visando à construção de políticas públicas que atendam as demandas do público atendido, prioritariamente com a implantação de sistemas de dados;

1.27) Criação de um Programa de Diversidade de Equidade Racial nas instituições de educação pública, com a finalidade de assessorar no cumprimento das leis 10.639/03, 11.645/08 e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de monitorar e oferecer formação continuada aos profissionais da educação em conformidade com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História de Cultura Afro-brasileira e Africana.” (NR)

.....
.....

2.21) Garantir o recorte étnico-racial e pluralidade religiosa aos programas e ações da área da Educação, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, e em todos os níveis e modalidades da educação e ensino, ampliando e garantindo as vagas nos cursos já existentes para gestores, educadores, técnicos, pesquisadores, conselheiros escolares e pais das Redes Pública e Privada, e das comunidades tradicionais; ” (NR)

.....
.....

“2.29) Coletar, analisar, divulgar dados de rendimento e movimento de: evasão, aprovação, distorção idade/ano, perfil sócio-econômico, étnico-racial e sexo, desenvolvendo a cultura de acompanhamento do diagnóstico de auto-avaliação, visando a construção de políticas públicas que atendam as demandas do público atendido, prioritariamente com a implantação de sistemas de dados;

2.30) Criar Programa de Diversidade de Equidade Racial nas instituições de educação pública, com a finalidade de assessorar no cumprimento das leis 10.639/03, 11.645/08 e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de monitorar e oferecer formação continuada aos profissionais da educação em conformidade com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História de Cultura Afro-brasileira e Africana;” (NR)

.....
.....

“5.10) Criar Programa de Diversidade de Equidade nas instituições de educação pública, com a finalidade de assessorar no cumprimento das leis 10.639/03, 11.645/08 e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de monitorar e oferecer formação continuada aos profissionais da educação em conformidade com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História de Cultura Afro-brasileira e Africana. ” (NR)

.....
.....

“7.18) Criar Programa de Diversidade de Equidade nas instituições de educação pública, com a finalidade de assessorar no cumprimento das leis 10.639/03, 11.645/08 e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de monitorar e oferecer formação continuada aos profissionais da educação em conformidade com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História de Cultura Afro-brasileira e Africana;” (NR)

.....
.....

“9.15) Elaborar o currículo da EJA considerando os seguintes aspectos: sujeitos que compõem a EJA, suas trajetórias e reais necessidades, mundo do trabalho, experiências de vida, etnia, ética, pluralidade cultural, violência, drogas, mundo do trabalho, tecnologias e outros; ” (NR)

.....
.....

"12.24) Atuar junto às Instituições de Educação Superior para que adotem nos currículos de seus cursos, em disciplinas obrigatórias, conteúdo sobre as relações étnico-raciais e direitos humanos; " (NR)

.....
.....

"14.11) Estimular estudos e pesquisas em direitos humanos e inclusão, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, quilombola, indígena, comunidades tradicionais, público da educação especial, e em situação de privação de liberdade; " (NR)

.....
.....

"15.12) Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação sobre direitos humanos; " (NR)

.....
.....

"15.18) [SUPRIMIDO].

.....
.....

"16.6) Garantir a inserção das temáticas direitos humanos e inclusão, diversidade religiosa, relações étnico-raciais, educação ambiental, tecnologia assistiva, quilombola, indígena, comunidades tradicionais, público da educação especial, e em situação de privação de liberdade, nos currículos dos cursos de pós-graduação e formação continuada; " (NR)

.....
.....

18.22) Instituir por meio de projeto de Lei, junto as Redes de Ensino, Setor de Educação das Relações Étnico – ERER. " (NR)

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em São José (SC), 15 de outubro de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 021/SSDST/2015

PORTARIA Nº 21/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia Comissão de Sindicância para apurar o descumprimento do dever de servidor do Guarda Municipal A.P.U, matrícula nº 21.495, considerando a reiteração da conduta vedada, embora alertado sobre o fato, infringindo o art.146, VI, Lei nº 2248/91 (Estatuto dos Servidores Municipais de São José/SC) c/c art. 8º, VII, letra "a", do Decreto nº 14.863/2004 (Regimento Interno da Guarda Municipal de São José/SC – RDGM) e Art. 53, II, NIP nº 001/2013 (Norma Interna de Padronização).

Art. 2º Ficam nomeados, como membros da Comissão respeitando o que descreve o Art. 3º, Lei 5215/2013;

I – Corregedor Geral, WAGNER NIEHUES DE SOUZA, matrícula. 15.714, como presidente;

II – Guarda Municipal, MORGANA PIRES DOS SANTOS, matrícula 15.744, como Secretário;

III – Guarda Municipal, EDERSON DOS SANTOS BORGES, matrícula 15.698, como Vogal.

Art. 3º A sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE DO MÊS DE SETEMBRO DE 2015

| Câmara Municipal de São José | | Usuário: Wilmar Hinckel | Página |
|--|----------------------|--------------------------------------|-----------------------|
| Praça Anoldo de Souza, 38, CEP: 88.103-005 - Centro - São José/ SC CNPJ: 83.708.248/0001-39 Fone: (48) 3029-1321. http://www.cmsl.sc.gov.br | | Chave de autenticação: 1682-7601-891 | 1 / 1 |
| Anexo 13 - Balanço Financeiro | | | |
| Valores em R\$ - Período: 01/01/2015 até 30/09/2015 | | | |
| Despesa realizada: Empenhada | | | |
| Ingressos | | Dispêndios | |
| ESPECIFICAÇÃO | Exercício Atual | Exercício Anterior | Exercício Anterior |
| Receita orçamentária (I) | | | |
| Ordinária | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Vinculada | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Recursos vinculados à educação | | | |
| Recursos vinculados à saúde | | | |
| Recursos vinculados à previdência social - RPPS | | | |
| Recursos vinculados à seguridade social | | | |
| Outras destinações de recursos | | | |
| (-) Deduções da receita | | | |
| Ordinária | 0,00 | 0,00 | |
| Vinculada | 0,00 | 0,00 | |
| Recursos vinculados à educação | | | |
| Recursos vinculados à saúde | | | |
| Recursos vinculados à previdência social - RPPS | | | |
| Recursos vinculados à seguridade social | | | |
| Outras destinações de recursos | | | |
| Transferências financeiras recebidas (II) | | | |
| Para execução orçamentária | 14.875.306,20 | 0,00 | 0,00 |
| Independente da execução orçamentária - Intra OFSS | 14.875.306,20 | | |
| Para cobertura de déficit financeiro do RPPS | | | |
| Recebimentos extraorçamentários (III) | 3.341.999,41 | 0,00 | 0,00 |
| Inscrição de restos a pagar processados | 6.134,04 | | |
| Inscrição de restos a pagar não processados | 1.608.376,05 | | |
| Depósitos restituíveis e valores vinculados | 1.727.489,32 | | |
| Saldo em espécie do exercício anterior (IV) | 618.447,85 | 0,00 | 0,00 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 618.447,85 | | |
| Investimentos e aplicações temporárias | | | |
| Depósitos restituíveis e valores vinculados | | | |
| Outros rendimentos | | | |
| TOTAL (V) = (I + II + III + IV) | 18.835.753,46 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências financeiras concedidas (VII) | | | |
| Para execução orçamentária | | 0,00 | 0,00 |
| Independente da execução orçamentária - Intra OFSS | | | |
| Para cobertura de déficit financeiro do RPPS | | | |
| Pagamentos extraorçamentários (VIII) | 1.850.976,95 | 0,00 | 0,00 |
| Pagamento de restos a pagar processados | 13.669,32 | | |
| Pagamento de restos a pagar não processados | 596.500,37 | | |
| Depósitos restituíveis e valores vinculados | 1.240.807,26 | | |
| Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX) | 7.447.293,68 | | 0,00 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7.447.293,68 | | |
| Investimentos e aplicações temporárias | | | |
| Depósitos restituíveis e valores vinculados | | | |
| Outros rendimentos | | | |
| TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX) | 18.835.753,46 | | 0,00 |

ORVINO COELHO DE AVILA
PRESIDENTE DO LEGISLATIVO
ORDENADOR DA DESPESA

WILMAR HINCKEL
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CRC/SC-10613

CUSTODIO HORACIO DA SILVEIRA
DIRETOR FINANCEIRO

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2015 - CC Nº 009/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 17/11/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2015, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 009/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PERMISSÃO ONEROSA, COM EXCLUSIVIDADE, PARA ADMINISTRAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL 1.910/2010. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.
São Lourenço do Oeste – SC, 15 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2015 - PR Nº 094/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/10/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 094/2015 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA CONCLUIR O ANO LETIVO DE 2015, E PARA A TOTALIDADE DO ANO LETIVO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 15 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2015 - PR Nº 095/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 28/10/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2015. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, A SEREM UTILIZADOS NA 5ª EFAISLO – EXPOSIÇÃO E FEIRA COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGROPECUÁRIA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE CONFORME DESCRITO EM ANEXO E PROPOSTA TRANSFERÊNCIA 14716/2015 CADASTRADA NO SISTEMA SIGEF DO GOVERNO ESTADUAL, JUNTO AO FUNTURISMO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.204, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.204, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 10.045,00 (dez mil e quarenta e cinco reais), na seguinte dotação orçamentária:

| | | | | |
|--------------------------------|------------------------------|--------------------|---------------|--|
| 08.00 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | | |
| 08.01 | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME | | | |
| 12.365.4505.2.015 | | | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0032 | 210 | Aplicações Diretas | R\$ 10.045,00 | |

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.205, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.205, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Determina a anulação do Processo Licitatório nº 135/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 087/2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, fundamentando-se no disposto no artigo 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e,

CONSIDERANDO o Memorando nº 23/2015, emitido pela Controladoria Geral do Município, em 13 de outubro de 2015, recomendando o imediato cancelamento do Processo Licitatório nº 135/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 087/2015, cujo objeto consiste na "aquisição de materiais e prestação de serviços para execução de instalações elétricas, a serem utilizados na 5ª Efaislo - Exposição e Feira Comercial, Industrial e Agropecuária de São Lourenço do Oeste, conforme descrito em anexo e Proposta Transferência 14716/2015, cadastrada no Sistema SIGEF do Governo Estadual, junto ao Funturismo pelo Município de São Lourenço do Oeste/SC";

CONSIDERANDO que o ato convocatório não contempla o projeto básico ou termo de referência, bem como não contém exigência técnica que resguarde as características do serviço a ser prestado, tratando-se de vício insanável que macula todo o certame licitatório;

CONSIDERANDO a suspensão do credenciamento das empresas na sessão do Pregão, fase processual atual do Processo Licitatório, sendo inaplicável a previsão legal quanto a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO a autorização legal para anulação de processos licitatórios, contida no artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 135/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 087/2015, cujo objeto consiste na "aquisição de materiais e prestação de serviços para execução de instalações elétricas, a serem utilizados na 5ª Efaislo - Exposição e Feira Comercial, Industrial e Agropecuária de São Lourenço do Oeste, conforme descrito em anexo e Proposta Transferência 14716/2015, cadastrada no Sistema SIGEF do Governo Estadual, junto ao Funturismo pelo Município de São Lourenço do Oeste/SC", com efeitos ex tunc.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de outubro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 126/2015 – Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia Nº 007/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA RIO DE JANEIRO, ENTRE O ACESSO SUL, E A AVENIDA BRASIL, COM ÁREA TOTAL DE 29.289,26M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

FORNECEDOR: GAIA RODOVIAS LTDA - CNPJ: 03.257.777/0001-24.

VALOR: R\$ 1.736.880,40 (um milhão, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta centavos).

TOTAL: R\$ 1.736.880,40 (um milhão, setecentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta reais e quarenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 05/10/2015.

VIGÊNCIA: 05/10/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015- BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DEMAIS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SMO/SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DEMAIS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O PREFEITO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. JOÃO CARLOS VALAR, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e das Leis Complementares Municipais nº 009/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e 026/2013 (Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal), e 6.616/2012 e suas alterações, Lei nº 7.148/2015 Plano Municipal de Educação e Lei nº 6.088 do Sistema Municipal de Ensino, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo destinado a compor cadastro de reserva para contratação por tempo determinado, para substituir servidores efetivos em licença, férias ou investidos em função de confiança, a seguir relacionada, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes. Ainda, considerando que no processo seletivo de 2014 não houve candidatos aprovados em número suficiente para atender à demanda da rede, torna-se necessária a realização de novo teste seletivo em 2015.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal, da Lei Orgânica Municipal, e das Leis Complementares Municipais nº 009/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e 026/2013 (Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal), e 6.616/2012 e suas alterações, Lei nº 7.148/2015 Plano Municipal de Educação e Lei nº 6.088 do Sistema Municipal de Ensino e demais legislação vigente.

1.1.2. O Processo Seletivo será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo do Município de São Miguel do Oeste - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Processo Seletivo serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.saomiguel.sc.gov.br

1.1.6. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.1.7. São condições para participação no presente PROCESSO SELETIVO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

1.1.9. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA, TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO para os cargos de professor e coordenador pedagógico.

1.1.10. Para os cargos do quadro 03(três) a prova será na modalidade objetiva.

1.2. Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO 01

| PROFESSORES HABILITADOS | | | | | |
|---|-------|-----------------------|--------------------|--|---------------------------------------|
| Cargo | Vagas | Carga Horária Semanal | Vencimento Inicial | Habilitação | Tipo de Prova |
| Professor de Educação Infantil | CR* | 20/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Pedagogia Educação Infantil | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais | CR* | 20/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Pedagogia Anos Iniciais | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Língua Inglesa | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Letras - Inglês | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Língua Espanhola | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Letras - Espanhol | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Língua Portuguesa | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Letras - Português | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Matemática | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Matemática | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Ciências | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Ciências ou Ciências Biológicas. | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Geografia | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Geografia | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de História | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em História | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Artes | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Artes | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| **Professor de Educação Física | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Educação Física, com registro no órgão fiscalizador. | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Ensino Religioso | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Ciências da Religião ou curso similar | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |

| | | | | | |
|--------------------------------|-----|--------|--------------|--|---------------------------------------|
| Professor de Educação Especial | CR* | 20/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Pedagogia - Educação Especial; ou Licenciatura em Pedagogia e Especialização em Educação Especial; ou Licenciatura em Pedagogia. | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Coordenador Pedagógico | CR* | 40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Pedagogia. | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |

*CR – Cadastro de Reserva

** Para atuar como Professor de Educação Física, o profissional deverá apresentar carteira do CREF no ato da contratação.

QUADRO 02

| PROFESSORES NÃO HABILITADOS | | | | | |
|---|-------|-----------------------|--------------------|---|---------------------------------------|
| Cargo | Vagas | Carga Horária Semanal | Vencimento Inicial | Habilitação | Tipo de Prova |
| Professor de Educação Infantil | CR* | 20/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Pedagogia Educação Infantil | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais | CR* | 20/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Pedagogia Anos Iniciais | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Língua Inglesa | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Letras - Inglês | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Língua Espanhola | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Letras - Espanhol | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Língua Portuguesa | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Letras - Português | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Matemática | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Matemática | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Ciências | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Ciências ou Ciências Biológicas. | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Geografia | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Geografia | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de História | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em História | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Artes | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Artes | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |

| | | | | | |
|-------------------------------|-----|--------------|--------------|--|---------------------------------------|
| Professor de Ensino Religioso | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Ciências da Religião ou curso similar | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
|-------------------------------|-----|--------------|--------------|--|---------------------------------------|

*CR – Cadastro de Reserva
QUADRO 03

| DEMAIS CARGOS | | | | | |
|--|-------|-----------------------|--------------------|--|---------------|
| Cargo | Vagas | Carga Horária Semanal | Vencimento Inicial | Habilitação | Tipo de Prova |
| Assistente Social | CR* | 40h | R\$ 3.136,32 | Ensino Superior em Serviço Social com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional. | Objetiva |
| Advogado | CR* | 20h | R\$ 3.535,48 | Ensino Superior em Direito com registro na OAB entidade da categoria profissional. | Objetiva |
| Orientador Social | CR* | 40h | R\$ 2.134,97 | Ensino superior em ciências humanas e sociais, ou Psicologia. | Objetiva |
| Pedagogo | CR* | 40h | R\$ 2.134,97 | Ensino Superior, com graduação em pedagogia. | Objetiva |
| Educador Social Disciplina de Artes | CR* | 40h | R\$ 2.134,97 | Ensino superior, em Artes, experiência na área de trabalhos comunitários e atuação na área da Criança e Adolescente. | Objetiva |
| Educador Social Disciplina de Educação Física | CR* | 40h | R\$ 2.134,97 | Ensino Superior em Educação Física, com experiência com trabalhos voltados à criança e adolescente e registro no órgão fiscalizador. | Objetiva |
| Recepcionista | CR* | 40h | R\$ 1.355,55 | Ensino Médio Concluído. | Objetiva |

| | | | | | |
|---------------------------------------|-----|-----|--------------|---|----------|
| Atendente Social | CR* | 40h | R\$ 1.197,50 | Ensino Médio Concluído. | Objetiva |
| Auxiliar de Creche | CR* | 40h | R\$ 1.368,57 | Ensino Médio Concluído. | Objetiva |
| Educador Social Instrumentos Musicais | CR* | 40h | R\$ 1.539,64 | Ensino médio, com experiência em instrumentos musicais. | Objetiva |
| Agente de Limpeza e Serviços Gerais | CR* | 40h | R\$ 1.083,45 | Ensino Fundamental. | Objetiva |
| Merendeira | CR* | 40h | R\$ 1.083,45 | Ensino Fundamental. | Objetiva |

*CR – Cadastro de Reserva

** Para atuar como Professor de Educação Física, o profissional deverá apresentar carteira do CREF no ato da contratação.

1.2.2. A carga horária dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental – Anos Iniciais será de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais de acordo com o quadro de vagas a ser publicado.

1.2.3. Não serão divididas as vagas de 40 (quarenta) horas, respeitando-se o quadro de vagas.

1.2.4. A carga horária dos professores do Ensino Fundamental – Anos Finais e Disciplinas Específicas (Educação Física, Artes e Língua Inglesa) nos Anos Iniciais - será de 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40(quarenta) horas semanais de acordo com o quadro de vagas a ser publicado.

1.2.5. Não serão divididas as vagas de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40(quarenta) horas semanais, respeitando-se o quadro de vagas.

1.2.6 Caso o candidato aprovado, para a função de professor, esteja cursando o ensino superior (Licenciatura), será contratado como professor não-habilitado, ou seja, receberá o valor correspondente ao descrito no quadro 02 (dois) deste edital, não será alterado o contrato durante o ano letivo.

1.2.7. A escolha de vagas dos candidatos não habilitados somente deverá ocorrer após a chamada dos candidatos habilitados classificados.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET ou VIA POSTAL, no período das 08horas do dia 15 de outubro de 2015 às 23h59min do dia 13 de novembro de 2015.

2.1.1. DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET/ON-LINE:

2.1.1.2. Para a inscrição pela internet o candidato deverá acessar o site www.ameosc.org.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos;

b) fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição;

c) preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

e) imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até as 23h59min do dia 16 de novembro de 2015;

f) pagar o boleto, preferencialmente, no banco emissor; a baixa dos boletos acontecerá após o envio dos arquivos ao sistema de gestão pelo executor do certame; este processo poderá acontecer até a data de publicação das inscrições deferidas e indeferidas especificada no anexo I do edital (cronograma).

2.1.1.3. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com acesso à Internet na Secretaria de Educação de São Miguel do Oeste, sita à Rua Guilherme José Missen, 289, centro, de São Miguel do Oeste – SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente das 07h às 13h.

2.1.1.4. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.1.1.5. A Prefeitura de São Miguel do Oeste – SC, e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.1.1.6. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.1.1.7. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2 DAS INSCRIÇÕES VIA POSTAL:

2.1.2.1. Admitir-se-á inscrição via postal, registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para as

inscrições, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, sita à Rua Marcilio Dias, 1199, Centro – CEP 89900-000, São Miguel do Oeste – SC. Encaminhado aos cuidados do departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC.

2.1.2.2. É de responsabilidade do candidato, que desejar realizar a inscrição via portal imprimir o Requerimento de Inscrição (modelo anexo), preenchê-lo corretamente com todos os dados solicitados e assinar.

2.1.2.3. O candidato deverá dirigir-se a uma agência do Banco do Brasil S.A. e efetuar um depósito IDENTIFICADO E EM DINHEIRO, no valor da taxa de inscrição corresponde ao cargo que deseja se inscrever, na conta corrente da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste abaixo informada:

Estabelecimento bancário: Banco do Brasil S.A.

Agência: 0599-1

Conta Corrente: 301412-6

Código Banco: 001

Carteira: 18

Variação: 19

Convênio: 2661998

2.1.2.4. Providenciar cópia AUTENTICADA dos seguintes documentos:

a. Documento de identidade (RG);

b. Comprovante do CPF (Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda). Caso no documento de identidade conste o número do CPF fica dispensada a apresentação do comprovante.

c. Comprovante do depósito identificado em dinheiro na conta do município de São Miguel do Oeste –SC, realizado no Banco do Brasil.

2.1.2.5. Enviar pelo correio o Requerimento de Inscrição, devidamente preenchido com todos os dados solicitados e devidamente assinado e as cópias autenticadas dos documentos exigidos, por correspondência com Aviso de Recebimento (AR), pelo Serviço de Remessa Expressa de Documentos e Mercadorias-SEDEX, para o endereço constante do item 2.1.2.1.

2.1.2.6. Só serão aceitos os pedidos de inscrição enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, até às 13 horas do último dia de inscrição, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

2.1.2.7. O depósito em conta corrente da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, deve ser obrigatoriamente o DEPÓSITO IDENTIFICADO, não tendo validade o depósito comum.

2.1.2.8. Os depósitos em conta corrente eventualmente feitos em desacordo com a norma do edital e ou com erro na identificação do candidato e ou intempestivamente, não poderão ser ressarcidos.

2.1.2.9. É vedada a inscrição condicional, não sendo admitida complementação documental fora do prazo fixado para inscrição, nem comprovante de agendamento de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.2.10. A inscrição por via postal, se efetuada, será por conta e risco do candidato, não se responsabilizando o Município de São Miguel do Oeste – SC por extravios, falta de documentação, atrasos ou outras ocorrências que impeçam a efetiva inscrição do candidato.

2.2. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.3. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.4. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.5. Os candidatos aos cargos de Professores e Coordenador Pedagógico especificados no quadro 01, que, tiverem habilitação em 02 (duas) áreas, poderão inscrever-se para até 02 (duas) das vagas de que trata o quadro 01 item 2.5.1. Os Professores Não Habilitados especificados no quadro 02, somente poderão se inscrever para um 01 (um) cargo, bem como os demais cargos especificados no quadro 03.

2.5.1. Em caso de inscrição para dois cargos, o candidato deverá efetuar o recolhimento das taxas de inscrições para os 02 (dois) cargos a que pretende se inscrever;

2.5.2. Em caso de inscrições erradas e pagamento dessas, o candidato não será ressarcido pelo pagamento efetuado incorretamente, sendo que é de responsabilidade do candidato efetuar a sua inscrição para o cargo ao qual pretende concorrer corretamente;

2.5.3. Para os cargos que é permitida inscrições para 02 (dois) cargos, serão consideradas válidas somente as 02 (duas) últimas inscrições realizadas;

2.5.4. Em caso de realização de 02 (duas) provas, o candidato deverá responder as duas simultaneamente, no horário estabelecido por este edital.

2.6. O valor da Taxa de Inscrição para o Processo Seletivo será de:

| Cargos | Valor R\$ |
|--|-----------|
| Ensino Superior (Professor habilitado, não habilitado e demais cargos) | R\$ 80,00 |
| Ensino Médio | R\$ 60,00 |
| Ensino Fundamental | R\$ 40,00 |

2.9. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do Processo Seletivo, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.10. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, entre outros).

2.10.1. A solicitação de recursos especiais será atendida, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados por meio de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.11. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários, a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

2.12. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO PARA OS DOADORES DE SANGUE:

2.12.1. O candidato que preencher os requisitos da Lei Estadual nº 10.567, de 07 de novembro de 1997 (Doador de Sangue) poderá requerer a isenção do pagamento da taxa de inscrição neste Processo Seletivo.

2.12.1.1. Equipara-se a doador de sangue, a pessoa que integre a Associação de doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta, à doação.

2.12.2. O requerimento de isenção de pagamento da taxa de inscrição para os doadores de sangue (modelo anexo) deverá ser encaminhado à Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, e entregue do dia 15.10 a 03.11 de 2015, no endereço da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, sita à Rua Marcílio Dias nº 1199, centro de São Miguel do Oeste, aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos em horário de expediente da Prefeitura, das 07h às 13h, juntamente com os seguintes documentos:

a) cópia do requerimento de inscrição;

b) comprovante expedido por entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou pelo Município, de que o candidato é doador de sangue, relacionando o número e a data em que foram realizadas as doações, sendo que não poderá ser inferior a 03 (três) doações anuais. Para ter direito à isenção, o candidato deve comprovar que realizou, no mínimo 03 (três) doações no período de um ano;

c) no caso o subitem 2.12.1.1, documento específico que comprove que o candidato integre a Associação de doadores de Sangue legalmente constituída e que contribua para estimular de forma direta e indireta a doação, relacionando, minuciosamente as atividades desenvolvidas pelo candidato.

c.1) A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, sita à Rua Marcílio Dias nº 1199, cep 89900-000, centro de São Miguel do Oeste – SC, aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos em horário de expediente da Prefeitura, das 07h às 13h, por meio de cópia autenticada em cartório, sendo que os mesmos devem estar na Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC até no máximo dia 04.11.2015.

2.12.3. A Comissão de Acompanhamento avaliará o pedido de isenção e publicará sua decisão no mural público da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC e nos sites www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br até o dia 05.11.2015 não sendo encaminhada resposta individual ao candidato, salvo se solicitado.

2.12.4. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição INDEFERIDOS poderão participar do presente Processo Seletivo desde que efetuem o pagamento da taxa de inscrição até às 23h59min do dia 16.11.2015, como os demais candidatos. O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII, do art. 37, da Constituição Federal, na Lei Nº. 7.853/89, no Decreto Nº. 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez cento) das vagas existentes, que vierem a surgir ou forem criadas no prazo de validade do processo seletivo.

3.2. O candidato portador de deficiência, amparado pela legislação vigente e sob sua inteira responsabilidade, concorre em igualdade de condições com todos os candidatos, resguardadas as ressalvas legais vigentes e, ainda, o percentual aqui estabelecido.

3.2.1. O candidato portador de deficiência será inicialmente classificado de acordo com as vagas de ampla concorrência para o cargo que concorre. Caso não esteja situado dentro dessas vagas, será classificado em relação à parte, disputando as vagas reservadas a portadores de deficiência no cargo que concorre, caso existam.

3.3. Somente serão considerados portadores de deficiência aqueles que se enquadrem nas categorias constantes do art. 4º, do Decreto 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2005.

3.4. A deficiência do candidato, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, deve permitir o desempenho adequado das atribuições e exigências especificadas para a função, de acordo com o expresso nos subitens.

3.5. Os portadores de deficiência física somente poderão disputar cargos e funções cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores

3.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.7. O portador de deficiência não está isento do recolhimento da taxa de inscrição.

3.8. Não haverá prova em braile, o candidato com deficiência visual deverá requerer prova ampliada ou um fiscal leitor.

3.9. O candidato portador de deficiência que não realizar sua inscrição de acordo com as regras deste Capítulo do Edital não poderá alegar esta condição em seu benefício, não sendo cabível qualquer recurso de sua condição neste caso.

3.10. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição, deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.11. Durante o prazo de inscrição, o candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar à Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, sita à Rua Marcílio Dias nº 1199, centro de São Miguel do Oeste, aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos em horário de expediente da Prefeitura, das 07h às 13h, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidos somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de São Miguel do Oeste/SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.12. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feita por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, sita à Rua Marcílio Dias nº 1199, Cep 89900-000, centro de São Miguel do Oeste – SC, aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos, por meio de cópia autenticada em cartório. Neste caso, os documentos devem estar na

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste até às 13h do último dia de inscrição.

3.13. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.14. As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.15. O candidato que, no dia da prova, necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento dessas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste/SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos, independente do cargo a que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 12/12/2015, em local a ser informado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br após a homologação final das inscrições.

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de São Miguel do Oeste-SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 14h20min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17horas.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 02h30min, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão-resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. Os candidatos previstos no quadro 01, inscritos para 02(dois) cargos farão as provas específicas no mesmo horário dos demais candidatos (02h30min).

5.1.4.2. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de Conhecimentos Específicos, Conhecimentos Gerais e Língua Portuguesa.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.1.4.4. A prova será composta de 20 (vinte) questões inéditas.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Conhecimentos Gerais e Língua Portuguesa conforme quadro abaixo para os seguintes cargos: Assistente Social, Advogado, Orientador Social, Pedagogo, Educador Social disciplina de Artes, Educador Social disciplina de Educação Física, Recepcionista, Atendente Social, Auxiliar de Creche, Educador Social Instrumentos Musicais, Agente de Limpeza e Serviços Gerais e Merendeira deste edital.

| Provas | Nº de Questões | Peso | Total de Pontos por Disciplina (Nota) | Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3. |
|--|----------------|------|---------------------------------------|--|
| 1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos | 10 | 0,65 | 6,50 | 4,00 |
| 2 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Gerais | 05 | 0,35 | 1,75 | |
| 3 <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa | 05 | 0,35 | 1,75 | |
| TOTAL | 20 | - | 10,00 | - |

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas das provas de Conhecimentos Específicos, Conhecimentos Gerais e Língua Portuguesa), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade B) – Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Conhecimentos Gerais e Língua Portuguesa conforme o quadro abaixo, para todos os cargos de PROFESSORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS especificados nos Quadros 01 e 02 deste edital.

| Provas | Nº de Questões | Peso | Total de Pontos por Disciplina (Nota) |
|--|----------------|------|---------------------------------------|
| 1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos | 10 | 0,40 | 4,00 |
| 2 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Gerais | 05 | 0,30 | 1,50 |

| | | | |
|--|----|------|------|
| 3 <input type="checkbox"/> Língua Portuguesa | 05 | 0,30 | 1,50 |
| TOTAL | 20 | - | 7,00 |

5.3.1. Serão considerados classificados todos os candidatos que realizarem a prova objetiva, não tendo nota mínima para aprovação para os cargos descritos nos Quadros 01 e 02 deste edital, conforme quadro acima exemplificado.

5.4. DA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO: - A prova de Títulos e Tempo de Serviço conforme o quadro a seguir será para todos os cargos de PROFESSORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS especificados nos Quadros 01 e 02 deste edital. Valendo 3,00 (três) pontos, sendo considerado:

| Títulos e Tempo de Serviço | Nº máx. de Títulos | Valor do Título | Total |
|--|--------------------|---|------------|
| Curso completo de Mestrado na área de Educação. | 01 | 0,50 ponto | 0,50 |
| Curso completo de Pós-Graduação em nível de Especialização na área de Educação. | 01 | 0,20 ponto | 0,20 |
| Curso de Graduação (licenciatura) na área ou disciplina de inscrição. | 01 | 0,30 ponto | 0,30 |
| Curso de atualização na área de Educação realizado nos anos de 2014 e 2015, considerando a somatória máxima de 200 (Duzentas) horas. | 05 | 0,10 pontos para cada quarenta horas de curso. | 0,50 |
| Tempo de serviço no magistério até 30 de setembro de 2015. | 150* | Para cada mês trabalhado será atribuído 0,01 (zero vírgula zero um) | 1,5 |
| TOTAL | 158 | | Total 3,00 |

*Para a contagem de tempo de serviço serão considerados os meses trabalhados, computando no máximo 150 (cento e cinquenta) meses, resultando 1,5 na pontuação final.

5.4. A prova de títulos e de tempo de serviço consiste na entrega de cópias dos documentos que comprovem a titulação e o tempo de serviço, juntamente com a original para conferência.

5.4.1. As cópias dos documentos para a PROVA DE TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO juntamente com o formulário (modelo anexo) preenchido e assinado, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, do Município de São Miguel do Oeste – SC, sita na Rua Guilherme Missem, nº 289, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h às 13h, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

5.4.2. A entrega dos documentos acima referidos juntamente com o formulário preenchido e assinado também poderá ser feito por meio postal, por meio de Sedex a ser encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, do Município de São Miguel do Oeste, sita na Rua Guilherme Missem, nº 289, CEP 89900-000, São Miguel do Oeste – SC, por meio de cópia autenticada em cartório. Neste caso os documentos devem estar na Secretaria de Educação de São Miguel do Oeste até às 13h do último dia de inscrição.

5.4.3. Os cursos de Pós-graduação incompletos não têm validade para a Prova de Títulos neste Processo Seletivo.

5.4.4. Os títulos serão relacionados em formulário próprio com assinatura do candidato e do responsável pelo recebimento conforme anexo deste edital. O candidato que não entregar o formulário devidamente preenchido e assinado não terá computada a pontuação referente à prova de Títulos e Tempo de Serviço.

5.4.5. A constatação de qualquer irregularidade ou falsidade de documento apresentado na Prova de Títulos e Tempo de Serviço implicará a imediata desclassificação do candidato sem prejuízo das sanções legais.

5.4.6. O candidato é responsável por conferir sua pontuação antes de assinar o formulário.

5.4.7. A não entrega dos títulos e do tempo de serviço pelo candidato no período estabelecido importará em renúncia do candidato a estas provas e lhe será atribuída nota 0 (zero), na prova de títulos e na prova de tempo de serviço.

5.4.8. Os candidatos que estejam cursando licenciatura deverão comprovar a matrícula e o período de frequência.

5.5. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.5.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova. Não é necessária a apresentação do Comprovante de Inscrição para ingresso a sala de aula.

5.5.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (14h10min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.5.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício

profissional (ordens, conselhos, entre outros); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.5.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do Processo Seletivo.

5.5.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.5.4. Para a realização da prova objetiva, o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta e um cartão identificação.

5.5.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Identificação, em local próprio, seu nome legível, cargo/função pleiteado e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.5.4.2. O candidato deverá apor no Cartão Resposta as suas respostas por questão, PREENCHENDO POR COMPLETO O CAMPO QUE SE REFERE À QUESTÃO CORRETA, conforme a forma correta, exemplificada no cartão de identificação do candidato e na primeira folha do caderno de questões, para propiciar a correção com leitura ótica.

5.5.4.3. O Cartão Resposta não poderá conter assinatura do candidato, somente sua digital no verso do cartão, que será coletada durante a realização da prova pelos fiscais de sala.

5.5.5. Antes de iniciar a resolução da prova, o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.5.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. AS PROVAS DE CADA CARGO SERÃO IDENTIFICADAS PELOS NÚMEROS 1, 2, 3 E 4 E É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A MARCAÇÃO CORRETA, SENDO QUE A NÃO MARCAÇÃO CORRETA INVALIDARÁ O CARTÃO RESPOSTA.

5.5.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

5.5.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.5.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.5.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO.

5.5.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.5.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.5.12. A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.5.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.5.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva depois de transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.5.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.5.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.5.17. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta e o cartão identificação ao mesmo tempo.

5.5.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão apor no verso dos cartões respostas e cartões de identificação suas assinaturas.

5.5.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.5.17.3. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.5.17.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.5.17.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta e cartões identificação, separadamente, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.5.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.5.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br

5.5.20. O Município de São Miguel do Oeste e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.6. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.6.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) documento de identificação;
- b) comprovante de Inscrição;
- c) caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) lápis preto e borracha;
- e) água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.6.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos

os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.6.3. O Município de São Miguel do Oeste e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.7. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

- a) ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) fumar;
- c) comunicação entre os candidatos;
- d) consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, entre outros);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, entre outros.

5.8. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitindo uso do celular, máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.8.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecerão até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada por meio do processo de leitura óptica, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada no Salão de Nobre da Prefeitura de São Miguel do Oeste, sita na Rua Marcilio Dias, 1199, às 08h30min do dia 15 de dezembro 2015, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão Identificação).

6.1.2. As notas apresentadas na sessão pública serão preliminares, sem os critérios de desempates constantes no item 07 do presente edital.

6.1.3. A publicação do resultado preliminar ocorre conforme data estabelecida no cronograma do Edital. Nesta constará os critérios de desempate constantes no item 7 do presente Edital e da Prova de Títulos e Tempo de Serviço.

6.2. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) possuir maior idade dentre os candidatos com mais de 60 (sessenta) anos, completados até o último dia do prazo de inscrição, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;
- b) possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Específicos;
- b) possuir maior número de pontos na prova de Conhecimentos Gerais;
- c) possuir maior número de pontos na prova de Língua Portuguesa;
- d) for jurado (art. 444, do Código de Processo Penal);
- e) o candidato de maior idade;
- f) sorteio.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado a partir das 17 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva e prova prática;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do Concurso Público, para cada cargo.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma, anexo I deste edital.

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Os RECURSOS poderão ser interpostos VIA ON LINE – pelo sistema – ou VIA POSTAL.

9.4.1. Para a interposição de RECURSO VIA ONLINE, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos
- b) acessar a “Área do Candidato”;
- c) clicar em “recursos e requerimentos”;
- d) preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas;

e) os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.1.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.4.2. Para a interposição de RECURSO VIA POSTAL, o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) imprimir e preencher o Formulário de Recurso (modelo anexo);

b) encaminhar por meio de correspondência registrada e com aviso de recebimento, postada via SEDEX, no período determinado para os recursos, para o seguinte endereço: Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, sita à Rua Marcílio Dias nº 1199, Cep 89900-000, centro de São Miguel do Oeste – SC, aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

9.4.2.1. É de responsabilidade do candidato imprimir o Formulário de Recursos (modelo anexo), preenchê-lo corretamente, assinar e encaminhar para o endereço e nas condições expostas no item anterior.

9.4.2.2. Deverá ser encaminhado apenas e tão somente o Formulário de Recurso contendo as razões do recorrente. Eventuais outros materiais encaminhados juntamente com o Formulário de Recursos serão desconsiderados.

9.4.2.3. Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.2.4. Poderá ser encaminhado mais de um Formulário de Recurso numa mesma correspondência, desde que cada recurso esteja devidamente identificado.

9.4.2.5. Só serão aceitos os recursos enviados via postal que forem entregues à Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, sita à Rua Marcílio Dias nº 1199, CEP 89900-000, centro de São Miguel do Oeste – SC, aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, até às 13 horas do último dia dos recursos, valendo para fins de direito a data e horário constantes do comprovante de entrega da correspondência.

9.4.2.6. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2.7. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do Processo Seletivo.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados de forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da AMEOSC.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da AMEOSC é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo Decreto de resultado final será publicado.

10. DA CLASSIFICAÇÃO

10.1. Para atribuição da nota final para o cargo de professor e coordenador pedagógico, o resultado da prova escrita acrescido do resultado das provas de títulos e de tempo de serviço, será calculado conforme fórmula abaixo:

Nota Final = Nota Prova Objetiva + Nota Prova de Títulos e Tempo de Serviço

10.1.1 Para o cargo de Professor serão publicadas duas listas:

a) Professor com licenciatura na área de inscrição (habilitado).

b) Professor que esteja cursando licenciatura na área de inscrição (não-habilitado).

10.2. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de notas obtidas.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação dar-se-á, por meio de contrato com prazo determinado, segundo interesse, necessidade e conveniência da Administração Municipal.

11.2. A contratação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos e a contratação dar-se-á sob o regime estatutário, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos da legislação vigente.

11.3 A contratação iniciará pela lista dos professores habilitados, não havendo candidatos classificados habilitados interessados na vaga, serão chamados candidatos classificados da lista dos não habilitados.

11.4. O candidato classificado que for chamado e optar por não assumir a vaga irá para o final da lista.

11.5. Para ser contratado por prazo determinado para o cargo, o candidato deverá atender às seguintes exigências:

- a) ter sido classificado no Processo Seletivo, na forma estabelecida neste Edital;
- b) ser brasileiro nato ou naturalizado ou português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do art. 12, § 1º, da Constituição Federal;
- c) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- d) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- e) conhecer e estar de acordo com as exigências do presente edital;
- f) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da admissão;
- g) não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão, transitado em julgado, em qualquer esfera governamental;
- h) não estar aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10, do art. 37, da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 bem como receba benefício proveniente de regime próprio da previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público;
- i) não estar em exercício de cargo público, de acordo com previsto no inciso XVI e XVII, do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20;
- j) comprovar os requisitos (escolaridade, formação, habilitação e outros), exigidos para o exercício do cargo na data da posse;
- k) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada por meio dos exames médicos;
- l) apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador, bem como a certidão de quitação de suas obrigações perante o referido órgão;
- m) certidão de antecedentes criminais, estadual e federal, emitida pelo Juiz da Comarca e pela Justiça Federal com circunscrição onde reside o candidato;
- n) comprovar a habilitação mínima exigida para o cargo;
- o) outros documentos necessários exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal.

11.4. A não apresentação dos documentos no prazo estabelecido no Estatuto do Servidor, bem como quaisquer dos requisitos de que trata o presente Edital e/ou a prática de ato de falsidade ideológica em prova documental, resultará na exclusão do candidato do Processo Seletivo.

11.4.1. A inexatidão das informações ou irregularidades nos documentos, ainda que se verifique posteriormente à contratação, ocasionará a exoneração do candidato.

11.5. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste (SC).

12. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1. Fica delegada competência à AMEOSC, sita à Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, Centro, São Miguel do Oeste para:

- a) preparar resultado da homologação das inscrições;
- b) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova escrita;
- c) apreciar os recursos previstos deste Edital;
- d) apresentar o relatório final, com a classificação dos candidatos;
- e) prestar, juntamente com o Município de São Miguel do Oeste/SC, informações sobre o Processo Seletivo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As publicações sobre o Processo Seletivo serão feitas por Edital e veiculadas na imprensa.

13.2. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao Processo Seletivo em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo e pelo Município de São Miguel do Oeste/SC.

13.3. O Prefeito do Município de São Miguel do Oeste/SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o Processo Seletivo mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

13.4. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente Processo Seletivo é o da Comarca de São Miguel do Oeste/SC.

13.5. Ficam revogados na íntegra os Editais ns. 17/2014 e 18/2014.

13.6. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

- ANEXO I – Cronograma;
- ANEXO II – Conteúdo Programático;
- ANEXO III – Atribuições dos Cargos;
- ANEXO IV – Formulário de Prova de Títulos e Tempo de Serviço;
- ANEXO V – Requerimento de Isenção Taxa de Inscrição Doadores de Sangue;
- ANEXO VI – Requerimento de Portadores de Necessidades Especiais;
- ANEXO VII - Requerimento de Inscrição Via Postal; (somente para candidatos que enviar inscrição via correio);
- ANEXO VIII – Formulário de Recurso Via Postal; (somente para candidatos que enviarem recursos via correio);
- ANEXO XI – Portaria, que nomeia a Comissão Organizadora Municipal e da Ameosc;

13.7. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste, SC 14 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Julio Antonio Bagetti - OAB/SC 11820-B

Assessor Jurídico Município de São Miguel do Oeste

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CRONOGRAMA

| CRONOGRAMA | DATA | OBSERVAÇÕES |
|--|--------------------|--|
| Publicação do Edital | 14.10.2015 | Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de São Miguel do Oeste - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste. |
| Inscrições | 15.10 a 13.11.2015 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br |
| Apresentação dos documentos para a Prova de Títulos e Tempo de Serviço (Destinadas aos cargos previstos nos quadros 01 e 02 do presente edital) | 15.10 a 13.11.2015 | Junto à Secretaria Municipal de Educação do Município de São Miguel do Oeste, sito Rua Guilherme Missen, 289, Centro de São Miguel do Oeste, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h às 13h |
| Apresentação dos documentos para candidatos Portadores de Necessidades Especiais. | 15.10 a 13.11.2015 | Durante o prazo de inscrição, encaminhar à Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, sito à Rua Marcilio Dias nº 1199, centro de São Miguel do Oeste, aos cuidados do Departamento de Recursos Humanos em horário de expediente da Prefeitura, das 07h às 13h, os documentos especificados no item 3.11 do edital |
| Recebimento de Inscrições para Candidatos que requerem a isenção de taxa de inscrição (Doador de Sangue) | 15.10 a 03.11.2015 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br |
| Publicação da relação de isenção da taxa de inscrição (Doador de Sangue) | 05.11.2015 | Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br A partir das 17 horas |
| Período de pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram pedido de isenção de taxa INDEFERIDA. (Doador de Sangue) | 06.11 a 16.11.2015 | O boleto para impressão em caso de indeferimento deverá ser acessado junto ao site www.ameosc.org.br |
| Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas - listas separadas para candidatos portadores de necessidades especiais e de livre concorrência | 19.11.2015 | Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br A partir das 17 horas |
| Prazo de recursos das inscrições Indeferidas - para candidatos portadores de necessidades especiais e de livre concorrência | 20 a 23.11.2015 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br |
| Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições - candidatos portadores de necessidades especiais e de livre concorrência | 25.11.2015 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas |
| Publicação das Notas da Prova de Títulos e Tempo de Serviço (Destinadas aos cargos previstos nos quadros 01 e 02 do presente edital) | 26.11.2015 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br A partir das 17 horas |
| Prazo de recursos referente as notas da Prova de Títulos e Tempo de Serviço (Destinadas aos cargos previstos nos quadros 01 e 02 do presente edital) | 27 a 30.11.2015 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br |
| Publicação do parecer dos recursos referente a notas da Prova Títulos e Tempo de Serviço (Destinadas aos cargos previstos nos quadros 01 e 02 do presente edital) | 02.12.2015 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br A partir das 17 horas |
| Publicação do Ensalamento | 07.12.2015 | Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br A partir das 17 horas |

| | | |
|--|-----------------|--|
| Prova Objetiva | 12.12.2015 | <p>- A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 12/12/2015, em local a ser informado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br após a homologação final das inscrições.</p> <p>- A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.</p> <p>- O fechamento dos portões será às 14h10min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.</p> <p>- A prova terá início às 14h30min e término às 17h.</p> |
| Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva | 14.12.2015 | A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br |
| Prazo de recursos do Gabarito Preliminar | 15 e 16.12.2015 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br |
| Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo. | 15.12.2015 | Às 08h30min, no Salão de Nobre Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, sito a Rua Marcilio Dias, nº1199, na cidade de São Miguel do Oeste - SC. |
| Publicação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva | 17.12.2015 | A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br |
| Prazo de recurso referente ao Resultado Preliminar (Prova Objetiva) | 18 a 21.12.2015 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br |
| Publicação do parecer dos recursos referente a classificação preliminar e Gabarito Preliminar. | 18.01.2016 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br A partir das 17 horas |
| Divulgação do Gabarito Oficial /Final | 19.01.2016 | Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br A partir das 17 horas |
| Publicação da Classificação/Resultado Final | 20.01.2016 | A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC. |

ANEXO II
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

I - LÍNGUA PORTUGUESA:

- Compreensão e interpretação texto.
- Conjugação verbal.
- Ortografia.
- Sinais de pontuação.
- Concordância nominal e verbal.
- Regência nominal e verbal, crase.
- Colocação pronominal.
- Técnicas de redação: bilhetes, comunicados, e-mail, pronomes de tratamento.

II - CONHECIMENTOS GERAIS:

- Fundamentos e aspectos culturais, artísticos, históricos e geográficos do Município de São Miguel do Oeste, de Santa Catarina e do Brasil.
- Atualidades: Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, problemas e fenômenos ambientais.
- Lei Orgânica do Município de São Miguel do Oeste.
- Plano Municipal de Educação.
- Lei nº 9.394/96 LDB e suas atualizações.
- ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

- Regras de comportamento no ambiente de trabalho: regras de hierarquias no serviço público. - Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho, zelo pelo patrimônio público.
- Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio.
- Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade.
- Relacionamento Professor x Aluno, função e papel da escola, Problemas de aprendizagem.
- Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 - Educação das Relações Étnico-raciais.
- Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

PROFESSORES E COORDENADOR PEDAGÓGICO:

| | |
|--------------------------------|---|
| Professor de Educação Infantil | <ul style="list-style-type: none"> - Processos de ensino e aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, procedimentos metodológicos e teoria da atividade. - A infância e sua singularidade na educação básica: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. - Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos. - Os referenciais curriculares nacionais da educação infantil. - Diretrizes curriculares nacionais da educação infantil. - Papel do professor de educação infantil. - Tendências pedagógicas na infância segundo: Vygotsky, Piaget, Jussara Hofmann. - Conceitos da primeira infância. - Literatura infanto-juvenil. - Ludicidade. - Letramento na infância. - Cuidado e educação. - Projetos de ensino na educação infantil. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução nº 4 de 2 de outubro de 2009. |
| Professor de Séries Iniciais | <ul style="list-style-type: none"> - Processos de ensino aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos. - Mediação professor-aluno, procedimentos metodológicos e teoria da atividade. - Psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento. - A infância e sua singularidade na educação básica: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. - Direitos de aprendizagem do aluno. - Sequências didáticas. - Projetos de ensino nas séries iniciais. - Diretrizes curriculares nacionais do ensino fundamental I. - Parâmetros curriculares nacionais (PCNs) e do pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC). - Tendências pedagógicas, segundo os autores: Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Emília Ferreiro e seus seguidores. - Conceito e diferenças entre: hipóteses de escrita, hipóteses de leitura, estratégias de leitura e de heterogeneidade. - Metodologias diferenciadas na sala de aula para atender especificidades sobre as demandas de aprendizagem. - Eixos temáticos de língua portuguesa: oralidade, leitura, escrita, produção textual, valorização da cultura escrita, alfabetização, letramento e gêneros textuais orais e escritos. - Processo de avaliação: avaliação diagnóstica, avaliação do/no processo de alfabetização e letramento. - Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |
| Professor de Geografia | <ul style="list-style-type: none"> - O ensino da geografia no contexto escolar. - Conceitos fundamentais da geografia: espaço, tempo, paisagem, território. - A representação do espaço geográfico e a regionalização do espaço regional, nacional e mundial. - O relevo, as formações vegetais a degradação ambiental; - A dinâmica climática, características e influências do clima na vida do planeta. - O espaço rural e as relações entre campo e cidade; - Crescimento populacional, a urbanização e o Índice de Desenvolvimento Humano. - A globalização, a nova ordem mundial, os blocos econômicos e as questões geopolíticas atuais. - Parâmetros curriculares nacionais de geografia. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |

| | |
|-------------------------------|--|
| Professor de História | <ul style="list-style-type: none"> - Introdução aos estudos históricos, o historiador e seu trabalho escolar. - Metodologias e conceitos da ciência-histórica. - Periodização e tempo. - Primórdios da humanidade e os primeiros habitantes da América e do Brasil. - História do Brasil – cultura, economia e sociedade. - O estado novo. - A era Vargas. - Os governos militares. - A redemocratização. - A questão agrária e os movimentos sociais. - O Brasil no atual contexto nacional e internacional. - Parâmetros curriculares nacionais de história. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |
| Professor de Educação Física | <ul style="list-style-type: none"> - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas. - Educação Física e o desenvolvimento humano. - Metodologia para o ensino da educação física no ensino fundamental. - Treinamento desportivo geral. - Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. - Biologia do esporte: condicionamento físico e saúde. - Tratado de fisiologia do exercício. - Educação física na educação infantil. - Recreação. - Crescimento e desenvolvimento neuro-psico-motor. - Atividades rítmicas. - Fisiologia do esforço e socorros de urgência. - Parâmetros curriculares nacionais de educação física. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |
| Professor de Ensino Religioso | <ul style="list-style-type: none"> - O ensino religioso no contexto do ensino fundamental. - Diversidades culturais religiosas no Brasil e ensino religioso não confessional na educação básica. - Fenômeno religioso, cultura, ideologia e direitos humanos. - Paradigmas educacionais do ensino religioso. - Fundamentos específicos do ensino religioso. <p>Parâmetros curriculares nacionais dos temas transversais.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |
| Professor de Artes | <ul style="list-style-type: none"> - A especialidade do conhecimento artístico e estético. - A produção artística da humanidade em diversas épocas, diferentes povos, países, cultura. - ARTE- LINGUAGEM: O homem - ser simbólico. Arte: Sistema semiótico da representação. - As linguagens da arte: visual, audiovisual, música, teatro e dança. - Construção/produção de significados nas linguagens artísticas. - Elementos e recursos das linguagens artísticas. - ARTE E EDUCAÇÃO: O papel da arte na educação. - O professor como mediador entre a arte e o aprendiz. - O ensino e a aprendizagem em arte. Fundamentação teórico-metodológica. - O fazer artístico, a apreciação estética e o conhecimento histórico da produção artística da humanidade na sala de aula. - Os parâmetros curriculares nacionais de Artes. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |
| Professor de Língua Inglesa | <ul style="list-style-type: none"> - Compreensão, interpretação e análise de textos. - Compreensão, análise e aplicação de elementos básicos da gramática que contemplem a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica da língua inglesa. - Produção textual oral e escrita. - Parâmetros curriculares nacionais de língua estrangeira. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |

| | |
|--------------------------------|---|
| Professor de Língua Espanhola | <ul style="list-style-type: none"> - Compreensão, interpretação, análise e síntese de textos. - A produção textual oral e escrita. - A unidade e a diversidade da língua espanhola. - O léxico espanhol: as dificuldades específicas dos lusofalantes. - O substantivo e o adjetivo: gênero, número e grau. - O uso de determinantes do substantivo: o artigo, o demonstrativo e o possessivo. - Acentuação gráfica. - Numerais. - Sintaxe da frase. - Os pronomes. - Os numerais. - O emprego do verbo: tempos e modos. - Os advérbios e as locuções. - Parâmetros curriculares nacionais de língua estrangeira. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |
| Professor de Língua Portuguesa | <ul style="list-style-type: none"> - Compreensão, interpretação, análise e síntese de textos. - Gêneros textuais orais e escritos. - Produção de textos orais e escritos. - Intertextualidade, polifonia, polissemia, dialogismo. - Compreensão e análise de elementos básicos da gramática que contemplem a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a acentuação. - Compreensão e análise de elementos textuais básicos que contemplem a coesão, a coerência, a concordância nominal e verbal, a regência nominal e verbal, a pontuação, a colocação pronominal e a semântica da língua. - Novo acordo ortográfico. - Concepções e práticas no ensino de língua e literatura, segundo os parâmetros curriculares nacionais. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |
| Professor de Matemática | <ul style="list-style-type: none"> - A importância da Educação Matemática. - A produção histórico-cultural do conhecimento da matemática. - Números: números decimais, proporcionalidade matemática, números complexos e análise combinatória. - Teoria dos conjuntos: operações. - Álgebra: sequências, progressões e polinômios. - Relações e funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica e trigonométrica. - Equações e inequações. - Geometria: representação geométrica no plano, geometria espacial e geometria analítica. - Trigonometria: relações trigonométricas no triângulo retângulo, funções trigonométricas. - Estatística: construção de tabelas e gráficos, média, mediana, moda e desvio padrão. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |
| Professor de Ciências | <ul style="list-style-type: none"> - O estudo dos reinos: monera, protista, fungi, metazoa e metáfita. - Zoologia. - Botânica. - Anatomia e fisiologia humana: digestão, respiração, excreção, reprodução, sistemas de relação e sistemas de coordenação. - Ecologia: ecossistemas, pirâmides ecológicas, ciclos biogeoquímicos, ecologia de populações e comunidades e problemas ecológicos decorrentes do desequilíbrio ambiental. - Programa de saúde: doenças e agentes causadores. - Química: matéria, estrutura atômica, elementos químicos e sua classificação periódica, ligações e funções químicas. - Física: mecânica, óptica, ondulatória, eletromagnetismo e física térmica. - Parâmetros curriculares nacionais de ciências. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |
| Coordenador Pedagógico | <ul style="list-style-type: none"> - Projeto Político-pedagógico: diagnóstico, marco referencial, marco doutrinário e marco operativo. - Planejamento participativo: competências e habilidades. - Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. - Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil e do Ensino fundamental. - Estrutura e Funcionamento da Instituição Educacional. - Educação Brasileira: correntes e tendências, segundo Perrenoud, Hernandes, Jussara Hofmann, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Dermeval Saviani, Emília Ferreiro e seus seguidores. - Conceito e diferenças entre: hipóteses de escrita, hipóteses de leitura e estratégias de leitura, heterogeneidade. - Metodologias diferenciadas na sala de aula para atender especificidades sobre as demandas de aprendizagem. - Direitos de aprendizagem dos alunos. - Eixos temáticos de língua portuguesa: oralidade, leitura, escrita e produção textual, gêneros textuais orais e escritos, alfabetização e letramento valorização da cultura escrita. - A infância e sua singularidade na educação básica, articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. - Os campos conceituais da matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. - Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009. |

| | |
|--------------------------------|---|
| Professor de Educação Especial | <ul style="list-style-type: none"> - Problemas de aprendizagem. - Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica. - Educação especial no Brasil: da segregação à inclusão. - Política nacional de educação especial com perspectiva na educação inclusiva. - Identificação de necessidades educacionais especiais. - Resolução CNE/CEB nº 4 de 2 de outubro de 2009 que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na Modalidade de Educação Especial. - Metodologias diferenciadas na sala de aula para atender especificidades sobre as demandas de aprendizagem. |
|--------------------------------|---|

ASSISTENTE SOCIAL:

Estatuto do Idoso; Lei Maria da Penha; Política Nacional de Assistência Social; Projetos Sociais do Governo Federal em vigor. O Serviço Social e o enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social; O marco legal e institucional das políticas de Saúde e de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988; Atuação profissional e o instrumento técnico-operativo do serviço Social nas áreas de saúde e de Assistência Social; Os segmentos de atenção e os programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social; Instrumentos e Técnicas de Intervenção: estudo social, perícia social, laudo social e parecer social. Trabalho com grupos. Atuação do Serviço Social na Equipe multidisciplinar, interdisciplinar e inter profissional. As novas modalidades de família. Metodologias de abordagem familiar. Abordagem individual. Técnicas de entrevista. As Políticas de Seguridade Social no Brasil. Saúde: o SUS- Organização e direitos. Assistência Social: organização e direitos. Previdência Social: organização e direitos. A organização, gestão e funcionamento do Sistema Único de saúde/SUS; Organização, princípios e diretrizes do Programa Saúde da Família/PSF, segundo o Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso. Estatuto das Pessoas com Deficiência, Ações voltadas para a qualidade de vida; Política de benefícios sociais; Objetivos do Serviço Social; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Constituição Federal; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), NOB SUAS e NOB RH, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei 8.080.

ADVOGADO:

Direito administrativo: Princípios explícitos (Art. 37, caput, CF/88; Emenda Constitucional n.19, de 1998); Princípios implícitos; Ato administrativo. Características. Anulação e Revogação; Descentralização administrativa; Administração direta e indireta; Cargos, Empregos e Funções Públicas. Criação, Transformação e Extinção de Cargos. Concurso público e Provedimento. Vacância. Estabilidade e Efetividade. Exoneração. Desvio de função. Direitos e vantagens dos funcionários públicos; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Competências da União, Estados e Municípios - artigos 21 ao 31 e seus dispositivos; Bens públicos (Art. 98 e 41 do CC/2002; Art. 20 e 26 da CF/1988). Noções gerais. Espécies. Regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União. Afetação e desafetação. Domínio terrestre. Regime dos bens públicos móveis e imóveis; Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Desapropriação; Contratos administrativos. Noções gerais. Elementos. Características. Formalização, alteração, execução e inexecução. Revisão, reajustamento e prorrogação. Desfazimento e consequências; Lei 10.520 de 2002; Lei 8.666 de 1993: Licitações. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades; Lei de Improbidade Administrativa - 8.429/1992; Serviços públicos: Princípios informativos específicos. Formas de execução. Lei Nº 8.987/1995; Responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. Noções gerais; Lei 8.112/1990: Responsabilidade civil, administrativa e penal dos servidores públicos. Processo administrativo disciplinar. Sindicância e inquérito. Sanções administrativas;

ORIENTADOR SOCIAL:

Conceitos gerais: ética, redução de danos, democracia, rede social, direitos sociais, seguridade social, cidadania, Educação em saúde, Proteção Social, violência social. Noções Básicas sobre as Relações Humanas. Os conselhos de direito: da criança e do adolescente, da saúde, da educação e da assistência social. A importância da participação popular na garantia dos direitos sociais. Fundamentos éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com famílias. Dinâmica Familiar: noções básicas. A importância da família no convívio social e na proteção social da criança e do adolescente. Trabalho com grupos. A importância da rede socioassistencial, da busca ativa e trabalho em equipe. Legislação: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; Política Nacional do Idoso - PNI/1994; Estatuto do Idoso; Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência/ 1989; Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem: Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e o decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.

PEDAGOGO:

Teorias sobre desenvolvimento e o processo ensino aprendizagem: Os estágios de desenvolvimento cognitivo; Noções de objeto, espaço, causalidade e tempo - a construção do real; A construção do raciocínio matemático e do social na criança; Pensamento e linguagem - alfabetização - letramento; A visão construtivista do erro. O processo de socialização: abordagem psicossocial, teoria de Piaget, de Vygotsky; A importância do jogo e da brincadeira na infância. Educação escolar: desafios e compromissos: A relevância do conhecimento, as exigências de um novo perfil de cidadão - atuais tendências; Fundamentos e diretrizes do ensino fundamental e da educação infantil; Currículo e cidadania - desenvolvimento de competências cognitivas, afetivas, sociais e culturais; Escola inclusiva: acolhimento, socialização, aprendizagem. Gestão escolar e qualidade de ensino: Construção coletiva da proposta pedagógica da escola; O trabalho coletivo - aperfeiçoamento da prática docente; O envolvimento dos professores na atuação dos colegiados e das instituições escolares; Avaliação institucional e do desempenho escolar. Avaliação Educação Infantil; Cotidiano escolar - forma de aprender e socializar saberes, conviver, desenvolver valores de uma vida cidadã e enfrentar questões de indisciplina e violência. Aprender e ensinar, construir e interagir: Construção do conhecimento; O ensino como intervenção nas zonas de desenvolvimento proximal; Avaliação. Avaliação qualitativa e a importância da avaliação diagnóstica para o desenvolvimento do trabalho escolar; Conhecimentos prévios; Prática reflexiva na construção de competências para ensinar; Concepções de aprendizagem e teorias de ensino: a) Reforço - recuperação - atendimento à diversidade de características, de necessidades e de ritmos dos alunos; b) Relação professor/aluno - construção de valores - atitudes cooperativas. Aprendizagem e ensino de Língua escrita e oral - leitura, produção de textos, ortografia; a fala que cabe à escola ensinar. Aprendizagem e ensino da Matemática. Aprendizagem e ensino de História e Geografia. Aprendizagem e ensino das Ciências Naturais. Temas transversais.

EDUCADOR SOCIAL DISCIPLINA DE ARTES:

- A especialidade do conhecimento artístico e estético.
- A produção artística da humanidade em diversas épocas, diferentes povos, países, cultura.
- ARTE- LINGUAGEM: O homem - ser simbólico. Arte: Sistema semiótico da representação.
- As linguagens da arte: visual, audiovisual, música, teatro e dança.
- Construção/produção de significados nas linguagens artísticas.
- Elementos e recursos das linguagens artísticas.
- ARTE E EDUCAÇÃO: O papel da arte na educação.
- O professor como mediador entre a arte e o aprendiz.
- O ensino e a aprendizagem em arte. Fundamentação teórico-metodológica.
- O fazer artístico, a apreciação estética e o conhecimento histórico da produção artística da humanidade na sala de aula.
- Os parâmetros curriculares nacionais de Artes.
- Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009.

EDUCADOR SOCIAL DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

- Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas.
- Educação Física e o desenvolvimento humano.
- Metodologia para o ensino da educação física no ensino fundamental.
- Treinamento desportivo geral.
- Fundamentos, regras equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol.
- Biologia do esporte: condicionamento físico e saúde.
- Tratado de fisiologia do exercício.
- Educação física na educação infantil.
- Recreação.
- Crescimento e desenvolvimento neuro-psico-motor.
- Atividades rítmicas.
- Fisiologia do esforço e socorros de urgência.
- Parâmetros curriculares nacionais de educação física.
- Política nacional de educação inclusiva e trabalho pedagógico: Resolução Nº 4 de 2 de outubro de 2009.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

I - LÍNGUA PORTUGUESA:

- Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto.
- Ortografia.
- Sinais de pontuação.
- Concordância nominal e verbal.
- Regência nominal e verbal, crase.
- Colocação dos pronomes oblíquos átonos.
- Homônimos e parônimos.

II - CONHECIMENTOS GERAIS:

- Aspectos socioeconômicos, geográficos, históricos e político do mundo e do Brasil, de Santa - Catarina e de São Miguel do Oeste.
- Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural.
- Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina e no Brasil.
- Cidadania, direitos humanos, meio-ambiente e saúde.
- Lei Orgânica do Município de São Miguel do Oeste.
- ECA - estatuto da criança e do adolescente

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

AUXILIAR DE CRECHE:

- Estatuto da Criança e do Adolescente - com as alterações em vigor.
- Ética e cidadania.
- Noções básicas de relações humanas no trabalho.
- Noções básicas de primeiros socorros.
- Conservação do material pedagógico.
- Relacionamento interpessoal.
- A brincadeira, as interações e as diferentes linguagens como eixos norteadores do trabalho educativo-pedagógico.
- Noções de cuidados e higiene infantil.
- Noções de higiene pessoal e coletiva.

RECEPCIONISTA:

Comunicação verbal e não verbal. Técnicas de Atendimento ao Cliente; Caracterização dos serviços de recepção. Mercado profissional, suas principais características, tendências e o perfil do profissional. Noções de Informática. Relações humanas. Noções de cidadania. Qualidade no atendimento ao público: comunicabilidade; apresentação; atenção; cortesia; interesse; presteza; eficiência; tolerância; discrição;

conduta; objetividade. Ética no serviço público. Trabalho em equipe: Personalidade e relacionamento. Eficácia no comportamento interpessoal. Fatores positivos do relacionamento. Comportamento receptivo e defensivo, empatia e compreensão mútua. Comunicação telefônica. Noções de software de controle de ligações. Noções de arquivamento e outros procedimentos administrativos. Atualização de cadastro telefônico. Meios de comunicação. Noções de PABX. Operação de equipamentos de escritório: copiadoras, impressoras de computador e facsímile. Noções sobre documentos específicos do setor. Redação e comunicação organizacional: Redação oficial. Abreviações e formas de tratamento. Sigilo profissional. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69.).

ATENDENTE SOCIAL:

Conhecimento de Projetos Sociais; Entrevistas; História Social da criança e da família; Sistema educacional brasileiro; A educação nos dias atuais. História dos movimentos sociais e mobilização social. Exclusão social. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente. Proteção integral: políticas integradas. Conselho de direitos: o que é, o que faz. Conselho Tutelar: o que é, o que faz. Crianças e adolescentes e famílias em situação de rua. Ato infracional e suas vicissitudes. Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos. Medidas e dispositivos legais de proteção à criança e ao adolescente; o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ética profissional. SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Lei n.º 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 (LOAS). Lei 8.080 de 19 de setembro de 1.990 (SUS - Sistema Único da Saúde). Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990 (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente). Lei 8.662/93 (Código de Ética do/a Assistente Social e de Regulamentação da Profissão). Lei 10.741, de 01 de Outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

EDUCADOR SOCIAL INSTRUMENTOS MUSICAIS:

Constituição Federal, artigos referentes a Educação. Lei Federal nº. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Federal Nº 9.394/96). Lei Orgânica do Município. Conhecimento e emprego do conjunto de sinais e termos básicos empregados na escrita de partituras; Emprego dos acidentes sustentado, bemol, duplo-sustentado e duplo bemol e bequadro; Notas enarmônicas; Elementos básicos da escrita rítmica: valores (ou figuras) de tempo com suas respectivas pausas, ponto de aumento, ligadura de prolongação, fórmulas de compassos, compassos simples e compassos compostos. Escalas e Tonalidades: Estudo das escalas com base em sua estruturação nos modos maior e menor e relação entre tonalidades (ou tons): Escala maior: estrutura do modo maior, denominação dos graus de uma escala no modo maior (tônica, supertônica, medianta, subdominante, dominante, superdominante e sensível); Escala menor: estrutura do modo menor, denominação dos graus de uma escala menor, emprego das três formas de escala no modo menor, formas, natural (primitiva ou antiga), harmônica e melódica; Tonalidades (ou tons): estruturação das escalas maiores e menores nas diferentes tonalidades, armaduras de claves (dos tons maiores e menores), tons relativos. Intervalos: Estudo básico de intervalos, restrito ao conjunto dos intervalos simples (não superiores à oitava): Classificação e formação de intervalos pela sua denominação: por exemplo, 1ª. Justa (ou uníssono), 2ª. Menor e 2ª maior; Intervalos enarmônicos, ou seja, relação entre intervalos com espaços sonoros equivalentes e denominações diferentes (por exemplo: 2ª menor e 1ª aumentada); Semitom diatônico e semitom cromático; intervalos consonantes (perfeitos e imperfeitos) e dissonantes. Acordes: Estudo dos acordes tríades (acordes de três sons), em estado fundamental, baseado em sua classificação (ou identificação), construção e relação com as tonalidades: Tipos de acordes tríades: maiores e menores; Acordes possíveis no modo maior (escalas/tonalidades maiores); Acordes possíveis no modo menor (considerando-se três formas de escala empregadas neste modo); Acordes consonantes e dissonantes. Interpretação musical. Compositores. Notas musicais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

I - LÍNGUA PORTUGUESA

- Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto.
- Ortografia.
- Sinais de pontuação.
- Concordância nominal e verbal.
- Emprego dos pronomes.
- Elaboração de bilhetes.

II - CONHECIMENTOS GERAIS

- Aspectos socioeconômicos, geográficos, históricos e político do mundo e do Brasil, de Santa - Catarina e de São Miguel do Oeste.
- Noções gerais sobre a vida econômica, social, política e cultural.
- Informações atuais de ampla divulgação na imprensa sobre esses aspectos no Estado de Santa Catarina.
- Cidadania, direitos humanos, meio-ambiente e saúde.
- Ética no trabalho.

III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MERENDEIRA:

Contaminação e doenças veiculadas por alimentos.

- Higiene na manipulação de alimentos e higiene pessoal.
- Higienização e limpeza do ambiente, dos equipamentos, aparelhos e instalações.
- Conservação, recebimento e armazenamento de alimentos.
- Técnicas de preparo de alimentos e administração do tempo de higienização, preparo e distribuição.
- Controle de estoque de alimentos perecíveis e não perecíveis e desperdício.
- Controle de temperatura.
- Técnicas de congelamento e descongelamento de alimentos.

- Noções básicas de cardápio, seleção dos ingredientes e equivalência de medidas.
- Qualidade da água: importância da água potável e proteção dos reservatórios;
- Vestuário adequado.
- Prevenção e controle de insetos e roedores e destino adequado do lixo.
- Prevenção de acidentes no trabalho e equipamento de proteção individual.

AGENTE DE LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS:

- Prevenção de acidentes no trabalho e equipamentos de proteção.
- Conservação e manutenção dos instrumentos de trabalho e mobiliários.
- Controle de estoque e requisição de materiais de limpeza.
- Zelo pelos instrumentos de trabalho, mobiliários, materiais e equipamentos de segurança.
- Higienização, limpeza e manutenção do ambiente interno e externo.
- Higienização, limpeza e manutenção dos equipamentos, aparelhos e instalações.
- Higienização de roupas.
- Higiene pessoal e vestuário adequado.
- Controle de desperdício, racionalizar o uso de produtos de limpeza.
- Produtos mais utilizados para a higienização de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos.
- Prevenção e controle de insetos e roedores.
- Coleta seletiva do lixo, destino adequado e reciclagem.

ANEXO III**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****PROFESSORES:**

- Diagnosticar a realidade situacional (contexto, diversidade e outros) de seus educandos.
- Planejar as atividades anuais, bimestrais e diárias da sua turma (classe) de educandos, estabelecendo, de modo claro, objetivos e metas a serem alcançados.
- Ministrar as aulas de acordo com os planejamentos estabelecidos, fazendo-o com criatividade, dinamismo e responsabilidade.
- Monitorar e avaliar as etapas, os avanços e a eficiência do processo de ensino aprendizagem.
- Avaliar o desempenho dos educandos de acordo com as normas do sistema de ensino, nos prazos estabelecidos.
- Estabelecer, em sua sala de aula, formas alternativas de recuperação para os educandos que apresentarem rendimento abaixo das metas estabelecidas.
- Identificar e encaminhar os educandos, quando necessário e após medidas próprias aos setores específico de atendimento e aperfeiçoamento do processo de ensino aprendizagem.
- Socializar informações e situações de aprendizagem, prezando pelo desenvolvimento de processos de ensino que assegurem a interdisciplinaridade.
- Participar ativamente na construção coletiva do planejamento das atividades do sistema de ensino e, de modo especial, da sua unidade escolar.
- Aproveitar e colaborar no acompanhamento extra-sala dos educandos e dos processos de interação entre educandos, professores e outros profissionais como forma de conhecê-los.
- Elaborar projetos e ações que valorizem as novas tendências pedagógicas, com ênfase às tecnologias da informação (TICs).
- Executar o trabalho docente em consonância com os documentos legais e diretrizes do sistema: plano político, planejamento, sistema hierárquicas e demais diretrizes legais e normativas.
- Exercer papel de liderança em relação às atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional.
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais, conselhos de classe e atividades comunitárias.
- Manter de forma atualizada os diagnósticos individualizados, planejamento anual, bimestral e diário, diários de classe, relatórios de ocorrências, registros escolares e demais controles e informações necessários ao sistema de ensino.
- Zelar pela autodisciplina no cumprimento de regras e preceitos e assegurar a disciplina junto ao corpo discente.
- Utilizar as horas de atividade disponibilizadas para a realização dos planejamentos e avaliações, nos termos legais.
- Manter-se em constante aperfeiçoamento pedagógico, participando em ações do programa de formação continuada promovidos pelo sistema e participar, sob interesse próprio, de cursos e processos de atualização.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (SEGUNDO PROFESSOR):

- Planejar e executar as atividades pedagógicas, sempre que possível, em conjunto com o professor titular, quando estiver atuando nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e na Educação Infantil.
- Propor adaptações curriculares nas atividades pedagógicas.
- Participar do conselho da classe.
- Buscar conhecimento antecipado do planejamento com o professor titular, e quando possível participar das atividades de planejamento.
- Participar com o professor titular das orientações (assessorias) prestadas pela sala multifuncional.
- Participar de estudos e pesquisas na sua área de atuação mediante projetos previamente aprovados pela Secretaria Municipal de Educação.
- Sugerir ajuda técnica que facilite o processo de aprendizagem do educando da educação inclusiva.

QUANDO NA EVENTUAL AUSÊNCIA DO EDUCANDO

- Cumprir a carga horária de trabalho no Educandário ou Instituição de Ensino, na sala de aula, ou em atendimento a necessidades apontadas pela gestão.
- Participar de capacitações na área de educação.
- Participar e contribuir na elaboração de relatórios (diagnósticos, pareceres, avaliações,...) Da turma, em especial educandos com deficiência.

- Tratar a todos com profissionalismo, com respeito às diferenças de opinião, promovendo o espírito de equipe.
 - Ministrando os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.
- Parágrafo Único – o horário de trabalho deverá ser cumprido por todos os profissionais que atuam na Unidade Escolar, conforme previsto em legislação específica.
- Comparecer Educandário ou Instituição de Ensino nos horários estabelecidos, comunicando por escrito, com antecedência, as faltas a que por ventura esteja sujeito, salvo caso de emergência.
 - Participar efetivamente da elaboração da Proposta Pedagógica do Estabelecimento de Ensino, Conselho de Classe e cumprir o Plano de Trabalho.
 - Executar integralmente os programas que forem de sua responsabilidade, bem como também estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento.
 - Participar dos órgãos escolares, de que por força deste Regimento, for membro inerente.
 - Acatar as decisões determinadas por lei e ou definidas em assembleia, ou ainda que venham escritas e assinadas por ordens superiores.
 - Comparecer às reuniões para as quais forem convocados, ainda que em horário e datas fora do expediente, objetivando o cumprimento dos dias letivos, previstos em calendário escolar. Na impossibilidade legal ou em função de outra atividade, apresentar justificativa à direção do Educandário ou Instituição de Ensino.
 - Manter rigorosamente em dia, documentação específica da função, que deverá fazer com a máxima clareza, precisão e presteza.
 - Promover as avaliações, dos educandos e atribuir-lhes notas e ou parecer descritivo, conforme prazos fixados e ou pela Direção do Educandário.
 - Elaborar projetos, planos anuais de ensino e de aula, no que for de sua competência.
 - Zelar pelo nome do estabelecimento e pelo desenvolvimento e aprendizagem de seus alunos;
 - Tratar os alunos e demais funcionários com respeito e cordialidade.
 - Manter boa conduta sempre, compatível com a função.
 - Comparecer às atividades de caráter cívico e cultural promovido pelo estabelecimento, bem como participar ativamente das atividades extraclasse, colaborando assim, com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade.
 - Entregar, quando solicitado, ao estabelecimento todos os documentos necessários para a investidura e exercícios da profissão, sempre que exigidos.
 - Verificar a presença dos educandos em aula, efetuando o devido registro no diário de classe, bem como o das disciplinas ministradas e das notas das avaliações procedidas, comunicando à direção a ausência consecutiva dos alunos.
 - Apresentar e comentar com os educandos o resultado de trabalhos, testes, pesquisas e outras atividades, esclarecendo os erros cometidos a fim de que possam esses, no futuro, serem evitados.
 - Identificar e orientar, corrigindo os alunos indisciplinados e ou com aproveitamento insuficiente, colaborando com a Gestão;
 - Manter com os colegas espírito de colaboração, respeito e solidariedade, indispensável à eficiência da ação educativa.
 - Colaborar na organização e participação da execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural e recreativo.
 - Estabelecer com os educandos um sistema de companheirismo e afetividade permanentes em constante colaboração.
 - Manter aparelhos tecnológicos e sonoros, não usados pedagogicamente, desligados na sala de aula, durante as aulas (celulares, MP3, notebook, entre outros).
 - Propor o desenvolvimento de atividades que possibilite o desenvolvimento e a efetiva participação de todos os educandos.
 - Manter tratamento e respeito condignos compatíveis com a função.
 - Apresentar-se no local de trabalho com vestimenta compatível com a função.
 - Tratar a todos com profissionalismo, com respeito às diferenças de opinião, promovendo o espírito de equipe.

COORDENADOR PEDAGÓGICO

- Assegurar a regularidade da existência do planejamento anual e trimestral e especialmente os planejamentos diários (planos de aula), devendo comunicar irregularidades ao sistema.
- Acompanhar, de forma presencial, a qualquer tempo, a consecução dos planos de aula.
- Monitorar o cumprimento dos planos de trabalho dos docentes nos estabelecimentos de ensino.
- Oferecer diagnósticos e orientações sobre a implementação dos planejamentos e avaliação dos resultados.
- Orientar a utilização de mecanismos e instrumentos tecnológicos levando em termo o estágio de desenvolvimento e necessidades de educando, os planejamentos estabelecidos e as metas do sistema de ensino.
- Acompanhar todos os Conselhos de Classe na sua área de atuação.
- Assessorar a elaboração dos relatórios trimestrais sobre o desempenho escolar de todos os educandos.
- Assegurar processo de avaliação da aprendizagem escolar e a recuperação dos educandos com menor rendimento, em colaboração com todos os segmentos da Comunidade Escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino.
- Oferecer aos docentes atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação.
- Assessorar a direção escolar e as demais atividades e serviços na unidade escolar.
- Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais, conselhos de classe e atividades comunitárias.

ASSISTENTE SOCIAL

- Elaborar, implementar, executar e avaliar planos, projetos, políticas e medidas sócio-educativas do âmbito de atuação de serviço social;
- Encaminhar providências e prestar orientações sociais a indivíduos, grupos e diferentes segmentos da população, inclusive aquelas relativas à identificação de recursos e à utilização eficaz dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais de acordo com os Programas Federais, Estaduais e Municipais vigentes, implementando-os de acordo com o planejamento estratégico existente no município;
- Planejar, executar e avaliar pesquisas e estudos sócio-econômicos que contribuam para o conhecimento da realidade individual, familiar e social, possibilitando eleição de alternativas de intervenção;
- Prestar assessoria e consultoria a órgãos de administração pública, Municípios, entidades e movimentos sociais, em matéria relacionada às Políticas Sociais, bem como, no exercício e defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

- Realizar investigação da necessidade da população em usufruir benefícios de Programas Federais, Estaduais e Municipais e realizar pareceres;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

ADVOGADO

Dar suporte jurídico aos atendimentos do CREAS; Fazer encaminhamentos processuais; Proferir palestras sobre os direitos dos usuários do serviço; Esclarecer procedimentos legais aos técnicos do Município; Participar de palestras informativas a comunidade; Fazer estudo permanente acerca do tema da violência; Manter atualizado os registros de todos os atendimentos; Apoiar e esclarecer os direitos do cidadão, da mulher, do idoso, da criança e do adolescente; Promover os encaminhamentos de agressores familiares, aos órgãos competentes.

ORIENTADOR SOCIAL

Realizar, sob orientação do técnico de referência do CRAS, o planejamento das atividades; Facilitar o processo de integração dos grupos dos usuários sob sua responsabilidade; Mediar os processos grupais, fomentando a participação democrática dos usuários e a sua organização, no sentido do alcance dos objetivos do serviço; Registrar a frequência diária dos usuários dos serviços e encaminhar os dados para o gestor municipal, ou a quem ele designar, nos prazos previamente estipulados; Avaliar o desempenho dos usuários nos serviços, informando aos responsáveis do CRAS as necessidades de acompanhamento individual e/ou familiar; Acompanhar e avaliar o desenvolvimento das oficinas e atividades ministradas pelos educadores sociais, atuando no sentido da integração da equipe; Participar, juntamente com o técnico de referência do CRAS, de reuniões com as famílias dos usuários, para as quais for convidado; Participar de reuniões sistemáticas com o técnico de referência do CRAS; Participar das atividades de capacitação; e demais atividades sugeridas pela coordenação do CRAS.

PEDAGOGO

Planejar, organizar, executar atividades relativas à sua formação; avaliar e encaminhar mensalmente relatório das atividades ao orientador social; participar de reuniões, cursos, capacitações e seminários; cooperar na execução de outros serviços e atividades determinadas pela chefia imediata; contribuir na realização de atos e eventos; Desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território de abrangência do CRAS; Assessorar os serviços socioeducativos; Articular ações que potencializam os usuários.

EDUCADOR SOCIAL DISCIPLINA DE ARTES

Planejar, organizar, executar e ministrar atividades relativas a artes e artesanato; participar de reuniões, capacitações, seminários e cursos; cooperar na execução de outras atividades e/ou serviços determinados pela chefia imediata; contribuir na realização de atos e eventos do projeto; desenvolver atividades com adolescentes em descumprimento com a Lei; Exercer as demais funções decorrentes do seu cargo.

EDUCADOR SOCIAL DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Planejar, organizar, executar atividades relativas à sua formação; avaliar e encaminhar mensalmente relatório das atividades ao orientador social; participar de reuniões, cursos, capacitações e seminários; cooperar na execução de outros serviços e atividades determinadas pela chefia imediata; contribuir na realização de atos e eventos; exercer as demais funções decorrentes do seu cargo. Realizar oficinas de convívio, pautadas em experiências lúdicas, culturais, e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. As atividades visam a constituição de espaços de convivência; formação para a participação e cidadania; desenvolvimento do protagonismo e da autonomia dos usuários, a partir dos interesses, demandas e potencialidades de cada faixa etária.

AUXILIAR DE CRECHE

- Atender crianças das creches municipais na faixa etária até três anos; com atenção, cuidado e afeto.
- Zelar pela segurança física, higiene, saúde e alimentação das crianças;
- Responsabilizar-se pela conservação do material pedagógico;
- Prestar primeiros socorros, sempre que necessário, seguindo criteriosamente a orientação do médico;
- Participar das atividades da creche junto a família;
- Manter organizadas as salas de atividades;
- Distribuir, ordenar e zelar pelo material pedagógico utilizado em salas de atividades;
- Orientar e realizar junto às crianças as atividades de higiene, alimentação e cuidados gerais;
- Desenvolver atividades pré-estabelecidas junto às crianças;
- Auxiliar na coordenação de orientar atividades livres no pátio.

RECEPCIONISTA

- Recepcionar e controlar visitantes;
- Encaminhar visitantes para os funcionários das áreas competentes;
- Prestar informações sobre as demandas e ou direcionar as demandas para os setores competentes;
- Enviar e receber correspondências ou produtos;
- Manter atualizado os livros de registros de correspondência e registro de fax.
- Processar a correspondência recebida (pacotes, telegramas, faxes e mensagens), organizá-los e distribuir para os destinatários.
- Utilizar o computador, copiadoras e impressoras;
- Executar arquivamento de documentos;
- Marcar reuniões;
- Controlar o acesso e as chaves da sua área de atuação;
- Registrar informações;
- Utilizar adequadamente o fax, pagers, intercomunicadores, rádios e sistema de alto-falantes.
- Executar atividades de organização da sua área de atuação e desempenhar demais atribuições inerentes à sua área de atuação;
- Assessorar o Chefe Imediato no que lhe for solicitado.

ATENDENTE SOCIAL

- Coordenar, implantar e manter os programas e políticas relacionadas ao Abrigo Institucional Municipal ou outros locais de proteção Social,

de acordo com as normas vigentes e em especial, de acordo com as metas da Secretaria de Assistência Social e demais orientações específicas das políticas de proteção à criança e adolescente;

- Garantir aos abrigados todo o atendimento necessário, nas áreas socioeducativas, assistencial, terapêutico, escolar e jurídico, fazendo-o em parceria com os setores competentes
- Organizar o planejamento das atividades do estabelecimento e assegurar avaliação continuada;
- Assegurar a comunicação e fluxo de informações entre o estabelecimento e os demais setores competentes;
- Auxiliar no trabalho dos professores/monitores; monitorando a higiene das crianças; a qualidade no serviço nutricional, a correta aplicação de medicamentos,
- Manter estreito relacionamento com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente e Conselho Tutelar;
- Zelar pela manutenção do relacionamento dos abrigados com familiares e no cumprimento de eventuais medidas sócio-educativas;
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

EDUCADOR SOCIAL INSTRUMENTOS MUSICAIS

Planejar, organizar, executar atividades relativas ao ensino de horta e paisagismo de forma educativa, contemplando temas que abrangem o meio ambiente; avaliar e encaminhar mensalmente relatório das atividades ao orientador social; participar de reuniões, cursos, capacitações e seminários; cooperar na execução de outros serviços e atividades determinadas pela chefia imediata; contribuir na realização de atos e eventos dos serviços; exercer as demais funções decorrentes do seu cargo ou as que lhe forem atribuídas pela chefia imediata.

AGENTE DE LIMPEZA E SERVIÇOS GERAIS

- Prestar serviços diversos de limpeza e serviços em geral inerentes a sua área de atuação, fazendo-o nas dependências dos prédios públicos em geral, conforme lotação funcional e de acordo com as demandas na sua área de atuação.
- Realizar as atividades de limpeza e ou serviços em geral nas dependências dos prédios públicos.
- Realizar a limpeza/faxina de pisos, conservação de pisos, paredes, móveis, sanitários e banheiros e demais demandas existentes na área de limpeza e serviços inerentes;
- Coletar o lixo dos banheiros e alas administrativas, embalar e transportar até local adequado e indicado para coleta.
- Lavar pano de chão e toalhas.
- Realizar outras tarefas relacionadas com a limpeza.
- Responsabilizar-se pelo controle e utilização de equipamentos e materiais colocados a sua disposição, mantendo limpos os móveis e arrumados os locais de trabalho.
- Preparar e servir nas repartições e outros, quando determinado, lanches, cafés e refeições.
- Remover volumes, máquinas, móveis e equipamentos sempre que solicitado.
- Auxiliar na logística de preparo de alimentação e distribuição da merenda escolar.
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo chefe imediato.

MERENDEIRA

- Executar atividades de preparo de alimentos, cozimento, manipulação de alimentos, preparação de receitas alimentares com fórmulas alimentares pré-estabelecidas e demais inerentes à função, de acordo com as normas vigentes e atribuições inerentes à atribuição funcional.
- Preparar e confeccionar refeições e lanches de acordo com os cardápios pré-estabelecidos, segundo técnicas de culinária e higiene.
- Receber, conferir e controlar os gêneros necessários ao preparo de refeições e lanches.
- Distribuir entre as pessoas que a auxiliam, as tarefas de preparo dos alimentos.
- Distribuir e controlar as refeições e lanches a serem servidos, observando os horários pré-estabelecidos.
- Zelar pela conservação, acondicionamento adequado e segurança dos alimentos.
- Manter a higienização e limpeza das áreas da cozinha, refeitório, dos equipamentos e utensílios.
- Auxiliar no preparo e distribuição da merenda escolar.
- Realizar levantamento de produtos e alimentos necessários para a execução da limpeza e refeições que estão em falta.
- Zelar pela manutenção e conservação de equipamentos e produtos necessários à consecução de sua atividade profissional.
- Atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico.
- Atender as determinações do cardápio estabelecido por nutricionista do Município.

ANEXO IV

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

FORMULÁRIO DE PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

NOME: _____ INSCRIÇÃO: _____
FUNÇÃO: _____

Declaro que recebi de _____, os seguintes documentos, para avaliação na computação de pontos para a prova de títulos, de acordo com o Edital nº 001/2015.

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE PROVA DE TÍTULOS:

| Títulos e Tempo de Serviço | Nº máx. de Títulos | Valor do Título | Total |
|---|--------------------|-----------------|-------|
| Curso completo de Mestrado na área de Educação. | | 0,50 ponto | |
| Curso completo de Pós-Graduação em nível de Especialização na área de Educação. | | 0,20 ponto | |

| | | | |
|---|--------|---|-------------|
| Curso de Graduação (licenciatura) na área ou disciplina de inscrição. | | 0,30 ponto | |
| Curso de atualização na área de Educação realizados nos anos de 2014 e 2015, considerando a somatória máxima de 200 (Duzentas) horas. | | 0,10 pontos para cada quarenta horas de curso. | |
| Tempo de serviço no magistério até 30 de setembro de 2015. |* | Para cada mês trabalhado será atribuído 0,01 (zero vírgula zero um) | |
| TOTAL | | - | Total |

*Para a contagem de tempo de serviço serão considerados os meses trabalhados, computando no máximo 150 (cento e cinquenta) meses, resultando 1,5 na pontuação final.

AValiação PELA COMISSÃO EXAMINADORA:

Os títulos relacionados, válidos para a prova de títulos em referência, somaram a quantia de _____ cópias entregues e foram avaliados e totalizado em _____ pontos.

Assinatura –Resp. do recebimento Assinatura do Candidato

São Miguel do Oeste/SC dede 2015.

MODELO DE ATESTADO DE TEMPO DE SERVIÇO

Identificação da Instituição privada ou instituição pública (papel timbrado, razão social, CNPJ, endereço)

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o Edital do Processo Seletivo para Admissão de Professores em Caráter Temporário no ano letivo de 2016, que o Senhor(a) _____, nascido(a) em ____/____/____ portador(a) do documento de identidade nº _____ e CPF nº _____, exerceu ou ainda exerce atividades no magistério nesta especificado:

PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____

PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____

PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____

PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____

PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____

Total de Tempo de Serviço: _____

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

Local e Data: _____, ____/____/____.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição

ANEXO V

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

REQUERIMENTO ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO DOADORES DE SANGUE

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO

Eu _____ portador(a) do documento de identidade sob nº _____, inscrição nº _____, venho solicitar isenção para taxa de inscrição ao Processo Seletivo, Edital nº 01/2015.

Declaro para os devidos fins que preencho os requisitos da Lei Estadual nº 10.567, de 07 de novembro de 1997 (Doador de Sangue) Declaro, sob as penas previstas no artigo 299, do Decreto-Lei nº 2.848, de 07.12.1940 (Código Civil), que as informações constantes neste formulário expressam a verdade e por elas me responsabilizo.

_____ SC, ____ de _____ de 2015.

Assinatura Candidato(a)

Documentos anexos:

- 1: _____
2: _____
3: _____

ANEXO VI**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015****REQUERIMENTO PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas.

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____ expedido pelo _____ e CPF sob nº _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, cidade de _____, Estado _____, CEP nº _____, inscrito no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 01/2015, do Poder Executivo Municipal de São Miguel do Oeste, inscrição sob nº _____, para o cargo de _____, requeiro a Vossa Senhoria:

1 – () Vaga para portadores de deficiência física: _____ CID nº _____

Nome do Médico _____

2 – () Condição Especial para a realização da prova, sendo a deficiência:

2.1. () Prova com ampliação do tamanho da fonte:

Fonte _____ / Letra _____

2.2. () Sala Especial

Especificar: _____

2.3. () Leitura de Prova

2.4. () Amamentação

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

2.5 () Outra Necessidade Especificar: _____

Pede Deferimento.

_____ SC, _____ de _____ de 2015.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VII**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015****REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO VIA POSTAL**

(Somente para candidatos que fizerem inscrições via postal)

Para:

Comissão Organizadora do PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

1) Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____, residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, SOLICITO inscrição no PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste, para o cargo de _____ (descrever exatamente conforme especificado no edital).

2) Informações para contato:

a) E-mail: _____

b) Telefone Residencial/Comercial: _____

c) Telefone Celular: _____

3) Informações adicionais:

a) Canhoto: () SIM () NÃO

b) Necessidades Especiais: () SIM () NÃO. Qual _____ CID _____

4) Condição Especial para realizar a prova, sendo a deficiência:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte nº _____

b) () Sala Especial. Especificar: _____

c) () Leitura de Prova. Especificar: _____

d) () Amamentação. Nome do Acompanhante: _____

e) () Outra Necessidade: Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____ SC, _____ de _____ de 2015.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO VIII**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015****FORMULÁRIO DE RECURSOS VIA POSTAL**

(Somente para candidatos que fizerem inscrições e recursos via postal)

Nome do Candidato: _____

Endereço: _____

Nº Inscrição _____

Cargo: _____

Tipo de Recurso:

1 – Contra o edital ()

2 – Contra indeferimento de inscrição ()

3 – Contra Inscrição ()

4 – Contra questão da prova ()

5 – Contra o Gabarito ()

6 – Contra a Pontuação Prova ()

7 - Contra a prova de títulos

8 – outros () Especificar: _____

Razões do Recurso: _____

_____ SC, _____ de _____ de 2015.

Assinatura Candidato(a)

ANEXO IX

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO MUNICÍPIO E

A COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC

PORTARIA Nº 181/2015

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DE TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM ADMISSÃO EM CARATER TEMPORÁRIO (ACT), SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Art. 72, VIII, Art. 91, II, 'c', ambos da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e Lei Complementar Municipal n. 009/2012 e a Lei Municipal n. 6.616/2012, e

CONSIDERANDO, que durante o ano de 2016 haverá servidores efetivos em férias e licenças.

CONSIDERANDO, que o teste seletivo realizado em 2014, em algumas funções não há mais cadastro de reserva.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO ESPECIAL DE TESTE SELETIVO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do certame seletivo, instaurado através do Edital nº 001/2015, composta pelos seguintes membros:

I – Júlio Antonio Bagetti

II – Lizangela Maria Parmigiani

III – Olema Teresa Trevisol

IV –Katia Cilene Wickert

V – Marta Regina Sotilli

Parágrafo Único. A presidência da Comissão caberá ao Sr. Júlio Antonio Bagetti .

Art. 2º Ficam designados, ainda, os seguintes representantes e funcionários da AMEOSC, para comporem a comissão do Teste Seletivo, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar e fiscalizar os atos do processo instaurado através do Edital de Teste Seletivo nº. 01/2015:

I - Jussara Reginatto;

II - Udinara Vanuza Zanchettin;

III - Edina Tremea Spironello;

IV - Jacson Sonaglio.

Art. 3º Compete a Comissão:

I – estabelecer a necessidade de vagas para o teste seletivo;

III – avaliar e corrigir o edital de lançamento do teste seletivo;

III - avaliar as inscrições dos candidatos;

IV - verificar quanto a publicidade dos atos;

V - acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital;

VI - elaboração do Edital;

VII - elaboração do programa de provas;

VIII - assessorar quando da realização das inscrições

IX -elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final;

X - coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital;

XI – demais atos que se fizer necessários para fiel cumprimento do presente ato.

Parágrafo único. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 4º Fica vedada a inscrição de parentes das pessoas acima nomeadas para a comissão do referido processo de concurso público.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 6º Os integrantes da presente Comissão, ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de trabalhos objeto da presente Portaria, sendo-lhes garantida a gratificação estabelecida no art. 75, da LCM n. 009/2012 c/c com o Anexo IV, da LCM n. 25/2013.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 07 de Outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta portaria foi publicada na presente data.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnica Administrativa

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015-BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DEMAIS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SMO/SC

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

BAIXA NORMAS PARA PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PESSOAL PARA SUBSTITUIR SERVIDORES EFETIVOS EM LICENÇA, FÉRIAS, OU INVESTIDOS EM FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DEMAIS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O PREFEITO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. JOÃO CARLOS VALAR, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e das Leis Complementares Municipais nº 009/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), e 026/2013 (Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal), e 6.616/2012 e suas alterações, Lei nº 7.148/2015 Plano Municipal de Educação e Lei nº 6.088 do Sistema Municipal de Ensino, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo destinado a compor cadastro de reserva para contratação por tempo determinado, para substituir servidores efetivos em licença, férias ou investidos em função de confiança, a seguir relacionada, vinculado ao Regime Estatutário e Regime Geral de Previdência Social – RGPS para atender necessidades de excepcional interesse público, o qual reger-se-á pelas instruções deste edital e demais normas atinentes. Ainda, considerando que no processo seletivo de 2014 não houve candidatos aprovados em número suficiente para atender à demanda da rede, torna-se necessária a realização de novo teste seletivo em 2015.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

1.2. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA, TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO para os cargos de professor e coordenador pedagógico.

1.3. Para os cargos do quadro 03(três) a prova será na modalidade objetiva.

1.4. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

QUADRO 01

| PROFESSORES HABILITADOS | | | | | |
|---|-------|-----------------------|--------------------|---|---------------------------------------|
| Cargo | Vagas | Carga Horária Semanal | Vencimento Inicial | Habilitação | Tipo de Prova |
| Professor de Educação Infantil | CR* | 20/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Pedagogia Educação Infantil | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais | CR* | 20/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Pedagogia Anos Iniciais | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |

| | | | | | |
|--------------------------------|-----|--------------|--------------|--|---------------------------------------|
| Professor de Língua Inglesa | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Letras - Inglês | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Língua Espanhola | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Letras - Espanhol | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Língua Portuguesa | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Letras - Português | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Matemática | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Matemática | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Ciências | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Ciências ou Ciências Biológicas. | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Geografia | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Geografia | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de História | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em História | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Artes | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Artes | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| **Professor de Educação Física | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Educação Física, com registro no órgão fiscalizador. | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Ensino Religioso | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Ciências da Religião ou curso similar | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Educação Especial | CR* | 20/40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Pedagogia - Educação Especial; ou Licenciatura em Pedagogia e Especialização em Educação Especial; ou Licenciatura em Pedagogia. | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Coordenador Pedagógico | CR* | 40h | R\$ 2.134,97 | Licenciatura em Pedagogia. | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |

*CR – Cadastro de Reserva

QUADRO 02

| | | | | | |
|-----------------------------|-------|-----------------------|--------------------|-------------|---------------|
| PROFESSORES NÃO HABILITADOS | | | | | |
| Cargo | Vagas | Carga Horária Semanal | Vencimento Inicial | Habilitação | Tipo de Prova |

| | | | | | |
|---|-----|--------------|--------------|--|---------------------------------------|
| Professor de Educação Infantil | CR* | 20/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Pedagogia Educação Infantil | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais | CR* | 20/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Pedagogia Anos Iniciais | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Língua Inglesa | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Letras - Inglês | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Língua Espanhola | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Letras - Espanhol | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Língua Portuguesa | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Letras - Português | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Matemática | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Matemática | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Ciências | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Ciências ou Ciências Biológicas. | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Geografia | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Geografia | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de História | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em História | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Artes | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Artes | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |
| Professor de Ensino Religioso | CR* | 10/20/30/40h | R\$ 1.917,78 | Cursando Licenciatura em Ciências da Religião ou curso similar | Objetiva, Títulos e Tempo de Serviço. |

*CR – Cadastro de Reserva
QUADRO 03

| DEMAIS CARGOS | | | | | |
|-------------------|-------|-----------------------|--------------------|---|---------------|
| Cargo | Vagas | Carga Horária Semanal | Vencimento Inicial | Habilitação | Tipo de Prova |
| Assistente Social | CR* | 40h | R\$ 3.136,32 | Ensino Superior em Serviço Social com registro no órgão fiscalizador da categoria profissional. | Objetiva |
| Advogado | CR* | 20h | R\$ 3.535,48 | Ensino Superior em Direito com registro na OAB entidade da categoria profissional. | Objetiva |

| | | | | | |
|--|-----|-----|--------------|--|----------|
| Orientador Social | CR* | 40h | R\$ 2.134,97 | Ensino superior em ciências humanas e sociais, ou Psicologia. | Objetiva |
| Pedagogo | CR* | 40h | R\$ 2.134,97 | Ensino Superior, com graduação em pedagogia. | Objetiva |
| Educador Social Disciplina de Artes | CR* | 40h | R\$ 2.134,97 | Ensino superior, em Artes, experiência na área de trabalhos comunitários e atuação na área da Criança e Adolescente. | Objetiva |
| Educador Social Disciplina de Educação Física | CR* | 40h | R\$ 2.134,97 | Ensino Superior em Educação Física, com experiência com trabalhos voltados à criança e adolescente e registro no órgão fiscalizador. | Objetiva |
| Recepcionista | CR* | 40h | R\$ 1.355,55 | Ensino Médio Concluído. | Objetiva |
| Atendente Social | CR* | 40h | R\$ 1.197,50 | Ensino Médio Concluído. | Objetiva |
| Auxiliar de Creche | CR* | 40h | R\$ 1.368,57 | Ensino Médio Concluído. | Objetiva |
| Educador Social Instrumentos Musicais | CR* | 40h | R\$ 1.539,64 | Ensino médio, com experiência em instrumentos musicais. | Objetiva |
| Agente de Limpeza e Serviços Gerais | CR* | 40h | R\$ 1.083,45 | Ensino Fundamental. | Objetiva |
| Merendeira | CR* | 40h | R\$ 1.083,45 | Ensino Fundamental. | Objetiva |

*CR – Cadastro de Reserva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o PROCESSO SELETIVO poderão ser efetuadas pela INTERNET no site www.ameosc.org.br ou VIA POSTAL, no período das 08 horas do dia 15 de outubro de 2015 às 23h59min do dia 13 de novembro de 2015.

3. DAS PROVAS

3.1. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 12/12/2015, em local a ser informado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.ameosc.org.br.

saomiguel.sc.gov.br após a homologação final das inscrições.

3.2. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 13h30min.

3.3. O fechamento dos portões será às 14h10min sendo que a partir deste horário não será mais permitida a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

3.4. Após o fechamento dos portões, o candidato deverá dirigir-se imediatamente à sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de São Miguel do Oeste-SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassadas pelos fiscais.

3.5. Não será permitido o ingresso, na sala de aplicação de provas, após às 14h20min.

3.6. A prova objetiva terá início às 14h30min e término às 17horas.

4. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste, SC 14 de outubro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 89.2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 89/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada e estimada de aparelhos de ar condicionados, com instalação nos locais determinados pela CONTRATANTE, tipo SPLIT/QUENTE E FRIO para as demandas do Fundo Municipal de Saúde, Secretaria de Administração e Educação do Município, conforme especificações e quantitativos ao Termo de Referência em anexo a este Edital.

DATA DE ABERTURA: 03/11/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 15/10/2015.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

PORTARIA N.º 320/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 320/2015

Concede licença para tratamento de Saúde a servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Educação.

JUCÉLIO KREMER Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora MARIA LUZIA KONS RIOS, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de 29/09/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29/09/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 321/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 321/2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA ROSEMERI CLASEN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 10 da Lei nº. 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

· ROSEMERI CLASEN - FISCAL – LETRA G.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 322/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 322/2015

Concede férias a servidora ANA PAULA EGERT.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora ANA PAULA EGERT, ocupante do cargo de Farmacêutica, férias por 15 dias que gozará a partir de 15/10/2015 a 29/10/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de outubro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2015-

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
- SCHROEDER – SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2015-FAS

PROCESSO Nº. 17/2015-FAS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de alimentos, produtos de higiene e limpeza para concessão de benefício eventual (cesta básica) aos usuários da Política de Assistência Social que são atendidos pela Assistente Social no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 10 de novembro de 2015 às 08h45min.
Abertura do Processo: 10 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 112/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 112/2015-PMS

PROCESSO Nº. 239/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de eletrodomésticos e aparelhos de precisão para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO

VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 06 de novembro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 06 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 113/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 113/2015-PMS

PROCESSO Nº. 240/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO aquisição de material de construção para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Saneamento e Gestao Ambiental, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comercio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 03 de novembro de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 03 de novembro de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de outubro de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 114/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 114/2015-PMS

PROCESSO Nº. 241/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em horas de máquina, transporte de máquinas e transporte de seixo para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, e da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de novembro de 2015 às 14h

Abertura do Processo: 04 de novembro de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 115/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 115/2015-PMS

PROCESSO Nº. 242/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de equipamentos, itens de cozinha e higiene e mobiliário para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de novembro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 09 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇOS Nº. 116/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 116/2015-PMS

PROCESSO Nº. 243/2015-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de utensílios e louças para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 11 de novembro de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 11 de novembro de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 16 de outubro de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EDITAL 002/2015-5 – PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E CHAMAMENTO PARA A FORMAÇÃO INICIAL

EDITAL 002/2015-5 – PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SCHROEDER (SC) E CHAMAMENTO PARA A FORMAÇÃO INICIAL:

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 2097/15, torna público o resultado final da eleição a membros do Conselho Tutelar de Schroeder e chama para a formação inicial conforme item 6 do edital Nº002/2015:

ITEM 1 – RESULTADO FINAL DA ELEIÇÃO:

1.1. Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015:

I - Total de eleitores: 764

II - Total de votos válidos: 761

III - Total de votos em branco: 00

IV - Total de votos nulos: 03

1.2. Total de votos por candidato:

| Nome do Candidato | Nº. de Votos | Classificação |
|---------------------------------------|--------------|---------------|
| Katia Antonia Orso | 150 | 1º |
| Luciene Lopes Coelho | 136 | 2º |
| Volni de Jesus Bittencourt dos Santos | 94 | 3º |
| Alice Aparecida Limberger | 85 | 4º |
| Carla Cristina Maffezzolli Jordan | 72 | 5º |
| Sandra Regina Ilgenfritz dos Santos | 65 | 6º |
| Juliana Christiane Ferreira Martins | 48 | 7º |
| Luis Carlos Gonzaga dos Santos | 40 | 8º |
| Vanderlei Clever Junkes | 32 | 9º |
| Aline Voigt Machado | 22 | 10º |
| Ingrid Didier da Silva | 17 | 11º |

ITEM 2 - DA CHAMADA PARA O CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL:

2.1 Todos os candidatos eleitos titulares e suplentes deverão, obrigatoriamente, participar da formação inicial que será de 24 horas, oferecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme item 6 do edital 002/2015.

2.2 O candidato eleito que não participar ou não atingir 75% (setenta e cinco) de presença na formação inicial será considerado inapto a assumir o cargo de conselheiro tutelar.

2.3 O curso de formação inicial será realizado no Auditório do Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, sito a Rua Paulo Jahn, 245, Centro, Schroeder (SC), nos dias e horários abaixo descritos:

| Dia | Horário | Carga horária |
|----------------|-----------------------------|---------------|
| 06/11/2015 | 18h às 22h | 4h |
| 07/11/2015 | 08h ao 12h e das 13h às 17h | 8h |
| 13/11/2015 | 18h às 22h | 4h |
| 14/11/2015 | 08h ao 12h e das 13h às 17h | 8h |
| Total de horas | | 24 horas |

ITEM 3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1. Demais disposições já constam no Edital 002/2015.

3.2. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão Especial com recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder (SC).

Schroeder, 14 de outubro de 2015.

| | |
|-----------------------------------|-------------------|
| Teresinha Tomaselli Tecilla | Silvania Ferreira |
| Comissão Especial Eleitoral CMDCA | |

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 310/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 310/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 197/2015 – PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 103/2015 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.387.475/0001-57, estabelecida na Rua São Miguel nº. 164, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de placas de logradouros, placas de sinalização viária e placas de acompanhamento de obras com máquina para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE. | UNID. | VALOR R\$ UNITÁRIO | VALOR R\$ TOTAL |
|-----------|--|-------|-------|-----------------------|--------------------|
| 01 | Placas de sinalização - padrão Detran (vários modelos Pare, Lombada, Faixa de Pedestre e outras solicitadas a critério da Prefeitura), com pintura epoxi e tratamento anti ferrugem), com letras/números - refletivos nas medidas de 60 cm X 60 cm ou 50 cm X 70 cm, espessura da chapa galvanizada 1,5 mm, cano de 2" e 3 metros de altura para suporte da placa. Entrega da placa montada no local determinado e incluindo 10 Kg de concreto com profundidade de 50 cm | 80 | Unid | 190,00 | 15.200,00 |
| 02 | Placa de chapa galvanizada, madeira de lei, nas medidas 1,5 metros X 1 metro, com sustentação em cavalete para sinalização em Obras - a imagem da placa será de acordo com a necessidade da Prefeitura, (fundo galvite com adesivos refletivos. | 6 | Unid | 195,00 | 1.170,00 |
| 03 | Fornecimento e instalação de placas de logradouro (diversas ruas). Com materiais e dimensões, conforme Memorial Descritivo Técnico anexo. | 80 | Unid. | 160,00 | 12.800,00 |
| TOTAL R\$ | | | | | 29.170,00 |

Valor do contrato: R\$ 29.170,00 (vinte e nove mil, cento e setenta reais).

Data da Assinatura: 15/10/2015 – Vigência: 15/10/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015-PMS SEQUENCIA 01

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER | TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2015 - TP |
| CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC | Processo Administrativo: Processo de Licitação: 205/2015 Data do Processo: 23/09/2015 |
| | Folha: 1/2 |

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 176/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 342 m e área total de 3.420 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo Estadual de Apoio aos Municípios

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pelos representantes das empresas participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foram abertos os envelopes de propostas comerciais das empresas CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. Será paralisa a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia das atas aos participantes presentes.

Schroeder, 15 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

| | |
|---------------------------------|---|
| Ivandra de Souza | - - Presidente da Comissão de Licitação |
| Ilmar José Pereira Borges Filho | - - Membro |
| Andreia Nass Friedemann | - - Membro |
| Walter Egidio Mukai | - - Membro |
| Daniela Samulescki | - - Secretária |
| Valderi Rocha de Camargo | - - Membro Suplente |
| Cezar Santos de Jesus | - - Membro Suplente |

| | |
|---|--------------------------------------|
| ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC | TOMADA DE PREÇO Nr.: 10/2015 - TP |
| | Processo Administrativo: 205/2015 |
| | Processo de Licitação: 23/09/2015 |

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 176/2015 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

| | | |
|-------------------------|---------|-----------------|
| Ingo Baade | - | - Representante |
| Rafael de Lima Oechsler | - | - Representante |
| Giovani Benvenuti | - | - Representante |

ATA DA TOMDA DE PREÇOS Nº 11/2015-PMS SEQUENCIA 01

| | |
|---|---|
| ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC | TOMADA DE PREÇO Nr.: 11/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 206/2015 Data do Processo: 24/09/2015 |
| Folha: 1/2 | |

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 177/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 23 de Março, trecho I, Bairro Itoupava-Açú, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 530 m e área total de 4398 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM -Fundo Estadual de Apoio aos Mun

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. O representante credenciado da empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME não está presente na sessão. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Constatando que a empresa CONSTRUTORA TERTEL LTDA ME, não apresentou Alvará de Licença, Localização e Funcionamento da empresa ou Alvará Sanitário exigido no edital no item 8.1.6, apresentou apenas comprovante de situação cadastral, não atendendo as exigências do edital, resultando assim inabilitada. O representante da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, pede para constar em ata " que a certidão simplificada não esta descriminada as atividades principais, referente a pavimentação, da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA". Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 22 de outubro de 2015, às 17h, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 23 de outubro de 2015, as 09h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia das atas aos participantes presentes.

| | | |
|--|--------------------------|------------|
| <div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>MUNICIPIO DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09</div> <div>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</div> <div>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div> | TOMADA DE PREÇO | |
| | Nr.: 11/2015 - TP | |
| | Processo Administrativo: | 206/2015 |
| | Processo de Licitação: | 24/09/2015 |
| Folha: 2/2 | | |

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 177/2015 (Sequência: 1)

Schroeder, 15 de Outubro de 2015

COMISSÃO:

- Ivandra de Souza
- Ilmar José Pereira Borges Filho
- Andreia Nass Friedemann
- Walter Egidio Mukai
- Daniela Samulescki
- Valderi Rocha de Camargo
- Cezar Santos de Jesus
- - Presidente da Comissão de Licitação
- - Membro
- - Membro
- - Membro
- - Secretária
- - Membro Suplente
- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- Ingo Baade
- Rafael de Lima Orchsler
- Giovani Benvenuto
- - Representante
- - Representante
- - Representante

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2015-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2015

| Número do Registro de Preços: 74/2015 | | | | Data do Registro: 15/10/2015 | | | | Válido até: 15/10/2016 | | | | | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|------------------------------|---|-------------|-------------|--|----------|--|--|--|--|--|--|
| Objeto da Compra: | | | | | | | | Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de placas de logradouros, placas de sinalização viária e placas de acompanhamento de obras com máquina para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses | | | | | | | |
| Item | Especificação | | | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. | | | | | | |
| 1 | Placas de sinalização - padrão Detran (vários modelos: Pare, Lombada, Faixa de Pedestre e outras solicitadas a critério da Prefeitura), com pintura epoxi e tratamento anti ferrugem), com letras/números - refletivos nas medidas de 60 cm X 60 cm ou 50 cm X 70 cm, espessura da chapa galvanizada 1,5 mm, cano de 2" e 3 metros de altura para suporte da placa. Entrega da placa montada no local determinado e incluindo 10 Kg. de concreto com profundidade de 50 cm | | | UN | SERIPRINT COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP (11680) | | 0 | 190,0000 | 1 | | | | | | |
| | | | | | SINAL CITY SINALIZACAO LTDA - ME (12652) | | 0 | 240,0000 | 2 | | | | | | |
| | | | | | ARAQUARI IMPRESSOES LTDA - ME (12883) | | 0 | 244,0000 | 3 | | | | | | |
| 2 | Placa de chapa galvanizada, madeira de lei, nas medidas 1,5 metros X 1 metro, com sustentação em cavalete para sinalização em Obras - a imagem da placa será de acordo com a necessidade da Prefeitura. (fundo galvite com adesivos refletivos. | | | UN | SERIPRINT COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP (11680) | | 0 | 195,0000 | 1 | | | | | | |
| | | | | | ARAQUARI IMPRESSOES LTDA - ME (12883) | | 0 | 243,0000 | 2 | | | | | | |
| | | | | | SINAL CITY SINALIZACAO LTDA - ME (12652) | | 0 | 245,0000 | 3 | | | | | | |
| 3 | Fornecimento e instalação de placas de logradouro (diversas ruas). Com materiais e dimensões, conforme Memorial Descritivo Técnico anexo. | | | UN | SERIPRINT COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP (11680) | | 0 | 160,0000 | 1 | | | | | | |
| | | | | | ARAQUARI IMPRESSOES LTDA - ME (12883) | | 0 | 198,0000 | 2 | | | | | | |

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2015

| | | | | | | | |
|--|---------------|------------------------------|----------------------------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 74/2015 | | Data do Registro: 15/10/2015 | | Válido até: 15/10/2016 | | | |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de placas de logradouros, placas de sinalização viária e placas de acompanhamento de obras com máquina para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| | | | SINAL CITY SINALIZACAO LTDA - ME | | 0 | 210,0000 | 3 |

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 74/2015

Página: 3/3

| | | | | | | | |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 74/2015 | | Data do Registro: 15/10/2015 | | Válido até: 15/10/2016 | | | |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de placas de logradouros, placas de sinalização viária e placas de acompanhamento de obras com máquina para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2015
PROCESSO Nº 197/2015

- (11680) - SERIPRINT COMUNICACAO VISUAL LTDA - EPP
- (12652) - SINAL CITY SINALIZACAO LTDA - ME
- (12883) - ARAQUARI IMPRESSOES LTDA - ME

Schroeder, 15 de Outubro de 2015.

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2015-PMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

| | | | | | | | | |
|--|---|--|------------|----------------------------------|----------------|-------------|------------|---------------|
| Processo / Ano: 205/2015 | | Processo Administrativo: | | Total dos Itens Vencedores: 0,00 | | | | |
| Licitação.....: 10/2015 - TP | | | | | | | | |
| Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia | | | | | | | | |
| Objeto.....: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 342 m e área total de 3.420 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM - Fundo Estadual de Apoio aos Munic | | | | | | | | |
| Fornecedor | Nome do Fornecedor | Marca | Quantidade | Desconto | Preço Unitário | Preço Total | Situação | Classificação |
| Item.....: 1 | - 17284 | - Pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I - Unidade: UN | | | | | | |
| 9522 | PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA | | 1,000 | 0,0000 | 408.034,2900 | 408.034,29 | Indefinido | 0 |
| 12338 | EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ADRIMAR LTDA | | 1,000 | 0,0000 | 428.229,4800 | 428.229,48 | Indefinido | 0 |
| 11819 | CONSTRUTORA TERTEL LTDA - ME | | 1,000 | 0,0000 | 440.839,7500 | 440.839,75 | Indefinido | 0 |

| | | |
|-----------------------------------|-------|--------------------------|
| Schroeder, | Em |/...../..... |
| Ivandra de Souza - | | - Presidente da Comissão |
| Ilmar José Pereira Borges Filho - | | - Membro |
| Andreia Nass Friedemann - | | - Membro |
| Walter Egídio Mukai - | | - Membro |
| Daniela Samulescki - | | - Secretária |
| Valderi Rocha de Camargo - | | - Membro Suplente |
| Cezar Santos de Jesus - | | - Membro Suplente |
| Elair José Wendt - | | - Membro Suplente |

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 010/2015**

CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 010/2015

A Câmara de Vereadores de Schroeder torna público que dispensou de licitação a contratação de empresa especializada para o fornecimento de Placas de Homenagem alusivas ao cinquentenário da Câmara Municipal de Schroeder, através da empresa HB COMÉRCIO DE BRINDES LTDA - ME, no valor de R\$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais), com fundamento o art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Schroeder, 28 de setembro de 2015
Ver. Adriano Kath
Presidente

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 011/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 011/2015

A Câmara de Vereadores de Schroeder torna público que dispensou de licitação a contratação de empresa especializada para a de produção de vídeo alusivo ao cinquentenário da Câmara Municipal de Schroeder, através da empresa JOÃO CARLOS ZAVADZKI - EI, no valor de R\$ 4.450,00 (Quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), com fundamento o art. 24, II, da Lei 8.666/93.

Schroeder, 28 de setembro de 2015
Ver. Adriano Kath
Presidente

Serra Alta

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2015

EDITAL Nº 001/2015

DIVULGAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA HABILITAÇÃO E SELEÇÃO MUNICÍPIOS PARA PROGRAMA HABITACIONAL

O Município de Serra Alta e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social comunicam aos interessados em aquisição de terrenos do município para habitação de interesse social com construção de unidade habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida, regidos pela Lei Municipais nº 868/2010 e nº 1027 de 14 de maio de 2015, e pela Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e Lei 13.097 de 19 de janeiro de 2015, e normatizações específicas do ministério das cidades, bem como os parâmetros de priorização expostos neste edital, que estarão abertas inscrições e/ou atualização cadastral e habilitação de possíveis beneficiários.

1) OBJETIVO

1.1 - O presente edital torna público os critérios para inscrição/atualização cadastral e habilitação de candidatos ao sorteio público de sessenta e três (63) terrenos no Loteamento Vinhedos e a construção das unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Para tanto, é necessário contemplar as condições e os critérios estabelecidos neste edital para que seja inscrito como possível candidato a beneficiário do programa.

1.2 - Estabelecer os prazos e cronograma das atividades afins a serem desenvolvidas até a fase final de registro dos imóveis aos contemplados pelo presente edital.

2) NÚMERO TERRENOS E UNIDADES HABITACIONAIS

Serão disponibilizados sessenta e três terrenos do município de Serra Alta e a construção de sessenta e três Unidades Habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida neste município.

Em anexo a este edital dispomos de três plantas baixa, para que o mutuário opte, dentre uma delas, qual será executada/construída no terreno, levando em conta a necessidade e condição financeira da família.

SÃO CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

3) DOS CRITÉRIOS

São critérios de habilitação familiar para os terrenos, conforme legislação federal e municipal vigente para a construção da unidade familiar pelo programa Minha Casa Minha Vida, os parâmetros de priorização e as condições estabelecidas aos proponentes beneficiários ao programa, definidos nacionalmente, como:

- a) Renda familiar bruta de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);
- b) Não possuir imóvel residencial ou ser proponente comprador.
- c) comprovar estar residindo no município a mais de um ano.
- d) não ter sido beneficiário de nenhum programa habitacional.
- f) preencher e ou atualizar cadastro específico do programa junto a secretaria de assistência social;
- g) Não possuir restrição junto aos cadastros de inadimplência e débitos não regularizados junto à união, estado ou município.

4) Das famílias que terão prioridade para participar do programa.

- a) Famílias que tenham decisão judicial em seu favor.
- b) Famílias que em situação de risco (insalubre, ambiental, deslizamento, etc..) comprovados.
- c) Famílias com portadores de necessidades especiais comprovados por laudo médico, Idosos, formaram o grupo com maior prioridade.
- d) Grupo geral neste grupo estarão todos os cadastrados do

programa.

Dentro dos grupos a ordem de prioridade devera obedecer os critérios de desempate:

- 1- renda inferior a quatro salários mínimos
- 2- maior numero de filho(que compõe o grupo)
- 3- mães responsável pela família.
- 4- Sorteio.

5) DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA INSCRIÇÃO, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E HABILITAÇÃO DA FAMILIA

- a) Cópia legível dos documentos de identificação - RG e CPF - do grupo familiar;
- b) Comprovante de estado civil atualizado;
- c) Comprovante de endereço para correspondência;
- d) Comprovações de renda bruta familiar (carteira de trabalho com as três ultimas folhas de pagamento, extrato benefício INSS, Prolabore, guia de recolhimento do INSS)
- e) Comprovante de inscrição no programa ;
- f) Certidão Negativa de bens e Imóveis;

5) DO LOCAL, DATA E HORÁRIO:

A atualização cadastral e inscrições estão abertas no período de 16 de outubro a 10 de novembro de 2015, das 7:30 às 11:30 e 13:15 às 17:15 horas, junto a secretaria de assistência social, sito a Rua ALMIRANTE BARROSO, nº 535.

6) DA HABILITAÇÃO

6.1 A Comissão constituída pelos membros do Conselho Municipal de Habitação e técnicos do Departamento, farão a conferência e análise dos documentos da inscrição/habilitação DECLARANDO em ata, os habilitados e não habilitados ao programa, segundo a Legislação Municipal e normas do programa Minha Casa Minha Vida-entidades e o presente edital;

6.2 A publicação dos cadastros habilitados será feita no dia 12 de novembro em mural público e no site do município e os inscritos não habilitados terão 04 dias uteis para solicitar revisão do resultado;

7) DAS DENUNCIAS

Caso haja munícipes habilitados na listagem geral divulgada, cuja realidade dos fatos não confira com a documentação apresentada, os interessados em realizar denúncias devem comparecer na secretaria de assistência social do município de Serra Alta, de 13 à 18 de novembro, a fim de formalizar a denúncia.

As famílias denunciadas serão comunicadas e terão prazo até 05 dias úteis para apresentar defesa. Caberá ao Conselho Municipal de Habitação a apuração da denúncia e a decisão de manutenção ou não da família no programa.

8) DO SORTEIO

8.1 No dia 30 de novembro de 2015, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social fará a divulgação da listagem definitiva dos munícipes habilitados para a primeira fase do programa, constando, desde já, o horário e local do sorteio público, que ocorrerá no auditório do centro municipal de educação a partir das 20:00 horas.

8.2 O sorteio público será realizado por grupos, de acordo com os critérios estabelecidos no "item 3", motivo pelo qual, no momento

da habilitação, serão formados os seguintes grupos:

a) os munícipes que tiverem decisão judicial favorável em relação ao programa, famílias que habitam áreas de risco, famílias com portadores de deficiência e idosos formaram o grupo com prioridade de atendimento.

b) as famílias que possuem 02 membros ou mais formaram o segundo grupo a serem atendidos; ficando estabelecidos os critérios de prioridade de atendimento dentro do grupo.

B1- renda inferior a 4 salários mínimos.

B2- maior número de filhos.

B3- mulheres responsáveis pelo domicílio:

B4- havendo empate o sorteio definirá a família a ser atendida antes.

c) famílias composta de apenas 1 membro.

C1- as mulheres terão prioridade.

C2- sorteio

Todos os munícipes habilitados estarão na lista final em ordem crescente sendo no primeiro momento chamados os primeiros 63 classificados para viabilizar sua participação no programa junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Os classificados após o número 63 formarão o cadastro de reserva e serão chamados (pela ordem) sempre que houver desistência ou não aprovação de alguma família anteriormente classificada.

8.3 Para realizar o sorteio dos lotes o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social aguardará a aprovação pela caixa econômica federal dos mutuários e o sorteio terá 3 grupos.

1- casas com acessibilidade mínimo 2 unidades.

2- casas padrão 01 para os que contraíram o financiamento dentro deste padrão, serão 40 unidades.

3 - casas padrão 02 para os mutuários que contraíram financiamento com o valor compatível, serão 21 unidades.

8.4 a ordem do sorteio será primeiro o grupo 01, seguindo com o grupo 02 e por último o grupo 03.

8.5 os classificados que não forem atendidos por excesso de demanda terão prioridade no próximo loteamento a ser implantado de interesse social.

8.6 Será formado um quadro reserva com aqueles munícipes que não foram contemplados para que, caso algum contemplado seja excluído do programa, por não atender alguma das exigências legais, possam ser chamados os próximos da lista.

9) DA CONTRATAÇÃO

9.1 As famílias contempladas no sorteio público deverão comparecer no Departamento de Habitação imediatamente para assinar os contratos dos terrenos com o município. Observação a partir desta fase a família mutuatária não poderá ter restrições cadastrais (SERRASA e SPC).

9.2 Caso, no momento da assinatura do contrato, a família tenha restrições cadastrais em órgãos de crédito, será excluída do programa, abrindo vaga para que seja convidada outra família selecionada no cadastro de reserva e que atenda as regras previstas neste edital.

9.3 Ao assinar o contrato com o município o Departamento de habitação auxiliará as famílias no encaminhamento do registro e escrituração do terreno. Contudo, para que isso seja possível as famílias deverão realizar a entrega dos documentos necessários para registro em cartório bem como recolher todas as taxas necessárias, a averbação das casas bem como os custos ficarão a cargo da empresa selecionada para implantar o programa.

9.4 O prazo limite para o registro dos imóveis será acordado com a CAIXA ECONOMICA FEDERAL E DIVULGADO NA DATA DO SORTEIO sob pena de exclusão do programa.

9.3 Após o registro dos terrenos, toda a documentação será enviada à CAIXA ECONOMICA FEDERAL para análise e contratação.

10) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A ordem de comparecimento para inscrição dentro do prazo fixado, não influenciará na classificação do candidato;

10.2 Este edital tem como objetivo a habilitação de munícipes beneficiários dos terrenos do Loteamento vinhedos e a construção de unidades habitacionais pelo Programa Minha Casa Minha Vida, desde que atendam aos critérios estabelecidos através deste edital;

10.3 São de inteira responsabilidade dos munícipes candidatos as informações e documentações fornecidas, portanto, qualquer omissão resultará em perda do direito de participar deste processo de habilitação;

10.4 Serão desclassificados os candidatos que não preencherem qualquer item previsto neste edital;

10.5 Caberá a Caixa Econômica Federal a aprovação final dos cadastros dos beneficiários habilitados nesta etapa.

Os casos omissos neste edital serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Habitação.

SERRA ALTA, SC 14 DE OUTUBRO DE 2015.

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de administração

FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito municipal

VOLNEI LUIZ FICAGNA
Presidente do Conselho Municipal de Habitação

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 202/2015

DECRETO Nº 0202/2015 DE 13/10/2015

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1o – Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 48.182,00(Quarenta e oito mil cento e oitenta e dois reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

05.0002.008.0244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

| NAT.DESP. | DR | ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|----------------|---------------|--|---------------|
| 3.3.90.00(224) | 0.1.65.000000 | Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3652) | R\$ 31.654,56 |
| 3.3.90.00(200) | 0.1.35.000000 | Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3352) | R\$ 8.048,78 |
| 4.4.90.00(225) | 0.1.35.000000 | Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3152) | R\$ 8.478,66 |

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 48.182,00(Quarenta e oito mil cento e oitenta e dois reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2014.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 13 de outubro de 2015
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

DECRETO 203/2015

DECRETO Nº 203/2015 DE 13/10/2015

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1o – Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 12.801,61 (doze mil oitocentos e um reais e sessenta e um centavos), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE vigente.

05.01.0010.0302.0008.2.028-Atendimentos de média a alta comp. fora do domicílio

| NAT.DESP. | DR | ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|---------------|----------------|--|---------------|
| 3.3.90.00(73) | 0.1.00.00.3165 | Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3165) | R\$ 12.801,61 |

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 12.801,61 (doze mil oitocentos e um reais e sessenta e um centavos), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2014 Bloco MAC/União.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 13 de outubro de 2015.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

DECRETO 204/2015

DECRETO Nº. 204 DE 15 DE OUTUBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - CMSB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 667 de 29.09.2008.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica constituído o Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB, composto pelos membros indicados pelos órgãos que representam, nos termos do artigo 5º da Lei Municipal nº 667 de 29.09.2008, conforme segue:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL:

· FERNANDA ORSO MENEGHETTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA:

· ROBERTO ORSO BUGALHO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

· JOÃO PAULO GUBERT

· DIEGO GUSTAVO KIRCH

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES:

· MARINO JOSÉ ERPEN

ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL:

· ELISANDRA WEBER

· ELISA RESENDE ORSO

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez.

Art. 3º. O exercício das funções de membro do Conselho não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 15 de outubro de 2015.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

TOMADA DE PREÇO N°.002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/TOMADA DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 056/2015

Edital: TOMADA DE PREÇOS nº 002/2015

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: REFORMA E AMPLIÇÃO DO CRAS NO MUNICIPIO DE SUL BRASIL

Visita de vistoria da obra: 09:30 horas do dia 27 de outubro de 2015.

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 03 de novembro de 2015

Abertura dos envelopes: 09:30 horas do dia 03 de novembro de 2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 14 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 151/2015

DECRETO Nº. 151, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido a pedido, Joelmo Manfioleti, Matrícula nº 2878, do Cargo de Operador de Equipamentos I, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 13 de outubro de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 152/2015

DECRETO Nº 152, de 14 de Outubro de 2015.
ESTABELECE PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições e de conformidade com a Legislação vigente:

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais no dia 30 de Outubro (sexta-feira), em alusão ao Dia do Funcionário Público(28 de outubro).

Art. 2º - Fica excluído do Art. 1º, o Departamento de Educação, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 14 de outubro de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO CMDCA 08/2015

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

RESOLUÇÃO Nº 08/2015

Dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Timbé do Sul.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 1.749/2015;

RESOLVE:

I - Informar a todos que, após a divulgação do resultado do pleito, não foram interpostos recursos.

II - Homologar o RESULTADO FINAL do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Timbé do Sul para o

mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, conforme relação abaixo:

Art. 1º: Fica proclamado o resultado final da eleição realizada no dia 04/10/2015:

I - Total de eleitores: 1.163

II - Total de votos válidos: 1.148

III - Total de votos em branco: 13

IV - Total de votos nulos: 02

Art. 2º: Total de votos por candidato:

| Nº | Nome do Candidato | Total de votos |
|----|-----------------------------|----------------|
| 1 | Oiara Ttramontin Felisberto | 99 |
| 2 | Eliane Ferro Stecanella | 109 |
| 4 | Lorena Vitória N. Goulart | 18 |
| 5 | Vanei Spader Teixeira | 41 |
| 6 | Carla Munique G. Conti | 18 |
| 7 | Joelton Patricio Brusch | 38 |
| 8 | Vilma Pelizzari Ghellere | 249 |
| 9 | Thais da Rocha da Silva | 170 |
| 10 | Rosana Becker | 76 |
| 12 | Bruno Machado Cesario | 134 |
| 13 | Roberto Simão | 196 |

Art. 3º: Ficam os seguintes candidatos eleitos como titulares, por ordem de votação:

I- Vilma Pelizzari Ghellere

II- Roberto Simão

III- Thais da Rocha da Silva

IV- Bruno Machado Cesario

V- Eliane Ferro Stecanella

Art. 4º: Ficam os demais candidatos como suplentes, por ordem de votação:

I- Oiara Tramontin Felisberto

II- Rosana Becker

III- Vanei Teixeira Spader

IV- Joelton Patrício Brusch

V- Lorena Vitoria N. Goulart

VI- Carla Munique Guerreiro Conti

Art. 5º. A diplomação e posse dos membros do Conselho Tutelar, titulares e suplentes, dar-se-á no dia 04/12/2015, às 10:00 horas, no CRAS de Timbé do Sul.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 13 de outubro de 2015.

Ana Leila Simon

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇOS N.º 75 2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 75/2015 - PMT

Às nove horas, do décimo quinto dia, do mês de outubro de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015 e Portaria nº 1707/2015), sob a presidência da Sra. Marli Theilacker, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo e, representando a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, o Sr. Ademir Sérgio de Souza Filho, para abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas (PENTÁGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA ME, URCA URBANIZADORA CATARINENSE EIRELI-ME, UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA-EPP, CONSTRUTORA E INCORPORADORA RUIZ LTDA – ME e a CONSTRUTORA F & F LTDA -EPP), no processo licitatório Tomada de Preços nº 75/2015 – PMT, conforme segue:

Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes.

Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura dos envelopes de Proposta, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos.

Da abertura dos envelopes de proposta, o valor nos itens 01 e 02 do Edital apresentado pelas empresas foram os seguintes:

- PENTÁGONO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA ME: Item 01: R\$ 5.703,23 (cinco mil, setecentos e três reais e vinte e três centavos) – Item 02: R\$ 269.438,35 (duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos);
- URCA URBANIZADORA CATARINENSE EIRELI-ME: Item 01: R\$ 5.300,96 (cinco mil, trezentos reais e noventa e seis centavos) – Item 02: R\$ 272.233,40 (duzentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta centavos);
- UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA-ME: Item 01: R\$ 5.179,58 (cinco mil, cento e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) – Item 02: R\$ 286.065,03 (duzentos e oitenta e seis mil, sessenta e cinco reais e três centavos);
- EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA-EPP: Item 01: R\$ 6.400,30 (seis mil, quatrocentos reais e trinta centavos) – Item 02: R\$ 265.997,31 (duzentos e sessenta e cinco mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos);
- CONSTRUTORA E INCORPORADORA RUIZ LTDA – ME: Item 01: R\$ 5.671,07 (cinco mil, seiscentos e setenta e um reais e sete centavos) – Item 02: R\$ 268.107,83 (duzentos e sessenta e oito mil, cento e sete reais e oitenta e três centavos);
- CONSTRUTORA F & F LTDA-EPP: Item 01: R\$ 5.898,32 (cinco mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e dois centavos) – Item 02: R\$ 278.855,01 (duzentos e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e um centavo)

Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos das propostas ao Setor de Engenharia

da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, para análise dos valores e quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pelas empresas licitantes, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da(s) empresa(s) vencedora(s) do certame.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão, encaminhando-se os autos ao Setor de Engenharia para as providências de estilo.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

ANDREA TAISE FRANZ

Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

PRISCILA MACEDO

Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 105 2015 PMT - MOBILIÁRIO SALA DE LICITAÇÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 105/2015 - PMT

OBJETO: aquisição de mobiliário (mesas e cadeiras) destinada dos à sede da sala de licitações, em atendimento às necessidades da Secretaria de Fazenda e Administração. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 29 de outubro de 2015. ABERTURA: dia 29 de outubro de 2015 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 15/10/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 30 2015 FCT - ESTRUTURAS E DEMAIS SERVIÇOS NATAL MAIS ENCANTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 30/2015 FCT

OBJETO: contratação de empresa(s) especializada(s) em: - prestação de serviços de sonorização, iluminação cenográfica, filmagem, projeção; - locação com montagem e desmontagem de linóleo para dança, estrutura de camarim, tendas, galpão de lona, grupo gerador, grades de contenção de público, com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida e acompanhamento técnico durante todo o evento, para a programação do Natal Mais Encantado 2015 que acontecerá de 22 de novembro a 20 de dezembro de 2015 no Parque Central. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 30 de outubro de 2015. ABERTURA: dia 30 de outubro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 15/10/2015
Jorge R. Ferreira
Presidente da Fundação Cultural

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 09 2015 FUMTRAN - MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015 FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

OBJETO: Registro de preço para destinado à aquisição de material (tintas e solventes) para implantação e/ou manutenção da sinalização viária no município de Timbó/SC.

EMPRESA FORNECEDORA: Madevia Ltda Me

TOTAL ESTIMADO: R\$ 115.960,00 (cento e quinze mil novecentos e sessenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/10/2016

Timbó, 15/10/2015
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

PORTARIA NO 1717, DE 03 DE AGOSTO DE 2015-REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PORTARIA No 1717, DE 03 DE AGOSTO DE 2015

Dispensa profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso VII, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e Decreto nº 2703, de 05 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR profissionais lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), para o Programa Saúde da Família – PSF, conforme abaixo relacionados:

| NOME | CARGO | A CONTAR DE |
|----------------------------|-----------------------|-------------|
| Guilherme da Cunha Galvani | Médico | 01/08/2015 |
| Sandra de Sá Teixeira | Técnica em Enfermagem | 01/08/2015 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de agosto de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE MÉRITO AO PROJETO DE LEI Nº 37/2015****COMISSÃO DE MÉRITO**

Projeto de Lei Ordinária nº 37/2015 - Altera a Lei nº 2738, de 20 de outubro de 2014 e denomina via pública Rua "Bertha Zumach".

Iniciativa do Projeto: Vereador Waldemar Gebauer

Relator: Vereador Fabricio Dalcastagné

I) RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que visa alterar o art. 2.º da Lei n.º 2.738, de 20 de outubro de 2014, modificando a denominação da Rua Projetada B de "Rua Paranaguá" para "Rua Bertha Zumach". Projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa no dia 5 de outubro, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 15 de outubro após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer fora publicado no dia 14 de outubro.

No dia 15 de outubro esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II) FUNDAMENTAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo alterar o art. 2.º da Lei n.º 2.738, de 20 de outubro de 2014, alterando o nome da Rua Projetada B de "Rua Paranaguá" para "Rua Bertha Zumach".

A ilustríssima Senhora Bertha Zumach nasceu em 6 de dezembro de 1882 na cidade de Timbó. Casou-se em novembro de 1904 com o Senhor Richard Zumach, tendo com ele cinco filhos.

A Senhora Bertha Zumach foi uma pessoa destacada e atuante no meio comunitário, se dedicou a causas que buscam a melhoria do próximo, com trabalhos voluntários, propagando os valores cristãos. Foi membro atuante da OASE (Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas Timbó) e seu falecimento deu-se em 12 de dezembro de 1982, tendo alcançado a idade de 100 anos e 6 dias de vida.

Cabe ressaltar que a alteração pretendida diz respeito tão somente à nomenclatura da via, não havendo alterações no que diz respeito ao seu gabarito.

Desta feita, vislumbrando-se que tal homenagem é merecida, em se tratando de pessoa proba e humilde, este relator se manifesta favoravelmente à aprovação da proposição em comento.

III) CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Considerando que a matéria respeita as normas vigentes, este Relator resolve exarar o presente de forma favorável à aprovação do Projeto de Lei n.º 37/2015.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereadora Salvelina Maria Zatelli

Vereador Waldemar Gebauer

Sala das Comissões, em 15 de outubro de 2015.

Salvelina Maria Zatelli

Presidente

Fabricio Dalcastagné

Relator

Waldemar Gebauer

Membro

Três Barras

PREFEITURA

DECRETO NO 4.542/2015, DE 11 DE OUTUBRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Avenida Santa Catarina, Centro – 89.490-000

Telefone: (47) 2323-0121-(47) 3623-1084.

DECRETO No 4.542/2015, de 11 de outubro de 2015

Três Barras, 11 de outubro.

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município afetadas por ENXURRADAS (COBRADE - 12.200).

O Senhor. ALINOR LESCOVITZ, Prefeito do município de Três Barras, localizado no estado da Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 65 inciso 7 e pelo inciso VI do Artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012.

CONSIDERANDO:

I – Que as chuvas ocorridas no dia 10 á 11/10/2015, provocaram enxurradas e alagamentos em diversos bairros do centro da cidade, bem como desmoronamento de barreiras nas rodovias conforme FIDE (Formulário de Informações do desastre);

II - Que a precipitação desse grande volume de água acima 190 mm, em um pequeno intervalo de tempo combinada com a precariedade do sistema municipal de drenagem de águas pluviais, resultou em significativos danos materiais e prejuízos econômicos e sociais constantes, bem como queda de pontes e barreiras em rodovias federais próximas ,desviando o fluxo de cargas pesadas afetaram catastróficamente a malha viária do município, no Formulário FIDE, em anexo;

III – Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ENXURRADAS (COBRADE - 12.200, conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações,

relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 11 dias do mês de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.539 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.539 DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O USO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO À ASSOCIAÇÃO DOS MICROS E PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS/SC – AMPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que preconiza o artigo 85 da Lei Orgânica do Município de Três Barras.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o uso à ASSOCIAÇÃO DOS MICROS E PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS/SC – AMPAR, entidade assistencial sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 05.748.901/0001-80, estabelecida à Rodovia BR-280, Km 209, Três Barras, pelo prazo de 05 (cinco) meses, de forma gratuita, dos seguintes bens:

I – Trator marca VALTRA, Modelo A950, motor Diesel, tração 4X4, ano/modelo 2011, cor predominante amarelo, número de série A950282256 e monobloco AAAT2006VBM001648;

II – Retroescavadeira marca JCB, motor Diesel, tração 4X4, ano/modelo 2012, cor predominante amarelo, número de série 1790953 e chassi 9B9214T44CBTD4953;

III – Trator Agrícola, marca MASSEY FERGUSON, ano/modelo 2002, fabricação nacional, tração 4x4, cor predominante vermelha, com toldo, número de série 283064548 e número de série do motor SC88098631324H.

Art. 2º. A autorizada obriga-se a assinatura do termo próprio.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 29 de setembro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

DECRETO Nº 4.541 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.541 DE 07 DE OUTUBRO DE 2015.

RATIFICA E RETIFICA O DECRETO Nº 4.104 DE 10 DE JULHO DE 2012 – APROVA PLANTA DO LOTEAMENTO "JARDIM ALTO DO MUSSI I", DE PROPRIEDADE DE DÉCIO ROBERTO ROEDER E SILMARA REGINA TEODOROVITZ ROEDER – LOCALIZADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO – TRÊS BARRAS – SC.

ALINOR LESCOVITZ, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica ratificado o Decreto nº 4.104 de 10 de julho de 2012, que aprovou a planta do loteamento urbano, com as retificações constantes do memorial descritivo elaborado em 23 de julho de 2015, procedido por Décio Roberto Roeder e Silmara Regina Teodorovitz Roeder, localizado no Distrito de São Cristóvão, Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 11.666 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 50.686,00 m² (cinquenta mil, seiscentos e oitenta e seis metros quadrados).

Art. 2º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 100/2015

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 100/2015.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratante: MUNICIPIO DE TRÊS BARRAS – SC.

Contratada: BASSANI & SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ 17.399.704/0001-81.

Objeto: credenciamento de laboratórios para prestação de serviços na realização de exames por imagem ao Fundo Municipal de Saúde de Três Barras.

Fundamento legal: Lei 8.666/93 e suas alterações e Edital de Credenciamento Nº. 05/2015.

Três Barras – SC, 09 de outubro de 2015.

ALINOR LESCOVITZ – PREFEITO MUNICIPAL

SALVADOR DE MAIO DE NETO - JURIDICO

Trombudo Central

PREFEITURA

373/2015

PORTARIA 373/2015 DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

HANELORE HEDLER, Prefeita do município de Trombudo Central em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 012/2015;

CONSIDERANDO: o Decreto 089/2015;

CONSIDERANDO: a lei 1772/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. Naiara de Souza, à exercer o cargo de provimento temporário de Professora de Ciências, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto ao CEB. Erica Hasse, a partir de 14 de outubro de 2015 até o dia 22 de dezembro de 2015, face o pedido devido á exoneração da servidora titular Sra. Danieli Duarte da Silva.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 14 de outubro de 2015.

HANELORE HEDLER

Prefeita de Trombudo Central em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO N.10/2015

CONTRATO n.10/2015

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução imediata, o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – SC, CNPJ nº 12.273.240.0001-49, com sede à Rua João Castilho, nº 111, nesta cidade de TUNÁPOLIS – SC, representada neste ato pelo Administrador do Fundo Municipal de Saúde/FMS Sr. BRUNO JOSÉ HERBERLE, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, interior neste Município doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa SCHROEDER ESQUADRIAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.620.098/0001-81, estabelecida na Rua Santa Maria,n.40, doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato de EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) COBERTURA DE ACESSO DO POSTO DE SAÚDE, CONFORME PROJETO TECNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2015, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MÃO DE OBRA E MATERIAIS) COBERTURA DE ACESSO DO POSTO DE SAÚDE, CONFORME PROJETO TECNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 90 (noventa) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 – Os serviços deverão ter início no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 25.719,77(vinte cinco mil setecentos e dezenove reais e setenta e sete centavos) sendo custo com mão de obra de R\$ 6.425,00(seis mil quatrocentos e vinte cinco reais) e material o valor de R\$ 19.294,77(Dezenove mil duzentos e noventa e quatro reais e setenta e sete centavos).

4.2 - O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, CONFORME BOLETIM DE MEDIÇÃO.

4.2.1 - O pagamento será efetuado mediante recebimento da Nota Fiscal, acompanhada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.
- Cópia das Guias de Recolhimento do FGTS e INSS;
- Relatório dos serviços prestados;
- Registro mensal do Ponto dos funcionários conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;
- Folhas e comprovantes mensais de Pagamento dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;
- Certidão atualizada dos documentos exigidos no edital de Tomada de Preços nº 02/2015.

4.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.4 - Nos aspectos previdenciários, será ainda observado o que dispõe a legislação previdenciária vigente.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 90 (NOVENTA) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de

prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E

ORÇAMENTÁRIOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (5,6,75) do Fundo Municipal da Saúde, do ano de 2015.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.5 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.6 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.7 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.8 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.9 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.10 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.11 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado a terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.12 A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município/FUNDO poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EVENTUAL ATRASO DO FUNDO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o FUNDO utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos

responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será elaborada pelo engenheiro da empresa e homologado pelo engenheiro da prefeitura e setor de projetos, sendo obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 – A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido, unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início da obra;

e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;

g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

TUNÁPOLIS – SC., 07 de outubro de 2015.

Schroeder Esquadrias Ltda EPP
Bruno Jose Heberle Contratada
GESTOR DO FMS

Testemunhas:

Karine Epping
CPF: 009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

DECRETO 1719/2015

Decreto nº 1.719/2015, de 15 de Outubro de 2015.

Homologação do deferimento e indeferimento das inscrições do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa o deferimento e indeferimento das inscrições relativas ao Edital de Concurso Público nº 001/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições do Concurso Público nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

| ENGENHEIRO SANITARISTA Modalidade A | | |
|---------------------------------------|---------------------------------|--------------------|
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 116154 | Alexandre Stroeher | DEFERIDA |
| 127378 | Andre Matias Fideles | DEFERIDA |
| 117155 | Bruna Luisa Boni | DEFERIDA |
| 127077 | Carla Panho | DEFERIDA |
| 116427 | Carlos Henrique Langner | DEFERIDA |
| 123262 | Cristiane Bozzetto | DEFERIDA |
| 123154 | Douglas Matheus Da Silva | DEFERIDA |
| 127531 | Edivane Patricia Ganzer | DEFERIDA |
| 116129 | Emerson Souza | DEFERIDA |
| 120954 | Giovana Garlet | DEFERIDA |
| 129689 | Guilherme Barros | DEFERIDA |
| 127526 | Igor Bergmann | DEFERIDA |
| 126628 | Jacqueline Alexandre Martins | DEFERIDA |
| 124607 | Jacson Rodrigues Franca | DEFERIDA |
| 127351 | Janaina Goerck | DEFERIDA |
| 115867 | Juliane Cristina Dassow | DEFERIDA |
| 120313 | Luan Ariel Freisleben | DEFERIDA |
| 126035 | Maiara Ongaratto | DEFERIDA |
| 131191 | Maicon Deison Giraldi | DEFERIDA |
| 114301 | Maria Fernanda Rodriguez Hierro | DEFERIDA |
| 128260 | Matheus Willinghoefer | DEFERIDA |
| 124863 | Mayara Techio | DEFERIDA |
| 113840 | Samara Follmann | DEFERIDA |
| 128690 | Tainara Casa Nova Silva | DEFERIDA |
| 123170 | Tamara Boll | DEFERIDA |
| 124104 | Tiago Rambo Kochhann | DEFERIDA |
| 113986 | Vanessa Deisi Renz | DEFERIDA |
| 123837 | William Dill Arenhardt | DEFERIDA |
| | | |
| ENGENHEIRO CIVIL Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 115487 | Abrao Jaime De Moura Junior | DEFERIDA |
| 130887 | Alexandre Fernando Picoloto | DEFERIDA |
| 123465 | Allisson Augusto Zamboni | DEFERIDA |
| 121331 | Andre Felipe Schlickmann | DEFERIDA |
| 131752 | Andreza Frare | DEFERIDA |
| 130898 | Anelise Basso | DEFERIDA |
| 128451 | Antonio Caetano Vieira Moreira | DEFERIDA |

| | | |
|--------|---|----------|
| 116437 | Ariel Paulo Bracht | DEFERIDA |
| 115427 | Carolina Gass | DEFERIDA |
| 127658 | Cleide Angele Hartmann | DEFERIDA |
| 127620 | Daniel Wilk Junior | DEFERIDA |
| 130089 | Daniela Andressa Saling | DEFERIDA |
| 128089 | Daniela De Lourdes Barboza Brito Da Silva | DEFERIDA |
| 116514 | Dayana Beatriz Pauli | DEFERIDA |
| 128170 | Denilson Kroetz | DEFERIDA |
| 116266 | Elisa Regina Petter | DEFERIDA |
| 131707 | Felipe Dalcin Dal Forno | DEFERIDA |
| 114057 | Fernanda Naue | DEFERIDA |
| 124825 | Fernando Trintinaglia | DEFERIDA |
| 124289 | Gabriel Antonio Ferreira | DEFERIDA |
| 116406 | Gustavo Henrique Libero | DEFERIDA |
| 125474 | Gustavo Sartori | DEFERIDA |
| 116397 | Iolanda Meier Lohmann | DEFERIDA |
| 129257 | Ismael Schneiders | DEFERIDA |
| 123634 | Jefferson Grasel | DEFERIDA |
| 114007 | Jose Adalberto Rodrigues Goncalves Junior | DEFERIDA |
| 127672 | Junior Jose Flach | DEFERIDA |
| 116781 | Leonardo Ives Massing Moreira | DEFERIDA |
| 116475 | Lucas Mazzoleni Pinto | DEFERIDA |
| 127768 | Luiz Guilherme Ferreira Lazaro | DEFERIDA |
| 116383 | Maisa Philippsen | DEFERIDA |
| 128136 | Marina Zanini | DEFERIDA |
| 130606 | Moacir Junior Meneguzzi Lazarotto | DEFERIDA |
| 115736 | Natalia Regina Casanova | DEFERIDA |
| 123429 | Pedro Caye | DEFERIDA |
| 130990 | Robison Franzen | DEFERIDA |
| 127607 | Ronyeri Thadeu Pereira | DEFERIDA |
| 128093 | Sidimar De Lara Paz | DEFERIDA |
| 114267 | Thais Mara Casagrande | DEFERIDA |
| 120838 | Thiago Backes | DEFERIDA |
| 129745 | Tiago Roberto Berwanger | DEFERIDA |
| 131574 | Valdemar Martins | DEFERIDA |
| 131102 | Vicenzo Freeze Agustini | DEFERIDA |
| | | |

MÉDICO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|-------------------------------|--------------------|
| 121318 | Cristiano Bischoff | DEFERIDA |
| 126252 | Pedro Henrique Favero Cetolin | DEFERIDA |
| | | |

ENFERMEIRO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|----------------------------------|--------------------|
| 128954 | Adriane Reis | DEFERIDA |
| 116004 | Agda Hemkemaier | DEFERIDA |
| 125876 | Andrea Paula Pinto | DEFERIDA |
| 130761 | Andreia Aparecida Fiorini Bomfim | DEFERIDA |

| | | |
|--------|--|----------|
| 122446 | Andreia Cristina Nicolay Dos Santos | DEFERIDA |
| 114063 | Angela Gabriella Bischoff | DEFERIDA |
| 131471 | Ani Keli Cristina Rossini | DEFERIDA |
| 113681 | Barbara Brunetto Müller | DEFERIDA |
| 117527 | Bernadete Bueno De Camargo | DEFERIDA |
| 124611 | Bruna Anzolin | DEFERIDA |
| 116578 | Bruna Carla Villa | DEFERIDA |
| 116733 | Camila Soligo Bernardi | DEFERIDA |
| 119335 | Carin Daniela Doring | DEFERIDA |
| 127603 | Carla Diana Reichert | DEFERIDA |
| 123311 | Carlise Paludo | DEFERIDA |
| 115495 | Claci Chiele Baptistella | DEFERIDA |
| 130881 | Claudete Garcia Dos Santos | DEFERIDA |
| 116573 | Claudia De Medeiros | DEFERIDA |
| 117492 | Cristiane Marcia Lemos Ferreira | DEFERIDA |
| 115866 | Daiana Aparecida Walker Nascimento Rintzel | DEFERIDA |
| 128102 | Daiane Gabiatti | DEFERIDA |
| 116690 | Daniele Schoeninger | DEFERIDA |
| 119582 | Danielly Ferrari Dos Santos | DEFERIDA |
| 128992 | Debora Diana Casagrande | DEFERIDA |
| 130351 | Debora Elisabete Schutz Riese | DEFERIDA |
| 125964 | Deisi Flach Follmann | DEFERIDA |
| 116067 | Edina Junges | DEFERIDA |
| 130330 | Eliamar Baranoski | DEFERIDA |
| 128564 | Evelise Camargo | DEFERIDA |
| 128293 | Fabiana Erlo | DEFERIDA |
| 116080 | Fernanda Luisa Petry Vogt | DEFERIDA |
| 116188 | Franciele Schwaab | DEFERIDA |
| 127186 | Gardi Regina Weinhal | DEFERIDA |
| 128077 | Giovana Dallemole Paloschi | DEFERIDA |
| 127494 | Gisele Gasparetto Zavacki | DEFERIDA |
| 120180 | Giseli Elisa Da Silva | DEFERIDA |
| 117906 | Greisi Carla Gromann | DEFERIDA |
| 118034 | Iracema Cherobin Massing | DEFERIDA |
| 124371 | Jeniffer Da Silva | DEFERIDA |
| 113355 | Jociele Raquel Reichert | DEFERIDA |
| 115957 | Jorge Fernando Soares | DEFERIDA |
| 114391 | Juliana Ribeiro | DEFERIDA |
| 116046 | Jussara Fatima Rech | DEFERIDA |
| 115963 | Karine Theobald | DEFERIDA |
| 119571 | Karise Anelise Schmidt Ferreira | DEFERIDA |
| 129739 | Kellen Regina Schaurich | DEFERIDA |
| 128245 | Kyndia Pasqualon | DEFERIDA |
| 130414 | Larissa Dayane Furlanetto | DEFERIDA |
| 116495 | Laysa Cristina Dreyer | DEFERIDA |
| 121328 | Lediane Nicloti | DEFERIDA |
| 116273 | Leticia Aparecida Turatti | DEFERIDA |
| 124077 | Leticia Fatima Zangalli | DEFERIDA |

| | | |
|--------|-------------------------------------|----------|
| 114399 | Luciane Bera | DEFERIDA |
| 122351 | Lucio Mauro De Araujo | DEFERIDA |
| 128318 | Maiara Arianne Nichel | DEFERIDA |
| 116010 | Marciane Tessaro | DEFERIDA |
| 114142 | Mariele Beckenkamp Kaspary | DEFERIDA |
| 116744 | Marielli Costa De Souza | DEFERIDA |
| 127916 | Marli Lazarotto | DEFERIDA |
| 123509 | Mayquelli Parmeggiani | DEFERIDA |
| 130292 | Moise Ruth Angnes | DEFERIDA |
| 117806 | Monica Bernardi | DEFERIDA |
| 115943 | Morgana Maura Brum Grade | DEFERIDA |
| 131319 | Natalia Cristina Da Silva | DEFERIDA |
| 131443 | Nelson Brandt | DEFERIDA |
| 119159 | Noeli Fatima Pereira | DEFERIDA |
| 124356 | Paola Franceschi Zanatta | DEFERIDA |
| 129290 | Paola Pressi | DEFERIDA |
| 115667 | Patricia Barbieri | DEFERIDA |
| 118027 | Paulo Jose Massing | DEFERIDA |
| 131348 | Rafaela Cordeiro Machado Florentino | DEFERIDA |
| 118804 | Sidiane De Lara Paz | DEFERIDA |
| 124364 | Silmara Fiore | DEFERIDA |
| 131464 | Silvana Brandt | DEFERIDA |
| 130651 | Simone Schmitt Bertencello | DEFERIDA |
| 118466 | Tailine Cristina De Lucca | DEFERIDA |
| 113513 | Taise Aparecida Berwanger | DEFERIDA |
| 113562 | Taissana Dezanetti | DEFERIDA |
| 121896 | Zana Andreia Da Silva | DEFERIDA |
| | | |

ASSISTENTE SOCIAL | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|------------------------------|--------------------|
| 129890 | Aline Eloisa Scheuermann | DEFERIDA |
| 118785 | Catiana Vedana Casali | DEFERIDA |
| 130862 | Daniela Luiza Deters | DEFERIDA |
| 121337 | Ivanete Goncalves | DEFERIDA |
| 129448 | Marciane Althaus | DEFERIDA |
| 131651 | Marlene Terezinha Theisen | DEFERIDA |
| 125023 | Nadia Costacurta | DEFERIDA |
| 113711 | Patricia Comparin | DEFERIDA |
| 130885 | Siliane Meier | DEFERIDA |
| 126701 | Simone Carla Boito | DEFERIDA |
| 116509 | Simone Da Luz Reichert | DEFERIDA |
| 130884 | Simone Dill | DEFERIDA |
| 118562 | Tais Cristina Zanatta Lermen | DEFERIDA |
| | | |

AGENTE ADMINISTRATIVO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|----------------------------|--------------------|
| 114452 | Aline Kraemer | DEFERIDA |
| 118869 | Ana Cristina Oliveira Knop | DEFERIDA |

| | | |
|--------|-----------------------------------|----------|
| 116145 | Anderson Kayser Muller | DEFERIDA |
| 118157 | Andrei Alencar Egewarth | DEFERIDA |
| 122904 | Angela Kraemer | DEFERIDA |
| 130659 | Arnaldo Bertoncello | DEFERIDA |
| 116562 | Carine Kaufmann | DEFERIDA |
| 131093 | Carine Wilges | DEFERIDA |
| 113626 | Cesar Roger Urnau | DEFERIDA |
| 130976 | Claudia Paulitsch | DEFERIDA |
| 128254 | Daiana Naue Schneider | DEFERIDA |
| 116500 | Daniel Baumgratz | DEFERIDA |
| 116529 | Daniela Dal Magro | DEFERIDA |
| 118949 | Daniela Mueller | DEFERIDA |
| 131608 | Daniele Flach | DEFERIDA |
| 122589 | Daniele Schneider | DEFERIDA |
| 116694 | Deisi Flach | DEFERIDA |
| 124813 | Deisi Tatiane Götz | DEFERIDA |
| 124419 | Diego Dill | DEFERIDA |
| 121615 | Diogo Marcal Pasqualli | DEFERIDA |
| 131359 | Dionatan Schaefer Lauschner | DEFERIDA |
| 116757 | Dionis Campagnaro | DEFERIDA |
| 130344 | Diully Sara Schroer Lazarotto | DEFERIDA |
| 119107 | Eduardo Kloh | DEFERIDA |
| 131171 | Eduardo Mannrich Dornel | DEFERIDA |
| 116294 | Elaine Da Silva Souza | DEFERIDA |
| 124300 | Eliana Bohnen | DEFERIDA |
| 113577 | Eliana Schafer | DEFERIDA |
| 120738 | Elias Souza Custodia | DEFERIDA |
| 124116 | Elisangela Vaz Kochhann | DEFERIDA |
| 130567 | Fernanda Engroff | DEFERIDA |
| 116324 | Franciele Staub | DEFERIDA |
| 122881 | Geisilaine Moras | DEFERIDA |
| 113708 | Glaucia Schneider | DEFERIDA |
| 130707 | Grassieli Schoninger | DEFERIDA |
| 116098 | Greicy Cristine Kosvoski | DEFERIDA |
| 116405 | Janaina Wilges | DEFERIDA |
| 123796 | Jones Schlickmann | DEFERIDA |
| 116291 | Joseli Teresinha Becker Hofmann | DEFERIDA |
| 116417 | Josenara Tais Heck | DEFERIDA |
| 130935 | Juarez Goerck | DEFERIDA |
| 116072 | Jussara Karal | DEFERIDA |
| 122451 | Kamille Hammerschmitt | DEFERIDA |
| 119568 | Linara Gossler | DEFERIDA |
| 129212 | Luciane Odete Tumelero Guerra | DEFERIDA |
| 116396 | Marceane Rohr | DEFERIDA |
| 119600 | Marcia Marlene Philippsen Machado | DEFERIDA |
| 115462 | Maria Eduarda Webber | DEFERIDA |
| 116049 | Mariane Baumgratz | DEFERIDA |
| 116276 | Mariane Bertol | DEFERIDA |

| | | |
|--------|---------------------------------|----------|
| 120659 | Marilene De Fatima Dalagustinho | DEFERIDA |
| 130945 | Marisa Schmuck Eidt | DEFERIDA |
| 127680 | Marisa Schweickert | DEFERIDA |
| 130209 | Marise Etges | DEFERIDA |
| 130256 | Maristela Veiga | DEFERIDA |
| 121692 | Micheli Specht | DEFERIDA |
| 117526 | Minandra Sehn | DEFERIDA |
| 130687 | Monica Hochscheidt | DEFERIDA |
| 116214 | Rodrigo Schuh | DEFERIDA |
| 130909 | Rosenilda De Sousa | DEFERIDA |
| 116247 | Silmara Thiel Do Nascimento | DEFERIDA |
| 130653 | Vanderlei Rossa | DEFERIDA |
| | | |

TÉCNICO EM INFORMÁTICA/ELETRICIDADE | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|---------------------------|--------------------|
| 123040 | Adalmir Rossa | DEFERIDA |
| 130274 | Adilson Schroeder | DEFERIDA |
| 130688 | Andre Luiz Gava | DEFERIDA |
| 115936 | Blasio Dill | DEFERIDA |
| 115952 | Cassiano Oliveira | DEFERIDA |
| 118796 | Cloves Heck | DEFERIDA |
| 127057 | Dionathan Toillier | DEFERIDA |
| 116058 | Jonas Halmenschlager | DEFERIDA |
| 129350 | Maciel Naue | DEFERIDA |
| 115798 | Marcel Kloh | DEFERIDA |
| 118225 | Marcelo Sehnem | DEFERIDA |
| 118705 | Marcos Turani | DEFERIDA |
| 131757 | Rafael Foletto | DEFERIDA |
| 114198 | Regisson Vandoir Wennig | DEFERIDA |
| 116102 | Roger Schmeier | DEFERIDA |
| 117115 | Solange Lunkes | DEFERIDA |
| 131401 | Thiago Terhorst Rauber | DEFERIDA |
| 124391 | Weslei Luis Hammerschmitt | DEFERIDA |
| | | |

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|------------------------------|--------------------|
| 113661 | Andreia Pazini | DEFERIDA |
| 116287 | Anita Henrich | DEFERIDA |
| 125479 | Carine Spies | DEFERIDA |
| 125914 | Carla Cristina Ulrich | DEFERIDA |
| 115643 | Cristiano Berwanger | DEFERIDA |
| 117178 | Elaine Ines Schaab | DEFERIDA |
| 129547 | Erci Teresinha Heck | DEFERIDA |
| 123291 | Evani Back | DEFERIDA |
| 127590 | Gelson Gauchinho Kestering | DEFERIDA |
| 129899 | Janete Frey Rambo | DEFERIDA |
| 128403 | Jocilene Taborda Rauch | DEFERIDA |
| 130220 | Ligia Maria Kühlkamp Scheren | DEFERIDA |

| | | |
|---|---------------------------------|--------------------|
| 127897 | Lucia Nair Dill Franz | DEFERIDA |
| 116391 | Maiara Beckenkamp | DEFERIDA |
| 121889 | Maria Teresa Hochscheidt Junges | DEFERIDA |
| 116362 | Raquel Luiza Schoeninger Kunst | DEFERIDA |
| 130454 | Rosane Jaehn | DEFERIDA |
| 129482 | Valiria Klagenberg Francescon | DEFERIDA |
| | | |
| AGENTE OPERACIONAL Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 116401 | Amarildo Tadeu Meotti | DEFERIDA |
| 127507 | Francisco Nicolau Dill | DEFERIDA |
| 125850 | Jefferson Marcio Cabral Alves | DEFERIDA |
| 130870 | Leomar Rauber | DEFERIDA |
| 126891 | Maikon Paulata | DEFERIDA |
| 120667 | Protasio Luis Kuffel | DEFERIDA |
| 131049 | Ricardo Hochscheidt | DEFERIDA |
| 116635 | Romeu Michels | DEFERIDA |
| | | |
| MECÂNICO Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 126127 | Arisdeu Juchem | DEFERIDA |
| 124385 | Christian Neiss | DEFERIDA |
| 115496 | Cleber Cesar Favero | DEFERIDA |
| 128282 | Everton Henrique Linn | DEFERIDA |
| 130440 | Fernando Lisot | DEFERIDA |
| 121729 | Gilnei Thome Bourscheidt | DEFERIDA |
| 123718 | Henrique Mathias Anschau | DEFERIDA |
| 129462 | Irineu Kossmann | DEFERIDA |
| 120890 | Marciel Tessaro | DEFERIDA |
| 120178 | Neodir Immig | DEFERIDA |
| 116539 | Pedro Heck | DEFERIDA |
| 128311 | Sandro Luiz Konzen | DEFERIDA |
| | | |
| AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 124384 | Adilson Prasido Borba | DEFERIDA |
| 117799 | Giliard Schaefer | DEFERIDA |
| 130216 | Jair Luis Scheren | DEFERIDA |
| 115560 | Leandro Welchen | DEFERIDA |
| | | |
| MOTORISTA DE VEÍCULOS DE PASSAGEIROS Modalidade B | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 127473 | Adair De Vargas | DEFERIDA |
| 131688 | Adilson Gretzler | DEFERIDA |
| 115669 | Calixto Habacuc Wolfart | DEFERIDA |
| 127344 | Carlito Eidt | DEFERIDA |
| 114159 | Clair Hertess | DEFERIDA |
| 127381 | Claudir Staub | DEFERIDA |

| | | |
|--------|----------------------------|----------|
| 116331 | Cleiton Fritzen | DEFERIDA |
| 116707 | Elionei Tiago Formagini | DEFERIDA |
| 126351 | Elisandro Both | DEFERIDA |
| 115899 | Fabio Giordani | DEFERIDA |
| 129779 | Fernando Guerra | DEFERIDA |
| 121900 | Hugo Urbano Konzen | DEFERIDA |
| 116674 | Ismael Pereira | DEFERIDA |
| 130446 | Ivan Roberto Pauli | DEFERIDA |
| 130891 | Jair Luis Rempel | DEFERIDA |
| 117939 | Laerte Hofmann | DEFERIDA |
| 115110 | Leandro Ficher Machado | DEFERIDA |
| 119561 | Leonir Joao Chielle | DEFERIDA |
| 131346 | Marcelo Todescato | DEFERIDA |
| 128399 | Marcos Friedrich | DEFERIDA |
| 115949 | Nedio Dalla Picola | DEFERIDA |
| 130894 | Osvanir Carlos Nalin | DEFERIDA |
| 128543 | Rafael Giacomo Gava Guerra | DEFERIDA |
| 114496 | Ricardo Betu | DEFERIDA |
| 127625 | Ricardo Buche | DEFERIDA |
| 122493 | Rubio Adriano Frizon | DEFERIDA |
| 116528 | Sandra Verissimo | DEFERIDA |
| 124379 | Tiago Jose Schroeder | DEFERIDA |
| 121916 | Valdecir Ebbing | DEFERIDA |
| 127972 | Valdir Kummer | DEFERIDA |
| 129877 | Valmir Rossa | DEFERIDA |

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 001/2015, do Município de Tunápolis/SC, as seguintes inscrições:

| ENGENHEIRO SANITARISTA Modalidade A | | |
|---------------------------------------|----------------------------|--|
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 127346 | Ana Luisa Reichert | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 123783 | Debora Capello | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 124884 | Ektor Luiz Vertuoso De Liz | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116334 | Karen Barbosa Amarante | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 126044 | Marcos Veruck | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| ENGENHEIRO CIVIL Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 115400 | Amanda Gava | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115616 | Carlos Eduardo Tosin | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 129342 | Carolina Bittencourt | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 114640 | Fabio Trentin | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 113921 | Janaina Sehnem | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |

| | | |
|--|-------------------------------|--|
| 117695 | Jobert Luiz Goncalves Resenes | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116532 | Laercio Scheffer | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 114305 | Maiara Alessi | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 113773 | Rafael Almeida Martins | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 125574 | Rafael Viapiana | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 130694 | Vivian Christani | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| MÉDICO Modalidade A | | |
| Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo. | | |
| | | |
| ENFERMEIRO Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 120146 | Acacio Dacroce | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 123175 | Ana Paula Bianchi | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 131124 | Ana Paula Wolfart | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 114196 | Carla Regina Basso | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 131277 | Cleides Ines Sehn Melz | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116134 | Daiana Mariel Maldaner | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116318 | Daniela Cristina Simon | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 129349 | Daniele Malucelli | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 127902 | Dayane Battaglin Eidt | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 125792 | Debora Calazans Costa Rosa | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116721 | Denise Mariane Wissmann | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 125852 | Dieine Furtado Ribeiro | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116414 | Edina Zanette | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 131649 | Eduarda Helena Steinhorst | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 127922 | Giseli Oliveira Ferri Mertins | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 131698 | Jaqueline Pasini | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115937 | Joana Balbinot | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115799 | Marzeli Pauletti | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116074 | Pamela Schwingel | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 121559 | Rozilene Da Silva Lima | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 130979 | Rubiele Tamara Haag | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116640 | Solange Tareli | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116248 | Talita Maria Cadona | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |

| | | |
|--------------------------------------|------------------------------------|--|
| | | |
| ASSISTENTE SOCIAL Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 118799 | Eliane Bau | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| AGENTE ADMINISTRATIVO Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 127245 | Adriani Teresinha Do Nascimento | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 114304 | Alerson Körbes | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115355 | Ana Paula Barth | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 122797 | Anderson Furtado | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115924 | Camila Tibola | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116808 | Carmen Maria Fiorini Goulart | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116507 | Caroline Felin | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 128999 | Cheila Buche | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116367 | Cleunice Bourscheid | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 113743 | Daiane Da Rosa | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 123228 | Daniela Rasch | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116430 | Dayane Cristina Martinotto Maziero | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 117927 | Denise Goncalves Da Silva | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 127925 | Diogo Valderi Mertins | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115096 | Eduardo Busnelo Blockl | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116386 | Eliane Carbonara | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 129578 | Emerson Andre Wolf | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 130868 | Ivanise Fidelis | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 119623 | Jaine Griebeler | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 129317 | Jaqueline Schwengber | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 126848 | Joana Linck | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116309 | Juliane Giordani | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 129644 | Juliane Kappaun | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115932 | Kristy Flach | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 130713 | Luan Lucas Volpini | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 128703 | Marcilei Wagner | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116725 | Patricia Schwab | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 130219 | Paula Pawlak Gava | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |

| | | |
|--|---------------------------------|--|
| 123790 | Ricardo Andre Thoms | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 114155 | Simone Jahn | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115062 | Tailor Sehnem | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116323 | Thaise Marcia Gotz | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 127714 | Valquiria Mayer Bourscheid | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 119667 | Vanessa Trevisan | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| TÉCNICO EM INFORMÁTICA/ELETRICIDADE Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 114056 | Cleiton Hammerschmitt | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116584 | Cleverton Marinho Basquera | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 118348 | Daniel Flach Vogt | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115481 | Daniele Alves De Maia | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115876 | Edinei Reckziegel | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115870 | Fernando Carlos Engler | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115583 | Jacson Antonio Da Cruz | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 129846 | Leonir Fritzen | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 119439 | Tiago Pradella | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116846 | Wilian Marcio Alves De Carvalho | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 115434 | Cleidiane Gomes Mariano | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116590 | Daniela Rhoden | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 117814 | Deywson Da Conceicao Pedrosa | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116131 | Luciana Parecy | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 130227 | Pakia Gava Ferreira | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 124686 | Rosa Mari Dos Santos | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 125521 | Rosilei Casanova | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| AGENTE OPERACIONAL Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 120704 | Eliandro Carlos Schaefer | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| MECÂNICO Modalidade A | | |
| Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo. | | |
| | | |

AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE HIDRÁULICA | Modalidade A

Nenhum candidato com a inscrição indeferida para este cargo.

MOTORISTA DE VEÍCULOS DE PASSAGEIROS | Modalidade B

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|-------------------------|--|
| 116576 | Michel Frizon | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115795 | Odair Vaider | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116572 | Tiago Antonio De Mattos | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116202 | Valdomiro Salini | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão do dia 16 ao dia 19 de outubro de 2015 para realizarem recurso, pela internet, no site: www.ameosc.org.br

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 15 de Outubro de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO 1720/2015

Decreto nº 1.720/2015, de 15 de Outubro de 2015.

Homologação do deferimento e indeferimento das inscrições do Edital de Processo Seletivo nº. 02/2015 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa o deferimento e indeferimento das inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 02/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições do Processo Seletivo nº 02/2015 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|--------------------------------|--------------------|
| 116498 | Alice De Almeida Santana | DEFERIDA |
| 121360 | Aline Theobald Klunck | DEFERIDA |
| 128976 | Andreia De Andrade Moraz | DEFERIDA |
| 129140 | Andressa Sartori | DEFERIDA |
| 115191 | Ariane Luiza Fellini Constante | DEFERIDA |
| 118204 | Camila Luiza Schmidt | DEFERIDA |
| 124900 | Camila Sueli Manfe | DEFERIDA |
| 127785 | Carin Wehrmann Watthier | DEFERIDA |
| 116369 | Cleunice Bourscheid | DEFERIDA |
| 118833 | Cleusa Kaufmann | DEFERIDA |
| 117152 | Cristiane Welchen | DEFERIDA |
| 115132 | Daiana Hochscheidt | DEFERIDA |
| 116589 | Daiana Lucia Villa | DEFERIDA |
| 127630 | Daniela Geremia | DEFERIDA |
| 125536 | Daniele Schneider | DEFERIDA |

| | | |
|--------|--------------------------------|----------|
| 126224 | Denise Scherer Buche | DEFERIDA |
| 119895 | Eliane Marta Degenhart | DEFERIDA |
| 129743 | Elizandra Girardi Dotti | DEFERIDA |
| 118789 | Elizane Favero Burin | DEFERIDA |
| 124101 | Ivania Ott | DEFERIDA |
| 116749 | Juliane Schemmer | DEFERIDA |
| 116887 | Justina Vivian | DEFERIDA |
| 124401 | Laine Lorenski | DEFERIDA |
| 116521 | Leila Carla Rauch | DEFERIDA |
| 120709 | Leoni Scheren Mombach | DEFERIDA |
| 124083 | Lisete Frey Steffen | DEFERIDA |
| 116568 | Luciane Schlickmann | DEFERIDA |
| 115454 | Marciane Rohden Toillier | DEFERIDA |
| 128168 | Marciele Luize Kessler | DEFERIDA |
| 127232 | Marieli Leticia Eich | DEFERIDA |
| 117790 | Marilei Christ Lehnhoff | DEFERIDA |
| 115911 | Marizete Fatima Basso Trevizan | DEFERIDA |
| 121779 | Marlize Regines Moras | DEFERIDA |
| 116552 | Michele Gassen | DEFERIDA |
| 125143 | Naiana Constante De Oliveira | DEFERIDA |
| 118596 | Rose Mere Sulzbacher Matte | DEFERIDA |
| 127810 | Sirlei Marafon | DEFERIDA |
| 128682 | Suelyn Caroline Reis | DEFERIDA |
| 116321 | Thaise Marcia Gotz | DEFERIDA |
| | | |

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - HABILITADO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|--------------------------------|--------------------|
| 116186 | Alessandra Kerber | DEFERIDA |
| 116499 | Alice De Almeida Santana | DEFERIDA |
| 128977 | Andreia De Andrade Moraz | DEFERIDA |
| 115192 | Ariane Luiza Fellini Constante | DEFERIDA |
| 118205 | Camila Luiza Schmidt | DEFERIDA |
| 129734 | Camila Sueli Manfe | DEFERIDA |
| 119450 | Cirlene Royer Ceolin | DEFERIDA |
| 115133 | Daiana Hochscheidt | DEFERIDA |
| 116639 | Daiana Lucia Villa | DEFERIDA |
| 127693 | Dalvana Franzon | DEFERIDA |
| 127631 | Daniela Geremia | DEFERIDA |
| 128916 | Denise Scherer Buche | DEFERIDA |
| 119897 | Eliane Marta Degenhart | DEFERIDA |
| 129744 | Elizandra Girardi Dotti | DEFERIDA |
| 118790 | Elizane Favero Burin | DEFERIDA |
| 124365 | Fernanda Paparella Viapiana | DEFERIDA |
| 124402 | Laine Lorenski | DEFERIDA |
| 116522 | Leila Carla Rauch | DEFERIDA |
| 120710 | Leoni Scheren Mombach | DEFERIDA |
| 127379 | Liane Jacinta Finger Heck | DEFERIDA |
| 128615 | Luana Heberle | DEFERIDA |

| | | |
|--------|---------------------------------|----------|
| 116569 | Luciane Schlickmann | DEFERIDA |
| 115455 | Marciane Rohden Toillier | DEFERIDA |
| 128169 | Marciele Luize Kessler | DEFERIDA |
| 116423 | Maria Elisabete Sigolin | DEFERIDA |
| 120656 | Marilene De Fatima Dalagustinho | DEFERIDA |
| 116400 | Marilene Oswald | DEFERIDA |
| 121780 | Marlize Regines Moras | DEFERIDA |
| 116553 | Michele Gassen | DEFERIDA |
| 125144 | Naiana Constante De Oliveira | DEFERIDA |
| 127636 | Neide Kreisig | DEFERIDA |
| 116322 | Thaise Marcia Gotz | DEFERIDA |
| | | |

****PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO | Modalidade A**

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|------------------------|--------------------|
| 116448 | Aclidio Pecos Valduga | DEFERIDA |
| 116504 | Cleiton Kist | DEFERIDA |
| 116490 | Fatima Bisutti | DEFERIDA |
| 118779 | Fernando Rempel | DEFERIDA |
| 116172 | Juliana De Maman | DEFERIDA |
| 124136 | Kerli Cristina Welchen | DEFERIDA |
| 115865 | Sinara Bieger | DEFERIDA |
| 116175 | Tatiane Spaniol Walker | DEFERIDA |
| 118787 | Vanderlei Bortoluzzi | DEFERIDA |
| | | |

SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA - HABILITADO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|----------------------------|--------------------|
| 119451 | Cirlene Royer Ceolin | DEFERIDA |
| 124102 | Ivania Ott | DEFERIDA |
| 125484 | Leidiana Katia Konflanz | DEFERIDA |
| 117791 | Marilei Christ Lehnhoff | DEFERIDA |
| 118597 | Rose Mere Sulzbacher Matte | DEFERIDA |
| | | |

PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|-----------------------------------|--------------------|
| 128286 | Carolina Thomas | DEFERIDA |
| 117222 | Clarice Giordano | DEFERIDA |
| 127433 | Claudia Paulina Schneider Azevedo | DEFERIDA |
| | | |

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (ALEMÃO) - HABILITADO | Modalidade A

Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) - HABILITADO | Modalidade A

Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|---------------|--------------------|
| 131731 | Andreia Neiss | DEFERIDA |
| 114476 | Dayane Bieger | DEFERIDA |

| | | |
|--------|-----------------------------|----------|
| 127955 | Debora Alana Flach | DEFERIDA |
| 119332 | Diane Ott Lauschner | DEFERIDA |
| 125164 | Fernanda Luiza Schoenberger | DEFERIDA |
| 115058 | Francieli Bottega Schneider | DEFERIDA |
| 125491 | Joice Roden Schlickmann | DEFERIDA |
| 116416 | Josenara Tais Heck | DEFERIDA |
| 115353 | Juciele Scherer | DEFERIDA |
| 116160 | Juliane Giordani | DEFERIDA |
| 120174 | Leane Flach Kuhn | DEFERIDA |
| 130905 | Marciele Schaefer | DEFERIDA |
| 128520 | Marciele Tais Melz Grings | DEFERIDA |
| 125477 | Marilei Furtuoso Bolsoni | DEFERIDA |
| 128812 | Marisa Kautzmann | DEFERIDA |
| 130474 | Marli Terezinha Putrick | DEFERIDA |
| 121813 | Sirleni Dill Bazzo | DEFERIDA |
| | | |

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|-----------------------------|--------------------|
| 131732 | Andreia Neiss | DEFERIDA |
| 127963 | Debora Alana Flach | DEFERIDA |
| 125165 | Fernanda Luiza Schoenberger | DEFERIDA |
| 121321 | Flaviani Claudia Carboni | DEFERIDA |
| 125492 | Joice Roden Schlickmann | DEFERIDA |
| 120175 | Leane Flach Kuhn | DEFERIDA |
| 121814 | Sirleni Dill Bazzo | DEFERIDA |
| 127154 | Vania Ines Wegner | DEFERIDA |
| | | |

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|---------------------------|--------------------|
| 127386 | Anderson Luis Deters | DEFERIDA |
| 126704 | Denise Schmitz | DEFERIDA |
| 119082 | Ricardo Angelo Casagrande | DEFERIDA |
| 123753 | Stefano Becker Kothe | DEFERIDA |
| | | |

PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO | Modalidade A

Nenhum candidato com a inscrição deferida neste cargo.

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

PROFESSOR DE ALEMÃO - NÃO HABILITADO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|-------------------------------|--------------------|
| 128285 | Carolina Thomas | DEFERIDA |
| 130925 | Diully Sara Schroer Lazarotto | DEFERIDA |
| | | |

PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|-------------------------------|--------------------|
| 130926 | Diully Sara Schroer Lazarotto | DEFERIDA |
| 125537 | Silvana Nyland Stuelp | DEFERIDA |
| | | |

INSTRUTOR DE PATINAÇÃO | Modalidade A

| | | |
|--|--|--|
| | | |
|--|--|--|

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|--|-----------------------------------|--------------------|
| 116173 | Juliana De Maman | DEFERIDA |
| | | |
| INSTRUTOR DE DANÇA COREOGRÁFICA Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 127432 | Claudia Paulina Schneider Azevedo | DEFERIDA |

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 02/2015, do Município de Tunápolis/SC, as seguintes inscrições:

| PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO Modalidade A | | |
|--|-----------------------------------|--|
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 115930 | Camila Tibola | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116724 | Carine Ferraz | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 119066 | Jocilene Juliana Nievinski Pasini | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 120655 | Marilene De Fatima Dalagustinho | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115068 | Marli Terezinha Lisot Bertolotti | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116519 | Monica Tais Korbes Schneider | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 121699 | Sirlei Maria Antunes Schneiders | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 128070 | Sirlei Schafer Seger | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116591 | Tais Cristine Meurer Vogel | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 118871 | Tania Berenice Schwengber | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - HABILITADO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|----------------------------------|--|
| 127250 | Adriani Teresinha Do Nascimento | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115931 | Camila Tibola | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115069 | Marli Terezinha Lisot Bertolotti | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116523 | Monica Tais Korbes Schneider | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 121700 | Sirlei Maria Antunes Schneiders | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116592 | Tais Cristine Meurer Vogel | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 118872 | Tania Berenice Schwengber | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 118323 | Tatiane Weiss Justen | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO | Modalidade A

| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|---------|---------------------|--|
| 116228 | Fernando Weiss | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115917 | Maise Mariga | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 126230 | Marco Antonio Klein | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |

| | | |
|--|---------------------------------------|--|
| | | |
| SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA - HABILITADO Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 127247 | Adriani Teresinha Do Nascimento | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116751 | Maria Paulina Machado Da Silva Modrak | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 118324 | Tatiane Weiss Justen | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 115888 | Clara Maria De Oliveira | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 126724 | Claudia Sierota Pavinato | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (ALEMÃO) - HABILITADO Modalidade A | | |
| Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo. | | |
| | | |
| PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) - HABILITADO Modalidade A | | |
| Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo. | | |
| | | |
| PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 119028 | Maira Cristina Lazarotto | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116466 | Riciane Foletto | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 130722 | Janete Maria Andres Pauli | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 116467 | Riciane Foletto | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 116746 | Andrey Sohn | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 117551 | Elisandra Sovrani | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115016 | Gabriela Frizon | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 123472 | Sibeli Cristina Karlinski | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO Modalidade A | | |
| Nº INSC | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 116745 | Andrey Sohn | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| 115172 | Marcos Formagini | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra "e" do edital |
| | | |
| PROFESSOR DE ALEMÃO - NÃO HABILITADO Modalidade A | | |

Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.

PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO | Modalidade A

Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.

INSTRUTOR DE PATINAÇÃO | Modalidade A

Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.

INSTRUTOR DE DANÇA COREOGRÁFICA | Modalidade A

Nenhum candidato com a inscrição indeferida neste cargo.

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão do dia 16 ao dia 19 de outubro de 2015 para realizarem recurso, pela internet, no site: www.ameosc.org.br

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 15 de Outubro de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na

Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

PROCESSO Nº 37/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015

Processo nº 37/2015

Edital de Pregão Presencial nº 32/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

Entrega das propostas até às 9h do dia 29/10/2015

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC 15 de outubro de 2015.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo

Turvo

PREFEITURA

LEI 2253/2015

Lei nº 2.253/15, de 29 de Setembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE ESCOLA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "ESCOLA MUNICIPAL PROF. CELSO MARCON", a Unidade de Ensino localizada na Rua Nº 40, Nº 165, Loteamento São Braz, no Bairro São Luiz.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 29 de setembro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

TERMO DE PERMISSÃO DE USO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 001/2015 - QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA GUINCHO E TRANSPORTE BIGODE LTDA.

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA GUINCHO E TRANSPORTE BIGODE LTDA.

Pelo presente instrumento particular de permissão de uso e prestação de serviços, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. São Luiz, n. 531, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob nº 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EVERALDO LUIS CASONATTO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF nº 758.156.999-34, doravante denominado simplesmente PERMITENTE, e de outro lado a empresa Guincho e Transporte Bigode LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua João Pessoa, nº985, na cidade de Pinhalzinho, inscrito no CNPJ/MF sob nº 22.112.185/0001-69, neste ato representado pelo Sr. Arnelio Giachini, portador do CPF nº 132.173.649-53 doravante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIA, e perante testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, atendendo as cláusulas a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato consiste na Outorga de PERMISSIONÁRIA para serviços e equipamentos necessários ao transporte, guarda e depósito de veículos apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de União do Oeste, o valor estimado deste Contrato para fins legais é de R\$ 10.000,00.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

A vigência da Permissão será de 120 (cento e vinte) meses, contados da data da assinatura do Contrato, sem interrupção e prorrogável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A PERMISSIONÁRIA deverá dispor de no mínimo 01 (um) caminhão $\frac{3}{4}$ guincho e 01(um) caminhão Truck guincho, devidamente licenciado e dotado de dispositivos e equipamentos de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL

a) O local deverá ser apropriado, com no mínimo 3.000 m² (três mil metros quadrados) com, cercado, iluminado, e que ofereça um serviço de segurança e recepção 24 horas por dia, a fim de atender tanto os agentes fiscalizadores de trânsito, assim definidos em Lei, o público em geral, bem como zelar pela total segurança dos veículos dos quais passa a ser depositário fiel.

b) Entende-se por Agente Fiscalizador de Trânsito, todo aquele que, de uma forma ou outra, contribua, dentro dos limites de sua competência, para o disciplinamento e fiscalização no que tange à matéria de trânsito.

c) Ter área coberta, que proporcione o abrigo de no mínimo 05 (cinco) automóveis e 10 (dez) motocicletas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

a) Receber todo e qualquer veículo, conforme classificação constante do Código Nacional de Trânsito, quando devidamente apreendidos, removidos ou retirados de circulação pelos Agentes Fiscalizadores de Trânsito.

b) Receber e liberar os veículos somente com autorização do Responsável pela CITRAN, ou por pessoa por este designada. Nenhum veículo poderá ser liberado sem atender as exigências da legislação de trânsito. Em nenhuma hipótese o veículo poderá ser liberado sem a Carta de Liberação expedida pela CITRAN.

c) Criar livro de registro diário, onde devem constar os veículos recebidos e liberados e outras alterações que se façam necessárias, como nome do proprietário, condutor, endereço, etc.

d) Sujeitar-se a inspeções realizadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, Comandante da Organização Policial Militar local, Supervisor da CITRAN ou por qualquer pessoa por uma dessas autoridades designada, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos previstos neste Diploma Legal.

e) Emissão de Laudo de Vistoria constando o estado em que se encontra o veículo apreendido, especificando este todas as condições gerais do veículo, inclusive arranhões, peças e acessórios faltantes, que deverá necessariamente ser assinado pela autoridade competente ao Agente Fiscalizador de Trânsito, pelo proprietário do bem móvel, e ainda, pelo responsável pela guarda dos veículos apreendidos.

f) A guarda e conservação dos bens depositados, bem como no caso de danos materiais, arranhões, furto, roubo, incêndio ou qualquer outro incidente que venha dilapidar o patrimônio apreendido, respondendo civil e criminalmente por estes.

g) Se responsabilizar por todos os ônus decorrentes de despesas com água, luz, telefone, aluguel, conservação e manutenção do local, com encargos sociais, previdenciários, verbas trabalhistas, FGTS, acidentes de trabalho, demandas judiciais, impostos municipais, estaduais e federais.

h) Cobrar dos proprietários dos veículos apreendidos, obrigatoriamente, os valores estipulados pelo Município, para remoção dos veículos, bem como para a diária de guarda dos mesmos multiplicada pelo número de dias em que efetivamente foi seu depósito e submeter-se integralmente aos termos do instrumento convocatório e seus anexos..

i) Repassar POR ATO (veículo liberado) ao Município, o percentual de 07% (sete por cento) do valor bruto arrecadado sobre a remoção (guincho) e estadia (depósito) dos veículos apreendidos.

j) O veículo somente será liberado após a homologação do pagamento da taxa correspondente ao período de estadia e serviço de guincho.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à PERMISSIONÁRIA:

- Paralisar os serviços do objeto da Permissão; e
- Ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto da Permissão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REMUNERAÇÃO DA PERMISSIONÁRIA

Pela prestação dos serviços o pagamento será feito diretamente a PERMISSIONÁRIA, pelos proprietários dos veículos apreendidos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Após decorrido o prazo previsto em Lei e atendendo os procedimentos legais, os veículos apreendidos poderão ser alvo de realização de Leilão Público pelo DETRAN/SC, cujo montante arrecadado servirá para quitação pela seguinte ordem:

I – Custas do leiloeiro;

II – Custas do rateio do processo de Leilão Público com editais e correspondências;

III – Quitação das penalidades de trânsito e impostos;

IV – Despesas decorrentes dos serviços de remoção e estadia do veículo;

V – Revertendo o saldo verificado, se houver, em favor de seu proprietário ficando contratada a venda dos veículos apreendidos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos acima, sujeitará a PERMISSIONÁRIA a aplicação de multa de acordo com a cláusula décima do presente termo de contrato e a perda da Outorga, através da rescisão unilateral do contrato por parte do Município, sem o pagamento de nenhuma espécie de indenização por parte do Outorgante, e sem prejuízo de outras medidas previstas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MULTA

O não cumprimento, por parte da PERMISSIONÁRIA de quaisquer cláusulas deste Contrato, importará em multa na importância de 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ENCARGOS

O presente Contrato não importa em vínculo empregatício de qualquer natureza, correndo por conta da CONTRATADA, todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e securitária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A Administração Municipal, em todo o tempo e sem qualquer ônus ou responsabilidade para si, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, poderá rescindir Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA-DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Pinhalzinho, a fim de dirimir questões que porventura se originem do presente contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Finalmente, por estarem justos e perfeitamente acordados, assinam os responsáveis legais das partes, o presente instrumento em duas vias de igual forma e idêntico teor, juntamente com testemunhas.

União do Oeste, SC, 13 de outubro de 2015.

Prefeito Municipal
PERMITENTE PERMISSIONÁRIA

Testemunhas:

01. _____ 02. _____

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

– PREÇO DOS SERVIÇOS:

As tarifas a serem cobradas dos usuários dos serviços de remoção (guincho) e estadia (depósito) dos veículos apreendidos serão OBRIGATORIAMENTE os seguintes:

| Especificação do serviço | Valor em R\$ atualizado |
|---|--------------------------|
| Serviços de remoção (guincho 3/4) | R\$ 180,00 (por remoção) |
| Serviços de Estadia (depósito veículos e motos) | R\$ 30,00 (por dia) |
| Serviços de remoção (guincho Truck) | R\$ 360,00 (por remoção) |
| Serviços de Estadia (depósito de caminhões) | R\$ 60,00 (por dia) |

Nota:

O valor será atualizado pela variação acumulada do IGP-M dos últimos 12 (doze) meses.

União do Oeste, SC, 13 de outubro de 2015.

Everaldo Luis Casonatto

Prefeito Municipal

MODELO DE RELATÓRIO DE OPERAÇÕES

(TIMBRE DA PERMISSIONÁRIA)

RELATÓRIO DE OPERAÇÕES - PÁTIO DE VEÍCULO APREENDIDOS

MÊS-BASE ____/____/____

ENTRADAS NO MÊS

| ENTRADA | | DADOS VEÍCULO | | | Nº AUTO |
|---------|------|---------------|--------|-------|---------|
| DATA | HORA | MARCA | MODELO | PLACA | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

SAÍDAS NO MÊS

| SAÍDAS | | DADOS VEÍCULO | | | Nº AUTO | RECOLHIMENTO TAXAS R\$ | | |
|-------------------------------------|------|---------------|--------|-------|---------|------------------------|---------|-------|
| DATA | HORA | MARCA | MODELO | PLACA | | GUINCHO | ESTADIA | TOTAL |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL DE RECOLHIMENTOS NO MÊS | | | | | | | | XXXXX |

RELAÇÃO ATUALIZADA DO TOTAL DOS VEÍCULOS NO PÁTIO

| ENTRADA | | DADOS VEÍCULO | | | Nº AUTO |
|---------|------|---------------|--------|-------|---------|
| DATA | HORA | MARCA | MODELO | PLACA | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

(Data e assinatura do responsável pela PERMISSIONÁRIA)

Vidal Ramos

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE Nº. 63/2015 - BANDA HELD

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

Inexigibilidade de licitação para
contratação de BAILE com o "PODALIRIO FERNANDO FANTON MEI"

P A R E C E R

Referente: Contratação de BAILE com o "PODALIRIO FERNANDO FANTON MEI".

Submete-me a parecer jurídico a proposta do "PODALIRIO FERNANDO FANTON MEI", que disponibiliza a data de 13 de novembro deste ano, ao qual ocorrerá 9ª DOCE FESTA.

A contratação de shows artísticos difere de demais forma de contratação.

O Inciso III, do Artigo 25 da Lei Federal nº. 8666/93 prevê que:

"Artigo 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição,
em especial:

...

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente
ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica
especializada ou pela opinião pública".

Ora, o representante da Banda, apresentou proposta de R\$ 2.060,00 (dois mil e sessenta reais) para realizar o BAILE, o qual é o empresário exclusivo da mesma.

Os ilustres juristas BENEDICTO DE TOLOSA FILHO e LUCIANO MASSAO SAITO, em sua obra denominada "Manual de Licitações e Contratos Administrativos", ensina que:

"A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde
que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito
subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular.

O artista tem que ser conhecido, mas não precisa necessariamente ser excepcional.

Banda Held é conhecida em todo o Alto Vale do Itajaí por realizar BAILES em várias cidades.

Podendo inclusive ser determinada a dispensa do certame.

Diante da realidade, a própria Lei de Licitação se preocupou prevendo a contratação de artistas sem realização de certame licitatório, já que a contratação leva em conta a qualidade intelectual do prestador e, não o preço em si.

É o meu parecer.

Vidal Ramos, 15 de outubro de 2015.

MAURECI MARCELO VELTER

OAB/SP nº. 7462

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 63/2015

Ana Maria Schmitz Schlistinchg, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de inexigibilidade através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo: Considerando que BANDA HELD, é detentora especialização profissional, e mantém sua carreira de sucesso consagrada pela mídia e pelo público em toda região, conforme prevê o art. 25, § 1º da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. Considerando que a sua representante PODALIRIO FERNANDO FANTON MEI, CNPJ nº. 15.674.569/0001-00, quanto à documentação apresentada demonstrou total regularidade fiscal perante as esferas municipal, estadual e federal. Demonstrando a Banda estar bem estruturada com equipe técnica apta e especializada para realização do evento (show – Bailes) com qualidade; Considerando a manifestação do Presidente da Comissão de Licitação da PREFEITURA que explana amplamente a necessidade desta contratação a fim de presentear de forma especial nossa cidade e os munícipes de Vidal Ramos. Autoriza a contratação do objeto abaixo descrito:

1. Fundamento Legal: Artigo 25 inciso III da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

2. Objeto: Contratação de empresa do ramo artístico visando à realização de evento (Baile) da 9ª DOCE FESTA.

3. Valor e condição de pagamento: A prestação de serviço terá o valor total de R\$ 2.060,00 (dois mil e sessenta reais). Será pago após a apresentação com CHEQUE.

Vidal Ramos, 15 de outubro de 2015.

Ana Maria Schmitz Schlistinchg

Presidente da Comissão de Licitações

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.463/15

DECRETO Nº 12.463/15, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.290/15, de 14 de outubro de 2015.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

| | |
|--|--------------|
| 09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura | |
| 01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 1.015 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas | 1.000.000,00 |
| | |
| TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO | 1.000.000,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de outubro de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 079/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 079/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionadas para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público - Edital nº 002/2015, conforme previsto na Lei Municipal nº 1942/07 e alterações e na Lei Federal nº 11.350/2006:

| CONVOCADO | EMPREGO PÚBLICO | DECRETO NOMEAÇÃO |
|-------------------------|--|--------------------------|
| 1. ANA PAULA DOS SANTOS | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 12.401/15, DE 02/10/2015 |

| | | |
|-----------------------------------|--|--------------------------|
| 2. DALILA BURZANELLO | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 12.402/15, DE 02/10/2015 |
| 3. ALEXANDRE RIBEIRO | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 12.403/15, DE 02/10/2015 |
| 4. VANESSA COLOMBO | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 12.404/15, DE 02/10/2015 |
| 5. WILLIAN FELIPE FERNANDES | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 12.405/15, DE 02/10/2015 |
| 6. MARA ASSUNÇÃO BELLOZUPKO LONGO | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 12.406/15, DE 02/10/2015 |
| 7. LIDIS SALETE BLOTZ | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 12.407/15, DE 02/10/2015 |
| 8. VIRLENE PERI | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 12.408/15, DE 02/10/2015 |
| 9. CAROLINE QUEIROZ AMARAL | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 12.409/15, DE 02/10/2015 |
| 10. CASSIA REGINA BOGO | AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE | 12.410/15, DE 02/10/2015 |

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante que reside na área em que irá atuar, desde da data da publicação do edital do processo seletivo.
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- Certificado de conclusão, com aproveitamento, do curso introdutório de formação inicial e continuada.

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;

- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 13 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 080/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 080/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionadas para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foram nomeadas, em razão de aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público - Edital nº 002/2015 conforme previsto na Lei Municipal nº 1942/07 e alterações e na Lei Federal nº 11.350/2006:

| CONVOCADO | EMPREGO PÚBLICO | DECRETO NOMEAÇÃO |
|---------------------------------|-------------------------------|--------------------------|
| 1. CARINE TEREZINHA ROSA | AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS | 12.411/15, DE 02/10/2015 |
| 2. BIANCA LUIZA SOARES DA SILVA | AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS | 12.412/15, DE 02/10/2015 |

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência.
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);
- j) Certificado de conclusão, com aproveitamento, do curso introdutório de formação inicial e continuada.

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;

- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 13 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.290/15

LEI Nº 3.290/15, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

| | |
|--|--------------|
| 09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura | |
| 01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 1.015 – Restauração e Pavimentação de Vias Urbanas | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas | 1.000.000,00 |
| | |
| TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO | 1.000.000,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação do exercício de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 14 de outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de outubro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 21/2015 – FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 13:00 horas do dia 04/11/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 13:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 15 de Outubro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

4º ADITIVO AO CONTRATO N° 0003/2015

4º Aditivo ao Contrato n° 0003/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Deel Construções LTDA ME

Objeto: Tem por objeto os Serviços de Adequações em acessibilidade na Escola Municipal Paul Harris.

Fica prorrogado a vigência do contrato acima por mais 60 dias, contados a partir de 10/10/2015 vigorando até 08/12/2015.

Xanxerê-SC, 09 de outubro de 2015. Ademir J. Gasparini – Pref. Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO TP 0008/2015

O Município de Xanxerê-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 0008/2015, tipo menor preço global, tendo como objeto a Construção da Cobertura da Quadra de Esportes no Bairro Bela Vista, no Município de Xanxerê-SC. O recebimento das propostas será até às 13:45 horas do dia 05 de novembro de 2015, no setor de protocolo, e a abertura será realizada às 14:00 horas do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê, sito a Rua Dr. José de Miranda Ramos nº 455. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 13 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0024/2015

Processo nº 0126/2015 – Dispensa de Licitação nº 0024/2015

O Município de Xanxerê-SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Ademir José Gasparini, justifica a Dispensa de Licitação para os Serviços de Mão de obra com fornecimento de Materiais para execução de Revisão na cobertura, Consertos e Reparos diversos no Ginásio Municipal Bejamim Menegolla, no valor total de R\$ 7.959,14, com a empresa F.R. Empreiteira de Mão de Obra Eireli ME. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso I.

Xanxerê/SC, 13 de outubro de 2015. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO N° 0078/2015

Extrato de Contrato nº 0078/2015

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: F.R Empreiteira de Mão de Obra Eireli ME.

Objeto: Serviços de Mão de obra com fornecimento de Materiais para execução de Revisão na cobertura, Consertos e Reparos diversos no Ginásio Municipal Bejamim Menegolla.

Valor: R\$ 7.959,14

Prazo: 15 dias após Ordem de Serviço.

Xanxerê-SC, 13 de outubro de 2015. Ademir J. Gasparini - Pref. Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

4109

LEI Nº 4109/2015, de 25 de Agosto de 2015.

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A "ORQUESTRA JOVEM DE XAXIM - OJAX".

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Legislativa:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ORQUESTRA JOVEM DE XAXIM - OJAX, entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter social, fundada em 14 de fevereiro de 2014, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.468.317/0001-64, com sede na Rua Irineu Bornhausen, 105 – Bairro Germânico – CEP: 89825-000 – Xaxim Santa Catarina.

Art. 2º - A utilidade pública prevista no artigo anterior aplica-se, no que couber, no âmbito do município de Xaxim, responsabilizando-se a Prefeitura Municipal de Xaxim pelas providências necessárias ao cumprimento da presente legislação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 15 de outubro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani
Subprocurador Geral do Município.

Decreto 313

DECRETO Nº 313/2015

Estabelece Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Xaxim – SC e dá outras providências.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado que o PONTO FACULTATIVO em comemoração ao "Dia do Servidor Público", que ocorre no dia 28 de outubro, será transferido para o dia 30 de outubro do corrente ano.

Art. 2º Neste dia, as repartições públicas municipais de Xaxim não estarão em atendimento, porém, permanecem em funcionamento normal os serviços essenciais do município.

§ 1º O serviço de acolhimento institucional (Abrigo Municipal), trabalhará normalmente com suas atividades habituais;

§ 2º A Farmácia Municipal terá horário especial de atendimento, das 08:00 às 11:30 horas.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, seus setores e unidades permanecem em funcionamento normal, conforme calendário próprio.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 13 de outubro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Decreto 314

DECRETO Nº 314/2015.

Reduz a carga horária de servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Lei Complementar Nº 037 e Nº. 038, de 01 de junho de 2007.

DECRETA:

Art. 1º Reduzir, a carga horaria, a partir de 15 de outubro de 2015, da servidora municipal ROSANGELA ZANCO FONTANA, ocupante do cargo comissionado de DIRETORA D EPROGRAMAS DA MULHER, na Secretaria Municipal da Mulher, Juventude e Terceira Idade, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, percebendo remuneração proporcional constante em lei vigente.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de outubro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Decreto 315

DECRETO Nº. 315/2015.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 15 de outubro de 2015, o servidor municipal CESARE ZIN NETO, ocupante do cargo comissionado de DIRETOR DE DESPORTO, portador da matrícula 6039, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de outubro de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Decreto 316

DECRETO Nº. 316/2015.

Exonera secretário municipal de desenvolvimento econômico e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 15 de outubro de 2015, o servidor municipal ADACIR ARALDI, ocupante do cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, portador da matrícula 6006, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de outubro de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Decreto 318

DECRETO Nº318/2015.

Prorroga prazo de validade do Concurso Público 001/2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações:

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade do concurso público 001/2013, por mais dois anos, ou seja, até a data de 06 de novembro de 2017, conforme previsto no item 1.2 do edital de abertura.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de outubro de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Decreto 319

DECRETO Nº. 319/2015.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir da presente data, o servidor municipal LUIS ANTONIO CIPRIANI, ocupante do cargo comissionado de SUBPROCURADOR - GERAL, portador da matrícula 7205, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Gabinete do Prefeito, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de outubro de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 320

DECRETO Nº. 320/2015.

Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, pelo presente Decreto, o Sr. LUIS ANTONIO CIPRIANI, CPF: 525.820.009-49, a partir de 16 de outubro de 2015, no cargo de PROCURADOR GERAL, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, no Gabinete do Prefeito, deste município de Xaxim – SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de outubro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira

Diretor Geral de Administração e RH

LC 162

LEI COMPLEMENTAR Nº 162/2015 de 13 de outubro de 2015.

Concede "Adicional por Função de Organização da Gestão Educacional" e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Insere os parágrafos 1º, 2º e 3º ao art. 2º da Lei Complementar nº 128/2013, com a seguinte redação:

Art. 2º. [...]

§ 1º. Fica concedido Adicional por Função de Organização da Gestão Educacional, aos servidores ocupantes dos cargos pertencentes à categoria funcional II (Profissionais de Suporte Pedagógico à Docência), do anexo I, da Lei Complementar 081/2011, calculado sobre o vencimento corrente (Art. 4º, X, b da LC 081/2011) do respectivo cargo, com percentuais conforme segue:

- a) 33% (trinta e três por cento) a partir da vigência desta lei;
- b) 35% (trinta e cinco por cento) a partir de 1º de fevereiro de 2016.
- c) 37% (trinta e sete por cento) a partir de 1º de fevereiro de 2017.
- d) 39% (trinta e nove por cento) a partir de 1º de fevereiro de 2018.
- e) 40% (quarenta por cento) a partir de 1º de fevereiro de 2019.

§ 2º. Fica concedido Adicional por Função de Organização da Gestão Educacional, aos servidores ocupantes dos cargos pertencentes à categoria funcional III (Profissionais de Suporte à Educação), do anexo I, da Lei Complementar 081/2011, calculado sobre o vencimento corrente (Art. 4º, X, b da LC 081/2011) do respectivo cargo, aos servidores que comprovarem curso Superior com Licenciatura em área relacionada à Educação, com percentuais conforme segue:

- a) 33% (trinta e três por cento) a partir da vigência desta lei;
- b) 35% (trinta e cinco por cento) a partir de 1º de fevereiro de 2016.
- c) 37% (trinta e sete por cento) a partir de 1º de fevereiro de 2017.
- d) 39% (trinta e nove por cento) a partir de 1º de fevereiro de 2018.
- e) 40% (quarenta por cento) a partir de 1º de fevereiro de 2019.

§ 3º A ampliação dos benefícios acima de 33%, constantes do Art. 2º da Lei Complementar nº 128/2013, deverá ser acompanhada de estudo de viabilidade, com pareceres do controle interno e setor jurídico do Município, objetivando ao atendimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000).

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente dar-se-ão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 15 de outubro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani
Sub-Procurador Geral do Município.

LC 163

LEI COMPLEMENTAR Nº 163/2015, de 13 de outubro de 2015.

“ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 85/2011, DE 30 DE AGOSTO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.”

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar Legislativa:

Art. 1º Fica extinto o seguinte cargo de provimento efetivo, vinculado ao Anexo I, ítem, II, alínea “a”, da Lei complementar 85 de 30 de agosto de 2011, sendo:

Parágrafo único: O cargo de Secretário Executivo, pertencente à categoria profissional II, Serviços Operacionais.

Art. 2º Fica criado no Anexo I, da Lei complementar 85 de 30 de agosto de 2011, CATEGORIA FUNCIONAL –TÉCNICO PROFISSIONAIS, o cargo de CONTROLADOR INTERNO.

Parágrafo único: A carga horária, vencimentos, condição para ingresso, atribuições e habilitação mínima para a posse do cargo criado nos termos do caput deste artigo, constam do Anexo I, II e III desta Lei.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizadas dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, e previsão na LDO e PPA para o exercício de 2016, ficando autorizada a abertura dos créditos adicionais necessários.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 15 de outubro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani
Sub-Procurador Geral do Município.

ANEXO I CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

| CATEGORIA FUNCIONAL | NIVEL | REFERÊNCIA | CARGA HORÁRIA SEMANAL | Nº D EVAGAS |
|---------------------------|-----------------|------------|-----------------------|-------------|
| III TÉCNICO-PROFISSIONAIS | | | | |
| c)Controlador Interno | TEP-51 a SOP 55 | A a F | 20 HORAS | 01 |

ANEXO II DESCRIÇÃO DE HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS DO CARGO

| | | | |
|--------------------|--------------------------|-------------|-------------|
| Cargo comissionado | | | |
| Habilitação | | Atribuições | |
| Cargo | Descrição da habilitação | Genéricas | Específicas |

| | | | |
|------------------------|--|--|---|
| c) Controlador Interno | - Curso superior com formação em contabilidade, devidamente inscrito no CRC. | Acompanhar o controle, cabendo-lhe, analisar e avaliar quanto à eficiência, como convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais | <p>I – exercer a plena fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;</p> <p>II – verificar a exatidão e a regularidade das contas e a boa execução do orçamento, adotando medidas necessárias ao seu fiel cumprimento;</p> <p>III – realizar auditoria e exercer o controle interno e a conformidade dos atos financeiros e orçamentários;</p> <p>IV – no exercício do controle interno, determinar as providências exigidas para o exercício do controle externo;</p> <p>V – avaliar o cumprimento das metas previstas, acompanhando e fiscalizando a execução orçamentária;</p> <p>VI – avaliar os resultados, quanto à eficácia e à eficiência, da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal;</p> <p>VII – exercer o controle das operações de crédito e garantias, bem como dos direitos e haveres da Câmara Municipal;</p> <p>VIII – fiscalizar o cumprimento do disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;</p> <p>IX – examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade, inclusive solicitando pareceres de auditores fiscais municipais, estaduais e federais quando julgar necessários;</p> <p>X – proceder ao exame prévio nos processos originários dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial.</p> <p>XI – promover a apuração de denúncias formais, relativas a irregularidades ou ilegalidades praticadas, em relação aos atos financeiros e orçamentários;</p> <p>XII – participar dos Conselhos de Desenvolvimento Municipal, de Saúde, Educação e Assistência Social, na forma prevista no regulamento de cada órgão;</p> <p>XIII – velar para que sejam revistos ou suspensos temporariamente os contratos de prestação de serviços terceirizados, assim considerados aqueles executados por uma contratada, pessoa jurídica ou física especializada;</p> <p>XIV – exercer outras atividades correlatas.</p> |
|------------------------|--|--|---|

ANEXO III TABELA DE VENCIMENTOS

| Cargo de provimento efetivo | | | |
|-----------------------------|------------|--------------|---------------------|
| Nível | Referência | Salário | Nome do Cargo |
| SAS-4 | única | R\$ 2.200,00 | Controlador Interno |

LEI 4107

LEI Nº 4107/2015, de 25 de Agosto de 2015.

Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições bancárias e cooperativas de crédito instalarem armário guarda-volumes em espaço que antecede a porta giratória, ao público do Município de Xaxim, SC, e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam as instituições bancárias e/ou cooperativas de crédito situadas no município de Xaxim - SC, providas de portas giratórias com sistema de bloqueio de passagem através detectores de metais ou não, obrigadas a instalar armários guarda-volumes em suas dependências.

Parágrafo único – Ficará a critério de cada agência bancária e/ou cooperativa de crédito estabelecer a quantidade de guarda-volumes compatível com o número de clientes, sendo composto de no mínimo 10 gavetas, com chaves individuais, em espaço que antecede a porta giratória ou a entrada principal.

Art.2º - As despesas oriundas da presente Lei correrão por conta exclusiva das instituições bancárias e/ou cooperativas de crédito.

Art.3º- As instituições bancárias e/ou cooperativas de crédito terão cento e vinte dias, a contar da data da publicação da presente Lei para instalar o equipamento de que trata o art.1º.

Art.4º- Caberá ao Poder Executivo, regulamentar e fiscalizar o cumprimento das disposições estabelecidas na presente Lei.

Art. 5º- O não cumprimento das disposições desta Lei sujeitará o infrator à pena de multa diária de R\$ 300,00 (trezentos reais) por agência bancária e/ou cooperativa de crédito, até o efetivo cumprimento da obrigação.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 15 de outubro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Subprocurador Geral do Município.

LEI 4108

LEI Nº 4108/2015, de 25 de Agosto de 2015.

Dispõe sobre a criação de banco de dados com nomes de pessoas para nomenclatura de futuras ruas, praças e logradouros públicos e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei

Art. 1º. Fica instituído banco de dados, visando a inscrição de nomes de pessoas para possível nomenclatura de novas ruas, praças e logradouros públicos no município de Xaxim.

Art. 2º. Somente poderão fazer parte integrante do banco de dados, nomes de pessoas falecidas;

Art. 3º. Ao ter o nome indicado, o mesmo passará a fazer parte integrante do banco de dados;

Art. 4º. A comprovação de que trata o artigo segundo, far-se-á através da apresentação da Certidão de Óbito, e deverá ser entregue na Câmara Municipal de Vereadores de Xaxim;

Art. 5º. Além da comprovação de que trata o artigo anterior, o nome da pessoa a qual passará a fazer parte do banco de dados, obedecerá os seguintes requisitos:

I – Ser integrante de família residente no município de Xaxim;

II – Pessoa que tenha sido pioneira, ou de família pioneira do município de Xaxim, ou;

III – Que tenha prestado serviços relevantes à comunidade xaxinense.

Art. 6º. Os nomes inscritos no banco de dados de que trata o artigo primeiro, antes de serem oficializados em qualquer rua, praça ou logradouro público, deverá passar por análise prévia de comissão formada internamente na Câmara Municipal de Vereadores, e posterior aprovação em Plenário pela maioria dos vereadores;

Parágrafo Único: Caso o nome não seja aprovado pela comissão, os motivos serão mantidos em sigilo.

Art. 7º. Após a implantação do banco de dados com efetivação do cadastro dos nomes de que trata a presente Lei, todos os novos loteamentos deverão seguir a ordem cronológica que estará disposta no banco de dados, sob responsabilidade da Câmara Municipal de Vereadores de Xaxim;

Parágrafo Único: Quando se tratar de loteamento explorado pela família proprietária do terreno, ficará reservado um percentual de 20% dos nomes de ruas naquele loteamento, aos familiares de sua linhagem.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, cabendo ao Poder Executivo Municipal sua regulamentação no que couber.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 15 de outubro de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Subprocurador Geral do Município.

LEI 4118

LEI Nº 4118/2015, de 06 de outubro de 2015.

AUTORIZA A MUNICIPALIDADE A DAR INÍCIO À PROCEDIMENTO DE PERMUTA DE IMÓVEL PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar início a procedimento de estudo de viabilidade de permuta de parte do imóvel de matrícula no CRI de Xaxim sob o nº 25.354, lote urbano nº 576, da quadra nº 728 (destinado à área institucional) localizado no lado par da Estrada Municipal, Loteamento das Videiras, com área superficial de 1.357,85m² (um mil, trezentos e cinquenta e sete metros, com oitenta e cinco decímetros quadrados), a ser desmembrado pela municipalidade e que pertence à área atual de 3.670,76m² (três mil, seiscentos e setenta metros, com setenta e seis centímetros quadrados).

Parágrafo único. O imóvel particular a ser objeto de estudo da permuta é lote urbano número 10, da quadra nº 100, localizado à Rua Hugo Alcides Braga, com matrícula no CRI sob o nº 1.985, e com área de 484,40m² (quatrocentos e oitenta e quatro metros, com quarenta decímetros quadrados) e pertencente à Genir Sogari e sua Esposa, Geni Isolda Sogari.

Art. 2º. A concretização da permuta fica condicionada ao deferimento do desmembramento com a respectiva individualização da matrícula em relação aos 1.357,85m² descritos no 'caput' do art. 1º.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 15 de outubro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani
Subprocurador Geral do Município.

LEI COMPLEMENTAR 159

LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2015, de 24 de julho de 2015.

REVOGA O INCISO IV, DO ART. 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 128/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Revoga o inciso IV, do art. 2º da Lei Complementar nº 128/2013.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
em 15 de outubro de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani
Subprocurador Geral do Município.

Associações

GRANFPOLIS

PORTARIA Nº 07/2015

PORTARIA Nº 07/2015

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso das suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

1. Designar o empregado Contador GILBERTO BRASIL para exercer a Função Gratificada I de Secretário Executivo, no período de 01/10/2015 a 30/10/2015, em substituição ao titular Miguel Augusto Forbeck Faraco, que estará em gozo de férias regulamentares.
2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/10/2015.

Florianópolis, 15 de outubro de 2015.

ANTÔNIO DA SILVA

Prefeito Municipal de Canelinha

PRESIDENTE

Consórcios

ARIS

ATA 52ª REUNIÃO CONSELHO DE REGULAÇÃO

ATA DA 52ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro, do ano de dois mil e quinze (25/09/2015), às 8 horas e 30 minutos, estiveram reunidos, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs. Afonso Veiga Filho, André Miquelante, Gilberto Valente Canali, Marcos Fernando Zanella, Nádia Boff Ribeiro e Willian Carlos Narzetti. Participaram também o Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, o Diretor de Regulação, Sr. Ricardo Martins e o Ouvidor, Sr. Luiz Aurélio de Oliveira. O Sra. Michele Batista não participou da reunião devido a motivos justificados. Os trabalhos da 52ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados pelo Presidente, Sr. Marcos Fernando Zanella, conforme edital de convocação nº 08/2015, com a seguinte ordem do dia: 1) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 44/2015. Município de Trombudo Central. Relator: Conselheiro Gilberto Valente Canali; 2) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no processo administrativo punitivo nº 30/2014. Município de Rio das Antas. Relator: Conselheiro Willian Carlos Narzetti; 3) Distribuição dos seguintes recursos interpostos nos processos administrativos punitivos: 3.1) Processo Administrativo Punitivo nº 59/2015. Auto de Infração nº 59/2015. Autuada: CASAN. Município de Rio do Sul; 3.2) Processo Administrativo Punitivo nº 54/2015. Auto de Infração nº 54/2015. Autuada: CASAN. Município de Ituporanga; 3.3) Processo Administrativo Punitivo nº 31/2015. Auto de Infração nº 31/2015. Autuada: CASAN. Município de Porto Belo; 3.4) Processo Administrativo Punitivo nº 32/2015. Auto de Infração nº 32/2015. Autuada: CASAN. Município de Porto Belo; 3.5) Processo Administrativo Punitivo nº 33/2015. Auto de Infração nº 33/2015. Autuada: CASAN. Município de Porto Belo; 3.6) Processo Administrativo Punitivo nº 34/2015. Auto de Infração nº 34/2015. Autuada: CASAN. Município de Porto Belo; 4) Relatório de Ouvidoria; 5) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; 6) Assuntos Gerais. Abertos os trabalhos, o Presidente do Conselho, Sr. Marcos Fernando Zanella, passou a palavra ao Sr. Gilberto Canali para leitura de relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 44/2015, Município de Trombudo Central. Por unanimidade os demais conselheiros acompanharam o voto do relator de manutenção da penalidade de advertência à autuada. Em seguida o Sr. Willian Carlos Narzetti fez a leitura de relatório e voto referente ao processo administrativo punitivo nº 30/2014, Município de Rio das Antas. Por unanimidade os demais conselheiros acompanharam o voto do relator de manutenção da penalidade de advertência à autuada. No item seguinte da pauta, o Sr. André Antunes Miquelante se disse impedido de participar devido seu desligamento do Conselho de Regulação por motivos particulares. Foi sorteado, portanto, os processos administrativos aos seguintes Conselheiros: Processo Administrativo Punitivo nº 59/2015; Auto de Infração nº 59/2015; Autuada CASAN; Município de Rio do Sul a Conselheira Nádia Boff Ribeiro. Processo Administrativo Punitivo nº 54/2015; Auto de Infração nº 54/2015; Autuada CASAN; Município de Ituporanga a Conselheira Michele Batista. Processo Administrativo Punitivo nº 31/2015; Auto de Infração nº 31/2015; Autuada CASAN. Município de Porto Belo ao Conselheiro Afonso Veiga Filho. Processo Administrativo Punitivo nº 32/2015; Auto de Infração nº 32/2015; Autuada CASAN; Município de Porto Belo ao Conselheiro Afonso Veiga Filho. Processo Administrativo Punitivo nº 33/2015; Auto de Infração nº 33/2015; Autuada CASAN; Município de Porto Belo ao Conselheiro Afonso Veiga Filho. Processo Administrativo Punitivo nº 34/2015; Auto de Infração nº 34/2015; Autuada: CASAN; Município de Porto Belo ao Conselheiro Afonso Veiga Filho. Posteriormente, o Sr. Luiz Aurélio, fez a apresentação do relatório de Ouvidoria referente as manifestações ao longo de mês de setembro. Em seguida, o Sr. Marcos Zanella, passou a palavra Sr. Ricardo Martins que fez um breve relato das ações da Diretoria de regulação ao longo de setembro. Em assuntos gerais o Presidente do Conselho, Fernando Marcos Zanella apresentou um breve relato da reunião ocorrida no dia anterior, referente a elaboração de procedimentos internos para trâmites de recursos ao Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio. Por fim, foi agendada, a próxima reunião do Conselho de Regulação para a data de 30 de outubro de 2015, às 8h30. Sem mais nada a tratar, o Presidente do Conselho de Regulação, Sr. Marcos Fernando Zanella, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, André Miquelante, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Marcos Fernando Zanella (Presidente do Conselho de Regulação)

Afonso Veiga Filho (Conselheiro da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Gilberto Valente Canali (Conselheiro da ARIS)

Michele Batista (Conselheira da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

ATA DA 51ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO

ATA DA 51ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro, do ano de dois mil e quinze (24/09/2015), às 8 horas e 30 minutos, estiveram reunidos, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs. Afonso Veiga Filho, André Miquelante, Gilberto Valente Canali, Marcos Fernando Zanella, Nádia Boff Ribeiro e Willian Carlos Narzetti. Participaram também Diretor de Regulação, Sr. Ricardo Martins. A Sra. Michele Batista não participou da reunião devido a motivos justificados. Os trabalhos da 51ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados pelo Presidente, Sr. Marcos Fernando Zanella, conforme edital de convocação nº 09/2015, com a seguinte ordem do dia: 1) Apresentação da proposta de Resolução sobre o trâmite dos recursos. O Sr. Marcos Fernando Zanella apresentou suas contribuições para formulação de minuta de resolução a respeito do tema. Fez relato referente a tempestividade dos recursos apresentados pelos autuados; Classificação das não conformidades; e padronização de análise de recursos. Após longo debate entre os conselheiros, ficou decidido pela elaboração da minuta de regras de procedimentos internos para trâmites dos recursos e não mais uma resolução para este fim. O Sr. Marcos Fernando Zanella se disponibilizou a elaborar e apresentar na próxima reunião ordinária do Conselho a minuta com os procedimentos e orientações a serem tomados nos trâmites de recursos. Sem mais nada a tratar, o Presidente do Conselho de Regulação, Sr. Marcos Fernando Zanella, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, André Miquelante, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Marcos Fernando Zanella (Presidente do Conselho de Regulação)

Afonso Veiga Filho (Conselheiro da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Gilberto Valente Canali (Conselheiro da ARIS)

Michele Batista (Conselheira da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

CIMCATARINA

DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0006_2015 - ALTERMED

DECISÃO

PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Estrada Boa Esperança, nº 2320, Bairro Fundo Canoas, na cidade de Rio do Sul – SC, CEP: 89.160-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0006/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0042/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

| Item | Unidade | Especificações Básicas e Requisitos Mínimos | Marca | Modelo |
|------|---------|---|-----------|----------|
| 33 | UNIDADE | ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 06CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT. | BIOTEXTIL | TOP |
| 34 | UNIDADE | ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 08CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT. | BIOTEXTIL | TOP |
| 35 | UNIDADE | ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 10CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT. | BIOTEXTIL | TOP |
| 36 | UNIDADE | ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 12CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT. | BIOTEXTIL | TOP |
| 37 | UNIDADE | ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 15CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT. | BIOTEXTIL | TOP |
| 38 | UNIDADE | ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 20CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT. | BIOTEXTIL | TOP |
| 39 | UNIDADE | ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 25CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT. | BIOTEXTIL | TOP |
| 40 | UNIDADE | ATADURA DE CREPOM 13 FIOS, 30CM X 4,5M (1,80M EM REPOUSO), DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT. | BIOTEXTIL | TOP |
| 59 | UNIDADE | COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 10X10CM E 20X40CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 950GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). | BIOTEXTIL | HEMOGAZE |

| | | | | |
|----|--------|---|-----------|----------|
| 60 | PACOTE | COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, EM TAMANHO 7,5X7,5CM E 15X30CM ABERTA, COM 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADA PARA DENTRO, COM PESO MÍNIMO DE 450GR POR PACOTE, DEVE ATENDER AS NORMAS DA ABNT E ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13843, EMBALADA EM PACOTES COM 500 PEÇAS POR PACOTE. COM BPF (BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO). | BIOTEXTIL | HEMOGAZE |
|----|--------|---|-----------|----------|

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas e declaração do fabricante, contendo informações do atendimento das especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

| Item | Unidade | Especificações Básicas e Requisitos Mínimos | Marca | Modelo |
|------|---------|--|-----------|--------|
| 49 | PACOTE | ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056. | BIOTEXTIL | TOP |
| 50 | PACOTE | ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056. | BIOTEXTIL | TOP |
| 51 | PACOTE | ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 15CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 32,7G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056. | BIOTEXTIL | TOP |
| 52 | PACOTE | ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056. | BIOTEXTIL | TOP |

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de amostras físicas, prospectos, ficha técnica e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

| Item | Motivo da Reprovação |
|------|--|
| 49 | O produto apresentado não é 100% algodão |
| 50 | O produto apresentado não é 100% algodão |
| 51 | O produto apresentado não é 100% algodão |
| 52 | O produto apresentado não é 100% algodão |

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000; será admitida, no entanto, aquele encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, considerando-se como protocolo a data de postagem.

Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 15 de outubro de 2015.

Camila Strapazzon

Presidente Comissão Especial

Resolução nº 0011/2015

CIS/AMOSC

EXTRATO CREDENCIAMENTO - OUTUBRO

OUTUBRO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 27/2015

PRESTADOR: MENEZES & CASTRO CLINICA MEDICA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta de Oftalmologia

VIGÊNCIA: A partir de outubro de 2015

TERMO ADITIVO Nº: 17/2015

PRESTADOR: UROCENTER CLINICA DE UROLOGIA EIRELI - ME

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Cirurgias de Urologia

VIGÊNCIA: A partir de outubro de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 03/2015

PRESTADOR: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO ROQUE

OBJETO: Prestação de serviço em Consulta pré-anestésica e Anestesia Geral.

VIGÊNCIA: A partir de outubro de 2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 05/2015

PRESTADOR: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO ROQUE

OBJETO: Prestação de serviço em Cirurgias em Otorrinolaringologia.

VIGÊNCIA: A partir de outubro de 2015

EXTRATO CREDENCIAMENTO - SETEMBRO

SETEMBRO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 26/2015

PRESTADOR: CLÍNICA MÉDICA ZOTTIS E MARINI LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta de Ortopedia.

VIGÊNCIA: A partir de setembro de 2015

TERMO ADITIVO Nº: 16/2015

PRESTADOR: CLINICA MEDICA YOSHIARA E GAIA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta de Urologia

VIGÊNCIA: A partir de setembro de 2015

EXTRATOS TERMOS ADITIVOS

EXTRATO TERMO ADITIVO 60/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

CNPJ: 8513.568.558-0001.10

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e INGRID CARVALHO DE MAGALHÃES, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 61/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº22/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

CNPJ: 8513.568.558-0001.10

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e INGRID CARVALHO DE MAGALHÃES, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 62/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

CNPJ: 67.729.178-0004.91

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e ALESSANDRA FERNANDA RIGO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 63/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº06/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

CNPJ: 02.816.696-0001.54

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e FERNANDO PARUCKER DA SILVA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 64/2015 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2014.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2014.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0001/2014.

FORNECEDOR: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 00.802.002-0001.02

VIGÊNCIA: De outubro a dezembro de 2015.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/49824>, nesta encontram-se os preços unitários registrados. Assinam o Termo o Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente DANILO DAGA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e MAICON CORDOVA PEREIRA, doravante denominado FORNECEDOR.

CIS/AMURC

EXTRATO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 01/2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC

RESULTADO DE LICITAÇÃO 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL 01/2015

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC torna público que no Processo Licitatório nº 05/2015, modalidade Pregão Presencial nº 01/2015, cujo objeto é para registro de preço para eventual aquisição de hélio líquido para magnetos de Ressonância Magnética, Tomógrafo e Mamógrafo, restou vencedora o Lote 01 a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS com o valor R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo homologado e adjudicado o objeto em favor da mesma.

Canoinhas, SC, 22 de setembro de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

PRESIDENTE

CISAM**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

CISAM Meio Oeste – SC

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

Rua. Lourenço Côas Netto, 140, Loteamento Universitário – Capinzal/SC CEP: 89665-000

Fone: (49) 3555-6972 Site: www.cisam.sc.gov.br E-mail: cisam@cisam.sc.gov.br

CNPJ: 08.484.353/0001-16

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, convoca os representantes dos entes consorciados para Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 27 de outubro de 2015, às 14:00h, na sede administrativa do CISAM Meio Oeste, sito à Rua Lourenço Côas Netto, nº 140, Loteamento Universitário, Município de Capinzal/SC, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Abertura;
- b) Prestação de Contas;
- c) Repasse de informações acerca da obra de construção do laboratório e ratificação da contrapartida do CISAM;
- d) Demonstrativo das atividades desenvolvidas pelo Consórcio;
- e) Funcionamento da regulação pelo CISAM-REG;
- f) Apresentação do funcionamento da Ouvidoria;
- g) Definição da estrutura administrativa (Assessoria Jurídica/Superintendência);
- h) Aprovação de minuta de resolução de reajuste salarial e instituição de data base;
- i) Eleição do conselho fiscal;
- j) Outros assuntos de interesse do consórcio;
- k) Apreciação de eventuais moções de censura;
- l) Leitura e aprovação da ata;
- m) Encerramento.

Capinzal/SC, 13 de outubro de 2015.

Andevir Isganzella

Presidente do CISAM

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 10/2015

RESOLUÇÃO Nº 10/2015

“Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica.”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de adequações orçamentárias face as demandas operacionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas, pertencentes ao Projeto/Atividade 2.001 – Operação e Manutenção do Consórcio:

| Classificação | D E N O M I N A Ç Ã O | FTE | DR | R\$ |
|-----------------------|--|------|----|-----------|
| 3.3.90.14.00.00.00.00 | Diárias – Civil | 0300 | 00 | 10.000,00 |
| 3.3.90.39.00.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | 0300 | 00 | 15.000,00 |
| | TOTAL | | | 25.000,00 |

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, o Superávit Financeiro apurado no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme quadro a seguir:

I – Superávit Financeiro

| IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES | FTE | R\$ |
|--------------------------|------|-----------|
| Superávit Financeiro | 0300 | 25.000,00 |
| TOTAL | | 25.000,00 |

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e orçamentários a partir da data de sua assinatura.

Capinzal/SC, 15 de outubro de 2015.

Andevir Isganzella

Presidente CISAM Meio Oeste

CIGAMERIOS**RESOLUÇÃO Nº 009/2015/ CIGAMERIOS**

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 009/2015/ CIGAMERIOS

DISPÕES SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Resolução nº 003/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhamento e julgamento de Processos Administrativos por infrações e descumprimento a normas de Processos Licitatórios no âmbito do CIGAMERIOS.

I – RAFAEL BASSO – Servidor da AMERIOS (Presidente);

II – GLAUBER SARTORI GANDOLFI - Servidor da AMERIOS (membro);

III – CARLINE JOICE HACKENHAAR - Servidor da AMERIOS (membro);

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha – SC, em 13 de outubro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIGAMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 010/2015/ CIGAMERIOS

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA
DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 010/2015/ CIGAMERIOS

Dispõe sobre substituição de membro da Comissão Especial para avaliação técnica de Pneus câmaras de ar e protetores, e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Resolução nº 003/2013 e a Resolução nº 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro Arnildo Luiz Kollet da Comissão Especial para avaliação técnica de Pneus câmaras de ar e protetores a

serem apresentados pelos fabricantes e/ou fornecedores, passando a ser formada pelos seguintes membros:

I – VALQUIRIA ASTRIGI- Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios – CIGAMERIOS;

II – JOSÉ ALBERTO MORANDINI - Município de Bom Jesus do Oeste;

III – ELOI JOSÉ LIBANO - Município de Caibi;

IV – CESAR LUIS KISTENMACHER - Município de Maravilha;

V – SILVIO RICHARDT - Município de São Miguel da Boa Vista;

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha – SC, em 14 de outubro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIGAMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 012/2015 - CIGAMERIOS

CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA
DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

RESOLUÇÃO Nº 012/2015 - CIGAMERIOS

NOMEIA COORDENADOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Srª. VALQUIRIA ASTRIGI, brasileira, casado, Contadora, CPF nº 047.392.799-32, portador do RG nº 4.559.970-0/SSP/SC, residente e domiciliada na Linha Fátima, s/nº, interior, Palmitos/SC, CEP- 89887-000, para exercer cargo em comissão de Coordenadora Técnica-administrativa do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas ao cargo no Anexo Único do Protocolo de Intenções.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha – SC, em 14 de outubro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Caibi/SC

RESOLUÇÃO Nº 013/2015 - CIGAMERIOS

| | | |
|--|--|--|
| | CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS | |
|--|--|--|

RESOLUÇÃO Nº 013/2015 - CIGAMERIOS

NOMEIA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DO CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 10.520/02 e suas complementações e a Resolução nº 003/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Pregoeira e a equipe de apoio para executar as atribuições estabelecidas na Resolução nº 003/2013, nos Processos Licitatórios da modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas complementações.

Art. 2º A função de Pregoeiro e Equipe de Apoio será exercida no período compreendido entre 15 de outubro de 2015 a 14 de outubro de 2016, pelos seguintes membros:

PREGOEIRA:

Valquiria Astrigi

EQUIPE DE APOIO:

| ÓRGÃOS PARTICIPANTES | NOME |
|--------------------------------------|---------------------------------|
| Município de Bom Jesus do Oeste | Marilia Ceccon Maggi |
| Município de Caibi | Sidnei Bellé |
| Município de Cunha Porã | Alexandre Lencina Fagundes |
| Município de Cunhataí | Darli M. H. Breunig |
| Município de Flor do Sertão | Maristela Valler |
| Município de Iraceminha | Claudir da Rosa |
| Município de Maravilha | Jonas Dall'Agnol |
| Município de Modelo | Márcia Teresinha Jacoby |
| Município de Palmitos | Tânia de Fátima Henchen |
| Município de Riqueza | Raquel de Moura |
| Município de Romelândia | Ili Alves |
| Município de Saltinho | Hélio Oldiges |
| Santa Terezinha do Progresso | Sidiane Baruffi Dalla Corte |
| Município de São Miguel da Boa Vista | Iléia Fátima Iaroszski de Souza |
| Município de Saudades | José Ricardo Ternus |
| Município de Tigrinhos | Janir José Bach |

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha – SC, em 15 de outubro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Caibi/SC

RESOLUÇÃO Nº 11/2015 - CIGAMERIOS

| | | |
|--|--|--|
| | CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS | |
|--|--|--|

RESOLUÇÃO Nº 11/2015 - CIGAMERIOS

NOMEIA ASSESSORIA JURÍDICA DO CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. ARNILDO LUIZ KOLLET, brasileiro, casado, advogado, portador de RG nº.1619476, inscrito no CPF sob n. 526.523.439-04, inscrita na OAB/SC 35378, residente e domiciliado na Avenida do Comércio, nº 1784, Cidade Alta, Município de Maravilha/SC, para exercer cargo/funções em comissão de Assessora Jurídica do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas ao cargo no Anexo Único do Protocolo de Intenções.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha – SC, em 14 de outubro de 2015.

DILAIR MENIN

Presidente do CIGAMERIOS

Prefeito de Caibi/SC